ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 202
Brasília - DF, sexta-feira, 20 de outubro de 2017

Sumário

PÁGINA
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 10
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 11
Ministério da Cultura 12
Ministério da Defesa 20
Ministério da Educação 21
Ministério da Fazenda 33
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 41
Ministério da Integração Nacional 42
Ministério da Justiça e Segurança Pública 45
Ministério da Saúde 48
Ministério das Cidades 178
Ministério de Minas e Energia 179
Ministério do Desenvolvimento Social 186
Ministério do Esporte 187
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 187
Ministério do Trabalho 310
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 312
Ministério Público da União 315
Tribunal de Contas da União 318
Poder Judiciário 356
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 356

Atos Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2017 (*) (**)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de outubro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 1/4/2017.
(**) Republicado por haver inexatidão material na publicação do Diário Oficial da União de 19/10/2017, Seção 1, pág. 1.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil firmou a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, em Haia, em 23 de novembro de 2007;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção e o Protocolo por meio do Decreto Legislativo nº 146, de 9 de dezembro de 2016, com reserva ao Artigo 20, § 1º, alínea "e", e ao Artigo 30, § 1º, com fundamento, respectivamente, no Artigo 20, § 2º, e no Artigo 30, § 8º, e realização da declaração que trata o Artigo 3º, § 2º, todos da Convenção;

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, em 17 de julho de 2017, os instrumentos de ratificação da Convenção e do Protocolo, com reserva ao Artigo 20, § 1º, alínea "e", e ao Artigo 30, § 1º, com fundamento, respectivamente, no Artigo 20, § 2º, e no Artigo 30, § 8º, e realização da declaração que trata o Artigo 3º, § 2º, todos da Convenção, e que os referidos instrumentos entrarão em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 1º de novembro de 2017;

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam promulgados a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados em Haia, em 23 de novembro de 2007, anexos a este Decreto, com reserva ao Artigo 20, § 1º, alínea "e", e ao Artigo 30, § 1º, com fundamento, respectivamente, no Artigo 20, § 2º, e no Artigo 30, § 8º, e realização da declaração que trata o Artigo 3º, § 2º, todos da Convenção.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e do Protocolo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

CONVENÇÃO SOBRE A COBRANÇA INTERNACIONAL DE ALIMENTOS PARA CRIANÇAS E OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA

(Concluída em 23 de novembro de 2007)

Os Estados signatários da presente Convenção,

Desejando melhorar a cooperação entre os Estados para a cobrança internacional de alimentos para crianças e outros membros da família,

Conscientes da necessidade de dispor de procedimentos que produzam resultados e que sejam acessíveis, rápidos, eficientes, econômicos, adaptáveis a diversas situações e justos.

Desejando aproveitar os aspectos mais úteis das Convenções da Haia vigentes, assim como de outros instrumentos internacionais, particularmente a Convenção das Nações Unidas sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro, de 20 de junho de 1956,

Pretendendo beneficiar-se dos avanços tecnológicos e criar um sistema flexível e adaptável às novas necessidades e às oportunidades oferecidas pelos avanços tecnológicos,

Recordando que, em conformidade com os artigos 3° e 27 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989,

- em todas as medidas concernentes às crianças, o interesse superior da criança será considerado prioritário,

- toda criança tem direito a um padrão de vida adequado para permitir seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social,

- os pais ou outros responsáveis pela criança têm a responsabilidade primária de assegurar, dentro de suas possibilidades e de sua capacidade financeira, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança, e

- os Estados devem tomar todas as medidas apropriadas, incluindo a conclusão de acordos internacionais, com vistas a assegurar alimentos para a criança por parte dos pais ou outros responsáveis, em particular quando essas pessoas vivam em Estado diferente daquele em que a criança reside,

Resolveram celebrar a presente Convenção e acordaram as seguintes disposições:

CAPÍTULO I
OBJETO, ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES

Artigo 1º - Objeto

A presente Convenção tem por objeto assegurar a eficácia da cobrança internacional de alimentos para crianças e outros membros da família, principalmente ao:

a) estabelecer um sistema abrangente de cooperação entre as autoridades dos Estados Contratantes;

b) possibilitar a apresentação de pedidos para a obtenção de decisões em matéria de alimentos;

c) garantir o reconhecimento e a execução de decisões em matéria de alimentos; e

d) requerer medidas eficazes para a rápida execução de decisões em matéria de alimentos.

Artigo 2º - Âmbito de aplicação

§ 1º A presente Convenção será aplicada:

a) às obrigações de prestar alimentos derivadas de uma relação de filiação, em favor de uma pessoa menor de 21 anos;

b) a reconhecimento e execução ou a execução de decisão relativa a obrigações de prestar alimentos decorrentes de relação conjugal, quando o pedido for apresentado juntamente com a solicitação de que trata a alínea *a* deste artigo; e

c) às obrigações de prestar alimentos decorrentes de relação conjugal, com exceção dos capítulos II e III.

§ 2º Qualquer Estado Contratante poderá, em conformidade com o artigo 62, reservar-se o direito de limitar a aplicação da Convenção, no que tange ao parágrafo 1º, alínea *a*, às pessoas que não tenham alcançado a idade de 18 anos. O Estado Contratante que fizer essa reserva não poderá exigir a aplicação da Convenção para pessoas de idade excluída por sua reserva.

§ 3º Qualquer Estado Contratante poderá, em conformidade com o artigo 63, declarar a extensão da aplicação, no todo ou em parte, da Convenção a outras obrigações de prestar alimentos derivadas de relação familiar, filiação, casamento ou afinidade, incluindo, especialmente, as obrigações relativas a pessoas vulneráveis. Tal declaração somente criará obrigações entre dois Estados Contratantes na medida em que suas declarações incluam as mesmas obrigações de prestar alimentos e as mesmas partes da Convenção.

§ 4º As disposições desta Convenção serão aplicadas às crianças independentemente do estado civil de seus pais.

Artigo 3º - Definições

Para os fins da presente Convenção:

a) "credor" significa pessoa a quem são devidos ou a quem se alegue serem devidos alimentos;

b) "devedor" significa pessoa que deve ou de quem se reclama alimentos;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

c) "assistência jurídica" significa a assistência necessária para permitir aos demandantes conhecer e exercer seus direitos e para assegurar que seus pedidos sejam tratados de forma completa e efetiva no Estado Requerido. As formas de prover essa assistência podem incluir, na medida do necessário, consultoria jurídica, ajuda para apresentar o caso perante autoridade, representação em juízo e isenção de despesas processuais;

d) "acordo por escrito" significa acordo registrado em qualquer meio cujo conteúdo esteja disponível e possa ser utilizado como referência em consultas posteriores;

e) "acordo em matéria de alimentos" significa acordo por escrito relativo ao pagamento de alimentos que:

i) foi redigido ou registrado formalmente como instrumento autêntico por autoridade competente; ou

ii) foi autenticado, concluído, registrado ou depositado perante autoridade competente, e pode ser objeto de revisão e modificação por autoridade competente;

f) "pessoa vulnerável" significa pessoa que, em razão de limitação ou insuficiência de suas faculdades físicas ou mentais, não está em condições de prover sua própria mantença.

CAPÍTULO II
COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 4º - Designação de Autoridades Centrais

§ 1º Cada Estado Contratante designará uma Autoridade Central encarregada de cumprir as obrigações que a Convenção impõe a tal Autoridade.

§ 2º Estados federativos, Estados com mais de um sistema jurídico ou Estados que possuem unidades territoriais autônomas poderão designar mais de uma Autoridade Central e especificar o âmbito territorial ou pessoal de suas funções. O Estado que fizer uso dessa faculdade designará a Autoridade Central à qual pode ser endereçada qualquer comunicação para transmissão à Autoridade Central competente dentro desse Estado.

§ 3º A designação da Autoridade Central ou das Autoridades Centrais, seus dados de contato e, quando cabível, o alcance de suas funções, conforme o parágrafo 2º, serão comunicados pelo Estado Contratante à Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado no momento do depósito do instrumento de ratificação ou de adesão ou da declaração feita conforme o artigo 61. Os Estados Contratantes informarão prontamente à Secretaria Permanente qualquer modificação nessa designação.

Artigo 5º - Funções gerais das Autoridades Centrais

As Autoridades Centrais deverão:

a) cooperar entre si e promover a cooperação entre as autoridades competentes de seus respectivos Estados para alcançar os objetivos da Convenção;

b) procurar, na medida do possível, soluções para as dificuldades que surjam na aplicação da Convenção.

Artigo 6º - Funções específicas das Autoridades Centrais

§ 1º As Autoridades Centrais prestarão auxílio com relação aos pedidos previstos no Capítulo III. Em particular, deverão:

a) transmitir e receber tais pedidos;

b) iniciar ou facilitar o início de procedimentos relativos a esses pedidos.

§ 2º Em relação a tais pedidos, tomarão todas as medidas apropriadas para:

a) prestar ou facilitar a prestação de assistência jurídica, quando as circunstâncias assim o requeiram;

b) ajudar a localizar o devedor ou o credor;

c) ajudar a obter informações pertinentes relativas à renda e, se necessário, a outros aspectos econômicos do devedor ou do credor, incluindo a localização de ativos;

d) estimular soluções amigáveis a fim de obter pagamento voluntário de alimentos, recorrendo, quando apropriado, à mediação, à conciliação ou a outros procedimentos análogos;

e) facilitar a execução permanente das decisões em matéria de alimentos, inclusive o pagamento de valores atrasados;

f) facilitar a cobrança e a rápida transferência dos pagamentos de alimentos;

g) facilitar a obtenção de documentos ou outros elementos de prova;

h) prover assistência para a determinação de filiação quando esta for necessária para a cobrança de alimentos;

i) iniciar ou facilitar o início de procedimentos para obter as medidas cautelares necessárias que tenham caráter territorial e cuja finalidade seja assegurar o resultado de um pedido de alimentos em curso;

j) facilitar a comunicação de atos processuais.

§ 3º As funções da Autoridade Central estabelecidas por este artigo poderão ser desempenhadas, na medida do permitido na lei de seu Estado, por órgãos públicos ou outras instituições submetidas à supervisão das autoridades competentes desse Estado. A designação desses órgãos públicos ou outras instituições, bem como os dados de contato e o âmbito de suas funções, serão comunicados pelo Estado Contratante à Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Os Estados Contratantes comunicarão prontamente qualquer alteração à Secretaria Permanente.

§ 4º Nenhuma disposição deste artigo ou do artigo 7º será interpretada de maneira a impor a uma Autoridade Central a obrigação de exercer funções que, conforme a lei do Estado Requerido, são de competência exclusiva de autoridades judiciais.

Artigo 7º - Solicitação de medidas específicas

§ 1º Uma Autoridade Central poderá dirigir solicitação fundamentada a outra Autoridade Central para que esta adote as medidas específicas adequadas, conforme o artigo 6º, parágrafo 2º, alíneas *b*, *c*, *g*, *h*, *i* e *j*, desde que não esteja pendente qualquer pedido previsto no artigo 10. A Autoridade Central Requerida tomará tais medidas se as considerar necessárias para ajudar potencial demandante a apresentar pedido previsto no artigo 10 ou a decidir se deve apresentar tal pedido.

§ 2º Uma Autoridade Central poderá também adotar medidas específicas, por solicitação de outra Autoridade Central, referente a caso de cobrança de alimentos pendente no Estado Requerente que apresente algum elemento de estraneidade.

Artigo 8º - Custos da Autoridade Central

§ 1º Cada Autoridade Central assumirá seus próprios custos na aplicação desta Convenção.

§ 2º As Autoridades Centrais não repassarão ao demandante nenhum custo pelos serviços que prestarem com base nesta Convenção, com exceção dos custos excepcionais decorrentes de uma solicitação de medidas específicas nos termos do artigo 7º.

§ 3º A Autoridade Central Requerida não poderá cobrar os custos mencionados no parágrafo 2º sem concordância prévia do demandante sobre os custos dos referidos serviços.

CAPÍTULO III
PEDIDOS POR MEIO DE AUTORIDADES CENTRAIS

Artigo 9º - Pedido por meio de Autoridades Centrais

Pedidos previstos neste Capítulo serão remetidos à Autoridade Central do Estado Requerido por meio da Autoridade Central do Estado Contratante em que resida o demandante. Para os fins deste artigo, mera estada não constitui residência.

Artigo 10 - Pedidos disponíveis

§ 1º As seguintes categorias de pedidos estarão disponíveis, no Estado Requerente, para o credor que pretenda cobrar alimentos, nos termos desta Convenção:

a) reconhecimento ou reconhecimento e execução de decisão;

b) execução de decisão proferida ou reconhecida no Estado Requerido;

c) obtenção de decisão no Estado Requerido quando não exista decisão, incluída a determinação de filiação, quando necessária;

d) obtenção de decisão no Estado Requerido quando reconhecimento e execução de decisão não forem possíveis ou tiverem sido denegados por falta de requisito para reconhecimento e execução, nos termos do artigo 20, ou por algum dos fundamentos especificados no artigo 22, alíneas *b* ou *e*;

e) modificação de decisão proferida no Estado Requerido;

f) modificação de decisão proferida em outro Estado que não o Requerido.

§ 2º As seguintes categorias de pedidos estarão disponíveis, no Estado Requerente, para o devedor contra quem exista decisão em matéria de alimentos:

a) reconhecimento de decisão ou procedimento equivalente que implique suspensão ou limitação da execução de decisão anterior proferida no Estado Requerido;

b) modificação de decisão proferida no Estado Requerido;

c) modificação de decisão proferida em outro Estado, que não o Requerido.

§ 3º Salvo se disposto de outro modo por esta Convenção, os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º serão processados nos termos da lei do Estado Requerido e os pedidos previstos no parágrafo 1º, alíneas *c* a *f* e parágrafo 2º, alíneas *b* e *c*, estarão sujeitos às normas de competência aplicáveis no Estado Requerido.

Artigo 11 - Conteúdo do pedido

§ 1º Todos os pedidos feitos com base no artigo 10 conterão, no mínimo:

a) declaração relativa à natureza do pedido ou dos pedidos;

b) nome e dados de contato do demandante, incluídos endereço e data de nascimento;

c) nome do demandado e, quando conhecidos, endereço e data de nascimento;

d) nome e data de nascimento de qualquer pessoa para a qual se solicite alimentos;

e) motivos em que se fundamenta o pedido;

f) quando a demanda for apresentada pelo credor, informação relativa ao local ao qual deve ser enviado ou eletronicamente transmitido.

g) qualquer informação ou documento especificado por declaração formulada pelo Estado Requerido, nos termos do artigo 63, salvo no caso dos pedidos previstos no artigo 10, parágrafo 1º, alínea *a* e parágrafo 2º, alínea *a*;

h) nome e dados de contato da pessoa ou do setor da Autoridade Central do Estado Requerente responsável pelo processamento do pedido.

§ 2º Quando cabível, o pedido incluirá também as seguintes informações, quando sejam conhecidas:

a) situação econômica do credor;

b) situação econômica do devedor, incluindo nome e endereço de seu empregador, bem como natureza e localização de seus bens;

c) qualquer outra informação que permita localizar o demandado.

§ 3º O pedido estará acompanhado de quaisquer informações ou documentos necessários, incluídos documentos relativos ao direito do demandante de receber assistência jurídica gratuita. Quando se tratar de pedido previsto nos artigos 10, parágrafo 1º, alínea *a,* e parágrafo 2º, alínea *a*, estará acompanhado unicamente dos documentos listados no artigo 25.

§ 4º Pedidos previstos no artigo 10 poderão ser apresentados por meio do formulário recomendado e publicado pela Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

Artigo 12 - Transmissão, recepção e processamento de pedidos e casos por meio de Autoridades Centrais

§ 1º A Autoridade Central do Estado Requerente assistirá o demandante a certificar-se de que o pedido esteja acompanhado de todas as informações e documentos que, no entender dessa Autoridade, sejam necessários para a análise do pedido.

§ 2º A Autoridade Central do Estado Requerente, satisfeitos os requisitos da Convenção, transmitirá o pedido à Autoridade Central do Estado Requerido em favor do demandante e com o consentimento deste. O pedido estará acompanhado do formulário de transmissão previsto no Anexo 1. A Autoridade Central do Estado Requerente, quando solicitado pela Autoridade Central do Estado Requerido, fornecerá cópia completa, certificada pela autoridade competente do Estado de origem, de qualquer dos documentos indicados no artigo 16, parágrafo 3º, no artigo 25, parágrafo 1º, alíneas *a)*, *b)* e *d)*, parágrafo 3º, alínea *b)* e no artigo 30, parágrafo 3º.

§ 3º A Autoridade Central Requerida, dentro de seis semanas após a data de recepção do pedido, acusará seu recebimento utilizando o formulário previsto no Anexo 2, informará à Autoridade Central do Estado Requerente quais providências iniciais foram ou serão adotadas para executar o pedido e poderá solicitar quaisquer outros documentos ou informações. Dentro do mesmo prazo de seis semanas, a Autoridade Central Requerida fornecerá à Autoridade Central Requerente nome e dados de contato da pessoa ou do setor responsável por responder às consultas relativas ao estado de tramitação do pedido.

§ 4º Dentro de três meses após o aviso de recebimento, a Autoridade Central Requerida informará à Autoridade Central Requerente o estado de tramitação do pedido.

§ 5º As Autoridades Centrais Requerida e Requerente devem manter-se mutuamente informadas sobre:

a) nome da pessoa ou do setor responsável por um caso concreto;

b) estado de tramitação do caso;

e fornecerão respostas aos pedidos de informações em prazo razoável.

§ 6º As Autoridades Centrais processarão os casos com a celeridade que permita o exame adequado do seu conteúdo.

§ 7º As Autoridades Centrais utilizarão os meios de comunicação mais ágeis e eficazes de que disponham.

§ 8º A Autoridade Central Requerida poderá denegar o processamento do pedido somente quando manifestamente não cumprir os requisitos exigidos pela Convenção. Nesse caso, a Autoridade Central informará prontamente os motivos da recusa à Autoridade Central Requerente.

§ 9º A Autoridade Central Requerida não poderá recusar pedido pelo simples motivo da necessidade de documentos ou informações adicionais. Entretanto, a Autoridade Central Requerida poderá solicitar à Autoridade Central Requerente que apresente esses documentos ou informações adicionais. Caso a Autoridade Central Requerente não os apresente dentro de três meses ou em prazo maior fixado pela Autoridade Central Requerida, esta poderá decidir que não mais processará o pedido. Nesse caso, comunicará sua decisão à Autoridade Central Requerente.

Artigo 13 - Meios de comunicação

Nenhum pedido apresentado por meio das Autoridades Centrais dos Estados Contratantes nos termos deste Capítulo, e nenhum documento ou informação anexado ou fornecido por uma Autoridade Central, poderão ser impugnados pelo demandado somente em razão dos meios de comunicação utilizados entre as Autoridades Centrais.

Artigo 14 - Acesso efetivo aos procedimentos

§ 1º O Estado Requerido garantirá aos demandantes acesso efetivo aos procedimentos, incluídos os de execução e de recurso, que resultem de pedidos previstos neste Capítulo.

§ 2º Para garantir esse acesso efetivo, o Estado Requerido proporcionará assistência jurídica gratuita nos termos dos artigos 14 a 17, salvo nos casos de aplicação do parágrafo 3º.

§ 3º O Estado Requerido não estará obrigado a prestar assistência jurídica gratuita se, e na medida em que os procedimentos desse Estado permitam ao demandante formular seu pedido sem necessitar dessa assistência e que a Autoridade Central proporcione gratuitamente os serviços necessários.

§ 4º As condições de obtenção da assistência jurídica gratuita não serão mais restritivas do que as fixadas para os casos domésticos equivalentes.

§ 5º Não se exigirá qualquer garantia, fiança ou depósito, seja qual for sua denominação, para assegurar o pagamento de custos e despesas em procedimentos derivados desta Convenção.

Artigo 15 - Assistência jurídica gratuita para os pedidos de alimentos para crianças

§ 1º O Estado Requerido prestará assistência jurídica gratuita para qualquer pedido em matéria de alimentos para pessoa menor de 21 anos, e decorrente de relação de filiação, apresentado por credor nos termos deste Capítulo.

§ 2º Não obstante o disposto no parágrafo 1º, o Estado Requerido poderá negar assistência jurídica gratuita para pedidos diferentes dos previstos no artigo 10, parágrafo 1º, alíneas *a* e *b* e dos casos compreendidos no artigo 20, parágrafo 4º, se considerar que, no mérito, o pedido ou qualquer recurso é manifestamente infundado.

Artigo 16 - Declaração para permitir exame focado nos recursos econômicos da criança

§ 1º Não obstante o disposto no artigo 15, parágrafo 1º, um Estado poderá declarar que, de acordo com o artigo 63, prestará assistência jurídica gratuita em pedidos diversos dos previstos no artigo 10, parágrafo 1º, alíneas *a* e *b* e dos casos compreendidos no artigo 20, parágrafo 4º, somente por meio de exame dos recursos econômicos da criança.

§ 2º Um Estado, no momento de apresentar tal declaração, informará à Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado sobre a forma como realizará o exame dos recursos econômicos da criança, incluindo os parâmetros econômicos que deverão ser observados para satisfazer os critérios do exame.

§ 3º Um pedido referido no §1º, dirigido a um Estado que fez a declaração nele mencionada, conterá declaração formal do demandante indicando que os recursos econômicos da criança cumprem os parâmetros aos quais se faz referência no parágrafo 2º. O Estado Requerido só poderá solicitar mais provas sobre os recursos econômicos da criança se tiver fundamentos razoáveis para acreditar que a informação proporcionada pelo demandante é inexata.

§ 4º Se a mais favorável assistência jurídica prevista na lei do Estado Requerido com relação a pedidos de alimentos nos termos deste Capítulo em favor de crianças e decorrentes de relação de filiação for mais favorável do que a prevista nos parágrafos 1º a 3º, prestar-se-á a assistência jurídica mais favorável.

Artigo 17 - Pedidos não enquadráveis nos artigos 15 ou 16

No caso de todos os pedidos apresentados em aplicação desta Convenção, exceto aqueles enquadrados nos artigos 15 ou 16:

a) a prestação de assistência jurídica gratuita poderá submeter-se a exame de recursos econômicos do demandante ou a análise de mérito;

b) um demandante que seja beneficiário de assistência jurídica gratuita no Estado de origem terá direito, em qualquer procedimento de reconhecimento ou execução, à assistência jurídica gratuita ao menos equivalente à prevista na lei do Estado Requerido nas mesmas circunstâncias.

CAPÍTULO IV
RESTRIÇÕES PARA INICIAR PROCEDIMENTOS

Artigo 18 - Limites aos procedimentos

§ 1º Quando uma decisão for proferida no Estado Contratante no qual o credor tenha sua residência habitual, o devedor não poderá iniciar em qualquer outro Estado Contratante procedimentos para modificar a decisão ou obter nova decisão, enquanto o credor continuar residindo habitualmente no Estado no qual se proferiu a decisão.

§ 2º O disposto no parágrafo 1º não será aplicado:

a) quando as partes tiverem acordado por escrito a respeito da competência desse outro Estado Contratante, salvo em litígios sobre obrigações de prestar alimentos para crianças;

b) quando o credor se submeter à competência do outro Estado Contratante, expressamente ou opondo-se quanto ao mérito do caso, sem impugnar essa competência na primeira oportunidade disponível;

c) quando a autoridade competente do Estado de origem não puder ou se negar a exercer sua competência para modificar a decisão ou proferir uma nova; ou

d) quando a decisão adotada no Estado de origem não puder ser reconhecida ou declarada executável no Estado Contratante no qual se esteja buscando procedimentos para modificar a decisão ou se proferir uma nova.

CAPÍTULO V
RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO

Artigo 19 - Âmbito de aplicação do Capítulo

§ 1º O presente Capítulo aplicar-se-á às decisões proferidas por autoridade judicial ou administrativa em matéria de obrigação de prestar alimentos. O termo "decisão" inclui também ajustes ou acordos celebrados perante ditas autoridades ou homologados por essas. Uma decisão poderá estabelecer método de ajuste automático por indexação e exigência de pagar atrasados, alimentos retroativos ou juros, bem como fixação de custos ou despesas.

§ 2º Se a decisão não se referir exclusivamente a obrigação de prestar alimentos, a aplicação do presente Capítulo limitar-se-á às partes da decisão relativas à obrigação de prestar alimentos.

§ 3º Para os fins do parágrafo 1º, "autoridade administrativa" significa organismo público cujas decisões, em conformidade com a lei do Estado onde está estabelecido:

a) possam ser objeto de recurso ou de revisão por autoridade judicial; e

b) têm força e efeitos similares aos de decisão de autoridade judicial sobre a mesma matéria.

§ 4º O presente Capítulo também se aplica aos acordos em matéria de alimentos, em conformidade com o artigo 30.

§ 5º As disposições do presente Capítulo aplicar-se-ão aos pedidos de reconhecimento e execução apresentados diretamente à autoridade competente do Estado Requerido, em conformidade com o artigo 37.

Artigo 20 - Requisitos para reconhecimento e execução

§ 1º Uma decisão proferida em um Estado Contratante ("o Estado de origem") será reconhecida e executada em outros Estados Contratantes se:

a) o demandado tinha sua residência habitual no Estado de origem ao tempo em que se iniciaram os procedimentos;

b) o demandado tiver se submetido à competência expressamente ou opondo-se quanto ao mérito sem impugnar essa competência na primeira oportunidade disponível;

c) o credor tinha sua residência habitual no Estado de origem ao tempo em que se iniciaram os procedimentos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) a criança para a qual se concedeu alimentos tinha sua residência habitual no Estado de origem ao tempo em que se iniciaram os procedimentos, desde que o demandado tenha vivido com a criança nesse Estado ou tenha residido nesse Estado e nele prestado alimentos para a criança;

e) as partes tiverem acordado por escrito a competência, salvo em litígios sobre obrigações de prestar alimentos para crianças; ou

f) a decisão tiver sido proferida por autoridade no exercício de sua competência sobre estado civil ou responsabilidade parental, salvo se dita competência tiver se baseada unicamente na nacionalidade de uma das partes.

§ 2º Um Estado Contratante poderá formular reserva, de acordo com o artigo 62, com relação ao parágrafo 1º, alíneas *c, e,* ou *f.*

§ 3º Um Estado Contratante que formule reserva de acordo com o parágrafo 2º reconhecerá e executará uma decisão se, em circunstâncias de fato semelhantes, sua lei outorgar ou tiver outorgado competência às suas autoridades para proferir essa decisão.

§ 4º Um Estado Contratante adotará todas as medidas necessárias para que se profira decisão em favor do credor quando não for possível o reconhecimento de decisão como consequência de reserva de acordo com o parágrafo 2º e se o devedor tiver sua residência habitual nesse Estado. O disposto na frase anterior não se aplicará aos pedidos diretos de reconhecimento e execução previstos no artigo 19, parágrafo 5º ou aos pedidos de alimentos referidos no artigo 2º, parágrafo 1º, alínea *b*.

§ 5º Uma decisão em favor de criança menor de 18 anos que não possa ser reconhecida somente em razão das reservas a que se referem o parágrafo 1º, alíneas *c, e,* ou *f* será aceita para reconhecer a legitimidade da criança a pleitear alimentos no Estado Requerido.

§ 6º Uma decisão só será reconhecida se surtir efeitos no Estado de origem e só será executada quando for executável no referido Estado.

Artigo 21 - Divisibilidade e reconhecimento e execução parcial

§ 1º Se o Estado Requerido não puder reconhecer ou executar a totalidade da decisão, reconhecerá ou executará qualquer parte divisível da referida decisão que possa ser objeto de reconhecimento ou execução.

§ 2º Sempre será possível solicitar reconhecimento ou execução parcial de decisão.

Artigo 22 - Fundamentos para denegação do reconhecimento e da execução

Reconhecimento e execução de decisão poderão ser denegados se:

a) o reconhecimento e a execução da decisão for manifestamente incompatível com a ordem pública do Estado Requerido;

b) a decisão tiver sido obtida mediante fraude processual;

c) estiver em curso perante autoridade do Estado Requerido procedimento entre as mesmas partes e com o mesmo objeto que tiver sido iniciado anteriormente;

d) a decisão for incompatível com outra decisão proferida entre as mesmas partes e com o mesmo objeto, seja no Estado Requerido ou em outro Estado, desde que essa última decisão cumpra os requisitos necessários para seu reconhecimento e execução no Estado Requerido;

e) no caso em que o demandado não tiver comparecido nem tiver sido representado no procedimento no Estado de origem:

i) quando a lei do Estado de origem previr a comunicação desse ato processual, e o demandado não tiver sido devidamente comunicado nem tiver tido a oportunidade de ser ouvido; ou

ii) quando a lei do Estado de origem não previr a comunicação desse ato processual, e o demandado não tiver sido devidamente comunicado da decisão nem tiver tido a oportunidade de recorrer quanto a questões de fato e de direito; ou

f) a decisão tiver sido proferida em desacordo com o artigo 18.

Artigo 23 - Procedimento para um pedido de reconhecimento e execução

§ 1º Nos termos do disposto nesta Convenção, os procedimentos para reconhecimento e execução serão regidos pela lei do Estado Requerido.

§ 2º Quando pedido de reconhecimento e execução de decisão tiver sido feito por meio das Autoridades Centrais, em conformidade com o Capítulo III, a Autoridade Central Requerida prontamente:

a) transmitirá o pedido à autoridade competente que, sem demora, declarará a decisão executável ou a registrará para sua execução; ou

b) adotará essas medidas, se for a autoridade competente.

§ 3º Quando um pedido for apresentado diretamente a uma autoridade competente do Estado Requerido, de acordo com o artigo 19, parágrafo 5º, essa autoridade, sem demora, declarará a decisão executável ou registrar-la-á para execução.

§ 4º Uma declaração ou registro só poderá ser denegado pelas razões especificadas no artigo 22, alínea *a*. Nessa fase, demandante e demandado não poderão apresentar alegações.

§ 5º A comunicação dos atos processuais ao demandante e ao demandado, referente à declaração ou ao registro em conformidade com os parágrafos 2º e 3º, ou à denegação decidida de acordo com o parágrafo 4º, será prontamente realizada, e as partes poderão recorrer para alegar questões de fato e de direito.

§ 6º O recurso poderá ser apresentado dentro dos 30 dias seguintes à comunicação de ato processual prevista no parágrafo 5º. Se o recorrente não reside no Estado Contratante no qual se realizou ou se denegou a declaração ou o registro, o recurso poderá ser interposto dentro dos 60 dias seguintes à referida comunicação.

§ 7º O recurso poderá ser baseado somente:

a) nos fundamentos para denegação de reconhecimento e execução previstos no artigo 22;

b) nos requisitos para reconhecimento e execução previstos no artigo 20;

c) na autenticidade ou integridade de documento transmitido de acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, alíneas *a*, *b* ou *d* ou parágrafo 3º, alínea *b*.

§ 8º O recurso do demandado também poderá se fundamentar na satisfação do débito quando reconhecimento e execução se refiram a débitos vencidos.

§ 9º Demandante e demandado serão prontamente intimados da decisão sobre o recurso.

§ 10 Recurso ulterior, se permitido pela lei do Estado Requerido, não suspenderá a execução da decisão, salvo em circunstâncias excepcionais.

§ 11 A autoridade competente atuará rapidamente para proferir decisão sobre reconhecimento e execução, assim como para decidir sobre qualquer recurso.

Artigo 24 - Procedimento alternativo para um pedido de reconhecimento e execução

§ 1º Não obstante o disposto no artigo 23, parágrafos 2º a 11, um Estado poderá declarar, de acordo com o artigo 63, que aplicará o procedimento de reconhecimento e execução previsto neste artigo.

§ 2º Quando pedido de reconhecimento e execução de decisão tiver sido feito por meio das Autoridades Centrais de acordo com o Capítulo III, a Autoridade Central Requerida prontamente:

a) encaminhará o pedido à autoridade competente, que decidirá sobre o pedido de reconhecimento e execução; ou

b) proferirá tal decisão, se for a autoridade competente.

§ 3º A autoridade competente proferirá decisão sobre reconhecimento e execução depois que o demandado tiver sido comunicado sobre o procedimento devida e prontamente e depois de que ambas as partes tiverem tido a oportunidade adequada de serem ouvidas.

§ 4º A autoridade competente poderá conhecer de ofício os fundamentos para a denegação de reconhecimento e execução previstos no artigo 22, alíneas *a*, *c* e *d*. A autoridade competente poderá conhecer qualquer dos fundamentos previstos nos artigos 20, 22 e 23, parágrafo 7º, alínea *c* se forem alegados pelo demandado ou se surgirem a partir da leitura dos documentos apresentados de acordo com o artigo 25.

§ 5º A denegação de reconhecimento e execução também poderá ser fundamentada na satisfação do débito, quando o reconhecimento e a execução se refiram a débitos vencidos.

§ 6º O recurso ulterior, se permitido pela lei do Estado Requerido, não suspenderá a execução da decisão, salvo em circunstâncias excepcionais.

§ 7º A autoridade competente atuará rapidamente para proferir uma decisão sobre reconhecimento e execução, assim como para decidir sobre qualquer recurso.

Artigo 25 - Documentos

§ 1º O pedido de reconhecimento e execução de acordo com os artigos 23 ou 24 será acompanhado dos seguintes documentos:

a) texto completo da decisão;

b) documento no qual conste que a decisão é executável no Estado de origem e, se a decisão emanou de uma autoridade administrativa, documento no qual se indique a observância dos requisitos previstos no artigo 19, parágrafo 3º, salvo se aquele Estado tiver declarado de acordo com o artigo 57 que as decisões de suas autoridades administrativas sempre cumprem tais requisitos;

c) se o demandado não compareceu nem foi representado nos procedimentos no Estado de origem, documento que ateste, conforme o caso, que o demandado foi devidamente comunicado do ato processual e que teve oportunidade de ser ouvido ou que foi devidamente comunicado da decisão e que teve oportunidade de recorrer para alegar questões de fato e de direito;

d) quando necessário, documento no qual se indique o montante dos valores atrasados e a data em que foram calculados;

e) quando necessário, em caso de decisão que estabeleça o ajuste automático dos valores mediante indexação, documento que contenha a informação necessária para realizar os cálculos correspondentes;

f) quando necessário, documento que indique a extensão do benefício de assistência jurídica gratuita recebida pelo demandante no Estado de origem.

§ 2º Em caso de recurso com fundamento no artigo 23, parágrafo 7º, alínea *c,* ou de pedido da autoridade competente do Estado Requerido, cópia completa do documento respectivo, certificada pela autoridade competente do Estado de origem, será prontamente fornecida:

a) pela Autoridade Central do Estado Requerente, quando o pedido tiver sido realizado de acordo com o Capítulo III;

b) pelo demandante, quando a solicitação tiver sido apresentada diretamente perante a autoridade competente do Estado Requerido.

§ 3º Um Estado Contratante poderá declarar, de acordo com o artigo 57:

a) que o pedido deve ser acompanhado de cópia completa da decisão, certificada pela autoridade competente no Estado de origem;

b) as circunstâncias nas quais aceitará, em vez do texto completo da decisão, resumo ou extrato da decisão, redigido pela autoridade competente do Estado de origem, o qual poderá ser apresentado mediante formulário recomendado e publicado pela Conferência da Haia de Direito Internacional Privado; ou

c) que não exige documento que indique que se cumprem os requisitos previstos no artigo 19, parágrafo 3º.

Artigo 26 - Procedimento no caso de pedido de reconhecimento

Este Capítulo será aplicado, **mutatis mutandis**, a pedido de reconhecimento de decisão, à exceção da exigência do caráter executório, que será substituída pela exigência de que a decisão surta efeitos no Estado de origem.

Artigo 27 - Questões de fato

As autoridades competentes do Estado Requerido estarão vinculadas às questões de fato nas quais a autoridade do Estado de origem tenha fundamentado sua decisão.

Artigo 28 - Proibição de revisão de mérito

As autoridades competentes do Estado Requerido não poderão revisar o mérito de uma decisão.

Artigo 29 - Não exigência da presença física da criança ou do demandante

Não será exigida a presença física da criança ou do demandante em qualquer procedimento iniciado no Estado Requerido de acordo com este Capítulo.

Artigo 30 - Acordos em matéria de alimentos

§ 1º Acordo em matéria de alimentos celebrado em um Estado Contratante poderá ser reconhecido e executado como decisão de acordo com este Capítulo, desde que seja executável com força de decisão no Estado de origem.

§ 2º Para os efeitos do artigo 10, parágrafo 1º, alíneas *a* e *b,* e parágrafo 2º, alínea *a*, o termo "decisão" compreende acordo em matéria de alimentos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º O pedido de reconhecimento e execução de acordo em matéria de alimentos será acompanhado dos seguintes documentos:

a) texto completo do acordo em matéria de alimentos; e

b) documento que indique que o acordo em matéria de alimentos é executável como decisão no Estado de origem.

§ 4º O reconhecimento e a execução de acordo em matéria de alimentos poderão ser denegados se:

a) o reconhecimento e a execução forem manifestamente incompatíveis com a ordem pública do Estado Requerido;

b) o acordo em matéria de alimentos tiver sido obtido mediante fraude ou falsificação;

c) o acordo em matéria de alimentos for incompatível com decisão proferida entre as mesmas partes e com o mesmo objeto, seja no Estado Requerido ou em outro Estado, desde que essa última decisão cumpra os requisitos necessários para obter seu reconhecimento e sua execução no Estado Requerido.

§ 5º As disposições deste Capítulo, com exceção dos artigos 20, 22, 23, parágrafo 7º, e do artigo 25, parágrafos 1º e 3º, serão aplicadas, **mutatis mutandis**, ao reconhecimento e à execução de acordo em matéria de alimentos, com as seguintes ressalvas:

a) declaração ou registro nos termos do artigo 23, parágrafos 2º e 3º, poderá ser denegada somente pelo fundamento previsto no parágrafo 4º, alínea *a*; e

b) recurso ou apelação a que se refere o artigo 23, parágrafo 6º, poderá ser fundamentado somente:

i) nos fundamentos de denegação de reconhecimento e execução previstos no parágrafo 4º;

ii) na autenticidade ou integridade de documento transmitido de acordo com o parágrafo 3º.

c) no que se refere ao procedimento previsto no artigo 24, parágrafo 4º, a autoridade competente poderá conhecer de ofício o fundamento para denegação de reconhecimento e execução previsto no parágrafo 4º, alínea *a,* deste artigo. A autoridade competente poderá conhecer todos os fundamentos previstos no parágrafo 4º deste artigo, bem como da autenticidade e da integridade de qualquer documento transmitido de acordo com o parágrafo 3º, se forem alegados pelo demandado ou se surgirem a partir da leitura de tais documentos.

§ 6º Quando estiver em andamento recurso a respeito de acordo em matéria de alimentos perante autoridade competente de um Estado Contratante, os procedimentos de reconhecimento e execução desse acordo serão suspensos.

§ 7º Um Estado poderá declarar que pedidos de reconhecimento e execução de acordos em matéria de alimentos poderão ser apresentados somente por meio de Autoridades Centrais.

§ 8º Um Estado Contratante poderá reservar o direito de não reconhecer nem executar acordo em matéria de alimentos, de acordo com o artigo 62.

Artigo 31 - Decisões resultantes do efeito combinado de medidas de urgência e sentenças que as confirmam

Quando uma decisão for o resultado do efeito combinado de uma medida de urgência proferida em um Estado e de uma decisão proferida por uma autoridade de outro Estado ("Estado confirmante") que confirme a medida de urgência:

a) considerar-se-á Estado de origem cada um desses Estados, para efeitos deste Capítulo;

b) os requisitos estabelecidos no artigo 22, alínea *e,* estarão cumpridos se o demandado tiver sido comunicado devidamente do ato processual no Estado confirmante e se tiver tido a oportunidade de recorrer da confirmação da medida de urgência;

c) o requisito estabelecido no artigo 20, parágrafo 6º, de que a decisão seja executável no Estado de origem, estará cumprido se a decisão for executável no Estado confirmante; e

d) o artigo 18 não impedirá o início de procedimentos de modificação da decisão em um ou em outro Estado.

CAPÍTULO VI
EXECUÇÃO PELO ESTADO REQUERIDO

Artigo 32 - Execução conforme a lei nacional

§ 1º A execução será realizada de acordo com a lei do Estado Requerido, sujeita às disposições deste Capítulo.

§ 2º A execução será rápida.

§ 3º No caso de pedidos apresentados por meio de Autoridades Centrais, quando uma decisão tiver sido declarada executável ou tiver sido registrada para sua execução de acordo com o Capítulo V, proceder-se-á à execução sem necessidade de qualquer outra atuação por parte do demandante.

§ 4º Terão eficácia todas as normas relativas à duração da obrigação de prestar alimentos aplicáveis no Estado de origem da decisão.

§ 5º O prazo de prescrição relativo à execução de atrasados determinar-se-á de acordo com a lei do Estado de origem da decisão ou do Estado Requerido, a que estabelecer o prazo maior.

Artigo 33 - Não discriminação

O Estado Requerido disponibilizará, para os casos compreendidos no âmbito desta Convenção, ao menos, as mesmas medidas de execução aplicáveis aos casos internos.

Artigo 34 - Medidas de execução

§ 1º Os Estados Contratantes tornarão disponíveis nos seus direitos internos medidas efetivas para executar as decisões com base nesta Convenção.

§ 2º Tais medidas poderão abranger:

a) retenção do salário;

b) bloqueio de contas bancárias ou de outras fontes;

c) deduções nas prestações de seguro social;

d) gravame ou alienação forçada de bens;

e) retenção do reembolso de tributos;

f) retenção ou suspensão de benefícios de pensão;

g) informação aos organismos de crédito;

h) denegação, suspensão ou revogação de certas permissões (carteira de habilitação, por exemplo);

i) recurso à mediação, à conciliação ou a outros meios alternativos de solução de litígios que favoreçam a execução voluntária.

Artigo 35 - Transferência de fundos

§ 1º Os Estados Contratantes são estimulados a promover, inclusive por meio de acordos internacionais, a utilização dos meios menos custosos e mais eficazes disponíveis para efetuar transferências de fundos destinados ao pagamento de alimentos.

§ 2º Um Estado Contratante, cuja lei imponha restrições às transferências de fundos, dará a mais alta prioridade às transferências de fundos destinados ao pagamento de alimentos com base nesta Convenção.

CAPÍTULO VII
ÓRGÃOS PÚBLICOS

Artigo 36 - Órgãos públicos na qualidade de demandante

§ 1º Para os fins de pedido de reconhecimento e execução, em aplicação do artigo 10, parágrafo 1º, alíneas *a* e *b,* e dos casos do artigo 20, parágrafo 4º, o termo "credor" compreende órgão público que atue no lugar de pessoa a quem se deva alimentos ou órgão ao qual se deva reembolso de prestações pagas a título de alimentos.

§ 2º O direito de um órgão público de atuar no lugar de uma pessoa a quem se deva alimentos ou de pedir reembolso da prestação paga ao credor a título de alimentos é regido pela lei a que está submetido esse órgão.

§ 3º Um órgão público pode pedir reconhecimento ou execução de:

a) decisão proferida contra devedor a pedido de órgão público que reclame o pagamento de benefícios providos a título de alimentos;

b) decisão proferida que tenha como partes credor e devedor, na medida dos benefícios providos ao credor a título de alimentos;

§ 4º O órgão público que invocar o reconhecimento ou solicitar a execução de uma decisão fornecerá, a pedido, qualquer documento para comprovar tanto o seu direito, de acordo com o parágrafo 2º, quanto o pagamento das prestações ao credor.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37 - Solicitações apresentadas diretamente às autoridades competentes

§ 1º A Convenção não excluirá a possibilidade de recorrer a procedimentos disponíveis no direito interno de um Estado Contratante que autorizem uma pessoa (o demandante) a acionar diretamente uma autoridade competente deste Estado em matéria regida pela Convenção, incluindo a obtenção ou a modificação de decisão em matéria de alimentos, respeitado o disposto no artigo 18.

§ 2º O artigo 14, parágrafo 5º, e o artigo 17, alínea *b,* e as disposições dos Capítulos V, VI, VII e deste capítulo, à exceção do artigo 40, parágrafo 2º, do artigo 42, do artigo 43, parágrafo 3º, do artigo 44, parágrafo 3º, e dos artigos 45 e 55, aplicam-se às solicitações de reconhecimento e execução apresentadas diretamente a autoridade competente de um Estado Contratante.

§ 3º Para fins do parágrafo 2º, o artigo 2º, parágrafo 1º, alínea *a,* aplicar-se-á a decisão que outorga alimentos a pessoa vulnerável cuja idade for superior à idade especificada naquela alínea, quando tal decisão tenha sido proferida antes que a pessoa tivesse atingido essa idade e tenha concedido alimentos para além dessa idade, em razão de sua vulnerabilidade.

Artigo 38 - Proteção de dados de caráter pessoal

Os dados pessoais obtidos ou transmitidos em aplicação da Convenção somente poderão ser utilizados para os fins para os quais foram obtidos ou transmitidos.

Artigo 39 - Sigilo

Qualquer autoridade que processe informações assegurará seu sigilo de acordo com a lei do seu Estado.

Artigo 40 - Não divulgação de informações

§ 1º Uma autoridade não poderá divulgar nem confirmar informações obtidas ou transmitidas em aplicação desta Convenção se entender que a saúde, a segurança ou a liberdade de uma pessoa possa ser colocada em risco.

§ 2º Uma decisão neste sentido, tomada por uma Autoridade Central, será levada em consideração por outra Autoridade Central, particularmente nos casos de violência familiar.

§ 3º Nenhuma previsão deste artigo impedirá a obtenção e a transmissão de informações por e entre autoridades, na medida necessária ao cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção.

Artigo 41 - Dispensa de legalização

Nenhuma legalização ou formalidade similar pode ser requerida no contexto desta Convenção.

Artigo 42 - Procuração

A Autoridade Central do Estado Requerido somente poderá exigir procuração do demandante se for atuar em seu nome em processos judiciais ou perante outras autoridades ou, ainda, para designar representante para estes fins.

Artigo 43 - Cobrança de custos

§ 1º A cobrança de quaisquer custos decorrentes da aplicação desta Convenção não terá prioridade sobre a cobrança de alimentos.

§ 2º Um Estado pode cobrar custos de uma parte sucumbente.

§ 3º Para os fins de um pedido decorrente do artigo 10, parágrafo 1º, alínea *b*, com a finalidade de cobrar os custos de uma parte sucumbente, de acordo com o parágrafo 2º, o termo "credor" no artigo 10, parágrafo 1º, incluirá um Estado.

§ 4º Este artigo aplicar-se-á sem prejuízo do artigo 8º.

Artigo 44 - Exigências idiomáticas

§ 1º Qualquer pedido e documentos a ele relacionados serão redigidos no idioma original e acompanhados de tradução para o idioma oficial do Estado Requerido ou qualquer outro idioma que o Estado Requerido indicar que pode aceitar, mediante declaração feita de acordo com o artigo 63, salvo dispensa de tradução da autoridade competente deste Estado.

§ 2º Um Estado Contratante que possuir vários idiomas oficiais e que, por razões de direito interno, não puder aceitar para o conjunto de seu território documentos em desses idiomas, informará, mediante declaração feita de acordo com o artigo 63, o idioma para o qual devem ser traduzidos para envio às diferentes partes de seu território.

§ 3º Salvo se as Autoridades Centrais dispuserem em contrário, qualquer outra comunicação entre elas será enviada no idioma oficial do Estado Requerido ou em francês ou em inglês. Todavia, um Estado Contratante pode, fazendo a reserva prevista no artigo 62, opor-se à utilização do francês ou do inglês.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 45 - Meios e custos de tradução

§ 1º Nos casos de pedidos previstos no Capítulo III, as Autoridades Centrais podem acordar, em caso especial ou de forma geral, que a tradução para o idioma oficial do Estado Requerido seja feita no Estado Requerido a partir do idioma original ou de qualquer outro idioma acordado. Se não houver acordo e se a Autoridade Central Requerente não puder cumprir as exigências do artigo 44, parágrafos 1º e 2º, o pedido e os documentos a ele relacionados poderão ser transmitidos acompanhados de tradução para francês ou inglês, para que seja traduzido posteriormente para o idioma oficial do Estado Requerido.

§ 2º Os custos de tradução decorrentes da aplicação do parágrafo 1º ficarão a cargo do Estado Requerente, salvo acordo em contrário das Autoridades Centrais dos Estados envolvidos.

§ 3º Não obstante o artigo 8º, a Autoridade Central Requerente poderá deixar a cargo do demandante os custos de tradução de um pedido e dos documentos que o acompanham, salvo se esses custos puderem ser cobertos pelo seu sistema de assistência jurídica.

Artigo 46 - Sistemas jurídicos não unificados - Interpretação

§ 1º No que se refere a um Estado onde estão em vigor dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de normas que tratam de qualquer questão regida por esta Convenção, em relação a diferentes unidades territoriais:

a) qualquer referência à lei ou ao procedimento de um Estado será compreendida, quando cabível, como referência à lei ou ao procedimento vigente na unidade territorial pertinente;

b) qualquer referência a decisão proferida, reconhecida, reconhecida e executada, executada ou modificada naquele Estado será compreendida, quando cabível, como referência a decisão proferida, reconhecida, reconhecida e executada, executada ou modificada na unidade territorial pertinente;

c) qualquer referência a autoridade judicial ou administrativa daquele Estado será compreendida, quando cabível, como referência a autoridade judicial ou administrativa da unidade territorial pertinente;

d) qualquer referência a autoridades competentes, órgãos públicos ou outros órgãos daquele Estado, com exceção das Autoridades Centrais, será compreendida, quando cabível, como referência a autoridades ou órgãos autorizados a atuar na unidade territorial pertinente;

e) qualquer referência a residência ou residência habitual naquele Estado será compreendida, quando cabível, como referência a residência ou residência habitual na unidade territorial pertinente;

f) qualquer referência a localização de bens naquele Estado será compreendida, quando cabível, como referência a localização de bens na unidade territorial pertinente;

g) qualquer referência a acordo de reciprocidade em vigor naquele Estado será compreendida, quando cabível, como referência a acordo de reciprocidade vigente na unidade territorial pertinente;

h) qualquer referência a assistência jurídica gratuita naquele Estado será compreendida, quando cabível, como referência a assistência jurídica gratuita na unidade territorial pertinente;

i) qualquer referência a acordo em matéria de alimentos concluído em um Estado será compreendida, quando cabível, como referência a acordo em matéria de alimentos concluído na unidade territorial pertinente;

j) qualquer referência a cobrança de custos por um Estado será compreendida, quando cabível, como referência a cobrança de custos pela unidade territorial pertinente.

§ 2º Este artigo não se aplica a uma Organização Regional de Integração Econômica.

Artigo 47 - Sistemas jurídicos não unificados - Regras materiais

§ 1º Um Estado Contratante com duas ou mais unidades territoriais nas quais se aplicam diferentes sistemas jurídicos não será obrigado a aplicar esta Convenção às situações que envolverem unicamente essas diferentes unidades territoriais.

§ 2º Uma autoridade competente em uma unidade territorial de um Estado Contratante com duas ou mais unidades territoriais nas quais se aplicam diferentes sistemas jurídicos não será obrigada a reconhecer ou executar decisão de outro Estado Contratante somente porque esta decisão foi reconhecida ou executada em outra unidade territorial do mesmo Estado Contratante nos termos desta Convenção.

§ 3º Este artigo não se aplica a uma Organização Regional de Integração Econômica.

Artigo 48 - Coordenação com Convenções da Haia anteriores em matéria de obrigações alimentares

Nas relações entre Estados Contratantes, observado o disposto no artigo 56, parágrafo 2º, esta Convenção substitui a Convenção de Haia de 2 de outubro de 1973 sobre o Reconhecimento e Execução de Decisões Relativas às Obrigações de Prestar Alimentos e a Convenção de Haia de 15 de abril de 1958 com relação a reconhecimento e execução de decisões relativas às obrigações de prestar alimentos para crianças, na medida em que seus âmbitos de aplicação entre os Estados coincidam com o âmbito de aplicação desta Convenção.

Artigo 49 - Coordenação com a Convenção de Nova Iorque de 1956

Nas relações entre Estados Contratantes, esta Convenção substitui a Convenção das Nações Unidas sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro, de 20 de junho de 1956, na medida em que seu âmbito de aplicação entre os Estados corresponda ao âmbito de aplicação desta Convenção.

Artigo 50 - Relação com as Convenções da Haia anteriores relativas à comunicação de atos processuais e à obtenção de provas

Esta Convenção não derroga a Convenção da Haia de 1º de março de 1954, relativa ao procedimento civil, a Convenção da Haia de 15 de novembro de 1965, relativa à citação, intimação e notificação no exterior de atos judiciais e extrajudiciais em matéria civil ou comercial, e a Convenção da Haia de 18 de março de 1970 sobre Obtenção de Provas no Exterior em Matéria Civil ou Comercial.

Artigo 51 - Coordenação com instrumentos e acordos complementares

§ 1º Esta Convenção não derroga qualquer instrumento internacional celebrado antes desta, do qual Estados Contratantes sejam Partes e que contenham disposições sobre as matérias reguladas por esta Convenção.

§ 2º Qualquer Estado Contratante poderá celebrar com um ou mais Estados Contratantes acordos que contenham disposições sobre as matérias reguladas pela Convenção a fim de melhorar a aplicação da Convenção entre eles, desde que tais acordos estejam em consonância com o objeto e a finalidade desta Convenção e que não afetem, nas relações desses Estados com outros Estados Contratantes, a aplicação das disposições desta Convenção. Os Estados que tiverem celebrado tais acordos transmitirão cópia ao depositário desta Convenção.

§ 3º Os parágrafos 1º e 2º se aplicam igualmente a acordos de reciprocidade e a leis uniformes baseadas em vínculos especiais entre os Estados em questão.

§ 4º Esta Convenção não afeta a aplicação de instrumentos de Organização Regional de Integração Econômica Parte da Convenção adotados após sua celebração, no que se refere às matérias reguladas pela Convenção, desde que tais instrumentos não afetem, nas relações dos Estados membros da Organização Regional de Integração Econômica com outros Estados Contratantes, a aplicação das disposições da Convenção. No que se refere a reconhecimento ou execução de decisões entre os Estados membros da Organização Regional de Integração Econômica, a Convenção não afeta as regras da Organização, tenham sido elas adotadas antes ou depois da celebração desta Convenção.

Artigo 52 - Regra da eficácia máxima

§ 1º Esta Convenção não impede a aplicação de tratado, acordo ou instrumento internacional vigente entre o Estado Requerente e o Estado Requerido ou de acordo de reciprocidade vigente no Estado Requerido que preveja:

a) bases mais amplas para reconhecimento de decisões em matéria de alimentos, sem prejuízo do artigo 22, alínea *f*, da Convenção;

b) procedimentos simplificados e mais céleres relativos a pedido de reconhecimento ou de reconhecimento e execução de decisões em matéria de alimentos;

c) assistência jurídica mais favorável que aquela prevista nos artigos 14 a 17; ou

d) procedimentos que permitam a demandante de um Estado Requerente apresentar solicitação diretamente à Autoridade Central do Estado Requerido.

§ 2º Esta Convenção não impedirá a aplicação de uma lei em vigor no Estado Requerido que preveja regras mais eficazes, tais como as mencionadas no parágrafo 1º, alíneas *a* a *c*. Entretanto, no que se refere aos procedimentos simplificados e mais céleres mencionados no parágrafo 1º, alínea *b*, esses devem ser compatíveis com a proteção oferecida às partes nos termos dos artigos 23 e 24, particularmente no que se refere aos direitos das partes de serem devidamente notificadas sobre os procedimentos e de terem oportunidade adequada de serem ouvidas, e no que se refere aos efeitos de contestação ou recurso.

Artigo 53 - Interpretação uniforme

Para a interpretação desta Convenção, levar-se-á em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade de sua aplicação.

Artigo 54 - Avaliação do funcionamento prático da Convenção

§ 1º O Secretário-Geral da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado convocará periodicamente uma Comissão Especial a fim de avaliar o funcionamento prático da Convenção e de estimular o desenvolvimento de boas práticas sobre a Convenção.

§ 2º Para esse fim, os Estados Contratantes colaborarão com a Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado a fim de coletar as informações relativas ao funcionamento prático da Convenção, incluindo estatísticas e jurisprudência.

Artigo 55 - Alteração de formulários

§ 1º Os formulários anexados a esta Convenção poderão ser alterados por decisão de uma Comissão Especial convocada pelo Secretário-Geral da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, para a qual serão convidados todos os Estados Contratantes e todos os Membros. A proposta de alteração dos formulários será incluída na ordem do dia da Reunião.

§ 2º As alterações adotadas pelos Estados Contratantes presentes na Comissão especial entrarão em vigor para todos os Estados Contratantes no primeiro dia do sétimo mês após a data de sua comunicação pelo depositário a todos os Estados Contratantes.

§ 3º Durante o prazo previsto no parágrafo 2º, qualquer Estado Contratante poderá notificar por escrito ao depositário que faz reserva a essa alteração, de acordo com o artigo 62. O Estado que tenha feito tal reserva será tratado, no que se refere a essa alteração, como se não fosse Parte da Convenção, até que a reserva seja retirada.

Artigo 56 - Disposições transitórias

§ 1º A Convenção será aplicada em todos os casos em que:

a) uma solicitação baseada no artigo 7º ou um pedido conforme o Capítulo III tenha sido recebido pela Autoridade Central do Estado Requerido após a entrada em vigor da Convenção entre o Estado Requerente e o Estado Requerido;

b) uma solicitação de reconhecimento e execução tenha sido apresentada diretamente a uma autoridade competente do Estado destinatário após a entrada em vigor da Convenção entre o Estado de origem e o Estado destinatário.

§ 2º No que se refere a reconhecimento e execução das decisões entre os Estados Contratantes desta Convenção que sejam igualmente Partes de alguma das Convenções da Haia em matéria de alimentos mencionadas no artigo 48, se as condições para reconhecimento e execução previstas nesta Convenção impedirem reconhecimento e execução de decisão proferida no Estado de origem antes da entrada em vigor desta Convenção neste Estado, a qual seria reconhecida e executada nos termos da Convenção em vigor ao tempo em que a decisão foi proferida, aplicar-se-ão as condições desta última Convenção.

§ 3º O Estado destinatário não é obrigado, com base nesta Convenção, a executar uma decisão ou um acordo em matéria de alimentos com relação a pagamentos devidos antes da entrada em vigor da Convenção entre o Estado de origem e o Estado destinatário, salvo no que se refere às obrigações de prestar alimentos decorrentes de uma relação de filiação em favor de uma pessoa menor de 21 anos.

Artigo 57 - Fornecimento de informações relativas às leis, procedimentos e serviços

§ 1º Um Estado Contratante, ao tempo em que depositar seu instrumento de ratificação ou de adesão ou que fizer declaração prevista no artigo 61 da Convenção, fornecerá à Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado:

a) descrição de sua legislação e de seus procedimentos relativos às obrigações em matéria de alimentos;

b) descrição das medidas que tomará para satisfazer as obrigações decorrentes do artigo 6º;

c) descrição da forma pela qual fornecerá aos demandantes acesso efetivo aos procedimentos, de acordo com o artigo 14;

d) descrição de suas regras e procedimentos de execução, incluindo quaisquer limites à execução, principalmente das regras de proteção ao devedor e os prazos de prescrição;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) qualquer declaração relativa ao artigo 25, parágrafo 1º, alínea *b,* e parágrafo 3º.

§ 2º Os Estados Contratantes poderão, para satisfazerem suas obrigações decorrentes do parágrafo 1º, utilizar formulário de perfil do país, recomendado e publicado pela Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

§ 3ºAs informações serão mantidas atualizadas pelos Estados Contratantes.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 58 - Assinatura, ratificação e adesão

§ 1º A Convenção estará aberta para assinatura dos Estados que eram Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado quando da sua Vigésima-primeira Sessão e dos demais Estados que participaram daquela Sessão.

§ 2º Ela será ratificada, aceita ou aprovada e os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, depositário da Convenção.

§ 3º Qualquer outro Estado ou Organização Regional de Integração Econômica poderá aderir à Convenção após sua entrada em vigor, de acordo com o artigo 60, parágrafo 1º.

§ 4º O instrumento de adesão será depositado junto ao depositário.

§ 5º A adesão somente terá efeito nas relações entre o Estado que adere e os Estados Contratantes que não tiverem oposto objeção a essa adesão nos 12 meses seguintes à data da notificação prevista no artigo 65. Tal objeção poderá igualmente ser oposta por qualquer Estado ao tempo de sua ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção, posterior àquela adesão. Tais objeções serão notificadas ao depositário.

Artigo 59 - Organizações Regionais de Integração Econômica

§ 1º Uma Organização Regional de Integração Econômica constituída unicamente de Estados soberanos e que têm competência sobre algumas ou todas as matérias reguladas por esta Convenção poderá igualmente assinar, aceitar, aprovar ou aderir a esta Convenção. A Organização Regional de Integração Econômica terá, nesse caso, os mesmos direitos e obrigações que um Estado Contratante, na medida em que a organização tenha competência sobre as matérias regidas pela Convenção.

§ 2º No momento da assinatura, da aceitação, da aprovação ou da adesão, a Organização Regional de Integração Econômica notificará ao depositário, por escrito, das matérias regidas por esta Convenção cuja competência lhe foi transferida por seus Estados Membros. A Organização notificará prontamente o depositário, por escrito, sobre qualquer modificação na delegação de competência especificada na notificação mais recente feita com base neste parágrafo.

§ 3º No momento da assinatura, aceitação, aprovação ou adesão, uma Organização Regional de Integração Econômica poderá declarar, de acordo com o artigo 63, que tem competência sobre todas as matérias regidas por esta Convenção e que os Estados Membros que transferiram suas competências à Organização Regional de Integração Econômica neste âmbito estão vinculados a esta Convenção pelo efeito da assinatura, aceitação, aprovação ou adesão da Organização.

§ 4º Para os fins de entrada em vigor desta Convenção, qualquer instrumento depositado por uma Organização Regional de Integração Econômica não será levado em conta, a menos que a Organização Regional de Integração Econômica faça uma declaração de acordo com o §3º.

§ 5º Qualquer referência a "Estado Contratante" ou a "Estado" nesta Convenção aplicar-se-á igualmente, quando apropriado, a Organização Regional de Integração Econômica que seja Parte. Quando uma declaração for feita por uma Organização Regional de Integração Econômica de acordo com o parágrafo 3º, toda referência a "Estado Contratante" ou a "Estado" nesta Convenção aplicar-se-á igualmente, quando cabível, aos Estados Membros da Organização.

Artigo 60 - Entrada em vigor

§ 1º A Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses após o depósito do segundo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação de que trata o artigo 58.

§ 2º A partir de então, a Convenção entrará em vigor:

a) para cada Estado ou Organização Regional de Integração Econômica de acordo com o artigo 59, parágrafo 1º, ratificando-a, aceitando-a ou aprovando-a posteriormente, no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses após o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação;

b) para cada Estado ou Organização Regional de Integração Econômica de acordo com o artigo 58, parágrafo 3º, no dia seguinte ao fim do período durante o qual objeções podem ser opostas nos termos do artigo 58, parágrafo 5º;

c) para as unidades territoriais às quais a Convenção foi estendida de acordo com o artigo 61, no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses após a notificação mencionada em tal artigo.

Artigo 61 - Declarações relativas aos sistemas jurídicos não-unificados

§ 1º Um Estado que tenha duas ou mais unidades territoriais às quais se apliquem diferentes sistemas jurídicos às matérias regidas por esta Convenção pode, ao tempo da assinatura, da ratificação, da aceitação, da aprovação ou da adesão, declarar, de acordo com o artigo 63, que esta Convenção se aplicará a todas as unidades territoriais ou somente a uma ou várias dentre elas, e poderá, a qualquer tempo, modificar essa declaração fazendo uma nova declaração.

§ 2º Qualquer declaração será notificada ao depositário e indicará expressamente as unidades territoriais às quais se aplica a Convenção.

§ 3º Se um Estado não fizer declaração sobre este artigo, a Convenção será aplicada a todas as unidades territoriais deste Estado.

§ 4º Este artigo não se aplica a uma Organização Regional de Integração Econômica.

Artigo 62 - Reservas

§ 1º Qualquer Estado Contratante poderá, no mais tardar ao tempo da ratificação, da aceitação, da aprovação ou da adesão, ou ao tempo em que fizer uma declaração de acordo com o artigo 61, fazer uma ou mais das reservas previstas nos artigos 2º, parágrafo 2º, 20, parágrafo 2º, 30, parágrafo 8º, 44, parágrafo 3,º e 55, parágrafo 3º. Nenhuma outra reserva será admitida.

§ 2º Qualquer Estado poderá, a qualquer tempo, retirar uma reserva que tiver feito. Esta retirada será notificada ao depositário.

§ 3º O efeito da reserva cessará no primeiro dia do terceiro mês após a notificação mencionada no parágrafo 2º.

§ 4º As reservas feitas nos termos deste artigo não terão efeitos recíprocos, com exceção da reserva prevista no artigo 2º, parágrafo 2º.

Artigo 63 - Declarações

§ 1º As declarações previstas no artigo 2º, parágrafo 3º, no artigo 11, parágrafo 1º, alínea *g*, no artigo 16, parágrafo 1º, no artigo 24, parágrafo 1º, no artigo 30, parágrafo 7º, no artigo 44, parágrafos 1º e 2º, no artigo 59, parágrafo 3º e no artigo 61, parágrafo 1º, poderão ser feitas quando da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ou a qualquer tempo e poderão ser modificadas ou retiradas a qualquer tempo.

§ 2º As declarações, modificações e retiradas serão notificadas ao depositário.

§ 3º Uma declaração feita ao tempo da assinatura, da ratificação, da aceitação, da aprovação ou da adesão terá efeito no momento da entrada em vigor da Convenção para o Estado em questão.

§ 4º Uma declaração feita posteriormente, assim como uma modificação ou uma retirada de uma declaração, terá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses após a data de recepção da notificação pelo depositário.

Artigo 64 - Denúncia

§ 1º Qualquer Estado Contratante poderá denunciar a Convenção por meio de notificação escrita ao depositário. A denúncia poderá se limitar a algumas unidades territoriais de um Estado às quais se aplica a Convenção.

§ 2º A denúncia terá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de 12 meses após a data de recepção da notificação pelo depositário. Quando for especificado na notificação que a denúncia terá efeito em um período maior, ela o terá ao final do período em questão, após a data de recepção da notificação pelo depositário.

Artigo 65 - Notificação

O depositário notificará os Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, bem como os Estados e as Organizações Regionais de Integração Econômica que assinaram, ratificaram, aceitaram, aprovaram ou aderiram de acordo com os artigos 58 e 59, sobre as informações seguintes:

a) assinaturas, ratificações, aceitações e aprovações mencionadas nos artigos 58 e 59;

b) adesões e objeções às adesões mencionadas nos artigos 58, parágrafos 3º e 5º e 59;

c) data de entrada em vigor da Convenção de acordo com o artigo 60;

d) declarações previstas no artigo 2º, parágrafo 3º, no artigo 11, parágrafo 1º, alínea *g*, no artigo 16, parágrafo 1º, no artigo 24, parágrafo 1º, no artigo 30, parágrafo 7º, no artigo 44, parágrafos 1º e 2º, no artigo 59, parágrafo 3º, e no artigo 61, parágrafo 1º;

e) acordos previstos no artigo 51, parágrafo 2º;

f) reservas previstas no artigo 2º, parágrafo 2º, no artigo 20, parágrafo 2º, no artigo 30, parágrafo 8º, no artigo 44, parágrafo 3º e no artigo 55, parágrafo 3º, e retirada de reservas prevista no artigo 62, parágrafo 2º;

g) denúncias previstas no artigo 64.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram esta Convenção.

Feita na Haia, em 23 de novembro de 2007, em francês e inglês, sendo os dois textos igualmente autênticos, em um único exemplar, que será depositado nos arquivos do Governo do Reino dos Países Baixos e do qual uma cópia autenticada será enviada, pela via diplomática, a cada um dos Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado quando da sua Vigésima-primeira Sessão, bem como a cada um dos demais Estados que participaram daquela Sessão.

PROTOCOLO SOBRE A LEI APLICÁVEL ÀS OBRIGAÇÕES DE PRESTAR ALIMENTOS
(Concluído em 23 de novembro de 2007)

Os Estados signatários do presente Protocolo,

Desejosos de estabelecer disposições comuns acerca da lei aplicável à obrigação de prestar alimentos,

Desejando modernizar a Convenção da Haia relativa à Lei Aplicável em Matéria de Obrigação de Prestar Alimentos a Menores, de 24 de outubro de 1956, e a Convenção da Haia sobre a Lei Aplicável à Obrigação de Prestar Alimentos, de 2 de outubro de 1973,

Desejando desenvolver regras gerais sobre a lei aplicável que possam complementar a Convenção da Haia de 23 de Novembro de 2007 sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família,

Resolveram celebrar um Protocolo para esse fim e acordaram as seguintes disposições:

Artigo 1º
Âmbito de aplicação

1. O presente Protocolo definirá a lei aplicável à obrigação de prestar alimentos resultante de relações de parentesco, filiação, casamento ou afinidade, inclusive a obrigação de prestar alimentos em relação a crianças, independentemente do estado civil dos pais.

2. Decisões proferidas em aplicação do presente Protocolo não farão juízo prévio acerca da existência de alguma das relações dispostas no parágrafo 1º.

Artigo 2º
Aplicação universal

O presente Protocolo aplica-se mesmo que a lei aplicável seja aquela de um Estado não-contratante.

Artigo 3º
Norma Geral sobre a lei aplicável

1. As obrigações de prestar alimentos regular-se-ão pela lei do Estado de residência habitual do credor, salvo quando o presente Protocolo dispuser de outra forma.

2. Em caso de mudança de residência habitual do credor, a lei do Estado de nova residência habitual aplicar-se-á a partir do momento em que a mudança ocorra.

Artigo 4º
Normas especiais em favor de determinados credores

1. Os dispositivos seguintes aplicar-se-ão no caso de obrigação de prestar alimentos:

a) de pais em favor de seus filhos;

b) de pessoas distintas dos pais em favor de pessoas que não tenham atingido a idade de 21 anos, com exceção das obrigações que derivem das relações às quais o artigo 5º se refere; e

c) de filhos em favor de seus pais.

2. Aplicar-se-á a lei do foro se o credor não conseguir, em razão da lei referida no Artigo 3º, obter a prestação de alimentos do devedor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. Não obstante a previsão do artigo 3º, aplicar-se-á a lei do foro se o credor tiver acionado a autoridade competente do Estado de residência habitual do devedor. Entretanto, aplicar-se-á a lei do Estado da residência habitual do credor se este não puder obter a prestação de alimentos do devedor em razão da lei do foro.

4. Se o credor não conseguir obter a prestação de alimentos do devedor em razão das leis a que se refere o Artigo 3º e os parágrafos 2 e 3 do presente artigo, aplicar-se-á a lei do Estado da nacionalidade comum do credor e do devedor, se houver.

Artigo 5º
Norma especial relativa a cônjuges e ex-cônjuges

No caso de obrigação de prestar de alimentos entre cônjuges, ex-cônjuges ou entre pessoas cujo matrimônio tenha sido anulado, o artigo 3º não se aplicará caso uma das partes se oponha, e a lei do outro Estado, em particular a do Estado de sua última residência habitual comum, apresentar vinculação mais estreita com o matrimônio. Neste caso, aplicar-se-á a lei deste outro Estado.

Artigo 6º
Norma especial de defesa

Com relação a obrigações de prestar alimentos distintas daquelas surgidas de relação entre pais e filhos em favor de criança e daquelas dispostas no artigo 5º, o devedor pode opor-se a uma pretensão do credor com o fundamento de que não existe tal obrigação nem segundo a lei do Estado de residência habitual do devedor, nem segundo a lei do Estado de nacionalidade comum das partes, se houver.

Artigo 7º
Designação da lei aplicável para fins de um procedimento específico

1. Não obstante as disposições previstas nos artigos 3º ao 6º, o credor e o devedor de alimentos poderão, unicamente para o propósito de procedimento específico em determinado Estado, designar expressamente a lei do referido Estado como aplicável a uma obrigação alimentar.

2. Uma designação feita antes da instituição de tal procedimento deverá ser objeto de acordo, firmado por ambas as partes, por escrito ou registrado em qualquer meio, cujo conteúdo seja acessível, de maneira a poder ser utilizado para consulta futura.

Artigo 8º
Designação da lei aplicável

1. Não obstante as disposições previstas nos artigos 3º ao 6º, o credor e o devedor de alimentos poderão, a qualquer momento, designar uma das leis seguintes como aplicável a uma obrigação de prestar alimentos:

a) a lei de qualquer Estado do qual alguma das partes seja nacional no momento da designação;

b) a lei do Estado de residência habitual de qualquer das partes no momento da designação;

c) a lei designada pelas partes como aplicável ou a lei de fato aplicada ao seu regime de bens;

d) a lei designada pelas partes como aplicável ou a lei de fato aplicada ao seu divórcio ou à sua separação judicial.

2. Tal acordo deverá ser feito por escrito ou registrado em qualquer meio, cujo conteúdo seja acessível, de maneira a poder ser utilizado para consulta futura, e deverá ser assinado por ambas as partes.

3. O parágrafo 1º não se aplicará às obrigações de prestar alimentos em favor de uma pessoa menor de 18 anos ou de um adulto que, por razões de diminuição ou insuficiência de suas faculdades pessoais, não se encontre em condições de proteger seus interesses.

4. Não obstante a lei designada pelas partes de acordo com o parágrafo 1º, a lei do Estado de residência habitual do credor, no momento da designação, determinará se o credor pode renunciar o seu direito a alimentos.

5. A menos que no momento da designação as partes tenham sido plenamente informadas e conscientizadas das consequências de sua designação, a lei designada pelas partes não se aplicará quando sua aplicação levar a consequências manifestamente injustas ou não razoáveis para qualquer das partes.

Artigo 9º
"Domicílio" em vez de "nacionalidade"

Um Estado que utilize o conceito de "domicílio" como fator de conexão em matéria de família poderá informar à Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado que, para os fins de casos apresentados perante suas autoridades, a palavra "nacionalidade" nos Artigos 4º e 6º será substituída pela palavra "domicílio", tal como definida naquele Estado.

Artigo 10
Órgãos públicos

O direito de um órgão público de solicitar o reembolso de benefício fornecido ao credor a título de prestação de alimentos reger-se-á pela lei a que esse órgão está sujeito.

Artigo 11
Âmbito da lei aplicável

A lei aplicável à obrigação de prestar alimentos determinará, entre outros:

a) se, em que medida, e de quem o credor pode reclamar alimentos;

b) a medida em que o credor pode reclamar alimentos retroativamente;

c) a base de cálculo do montante dos alimentos e a indexação;

d) quem pode iniciar um procedimento em matéria de alimentos, exceto as questões relativas à capacidade processual e à representação em juízo;

e) a prescrição ou o prazo para iniciar uma ação;

f) o alcance da obrigação de um devedor de alimentos, quando um órgão público solicita o reembolso das prestações fornecidas a um credor a título de alimentos.

Artigo 12
Exclusão de reenvio

No Protocolo, o termo "lei" significa o direito em vigor em um Estado, com exceção de suas normas de conflito de leis.

Artigo 13
Ordem pública

A aplicação da lei determinada de acordo com o Protocolo poderá ser recusada apenas na medida em que seus efeitos sejam manifestamente contrários à ordem pública do foro.

Artigo 14
Determinação do montante de alimentos

Mesmo que a lei aplicável disponha de outra forma, serão levados em consideração na determinação do montante da prestação de alimentos as necessidades do credor e os recursos do devedor, assim como qualquer compensação concedida ao credor em lugar dos pagamentos periódicos de prestação de alimentos.

Artigo 15
Não aplicação do Protocolo a conflitos internos

1. Um Estado Contratante no qual se apliquem diferentes sistemas jurídicos ou conjuntos de normas em matéria de obrigações de prestar alimentos não estará obrigado a aplicar as normas do Protocolo aos conflitos que envolvam unicamente tais diferentes sistemas ou conjuntos de normas legais.

2. O presente Artigo não se aplicará a uma Organização Regional de Integração Econômica.

Artigo 16
Sistemas jurídicos não unificados de caráter territorial

1. Em relação a um Estado no qual se apliquem, em unidades territoriais diferentes, dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de normas legais relativos às matérias tratadas pelo presente Protocolo:

a) qualquer referência à lei do Estado será interpretada, quando cabível, como uma referência à lei em vigor na unidade territorial pertinente;

b) qualquer referência às autoridades competentes ou órgãos públicos daquele Estado será interpretada, quando cabível, como uma referência àqueles competentes para atuar na unidade territorial pertinente;

c) qualquer referência à residência habitual naquele Estado será interpretada, quando cabível, como a residência habitual na unidade territorial pertinente;

d) qualquer referência ao Estado do qual duas pessoas tenham nacionalidade comum será interpretada como uma referência à unidade territorial designada pela lei daquele Estado ou, na ausência de normas pertinentes, à unidade territorial com a qual a obrigação de prestar alimentos tenha vinculação mais estreita;

e) qualquer referência ao Estado de que uma pessoa é nacional se interpretará como uma referência à unidade territorial designada pela lei daquele Estado ou, na ausência de normas pertinentes, à unidade territorial com a qual a pessoa tenha vinculação mais estreita.

2. Para os propósitos de identificação das leis aplicáveis em virtude do presente Protocolo, quando um Estado compreenda duas ou mais unidades territoriais, cada qual com seu próprio sistema jurídico ou conjunto de normas relativas a matérias reguladas pelo presente Protocolo, aplicar-se-ão as seguintes regras:

a) se houver, em determinado Estado, normas em vigor que determinem a lei de qual unidade territorial será aplicável, aplicar-se-á a lei daquela unidade;

b) na ausência de tais regras, aplicar-se-á a lei da unidade territorial pertinente, tal como definido no parágrafo 1.

3. O presente Artigo não se aplicará a uma Organização Regional de Integração Econômica.

Artigo 17
Sistemas jurídicos não unificados de caráter pessoal

Para fins de identificação da lei aplicável em virtude do presente Protocolo em relação a um Estado no qual existam dois ou mais sistemas jurídicos ou conjuntos de normas aplicáveis a diferentes categorias de pessoas relacionadas a matérias compreendidas no escopo do presente Protocolo, qualquer referência à lei de tal Estado se interpretará como uma referência ao sistema jurídico determinado pelas normas em vigor naquele Estado.

Artigo 18
Coordenação com as Convenções da Haia em matéria de obrigações alimentares anteriores

Nas relações entre Estados Contratantes, o presente Protocolo substitui a Convenção da Haia, de 2 de outubro de 1973, sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos e a Convenção da Haia, de 24 de outubro de 1956, sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos a Menores.

Artigo 19
Coordenação com outros instrumentos

1. O presente Protocolo não afeta outros instrumentos internacionais aos quais os Estados Contratantes são ou se tornarão Partes e que contêm dispositivos sobre matérias reguladas pelo Protocolo, exceto se for feita declaração em contrário pelos Estados-Partes de tais instrumentos.

2. O Parágrafo 1º também se aplica às leis uniformes baseadas na existência de vínculos especiais de caráter regional ou de outra natureza entre os Estados interessados.

Artigo 20
Interpretação uniforme

Ao interpretar o presente Protocolo, dever-se-á ter em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade em sua aplicação.

Artigo 21
Revisão do funcionamento prático do Protocolo

1. O Secretário-Geral da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado convocará, quando necessário, uma Comissão Especial com o propósito de revisar o funcionamento prático do Protocolo.

2. Para o propósito de tal revisão, os Estados contratantes cooperarão com o Secretaria Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado na obtenção de jurisprudência relativa à aplicação do Protocolo.

Artigo 22
Disposições transitórias

O presente Protocolo não se aplicará a alimentos reclamados em um Estado Contratante por período anterior a sua entrada em vigor naquele Estado.

Artigo 23
Assinatura, ratificação e adesão

1. O presente Protocolo está aberto à assinatura de todos os Estados.

2. O presente Protocolo está sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação pelos Estados signatários.

3. O presente Protocolo está aberto para adesão por todos os Estados.

4. Instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados no Ministério de Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos, depositário do Protocolo.

Artigo 24
Organizações Regionais de Integração Econômica

1. Uma Organização Regional de Integração Econômica constituída unicamente por Estados soberanos e que tenha competência sobre algumas ou todas as matérias reguladas pelo presente Protocolo poderá igualmente assinar, aceitar, aprovar ou aderir ao

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Protocolo. Nesse caso, a Organização Regional de Integração Econômica terá os mesmos direitos e obrigações que um Estado contratante na medida em que aquela Organização tenha competência sobre a matéria regulada pelo presente Protocolo.

2. No momento da assinatura, aceitação, aprovação ou adesão, a Organização Regional de Integração Econômica notificará, por escrito, ao depositário a matéria regulada pelo Protocolo sobre as quais os Estados Membros tenham transferido a competência para tal Organização.

3. No momento da assinatura, aceitação, aprovação ou adesão, a Organização Regional de Integração Econômica poderá declarar, de acordo com o Artigo 28, que exerce competência sobre todas as matérias reguladas pelo presente Protocolo e que os Estados Membros que tiverem transferido competência para a Organização Regional de Integração Econômica a respeito da matéria em questão estarão obrigados pelo presente Protocolo em virtude da assinatura, aceitação, aprovação ou adesão da Organização.

4. Para o propósito de entrada em vigor do Protocolo, um instrumento depositado por uma Organização Regional de Integração Econômica não será levado em consideração a menos que a Organização Regional de Integração Econômica faça uma declaração de acordo com o parágrafo 3.

5. Qualquer referência no Protocolo a "Estado Contratante" ou "Estado" se aplica igualmente a uma Organização Regional de Integração Econômica que seja Parte, quando apropriado. Quando uma Organização Regional de Integração Econômica fizer declaração disposta no parágrafo 3º, qualquer referência a "Estado Contratante" ou "Estado" no Protocolo aplicar-se-á igualmente aos Estados-Membros da Organização pertinente.

Artigo 25
Entrada em vigor

1. O Protocolo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses após o depósito do segundo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão de que trata o Artigo 23.

2. A partir de então, o Protocolo entrará em vigor:

a) para cada Estado ou cada Organização Regional de Integração Econômica a que se refere o artigo 24 que posteriormente o ratifique, aceite ou aprove, ou que lhe promova adesão, no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um do período de três meses após o depósito de seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

b) para as unidades territoriais as quais o Protocolo tenha sido estendido de conformidade com o Artigo 26, no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses depois de notificação da declaração prevista no referido artigo.

Artigo 26
Declarações com respeito a sistemas jurídicos não-unificados

1. Um Estado que tenha duas ou mais unidades territoriais às quais se apliquem diferentes sistemas jurídicos às matérias regidas por este Protocolo pode, ao tempo da assinatura, da ratificação, da aceitação, da aprovação ou da adesão, declarar, de acordo com o artigo 28, que este Protocolo se aplicará a todas as unidades territoriais ou somente a uma ou várias dentre elas, e poderá, a qualquer tempo, modificar essa declaração fazendo uma nova declaração.

2. Qualquer declaração será notificada ao depositário e indicará expressamente as unidades territoriais às quais se aplica o Protocolo.

3. Se um Estado não fizer declaração sobre este artigo, o Protocolo será aplicado a todas as unidades territoriais deste Estado.

4. Este artigo não se aplica a uma Organização Regional de Integração Econômica.

Artigo 27
Reservas

Não se admitirão reservas ao presente Protocolo.

Artigo 28
Declarações

1. As declarações previstas no artigo 24, parágrafo 3º e no artigo 26, parágrafo 1º poderão ser feitas no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou a qualquer tempo e poderão ser modificados ou retirados a qualquer tempo.

2. As declarações, as modificações e as retiradas serão notificadas ao depositário.

3. Uma declaração feita no momento da assinatura, ratificação, aceitação, aprovação ou adesão terá efeito no momento da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado em questão.

4. Uma declaração feita posteriormente, assim como qualquer modificação ou retirada de uma declaração, terá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de três meses após a data de recepção da notificação pelo depositário.

Artigo 29
Denúncia

1. Qualquer Estado Contratante poderá denunciar o Protocolo por meio de notificação escrita ao depositário. A denúncia poderá se limitar a algumas unidades territoriais de um Estado que tenha um sistema jurídico não-unificado ao qual se aplique o Protocolo.

2. A denúncia terá efeito no primeiro dia do mês seguinte ao fim de um período de 12 meses após a data de recepção da notificação pelo depositário. Quando for especificado na notificação que a denúncia terá efeito em um período maior, ela o terá ao final do período em questão, após a data de recepção da notificação pelo depositário.

Artigo 30
Notificação

O depositário notificará os Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, bem como os Estados e Organizações Regionais de Integração Econômica que assinaram, ratificaram, aceitaram, aprovaram ou aderiram de acordo com os artigos 23 e 24, sobre as informações seguintes:

a) assinaturas, ratificações, aceitações, aprovações e adesões mencionadas nos artigos 23 e 24;

b) data de entrada em vigor do Protocolo de acordo com o Artigo 25;

c) declarações previstas no artigo 24, parágrafo 3º e 26, parágrafo 1º;

d) denúncias previstas no artigo 29.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Tratado.

Feito na Haia, no dia 23 de novembro de 2007, nos idiomas francês e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos, em um único exemplar, que será depositado nos arquivos do Governo do Reino dos Países Baixos e do qual uma cópia autenticada será enviada, pela via diplomática, a cada um dos Membros da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado quando da sua Vigésima-primeira Sessão, bem como a cada um dos demais Estados que participaram daquela Sessão.

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 83, de 06 de novembro de 2007, publicada no D.O.U. nº 225, Seção I, Pág. 233, de 23/11/2007 que criou o Projeto de Assentamento FRANCISCO ROQUE DA CRUZ, no município de FAZENDA NOVA/GO, Cód. SIPRA GO036000, **onde se lê** "...área de 663,0800 ha (Seiscentos e sessenta e três hectares e oito ares)...", **leia-se**: "...área de 694,5651 ha (Seiscentos e noventa e quatro hectares, cinquenta e seis ares e cinquenta e um centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 52, de 28 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. nº 176, Seção I, Pág. 63, de 12/09/2007 que criou o Projeto de Assentamento PADRE NILO, nos municípios de AMORINÓPOLIS E IPORÁ/GO, Cód. SIPRA GO0354000, **onde se lê** "...área de 1.463,7088 ha (Um mil, quatrocentos e sessenta e três hectares, setenta ares e oitenta e oito centiares)...", **leia-se**: "...área de 1.463,4962 ha (Um mil, quatrocentos e sessenta e três hectares, quarenta e nove ares e sessenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-04 Nº 146, de 28 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. nº 228, Seção I, Pág. 85, de 29/11/2006 que criou o Projeto de Assentamento JALYSON JOSÉ VERONEZ, no município de FORMOSO/GO, Cód. SIPRA GO0338000 **onde se lê** "...área de 1.620,8834 ha (Um mil, seiscentos e vinte hectares, oitenta e oito ares e trinta e quatro centiares)...", **leia-se**: "...área de 1.632,9694 ha (Um mil, seiscentos e trinta e dois hectares, noventa e seis ares e noventa e quatro centiares)...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

COMITÉ DE DECISÃO REGIONAL DO SUL DO PARA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

O COMITÉ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições previstas na Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017 e Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/P nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicado no DOU nº 23, do dia 01 de fevereiro de 2017 e ainda, tendo em vista a decisão adotada na sua reunião realizada em 04 de outubro de 2017;

Considerando as razões expostas no Memorando/INCRA/SR(27)/D/N° 425/2017, que subsidiou a proposta da Divisão de Desenvolvimento da SR(27) em relação as dificuldades encontradas para atender as exigências de titulação, no que diz respeito ao georreferenciamento dos Projetos de Assentamento, exigidos na fase da instrução processual com O fim de permitir a expedição de documentos de titulação, e nas análises das demais Divisões, tais como a Divisão de Obtenção de Terras e Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária no mesmo sentido, manifestadas em Ata, e nos documentos que embasaram a decisão adotada por este colegiado;

Considerando a imperiosa necessidade de racionalização na utilização dos recursos disponíveis e em proporcionar maior agilidade nos trabalhos de instrução processual, de modo a se alcançar melhor resultado nas fases de análise e conclusão dos processos administrativos em vias de expedições de documentos de titulação na jurisdição da SR(27), objetivando O cumprimento da meta programada para este exercício;

Considerando o modelo adotado pela Superintendência Regional de Rondônia, em que o Comitê, por unanimidade, aprovou tal procedimento, acatando sugestão proposta pela SR17/D, nos seus respectivos termos resolve:

Art. 1º Dispensar temporariamente as exigências do georreferenciamento dos perímetros dos Projetos de Assentamento no âmbito desta Regional, cujas parcelas já estejam georreferenciadas na fase de instrução processual e inseridas no Sigef, para expedição dos documentos titulatórios, condicionando a entrega dos mesmos a conclusão dos trabalhos do georreferenciamento e os respectivos registros e averbações cartoriais e ao cumprimento das demais normas que regem a matéria.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

ASDRÚBAL MENDES BENTES
Coordenador do Comitê

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 594, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais no âmbito da Amazônia Legal

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 87, inciso II, da Constituição Federal, na Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, no Decreto de 3 de julho de 2003, com nova redação pelo Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013 e na Portaria Interministerial nº 328, de 20 de outubro de 2015, dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, em especial em seu art. 5º, e o que consta do Processo SEi! nº 02000.001540/2013-69, resolvem:

Art. 1º Prorrogar por dois anos o prazo para a conclusão dos trabalhos da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais no âmbito da Amazônia Legal, instituída pela Portaria Interministerial nº 328, de 20 de outubro de 2015, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Especial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 556, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ - Substituto, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFAs, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 1559, de 14 de julho de 2017, publicada no DOU n° 136, de 18 de julho de 2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.012237/2017-72, resolve:

Art. 1° Credenciar a empresa ADAGMA PALLETS LTDA. - ME, CNPJ: 20.618.679/0001-94, sob o nº BR PR 659, localizada na Estrada Municipal Pedro Durau, s/n, Morro Grande, Balsa Nova - PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamento na modalidade de:

a) Tratamento Térmico (HT).

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade provisória por 01 (um) ano, podendo ser renovado, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIS NESTOR DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 2.518, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU, de 14 de junho de 2010, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, publicada no DOU, de 21 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º HABILITAR o Médico Veterinário GEOVAN ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CRMV-RN, sob o nº 1153, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, para aves provenientes das granjas integradas à empresa GUARAVES - Guarabira Aves Ltda., nos municípios de Macaíba, Ceará-Mirim, Maxaranguape, São José do Campestre, São José de Mipibu, Brejinho, Serrinha, São Gonçalo do Amarante, Sítio Novo, Santa Cruz e São Bento do Trairí, observando as normas e dispositivos em vigor.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GETÚLIO BATISTA DA SILVA NETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 279, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300, de 16/06/2005, publicada no DOU de 20/06/2005, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.010161/2017-41, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 439, da empresa Tramontina Madeiras S.A., CNPJ nº 93.682.854/000186 e Inscrição Estadual 038/0035022, localizada na Rodovia RSC 471, Km 233, Bairro Industrial, Encruzilhada do Sul - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Tratamento Térmico (HT); b) Secagem em estufa (KD).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial da União nº 199, de 17 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 5, Portaria nº 299 de 16 de outubro de 2017, Art. 2º. Onde se lê: Premium Tabacos do Brasil Ltda. Leia-se: Premium Tabacos do Brasil S.A.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 127, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.040646/2017-56,

Considerando as dúvidas existentes em relação ao conflito normativo entre os Decretos 24.114/1934 e Decreto 5.759/2006 no que se refere a determinação de tratamento quarentenário obrigatório de cereais, grãos leguminosos e sementes de algodão destinados à exportação;

Considerando o entendimento anterior da Consultoria Jurídica do MAPA por meio do CGAJAA/CONJUR/Nº 150/2009 de que deve prevalecer o que dispõe o Decreto nº 5.759/2006 em virtude dos critérios cronológico e da especialidade;

Considerando a necessidade de padronização da operação entre as Unidades Vigiagro em todo país;

Art. 1º Determinar às Unidades Vigiagro, para fins de certificação fitossanitária na exportação, a imediata suspensão da exigência de tratamento quarentenário obrigatório - como medida fitossanitária - de partidas de cereais, grãos leguminosos e sementes de algodão na exportação até orientação em contrário por parte do Departamento de Sanidade Vegetal.

Art. 2º A suspensão mencionada acima não se aplica aos tratamentos quarentenários destinados a atender requisitos fitossanitários oficiais solicitados pelos países importadores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.961/SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.060993/2017-46, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio do Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 23 (vinte e três), visando à retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 13.164, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.069934/2017-48.

Conceder anuência, a posteriori, para os aumentos de capital social promovidos pela Assembleia Geral da ALGAR TELECOM S.A. em 19 de abril de 2013, 4 de novembro de 2013, 6 de abril de 2015, e 25 de abril de 2017, sem prejuízo da apuração de eventual infração a dispositivo regulatório. Conceder anuência prévia para aumento do capital social, conforme solicitado em 25 de agosto de 2017.

A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do extrato do presente Ato no Diário Oficial da União (DOU), prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 499, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.010899/2015-99
Recorrente/Interessado: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de três votos, nos termos do Voto nº 14/2017/SEI/LM (SEI nº 1846807), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 503, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.011736/2010-19
Recorrente/Interessado: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por maioria de três votos, nos termos do Voto nº 18/2017/SEI/LM (SEI nº 1959393), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) conhecer das manifestações constantes das Cartas SEI n. 1363873 e 1489205, como exercício de direito de petição, e indeferi-las.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 10.095, DE 4 DE JULHO DE 2017

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço, de interesse restrito, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade, número do CPF ou CNPJ, número do Fistel, validade da autorização de radiofrequência.

ADAILTON MARIO DOS SANTOS, 50639242987, 50403184215, 21/02/2016; ANDRE LUIZ DUTRA MATTOS, 59700386015, 50013554603, 23/09/2015; ANTONIO CARLOS SCHERER, 00264326920, 14020395225, 03/06/2011; ARIEL OLIVEIRA AGACCI JUNIOR, 91068568968, 50404162100, 25/11/2014; ARLINDO ISAAC DA COSTA, 183482972, 14020272905, 29/12/2012; ARNALDO LIMA, 00144193868, 50013653768, 04/09/2013; ASSIS BRASIL MAURIQUE, 09746773020, 14020306737, 18/11/2012; ATOMOS BENIGNO GALASTRI, 07185740959, 14020488746, 07/05/2011; CAJEDORA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA, 05551681000108, 50013365207, 05/09/2015; CAPTURA E COMERCIO DE PESCADOS CABRAL LTDA, 76550631000146, 14020018430, 12/11/2010; CARLOS WALDEMAR GREGORIO, 54367557987, 50401250709, 23/06/2014; CHARLES ANTONIO POUSADA DA HORA, 68907206015, 50402477375 , 08/09/2015; COMERCIO E INDUSTRIA DE PESCADOS KOWALSKI LTDA, 86129962000160, 14020020418, 28/01/2015; COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA, 84208123000102, 50011311622, 23/01/2013; DEOCLEZIO AUGUSTO FRANCISCO MARQUES, 55205208953, 50402878361 , 05/12/2015; DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CASTRO & MARQUES LTDA, 03779851000172, 50403747805, 08/12/2015; ELDO DE MELO, 54289890920, 50013301730, 15/05/2013; FERNANDO MARTINS MANSANO, 03238214802, 50500000336, 12/04/2015; FLORIPA CALDEIRA CIPRIANO, 07014577832, 50406382484, 06/06/2016; GELASIO SABEL, 0407826904, 50005723949, 02/08/2015; GENEIR DOMINGOS DA ROCHA, 77272196734, 50401668932, 16/11/2014; HAMILTON ARAUJO FILHO, 30585589968, 14020543194, 20/02/2013; HELENA GENTILE COSTA AMARAL, 02531146750, 50004388330, 27/12/2015; IND E COM DE PESCADOS CHICO"S LTDA, 02161197000338, 50402130855, 17/05/2015; ISAKE DE CASTRO, 15347729791, 01020125713, 31/07/2013; JORGE LUIZ SAVI DE FREITAS, 09853553953, 14020259127, 10/07/2012; JOSE RAMON PEREZ LOPES, 26365235887, 02020174430, 18/06/2012; LUIZ CEOLA, 25215558949, 50401952061, 04/03/2015; MANOEL ANTONIO DE SENA, 04808649934, 50402434560, 25/08/2015; MANOEL DO NASCIMENTO FILHO, 35192887968, 50012719161, 23/05/2016; MARCELO LEBARBENCHON MOURA, 28915542991, 14020367523, 30/01/2011; MARCOS ANTONIO DE MIRA, 19384610968, 14020484910, 17/10/2010; MARIA HELENA ANTUNES CASTRO, 02634961804, 02020061317, 17/12/2012; MIGUEL PRAXEDES DE SOUZA, 29145880972, 14020328625, 05/07/2016; MURILO TERNES ME, 00087824000140, 50402990366, 03/01/2016; PATRICK SIMONI ROCHA, 96066890930, 50403322898, 18/04/2016; POSTO DE ABASTECIMENTO NAUTICO AVILA LTDA, 76315621000126, 50009981381, 18/10/2010; RCD EMPREENDIMENTOS LTDA, 00762199000195, 50409366307, 05/04/2016; REGINALDO ABELARDO PINHEIRO, 03564225935, 50402854691, 28/11/2015; ROBERTO RIBEIRO, 00963810944, 14020530106, 21/12/2010; SÉRGIO ALEXANDRE CIPRIANO, 88663175949, 50402466500, 02/09/2015; SILVIO ANTONIO CALDEIRA, 65094182900, 14020544590, 19/08/2015; SONIA APARECIDA RIGO GUILL, 81178468968, 50403052491, 19/01/2016; STEPHEN MA, 40021734020, 50402449835, 30/08/2015; VALDIR TEIXEIRA FILHO, 59419881920, 50408572922, 31/05/2016.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 13.140, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53516.003557/2017-13.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, CNPJ nº 78.320.397/0001-96, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas à(ao):

Nº 13.100 - FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CNPJ nº 00.699.688/0001-40;

Nº 13.101 - SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA - ME, CNPJ nº 04.952.098/0001-38

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 12.593, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53528.004396/2017-38.

Expede autorização à MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, CNPJ nº 88566872000162, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 13.013, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a RÁDIO EDUCADORA DE GUAÍBA LTDA, CNPJ nº 92.011.253/0001-89 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

ATO Nº 13.094, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA, CNPJ nº 91.903.989/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

RAFAEL ANDRÉ BALDO DE LIMA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 12.034, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53504.000890/2017-00.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à INTER TELECOM - COMERCIO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO LTDA - EPP, 06.936.357/0001-62, associada à autorização de Serviço Limitado Especializado em São Caetano do Sul/SP, até 24/09/2027.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

Nº 12.511 - Processo nº 53500.072909/2017-41.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à MINAS NET LTDA ME , CNPJ/MF nº 12.022.934/0001-03, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), até 11/12/2028.

Nº 12.543 - Processo nº 53524.001421/2017-61.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, CNPJ/MF nº 17.281.106/0001-03, associada à Autorização para explorar o Serviço Limitado Privado (SLP), até 31/08/2019.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

Nº 12.546 - Expede autorização à LOJACK DO BRASIL LTDA., CNPJ/CPF: 05.435.068/0001-17, para executar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, em todo território nacional. E também Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 12.547 - Processo nº 53508.005640/2017-18. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP), até 08/12/2029.

Nº 12.549 - Processo nº 53500.067481/2017-15. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à ATENDE ENGENHARIA LTDA ME , CNPJ/MF nº 09.430.688/0001-14, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), pelo prazo de 15 (quinze) anos.

Nº 12.551 - Expede autorização à SEGURATEL - ALARMES ELETRÔNICOS LTDA - ME, CNPJ/CPF: 01.420.240/0001-08, para executar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, em todo território nacional. E também Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Nº 12.552 - Expede autorização à SHELTER SISTEMAS ELETRONICOS E SERVICOS LTDA-EPP, CNPJ/CPF: 04.022.822/0001-24, para executar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, em todo território nacional. E Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Nº 12.557 - Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à PRB PESSOA, CNPJ/CPF: 63.640.908/0001-80, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, em Tefé/AM,até 08/05/2034.

Nº 12.581 - Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à TIXPERTS INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 21.229.558/0001-13, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), até 10/01/2032.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 12.650, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Processo nº 53504.004302/2017-07.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à Esho Empresa de Serviços Hospitalares S.A., CNPJ/CPF 29.435.005/0082-94, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação radiochamada em Garulhos/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 13.090, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Processo nº 53500.076980/2017-01.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE RADIODIFUSAO CAMPOGRANDENSE LTDA, CNPJ 33.194.069/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campo Grande/MS, até a data de 04/04/2021.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 13.099 - Processo nº 53500.076134/2017-83.
Autoriza THERMO KING DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 44.637.619/0006-91, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em São Paulo/SP, pelo período de 16/10/2017 a 20/10/2017.

Nº 13.107 - Processo nº 53500.074906/2017-42.
Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em Pinhais/PR, pelo período de 20/10/2017 a 22/10/2017.

Nº 13.108 - Processo nº 53500.075667/2017-48.
Autoriza DOSSENA E VASCONCELOS SERV AUTOM LTDA ME, CNPJ nº 16.796.265/0001-88, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em Viamão/RS, pelo período de 20/10/2017 a 22/10/2017.

Nº 13.109 - Processo nº 53500.075664/2017-12.
Autoriza MOTTIN RACING LTDA, CNPJ nº 03.406.065/0001-20, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação em Viamão/RS, pelo período de 20/10/2017 a22/10/2017.

Nº 13.110 - Processo nº 53500.075663/2017-60.
Autoriza JOSE ANTONIO MIRO DE CORDOVA - ME, CNPJ nº 14.140.838/0001-95, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação nas seguintes localidade(s) Viamão/RS, pelo período de 20/10/2017 a 22/10/2017.

Nº 13.111 - Processo nº 53500.075661/2017-71.
Autoriza COMERCIAL SAMBAIBA DE VIATURAS LTDA, CNPJ nº 03.013.854/0002-81, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação nas seguintes localidade(s), Viamão/RS no período de 21/10/2017 a 22/10/2017.

Nº 13.112 - Processo nº 53500.075656/2017-68.
Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação nas seguintes localidade(s), Viamão/RS, no período de 20/10/2017 a 22/10/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.020, DE 2 DE AGOSTO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XVI e XVII do art. 76, Capítulo IV, Anexo III da Portaria nº. 1.729, de 31 de março de 2017 observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria nº. 858 de 18 de dezembro de 2008 e na Portaria nº. 112 de 22 de abril de 2013, modificada pela Portaria nº. 5.774 de 16 de dezembro de 2016, tendo em vista o que consta no processo nº. 53000.033467/2013-25, com fulcro na Nota Técnica nº. 4.574/2017/SEI-MCTIC, na forma prevista no artigo 50, §1°, da Lei n°. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Reconsiderar, de ofício, a decisão proferida por via da Portaria nº. 3.982/2015/SEI-MC publicada no D.O.U. em 10/03/2016, que aplicou à EMISSORA VALE DO APODI LTDA, Fistel nº. 50011054808, a sanção de suspensão por 1 (um) dia e, por este ato, convertê-la em multa no valor total de R$ 2.179,04 (dois mil, cento e setenta e nove reais e quatro centavos), com fundamento no art. 62, da Lei 4.117/62, e lhe atribuir 4 (quatro) pontos, em razão da prática, de infração capitulada no art. 38, alínea "c" do Código Brasileiro de Telecomunicações, com redação dada pela Lei nº. 10.610 de 20 de dezembro de 2002.

Art. 2º Considerar prejudicado o recurso apresentado pela entidade e consignar o direito de o interessado apresentar novas razões recursais no prazo legal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 5.989/SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.046430/2017-45, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Alternativa Paraisopolense de Radiodifusão, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Dr. Simões de Almeida, N°198 - Centro para a :Local Não Arruado - Morro do Cruzeiro, S/n°, na localidade de Paraisópolis / MG. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 1236/2010 publicada no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2010, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 70/2016, publicado no Diário Oficial da União em 30 de março de 2016, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53710.001718/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 22°33"43"S e longitude 45°47"04"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 4.748/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.057579/2016-71, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 33085/2016/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisão Liberal Limitada, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Redenção, estado do Pará, utilizando o canal 9+ (nove decalado para mais), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, a qual passará a ser a própria Televisão Liberal Limitada, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

PORTARIA Nº 5.522/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.057583/2016-39, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 33121/2016/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisão Liberal Limitada, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Altamira, estado do Pará, utilizando o canal 13 (treze), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, a qual passará a ser a própria Televisão Liberal Limitada, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belém, estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.s

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de outubro de 2017

Nº 116 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2017.

17-0523 A Arquitetura de Duda
Processo: 01416.024648/2017-17
Proponente: BEMBE FILMES SERVICOS DE PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA. ME
Cidade/UF: Campina Grande/SP
CNPJ: 12.514.813/0001-89
Valor total aprovado: R$ 50.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500,00
Banco: 001- agência: 1591-1 conta corrente: 32381-0
Valor aprovado no Art. 18 da lei 8.313/91: R$ 45.000,00
Banco: 001- agência: 1591-1 conta corrente: 32380-2

17-0531 NA MULTIDÃO
Processo: 01416.011956/2017-74
Proponente: CINEMA BRASIL DIGITAL - ESCRITÓRIO DE PLANEJ. EMPR. AUD. LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 68.317.445/0001-33
Valor total aprovado: R$ 3.791.779,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.002.190,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45413-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45412-5

17-0540 JOELMA
Processo: 01416.024618/2017-01
Proponente: INTRO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.344.932/0001-02
Valor total aprovado: R$ 9.930.715,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.934.179,25
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8056-X
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8053-5

17-0566 AS POLACAS
Processo: 01416.025236/2017-96
Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.900.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24603-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.800.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 24602-6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17-0567 DELICADEZA
Processo: 01416.025570/2017-40
Proponente: CIGANO FILMES LTDA - ME. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.005.783/0001-70 Valor total aprovado: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1189-4 conta corrente: 51749-6

17-0568 RUAS DISSONANTES
Processo: 01416.025551/2017-13
Proponente: PERPETUUM CINEMA E ARTE LTDA. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.548.416/0001-50
Valor total aprovado: R$ 404.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 383.000,00
Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 62910-3

17-0570 MANU
Processo: 01416.025603/2017-51
Proponente: CISMA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS, EVENTOS E TEATRO LTDA. Cidade/UF: São Paulo / SP
CPF: 05.919.250/0001-43
Valor total aprovado: R$ 3.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.205.000,00
Banco: 001- agência: 1892-9 conta corrente: 19751-3

17-0571 CARMEN
Processo: 01416.025615/2017-86
Proponente: CISMA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS, EVENTOS E TEATRO LTDA. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.919.250/0001-43
Valor total aprovado: R$ 2.500.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001- agência: 1892-9 conta corrente: 19750-5

17-0572 CAÇADORAS DE SONHOS
Processo: 01416.025274/2017-49
Proponente: PERVALEO INTERMEDIAÇÃO DE SERVIÇOS NA INTERNET LTDA. Cidade/UF: Niterói / RJ
CNPJ: 22.526.061/0001-20
Valor total aprovado: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.800.000,00
Banco: 001- agência: 1230-0 conta corrente: 51558-2

17-0573 QUANDO A NOITE VAI EMBORA
Processo: 01416.025692/2017-36
Proponente: DEMAMAN & CIA LTDA ME. Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 14.853.467/0001-99
Valor total aprovado: R$ 240.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 228.000,00 Banco: 001- agência: 3537-8 conta corrente: 28560-9

17-0574 BABY
Processo: 01416.025318/2017-31
Proponente: DESBUN FILMES E ROTEIROS LTDA - ME. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.091.386/0001-73
Valor total aprovado: R$ 2.988.850,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 26615-9

17-0575 FAZENDO A VIDA
Processo: 01416.025572/2017-39
Proponente: TRÊS MUNDOS CINE Y VIDEO LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 01.713.311/0001-60
Valor total aprovado: R$ 2.805.000,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 981.750,00
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 45414-1

17-0576 INCLUSÃO REVERSA
Processo: 01416.025675/2017-07
Proponente: MOVIOCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 15.743.170/0001-33
Valor total aprovado: R$ 467.555,00
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 444.177,25
Banco: 001- agência: 3386-3 conta corrente: 26470-9

17-0577 DESTRUA-ME
Processo: 01416.025586/2017-52
Proponente: PONTOS DE FUGA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.832.283/0001-87
Valor total aprovado: R$ 4.234.600,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 30889-7
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 30891-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00 Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 30890-0
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 522.600,00
Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 30892-7

17-0578 PARA ALÉM DOS TRIBUNAIS
Processo: 01416.025698/2017-11
Proponente: TRAILER FILMES PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICAS LTDA. - ME. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.479.453/0001-04
Valor total aprovado: R$ 794.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 754.300,00
Banco: 001- agência: 4306-0 conta corrente: 15137-8

17-0579 APENAS RESPIRE
Processo: 01416.025747/2017-16
Proponente: NA LAJE FILMES PRODUÇÕES LTDA. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.035.343/0001-01
Valor total aprovado: R$ 3.106.747,12 Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.951.409,76 Banco: 001- agência: 2809-6 conta corrente: 31666-0

17-0580 VIVAAAAAA
Processo: 01416.025700/2017-44
Proponente: ALICE FANNY RIFF-PRODUÇÕES AUDIVISUAIS E CULTURAIS-ME. Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 10.551.469/0001-72
Valor total aprovado: R$ 630.000,00 Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 598.500,00 Banco: 001- agência: 0385-9 conta corrente: 62909-X

17-0581 EM BUSCA DA FOTO PERFEITA
Processo: 01416.025760/2017-67
Proponente: IMAGINAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.899.485/0001-50
Valor total aprovado: R$ 1.905.700,00 Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.810.415,00 Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 49229-9

17-0582 CIDADE DOS SONHOS - CITY OF DREAMS
Processo: 01416.024040/2017-84
Proponente: LUMIART LTDA. Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 09.206.021/0001-32
Valor total aprovado: R$ 6.258.165,28
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3032-5 conta corrente: 58049-X
Valor aprovado no Art. 1º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3032-5 conta corrente: 58051-1
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001- agência: 3032-5 conta corrente: 58050-3
Valor aprovado no Art. 3º A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3032-5 conta corrente: 58052-X

Art. 2º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 634, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176525 - IMIN 110 - PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL ALIANÇA CULTURAL BRASIL - JAPÃO DO PARANÁ
CNPJ/CPF: 78.019.825/0001-45
Processo: 01400027553201716
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 2.264.678,05
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar uma rica programação Artística e Cultural, na cidade de Maringá - PR, em Evento comemorativo aos 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil, contando com apresentações de Artes Cênicas, em especial o Bon Odori e o Teatro de Kabuki, Música Instrumental e Japonesa, com a participação especial de renomado artísta Japonês, o Taiko e ainda a realização de várias exposições de Artes Visuais. O evento fará parte do calendário oficial das comemorações dos 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil e atingirá pessoas de várias regiões e diversas etnias do Paraná e também de outros estados do Brasil.

176521 - Mes da Diversidade
FOUR X PRODUCAO DE EVENTOS E CONSULTORIA LTDA
CNPJ/CPF: 15.356.941/0001-30
Processo: 01400027539201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.372.625,00
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Mês da Diversidade é um projeto que será realizado com a intenção de unir as diversas atividades e manifestações culturais com a tematica LGBT, incluindo as Paradas do Orgulho LGBT. Os desfiles, que contam com musica, dança e performances artísticas tem como objetivo o respeito a diversidade e a luta contra a homofobia. O olhar a partir da ótica LGBT será traduzido em ações que abordem a diversidade de manifestações culturais com a realização de ações que ocuparão espaços distribuídos pelos eventos, trazendo: moda, culinária, música e performances de diversas manifestações artísticas.

176494 - Ópera O quatrilho
BELL"ANIMA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 19.407.123/0001-70
Processo: 01400027327201735
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 3.269.012,37
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montar e circular por entre dezesseis cidades com ópera baseada na obra O quatrilho, livro de autoria do brasileiro José Clemente Pozenato, lançado em 1985.

176487 - UMA NOITE NO MUSEU - CARNAVAL 2018
GREMIO RECREATIVO CULTURAL SOCIAL ESCOLA DE SAMBA ACADEMICOS DO TUCURUVI
CNPJ/CPF: 48.034.847/0001-13
Processo: 01400027253201737
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.988.000,00
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se do desfile de Carnaval do G.R.C.S. ESCOLA DE SAMBA ACADÊMICOS DO TUCURUVI, a realizar-se no dia 09 de fevereiro de 2018 , no sambodrómo do Anhembi, em São Paulo, com a distribuição das fantasias.

176548 - UNIDOS DE VILA MARIA - CARNAVAL 2018
GREMIO RECREATIVO CULTURAL SOCIAL ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE VILA MARIA
CNPJ/CPF: 43.156.728/0001-10
Processo: 01400027590201724
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.845.996,00
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o desfile do G.R.C.S.E.S. Unidos de Vila Maria no Sambódromo do Anhembí, cidade de São Paulo em 10 fevereiro de 2018. Haverá a distribuição de fantasias.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
172118 - FESTIVAL DE NATAL DE QUEDAS DO IGUAÇU
Eradi Antônio Buss Dutra 28703634000
CNPJ/CPF: 20.207.710/0001-02
Processo: 01400017998201798
Cidade: Quedas do Iguaçu - PR;
Valor Aprovado: R$ 201.197,85
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival de Natal de Quedas do Iguaçu tem o apoio da Associação Comercial e Empresarial, da Associação do Centro de Cultura e Sustentabilidade de Quedas do Iguaçu e da Secretaria Municipal de Cultura de Quedas do Iguaçu e atende ao anseio da população que vê neste evento a oportunidade de assistir shows gratuitos de boa qualidade apresentados em espaço público, com cenário encantador e embalado pelo clima natalino. Para os shows do Festival de Natal será construído, em madeira, um "chalé", amplamente decorado com enfeites natalinos e que servirá como palco durante as apresentações dos shows. O local e seu entorno receberão decoração natalina especialmente desenvolvida para tal, de modo a transformar aquele ambiente no cenário ideal para o evento.

176520 - Música Instrumental 2018
SEIKO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 27.912.952/0001-38
Processo: 01400027528201732
Cidade: Vargem Grande Paulista - SP;
Valor Aprovado: R$ 644.931,00
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Pretende-se com o projeto MÚSICA INSTRUMENTAL 2018 a criação de uma série retratando diferentes aspectos da música instrumental, oferecendo ao público um panorama do cenário. O projeto irá contemplar diferentes ações de democratização do acesso, buscando ampliar o público para esse tipo de arte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
176539 - Pernambuco: Folclore e Folguedos
ADCE Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 01.279.950/0001-60
Processo: 01400027574201731
Cidade: Abreu e Lima - PE;
Valor Aprovado: R$ 582.505,00
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicação do livro Pernambuco: Folclore e Folguedos, que será ilustrado, traduzido para o inglês e de fácil compreensão sobre temas da cultura popular pernambucana.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
176557 - "Mônica Salmaso - CAIPIRA"
Turmalina Produções Musicais e Artísticas Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 09.086.606/0001-66
Processo: 01400027652201706
Cidade: Sarapuí - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.977.408,00
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "Mônica Salmaso - CAIPIRA" é a tournée do espetáculo musical que tem como tema o universo de identidade brasileira com suas raízes musicais sobre o interior do Brasil

175471 - O Sonho Realizado
RANIERY SOARES VINHAL 05941287658
CNPJ/CPF: 26.622.011/0001-05
Processo: 01400024542201784
Cidade: Passos - MG;
Valor Aprovado: R$ 198.629,40
Prazo de Captação: 20/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a gravação, produção e distribuição gratuita do DVD do artista Raniery Soares. Além de realizar palestras sobre a cultura caipira em escolas públicas,enquanto formação de plateia.

PORTARIA Nº 635, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1412277 - Circo ArteHumanizAÇÃO no Hospital de Câncer Lulinha em Barretos-SP, em Votuporanga e em São José do Rio Preto-SP.
Aldo Hayrton Dezan
CNPJ/CPF: 109.492.048-70
Cidade: Votuporanga - SP;
Valor Complementado: R$ 84.400,00
Valor total atual: R$ 435.800,00

PORTARIA Nº 636, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 163529 - I Circuito paranaense de dança contemporânea da Sutil Companhia de Dança, publicado na portaria nº 765/16 de 05/12/2016, no D.O.U. de 06/12/2016, para Circuito paranaense de dança contemporânea.

PRONAC: 164148 - A VILLA DE NOEL, publicado na portaria nº 179/17 de 17/03/2017, no D.O.U. de 20/03/2017, para Mundo de Noel.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÕES

Na portaria nº 587 de 28/09/2017, publicada no DOU n.º 188 de 29/09/2017, Seção 1, páginas 41 a 43, referente ao Projeto Best of Blues - Pronac:17 5735

Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

Leia se: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)

Na portaria nº 457 de 26/07/2017, publicada no D.O.U. n.º 143 de 27/07/2017, Seção 1, página 19, referente ao Projeto Exposições - 10 anos do Museu da Língua Portuguesa (título provisório) - Pronac: 15 4361

Onde se lê: Valor Reduzido: R$ 813.550,00
Valor total atual: R$ 2.491.070,00

Leia se: Valor Reduzido: R$ 908.250,00
Valor total atual: R$ 2.396.370,00

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 130, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 06, de 05 de julho de 2017 - EDITAL APP PRA CULTURA, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado preliminar da fase seleção e habilitação do referido Edital conforme Anexo I (projetos selecionados e habilitados em caráter preliminar por grupo conforme subitens 7.8. e 8.1.), Anexo II (projetos em lista de reserva conforme subitem 7.9.), Anexo III (projetos inabilitados conforme subitem 8.2.), Anexo IV (projetos não selecionados conforme subitem 7.8.), Anexo V (projetos desclassificados conforme subitem 7.1.) e Anexo VI (projetos desclassificados conforme subitem 7.5.).

Art. 2º - Abrir prazo de recurso a ser enviado nos 04 (quatro) dias úteis seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico para o endereço eletrônico: concurso.sav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Informar que na fase de recurso não será aceita documentação complementar nem retificação da documentação apresentada na inscrição. Somente serão considerados aqueles documentos anexados no sistema salicweb no ato da inscrição. Os pedidos de reconsideração não admitem saneamento de pendências e/ou inclusão de novos documentos.

Art. 4º - Informar que as notas divulgadas abaixo foram reduzidas para duas casas decimais, por isso há um arredondamento da pontuação na nota geral de cada projeto.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

Projetos selecionados e habilitados em caráter preliminar por grupo conforme subitens 7.8. e 8.1.:
I) Grupo 1: Unidades Federativas da Região Norte:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174194	App Cineclube Opiniões	Francisco das Chagas Gomes do Nascimento	AC	Audiovisual	14,67
175163	Sensofilme	Felipe Pinto de Lima	RR	Audiovisual	14,00
173421	Jogo Adivinhas	Thiago Elisio Neves de Ataide	PA	Cultural Livre	16,67
173550	Uma Banda Animal	Fernando Menezes Salgado	PA	Cultural Livre	15,33
172873	EducAR - Plataforma mobile de educação patrimonial baseada em realidade aumentada geolocalizada	antonio claudio costa alfonso	PA	Cultural Livre	15,00

II) Grupo 2: Unidades Federativas da Região Centro-Oeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174183	FlixBrasil	Bruno Marquete da Silva	GO	Audiovisual	15,33
172545	Procket	Walder de Miranda Junior	DF	Audiovisual	14,33
173666	Circuito nacional de festivais de cinema	Wadih Carlos Magalhães Elkadi	GO	Audiovisual	14,00
173731	RESPONDIDOS	MARIA MARLEIDE DOS SANTOS NASCIMENTO DE OLIVEIRA	GO	Audiovisual	14,00
174022	Aplicativo para ensino da língua Terena	Naine Terena de Jesus	MT	Cultural Livre	18,00
173853	InfoMundo	Wilker de Jesus Machado	GO	Cultural Livre	17,00
173100	Queen of Seas 2 - Continuação do jogo Queen of Seas	Suâmi Abdalla-Santos	DF	Cultural Livre	16,67
174701	Banzo	Philippe Alves Lepletier	DF	Cultural Livre	16,67

III) Grupo 3: Unidades Federativas da Região Nordeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
175328	Desafio Além da Lenda	Natália Ribeiro Barreto	PE	Audiovisual	17,00
175546	FR4MEz	Rodrigo Leôncio Motta	PB	Audiovisual	17,00
173067	Batalhas Folclóricas	Ricardo Santos de Figueirêdo	PE	Audiovisual	16,67
173138	LENDAS RPG	JADER ANDERSON OLIVEIRA DE ABREU	PI	Audiovisual	16,67
174338	Sociedade Nagô	Alexandre Macêdo Santos	BA	Audiovisual	16,33
173429	Carnavalência	Giulia Adriene Lins Cavalcanti	PE	Audiovisual	15,67
174024	Artecidade - Transformação artística da Arquitetura urbana	Hendrik Teixeira Macedo	SE	Cultural Livre	18,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

174512	Um Aplicativo para Divulgar Eventos Culturais Utilizando Técnicas de Gamificação	Flávio Mota Medeiros	AL	Cultural Livre	18,00
173374	Tia Truck: Culinária Brasileira	MIGUEL GONÇALVES DINIZ	PE	Cultural Livre	17,67
175308	Médica de Lendas	Amanda Maria Marques Brandão	PE	Cultural Livre	17,67
175212	Groove	Matheus Schettino Santos	SE	Cultural Livre	17,67

IV) Grupo 4: Unidades Federativas da Região Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174956	CidadeCine	Alexandre Rambor Corrales	RS	Audiovisual	17,00
172730	SHOW DE NOVELA	André Alves de Oliveira	SC	Audiovisual	16,33
175124	APP JOGO DOS MUNDOS	João Pedro Schneider Silva Mayrink	MG	Audiovisual	14,33
172927	Cineflix Brasil	Luciana Maria Lima	PR	Audiovisual	14,00
173296	Missão Água	Renato Maurina Rôa	RS	Cultural Livre	18,00
174017	Cha-Kom-Bala! - O Jogo	MARCELO DE CARVALHO	PR	Cultural Livre	18,00
174453	ODD: A Tale About Difference	VICTOR HUGO DA PIEVE RODRIGUES VALADARES	MG	Cultural Livre	18,00
174414	Biblioteca Pública	Poliana Godinho Pires	MG	Cultural Livre	16,67

V) Grupo 5: Unidades Federativas de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
175167	A CineastA	ANA HELOIZA VITA PESSOTTO	SP	Audiovisual	17,67
173534	GamesBR	Pedro Santoro Zambon	SP	Audiovisual	16,33
174369	Quiz Combat Brasil	Jose Lucio Mattos da Gama	RJ	Audiovisual	16,00
174374	Fã de Carteirinha	Bruno Lopes Xavier	RJ	Audiovisual	16,00
175042	Inventeca StoryMax	Samira Almeida Pinto	SP	Cultural Livre	18,33
174908	Jogo O Caçador de Mitos	Rogério Arruda Favero	SP	Cultural Livre	17,33
174875	APP Streetartists.tv	LUIS MAURO OQUENDO PEREIRA	SP	Cultural Livre	17,00
175414	Larva	Ariel Velloso Rego	SP	Cultural Livre	17,00

ANEXO II

Projetos em lista de reserva conforme subitem 7.9.:
I)Grupo 1 - Unidades Federativas da Região Norte:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174876	As Aventuras de Sônia - Os quatro elementos	Rafael Fernandes Dias	PA	Cultural Livre	14,00

II)Grupo 2 - Unidades Federativas da Região Centro-Oeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174702	Manuel Contra as Forças do Mal	Maria Clara Costa de Sousa e Caralho Pimente	DF	Cultural Livre	16,00
174682	A Casa de Chifre e Marfim	Lui Txai Calvoso Habl	DF	Cultural Livre	15,67
174688	Jogos Clássicos	Gustavo Arruda Guterres Soares	DF	Cultural Livre	15,67
174873	Mapa Cultural	VANESSA RODRIGUES DE ASSIS	GO	Cultural Livre	14,67

III)Grupo 3 - Unidades Federativas da Região Nordeste:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174234	Guia do Cinema	Daniel Cavalcante Aragão	CE	Audiovisual	15,33
172772	ED no mundo das artes	Leonardo Pessoa de Moura	BA	Audiovisual	15,00
173312	cineAZ	Philipe Ribeiro de Araújo	CE	Audiovisual	14,33
172731	Geolocalização Anual das Produções Audiovisuais no Nordeste Brasileiro	Antonio Clébio Viriato Ribeiro	CE	Audiovisual	14,00
174683	Tupã, O Portador da Tempestade	Miguel John Doherty	PE	Audiovisual	14,00
174778	Musicando	Gustavo Mesel Lobo Seixas	PE	Audiovisual	14,00
173801	Marco Zero (M0)	Thiago José Sales Sousa dos Santos	BA	Cultural Livre	17,33
172651	Arqueosub	LUIZ PEREIRA LINS NETTO	PE	Cultural Livre	17,00
173573	Ogã	José Raphael Teixeira Marques	PB	Cultural Livre	15,33
175316	Lendas da Floresta	Erick Vagner Cabral de Lima Borges	PB	Cultural Livre	15,33
175151	Aplicativo Guia AfroBrasil: resgate à identidade brasileira.	LUCINEIDE COSTA ARAUJO	PI	Cultural Livre	15,33
174503	A Chama do Lampião	Daniel Teixeira Nipo	PE	Cultural Livre	15,33
172531	Hired gun	Marcelo Cordeiro do Nascimento	BA	Cultural Livre	15,00
172930	Express U	Yuri Saboia Felix Frota	CE	Cultural Livre	15,00
173212	Cordelando - Literatura de Cordel à disposição de todos	Bruno Alves Souza	SE	Cultural Livre	15,00

IV)Grupo 4 - Unidades Federativas da Região Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
174341	Banda de Garagem	Marcos Martins Fagundes Junior	RS	Audiovisual	14,00
173833	Rei da Rima - Duelo de MCs	João Victor de Oliveria Rodrigues	MG	Cultural Livre	16,33
173971	Colossal - Um Jogo Sobre Nós	Marcelo Henrique Magalhães França Gonçalves	MG	Cultural Livre	16,00
175306	Onde estou?	Fabricio Pietsch da Fonseca Silva	MG	Cultural Livre	16,00
173703	Sabores da Cultura	Barbara Rodrigues dos Santos	PR	Cultural Livre	15,00
174771	Galeristas em Ação	Ivana Cristina Grande	PR	Cultural Livre	15,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V)Grupo 5: Unidades Federativas de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
173685	JOBANDO	Eduardo Raccah	SP	Audiovisual	15,33
174658	Vitrine Audiovisual	Jade Press Goldfreind	SP	Audiovisual	15,00
175439	Aplicativo Sobre a História do Cinema Brasileiro	Helder de Nasare Camara de Lourenzi	SP	Audiovisual	15,00
174547	Em breve	Eric Platenik Gonçalves	RJ	Audiovisual	14,33
172556	Canal O Cubo	Thiago Ribeiro Fraga	RJ	Audiovisual	14,00
175670	Quiz do Cinema Brasileiro	Ricardo Gomes Leal Costa	RJ	Audiovisual	14,00
172680	Brasil Search DB	Isak Czeresnia Etinger	SP	Audiovisual	14,00
174761	BATUCA	Raul Almeida Rodrigues	SP	Cultural Livre	16,67
174115	ARQUITETANDO SP	Jhonatas Jesus Silva	SP	Cultural Livre	16,33
172856	Mamonas Assassinas - Uma Brasília Very Porreta	Mayara Fortin	SP	Cultural Livre	16,00
173337	RioQuiz	Lisandro Lovisolo	RJ	Cultural Livre	15,33
174554	Qual é a Boa?	Mônica Cristina Cardoso de Melo	RJ	Cultural Livre	15,33
175197	Parque Indígena do Xingu: Um jogo para a lei 11.654/2008.	Marcia De Sousa Da Silva Maia	RJ	Cultural Livre	15,33
174789	O Labirinto de Sapientórium	Vinicius Bernardes Pinto	SP	Cultural Livre	15,33

ANEXO III

Projetos inabilitados conforme subitem 8.2.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final	Motivo
174822	Lembranças da Boa Terra	Rodrigo Carneiro de Menezes	PE	Audiovisual	15,33	Projeto inabilitado por não atender ao disposto nas alíneas "c" e "d" do subitem 4.6.
174197	Cinelandia	Cristiane Fadel Scarini	RJ	Audiovisual	14,67	Projeto inabilitado por não atender ao disposto na alínea "d" do subitem 4.6.
173519	Rumá: Aplicativo de Caminhos Culturais	Renato Thobias	SP	Cultural Livre	15,67	Projeto inabilitado por não atender ao disposto na alínea "a" do subitem 4.6.
174663	APP Pedal Alerta - Revisado.	Acilon Himercírio Baptista Cavalcante	PA	Cultural Livre	15,67	Projeto inabilitado por não atender ao disposto na alínea "a" do subitem 4.6.

ANEXO IV

Projetos não selecionados conforme subitem 7.8.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Categoria	Média Final
172957	Cores Vivas	eliane bettocchi godinho	MG	Cultural Livre	15,67
173265	ENTRECULTURAL	Marcelo Costa Baiotto	MG	Cultural Livre	15,33
173973	GUIA NACIONAL DE SOTAQUES E GÍRIAS	ANTONIO FRANCISCO FURTADO RIBEIRO	DF	Cultural Livre	15,33
172834	Corre corre Saci	Raphael Nunes dos Santos	DF	Cultural Livre	15,00
174134	Desvario	Paulo Marcelo Fehlauer	SP	Cultural Livre	15,00
174924	Game Tribos	ABNER CARDOSO RODRIGUES NETO	SP	Cultural Livre	15,00
175187	Desenhando a História	Daniela Arruda Guterres Soares	DF	Cultural Livre	15,00
175426	Caopolis	Alex Sandro Laia Gomes Junior	SP	Cultural Livre	15,00
172811	Culto da língua	Rafael aparecido Ferreira de oliveira	SP	Cultural Livre	14,67
172992	ArtGo Poa	Wallace de Almeida Morais	RS	Cultural Livre	14,67
173194	Cariocômetro	Marcelo do Valle Feijo	RJ	Cultural Livre	14,67
173992	Caapora	João Roberto Ratis Tenório da Silva	PE	Cultural Livre	14,67
174116	Tropical Truco	Marco Túlio Caraciolo Ferreira Albuquerque	PE	Cultural Livre	14,67
174131	Mapa dos Museus	Tairon Neitzel Coelho	RS	Cultural Livre	14,67
174141	Dzuli	Davi Nogueira Hollanda	DF	Cultural Livre	14,67
175384	A exploração de Pindorama	Anny Caroline Sousa	RJ	Cultural Livre	14,67
175530	Cordel	Felipe Osório de Oliveira	DF	Cultural Livre	14,67
173682	Booktour	BRUNO LUIZ DE MATTOS OLIVEIRA	ES	Cultural Livre	14,67
173052	Caipora Runner	Diego Augusto Moura de Oliveira	PB	Cultural Livre	14,33
173639	Agenda cultural com atividades sob demanda	Lourival Belem de Oliveira Junior	GO	Cultural Livre	14,33
174054	Pegue o Boi!	Igor Lucena Pe]	PB	Cultural Livre	14,33
174640	VERSE: Um outro lugar para olhar-se	Tâmara Lyz Milhomem de Oliveira	PI	Cultural Livre	14,33
175143	QUIMERA	GUILHERME SANTOS GALVÃO BAPTISTA	PB	Cultural Livre	14,33
175473	Dó Ré Mi Brasil	Aleff Ghimel de Lima Barbosa	PB	Cultural Livre	14,33
173541	Peteca nas Nuvens	Raphaela Nunes dos Santos	DF	Cultural Livre	14,33
173585	Duelo Cultural	Vicente Vieira Filho	SP	Cultural Livre	14,33
174317	Magik Boom	Rafael	SP	Cultural Livre	14,33
174652	Vozes Para Ver	Cláudio Roberto Pereira da Silva Cardoso	SP	Cultural Livre	14,33
175145	APP FORÇA GURIAS	Daniela Carvalhal Israel	RS	Cultural Livre	14,33
175176	Game Comix: Primeira Temporada	Kleber Lopes da Silva	SC	Cultural Livre	14,33
175540	1verso	Geuder Martins de Carvalho	RJ	Cultural Livre	14,33
175656	Reconhecimento Cultural - aplicativo para buscar informações da nossa cultura através de fotos	Alexandre Cohen	RJ	Cultural Livre	14,33
175675	Aplicativo educativo de pintura de símbolos nacionais	Davi Morais Ferreira	CE	Cultural Livre	14,33
172606	Stage	Gustavo Marques Gelmini	RJ	Cultural Livre	14,00
172846	A Vida de um Cadeirante na Cidade	Rodrigo Henrique Gutierrez Domingues	SP	Cultural Livre	14,00
172988	Aplicativo de dicvlgação e interação entre o público para teatros	Cícero Joasyo Mateus de Moura	GO	Cultural Livre	14,00
173293	Curta Cidade	José Hamurabi Nóbrega de Medeiros	PB	Cultural Livre	14,00
173566	APP GIRO CULTURAL VDC	Jaqueline de Jesus Marinho	BA	Cultural Livre	14,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

173592	Batalhas das Lendas	Aline Cesario Matoso	PE	Cultural Livre	14,00
174253	app Visto!	Liege Machado Gonzalez	RJ	Cultural Livre	14,00
174279	BRASIL @ AFRICA HISTÓRIA E CULTURA	Clodoaldo Barbosa Lopes	BA	Cultural Livre	14,00
174449	CRIO.ART - App mobile de matchfunding e gestão para produtores e artistas viabilizarem projetos artísticos e culturais com patrocínio coletivo de empresas.	Patricia Toscano da Silva	RJ	Cultural Livre	14,00
174798	App Som na Rural	Filipe Rafael Euzebio Bezerra	PE	Cultural Livre	14,00
175157	Cozinha brasileira para crianças	Erica Oliveira Ferrer de Morais	PE	Cultural Livre	14,00

ANEXO V

Projetos desclassificados conforme subitem 7.1.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
175612	Peregrinação Virtual dos Círios de Nossa Senhora de Nazaré no Estado do Pará: Cultura, Fé e Tecnologia	JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA	PA	13,67
172489	AppMusic	Douglas Reis de Faria	MG	13,00
172976	O Bode e a Raposa	Ian Viana Benicio	PE	13,00
174403	ARte	Leandro Eduardo Scolastici	SP	12,33
174476	Caatinga Digital	Geraldo Gomes da Cruz Júnior	PE	11,67
172831	Passei Aqui!	Diego de Castro Rodrigues	TO	11,67
174897	APPrendendo com a História	Graciene Reis de Sousa	TO	11,67
172527	APP Passeio nos Museus de Belém: Cultura em nossas mãos	wellington da silva fonseca	PA	11,00
174114	MuMan App: museu colaborativo da Mantiqueira	Diana Costa Poepcke	SP	10,67
174339	Era Colonial: Brasil	Magno da Silva Gomes	MG	10,67
173797	Minha Prefeitura	Lucas Brabec Barreto Santana	SE	10,33
173824	Plataforma de integração de eventos regionais (Feed Event)	matheus muller dos santos	RS	10,33
175277	Aplicativo para mulheres da Maré (Nome Provisório)	Juliana Alves Sá	RJ	10,33
172745	CulturApp	Adriano Francisco da Silva	RJ	10,00
173332	Esquenta.FM	Edson Soares de Sousa Junior	SP	10,00
173749	Volta ao Brasil - Jogo de Tabuleiro	Rodrigo Longhi Guimarães	PR	10,00
174070	JOGATORES	SERGIO JOSE SANTANA ROSSINO	RJ	10,00
175669	TurQuest	Lucas Renato Aragão Silva	SE	9,67
175056	Mais Cultura	Luciana Pinheiro Alves	GO	9,33
174486	Carnaval NE	Victor Augusto Martins Alves	CE	9,33
174491	Aventura no Universo da História e cultura do Brasil	JODEILSON MAFRA MARTINS	BA	9,33
175535	hAPP hAPP hAPPenings	David Santos da Paz	CE	9,33
172592	Aplicativo Arte Brasileira	Nayane França Gomes	MG	9,00
172741	Kokua Digital	Felipe Osório de Souza Lima	SC	9,00
174251	Corrida Cultural	Dylan Jessé Kuse	RS	9,00
175185	SpoiLê	Sthefany Cristiny da Mota Amora	GO	9,00
172644	Quiz Endless Running	Brenner de Araújo Rodrigues Barbosa	MG	8,67
174404	Quiz da Cultura - Patrimonio Historico Brasileiro	Leandro Erikson Moura de Oliveira	SP	8,67
175395	e-cultura	Paulo Bernardo Benevides Costa	CE	8,67
173640	Projeto Lisey	Saulo de Almeida Araujo	SP	8,33
174539	Estufa Cultural - Arte, Cultura e Entretenimento	Emerson Antonio Lazaro Prata	SP	8,33
174345	Aplicativo de conteúdo audiovisual nacional brasileiro gratuito	Cinebrac	RS	8,00
174450	O Ferreiro	GUILHERME MATEUS SOUZA VARGAS	RS	8,00
174722	CultInterativo	Gilmar Alves Pereira	AM	8,00
174733	Pegue o tempo com GeTime	Thiago José Sandes Melo	SE	8,00
172754	Eu quero brincar	Cláudio Fernando Pinto	MG	7,67
175390	take zee app	victor henrique luiz de souza	SP	7,67
172933	Por outros olhos	ELIANE FERREIRA DA SILVA	GO	7,67
175318	Entreter e Aprender	Marlon de Araujo Soares	SE	7,67
172485	BHCult	Alessandro de Figueiredo Clemente	MG	7,33
172945	Guia turístico Itaipu Binacional	WELLINGTON ZAMBIAZZI	PR	7,33
172720	Canal Escola dos Bonecos - Teatro de fantoches	MARCUS VINICIUS MESQUITA DE OLIVEIRA	MG	7,00
173843	Egnaldo Rocha da Silva	Egnaldo Rocha da Silva	BA	7,00
175482	Moodia - Uma Rede Social de Áudio para Realidade Virtual	LUCAS ALBERTO DE CARVALHO RIZZOTTO	RJ	7,00
172475	MICROBOOKS - FRASES DE LIVROS CLÁSSICOS	DIEGO TULIO TOMAZ GOMES	MG	6,67
173865	Aldamu	Carlos Daniel Santana Cruz	BA	6,67
174694	AlGuiar	Ludimilla Rais B. de Oliveira	GO	6,67
172667	Jogos culturais Digitais	Lenon Baldez Stelman	RJ	4,67
172928	MIX CULTURAL	LIGA INDEPENDENTE DAS ESCOLAS DE SAMBA E BLOCOS CARNAVALESCOS DE ITABORAÍ	RJ	4,67
173697	REFLEXOS	Mona Vicente	SP	4,00

ANEXO VI

Projetos desclassificados conforme subitem 7.5.:

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	UF	Média Final
172853	HOLOU	Roberto Martins Redovalio Ferreira	RJ	13,67
173007	FunToche	Renato Yshihara Fujie	SP	13,67
173023	Arte Urbana SP	Beatriz Diaz Peres de Morais	SP	13,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

173088	Saber Capoeira	José Francisco Rodrigues Neto	PE	13,67
173101	Cultura Falada	Ana Lúcia Maria da Silva	RJ	13,67
173507	Pura verdade!	Fernando Tadashi Tangi	SP	13,67
173724	Lost in time	Pietro Michel do Nascimento Amaral	PE	13,67
173778	Trilha Sonora do Cinema Brasileiro	Rodrigo Canto Corbelli	RJ	13,67
173886	Piano Livre Clube	Lilian Ferrari	RS	13,67
173907	OS CUPINS - SUA HISTÓRIA	Roberto Machado dos Santos Júnior	SP	13,67
174014	Glossário de Cinema	Sergio Alberto Rizzo Junior	SP	13,67
174036	App Cult Cult	Homero Thiago Esteves	SP	13,67
174098	Pife Assombrado	Leonardo Vieira de Carvalho	PE	13,67
174138	Tribo - App para colaboração entre realizadores culturais	Ricardo Luvizotto Dória	PR	13,67
174230	Cinema acessível	Julia Scamparini Ferreira	RJ	13,67
174704	app LUZ ENTREVISTA	Camilo Bianchini Cassoli	SP	13,67
174764	Era uma vez - vamos criar uma história	Isabela Parada	SP	13,67
174807	App ArteOn	André Luiz Fabro	SP	13,67
174970	App Cantorias	João Santana Mauger	DF	13,67
175456	DiA - Diretrizes de Acessibilidade	Renan de Paula Binda	SC	13,67
175624	O Julgamento de Capitu	Caio José Ribeiro Chagas	SP	13,67
175644	Teia	Francisco da Silva Filho	SP	13,67
175663	LivRA - Realidade Aumentada Livre	Angelo Moscozo Silveira	SP	13,67
174477	Palmas Cultural	TALES VICTOR PONTES MONTEIRO	TO	13,67
175541	ARQUIZ	LUCAS DOS SANTOS NASCIMENTO DE OLIVEIRA	GO	13,67
172520	Aplicativo Móvel para Geolocalização de Apresentações Musicais	Diego Kobylinski de Lacerda	RJ	13,33
173182	A Trilha	Yvonne Rousso	RJ	13,33
173226	Brasil sinfônico	Guilherme Donada	RS	13,33
173252	Performance - Aplicativo Setorial do Teatro Fluminense	Manoel Silvestre Friques	RJ	13,33
173643	Fotonário	Felicia Gonçalves Jennings	SP	13,33
173669	Defensores da Floresta	Igor Andre Arruda	MG	13,33
174143	Samba S.A.	Luiz Rafael de Souza Seixas de Armorim	SC	13,33
174500	LOS BAIOS	rosivaldo costa ribeiro junior	SP	13,33
175424	App Domínio Público de Bolso - Literatura	Nilton Heck dos Santos	PE	13,33
175548	APP - ETERNAMETRAGEM	ROGER BEZERRA FERNANDES	CE	13,33
175676	Leitmotiv	Artur Becker	RS	13,33
172685	Sabidos	Thiago Cardoso de Araujo	PR	13,00
172737	Pomar Cultural	Samir Caetano Amim Jorge	MG	13,00
173231	Guia Virtual	Juliana França Santos Aquino	RJ	13,00
173295	Conect Movie	João Luis Bispo de Oliveira Júnior	GO	13,00
173563	Tribos	José Hélio Sales Feitosa Júnior	RJ	13,00
173871	Bumbado - Por dentro do Festival Folclórico de Parintins	Fernanda de Miranda Carvalho	RJ	13,00
173930	Prettywoman	Daiane Cristina Nardoni	MS	13,00
173963	Jogo Trap Attack	Bruno Pasztor Chaves	RJ	13,00
174100	Os esquecidos: pontos culturais no Brasil	Suria Scapin Vaz de Oliveira	SP	13,00
174202	Batalha da Escada para Todos	Thiago de Freitas Figueiredo	DF	13,00
174368	Cinematch	Gustavo de Brito Colombo	RJ	13,00
174386	VRBR - Realidade Virtual Brasileira	Rafael Leal	RJ	13,00
174389	BRÁS - CAMELÔ CULTURAL	João Paulo Querino da Silva	SP	13,00
174416	Pinguim	Cleuberth Santana Bandeira	DF	13,00
174435	AIME - ART IN MY EYES	Brunno Jose Costa Batista	AM	13,00
174474	Aplicativo Criei	Heitor de Lima Alves	PE	13,00
174540	Teatrando Improvisos	Mateus Pereira Gomes	PR	13,00
174882	Aplicativo +MULHERES NO CINEMA	Caroline Andrade Meirelles Bomfim	BA	13,00
174895	Seu Cordel	Daniel Abella Cavalcante Mendonça de Souza	PB	13,00
174906	App Folclore Brasil	Rafael Silva da Cruz	MG	13,00
174965	TRAPPIST 1e	Gregório Tkotz	RJ	13,00
175006	liVOD	MOBR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	RJ	13,00
175052	Aplicativo Navi Live (Música e Tecnologia)	Henrique Breciane Moreira	ES	13,00
175495	Desenvolvimento de jogo educacional para interação virtual em espaços culturais	Caio Guilherme Pereira dos Santos	SP	13,00
175581	Sci-Fi Database Brazil	Pedro de Lima Marques	RS	13,00
172914	Que som é esse?	alisson rodrigo gomes soares	CE	12,67
173012	CultCity - a sua agenda cultural inteligente	Nicole Antonio Barbosa	SP	12,67
173070	Amigos do Poti	Claudio Fernandes da Silva Filho	SP	12,67
173277	CULTURA NAS MÃOS	Leandro Alves de Souza	SP	12,67
173477	DÊ UM ROLÊ	Márcio Masselli Dias Filho	SP	12,67
173956	O Herói das eras	THADEU ALONSO DOS SANTOS	RJ	12,67
174034	Litera QUIZ	Julia Stateri	SP	12,67
174216	APP FESTAS DO POVO DE SANTO DA BAHIA	VERONICA AQUINO RIBEIRO	BA	12,67
174458	KLAQUECINE	ROBERTO DAMIÃO SILVEIRA	SP	12,67
174467	Pivô Cultural	GERSON SALVI CUNHA	RS	12,67
175229	App AtabAqui	Thiago Luiz de Oliveira da Silva Santos	RJ	12,67
175347	Viagem ao País Distante	Rodrigo Cesar Teixeira de Souza	SP	12,67
175486	Carranca	Francisco Caio Silva Ladislau	PE	12,67
174497	Tega	BRUNO SILVA AFONSO	MT	12,67
175489	Cozinha Brasil	Pablo Ramon de Lima Pinheiro	PB	12,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

173617	Rede de integração e classificados para profissionais do audiovisual	Lourival Belém de Oliveira Neto	GO	12,33
173719	Dani e os pequeninos	DANIELA BEZERRA DE ABREU GOSSON	RN	12,33
174235	Agenda Cultural	Luís Guilherme Cordeiro Santos Silva	GO	12,33
174455	FilmInBrasil	Marcelo Paes de Carvalho	PB	12,33
172692	CinemaQuiz - Jogo de perguntas e respostas sobre cinema	Bernardo Vasconcelos de Carvalho	MG	12,33
172882	DISTOPIA	Lahiri Abdalla Melo	DF	12,33
172923	Heróis da Pátria Cultural	Lucas Nunes Souza	RJ	12,33
173305	QUÊ PIPOCA	iagor augusto alves de moraes	DF	12,33
173821	História da Arte em Quebra-Cabeça	Tiago Viotto Barrilli	SP	12,33
174156	Aplicativo de Realidade Aumentada para Museu	Vinícius Menezes de Oliveira	RS	12,33
174189	Aprenda Jogando	Natanael Olimpio de Souza	MG	12,33
174417	Visite o Alto do Moura	Rafael Henrique Alves Soares	PE	12,33
174490	Batalha no Mar: Armada Imperial	Pablo Alexandre de Oliveira	RJ	12,33
174869	Hiperguardiões: conhecimento ecológico local e serviços ambientais	RICARDO MARQUES DA SILVA MARTINS GUIMARÃES	SP	12,33
175375	Conquista das Lendas	Camila Valgas Darós	SC	12,33
175650	VEM FLORIPAR	Gilson oliveira	SC	12,33
172722	Calendário da Cidade	Thalita Nunes de Carvalho	RJ	12,00
173009	Saci	Flavio da Silva Mayerhofer	RJ	12,00
173200	Escrínio	Marinês Garcia Miloch	SP	12,00
173347	Aplicativo para Festival do Teatro Brasileiro	Cauê Moreira Pereira da Silva	SP	12,00
173957	Universidade para todos	Juliano Rocha Barbosa	AL	12,00
174651	Curtindo outras paradas	Edson Batista Lopes Júnior	PB	12,00
175114	Connect Cult	LORENA VIRGINIA FERREIRA RIBEIRO	BA	12,00
175192	Inclusão Cultural	Antonio Islane Rabelo e Souza Junior	CE	12,00
175408	Desafio Master Cultural - jogo de perguntas focado em conteúdo cultural	Vinicius David Lobo	RJ	12,00
175413	Aprendendo a reciclar	Wellington Bezerra Chaves	RJ	12,00
172563	Fábrica de Roteiros	Nathalia Laudano Campello Nogueira	RJ	11,67
172688	e-Stop	Anderson Araújo de Lima	SP	11,67
172758	Mapa de inclusão sócio cultural (Culture Map)	Fernando Pereira de Toledo	RS	11,67
173159	Na Terra de Orun	JOSE LUIS GONCALVES ZACARIAS JUNIOR	RJ	11,67
173298	Cassaven	João Gilberto Salton Schleder	RS	11,67
173390	Mapa interativo e colaborativo de pontos culturais de interesse	Kleverton Piuco Antunes	SC	11,67
173651	HAHAHA - Agenda de humor no Ceará	José Lucas Santana Alexandre	CE	11,67
173687	e-cultura	PROPONO CONSULTORIA EXECUTIVA	CE	11,67
173787	Curia Regis	Marcelo Eugênio Amaral de Faria	MG	11,67
174505	INSTANTE	Diego Sá de Freitas	RS	11,67
174615	Adivinha Cine Brasil	Aristeu Geraldo Ferreira de Sales	MG	11,67
174693	Terreiro Digital	Tâmara Azevedo Cardoso	BA	11,67
174975	Gifing : Seja o gif do momento!	Filipo Teixeira Negrao	RJ	11,67
175174	UMA MÁQUINA VIRTUAL DO TEMPO PARA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Paulo Ricardo Batista Mesquita	SP	11,67
175181	Aplicativo Ícones Culturais Virtuais	Francisco Aglalberto Lourenço da Silva Filho	CE	11,67
175525	Radar Cultural: encontre profissionais da cultura próximos a você	Paulo César Pinto de Luna	RJ	11,67
173065	Série Ita Pedra Baiana Bonita	Iúri Batista Teles	SE	11,67
173143	Aplicativo Amostra	Thiago de Lima Andrade	RN	11,67
173633	Ocara	Antonio Carlos de Araújo Silva Junior	AM	11,67
174012	Mariana e a Festa do Mar	João Henrique de Freitas Nogueira	SE	11,67
173150	CultCafe - Assistente de produção cultural	Lucas Machado Rodrigues	PR	11,33
173496	VESTIGIUM	José Ítalo da Silva Pereira	CE	11,33
173781	TourGuy	Henrique	MG	11,33
174038	A Incrível e Maior Batalha Histórica de Todos os Tempos	Manoel Balbino de Lima Neto	PE	11,33
174496	Near	Cristiano Rafael Steffens	RS	11,33
174715	VideosFera	Shênia Mineiro Martins	RJ	11,33
174781	Doutor Museu	Vinícius Marcelo Negrão	PR	11,33
174910	Cortina Aberta	Aline Monteiro Albuquerque	CE	11,33
175321	Buraco das Letras	Ícaro Valgueiro Malta Moreira	PE	11,33
172673	Switch Worlds	Lucas Fernandes Ribeiro	RJ	11,00
172729	O Forasteiro que veio de Fora!	Eduardo Porciúncula Rego	RS	11,00
173881	Fervo	Pedro Francescon Cittolin	PR	11,00
174294	ObAA IPLAY - Objeto de aprendizagem acessível: Aprendizes como agentes de sua própria história através da narrativa interativa	MONICA DOS SANTOS MONDO	SC	11,00
174394	Brasil D	Lucas Strauss Holsbach	DF	11,00
174805	Rio Quiz	FRANCISCO HENRIQUE DE FREITAS VIANA	RJ	11,00
175011	Culturando	Jonas Casarin	RS	11,00
175047	MUROS	Carlos Vinicius Souza Leite	PR	11,00
175490	Eu Compus	Luiz Celio Rangel Junior	PB	11,00
175578	Poti: distribuição de cinema e arte	Aline Xavier Mineiro Alvares	MG	11,00
175657	Coleção de Cordel	André Batista da Silva	SE	11,00
175661	Consurso literário virutal	José Carlos Alves dos Santos	MG	11,00
172723	Viagem Cultural	LUIZ GUSTAVO CORREIA	MG	10,67
173229	O que fazer?	Antonio Gutierrez Domingues Neto	SP	10,67
173279	Aplicativo Programação Cultural com Acesso Horizontal	Daniel Garcia	SP	10,67
173908	MapCult	Valdenizio Abreu Barbosa	CE	10,67
174082	Heróis do 2 de julho	Alexandre Araújo Nascimento	BA	10,67

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

174305	Cine vanguarda	Daniel Martins Berberick Fonseca	RJ	10,67
174944	Envelhecer em Comunidade	Nilton Bahlis dos Santos	RJ	10,67
175236	Headhunt - Contectando profissionais de Audiovisual	Thiago Andrade da Paixão	SP	10,67
175378	Cultura e história em toda a cidade	Tiago Gouvea de Oliveira	MG	10,67
175402	Voa Dumont!	Andre Luiz Cassemiro	SP	10,67
175415	Aprendendo Ecologia	Fábio Silva Ferreira	MG	10,67
175492	CadeCultura: Um App de Inserção do Cidadão no Espaço Público por Meio da Cultura	Edelberto Franco Silva	MG	10,67
175516	kaapora	Franklin de Jesus Silva	BA	10,67
175209	Ensino3d - Uma ferramenta para ensino com ferramentas de realidade virtual e aumentada	Bruno Julian Dias de Oliveira	PB	10,33
172603	Cidadania no Bolso	Edmar da Silva Gomes	SC	10,33
172707	Menu musical	Marcos Matos Norte	SP	10,33
172862	Correndo para o Carnaval	Mark Eirik Scortegagna Joselli	PR	10,33
173135	Corrida para Saúde	Corrida para saúde	SP	10,33
173603	Cultura é Pop	Alexandre Wagner Ferreira de Sales	MG	10,33
174210	INDIEPLAY	Daniela Gouveia Menegotto	RS	10,33
174409	Meu Filme	Odyr Apoena Bernanos de Zayas Sohn	SC	10,33
174452	O Museu Fantástico	Eriky Domingos Zito	SP	10,33
175096	MovieRank	José Cleilson Sampaio Vieira	CE	10,33
175164	curtindo e relaxando	Alberto Ferreira de Araujo Filho	SP	10,33
172568	Desenvolvimento de um Game destinado ao aprendizado cultural	Paulo Vinícius Moreira Dutra	MG	10,00
173158	Cozinha de Improviso	wairton de abreu rebouças junior	CE	10,00
173335	Minha História Merece uma Placa	MECENARIA PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME	SP	10,00
174387	Cine Agenda	Adolfo Ramos de Miranda Silva	PB	10,00
174109	Quem tem fome não tem Paciência	Átila Valgueiro Malta Moreira	PE	9,67
175265	Muriaé Discovery - Uma Proposta de Sistema Colaborativo para a Divulgação Cultural	Alex Fernandes da Veiga Machado	MG	9,67
175470	Cultura Pujante	Bruno Henrique Costa de Noronha	CE	9,67
175480	Vossa Excelência	RODRIGO HULSENBECK	SC	9,67
173024	Caminho das Lendas	max fernando coelho soares	MA	9,67
172819	MinasCult	JÚLIA TRINDADE RODRIGUES	RJ	9,33
173186	Saber Nunca é Demais	VICTOR TETAMANTI MAZA	SP	9,33
174333	Rei da Piada	italo moreira campelo maia	CE	9,33
175534	MoviewCult	Antonio Carlos Ferreira da Silva Junior	CE	9,33
173112	Projeto Antologia - Jogo baseado em texto	Caio Alexandrino Ribeiro	BA	9,00
173444	Provação de Valhalla Atualizada	Matheus Longaray Medeiros	RS	9,00
175013	Localize Cultura	Lidiomar Fernando dos Santos Machado	SC	9,00
173753	Museu Comunitário Online	HUDO CIM ASSENCO	PR	8,67
174896	Poltrona Dourada: O Quiz	LUCAS BERTO DE OLIVEIRA	PE	8,67
172761	App para cadastro de eventos culturais utilizando inteligência artificial de chatbot	Igor Noriaqui Da Cunha Uehara	MS	8,00

PORTARIA Nº 131, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
170012 - Cine Estrada
GABRIELI BORGES DA SILVA 37566128809
CNPJ/CPF: 24.954.036/0001-72
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/10/2017 à 31/12/2017

170949 - CINEMA PARA VOCÊ, 4ª edição
DIGITAL LIVE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO LTDA.
CNPJ/CPF: 12.663.356/0001-94
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 08/10/2017 à 31/12/2017

161035 - Festival do Minuto Offline - Minuto Móvel 2016/2017
Um Minuto Marketing e Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 66.708.900-0001-04
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2017 à 31/12/2017

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.536/GC3, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Desativa o Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto nos incisos I e V do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no Processo nº 67110.002358/2017-57, resolve:

Art. 1º Desativar o Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus (DSM-MN), ativado pela Portaria nº 872/GC3, de 6 de setembro de 2006.

Parágrafo único. As atividades relativas ao apoio de suprimento e manutenção, no âmbito do Sistema de Material Aeronáutico e Bélico (SISMAB), serão promovidas pelo Grupo Logístico da Ala 8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se a Portaria nº 872/GC3, de 6 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 173, de 8 de setembro de 2006, e a Portaria nº 1.178/GC3, de 1º de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 3 de julho de 2013.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.537/GC3, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Revoga anexos da Portaria nº 629/GM5, de 2 de maio de 1984, declarados inaplicáveis por Portaria da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto na Portaria nº 3.387, de 6 de outubro de 2017, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), publicada no Diário Oficial da União nº 196, de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Revogar os anexos III, IV, XVI, LXV, LXVI, LXXIII e LXXX da Portaria nº 629/GM5, de 2 de maio de 1984, que "Aprova e efetiva Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e dá outras providências", publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 16 de julho de 1984.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 295/DPC, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso FERNANDO JOSÉ TEIXEIRA NATAL (CIR: 381P2001232671) e pelo Capitão de Cabotagem SANDRO FERNANDO FERREIRA DA SILVA (CIR: 021P2001159319), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
CBO GUANABARA	3810513393	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "CBO GUANABARA" por meio da Portaria nº 205, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU de 11 de outubro de 2012.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.329, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o contido no art. 3º do Decreto no 7.232, de 19 de julho de 2010, e em observância à disciplina do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Ficam remanejados, das IFES para o MEC, os cargos e seus respectivos códigos de vaga constantes do Anexo II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO I

Para:	Instituição cedente: MEC
26231 UFAL	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984402
26231 UFAL	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0320271
26231 UFAL	Cargo: Auxiliar de Saúde Código SIAPE: 701412 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0262833
26232 UFBA	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0336911
26232 UFBA	Cargo: Fonoaudiólogo Código SIAPE: 701039 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0238020; 0292729
26232 UFBA	Cargo: Nutricionista/Habilitação Código SIAPE: 701055 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0982721
26232 UFBA	Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0294807
26232 UFBA	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 No de vagas: 2 Código de Vaga: 0902409; 0902675
26233 UFC	Cargo: Odontólogo Código SIAPE: 701064 No de vagas: 1 Código de Vaga: 0312210
26233 UFC	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0905179
26233 UFC	Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais Código SIAPE: 701266 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0972678
26234 UFES	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974867
26234 UFES	Cargo: Físico Código SIAPE: 701037 No de vagas: 1 Código de Vaga: 0746174
26234 UFES	Cargo: Técnico em Eletroeletrônica Código SIAPE: 701232 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0246494
26234 UFES	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0673022; 0869490
26234 UFES	Cargo: Técnico em Telefonia Código SIAPE: 701265 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0275441
26235 UFG	Cargo: Farmacêutico/Habilitação Código SIAPE: 701034 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0265809
26235 UFG	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701062 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0315285
26235 UFG	Cargo: Odontólogo Código SIAPE: 701064 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0321028
26235 UFG	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0905146; 0906036
26235 UFG	Cargo: Técnico em Artes Gráficas Código SIAPE: 701217 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0255840
26235 UFG	Cargo: Técnico em Contabilidade Código SIAPE: 701224 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0253564
26235 UFG	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0966094; 0966095; 0966096
26235 UFG	Cargo: Técnico em Mineração Código SIAPE: 701249 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0248317
26235 UFG	Cargo: Auxiliar de Saúde Código SIAPE: 701412 Nº de vagas: 11 Código de Vaga: 0262857; 0262858; 0262873; 0262905; 0262914; 0262926; 0262928; 0262954; 0263761; 0263764; 0263792
26235 UFG	Cargo: Linotipista Código SIAPE: 701438 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0224541
26235 UFG	Cargo: Operador de Caldeira Código SIAPE: 701446 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0262404
26237 UFJF	Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0307209; 0340580
26237 UFJF	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0980018
26237 UFJF	Cargo: Economista Código SIAPE: 701026 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0219470
26237 UFJF	Cargo: Jornalista Código SIAPE: 701045 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0688901
26237 UFJF	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984403
26237 UFJF	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 7 Código de Vaga: 0962377 a 0962383
26237 UFJF	Cargo: Técnico em Alimentos e Laticínios Código SIAPE: 701215 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0968919
26237 UFJF	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0903007
26237 UFJF	Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais Código SIAPE: 701266 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0972514
26237 UFJF	Cargo: Fotógrafo Código SIAPE: 701431 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0696039
26238 UFMG	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974821
26238 UFMG	Cargo: Arquivista Código SIAPE: 701005 Nº de vagas: 2

	Código de Vaga: 0977792; 0977793
26238 UFMG	Cargo: Médico Veterinário Código SIAPE: 701048 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0297941
26238 UFMG	Cargo: Relações Públicas Código SIAPE: 701072 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984882
26238 UFMG	Cargo: Revisor de Textos Código SIAPE: 701073 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0234385
26238 UFMG	Cargo: Terapeuta Ocupacional Código SIAPE: 701082 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0706847
26238 UFMG	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 6 Código de Vaga: 0962371; 0962372; 0962373; 0962374; 0962375; 0962376
26238 UFMG	Cargo: Técnico em Arquivo Código SIAPE: 701216 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0968921
26238 UFMG	Cargo: Técnico em Artes Gráficas Código SIAPE: 701217 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0251481
26238 UFMG	Cargo: Técnico em Audiovisual Código SIAPE: 701221 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0969772; 0969773
26238 UFMG	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0017106; 0870600
26238 UFMG	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0966097
26238 UFMG	Cargo: Técnico em Segurança do Trabalho Código SIAPE: 701262 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0971766; 0971767
26239 UFPA	Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais Código SIAPE: 701266 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0972632
26240 UFPB	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0966098; 09660989; 0966100
26240 UFPB	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0974868; 0974868
26240 UFPB	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0980019; 0980020
26240 UFPB	Cargo: Economista Código SIAPE: 701026 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0225275
26240 UFPB	Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0981651; 0981652
26240 UFPB	Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho Código SIAPE: 701032 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0981239
26240 UFPB	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984404
26240 UFPB	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701062 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0900217; 0900220
26240 UFPB	Cargo: Técnico em Mecânica Código SIAPE: 701245 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0249584
26241 UFPR	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974869
26241 UFPR	Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0978319
26241 UFPR	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0980021
26241 UFPR	Cargo: Técnico em Secretariado Código SIAPE: 701275 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0273622
26244 UFRGS	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974870
26244 UFRGS	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 6 Código de Vaga: 0962385; 0962386; 0962387; 0962388; 0962389; 0962390
26244 UFRGS	Cargo: Contramestre-Ofício Código SIAPE: 701423 Nº de vagas: 6 Código de Vaga: 0235305; 0235498; 0235577; 0235617; 0235626; 0235723
26244 UFRGS	Cargo: Fotógrafo Código SIAPE: 701431 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0699413
26244 UFRGS	Cargo: Técnico em Eletrônica Código SIAPE: 701830 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0304708
26245 UFRJ	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0904313
26245 UFRJ	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0966102; 0966103
26245 UFRJ	Cargo: Técnico em Segurança do Trabalho Código SIAPE: 701262 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0971779; 0971780
26246 UFSC	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0974879; 0974880; 0974881
26246 UFSC	Cargo: Arquivista Código SIAPE: 701005 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0974877; 0974878
26246 UFSC	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0980022; 0980023
26246 UFSC	Cargo: Matemático Código SIAPE: 701046 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0231102
26246 UFSC	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0962391; 0962392; 0962393
26246 UFSC	Cargo: Operador de Estação de Tratam Água-Esgoto Código SIAPE: 701449 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0746045
26247 UFSM	Cargo: Fonoaudiólogo Código SIAPE: 701039 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0457888
26247 UFSM	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701062 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0900622; 0900623
26247 UFSM	Cargo: Técnico em Edificações Código SIAPE: 701228 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0247982
26247 UFSM	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0966104
26247 UFSM	Cargo: Auxiliar de Saúde Código SIAPE: 701412 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0263798; 0263814
26247 UFSM	Cargo: Sonoplasta Código SIAPE: 701463 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0700821
26248 UFRPE	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974871
26249 UFRRJ	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0962394
26249 UFRRJ	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0966105
26254 UFTM	Cargo: Arquivista Código SIAPE: 701005 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0977794
26254 UFTM	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984407
26254 UFTM	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701062 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0900645; 0900625
26254 UFTM	Cargo: Programador Visual Código SIAPE: 701066 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0297656
26258 UTFPR	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974872
26258 UTFPR	Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0978320
26258 UTFPR	Cargo: Bibliotecário-Documentalista Código SIAPE: 701010 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0979316
26258 UTFPR	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0962395
26258 UTFPR	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0904314
26258 UTFPR	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0966106
26262 UNIFESP	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974873
26262 UNIFESP	Cargo: Biólogo Código SIAPE: 701011 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0229867
26262 UNIFESP	Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0306485
26262 UNIFESP	Cargo: Zootecnista Código SIAPE: 701085 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0987035
26263 UFLA	Cargo: Arquivista Código SIAPE: 701005 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0977795
26270 UFAM	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0904315
26270 UFAM	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0966107; 0966108
26271 UNB	Cargo: Técnico em Eletrotécnica Código SIAPE: 701230 Nº de vagas: 1

	Código de Vaga: 0248914
26273 FURG	Cargo: Enfermeiro/área Código SIAPE: 701029 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0223535
26273 FURG	Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0981649; 0981650
26273 FURG	Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0704704
26273 FURG	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais Código SIAPE: 701079 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0231929; 0259993; 0273450
26273 FURG	Cargo: Técnico em Agrimensura Código SIAPE: 701213 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0253155
26273 FURG	Cargo: Auxiliar de Saúde Código SIAPE: 701412 Nº de vagas: 6 Código de Vaga: 0263815; 0263840; 0263842; 0263895; 0263898; 0263914
26274 UFU	Cargo: Nutricionista/Habilitação Código SIAPE: 701055 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0982723
26274 UFU	Cargo: Auxiliar de Saúde Código SIAPE: 701412 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0263917; 0263919
26274 UFU	Cargo: Operador de Estação de Tratam Água-Esgoto Código SIAPE: 701449 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0746699
26276 UFMT	Cargo: Tecnólogo-Formação Código SIAPE: 701081 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0478211
26277 UFOP	Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0865044
26277 UFOP	Cargo: Editor de Imagens Código SIAPE: 701206 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0327895
26277 UFOP	Cargo: Técnico em Arquivo Código SIAPE: 701216 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0968922
26278 UFPEL	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0962396; 0962397
26279 UFPI	Cargo: Médico Veterinário Código SIAPE: 701048 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0987232; 0987233; 0987234
26279 UFPI	Cargo: Odontólogo Código SIAPE: 701064 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0829189
26279 UFPI	Cargo: Técnico em Agropecuária Código SIAPE: 701214 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0337576; 0339034
26279 UFPI	Cargo: Técnico em Edificações Código SIAPE: 701228 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0707661
26279 UFPI	Cargo: Técnico em Refrigeração Código SIAPE: 701259 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0234716
26280 UFSCAR	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0962398
26281 UFSE	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0904316; 0904317
26281 UFSE	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 1
	Código de Vaga: 0966109
26282 UFV	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974874
26282 UFV	Cargo: Biólogo Código SIAPE: 701011 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0307289
26282 UFV	Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0075036
26282 UFV	Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0985354
26282 UFV	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 4 Código de Vaga: 0962399; 0962400; 0962437; 0962438
26282 UFV	Cargo: Técnico em Alimentos e Laticínios Código SIAPE: 701215 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0968920
26282 UFV	Cargo: Operador de Máquinas Agrícolas Código SIAPE: 701452 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0688235
26283 UFMS	Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0103300
26283 UFMS	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984408
26283 UFMS	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701062 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0900626
26283 UFMS	Cargo: Odontólogo Código SIAPE: 701064 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0864375
26283 UFMS	Cargo: Técnico em Contabilidade Código SIAPE: 701224 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0305774
26283 UFMS	Cargo: Técnico em Eletromecânica Código SIAPE: 701231 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0274921
26283 UFMS	Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais Código SIAPE: 701266 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0972676; 0972677
26285 UFSJ	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0974875
26285 UFSJ	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0984409
26285 UFSJ	Cargo: Técnico em Contabilidade Código SIAPE: 701224 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0305978
26285 UFSJ	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0904318; 0904319; 0904320
26285 UFSJ	Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0966110; 0966111; 0966112
26286 UNIFAP	Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho Código SIAPE: 701032 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0981240
26352 UFABC	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0962509
26447 UFOB	Cargo: Médico Veterinário Código SIAPE: 701048 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0987235

ANEXO II

Para:	Instituição cedente:
1500 MEC	26231 UFAL Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0714480
	26231 UFAL Cargo: Auxiliar de Enfermagem Código SIAPE: 701411 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0715300
	26232 UFBA Cargo: Enfermeiro/Área Código SIAPE: 701029 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0720696
	26232 UFBA Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0220413; 221969; 0613671
	26232 UFBA Cargo: Farmacêutico Código SIAPE: 701087 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0219596
	26232 UFBA Cargo: Técnico de Laboratório/área Código SIAPE: 701244 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0219844/217730
	26233 UFC Cargo: Odontólogo - Dl 1445-76 Código SIAPE: 701063 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0478598
	26233 UFC Cargo: Técnico em Enfermagem Código SIAPE: 701233 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0223388
	26234 UFES Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0304365; 0228839
	26234 UFES Cargo: Mestre de Edificações e Infraestrutura Código SIAPE: 701208 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0227371; 0228534
	26234 UFES Cargo: Técnico em Enfermagem Código SIAPE: 701233 Nº de vagas: 2 Código de Vaga: 0228863; 0228970
	26235 UFG Cargo: Enfermeiro/Área Código SIAPE: 701029 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0694005
	26235 UFG Cargo: Matemático Código SIAPE: 701046 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0231396
	26235 UFG Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais Código SIAPE: 701079 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0230169
	26235 UFG Cargo: Técnico em Arquivo Código SIAPE: 701216 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0232078
	26235 UFG Cargo: Técnico em Anatomia e Necropsia Código SIAPE: 701220 Nº de vagas: 1 Código de Vaga: 0231532
	26235 UFG Cargo: Técnico em Enfermagem Código SIAPE: 701233 Nº de vagas: 3 Código de Vaga: 0230519; 0613292; 0693634
	26235 UFG

Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0231267

26235 UFG
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Código SIAPE: 701411
Nº de vagas: 5
Código de Vaga: 0230531;231685; 0232019;693884; 0693836

26235 UFG
Cargo: Cozinheiro
Código SIAPE: 701422
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0232189

26235 UFG
Cargo: Eletricista
Código SIAPE: 701427
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0232289

26235 UFG
Cargo: Motorista
Código SIAPE: 701445
Nº de vagas: 6
Código de Vaga: 0230043;693355;231021;231776; 0232365; 0232032

26237 UFJF
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0322132

26237 UFJF
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0678969

26237 UFJF
Cargo: Engenheiro/área
Código SIAPE: 701031
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0678933

26237 UFJF
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0679365; 0103901

26237 UFJF
Cargo: Médico Veterinário
Código SIAPE: 701048
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0987207

26237 UFJF
Cargo: Técnico em Arquivo
Código SIAPE: 701216
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0678510

26237 UFJF
Cargo: Técnico em Eletromecânica
Código SIAPE: 701231
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0348288

26237 UFJF
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 5
Código de Vaga: 0679009;678256;678226; 0678443;678976

26237 UFJF
Cargo: Técnico em Nutrição e Dietética
Código SIAPE: 701252
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0347713

26237 UFJF
Cargo: Técnico em Refrigeração
Código SIAPE: 701259
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0247708

26237 UFJF
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0679219; 0678684

26238 UFMG
Cargo: Assistente Social
Código SIAPE: 701006
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0862494

26238 UFMG
Cargo: Farmacêutico/Habilitação
Código SIAPE: 701034
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0243812; 0248185

26238 UFMG
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 4
Código de Vaga: 0247091; 0695887; 0695977; 0770627

26238 UFMG
Cargo: Mestre de Edificações e Infraestrutura
Código SIAPE: 701208
Nº de vagas: 5
Código de Vaga: 0247830; 0247840; 0247704; 0247711; 0247996

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0249931; 0249949

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Eletrotécnica
Código SIAPE: 701230
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0248482

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Eletroeletrônica
Código SIAPE: 701232
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0248477

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 14
Código de Vaga: 0243684; 0243706; 0244418; 0246210;0 248748; 0249580; 0249539; 0244300; 0249100; 0695382; 0695979; 0773846; 0640613; 0773802

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Herbário
Código SIAPE: 701240
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0243260

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Mecânica
Código SIAPE: 701245
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0249197

26238 UFMG
Cargo: Técnico em Nutrição e Dietética
Código SIAPE: 701252
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0244788

26240 UFPB
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 9
Código de Vaga: 261552; 698050; 742086; 261521; 260665; 257922; 721160; 258461; 698040

26240 UFPB
Cargo: Farmacêutico
Código SIAPE: 701087
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0261300

26240 UFPB
Cargo: Farmacêutico
Código SIAPE: 701087
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0258948

26240 UFPB
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 4
Código de Vaga: 0697793; 0258148; 256163; 259110

26241 UFPR
Cargo: Economista
Código SIAPE: 701026
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0264204; 0264481

26241 UFPR
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0676667

26241 UFPR
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0716930

26244 UFRGS
Cargo: Sociólogo
Código SIAPE: 701077
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0275805

26244 UFRGS
Cargo: Mestre de Edificações e Infraestrutura
Código SIAPE: 701208
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0275091

26244 UFRGS
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0272900

26244 UFRGS
Cargo: Técnico em Farmácia
Código SIAPE: 701238
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0294919

26244 UFRGS
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0274926

26244 UFRGS
Cargo: Técnico em Secretariado
Código SIAPE: 701275
Nº de vagas: 3
Código de Vaga: 0273653; 0274403; 0272542

26244 UFRGS
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Código SIAPE: 701411
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0872060

26244 UFRGS
Cargo: Mecânico
Código SIAPE: 701441
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0274262

26244 UFRGS
Cargo: Operador de Maquina Copiadora
Código SIAPE: 701454
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0277059

26244 UFRGS
Cargo: Porteiro
Código SIAPE: 701458
Nº de vagas: 9
Código de Vaga: 0275495; 0276418; 0276601; 0276868; 0280110; 0281343; 0705542;0705996; 0290917

26246 UFSC
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0701015

26246 UFSC
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 6
Código de Vaga: 0691698; 0692182; 0692360; 0687563; 0692129; 0110727

26246 UFSC
Cargo: Odontólogo
Código SIAPE: 701064
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0690177

26246 UFSC
Cargo: Instrumentador Cirúrgico
Código SIAPE: 701207
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0691062

26246 UFSC
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0692146

26246 UFSC
Cargo: Técnico em Radiologia
Código SIAPE: 701257
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0690688

26246 UFSC
Cargo: Assistente de Tecnologia da Informação
Código SIAPE: 701404
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0701449

26247 UFSM
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 3
Código de Vaga: 0296055; 0294197; 0585880

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26247 UFSM
Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação
Código SIAPE: 701226
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0294173

26247 UFSM
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Código SIAPE: 701411
Nº de vagas: 3
Código de Vaga: 0295026; 0294552; 0296041

26248 UFRPE
Cargo: Economista
Código SIAPE: 701026
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0297049

26249 UFRRJ
Cargo: Técnico em Secretariado
Código SIAPE: 701275
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0298804

26249 UFRRJ
Cargo: Técnico de Laboratório - Dl 1445-76
Código SIAPE: 701472
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0299362

26254 UFTM
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 4
Código de Vaga: 0707032; 0708740; 0706558; 0706806

26258 UTFPR
Cargo: Pedagogo/área
Código SIAPE: 701058
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0305220; 0305441

26258 UTFPR
Cargo: Desenhista de Artes Gráficas
Código SIAPE: 701204
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0304212

26258 UTFPR
Cargo: Técnico em Contabilidade
Código SIAPE: 701224
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0304861

26258 UTFPR
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0304854

26262 UNIFESP
Cargo: Físico
Código SIAPE: 701037
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0673299

26262 UNIFESP
Cargo: Analista de Tecnologia da Informação
Código SIAPE: 701062
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0673248 ; 0862103

26262 UNIFESP
Cargo: Farmacêutico Bioquímico
Código SIAPE: 701088
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0224562

26262 UNIFESP
Cargo: Técnico em Audiovisual
Código SIAPE: 701221
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0969753

26262 UNIFESP
Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem Sinais
Código SIAPE: 701266
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0973707

26263 UFLA
Cargo: Engenheiro Agrônomo
Código SIAPE: 701086
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0306241

26264 UFERSA
Cargo: Odontólogo
Código SIAPE: 701064
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0275340

26267 UNILA
Cargo: Nutricionista/Habilitação
Código SIAPE: 701055
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0905065

26270 UFAM
Cargo: Técnico em Anatomia e Necropsia
Código SIAPE: 701220
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0870972

26270 UFAM
Cargo: Técnico em Mecânica
Código SIAPE: 701245
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0311082

26270 UFAM
Cargo: Técnico em Nutrição e Dietética
Código SIAPE: 701252
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0310814

26271 UNB
Cargo: Técnico de Laboratório/área
Código SIAPE: 701244
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0313693

26273 FURG
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 5
Código de Vaga: 0262180; 0319172;319277;771573; 0319171

26273 FURG
Cargo: Médico Veterinário
Código SIAPE: 701048
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0987221

26273 FURG
Cargo: Revisor de Textos
Código SIAPE: 701073
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0721031

26273 FURG
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Código SIAPE: 701411
Nº de vagas: 6
Código de Vaga: 0773243;0319184; 0319193; 0319195; 0319201; 0319212

26274 UFU
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0691586

26274 UFU
Cargo: Auxiliar de Enfermagem
Código SIAPE: 701411
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0321117

26274 UFU
Cargo: Mecânico
Código SIAPE: 701441
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0321945

26276 UFMT
Cargo: Analista "de Tecnologia da Informação
Código SIAPE: 701062
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0709848

26277 UFOP
Cargo: Contador
Código SIAPE: 701015
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0327961

26277 UFOP
Cargo: Técnico em Alimentos e Laticínios
Código SIAPE: 701215
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0903492

26277 UFOP
Cargo: Técnico em Refrigeração
Código SIAPE: 701259
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0328196

26278 UFPEL
Cargo: Desenhista de Artes Gráficas
Código SIAPE: 701204
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0328794

26278 UFPEL
Cargo: Mestre de Edificações e Infraestrutura
Código SIAPE: 701208
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0329991

26279 UFPI
Cargo: Nutricionista; Habilitação
Código SIAPE: 701055
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0982718

26279 UFPI
Cargo: Pedagogo/área
Código SIAPE: 701058
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0332441

26279 UFPI
Cargo: Tecnólogo-Formação
Código SIAPE: 701081
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0331579

26279 UFPI
Cargo: Engenheiro Agrônomo
Código SIAPE: 701086
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0331811

26279 UFPI
Cargo: Técnico em Alimentos e Laticínios
Código SIAPE: 701215
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0968916

26279 UFPI
Cargo: Técnico de Laboratório/área
Código SIAPE: 701244
Nº de vagas: 3
Código de Vaga: 0229666; 0331274; 0331336

26281 UFSE
Cargo: Assistente em Administração
Código SIAPE: 701200
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0334444; 0334940

26281 UFSE
Cargo: Técnico em Secretariado
Código SIAPE: 701275
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0275311

26282 UFV
Cargo: Bibliotecário-Documentalista
Código SIAPE: 701010
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0337142

26282 UFV
Cargo: Economista
Código SIAPE: 701026
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0337060

26282 UFV
Cargo: Engenheiro/área
Código SIAPE: 701031
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0863547

26282 UFV
Cargo: Tecnólogo-Formação
Código SIAPE: 701081
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0337833

26282 UFV
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0695753

26282 UFV
Cargo: Técnico de Laboratório/área
Código SIAPE: 701244
Nº de vagas: 2
Código de Vaga: 0903815; 0903500

26282 UFV
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0337572

26282 UFV
Cargo: Continuo
Código SIAPE: 701421
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0339419

26283 UFMS
Cargo: Arquiteto e Urbanista
Código SIAPE: 701004
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0862416

26283 UFMS
Cargo: Bibliotecário-Documentalista
Código SIAPE: 701010
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0340647

26283 UFMS
Cargo: Enfermeiro/área
Código SIAPE: 701029
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0258087
26283 UFMS
Cargo: Nutricionista/Habilitação
Código SIAPE: 701055
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0341086
26283 UFMS
Cargo: Técnico em Artes Gráficas
Código SIAPE: 701217
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0340913
26283 UFMS
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0774643
26283 UFMS
Cargo: Técnico em Radiologia
Código SIAPE: 701257
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0715594
26283 UFMS
Cargo: Técnico em Telefonia
Código SIAPE: 701265
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0342158
26285 UFSJ
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Código SIAPE: 701079
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0342998
26285 UFSJ
Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais
Código SIAPE: 701079
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0017779
26285 UFSJ
Cargo: Técnico em Eletrotécnica
Código SIAPE: 701230
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0342661
26285 UFSJ
Cargo: Vigilante
Código SIAPE: 701269
Nº de vagas: 6
Código de Vaga: 0342595; 0342643; 0342672; 0342685; 0342729; 0342733
26286 UNIFAP
Cargo: Arquivista
Código SIAPE: 701005
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0977782
26352 UFABC
Cargo: Técnico em Enfermagem
Código SIAPE: 701233
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0270905
26447 UFOB
Cargo: Médico/área
Código SIAPE: 701047
Nº de vagas: 1
Código de Vaga: 0221053

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

Reunião Ordinária dos Dias 11, 12, 13 e 14 de Setembro/2017

-MEC: 201355825 Parecer: CNE/CES 391/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Francisca Ferreira Coelho - ME - Imperatriz/MA Assunto: Credenciamento da Faculdade Coelho Neto (FACNET), a ser instalada no município de Imperatriz, no estado do Maranhão Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Coelho Neto (FACNET), a ser instalada na Rua Paraíba, nº 1.518, bairro Mercadinho, no município de Imperatriz, no estado do Maranhão, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Educação Física, bacharelado, e Serviço Social, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201502430 Parecer: CNE/CES 392/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Fundação Santo André - Santo André/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Fundação Santo André, com sede no município de Santo André, no estado de São Paulo, para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Fundação Santo André para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, com sede na Avenida Príncipe de Gales, nº 821, Príncipe de Gales, no município de Santo André, no estado de São Paulo, por não atender ao disposto no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507568 Parecer: CNE/CES 393/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. - Boa Vista/RR Assunto: Credenciamento da Faculdade Estácio de Cascavel, a ser instalada no município de Cascavel, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Estácio de Cascavel, a ser instalada na Rua Recife, nº 1.013, Centro, no município de Cascavel, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Marketing, tecnológico; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Administração, bacharelado; Gestão Financeira, tecnológico; e Ciências Contábeis, bacharelado; com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201505534 Parecer: CNE/CES 394/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Instituto Nacional de Ensino, Sociedade e Pesquisa (Inesp) - Vitória de Santo Antão/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Novo Horizonte (FNH), a ser instalada no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Novo Horizonte (FNH), a ser instalada na Rua Eurico Valois, nº 61 A, bairro Centro, no município de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Pedagogia, licenciatura, com número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507756 Parecer: CNE/CES 395/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Curitiba (FMN Curitiba), ser instalada no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Curitiba (FMN Curitiba), a ser instalada na Rua Augusto Zibarth, nº 695, bairro Uberaba, município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado e Ciências Contábeis, bacharelado, com número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414812 Parecer: CNE/CES 396/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Fundação Visconde de Cairú - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade Visconde de Cairú (FAVIC), com sede no município de Salvador, estado da Bahia, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância - EaD Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Visconde de Cairú (FAVIC), com sede à rua do Salete, nº 50, bairro Barris, município de Salvador, estado da Bahia, observando-se o prazo de 4 (quatro), conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, com vagas totais anuais a serem definidas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505527 Parecer: CNE/CES 397/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Opet Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Opet (Uniopet) por transformação das Faculdades Opet, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Opet (Uniopet), por transformação das Faculdades Opet, com sede na Rua Nilo Peçanha, nº 1.635, no bairro Bom Retiro, município de Curitiba, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, aprovando também, por este ato, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Estatuto do Centro Universitário em tela Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507589 Parecer: CNE/CES 398/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessado: Vales Gerais Sistema de Ensino Ltda. - EPP - Mantena/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais, com sede no município de Mantena, estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Mantenense dos Vales Gerais (Intervale), com sede na Rua Sete de Setembro, nº 644, bairro Centro, no município de Mantena, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso de Gestão Pública, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507943 Parecer: CNE/CES 399/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: SER Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Joaquim Nabuco Salvador (FJN Salvador), a ser instalada no município de Salvador, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Joaquim Nabuco Salvador (FJN Salvador), a ser instalada na Avenida Sete de Setembro, nº 1.105, bairro Dois de Julho, no município de Salvador, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado e Ciências Contábeis, bacharelado, com número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507850 Parecer: CNE/CES 400/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu - Nova Iguaçu/RJ Assunto: Credenciamento da Universidade Iguaçu (UNIG), com sede no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Universidade Iguaçu (UNIG), com sede à avenida Abílio Augusto Távora, nº 2.134, bairro Jardim Nova Era, município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, observando-se o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com a abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507474 Parecer: CNE/CES 401/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro Educacional Michelin Ltda. - ME - São José do Rio Preto/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade UNITERP (FACTERP), a ser instalada no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade UNITERP, a ser instalada na Rua General Glicério, nº 3.350, Centro, no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, Decreto 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de bacharelado Farmácia, Biomedicina, e Enfermagem, com o número de vagas anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505847 Parecer: CNE/CES 402/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação Ltda. - EPP - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento do Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação (IGTI), a ser instalado no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação (IGTI), a ser instalado na Rua Roma, nº 561, bairro Santa Lúcia, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201505751 Parecer: CNE/CES 403/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí - Pouso Alegre/MG Assunto: Credenciamento da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), com sede no município de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), com sede na Avenida Coronel Alfredo Custódio de Paula, nº 320, Centro, município de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº

5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414164 Parecer: CNE/CES 404/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. - Maringá/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Renovação de Londrina - Renovação, a ser instalada no município de Londrina, estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Renovação de Londrina - Renovação, a ser instalada na avenida Celso Garcia Cid, nº 1.523, complemento 957/958, bairro Nossa Senhora de Lourdes, no município de Londrina, estado do Paraná, observando-se o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 a partir da oferta dos cursos superiores de Marketing, tecnológico; Pedagogia, licenciatura e Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unininamidade.

e-MEC: 201413586 Parecer: CNE/CES 405/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Centro de Ensino Superior e Técnico Silva e Fonseca Ltda. - EPP - Manacapuru/AM Assunto: Credenciamento da Faculdade Teológica São Paulo (Fatesp), a ser instalada no município de Manacapuru, estado do Amazonas Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade Teológica São Paulo, que seria instalada na Rua Cleto Barroso, nº 1.027, bairro Aparecida, no município de Manacapuru, estado do Amazonas, conforme o artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201405972 Parecer: CNE/CES 406/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: E N de Sousa Silva - EPP - Buriticupu/MA Assunto: Credenciamento da Faculdade Adelina Moura (Faadema), a ser instalada no município de Buriticupu, no estado do Maranhão Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Adelina Moura (Faadema), a ser instalada na Rua J. Nunes, nº 74, no município de Buriticupu, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Serviço Social, bacharelado; e Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201501525 Parecer: CNE/CES 407/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: CEI - Centro Educacional Integrado Ltda. - Campo Mourão/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Integrado, por transformação da Faculdade Integrado de Campo Mourão, com sede no município de Campo Mourão, estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Integrado, por transformação da Faculdade Integrado de Campo Mourão, com sede na Rodovia BR 158, Km 207, s/n, bairro Jardim Batel, no município de Campo Mourão, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601474 Parecer: CNE/CES 408/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: União de Ensino e Cultura de Guarapuava Ltda. - UNIGUA - Guarapuava/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Guarapuava, com sede no município de Guarapuava, no estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Guarapuava, com sede na rua Novo Ateneu, nº 1.015, bairro Jordão, no município de Guarapuava, estado do Paraná, por não atender ao disposto no artigo 6º, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201413917 Parecer: CNE/CES 409/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Cesmig - Centro de Ensino Superior Minas Gerais Ltda. - ME - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Minas Gerais (Famig), com sede no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Minas Gerais (Famig), com sede na Avenida do Contorno, nº 10.185, bairro Prado, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Pública, com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201406298 Parecer: CNE/CES 410/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista - Piracicaba/SP Assunto: Credenciamento da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), com sede no município de Piracicaba, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto n.º 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), com sede na Rodovia do Açúcar, s/n, Km 156, bairro Taquaral, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 8 (oito) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos seguintes polos de apoio presencial: Rua Rangel Pestana, n° 762, bairro Centro, no município de Piracicaba, no estado de São Paulo; Rua Tenente Florêncio Pupo Neto, n° 300, bairro Jardim Americano, no município de Lins, no estado de São Paulo; Rodovia SP 306, s/n, Km 24, bairro Jardim, no município de Santa Bárbara d´Oeste, no estado de São Paulo, e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415314 Parecer: CNE/CES 411/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: UNISEPE - União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda. - Registro/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Sul Paulista de Itanhaém (FASUPI), a ser instalada no município de Itanhaém, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Sul Paulista de Itanhaém (FASUPI), a ser instalada na Rua Paulo José de Moraes, s/n, bairro Sabaúna, no município de Itanhaém, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; Logística, tecnológico; e Processos Gerenciais, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201405294 Parecer: CNE/CES 412/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Eunápolis, a ser instalada no município de Eunápolis, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Eunápolis, a ser instalada na rua Edgar Trancoso, nº 21, centro, no município de Eunápolis, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia Civil, bacharelado, Engenharia de Produção, bacharelado e Engenharia Mecânica, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415547 Parecer: CNE/CES 413/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Faculdade de Gestão e Negócios de Salvador Ltda. - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Gestão e Negócios de Cachoeirinha, a ser instalada no município de Cachoeirinha, estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Gestão e Negócios de Cachoeirinha, a ser instalada na Rua Aparício Soares da Cunha, nº 161-C, bairro Vila Bom Princípio, no município de Cachoeirinha, estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Gestão Comercial, Gestão Financeira e Logística, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201508135 Parecer: CNE/CES 414/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Convenção Nacional Assembleia de Deus no Brasil Ministério Madureira (ISCON) - Brasília/DF Assunto: Credenciamento do Instituto Superior da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, a ser instalado na cidade de Brasília, no Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto Superior da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, a ser instalado na Quadra SEPS 710/910, lote 33/34, Asa Sul, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Radiologia (tecnológico), Biomedicina (bacharelado), Gestão Hospitalar (tecnológico) e Teologia (bacharelado), com o número de vagas anuais fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201404849 Parecer: CNE/CES 415/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: CEI - Centro Educacional Integrado Ltda. - Campo Mourão/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Integrado de Campo Mourão (CEI), com sede no município de Campo Mourão, estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Integrado de Campo Mourão (CEI), com sede na Avenida Irmãos Pereira, nº 670, Centro, no município de Campo Mourão, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe da Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, nos seguintes polos de apoio presencial: I. Avenida Irmãos Pereira, nº 870, Centro, município de Campo Mourão, estado do Paraná; II. Avenida São Sebastião, nº 1227 A, bairro Jardim Petrópolis, município de Barra do Garças, estado de Minas Gerais; III. Rua Alagoas, nº 1081, bairro Jardim dos Estados, município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul; IV. Rua Visconde de Guarapuava, nº 957, bairro Neva, município de Cascavel, estado do Paraná; V. Avenida São Paulo, nº 577, bairro Zona 02, município de Cianorte, estado do Paraná; VI. Rua Alberico Flores, nº125, bairro Alto, município de Curitiba, estado do Paraná; VII. Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 39, Centro, município de Curitiba, estado do Paraná; VIII. Rua Joaquim Alves Taveira, nº 1615, bairro Jardim América, município de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul; IX. Rua 19 de Dezembro, nº 833, Centro, município de Goioerê, estado do Paraná; X. Rua Senador Pinheiro Machado, nº 2328, Centro, município de Guarapuava, estado do Paraná; XI. Rua Fortaleza, nº 91, bairro Jardim Agari, município de Londrina, estado do Paraná; XII. Rua Quintino Bocaiúva, nº 1237, bairro Zona 07, município de Maringá, estado do Paraná; XIII. Rua Doze de Outubro, nº 890, bairro Vila Margarida, município de Ourinhos, estado de São Paulo; XIV. Rua Bahia, nº 479, Centro, município de Paranavaí, estado do Paraná; XV. Rua Doutor Paula Xavier, nº 1155, bairro Estrela, município de Ponta Grossa, estado do Paraná; XVI. Avenida Raimundo de Matos, nº 1686, Centro, município de Rondonópolis, estado do Mato Grosso; XVII. Rua Doutor Camargo, nº 4820, Centro, município de Umuarama, estado do Paraná; e XVIII. Rua Padronal, Quadra 39-A, Lote nº 20, bairro Parque do Lago, município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, e nos eventuais polos a seres criados pela instituição, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Pedagogia, licenciatura; Processos Gerenciais, tecnológico; e Gestão de Recursos Humanos, tecnológico, com o número de vagas anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601132 Parecer: CNE/CES 416/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Escola Técnica Profissional Ltda. - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Profissional (FAPRO), com sede no município de Curitiba, estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Profissional (FAPRO), com sede à Rua Engenheiros Rebouças, 2213, bairro Rebouças, município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601904 Parecer: CNE/CES 417/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Centro de Ensino São Lucas Ltda. - Porto Velho/RO Assunto: Credenciamento do Centro Universitário São Lucas (UniSL), para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede no município de Porto Velho, estado de Rondônia Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário São Lucas (UniSL), com sede à Rua Alexandre Guimarães, nº 1.927, no bairro Areal, município de Porto Velho, estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201603288 Parecer: CNE/CES 418/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Sociedade de Educação e Cultura Aparecida de Goiânia Ltda. - ME - Aparecida de Goiânia/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia (Faciag), a ser instalada no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia (Faciag), a ser instalada na Avenida Chile, Quadra 41, Lote 10, bairro Setor Belo Horizonte, no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir de oferta dos cursos superiores de Pedagogia, licenciatura; e Serviço Social, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507692 Parecer: CNE/CES 419/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC) - Joinville/SC Assunto: Credenciamento do Centro Universitário SOCIESC de Curitiba (UNISOCIESC), por transformação da Faculdade SOCIESC de Curitiba, com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto da relatora: Nos termos do Decreto nº 5.786/2006 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário SOCIESC de Curitiba (UNISOCIESC), por transformação da

Faculdade SOCIESC de Curitiba, com sede na BR 116, Km 106,5, nº 18.805, bairro Pinheirinho, no município de Curitiba, estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507541 Parecer: CNE/CES 420/2017 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras de Alagoinhas, a ser instalada no município de Alagoinhas, estado da Bahia Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras de Alagoinha, a ser instalada na Rua Lauro de Freitas, nº 198, bairro Centro, no município de Alagoinhas, estado da Bahia, observados tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso superior de Engenharia de Produção, bacharelado (código: 1333969; processo: 201507543), com o número de vagas totais anuais autorizadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414748 Parecer: CNE/CES 421/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Sociedade de Educação Superior do Cabo Ltda. - Cabo de Santo Agostinho/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Autônoma do Brasil - Cabo de Santo Agostinho (FBR - Cabo), a ser instalada no município de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Autônoma do Brasil - Cabo de Santo Agostinho, a ser instalada na Avenida Historiador Pereira da Costa, nº 324, Centro, município de Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Engenharia de Produção, bacharelado; Engenharia Mecânica, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; e Ciência da Computação, bacharelado, com número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201414880 Parecer: CNE/CES 422/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade Pitágoras da Serra, a ser instalada no município de Serra, no estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Pitágoras da Serra, a ser instalada na Rua Nelcy Lopes Vieira, nº 199, bairro Jardim Limoeiro, no município de Serra, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia de Produção, bacharelado; Engenharia Mecânica, bacharelado; e Engenharia Civil, bacharelado, com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201507734 Parecer: CNE/CES 423/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Centro Educacional Águas Claras Ltda. - ME - Catanduvas/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade Centro Oeste Catanduvas (FACOC), a ser instalada no município de Catanduvas, estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Centro Oeste Catanduvas (FACOC), a ser instalada na Avenida Almirante Tamandaré, nº 2.327, Centro, no município de Catanduvas, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Logística, tecnológico, e Construção de Edifícios, tecnológico, com o número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201508435 Parecer: CNE/CES 424/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Sociedade Squalis de Educação, Pesquisa e Tecnologia S/S Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Credenciamento da Faculdades Integradas Qualis (FIQ), a ser instalada no município de Guarabira, estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdades Integradas Qualis - FIQ, a ser instalada na rua Dr. Sales, nº 116, Centro, no município de Guarabira, estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado; e Sistemas para Internet, tecnológico, com número de vagas a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601504 Parecer: CNE/CES 425/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. - Santos/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte), com sede no município de Santos, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte), com sede na Avenida Rangel Pestana, nº 99, no bairro Vila Mathias, município de Santos, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201415581 Parecer: CNE/CES 426/2017 Relator: Yugo Okida Interessada: Valdir Bonatto-EIRELI - Viamão/RS Assunto: Credenciamento da Faculdade do Centro Educacional Santa Isabel (Facesi), a ser instalada no município de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade do Centro Educacional Santa Isabel (Facesi), a ser instalada na Estrada da Branquinha, nº 299, bairro Viamópolis, no município de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, como a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de Ciências Biológicas, licenciatura; Pedagogia, licenciatura; e Gestão Ambiental, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000562/2017-03 Parecer: CNE/CES 427/2017 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru - Caruaru/PE Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria n° 580, de 9 de junho de 2017, publicada no DOU de 12 de junho de 2017, indeferiu o pedido de autorização do curso superior de graduação em Psicologia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, com sede no município de Caruaru, estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 580, de 9 de junho de 2017, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Psicologia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), com sede na Rua Azevedo Coutinho, s/n, bairro Petrópolis, no município de Caruaru, estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416227 Parecer: CNE/CES 428/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Associação Educacional João Paulo II - Passo Fundo/RS Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 3, de 5 de janeiro de 2017, indeferiu o pedido de autorização do curso Engenharia do Petróleo, bacharelado, da Faculdade João Paulo II - Pelotas, com sede no município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria nº 3, de 5 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 9 de janeiro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Engenharia de Petróleo, bacharelado, a ser ofertado pela Faculdades João Paulo II - Pelotas, instalada na rua Marechal Floriano, nº 107, centro, município de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000132/2014-31 Parecer: CNE/CES 429/2017 Relator: Yugo Okida Interessada: DeVry Educacional do Brasil S.A. - Fortaleza/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 269, de 2 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 5 de maio de 2014, indeferiu o pedido de autorização do curso de Odontologia, bacharelado, da Faculdade Nordeste (Fanor), com sede no município de Fortaleza, no estado do Ceará Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 269, de 2 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5 de maio de 2014, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Odontologia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Nordeste (Fanor), localizada na Rua Antônio Gomes Guimarães, nº 150, no bairro Dunas, município de Fortaleza, estado do Ceará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000076/2015-15 Parecer: CNE/CES 430/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: GEBASPI - Grupo de Educação Básica e Superior do Sul do Piauí S/C Ltda. - ME - Buriti/PI Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, por meio da Portaria SERES n° 722, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 28 de novembro de 2014, indeferiu pedido de autorização do Curso Superior de Licenciatura Plena em História, modalidade presencial, do Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí (ISESPI), com sede no município de Canto do Buriti, no estado do Piauí Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 722, de 27 de novembro de 2014, publicada no DOU em 28 de novembro de 2014, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do Curso Superior de Licenciatura Plena em História, que seria ministrado pelo Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí (ISESPI), localizado na Rua Coelho Neto, nº 490, Centro, no município de Canto do Buriti, no estado do Piauí Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000507/2016-24 Parecer: CNE/CES 431/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: Jorge Antônio Filho - Nova Iguaçu/RJ Assunto: Recurso contra decisão da Universidade Federal do Pará (UFPA), que indeferiu o pedido de reconhecimento do diploma de mestrado em Ciências Biológicas, emitido pela Universidad Autónoma de Asunción, no Paraguai Voto do relator: Conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão de indeferimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA) do pleito de reconhecimento do diploma de mestrado em Ciências Biológicas, obtido por Jorge Antônio Filho, portador da cédula de identidade RG nº 10.849.190-3 - Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 085.701.607-55, na Universidad Autónoma de Asunción, no Paraguai, e aceito as considerações encaminhadas pela UFPA, recomendando que o interessado encaminhe a solicitação de reconhecimento para outras IES que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, ou em área afim, nos termos da Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000344/2016-80 Parecer: CNE/CES 432/2017 Relator: Yugo Okida Interessada: Jullivani Lariss Alves Maia - Santo Antônio/RN Assunto: Recurso contra decisão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, que indeferiu o pedido de revalidação do diploma de graduação em Engenharia Civil emitido pela Universidade do Algarve, em Portugal Voto do relator: Conheço do recurso para, no mérito negar-lhe provimento, por entender não haver erro de fato ou de direito, mantendo a decisão recorrida de indeferimento da revalidação do diploma estrangeiro de Licenciatura em Engenharia Civil pela Comissão de Revalidação de Diplomas do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073298 Parecer: CNE/CES 433/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade CNEC de Itaboraí, com sede no município de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade CNEC de Itaboraí, com sede na rua Presidente Costa e Silva, nº 212, centro, no município de Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201408200 Parecer: CNE/CES 434/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Cuiabá/MT Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Senai Mato Grosso, com sede no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Senai Mato Grosso (Fatec Senai MT), com sede na Avenida XV de Novembro, nº 303, no bairro Porto, município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416646 Parecer: CNE/CES 435/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (Facene), com sede no município de João Pessoa, no estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (Facene), com sede na Avenida Frei Galvão, nº 12, bairro Gramame, no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510375 Parecer: CNE/CES 436/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina - Estácio de Santa Catarina, com sede no município de São José, no estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Estácio de Santa Catarina - Estácio de Santa Catarina, com sede na Avenida Leoberto Leal, nº 431, bairro Barreiros, no município de São José, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510983 Parecer: CNE/CES 437/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda. - Natal/RN Assunto: Recredenciamento da Faculdade Uninassau Natal, com sede no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Uninassau Natal, com sede na avenida Engenheiro Roberto Freire, nº 1.514, bairro Capim Macio, no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201417959 Parecer: CNE/CES 438/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Fundação Educacional João Ramalho - São Bernardo do Campo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de São Bernardo do Campo (FASB), com sede no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de São Bernardo do Campo, com sede na Rua Américo Brasiliense, nº 449, Centro, município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201511008 Parecer: CNE/CES 439/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Fundação Educacional de Ituverava - Ituverava/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava (FFCL), com sede no município de Ituverava, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava (FFCL), com sede na Rua Coronel Flauzino Barbosa Sandoval, nº 1.259, bairro Cidade Universitária, no município de Ituverava, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073128 Parecer: CNE/CES 440/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: UNIESP S.A. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tupã, com sede no município de Tupã, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tupã, com sede na Rua Mandaguaris, nº 274, Centro, município de Tupã, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20075460 Parecer: CNE/CES 441/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: UNIFAC - Associação de Ensino de Botucatu - Botucatu/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdades Integradas de Botucatu, com sede no município de Botucatu, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas de Botucatu, com sede na avenida Leonardo Villas Boas, nº 351, bairro Vila Nova Botucatu, município de Botucatu, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201364696 Parecer: CNE/CES 442/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Educacional de Varginha - Varginha/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Direito de Varginha (Fadiva), com sede no município de Varginha, estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Direito de Varginha (Fadiva), com sede na Rua José Gonçalves Pereira, nº 112, bairro Vila Pinto, no município de Varginha, estado de Minas Gerais, observando-se o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416688 Parecer: CNE/CES 443/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Senai Gaspar Ricardo Junior, com sede no município de Sorocaba, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Senai Gaspar Ricardo Junior, situada na Praça Roberto Mange, nº 30, bairro Jardim Santa Rosália, no município de Sorocaba, no estado de São Paulo, observados tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510339 Parecer: CNE/CES 444/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação de Rotarianos de São Paulo - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdades Integradas Rio Branco (FRB), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas Rio Branco (FRB), com sede na Rua Capitão José Inácio do Rosário, nº 133, bairro Lapa, município de São Paulo, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201361026 Parecer: CNE/CES 445/2017 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto de Pesquisa e Ensino Médico do Estado de Minas Gerais Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade IPEMED de Ciências Médicas, com sede no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade IPEMED de Ciências Médicas, situada na avenida do Contorno, n.os 2073 e 2075, bairro Santa Tereza, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073279 Parecer: CNE/CES 446/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Associação Escola da Cidade - Arquitetura e Urbanismo - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Escola da Cidade - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com sede na Rua General Jardim, nº 65, bairro Vila Buarque, no município de São Paulo, estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20077377 Parecer: CNE/CES 447/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Instituto Invest de Educação e Assessoria Ltda. - ME - Cuiabá/MT Assunto: Recredenciamento da Faculdade Univest de Educação, com sede no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Univest de Educação, com sede na Avenida Europa, nº 63, bairro Jardim Tropical, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201359698 Parecer: CNE/CES 448/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recredenciamento da Escola de Matemática Aplicada (EMAp - FGV), com sede no município do Rio de janeiro, estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Escola de Matemática Aplicada (EMAp - FGV), com sede na Praia de Botafogo, nº 190, bairro Botafogo, no município de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201417237 Parecer: CNE/CES 449/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessado: Instituto Cultural Brasil E E U U Ltda. - ME - São Gonçalo/RJ Assunto: Recredenciamento do Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira - ISAT, com sede no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira - ISAT, com sede na rua Dr. Francisco Portela, nº 2.772, bairro Zé Garoto, no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201417240 Parecer: CNE/CES 450/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Fundação Francisco de Assis - Teixeira de Freitas/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdade do Sul da Bahia, com sede no município de Teixeira de Freitas, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade do Sul da Bahia, com sede na Rua Sagrada Família, nº 120, bairro Bela Vista, no município de Teixeira de Freitas, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503364 Parecer: CNE/CES 451/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Sociedade de Ensino Superior da Paraíba Sociedade Simples Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia da Paraíba (FATECPB), com sede no município de Cabedelo, no estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia da Paraíba (FATECPB), com sede na BR 230, Km 14, s/n, no bairro Estrada de Cabedelo, no município de Cabedelo, no estado da Paraíba, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201605889 Parecer: CNE/CES 452/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil Ltda. - Balneário Camboriú/SC Assunto: Recredenciamento da Faculdade Avantis, com sede no município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Avantis, com sede na Avenida Marginal Leste, nº 3.600, Km 132, bairro Estados, no município de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201117070 Parecer: CNE/CES 453/2017 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto Florence de Ensino Superior Ltda. - ME - São Luís/MA Assunto: Recredenciamento do Instituto Florence de Ensino Superior (IFES), com sede no município de São Luiz, estado do Maranhão Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Florence de Ensino Superior - IFES, com sede na rua Rio Branco, 216, centro, município de São Luís, estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201605899 Parecer: CNE/CES 454/2017 Relator: Yugo Okida Interessado: IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Manaus/AM Assunto: Recredenciamento da Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro), com sede no município de Manaus, estado do Amazonas Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Metropolitana de Manaus (Fametro), com sede na Avenida Constantino Nery, nº 3.000, no bairro Chapada, município de Manaus, no estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503305 Parecer: CNE/CES 455/2017 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Universidade do Estado de Minas Gerais - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Nos termos do Decreto n.º 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC n.º 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com sede na Rodovia Prefeito Américo Renê Gianetti, nº 3701, bairro Serra Verde, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, nos polos de apoio presencial devidamente cadastrados no e-MEC, nos eventuais polos a serem criados pela instituição, bem como nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) regularmente cadastrados Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20079186 Parecer: CNE/CES 456/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. - Mogi das Cruzes/SP Assunto: Recredenciamento da Universidade Braz Cubas (UBC), e credenciamento, por transformação acadêmica, do Centro Universitário Braz Cubas, com sede no município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao recredenciamento da Universidade Braz Cubas, com sede no município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, conforme o disposto no artigo 46, § 1º da Lei nº 9.394/1996 e do artigo 10, § 2º, inciso III, da Lei nº 10.861/2004. E, considerando que a IES não atende ao artigo 3º inciso VI, da Resolução CNE/CES nº 3/2010, que trata da oferta de pelo menos, 4 (quatro) mestrados e 2 (dois) doutorados reconhecidos pelo Ministério da Educação, como requisitos necessários para o recredenciamento como Universidade, e, nos termos do artigo 10, inciso III, da citada Resolução, voto favoravelmente à sua transformação acadêmica em Centro Universitário, com a denominação de Centro Universitário Braz Cubas, com sede na Avenida Francisco Rodrigues Filho, nº 1.233, bairro Mogilar, no município de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201009880 Parecer: CNE/CES 457/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB, com sede no município de Salvador, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB, com sede na rua Xingu, nº 179, Jardim Atalaia, bairro STIEP, no município de Salvador, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201009880 Parecer: CNE/CES 458/2017 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB, com sede no município de Salvador, estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Estácio da Bahia - Estácio FIB, com sede na rua Xingu, nº 179, Jardim Atalaia, bairro STIEP, no município de Salvador, estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000491/2017-31 Parecer: CNE/CES 459/2017 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Juliane Batista Ribeiro - Vila Velha/ES Assunto: Convalidação de estudos realizados por Juliane Batista Ribeiro no curso de Direito, bacharelado, iniciados no Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), campus Colatina, no município de Colatina, estado do Espírito Santo, e concluídos na Faculdade Novo Milênio, no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Juliane Batista Ribeiro, portadora do RG nº 3.299.445-SPTC/ES e CPF nº 123.843.897-00, no curso de graduação em Direito, bacharelado, concluído na Faculdade Novo Milênio, com sede no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Direito Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000480/2016-70 Parecer: CNE/CES 460/2017 Relator: Maurício Costa Romão Interessada: Luciana Roman Tonin - Xaxim/SC Assunto: Convalidação de estudos, realizados no curso de Pedagogia, licenciatura, concluídos na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA (Celer Faculdades), em janeiro de 2015, e no curso de pós-graduação lato sensu em Educação Infantil e Anos Iniciais, concluídos na mesma instituição, em setembro de 2016, no município de Xaxim, no estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos, realizados por Luciana Roman Tonin, CPF nº 042.026.599-61, RG nº 3.451.842, SSP/SC, no curso de Pedagogia, licenciatura, ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA (Celer Faculdades), sediada na Rodovia BR 282, Km 528, Trevo Limeira, no município de Xaxim, no estado de Santa Catarina, conferindo validade ao seu diploma de licenciatura em Pedagogia. Voto também, neste mesmo ato, pela convalidação de seus estudos, realizados no curso de pós-graduação lato sensu em Educação Infantil e Anos Iniciais, concluídos na mesma instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000078/2014-23 Parecer: CNE/CES 461/2017 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Aparecidense de Educação - Aparecida de Goiânia/GO Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 223/2015, que trata do recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES nº 236, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 16 de abril de 2014, indeferiu o pedido de autorização do curso de Medicina, bacharelado, da Faculdade Alfredo Nasser, com sede no município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás Voto do relator: Ratifico o Parecer CNE/CES nº 223/2015 e, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, expressa na Portaria SERES nº 236, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 16 de abril de 2014, para autorizar a oferta do curso de Medicina, bacharelado, da Faculdade Alfredo Nasser, localizada na Avenida Bela Vista, nº 26, bairro Jardim das Esmeraldas, município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, com 100 (cem) vagas totais anuais. Determino a convalidação, para todos os fins, dos estudos e dos atos acadêmicos realizados a partir do início de funcionamento do curso de medicina em questão Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12984).

Brasília, 19 de outubro de 2017.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010, que dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de Universidades.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995; na Lei nº 9.394/1996, artigos 45 e 52, no Decreto nº 5.773/2006, alterado pelos Decretos nos 5.840/2006, 6.303/2007 e 6.861/2009, e no Decreto nº 5.786/2006, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 362/2016, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, Seção1, página 16, resolve:

Art. 1º Fica suprimido o inciso IV do artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea "C", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CES/CNE nº 248/2017, de 7 de junho de 2017, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 18 de outubro de 2017, Seção 1, página 42, ato indispensável e integrante do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia (DCNs em Farmácia), a serem observadas na organização, desenvolvimento e avaliação do referido curso no âmbito dos sistemas de ensino superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, definem, em âmbito nacional, os princípios, os fundamentos, as condições e os procedimentos da formação de Farmacêuticos e devem ser aplicadas na organização, no desenvolvimento e na avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Farmácia ofertados pelas instituições de ensino superior do País.

Art. 3º O Curso de Graduação em Farmácia tem, como perfil do formando egresso/profissional, o Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

Parágrafo único. A formação deve ser pautada em princípios éticos e científicos, capacitando-o para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, por meio de ações de prevenção de doenças, de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como em trabalho de pesquisa e desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde.

Art. 4º A formação do farmacêutico deve ser humanista, crítica, reflexiva e generalista, bem como pautar-se por uma concepção de referência nacional e internacional, conforme definida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Farmácia, na modalidade bacharelado, considerando:

I - componentes curriculares, que integrem conhecimentos teóricos e práticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar;

II - planejamento curricular, que contemple as prioridades de saúde, considerando os contextos nacional, regional e local em que se insere o curso;

III - cenários de práticas diversificados, inseridos na comunidade e nas redes de atenção à saúde, pública e/ou privada, caracterizados pelo trabalho interprofissional e colaborativo;

IV - estratégias para a formação, centradas na aprendizagem do estudante, tendo o professor como mediador e facilitador desse processo;

V - ações intersetoriais e sociais, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI - atuação profissional, articulada com as políticas públicas e com o desenvolvimento científico e tecnológico, para atender às necessidades sociais;

VII - cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação;

VIII - tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;

IX - liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;

X - compromisso com o cuidado e a defesa da saúde integral do ser humano, levando em conta aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, necessidades da sociedade, bem como características regionais;

XI - formação profissional, que o capacite para intervir na resolubilidade dos problemas de saúde do indivíduo, da família e da comunidade;

XII - assistência farmacêutica, utilizando medicamento e outras tecnologias como instrumentos para a prevenção de doenças, promoção, proteção e recuperação da saúde;

XIII - incorporação de tecnologias de informação e comunicação em suas diferentes formas, com aplicabilidade nas relações interpessoais, pautada pela interação, participação e diálogo, tendo em vista o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade;

XIV - educação permanente e continuada, responsável e comprometida com a sua própria formação, estímulo ao desenvolvimento, à mobilidade acadêmico-profissional, à cooperação e à capacitação de profissionais, por meio de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º Dada a necessária articulação entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, para contemplar o perfil do egresso, a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos:

I - Cuidado em Saúde;

II - Tecnologia e Inovação em Saúde;

III - Gestão em Saúde.

§ 1º Entende-se, como cuidado em saúde, o conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, que considera a autonomia do ser humano, a sua singularidade e o contexto real em que vive, sendo realizado por meio de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças, e que possibilite às pessoas viverem melhor.

§ 2º A execução do eixo, Cuidado em Saúde, requer o desenvolvimento de competências para identificar e analisar as necessidades de saúde do indivíduo, da família e da comunidade, bem como para planejar, executar e acompanhar ações em saúde, o que envolve:

I - acolhimento do indivíduo, verificação das necessidades, realização da anamnese farmacêutica e registro das informações referentes ao cuidado em saúde, considerando o contexto de vida e a integralidade do indivíduo;

II - avaliação e o manejo da farmacoterapia, com base em raciocínio clínico, considerando necessidade, prescrição, efetividade, segurança, comodidade, acesso, adesão e custo;

III - solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;

IV - investigação de riscos relacionados à segurança do paciente, visando ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas;

V - identificação de situações de alerta para o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde, atuando de modo que se preserve a saúde e a integridade do paciente;

VI - planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínico-laboratoriais e socioeconômicos, além de outras investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais;

VII - elaboração e aplicação de plano de cuidado farmacêutico, pactuado com o paciente e/ou cuidador, e articulado com a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução;

VIII - prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

IX - dispensação de medicamentos, considerando o acesso e o seu uso seguro e racional;

X - rastreamento em saúde, educação em saúde, manejo de problemas de saúde autolimitados, monitorização terapêutica de medicamentos, conciliação de medicamentos, revisão da farmacoterapia, acompanhamento farmacoterapêutico, gestão da clínica, entre outros serviços farmacêuticos;

XI - esclarecimento ao indivíduo, e, quando necessário, ao seu cuidador, sobre a condição de saúde, tratamento, exames clínico-laboratoriais e outros aspectos relativos ao processo de cuidado;

XII - busca, seleção, organização, interpretação e divulgação de informações, que orientem a tomada de decisões baseadas em evidências científicas, em consonância com as políticas de saúde;

XIII - promoção e educação em saúde, envolvendo o indivíduo, a família e a comunidade, identificando as necessidades de aprendizagem e promovendo ações educativas;

XIV - realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico;

XV - prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;

XVI - orientação sobre o uso seguro e racional de alimentos, relacionados à saúde, incluindo os parenterais e enterais, bem como os suplementos alimentares e de plantas medicinais fitoterápicas de eficácia comprovada;

XVII - prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente.

§ 3º Entende-se, como tecnologia em saúde, o conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na pesquisa, no desenvolvimento, na produção, na qualidade e na provisão de bens e serviços; a inovação em saúde, por sua vez, diz respeito à solução de problemas tecnológicos, compreendendo a introdução ou melhoria de processos, produtos, estratégias ou serviços, tendo repercussão positiva na saúde individual e coletiva.

§ 4º A execução do eixo, Tecnologia e Inovação em Saúde, requer competências que compreendam:

I - pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de:

a) fármacos, medicamentos e insumos;

b) biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados e outros produtos biotecnológicos e biológicos;

c) reagentes químicos, bioquímicos e outros produtos para diagnóstico;

d) alimentos, preparações parenterais e enterais, suplementos alimentares e dietéticos;

e) cosméticos, saneantes e domissanitários;

f) outros produtos relacionados à saúde.

II - pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde, envolvendo:

a) tecnologias relacionadas a processos, práticas e serviços de saúde;

b) sustentabilidade do meio ambiente e a minimização de riscos;

c) avaliação da infraestrutura necessária à adequação de instalações e equipamentos;

d) avaliação e implantação de procedimentos adequados de embalagem e de rotulagem;

e) administração da logística de armazenamento e de transporte;

f) incorporação de tecnologia de informação, orientação e compartilhamento de conhecimentos com a equipe de trabalho.

§ 5º Entende-se, como gestão em saúde, o processo técnico, político e social, capaz de integrar recursos e ações para a produção de resultados.

§ 6º A execução do eixo, Gestão em Saúde, requer as seguintes competências:

I - identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde, o que envolve:

a) conhecer e compreender as políticas públicas de saúde, aplicando-as de forma articulada nas diferentes instâncias;

b) conhecer e compreender a organização dos serviços e sistema de saúde;

c) conhecer e compreender a gestão da informação;

d) participar das instâncias consultivas e deliberativas de políticas de saúde.

II - elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos, o que envolve:

a) conhecer e avaliar os diferentes modelos de gestão em saúde;

b) conhecer e aplicar ferramentas, programas e indicadores que visem à qualidade e à segurança dos serviços prestados;

c) propor ações baseadas em evidências científicas, fundamentadas em realidades socioculturais, econômicas e políticas;

d) estabelecer e avaliar planos de intervenção e processos de trabalho;

e) conhecer e compreender as bases da administração e da gestão das empresas farmacêuticas.

III - promover o desenvolvimento de pessoas e equipes, o que envolve:

a) conhecer a legislação que rege as relações com os trabalhadores e atuar na definição de suas funções e sua integração com os objetivos da organização do serviço;

b) desenvolver a avaliação participativa das ações e serviços em saúde;

c) selecionar, capacitar e gerenciar pessoas, visando à implantação e à otimização de projetos, processos e planos de ação.

Art. 6º O Curso de Graduação em Farmácia deve estar alinhado com todo o processo de saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade; com a realidade epidemiológica, socioeconômica, cultural e profissional, proporcionando a integralidade das ações de Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde.

Parágrafo único. A formação em Farmácia requer conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, abrangendo, além de pesquisa, gestão e empreendedorismo, as seguintes ciências, de forma integrada e interdisciplinar:

I - Ciências Humanas e sociais aplicadas, ética e bioética, integrando a compreensão dos determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero e de orientação sexual, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, ambientais, do processo saúde-doença do indivíduo e da população;

II - Ciências Exatas, contemplando os campos das ciências químicas, físicas, matemáticas, estatísticas e de tecnologia de informação, que compreendem seus domínios teóricos e práticos, aplicados às ciências farmacêuticas;

III - Ciências Biológicas, contemplando as bases moleculares e celulares, a organização estrutural de protistas, fungos e vegetais de interesse farmacêutico, os processos fisiológicos, patológicos e fisiopatológicos da estrutura e da função dos tecidos, dos órgãos, dos sistemas e dos aparelhos, e o estudo de agentes infecciosos e parasitários, dos fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de doenças, aplicadas à prática, dentro dos ciclos de vida;

IV - Ciências da Saúde, contemplando o campo da saúde coletiva, a organização e a gestão de pessoas, de serviços e do sistema de saúde, programas e indicadores de qualidade e segurança dos serviços, políticas de saúde, legislação sanitária, bem como epidemiologia, comunicação, educação em saúde, práticas integrativas e complementares, que considerem a determinação social do processo saúde-doença;

V - Ciências Farmacêuticas, que contemplam:

a) assistência farmacêutica, serviços farmacêuticos, farmacoepidemiologia, farmacoeconomia, farmacovigilância, hemovigilância e tecnovigilância, em todos os níveis de atenção à saúde;

b) farmacologia, farmacologia clínica, semiologia farmacêutica, terapias farmacológicas e não farmacológicas, farmácia clínica, toxicologia, serviços clínico-farmacêuticos e procedimentos dirigidos ao paciente, família e comunidade, cuidados farmacêuticos e segurança do paciente;

c) química farmacêutica e medicinal, farmacognosia, química de produtos naturais, fitoterapia e homeopatia;

d) farmacotécnica, tecnologia farmacêutica e processos e operações farmacêuticas, magistrais e industriais, aplicadas a fármacos e medicamentos alopáticos, homeopáticos, fitoterápicos, cosméticos, radiofármacos, alimentos e outros produtos para a saúde, planejamento e desenvolvimento de insumos, de fármacos, de medicamentos e de cosméticos;

e) controle e garantia da qualidade de produtos, processos e serviços farmacêuticos;

f) deontologia, legislação sanitária e profissional;

g) análises clínicas, contemplando o domínio de processos e técnicas de áreas como microbiologia clínica, botânica aplicada, imunologia clínica, bioquímica clínica, hematologia clínica, parasitologia clínica e citopatologia clínica;

h) genética e biologia molecular;

i) análises toxicológicas, compreendendo o domínio dos processos e técnicas das diversas áreas da toxicologia;

j) gestão de serviços farmacêuticos;

k) farmácia hospitalar, farmácia em oncologia e terapia nutricional;

l) análises de água, de alimentos, de medicamentos, de cosméticos, de saneantes e de domissanitários;

m) pesquisa e desenvolvimento para a inovação, a produção, a avaliação, o controle e a garantia da qualidade de insumos, fármacos, medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanitários, insumos e produtos biotecnológicos, biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados, e de outros produtos biotecnológicos e biológicos, além daqueles obtidos por processos de farmacogenética e farmacogenômica, insumos e equipamentos para diagnóstico clínico-laboratorial, genético e toxicológico, alimentos, reagentes químicos e bioquímicos, produtos para diagnóstico in vitro e outros relacionados à saúde, bem como os seus aspectos regulatórios;

n) pesquisa e desenvolvimento para a inovação, produção, avaliação, controle e garantia da qualidade e aspectos regulatórios em processos e serviços de assistência farmacêutica e de atenção à saúde;

o) gestão e empreendedorismo, que contemplam:

1. projetos e processos;
2. empreendimentos farmacêuticos;
3. assistência farmacêutica e estabelecimentos de saúde;
4. serviços farmacêuticos.

Art. 7º O Curso de Graduação em Farmácia, bacharelado, deve ser estruturado em três eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada.

§ 1º O Curso de Graduação em Farmácia terá carga horária referencial de 4.000 (quatro mil) horas.

§ 2º A carga horária do curso, excetuando-se o estágio curricular e as atividades complementares, deve ser distribuída da seguinte forma:

I - 50 % no eixo cuidado em saúde;

II - 40 % no eixo tecnologia e inovação em saúde;

III - 10% no eixo gestão em saúde.

§ 3º Os conteúdos em Ciências Farmacêuticas devem corresponder, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso, excetuando o estágio curricular obrigatório.

Art. 8º A formação em Farmácia inclui, como etapa integrante e obrigatória da graduação, estágios curriculares, que devem estar regulamentados e institucionalizados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, previsão ou existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.

§ 1º Os estágios curriculares devem ser realizados sob orientação de docente, em campo de atuação profissional da área farmacêutica, pertencente à Instituição de Educação Superior (IES) ou fora dela, mediante convênios, parcerias ou acordos.

§ 2º Os estágios curriculares devem ser desenvolvidos de forma articulada, em complexidade crescente, distribuídos ao longo do curso, e iniciados, no máximo, no terceiro semestre do Curso de Graduação em Farmácia.

§ 3º Os estágios curriculares devem corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia, e serem desenvolvidos conforme os percentuais estabelecidos abaixo, em cenários de prática relacionados a:

I - fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica: 60% (sessenta por cento);

II - análises clínicas, genéticas e toxicológicas e alimento: 30% (trinta por cento);

III - especificidades institucionais e regionais: 10% (dez por cento).

§ 4º Os estágios obrigatórios, mencionados no parágrafo anterior, devem contemplar cenários de prática do Sistema Único de Saúde (SUS) nos diversos níveis de complexidade.

§ 5º A Farmácia Universitária é cenário obrigatório de prática, podendo ser na IES ou em outro estabelecimento, relacionado à assistência farmacêutica, por meio de convênio, visando à execução de atividades de estágio obrigatório, para todos os estudantes do curso.

§ 6º Os estágios devem ser desenvolvidos sob orientação de docente farmacêutico, com supervisão local, realizada por profissional com formação superior e com competência na área do estágio, entendido esse como preceptor, obedecendo à proporção máxima de 10 (dez) estudantes por supervisor/preceptor local.

Art. 9º É recomendável a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos estudantes, sendo esse realizado sob orientação de docente da IES, em conformidade com sua área de atuação específica, atendendo à regulamentação por ela definida.

Parágrafo único. Ao se optar pelo TCC, esse deve ser regulamentado, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

Art. 10 O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve contemplar a realização de atividades complementares como requisito para a formação, envolvendo, por exemplo, monitorias, estágios não obrigatórios, programas de iniciação científica, programas de extensão, eventos e cursos realizados em áreas afins.

§ 1º As atividades complementares devem estar regulamentadas e institucionalizadas, de modo sistêmico e global, de forma que se garanta os aspectos de carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

§ 2º As atividades complementares devem corresponder, no máximo, a 3% (três por cento) da carga horária total do curso e serem validadas pela Comissão de Docentes, designada pela Coordenação do Curso de Farmácia.

Art. 11 O Curso de Graduação em Farmácia deve ter projeto pedagógico centrado na aprendizagem do estudante e fundamentado no professor como facilitador e mediador do processo, com vistas à formação integral do estudante, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. Para a organização e desenvolvimento do Curso de Graduação em Farmácia, devem ser consideradas:

I - a utilização de metodologias ativas de ensino, centradas na aprendizagem do estudante, com critérios coerentes de acompanhamento e de avaliação do processo ensino-aprendizagem;

II - a participação ativa do discente no processo de construção e difusão do conhecimento;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na prática docente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão;

IV - a avaliação permanente do curso, envolvendo a comunidade acadêmica e os atores sociais, relacionados à educação e à profissão, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), visando seu aprimoramento;

V - a diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao estudante conhecer as políticas de saúde, vivenciar a realidade profissional, a organização do trabalho em saúde e as práticas interprofissionais, garantindo a integração ensino-serviço, desde o início do curso.

VI - as atividades pedagógicas, que devem apresentar excelente coerência com a metodologia prevista e implantada, inclusive em relação aos aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Art. 12 O PPC deve prever a organização pedagógica para o desenvolvimento e consolidação das competências, habilidades e atitudes descritas nos eixos de formação, de maneira que contribua para aprendizagens significativas dos estudantes e para aproximar a prática pedagógica da realidade profissional, buscando a integração ensino-serviço-comunidade.

§ 1º As atividades práticas referem-se àquelas realizadas em laboratórios de ensino, laboratórios didáticos especializados e em outros cenários, visando ao desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos.

§ 2º As atividades práticas devem contemplar também a integração do curso com o sistema local e regional de saúde do SUS, envolvendo, neste ambiente, em termos proporcionais, uma relação aluno/docente, no máximo, de 10/1 (dez por um), nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde, com ênfase na atenção básica.

§ 3º O Curso de Graduação em Farmácia deve ter projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e fundamentado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem, além de buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

§ 4º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e o Projeto Pedagógico do Curso devem orientar o currículo do curso para o perfil acadêmico e profissional do egresso, além de contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

§ 5º A organização do Curso de Graduação em Farmácia deve ser definida pelo respectivo Colegiado, que indicará o regime a ser adotado: seriado anual, seriado semestral ou sistema de créditos.

§ 6º A estrutura do Curso de Graduação em Farmácia deve:

I - abordar as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos, fundamentais à formação profissional e acadêmica;

II - contemplar a abordagem de temas, observando o equilíbrio teórico-prático, desvinculado da visão tecnicista, permitindo na prática e no exercício das atividades a aprendizagem da arte de aprender;

III - buscar, desde o início do curso, a abordagem de temas inerentes às atividades profissionais, de forma integrada, evitando a separação entre a formação geral e a formação específica;

IV - favorecer a flexibilização curricular, de forma que se atenda interesses mais específicos e atualizados, sem que haja perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão;

V - comprometer o aluno com o desenvolvimento científico e a busca do avanço técnico, associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos;

VI - ser organizada, de forma que haja disponibilidade de tempo para a consolidação dos conhecimentos e para as atividades complementares, objetivando, assim, progressiva autonomia intelectual do aluno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 13 A Coordenação do Curso de Graduação em Farmácia deve ser exercida, exclusivamente, por docente do quadro permanente da IES, com graduação em Farmácia.

Parágrafo único. A atuação da Coordenação do Curso deve considerar, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de gestão do curso, a relação com os docentes e com os discentes e a representatividade nos colegiados e conselhos superiores da IES.

Art. 14 O Curso de Graduação em Farmácia deve ter Colegiado de Curso, instância deliberativa dos assuntos referentes à gestão administrativa do curso, regulamentado e institucionalizado, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

Art. 15 Os docentes do Curso de Graduação em Farmácia devem ter qualificação acadêmica e experiência profissional, comprovadas em suas áreas de atuação específica, como requisito mínimo para ministrar os conteúdos sob sua responsabilidade.

§ 1º A Coordenação do Curso de Graduação em Farmácia e o ensino de componentes curriculares específicos das ciências farmacêuticas devem ser exercidos exclusivamente por docentes formados em curso de Farmácia.

§ 2º A qualificação e a capacitação docente devem ser permanentes, tendo como finalidade a melhoria da qualidade do ensino e a construção coletiva da função social dos professores.

§ 3º As IES devem atender aos critérios e padrões de qualidade, definidos pelo MEC em relação à titulação e regime de trabalho dos docentes do Curso de Graduação em Farmácia, na modalidade bacharelado.

Art. 16 A IES deve envolver-se no processo de integração ensino-serviço-comunidade, fomentando a educação permanente dos profissionais da rede de saúde, com vistas à melhoria do serviço e do processo de ensino-aprendizagem nos cenários de práticas.

Art. 17 A implantação e o desenvolvimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia devem orientar e propiciar concepções curriculares ao curso de Farmácia, que serão acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos devem basear-se nas competências, habilidades, atitudes e conhecimentos curriculares desenvolvidos.

§ 2º O Curso de Graduação em Farmácia deve utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem dos alunos e do próprio curso, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e com o Sistema de Avaliação da IES ofertante.

Art. 18 O Curso de Graduação em Farmácia deve contemplar as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental, assim como garantir o desenvolvimento das políticas institucionais de ensino, de extensão e de iniciação científica/pesquisa, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no âmbito do curso.

Art. 19 O Curso de Graduação em Farmácia deve utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem, que permitam a execução do Projeto Pedagógico do Curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

Art. 20 O Curso de Graduação em Farmácia deve, ainda, contar com a infraestrutura geral e específica, disponível pela própria IES e/ou por convênios, que possibilite o desenvolvimento pleno do PPC.

Art. 21 As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia (DCNs de Farmácia) são obrigatórias em âmbito nacional, e as Instituições de Educação Superior (IES) deverão implantá-las em até 2 (dois) anos, contados da data de publicação desta Resolução.

§ 1º As IES, mediante ajuste com o Colegiado de Curso e com a representação discente, poderão promover a aplicação integral ou proporcional das DCNs de Farmácia, aprovadas nesta Resolução aos cursos iniciados no prazo previsto no caput deste artigo e regidos pelas DCNs de Farmácia, editadas pela Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, publicadas no Diário Oficial da União, em 4 de março de 2002.

§ 2º Ficam assegurados, aos alunos ingressantes, até o prazo fixado no caput deste artigo, a validade nacional dos diplomas expedidos em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, inclusive aqueles com a denominação de "Farmácia-Bioquímica".

§ 3º Fica vedado, a partir da publicação desta Resolução, ofertas novas com a utilização da nomenclatura "Farmácia-Bioquímica", ou de qualquer outra adjetivação que possa dar a conotação de habilitações específicas para o Curso de Graduação em Farmácia.

§ 4º Os cursos iniciados após o prazo mencionado no caput deste artigo se submeterão integralmente às DCNs de Farmácia aprovadas nesta Resolução.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, em 4 de março de 2002, e demais disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.091, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nas Portarias Normativas nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

PROCESSO	IES	MANTENEDORA	CURSO/GRAU	VAGAS
201507296	ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA (EBMSP)	FUNDAÇÃO BAHIANA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS	INFORMÁTICA E SAÚDE, EM CARÁTER EXPERIMENTAL (TECNOLÓGICO)	300 (TREZENTAS)
201416230	FACULDADE SUPERIOR DE ENSINO PROGRAMUS (ISEPRO)	PROGRAMUS SOCIEDADE AGUABRANQUENSE DE EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR S/C LTDA - ME	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	200 (DUZENTAS)
201416234	FACULDADE SUPERIOR DE ENSINO PROGRAMUS (ISEPRO)	PROGRAMUS SOCIEDADE AGUABRANQUENSE DE EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR S/C LTDA - ME	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	200 (DUZENTAS)

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 19 de outubro de 2017

Processo MEC n° 23000.000523/2013-84.

Nº 208 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com base na Nota Técnica nº 208/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

I.Fica descredenciada FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE PONTE NOVA (cód. 364), nos termos dos arts. 52 e 68 do Decreto n° 5.773, de 2006.

II.Seja notificada a FACULDADE DINÂMICA DO VALE DO PIRANGA - FADIP (cód. 2636), na pessoa de seu representante legal, em cumprimento ao Despacho SERES/MEC nº 105, de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 3 de setembro de 2012, para manter e guardar os documentos acadêmicos, bem como garantir a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos remanescentes.

III.Seja notificada a Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 53 do Decreto nº 5.773, de 2006.

IV.Seja efetivada a notificação por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010;

Processo MEC n° 23000.017344/2011-14.

Nº 209 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com base na Nota Técnica nº 219/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

I.Fica descredenciada a FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA (cód. 1792), nos termos dos arts. 52 e 68 do Decreto n° 5.773, de 2006.

II. Fica intimada a sua mantenedora, Associação Unificada de Ensino Superior (cód. 1190) - CNPJ 02.930.693/0001-47, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre os meios adotados para manter e guardar os documentos acadêmicos e sobre a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos remanescentes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos dos alunos, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

III. Seja notificada a Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 53 do Decreto nº 5.773, de 2006.

IV. Seja efetivada a notificação por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010;

Processo MEC n° 23709.000201/2016-19.

Nº 210 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2°, 4° e 10 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, arts. 60 a 63 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 220/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC determina, perante o curso de graduação, bacharelado em Ciências Contábeis (cód. 54218) ofertado no Município de João Pessoa - PB, pela FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS LUIZ MENDES (cód. 2435), que:

I.Ficam reduzidas para 40 (quarenta) o total anual de vagas autorizadas, como convolação da penalidade de sua desativação.

II.Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 209, de 2013, e da Portaria SERES/MEC nº 198, de 2016.

III.Seja concluído o Processo e-MEC n° 201360591, da renovação do seu reconhecimento, com o total anual de 40 (quarenta) vagas autorizadas.

IV.Seja notificada a Instituição, do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 1.210, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

Delega competência ao Coordenador de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF, Helenilson da Fonseca e Silva.

O Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso das atribuições, tendo em vista o disposto nos Incisos VIII, XI e XIV do Artigo 24 do Estatuto da Universidade, e considerando o disposto no Artigo 52 do Regimento da UFJF e a necessidade de realização de colação de grau em datas distintas da data da cerimônia oficial prevista no acadêmico da UFJF, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Coordenador da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF, para conferir graus universitários, previstas no Inciso XI do Artigo 24 do Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 2º O Coordenador de Assuntos e Registros Acadêmicos estabelecerá o calendário de colação de grau a que se refere o Artigo 1º, podendo, no interesse da administração pública, realizar a cerimônia em uma ou mais datas, à medida que a CDARA receber os pedidos.

Art. 3º Convalidar os atos praticados antes desta Delegação de competência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINÍCIUS DAVID

Ministério da Fazenda

BANCO DO BRASIL S/A

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2017

Em vinte e um de julho de dois mil e dezessete, às quinze horas, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 30.822.936/0001-69; NIRE: 3330001980-4), na Sede Social da Empresa, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 201, Centro, Rio de Janeiro (RJ), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente, Sr. Márcio Hamilton Ferreira, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Paulo Roberto Lopes Ricci, Diretor Presidente da BB DTVM, que ao instalar a Assembleia convidou o Sr. André Luiz Valença da Cruz para atuar como Secretário. Em seguida, o Sr. Presidente informou que o assunto constante na ordem do dia era a eleição de membro do Conselho de Administração, a seguir qualificado, para cumprir o mandato 2017/2019, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Representante da União indicado pelo Ministério da Fazenda - membro do Conselho Diretor do Banco do Brasil - ANTONIO MAURICIO MAURANO, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.022.878-51, portador da Carteira de Identidade nº 13.466.056-0, expedida em 04.08.2006 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar - Asa Norte - Brasília (DF); Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual eu, Ass.) André Luiz Valença da Cruz, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Paulo Roberto Lopes Ricci, Diretor-Presidente da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente da Assembleia e Márcio Hamilton Ferreira, Representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 09, FOLHAS 94 e 95. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro-DEORF - 8.350.709-4 - Priscilla Guerra Barbosa da Silva - Analista. A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro certificou o deferimento em 09.10.2017, e o registro sob o número 00003099093. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 15.934 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza GAP EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA, CNPJ 27.957.477, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.935 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza HENDRIK JOHANNES DE CAMARGO KRAAG, CPF nº 060.916.829-03, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.936 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a SAIRES CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 28.018.445, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.937 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCELO MIFANO, CPF nº 302.635.668-97, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.938 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza BRUNO HERMES DA FONSECA RUDGE, CPF nº 016.802.897-21, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.939 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RODRIGO FERREIRA DE CARVALHO CAPARICA, CPF nº 079.323.427-16, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.940 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza BERNARDO DIAS LIMA SOARES PEREIRA, CPF nº 092.239.647-76, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.941 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RONALDO ADRIANO TIZZO, CPF nº 288.875.628-57, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

VERA LUCIA SIMÕES ALVES PEREIRA DE SOUZA
Em Exercício

ATOS DECLARATÓRIOS DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 15.943 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LUCIANO FERNANDES TELO, CPF nº 166.262.918-40, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.944 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PEDRO LUIZ DUPRÉ NOIRA, CPF nº 127.277.407-43, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 15.945 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DIOGO LUIZ BOTELHO DE VASCONCELLOS, CPF nº 255.604.336-91, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 15.946 - A Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a GREEN CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.937.004, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

VERA LUCIA SIMÕES ALVES PEREIRA DE SOUZA

EM EXERCÍCIO

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 15.932, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que, nesta data, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 529, de 9 de janeiro de 2008, e com fundamento no artigo 9º, §1º, inciso IV, da Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM apurou indícios de que GUILHERME RAMOS GUIMARÃES, CPF 095.032.037-40, vem oferecendo publicamente no Brasil Certificados de Operação Estruturada - COE, cujo emissor seria a GRG INVEST GESTORA PATRIMONIAL;

b. os COE se caracterizam como instrumentos financeiros derivativos e, portanto, valores mobiliários;

c. em face da legislação em vigor, os COE só podem ser emitidos por instituições financeiras;

d. os COE só estão dispensados de registro de oferta pública na CVM quando respeitadas as condições previstas na Instrução CVM nº 569, de 14 de outubro de 2015, que incluem a distribuição

por meio de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários descrito no art. 15 da Lei nº 6.385;

e. o ofertante citado não é integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários e a suposta emissora não é instituição financeira, o que indica infração aos artigos 19 e 21, §1º, da Lei nº

6.385/76, ao art. 43 da Lei 12.249/10 e do art. 2º da Instrução CVM nº 569/15; e

f. a oferta pública de valores mobiliários sem prévio registro ou dispensa de registro na CVM autoriza esta Autarquia a determinar a suspensão de tal procedimento, na forma do art. 20 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, e constitui, ainda e em tese, o crime previsto no art. 7º, inciso II, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986; declarou:

I - aos participantes do mercado de valores mobiliários e ao público em geral que nem GUILHERME RAMOS GUIMARÃES nem a GRG INVEST GESTORA PATRIMONIAL estão autorizados por esta Autarquia a exercer quaisquer atividades no mercado de valores mobiliários e que, por não preencherem os requisitos previstos na regulamentação da CVM, não podem emitir ou ofertar publicamente COE ou qualquer outro valor mobiliário e determina aos citados a imediata suspensão da atividade de intermediação de valores mobiliários, da oferta de COE ou de quaisquer outros valores mobiliários e do oferecimento de quaisquer serviços relacionados ao mercado de valores mobiliários para os quais não detenham a necessária autorização da CVM, alertando que a não observância da presente determinação os sujeitará à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 1.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da

publicação desta Deliberação, com a imposição das penalidades cabíveis, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

II - que este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

3 DE OUTUBRO DE 2017 A 5 DE OUTUBRO DE 2017

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luís Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente em exercício) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto.

Processo: 10480.020057/2001-12 - EXATA ENGENHARIA LTDA - Acórdão: 9101-003.112

Processo: 10950.000451/2007-46 - CORREA DE FREITAS & LUZ LTDA - Acórdão: 9101-003.113

Processo: 11610.016645/2002-72 - CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP - Pedido de vista.

Processo: 13706.003723/2003-16 - RICSHOPPING EMPREENDIMENTOS - Acórdão: 9101-003.114

Processo: 13804.008565/2002-00 - PEDREIRAS SAO MATHEUS LAGEADO SA - Acórdão: 9101-003.115

Processo: 19515.007086/2008-95 - DISTRIPLASTICOS - COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME - Acórdão: 9101-003.117

Processo: 19515.003903/2003-21 - ULTRADATA S/C LTDA - Acórdão: 9101-003.118

Processo: 19515.008440/2008-07 - EDENRED BRASIL PARTICIPACOES S.A. - Acórdão: 9101-003.119

Processo: 13851.000522/2006-36 - SUCOCITRICO CUTRALE LTDA - Acórdão: 9101-003.116

Processo: 13851.000523/2006-81 - SUCOCITRICO CUTRALE LTDA - Acórdão: 9101-003.120

Processo: 19515.001869/2009-46 - ASSA ABLOY BRASIL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - Acórdão: 9101-003.121

Processo: 13820.000147/2003-49 - GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA - Acórdão: 9101-003.122

Processo: 11080.006791/2005-78 - NAZALE-EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME - Acórdão: 9101-003.123

Processo: 11543.004194/2004-33 - SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTARIA - Acórdão: 9101-003.124

Processo: 13808.004358/00-96 - SONACON ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13805.000676/93-34 - ESPERIA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - Resolução: 9101-000.032

Processo: 13854.000336/99-69 - COINBRA-FRUTESP S.A. - Acórdão: 9101-003.127

Processo: 13896.720186/2016-05 - BRUNO SEBASTIAO GREGORIO - Acórdão: 9101-003.128

POLIANNA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento

ADRIANA GOMES REGO
Presidente
Em exercício

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luís Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente em exercício), Rodrigo da Costa Pôssas (em substituição à suspeição da conselheira Adriana Gomes Rêgo), Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado em substituição aos impedimentos de conselheiros) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto.

Processo: 10980.725496/2011-56 - CALAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 11065.001589/2004-67 - NACIONAL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SA - Pedido de vista.

Processo: 10880.722396/2013-68 - NATURA COSMETICOS S/A - Acórdão: 9101-003.161

Processo: 10920.004860/2010-74 - CIA INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER - Acórdão: 9101-003.131

Processo: 10380.720067/2013-13 - TRES CORACOES ALIMENTOS S.A. - Acórdão: 9101-003.130

Processo: 19515.721820/2013-90 - HOLCIM (BRASIL) S.A. - Acórdão: 9101-003.132

Processo: 16682.721081/2013-16 - TELEMAR NORTE LESTE S/A - Acórdão: 9101-003.133

Processo: 19515.722642/2012-33 - SILKIM PARTICIPACOES S.A. - Acórdão: 9101-003.125

Processo: 19515.722643/2012-88 - SILKIM PARTICIPACOES S.A. - Acórdão: 9101-003.126

Processo: 10166.722245/2009-07 - FR-PRESTACAO DE SERVICOS DE COBRANCA LTDA - Acórdão: 9101-003.134

Processo: 10183.004386/2007-66 - BORCHARDT & CIA LTDA - EPP - Acórdão: 9101-003.135

Processo: 10980.008904/2004-82 - MAXCEL ELETRONICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 9101-003.136

Processo: 19515.004065/2003-11 - FALSI & FALSI COMERCIO DE PECAS DIESEL LTDA - Acórdão: 9101-003.129

POLIANNA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento

ADRIANA GOMES REGO
Presidente
Em exercício

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luís Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente em exercício), Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado em substituição aos impedimentos de conselheiros) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto.

Processo: 16327.721661/2011-91 - NEON HOLDINGS LTDA. - Acórdão: 9101-003.137

Processo: 10880.725757/2011-66 - ESTRELA DO SUL PARTICIPACOES LTDA - Acórdão: 9101-003.138

Processo: 16327.721126/2011-30 - ING CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS S/A - Acórdão: 9101-003.139

Processo: 19515.722229/2012-79 - WHIRLPOOL S.A - Acórdão: 9101-003.141

Processo: 16682.721091/2011-90 - LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A - Acórdão: 9101-003.140

Processo: 16561.720127/2013-56 - MARSELHA HOLDINGS LTDA. - Pedido de vista.

Processo: 10680.005065/2005-14 - TEJOVA EMPREENDIMENTOS LTDA - Acórdão: 9101-003.142

Processo: 10768.019859/97-80 - NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA - Retirado de pauta.

POLIANNA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento

ADRIANA GOMES REGO
Presidente
Em exercício

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luís Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente em exercício), Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado em substituição aos impedimentos de conselheiros), José Eduardo Dornelas Souza (suplente convocado em substituição aos impedimentos de conselheiros) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto.

Processo: 16327.003658/2003-81 - BANCO FINASA S/A. - Acórdão: 9101-003.143

Processo: 16682.720059/2010-14 - BANCO BTG PACTUAL S.A. - Acórdão: 9101-003.144

Processo: 15504.723708/2013-61 - MINERACAO BELOCAL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13005.721718/2014-49 - ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 16561.720133/2013-11 - CENTRAL ENERGETICA VALE DO SAPUCAI LTDA - Acórdão: 9101-003.145

Processo: 10469.724403/2014-16 - GUARARAPES CONFECCOES S/A - Pedido de vista.

Processo: 18088.000063/2009-55 - ENGEFORT SISTEMA AVANCADO DE SEGURANCA LTDA - Acórdão: 9101-003.146

Processo: 10830.016522/2010-94 - TEMPO - COMERCIAL DE VEICULOS E SERVICOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10830.016519/2010-71 - TEMPO DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19515.000785/2010-29 - PNT MEDICO CIRURGICO HOSPITALAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - Acórdão: 9101-003.147

Processo: 15374.000577/2009-97 - MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO - Acórdão: 9101-003.148

Processo: 16024.000642/2007-55 - BRASIL KIRIN INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA - Acórdão: 9101-003.149

POLIANNA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento

ADRIANA GOMES REGO
Presidente
Em exercício

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luís Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente em exercício), Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado em substituição aos impedimentos de conselheiros) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto.

Processo: 13609.900608/2008-02 - VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. - Acórdão: 9101-003.150

Processo: 10120.911983/2009-45 - INTERSMART COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. - Acórdão: 9101-003.151

Processo: 10120.911986/2009-89 - INTERSMART COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA. - Acórdão: 9101-003.152

Processo: 10680.915938/2009-14 - INVESTPREV SEGURADORA S.A. - Acórdão: 9101-003.153

Processo: 10680.916444/2009-57 - INVESTPREV SEGURADORA S.A. - Acórdão: 9101-003.154

Processo: 10680.916445/2009-00 - INVESTPREV SEGURADORA S.A. - Acórdão: 9101-003.155

Processo: 10768.906819/2006-68 - TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.

Processo: 10768.906840/2006-63 - TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Acórdão: 9101-003.156

Processo: 10882.002868/2004-51 - LOGISTICA OPERACOES PROMOCIONAIS E EVENTOS LTDA - Acórdão: 9101-003.157

Processo: 13896.002623/2008-97 - LOGISTICA OPERACOES PROMOCIONAIS E EVENTOS LTDA - Acórdão: 9101-003.158

Processo: 13401.000075/00-01 - CONTRATE CONSTRUCOES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME - Acórdão: 9101-003.160

Processo: 10882.720382/2016-32 - NEON HOLDINGS LTDA. - Acórdão: 9101-003.159

Processo: 10980.726251/2011-46 - TIBAGI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10166.721497/2009-19 - CAMPO DA ESPERANCA SERVICOS LTDA - Acórdão: 9101-003.162

Processo: 19515.000784/2010-84 - SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A - Retirado de pauta.

POLIANNA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento

ADRIANA GOMES REGO
Presidente
Em exercício

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, estando presentes os conselheiros André Mendes de Moura, Cristiane Silva Costa, Rafael Vidal de Araújo, Luís Flávio Neto, Flávio Franco Corrêa, Daniele Souto Rodrigues Amadio, Gerson Macedo Guerra, Adriana Gomes Rêgo (Presidente em exercício), Marcos Antônio Nepomuceno Feitosa (suplente convocado em substituição aos impedimentos de conselheiros) e eu, Polianna da Silva Ribeiro, Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente, justificadamente, o conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto.

Processo: 13502.001153/2007-40 - PROQUIGEL QUIMICA S/A - Acórdão: 9101-003.163

Processo: 13116.721294/2011-12 - GRAVIA ESQUALITY INDUSTRIA METALURGICA LTDA - Acórdão: 9101-003.167

Processo: 10380.720566/2013-19 - EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A - Pedido de vista.

Processo: 13855.003821/2008-54 - USINA BATATAIS S/A ACUCAR E ALCOOL - Resolução: 9101-000.033

Processo: 16327.000920/00-21 - ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A - Resolução: 9101-000.034

Processo: 16327.720431/2012-95 - QUIXABA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. - Acórdão: 9101-003.166

Processo: 10580.728305/2011-11 - TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUCAO LTDA - Acórdão: 9101-003.164

Processo: 13603.720274/2008-37 - BM COMERCIAL LTDA - Acórdão: 9101-003.165

POLIANNA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Serviço de Apoio ao Julgamento

ADRIANA GOMES REGO
Presidente
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Sobreloja, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10980.726251/2011-46 (item 6) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 7 a 17. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 7 a 17, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10166.900733/2008-72 (item 18) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 19 a 23. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 19 a 23, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 11060.901149/2009-66 (item 24) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 25 a 30. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 25 a 30, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10880.900061/2008-20 (item 78) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 79 a 82. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 79 a 82, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DIVERSOS/RETORNOS

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

1 - Processo nº: 11610.016645/2002-72 - Recorrentes: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 11065.001589/2004-67 - Recorrentes: NACIONAL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES SA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

3 - Processo nº: 16561.720127/2013-56 - Recorrente: MARSELHA HOLDINGS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

4 - Processo nº: 10469.724403/2014-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GUARARAPES CONFECCOES S/A

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

5 - Processo nº: 10380.720566/2013-19 - Recorrente: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: JUROS SOBRE MULTA

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

6 - Processo nº: 10980.726251/2011-46 - Recorrente: TIBAGI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

7 - Processo nº: 10120.727322/2015-81 - Recorrente: VANDERLUCIA DE DEUS ALVES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10469.722349/2016-28 - Recorrente: NEPROM PROMOTORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10935.007335/2010-41 - Recorrente: TRANSOJA TRANSPORTES RODOVIARIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10980.007550/2008-82 - Recorrente: MCP TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 16151.720104/2016-16 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 16151.720158/2016-81 - Recorrente: BAXTER HOSPITALAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 16327.001698/2010-18 - Recorrente: SANTANDER SECURITIES (BRASIL) CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 16327.720342/2016-72 - Recorrente: BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 16561.000060/2008-72 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 16561.720014/2011-99 - Recorrente: GERDAU INTERNACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA -GRUPO GERDAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 19515.008004/2008-20 - Recorrente: TERESA C.DA S.LIMA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: PER/DCOMP

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

18 - Processo nº: 10166.900733/2008-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEB LAJEADO S/A

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

19 - Processo nº: 10166.900643/2008-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEB LAJEADO S/A

20 - Processo nº: 10166.900675/2008-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEB LAJEADO S/A

21 - Processo nº: 10166.900692/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEB LAJEADO S/A

22 - Processo nº: 10166.900707/2008-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEB LAJEADO S/A

23 - Processo nº: 10166.900811/2008-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CEB LAJEADO S/A

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

24 - Processo nº: 11060.901149/2009-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JTI KANNENBERG COMERCIO DE TABACOS DO BRASIL LTDA.

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

25 - Processo nº: 10665.902605/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANCID-TRANSPORTE COLETIVO CIDADE DE DI

26 - Processo nº: 10665.902606/2009-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANCID-TRANSPORTE COLETIVO CIDADE DE DI

27 - Processo nº: 10665.902843/2009-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANCID-TRANSPORTE COLETIVO CIDADE DE DI

28 - Processo nº: 10665.902845/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANCID-TRANSPORTE COLETIVO CIDADE DE DI

29 - Processo nº: 10680.912536/2009-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA

30 - Processo nº: 11060.901148/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JTI KANNENBERG COMERCIO DE TABACOS DO BRASIL LTDA.

TEMA 4: PENALIDADE: MULTA ISOLADA

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

31 - Processo nº: 10920.721496/2011-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KG-MOTOS LTDA.

DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: DIVERSOS

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

32 - Processo nº: 10768.019859/97-80 - Recorrente: NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

33 - Processo nº: 15504.723708/2013-61 - Recorrente: MINERACAO BELOCAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

34 - Processo nº: 10830.016522/2010-94 - Recorrente: TEMPO - COMERCIAL DE VEICULOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10830.016519/2010-71 - Recorrentes: TEMPO DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

36 - Processo nº: 10530.724256/2012-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRIBARREIRAS AGRO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS EIRELI

37 - Processo nº: 10935.720502/2013-96 - Recorrente: FIASUL INDUSTRIA DE FIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 19515.720392/2011-16 - Recorrente: ANDORINHA SUPERMERCADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: LUCRO ARBITRADO

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

39 - Processo nº: 19515.002348/2006-63 - Recorrente: CIMEMPRIMO DISTRIBUIDORA DE CIMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 19515.002998/2010-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POLIMPORT - COMERCIO E EXPORTACAO LTDA

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

41 - Processo nº: 10530.002435/2003-13 - Recorrente: HEMOFEIRA SERV DE HEMATOLOGICA H E O LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA

42 - Processo nº: 16561.000094/2009-48 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 16643.000247/2010-81 - Recorrente: HYSTER-YALE BRASIL EMPILHADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 16643.000338/2010-16 - Recorrente: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GERSON MACEDO GUERRA

45 - Processo nº: 16561.720116/2012-95 - Recorrente: ROBERT BOSCH LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

46 - Processo nº: 16327.003187/2003-10 - Recorrentes: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A e FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 16561.720001/2011-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ELI LILLY DO BRASIL LTDA

DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: REMUNERAÇÃO DE DEBENTURES

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

48 - Processo nº: 16561.720155/2013-73 - Recorrentes: HEINZ BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: ÁGIO

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

49 - Processo nº: 16561.000188/2008-36 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

50 - Processo nº: 16561.720026/2011-13 - Recorrentes: BUNGE FERTILIZANTES S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GERSON MACEDO GUERRA

51 - Processo nº: 11516.721951/2012-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GDC ALIMENTOS S.A

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

52 - Processo nº: 16682.721095/2013-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REPSOL SINOPEC BRASIL SA

Relator(a): FLAVIO FRANCO CORREA

53 - Processo nº: 16327.000498/2010-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HDI SEGUROS S.A.

54 - Processo nº: 16643.000142/2010-21 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

55 - Processo nº: 13971.005209/2010-12 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: MULTA QUALIFICADA

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

56 - Processo nº: 11080.732426/2011-61 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13888.724068/2011-52 - Recorrentes: TV CARIOBA COMUNICACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DE PERÍODOS ANTERIORES

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

58 - Processo nº: 11080.726185/2014-63 - Recorrente: DANA INDUSTRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 16682.721188/2013-64 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 16327.721331/2012-86 - Recorrente: CIA ITAU DE CAPITALIZACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

61 - Processo nº: 16327.720533/2013-91 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: CUSTOS DESPESAS OPERACIONAIS

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

62 - Processo nº: 10580.013061/2004-49 - Recorrentes: ASB PARTICIPACOES S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

63 - Processo nº: 10280.722154/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

64 - Processo nº: 18471.001822/2007-10 - Recorrente: BG DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

65 - Processo nº: 16682.721464/2013-94 - Recorrente: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: PRELIMINAR DE NULIDADE

66 - Processo nº: 10830.000831/2009-17 - Recorrente: LATICINIOS MANOLO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13603.724565/2011-08 - Recorrente: GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: DIVERSOS

Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA

68 - Processo nº: 16327.000719/2001-97 - Embargante: SPLIT - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

69 - Processo nº: 16327.721354/2011-18 - Embargante: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

70 - Processo nº: 10865.721233/2012-75 - Recorrente: INFIBRA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 16327.720352/2011-01 - Recorrentes: BANCO BRADESCO SA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIELE SOUTO RODRIGUES AMADIO

72 - Processo nº: 10980.725989/2012-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DACAR QUIMICA DO BRASIL S/A

73 - Processo nº: 10380.724014/2010-29 - Recorrente: AMERICA DO SUL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FLAVIO NETO

74 - Processo nº: 10280.004913/2004-91 - Recorrente: Y WATANABE - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

75 - Processo nº: 10983.721522/2012-28 - Recorrentes: BRF S.A. e FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: LUCRO INFLACIONÁRIO

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

76 - Processo nº: 10945.010796/2002-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: F ANDREIS E CIA LTDA

77 - Processo nº: 16327.002828/2001-49 - Recorrente: BANCO SANTANDER BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 17: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

78 - Processo nº: 10880.900061/2008-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPREV - SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PREVIDENCIA S/S LTDA.

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

79 - Processo nº: 10880.900050/2008-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPREV - SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PREVIDENCIA S/S LTDA.

80 - Processo nº: 10880.900054/2008-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPREV - SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PREVIDENCIA S/S LTDA.

81 - Processo nº: 10880.900116/2008-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPREV - SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PREVIDENCIA S/S LTDA.

82 - Processo nº: 10880.900120/2008-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUPREV - SERVICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PREVIDENCIA S/S LTDA.

Relator(a): RAFAEL VIDAL DE ARAUJO

83 - Processo nº: 10768.101506/2005-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: 521 PARTICIPACOES S/A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL

84 - Processo nº: 10845.004843/2002-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROCOQUE SA IND COMERCIO

85 - Processo nº: 10882.001698/2007-31 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 19515.002273/2007-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PEPSICO DO BRASIL LTDA

87 - Processo nº: 19647.005223/2003-47 - Recorrente: DIM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10480.005143/2002-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.

89 - Processo nº: 10840.000069/2005-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANKS EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA

90 - Processo nº: 13807.007845/2001-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POWER PACKER DO BRASIL LTDA

91 - Processo nº: 19515.001211/2007-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: R. MASSIH SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA.

92 - Processo nº: 19515.001265/2003-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BUONANNO S A DISTRIBUIDORA DE PAPEIS

93 - Processo nº: 19515.001681/2003-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FIGAR GESTAO DE BENS LTDA.

94 - Processo nº: 19515.001984/2003-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PANBRAS COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL LTDA

95 - Processo nº: 19740.000336/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DILLON S/A DISTRIBUIDORA DE TITS VALS MOBILIARIOS

Relator(a): CRISTIANE SILVA COSTA

96 - Processo nº: 11080.005774/2004-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IAB ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA

Relator(a): GERSON MACEDO GUERRA

97 - Processo nº: 13888.002245/2005-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENEVIDES TEXTIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

98 - Processo nº: 13888.002248/2005-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BENEVIDES TEXTIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

99 - Processo nº: 18471.000970/2002-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GUILHERME FONTES FILMES LTDA

100 - Processo nº: 19515.001252/2003-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLASTICOS MUELLER S/A IND E COM

TEMA 18: PAGAMENTOS A BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS

Relator(a): ADRIANA GOMES REGO

101 - Processo nº: 10980.001876/2009-87 - Recorrente: FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Institui formulário digital para a solicitação de acompanhamento fiscal de destruição de bens.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 291 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, declara:

Art. 1º Fica instituído, por meio deste Ato Declaratório Executivo, o formulário digital - Pedido de Acompanhamento de Destruição de Bens.

Parágrafo único. A utilização do formulário de que trata o caput tem como objetivo padronizar e facilitar a solicitação de acompanhamento fiscal de destruição de bens, feita no contexto da alínea "c" do inciso II do art. 291 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Art. 2º O formulário digital será disponibilizado em formato pdf no sítio da Receita Federal do Brasil na internet <http://www.receita.fazenda.gov.br>, sob o diretório "Serviços para a empresa".

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLAVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 431, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: EXPORTAÇÃO. ROYALTIES. INCIDÊNCIA.

Os royalties recebidos do exterior, em pagamento pelo licenciamento de tecnologia, não configuram receita de venda de mercadorias ou de prestação de serviços, razão pela qual não se enquadram nas hipóteses de não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep previstas no art. 5º da Lei nº 10.637, de 2002.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: EXPORTAÇÃO. ROYALTIES. INCIDÊNCIA.

Os royalties recebidos do exterior, em pagamento pelo licenciamento de tecnologia, não configuram receita de venda de mercadorias ou de prestação de serviços, razão pela qual não se enquadram nas hipóteses de não incidência da Cofins previstas no art. 6º da Lei nº 10.833, de 2003.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 6º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 498, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: A sociedade cooperativa de trabalho prestadora de serviços que fizer uso da exclusão da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins referente às sobras apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, antes da destinação para a constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, sujeita-se ao recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, sem prejuízo do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 5.764, de 1971, art. 28; Lei nº 9.715, de 1998, art. 2º, inciso I e § 1º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13 e 15, §§ 1º e 2º; Lei nº 10.676, de 2003; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, arts. 9º, parágrafo único, e 33; Instrução Normativa SRF nº 635, de 2006.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 500, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

EMENTA: AGROINDÚSTRIA. CONTRIBUIÇÃO SUBSTITUTIVA DO ART. 22-A LEI Nº 8.212/1991. ATIVIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CARACTERIZADA. NÃO ENQUADRAMENTO NAS EXCEÇÕES PREVISTAS NOS §§ 2º E 3º DO ART. 22-A DA LEI Nº 8.212/1991.

A energia elétrica é considerada bem móvel incorpóreo, de forma que sua comercialização não configura prestação de serviços. Portanto, não é possível o enquadramento de agroindústria que também atua na geração de energia elétrica nas exceções previstas nos §§ 2º e 3º do art. 22-A da Lei nº 8.212/1991.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 22-A da Lei nº 8.212/1991.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declara, NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF no uso das atribuições que lhe conferem o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado no art. 35, inciso I e § 1º da IN RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e o que consta no Processo Administrativo nº 10166.727785/2014-36, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 12.820.376/0001-21, da empresa JJ COMERCIO VAREJISTA DE PROD. NATURAIS LTDA, em razão do disposto no artigo 35, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º A anulação tem efeitos a partir de 26.10.2010, de acordo com o disposto no artigo 35, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BÁRBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 77, de 10 DE OUTUBRO DE 2017, publicado no DOU de 16/10/2017, Seção 1, página 21:

No art. 1º,

Onde se lê: "Registro Especial de Papel Imune sob o nº GP-01101/00078".

Leia-se: "Registro Especial de Papel Imune sob o nº GP-01101/00258".

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 128, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 29, IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no dossiê digital nº 10183.722731/2013-95, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO, por motivo de registro cancelado, a inscrição no CNPJ sob o nº 03.252.924/0001-73 em nome de Termosystem Engenharia e Representação Comercial Ltda-ME, com efeitos desde 7 de junho de 2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo 14098.720.087/2017-64, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude do disposto no Inciso IV do art. 30 e Inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006, por ter auferido receita bruta no ano-calendário 2015 superior ao limite anual estabelecido no Inciso II do art 3º da mesma lei e não ter realizada a comunicação de exclusão obrigatória.

Nome Empresarial: ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA - ME

CNPJ: 08.394.730/0001-26

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme disposto no § 9º A do art. 3º da LC 123/20016 considerando que o excesso não foi superior a 20% (vinte por cento) do limite.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Na hipótese de apresentação de impugnação tempestiva, o termo de exclusão somente se tornará efetivo quando a decisão definitiva for desfavorável ao contribuinte, conforme disposto no § 3º do art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 2011.

OLDESIO SILVA ANHESINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Declara nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o art.302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548 de 13 de fevereiro de 2015, e considerando o constante do processo administrativo fiscal nº 10746.720005/2016-68, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de nº 023.642.221-92 de ELANO VIANA DA SILVA, por haver sido constatada a existência de indícios de fraude no ato de inscrição.

Art. 2.º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos ex-tunc.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

PORTARIA Nº 67, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O AUDITOR FISCAL, INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria RFB n°2.186, de 6 de junho de 2017, publicada no DOU- Seção 2, N° 108, de 7 de junho de 2017, combinado com os art. 224 e 240 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU nº 95, de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - O § 1º do artigo 33 da Portaria IRF/COR nº 1, de 9 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"III - a exigência de que trata o inciso I não se aplica aos veículos classificados como de apoio operacional, no entanto, é obrigatório atestar sua regularidade cadastral na ANTT, "

Art. 2º- O artigo 44 da Portaria IRF/COR nº 1, de 9 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"VII - a exigência de que trata o inciso V não se aplica aos veículos classificados como de apoio operacional, no entanto, é obrigatório atestar sua regularidade cadastral na ANTT."

Art. 3º - O artigo 82 da Portaria IRF/COR nº 1, de 9 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

III - a exigência de que trata o inciso anterior não se aplica aos veículos classificados como de apoio operacional, no entanto, é obrigatório atestar sua regularidade cadastral na ANTT."

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZAQUIEL SCHARDONG VETTORELLO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 206, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 18365.721036/2017-11, declara :

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 15902 DE 15 DE MAIO DE 2017, em relação a empresa: MAGALHÃES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, CNPJ 03.715.738/0001-23, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 19 DE OUTUBRO 2017

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO SUBSTITUTO, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13433.720894/2017-66, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica AQUA-DELTA AGROINDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 10.819.196/0001-02, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0143/2016, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 10.819.196/0001-02;

II - Endereço da Unidade Produtora: Faz Localidade Várzea da Ema, S/N, Zona Rural, Mossoró (RN), CEP: 59.619-218;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º, da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: Modernização total do empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Aquicultura - Carcinicultura, Decreto 4.213, art. 2º, inciso III;

VI - Descrição da Atividade: Criação de Camarão;

VII - Capacidade Instalada Atual: 1.656 tonelada/ano;

VIII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

XIX - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição do benefício: 01/01/2016 a 31/12/2025.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0143/2016, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Cancela Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e processo nº 13639.000095/2002-87, declara:

Art.1º.- Cancelado, na forma do artigo 7º, Inciso I, da IN RFB nº 976/09, o Registro Especial na atividade Gráfica, sob o nº GP-06104/030 da empresa CATAGUASES GRÁFICA E EDITORA LIDER LTDA - ME, CNPJ 71.101.935/0001-02, estabelecida na Rua Wanderley Quirino da Silva, nº 180, Bairro Popular, Cataguases/MG, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 21, de 11 de Junho de 2010.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 21, publicado no DOU de 14/06/2010.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Inscreve empresa no Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas na forma prevista na IN RFB/1.432/2013.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10640.722.717/2017-81, declara:

Art.1º.- Inscrita no Registro Especial sob o nº 06104/204 a empresa EDUARDO CAVALIERI GUIMARÃES E CIA LTDA - ME, CNPJ 08.112.514/0001-40, situada na Fazenda Coqueiros, s/nº, Zona Rural, Nazareno, MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa, que exerce a atividade de produtor de bebidas alcoólicas da marca comercial " ESTAÇÃO COQUEIROS ."

Art. 2º.- O estabelecimento acima deverá cumprir as obrigações citadas na IN/RFB nº 1.432/2013, sob pena de suspensão ou cancelamento da inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Inscreve empresa no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas na forma prevista na IN RFB/1.432/2013.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 10640.722.717/2017-81, declara:

Art.1º.- Inscrita no Registro Especial sob o nº 06104/205, a empresa EDUARDO CAVALIERI GUIMARÃES E CIA LTDA - ME, CNPJ 08.112.514/0001-40, situada na Fazenda Coqueiros, s/nº, Zona Rural, Nazareno, MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa, que exerce a atividade de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

engarrafador de bebidas alcoólicas da marca comercial e em recipiente abaixo discriminado:

MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
ESTAÇÃO COQUEIROS	700

Art. 2º - O estabelecimento acima deverá cumprir as obrigações citadas na IN/RFB nº 1.432/2013, sob pena de suspensão ou cancelamento da inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Anulação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656721125/2017-61 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide: declara:

Art 1º - Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte FABIANA CARMO DE SOUZA 28882688844, CNPJ 13.541.888/0001-11. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº1634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 068/2016.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide: declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 068 de 02 de juhno de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação ao DIRETORIO ACADEMICO NILSON DE FIGUEIREDO FILHO, CNPJ 04.949.258/0001-90, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 068/2016.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide: declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 068 de 02 de junho de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação ao DIRETORIO ACADEMICO JOSE GABRIEL MALUF SOLER, CNPJ 03.102.286/0001-04, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BARBONAGLIA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Defere pedido de prorrogação do Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo 13787.720211/2013-37 , declara que:

Art. 1º Fica autorizada, até 20 de janeiro de 2018, a prorrogação do Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pleiteada no processo administrativo-fiscal nº 13787.720211/2013-37, ao estabelecimento da empresa Cotherpack Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 07.655.264/0001-22, indicado na condição de substituto, relativamente às aquisições, junto ao estabelecimento da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA inscrito no CNPJ sob nº 61.409.892/0003-35, identificado como contribuinte substituído, do produto indicado no quadro "A", a ser utilizado na industrialização do produto indicado no quadro "B".

Quadro "A" - Produto a adquirir com suspensão do IPI do contribuinte substituído:		
Descrição do Produto:	Código Tipi:	Alíquota:
Folha de alumínio em bobina, liga	7607.19.90	5%

Quadro "B" - Produto a fabricar pelo contribuinte substituto:		
Descrição do Produto:	Código Tipi:	Alíquota:
Embalagens de alumínio descartáveis para produtos alimentícios	7612.90.90	10%

§ 1º Este Regime Especial será exercido sob os termos e condições estabelecidos no Parecer SRRF07/Disit nº 17 de 17 de outubro de 2017, a seguir explicitados:

a) Os produtos recebidos pelo substituto com suspensão de IPI não poderão ter outra destinação que não seja a prevista no presente regime.

b) Caso os mesmos sejam furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados ou, ainda, objeto de qualquer caso fortuito que impossibilite seu uso no processo produtivo, o contribuinte substituto ficará responsável pelo pagamento do imposto suspenso.

c) Na Nota Fiscal dos produtos saídos do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 11 de 17/10/2017, DOU de xx/xx/xxxx".

d) Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal apenas no campo "Informações Complementares".

e) O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

§ 2º Os estabelecimentos interessados (substituto e substituído) não estão dispensados das demais obrigações tributárias, devendo manter-se regular em termos fiscais.

Art. 2º Este Regime Especial de Substituição Tributária não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos citados no Termo de Compromisso assumido pelos interessados e constante do processo administrativo-fiscal nº 13787.720211/2013-37.

Art. 3º Este Regime Especial de Substituição Tributária não se aplica ao IPI devido no desembaraço aduaneiro de produtos de procedência estrangeira.

Art. 4º Cessarão imediatamente os efeitos deste Ato Declaratório Executivo, independentemente de qualquer notificação do Fisco, na hipótese de superveniência de norma legal conflitante com as disposições estabelecidas pelo presente Regime Especial.

Art. 5º A prorrogação deste Regime Especial terá validade até 20 de janeiro de 2018, podendo ser, a qualquer momento, alterado, a pedido ou de ofício, cancelado a pedido, ou, ainda, cassado, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 6º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua Publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINÍCIUS VIDAL PONTES

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 5, de 22 de fevereiro de 2017, publicado no D.O.U. de 23 fevereiro de 2017: No caput do art. 4º, Onde se lê: " Art. 4º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.91.61.15-4, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991." Leia-se: " Art. 4º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.91.61.25-1, conforme a legislação de regência. "

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita a Empresa que menciona ao Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca e Alfandega os respectivos Recintos

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.722434/2016-19, declara:

Art. 1º. Fica a empresa DUFRY LOJAS FRANCAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.625.216/0001-45, com sede na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, na Rodovia Hélio Smidt, s/nº - lotes LB 27 e LB 28, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, HABILITADA a operar, nesse aeroporto, o Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca nos recintos abaixo discriminados, situados na zona primária do mesmo, de cujas áreas se tornou locatária em conformidade com os Contratos de Cessão de Uso de Área Aeroportuária para Fins Comerciais e Outras Avenças, de 16 de novembro de 2012 e 01 de setembro de 2013, e seus Termos Aditivos, celebrados com a empresa CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S/A, atual concessionária e administradora do mesmo na forma do Contrato de Concessão nº 002/2011/ANAC.

Art. 2º. Esta habilitação é válida até 13 de junho de 2032, termo final da vigência dos contratos celebrados em 01 de setembro de 2013 e seus Termos Aditivos.

Art. 3º. Ficam alfandegados, a título permanente, os recintos abaixo especificados:

3.1. ATÉ 30 DE JUNHO DE 2018:

A) LOJA 10 - LUC 1, constituída por uma unidade de venda com área total de 3.142,00 m², situada no Setor de Desembarque - Piso Térreo do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0009-00, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.61.36-0.

3.2. ATÉ 13 DE JUNHO DE 2032:

B) DEPÓSITO DE LOJA FRANCA, com área total de 12.067,00 m², situado no Setor 2 - Área de Apoio B, CNPJ/MF nº 17.625.216/0001-45, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.77.08-8;

C) DEPÓSITO LOJA 44 - LUC 244, com área total de 74,53 m², situado no Setor de Desembarque do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0014-60, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.77.09-6;

D) LOJA 44 - GRANDE SALA - LUC 188, constituída por uma unidade de venda com área total de 62,36 m², localizada no Setor de Embarque - Grande Sala - do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0008-11, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.61.35-1;

E) LOJA 9 - LUC 176, constituída por uma unidade complementar de venda com área de 897,33 m² e por duas vitrines nºs 18 e 20, com 2,08 m² cada, no Setor de Embarque do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0010-36, código de recinto SISCOMEX nº 8.91.61.37-8;

F) LUC 32, loja com área de 4.350,21 m², situada no desembarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0016-21, código SISCOMEX nº 8.91.61.38-6;

G) LUC 101, loja com 106,70 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0017-02, código SISCOMEX nº 8.91.61.39-4;

H) LUC 095, loja com 86,88 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0018-93, código SISCOMEX nº 8.91.61.40-8;

I) LUC 094-1 - loja com 104,00 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216 /0019-74, código SISCOMEX nº 8.91.61.41-6;

J) LUC 098, loja com 92,80 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0020-08, código SISCOMEX nº 8.91.61.42-4;

K) LUC 094-2 - loja com 60,00 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0021-99, código SISCOMEX nº 8.91.61.43-2;

L) LUC 096, loja com 169,89 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0022-70, código SISCOMEX nº 8.91.61.44-0;

M) LUC 092, loja com 49,03 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0024-31, código SISCOMEX nº 8.91.61.46-7;

N) LUC 091, loja com 71,37 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0025-12, código SISCOMEX nº 8.91.61.47-5;

O) LUC 087, 088 e 089, loja com 251,52 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0026-01, código SISCOMEX nº 8.91.61.48-3;

P) LUC 085, loja com 71,38 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0027-84, código SISCOMEX nº 8.91.61.49-1;

Q) LUC 084, loja com 71,38 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0028-65, código SISCOMEX nº 8.91.61.50-5;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

R) LUC 083, loja com 71,38 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0029-46; código SISCOMEX nº 8.91.61.51-3;

S) LUC 082, loja com 83,99 m², situada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0030-80, código SISCOMEX nº 8.91.61.52-1;

T) LUC 080, loja com 1.377,21 m², localizada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0031-50, código SISCOMEX 8.91.61.53-0;

U) LUC T3-102, loja com 65,00 m², localizada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0006-50, código SISCOMEX nº 8.91.61.60-2;

V) LUC 1P2L-020, loja com 65,55 m², localizada no embarque internacional do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0002-26, código SISCOMEX nº 8.91.61.61-0;

W) LUC 2T3-106, loja com 97,05 m², localizada no embarque internacional do TPS-3, CNPJ/MF nº 17.625.216/0042-13, código SISCOMEX nº 8.91.61.54-8; e

X) LUC 1P2L-016, loja com 70,67 m², localizada no embarque internacional do TPS-2, CNPJ/MF nº 17.625.216/0005-79, código SISCOMEX nº 8.91.61.62-9.

Art. 4º. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75 e suas alterações, em conformidade com a legislação específica aplicável.

Art. 5º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, esta habilitação e/ou alfandegamento poderão ser suspensos ou cancelados por aplicação de sanção administrativa, bem como poderão ser extintos a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-los a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

Art. 6º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 38, de 28 de setembro de 2017 (D.O.U. de 03/10/2017), sem perda de sua força normativa.

Art. 7º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 96, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Altera Portaria SRRF08 nº 47, de 20 de abril de 2017.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300, 301 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria SRRF08 nº 47, de 20 de abril de 2017, publicada no DOU de 16 de maio de 2017, Seção 1, pág. 28, em relação aos componentes do Grupo de Trabalho de Cobrança Direta na Oitava Região Fiscal,

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	DEDICAÇÃO
Waldemar Guedes de Oliveira Neto	AFRFB	15390845	DRF/S. J. dos Campos	Exclusiva
Luciane Pinatto de Almeida	AFRFB	20356862	Gabin/SRRF08	Exclusiva
Natalia Paula Mizushima	ATRFB	20935277	Derat/SPO	Exclusiva
Katia Regina Campos Bardela	ATRFB	20967322	Derat/SPO	Exclusiva
Luis Fernando Alves da Silva	ATRFB	01480340	DRF/Campinas	Exclusiva
Julia Freitas Elias	ATRFB	17620988	Derat/SPO	Exclusiva
Mariana Rocha de Mello Serrajordia Lopes	AFRFB	17994160	Derat/SPO	Parcial (75%)
Fernando Bertanha Bonilha	ATRFB	14485222	DRF/Sorocaba	Parcial (50%)
Matheus Newton Marinho de Moura	ATRFB	17455022	Gabin/SRRF08	Parcial (50%)
Sergio Murilo de Freitas	AFRFB	13346768	Derat/SPO	Parcial (40%)
Dimas Jose de Vasconcellos	ATRFB	11805943	DRF/Taubaté	Parcial (40%)

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados de 16 de agosto de 2017 até a data da publicação desta Portaria, que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência em sua expedição, e cuja competência esteja, por meio do presente ato, sendo transferida aos servidores referidos no art. 1º.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SRRF08 nº 76, de 16 de agosto de 2017, publicada no DOU de 25 de agosto de 2017, Seção 2, pág. 32.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAUJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 302, IX, e 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1°, 2° e 3° da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.006905/1017-21, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 8.820 (Oito mil, oitocentos e vinte) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, conforme pedido protocolado em 04/10/2017, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
Uísque Dewar"s Aberfeldy 12YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 12 anos.	540	6
Uísque Dewar"s Aberfeldy 16YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 16 anos.	240	6
Uísque Dewar"s 18YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 18 anos.	480	6
Uísque Dewar"s 15YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 15 anos.	180	6
Uísque Dewar"s 12YO	Em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 12 anos.	7200	12
Uísque Dewar"s 25YO	Em caixas de 06 garrafas de 750 ml, 40GL, idade 25 anos.	180	6

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

PORTARIA Nº 72, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidas pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000, a pessoa jurídica Edem Sociedade Anônima Fundição de Aços Especiais, CNPJ nº 57.487.159/0001-08, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2017, conforme proposta da Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santo André exarada no processo administrativo n° 19608.000144/2017-10.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 22.591.412/0001-86, pertencente a ROBERTO DA SILVA BASSANELLO 18377732890, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0415/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10850.723132/2017-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (05/06/2015).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 17.599.634/0001-05, pertencente a RANIELLY KELDY LOPES 01023619407, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0417/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10469.722669/2017-69.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (19/02/2013).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 12.948.575/0001-10, pertencente a LUIZ ALFREDO SCAPINI 86751557949, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao determinado pelo Juízo de Direito da Vara Especial Cível e Criminal do Foro de Salto/SP, Processo Digital nº 0008134-68.2015.8.26.0526/01, Dossiê/RFB nº 10010.000832/0817-83.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (02/12/2010).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 22.432.552/0001-01, pertencente a DANIEL ANTUNES DE OLIVEIRA 25158782881, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0418/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13863.720249/2017-83.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (12/05/2015).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 21.892.215/0001-34, pertencente a JOSIANE SANTOS DA SILVA 00739811258, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0419/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10850.720800/2017-40.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (19/02/2015).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 19.665.321/0001-33, pertencente a LUZICLEIDE FERREIRA DE SOUSA 03235186301, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0421/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13362.720708/2016-99.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (05/02/2014).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 19.665.334/0001-02, pertencente a OSMILDA ALVES DA COSTA 03780608308, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0423/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13362.720678/2016-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (05/02/2014).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 19.673.836/0001-85, pertencente a GIRLENE PEREIRA DE CARVALHO 02052462309, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0424/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13362.720687/2016-10.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (06/02/2014).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do Artigo 243 e IX do Artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/05/2012, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), número 19.665.302/0001-07, pertencente a JANAIK SANTANA BARREIRA MARTINS 01761397370, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0425/2017 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10850.724340/2016-48.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral (05/02/2014).

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

VALDIR MONTEIRO OLIVEIRA JÚNIOR, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1293918, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: PLEXPEL COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEL LTDA

CNPJ: 53.385.415/0001-97

Processo: 10314.722796/2017-21

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

VALDIR MONTEIRO OLIVEIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

VALDIR MONTEIRO OLIVEIRA JÚNIOR, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1293918, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: GUARUFORM COM ATAC E VAREJISTA DE PAPEL EIRELI

CNPJ: 05.337.055/0001-05

Processo: 10314.722797/2017-76

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

VALDIR MONTEIRO OLIVEIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

VALDIR MONTEIRO OLIVEIRA JÚNIOR, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1293918, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: PELKOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA

CNPJ: 74.362.021/0001-93

Processo: 10314.722798/2017-11

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

VALDIR MONTEIRO OLIVEIRA JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 859, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 120.662.830 (cento e vinte milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta) Certificados Financeiros do Tesouro, série E, subsérie 1 - CFT-E1, no valor de R$ 425.138.709,33 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, setecentos e nove reais e trinta e três centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 2/10/2017	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2006	1º/1/2036	3,523361	3.361	11.842,01
1º/1/2008	1º/1/2038	3,523361	2.149	7.571,70
1º/1/2009	1º/1/2039	3,523361	11.437	40.296,67
1º/1/2010	1º/1/2040	3,523361	182	641,25
1º/1/2011	1º/1/2041	3,523361	3.684	12.980,06
1º/1/2013	1º/1/2043	3,523361	3.975	14.005,35
1º/1/2014	1º/1/2044	3,523361	3.256	11.472,06
1º/1/2015	1º/1/2045	3,523361	17.775.341	62.628.943,24
1º/1/2016	1º/1/2046	3,523361	102.859.445	362.410.956,99
TOTAL			120.662.830	425.138.709,33

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

PORTARIA Nº 862, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe a Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 982 (novecentos e oitenta e dois) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 125.872,76 (cento e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nº 29/17:

Data de Emissão	VNA na data de emissão (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro na data de emissão (R$)	Financeiro em 19/10/2017 (R$)
01/07/2011	92,87	5 anos	6% a.a.	982	91.198,34	125.872,76
TOTAL				982	91.198,34	125.872,76

Art. 2º Autorizar a devolução de R$ 117.185,06 (cento e dezessete mil, cento e oitenta e cinco reais e seis centavos), referente a 982 (novecentos e oitenta e dois) Títulos da Dívida Agrária - TDAs já resgatados, na forma escritural, em cumprimento a decisão judicial e despacho autorizativo, conforme Ofício INCRA nº 195, de 20/09/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 619, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.607505/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 01.582.075/0001-90, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 2 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 620, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618305/2017-34, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição dos membros do Comitê de Auditoria de CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 03.502.099/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 13 de junho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 621, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.617322/2017-54, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de ICATU SEGUROS S.A., CNPJ n. 42.283.770/0001-39, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 3 de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 622, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.612226/2017-10 e 15414.620119/2017-65, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de INVESTPREV SEGURADORA S.A., CNPJ n. 42.366.302/0001-28, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 40, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução CAMEX nº 84, de 17 de outubro de 2017.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 84, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos os incisos CXIV e CXV no art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"CXIV - Resolução CAMEX nº 84, de 17 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 18 de outubro de 2017, retificada no D.O.U. de 19 de outubro de 2017:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3907.99.99	Outros	2%	850 toneladas	18/10/2017 a 17/01/2018
	Ex 001 - Copolímero de ácido tereftálico, ciclohexanodimetanol e etileno glicol, com viscosidade inerente superior ou igual a 0,54 e inferior ou igual a 0,80			
	Ex 002 - Copolímero de ácido tereftálico, ciclohexanodimetanol e ácido isoftálico, com viscosidade inerente superior ou igual a 0,54 e inferior ou igual a 0,80			
	Ex 003 - Copolímero de ácido tereftálico, ciclohexanodimetanol e tetrametilciclobutanodiol, com viscosidade inerente superior ou igual a 0,54 e inferior ou igual a 0,80			

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição para cada Ex, separadamente, conforme tabela acima;

c) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 200 toneladas do produto, em conjunto para os três Ex, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX." (NR)

"CXV - Resolução CAMEX nº 84, de 17 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 18 de outubro de 2017:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
5303.10.10	Juta	2%	7.000 toneladas	18/10/2017 a 17/10/2018

a) uma parcela de 6.650 toneladas, correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) da cota global, será distribuída de acordo com a proporção, em quilogramas, das importações do produto realizadas pelas empresas interessadas, em relação à quantidade total importada pelo Brasil, desse produto, no período de setembro de 2014 a agosto de 2017, e contemplará as empresas que tenham importado, no período pesquisado, quantidade igual ou superior a 5% (cinco por cento) do total;

b) a quantidade remanescente de 350 toneladas, correspondente a 5% (cinco por cento) da cota global, amparará importações de empresas não contempladas na alínea "a", bem como as empresas contempladas que tenham esgotado a parcela a elas originalmente distribuída, podendo constituir, ainda, reserva técnica para atender a situações não previstas, observados os seguintes critérios:

1. o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

2. será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 35 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

3. após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

4. caso seja constatado o esgotamento da cota de que trata esta alínea "b", o DECEX suspenderá a emissão de LI, e aqueles pedidos não autorizados receberão mensagem informativa para o importador sobre a cota esgotada." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 461, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32 da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 077/2017 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no montante de US$ 2,800,000.00 (dois milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos), sendo US$ 2,000,000.00 (dois milhões de dólares norte-americanos) do produto CABO DE FORÇA COM PEÇAS DE CONEXÃO - Cód. Suframa 1309, aprovado pela Resolução nº 0164/2011 de 28/07/2011, e US$ 800,000.00 (oitocentos mil dólares norte-americanos) do produto FIOS E CABOS PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 300 V - Cód. Suframa 1351, aprovado pela Resolução nº 0082/2016 de 15/07/2016, para o produto FIOS E CABOS COM CONECTORES PARA MÁQUINAS E APARELHOS DOS CAPÍTULOS 84 E 85 DA NCM - Cód. Suframa 1307, aprovado pela Resolução nº 0303/2005 de 01/11/2005, em nome da empresa I-SHENG BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.0971.01-8 e CNPJ nº 04.547.098/0001-52.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 2.078-SEI, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2017, Decreto nº 8.701, de 31 de março de 206, Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, Medida Provisória nº 782 e Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017, CONSIDERANDO o constante no dos autos do processo nº 52020.101395/2017-89, resolve:

Art. 1º REVOGAR a Portaria SAP nº 1.275, de 26 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 2017, Seção 1, nº 143, página 132.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 550, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art.10 do Decreto nº 4.217, de 6 de maio de 2002, e o disposto na Portaria Ministerial nº 446, de 28 de junho de 2002, e o disposto na Portaria Ministerial nº 953, de 20 de junho de 2007, e considerando o que propõe o Secretário Nacional de Defesa Civil, resolve:

CONFERIR a Medalha Defesa Civil Nacional, relativa aos anos de 2016/2017, nas insígnias correspondentes, às seguintes pessoalidades:

GRAU de GRANDE OFICIAL:

Adelaide Maria Pereira Nacif
Armin Augusto Braun
Carlos Helbingen Júnior
Carmem Lúcia Antunes Rocha
Célia Regina de Lima Pinheiro
Dário Elias Berger
Élcio Alves Barbosa
Eunício Lopes de Oliveira
Geraldo Antônio Miotto
Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto
Hamilton Santos Esteves Júnior
Helder Zahluth Barbalho
Karine da Silva Lopes
Luís Daniel Lavareda Reis Junior
Maria Lourdes Lima de Oliveira
Mario Ramos Ribeiro
Maurício Quintella Malta Lessa
Mauro Mariani
Onir Mocellin
Paulo Roberto Farias Falcão
Raimundo Carreiro
Raquel Elias Ferreira Dogde
Raul Belens Jungmann Pinto
Renato Newton Ramlow
Ricardo Ferreira Nunes
Ricardo José Magalhães Barros
Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia
Shinichi Kitaoka
Suzy Elizabeth Cavalcante Koury
Torquato Lorena Jardim
Wagner de Campos Rosário
Wesley de Almeida Felinto
Zanelli Antônio Melo Nascimento

GRAU de COMENDADOR:

Abadio José da Cunha Júnior
Alexandre dos Santos Cerqueira
Antônio de Pádua de Deus Andrade
Carlos Batista da Costa
Carlos Humberto de Oliveira
Cássio Guilherme Rampinelli
César da Silva Santana
Cleyton Bastos Bezerra
Élio de Oliveira Manoel
Eliseu Lisboa Dantas
Everton Santos Oltramari
Fábio de Alcântara Rosendo
Fernando Antônio Arantes
Fernando Paiva Pires Júnior
Francisco Cantuária Moutinho Júnior
George Sabóia Marinho Lúcio
Helena dos Santos Reis
Hélio Isaías da Silva
Jairo Ernesto Bastos Kruger
Marlon Carvalho Cambraia
Moisés Pereira de Melo
Mushue Dayan Hampel Vieira
Paulo Sérgio Menezes Luz
Reynaldo Aben-Athar de Sousa
Roberto Robadey Costa Júnior
Rodrigo Antonio Ferreira Foster Soares Moratelli
Tarcísio de Sousa Vasconcelos
Wagner Coelho Pereira
Walter Marinho de Carvalho Sobrinho

GRAU de CAVALEIRO:

Alexandre Alves Rocha
Altair Pereira da Silva
Andressa Della Justina de Castro
Arão Lucio de Carvalho
Avelino Caixeta Nascentes
Bráulio Eduardo da Silva Maia
Brenner Ferreira Soares
Cristhian Andres Reyes Moreira
Dina Elarrat de Araújo Gama
Fabrício Palma Falcão
Glênia Araújo Portela
Jean Carlos Marques Mourão
José do Nascimento de Jesus
Karen Kelly Ferreira de Sousa
Kelly Kronbauer Kunrath
Leonard de Castro Farah
Letícia Scartezini Silva
Lilian Becker
Luana Fagundes Vieira
Lucas George Sulino de Negreiros
Luciana Mendes de Melo
Luciano da Silva Almeida
Marcela Augusto Sampaio
Michael Vinícius Sizilio Peron
Natália Resende Andrade
Nelci Cristiane Dias de Almeida
Oscar Amélito Alves dos Santos (in momeriam)
Oséas Carvalho Silva
Paloma Ramos da Silva
Paulo de Tarso Carvalho Costa
Polari Coelho Moura Junior
Rafael Félix Soares dos Santos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Reinaldo Soares Estelles
Rivânia Rogeria Ramos Silva
Roney Rios Figueira
Silvio Arthur Pereira
Walter Nyakas Junior
Walter Parizotto

HELDER BARBALHO

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017(*)

Fundos Constitucional e Desenvolvimento do Centro-Oeste - FCO e FDCO.
- Financiamento da Indústria de Defesa

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27.09.2017, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n.º 04/2017, de 14.09.2017, proposta formulada pelo Ministério da Defesa no sentido de permitir o financiamento da indústria de defesa com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, observando, no caso do FDCO, a restrição ao "comércio de armas" prevista no inciso II, do § 4º, do art. 1º da Resolução CMN n.° 4.171, de 20.12.2012, e alterações posteriores, a saber:

1) alterar a Resolução Condel/Sudeco n. 53, de 26.09.2016, que estabelece os critérios para a seleção dos projetos de investimentos e as prioridades para aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) no exercício de 2017:

2. PRIORIDADES SETORIAIS E ESPACIAIS

[...]

a. PRIORIDADES SETORIAIS

i. Setores Tradicionais:

[...]

- indústria de transformação, seus componentes ou partes, abrangendo os seguintes grupos: couros, peles, calçados e artefatos; plásticos e seus derivados; têxtil, inclusive artigos de vestuário; fabricação de máquinas, equipamentos (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos) e ferramentas; minerais não metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica; químicos (excluídos os explosivos) e petroquímicos; móveis e artefatos de madeiras; alimentos, inclusive carnes e seus derivados, e bebidas; fabricação de embalagem e acondicionamentos; cimento, artefato de cimento e materiais de construção; reciclagem, inclusive de plástico e metais; tratamento de resíduos sólidos;

[...]

ii Setor de Infraestrutura:

[...]

- Indústria de defesa (exclusive comercialização de armas).

2) alterar a Resolução Condel/Sudeco n.º 52, 26.09.2016, que estabelece as diretrizes e prioridades a serem observadas na formulação da proposta de programação e na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no exercício de 2017:

2. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS

[...]

g) projetos da indústria, prioritariamente:

[...]

- indústria de defesa.

3) excluir a alínea "g" do subitem 2.2 - Atividades não Financiáveis do Título III - Condições gerais de financiamento da Programação de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2017:

g) produção e comercialização de armas;

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

(*)Republicada por ter saído no DOU n 201 de 19/10/2017, seção 1, pág. 18 com incorreção no original.

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017(*)

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2017.
-Programa de FCO Rural
-Fontes alternativas de energia

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27.09.2017, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n.º 06/2017, de 14.09.2017, proposta formulada pelo Banco do Brasil S.A., com o objetivo melhorar o texto da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO para 2017, de modo: adequar as condições de Financiamento do Programa FCO Rural à Resolução do Conselho Monetário Nacional n°. 4.578, 07.06.2017, que define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018; clarificar o apoio aos projetos de investimento que utilizem fontes alternativas de energia na linha de Financiamento do FCO Verde (Modalidades 1 e 2); ajustar a Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural à linha de crédito Inovagro, conforme Manual de Crédito Rural, Capítulo 13, seção 9, a saber:

1) alterar a alínea "f" e incluir a alínea "g", no item 1. Objetivos, da modalidade 1 - Conservação da Natureza, da Linha de Financiamento do FCO Verde, contida no Subtítulo II - Linhas de Financiamento, do Título VI - Programa de FCO Rural:

f) apoiar, também, a viabilização de projetos que contemplem sequestro de carbono e redução de emissão de gases de efeito estufa, especialmente pela implementação de centrais fotovoltaicas

g) apoiar projetos que utilizem fontes alternativas de energia.

2) inserir a alínea "o", no item 2. Itens Financiáveis, da modalidade 1 - Conservação da Natureza, da Linha de Financiamento do FCO Verde, contida no Subtítulo II - Linhas de Financiamento, do Título VI - Programa de FCO Rural:

o) investimentos necessários para implantação, ampliação e modernização de projetos que utilizem fontes alternativas de energia, como exemplo centrais fotovoltaicas e biodigestores.

3) excluir a alínea "l", do item 2. Itens Financiáveis, da modalidade 2 - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) Conservação da Natureza, da Linha de Financiamento do FCO Verde, contida no Subtítulo II - Linhas de Financiamento, do Título VI - Programa de FCO Rural:

l) implementação de centrais fotovoltaicas.

4) alterar a alínea "a.3", do item 2. Encargos Financeiros, do Subtítulo I - Condições de Financiamento, do Título VI - Programa de FCO Rural:

a. 3) operações florestais destinadas ao financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas e desenvolvimento de atividades sustentáveis, no financiamento de projetos para Inovação tecnológica nas propriedades rurais e para ampliação, modernização, reforma e construção de novos armazéns:

5) inserir a alínea "h", do item 6. Outras Condições, do Capítulo I - Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural, do Subtítulo II - Linhas de Financiamento, do Título VI - Programa de FCO Rural:

h) entende-se como Inovação Tecnológica nas propriedades rurais itens financiados destinados a:

I. implantação de sistemas para geração e distribuição de energia alternativa à eletricidade convencional, tais como energia eólica, solar e de biomassa, para consumo próprio, admitida a comercialização/compensação;

II. equipamentos e serviços de agricultura de precisão, desde o planejamento inicial da amostragem do solo à geração os mapas de aplicação dos fertilizantes e corretivos, bem como o sistema de conectividade no gerenciamento remoto das atividades pecuárias, não sendo admitido o financiamento de tratores e Implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de corte, e máquinas agrícolas autopropelidas para pulverização e adubação;

III. automação, adequação e construção de instalações para os segmentos de aquicultura, avicultura, carcinicultura, suinocultura, ovinocaprinocultura, piscicultura, pecuária de leite, inclusive a aquisição integrada ou isolada de máquinas e equipamentos para essa finalidade;

IV. aquisição de programas de computadores de gestão, monitoramento ou automação;

V. aquisição de material genético (sêmen, embriões e oócitos), provenientes de doadores com certificado de registro e avaliação de desempenho ou, alternativamente, para pecuária de corte, o certificado especial de identificação de produção-CEIP;

VI) custeio associado e assistência técnica, nas formas previstas na Programação FCO 2017.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

(*) Republicada por ter saído no DOU n 201de 19/10/2017, seção 1, pág. 19 com incorreção no original.

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE.
-Critérios e Prioridades para 2017
-Alteração da Resolução n. 53

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno e em cumprimento ao estabelecido no art. 4º, inciso XX, art. 10, § 4°, inciso I, e art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar n. 129, de 08.01.2009, no art. 6°, inciso II, do Anexo do Decreto n. 8.067, de 14.08.2013, e no art. 8°, inciso XIII, alíneas "b" e "c", do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27.09.2017, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n. 08/2017, de 18.09.2017, proposta da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco com o objetivo de alterar a Resolução Condel/Sudeco n. 53, de 26.09.2016, que estabeleceu as Diretrizes e Prioridades do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO para 2017, no sentido de suprimir as vedações à concessão de crédito para aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia com recursos do FDCO, adequando seu texto à nova redação da Portaria MI n. 274, de 10.08.2016, alterada pela Portaria MI n. 293, de 06.06.2017, a saber:

2. PRIORIDADES SETORIAIS E ESPACIAIS

[...]

ii. Setor de Infraestrutura:

[...]

-geração de energia por aproveitamento das fontes de biomassa, Centrais Geradoras Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas, parques eólicos e centrais fotovoltaicas geração, transmissão e distribuição de energia; e

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

(*) Republicada por ter saído no DOU n. 201 de 19/10/2017, seção 1, pág. 19 com incorreção no original.

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2017.
-Programação Orçamentária
-Condições Gerais de Financiamento - itens não financiáveis.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe confere o art. 58 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27.09.2017, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar, nos termos do Parecer Condel/Sudeco n. 14/2017, de 14.09.2017, proposta formulada pelo Governo do Estado de Goiás, com o objetivo de permitir o financiamento de caminhões e furgões novos e usados, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros às empresas de grande porte com recursos do FCO, bem como retirar a limitação da assistência aos tomadores de financiamento de custeio e de capital de giro dissociado no percentual de 30% (trinta por cento) dos recursos previstos para o exercício em cada Unidade Federativa, da Programação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO para 2017, a saber:

1) excluir a Nota "(3)" do quadro de recursos previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte, do Título II - Programação Orçamentária, a qual limita em 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa, para os financiamentos de custeio e de capital de giro dissociado.

2) alterar o item "4", do inciso II, da alínea "d", do subitem 2.1 - Itens não financiáveis, do item 2 - Restrições, do Título III - Condições Gerais de Financiamento:

4) caminhões e furgões, novos e usados com até 4 anos, contados da data de fabricação do bem, inclusive frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros Ficam vedados financiamentos e para empresas transportadoras, exceto às de micro, pequeno, pequeno-médio e médio portes, cuja matriz esteja sediada no Estado alvo do financiamento.

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

(*) Republicada por ter saído no DOU n. 201 de 19/10/2017, seção 1, pág. 21, com incorreção no original.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 185, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PI	Juazeiro do Piauí	Estiagem - 1.4.1.1.0	24	21/09/17	59051.004462/2017-08
PR	Bela Vista da Caroba	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	164	05/10/17	59051.004527/2017-15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	Pérola D`Oeste	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	156	06/10/17	59051.004506/2017-91
PR	Planalto	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	4671	04/10/17	59051.004508/2017-81
RS	Campinas do Sul	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	704	03/10/17	59051.004512/2017-49
RS	Capão do Cipó	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	034	03/10/17	59051.004529/2017-04
RS	Cerro Branco	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	2995	03/10/17	59051.004522/2017-84
RS	Cruz Alta	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	483	04/10/17	59051.004525/2017-18
RS	Estrela Velha	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	1825	03/10/17	59051.004530/2017-21
RS	Gramado Xavier	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	1525	09/10/17	59051.004524/2017-73
RS	Ibarama	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	1889	03/10/17	59051.004526/2017-62
RS	Jóia	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	4551	06/10/17	59051.004515/2017-82
RS	Júlio de Castilhos	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	6432	02/10/17	59051.004502/2017-11
RS	Lagoão	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	1756	04/10/17	59051.004521/2017-30
RS	Montenegro	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	7444	02/10/17	59051.004518/2017-16
RS	Salto do Jacuí	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	2782	02/10/17	59051.004503/2017-58
RS	Segredo	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	4019	04/10/17	59051.004516/2017-27
RS	Sinimbu	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	2241	02/10/17	59051.004504/2017-01
RS	Sobradinho	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	6253	05/10/17	59051.004528/2017-51
RS	Soledade	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	12290	02/10/17	59051.004514/2017-38
RS	Tunas	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	1606	02/10/17	59051.004523/2017-29
RS	Tupanciretã	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	5266	02/10/17	59051.004520/2017-95
RS	Venâncio Aires	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	6173	02/10/17	59051.004519/2017-61
TO	Combinado	Estiagem - 1.4.1.1.0	076	19/09/17	59051.004465/2017-33

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 186, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios da Paraíba.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto nº 37.688, de 02 de outubro de 2017, do Governo do Estado da Paraíba, considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.004487/2017-01, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Estiagem, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

1	Água Branca
2	Aguiar
3	Alagoa Grande
4	Alagoa Nova
5	Alcantil
6	Algodão de Jandaíra
7	Amparo
8	Aparecida
9	Araçagi
10	Arara
11	Araruna
12	Areia
13	Areia de Baraúnas
14	Areial
15	Aroeiras
16	Assunção
17	Bananeiras
18	Baraúna
19	Barra de Santa Rosa
20	Barra de Santana
21	Barra de São Miguel
22	Belém
23	Belém do Brejo do Cruz
24	Bernardino Batista
25	Boa Ventura
26	Boa Vista
27	Bom Jesus
28	Bom Sucesso
29	Bonito de Santa Fé
30	Boqueirão
31	Brejo do Cruz
32	Brejo dos Santos
33	Cabaceiras
34	Cachoeira dos Índios
35	Cacimba de Areia
36	Cacimba de Dentro
37	Cacimbas
38	Caiçara
39	Cajazeiras
40	Cajazeirinhas
41	Caldas Brandão
42	Camalaú
43	Campina Grande
44	Capim
45	Caraúbas
46	Carrapateira
47	Casserengue
48	Catingueira
49	Catolé do Rocha
50	Caturité
51	Conceição
52	Condado
53	Congo
54	Coremas
55	Coxixola
56	Cubati
57	Cuité
58	Cuité de Mamanguape
59	Curral Velho
60	Damião
61	Desterro
62	Diamante
63	Dona Inês
64	Duas Estradas
65	Emas
66	Esperança
67	Fagundes
68	Frei Martinho
69	Gado Bravo
70	Guarabira
71	Gurinhém
72	Gurjão
73	Ibiara
74	Igaracy
75	Imaculada
76	Ingá
77	Itabaiana
78	Itaporanga
79	Itatuba
80	Jericó
81	Joca Claudino
82	Juarez Távora
83	Juazeirinho
84	Junco do Seridó
85	Juru
86	Lagoa
87	Lagoa de Dentro
88	Lagoa Seca
89	Lastro
90	Livramento
91	Logradouro
92	Mãe D`Água
93	Malta
94	Mamanguape
95	Manaíra
96	Marizópolis
97	Massaranduba
98	Matinhas
99	Mato Grosso
100	Maturéia
101	Mogeiro
102	Montadas
103	Monte Horebe
104	Monteiro
105	Mulungu
106	Natuba
107	Nazarezinho
108	Nova Floresta
109	Nova Olinda
110	Nova Palmeira
111	Olho D`Água
112	Olivedos
113	Ouro Velho
114	Parari
115	Passagem
116	Patos
117	Paulista
118	Pedra Branca
119	Pedra Lavrada
120	Pedro Régis
121	Piancó
122	Picuí
123	Pilar
124	Pilões
125	Pirpirituba
126	Pocinhos
127	Poço Dantas
128	Poço de José de Moura
129	Pombal
130	Prata
131	Princesa Isabel
132	Puxinanã
133	Queimadas
134	Quixabá
135	Remígio
136	Riachão
137	Riachão do Bacamarte
138	Riacho de Santo Antônio
139	Riacho dos Cavalos
140	Salgadinho
141	Salgado de São Félix
142	Santa Cecília
143	Santa Cruz
144	Santa Helena
145	Santa Inês
146	Santa Luzia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

147	Santa Teresinha
148	Santana de Mangueira
149	Santana dos Garrotes
150	Santo André
151	São Bentinho
152	São Bento
153	São Domingos
154	São Domingos do Cariri
155	São Francisco
156	São João do Cariri
157	São João do Rio do Peixe
158	São João do Tigre
159	São José da Lagoa Tapada
160	São José de Caiana
161	São José de Espinharas
162	São José de Piranhas
163	São José de Princesa
164	São José do Bonfim
165	São José do Brejo do Cruz
166	São José do Sabugi
167	São José dos Cordeiros
168	São José dos Ramos
169	São Mamede
170	São Miguel de Taipu
171	São Sebastião de Lagoa de Roça
172	São Sebastião do Umbuzeiro
173	Seridó
174	Serra Branca
175	Serra da Raiz
176	Serra Grande
177	Serra Redonda
178	Sertãozinho
179	Sobrado
180	Solânea
181	Soledade
182	Sossêgo
183	Sousa
184	Sumé
185	Tacima
186	Taperoá
187	Tavares
188	Teixeira
189	Tenório
190	Triunfo
191	Uiraúna
192	Umbuzeiro
193	Várzea
194	Vieirópolis
195	Vista Serrana
196	Zabelê

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 187, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000734/2011-15, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5º da Portaria n. 638, de 5 de setembro de 2011, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Estado de Santa Catarina/SC, para ações de Defesa Civil, para até 18/4/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 874, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.010494/2014-29, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ALEKSANDR USMANOV, de nacionalidade russa, filho de Andrey Usmanov e de Svetlana Usmanov, nascido em Khabarouskiy Kray, em 21 de abril de 1992, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 154, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Dia: 19.10.2017
Hora: 14:43
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro João Paulo de Resende, que no último bloco de sorteio - na 153ª Sessão Ordinária de Distribuição - foi o relator sorteado.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.011294/2015-12
Representante: Acesso Restrito
Representadas: Acesso Restrito
Advogados: Aurélio Marchini Santos, Patrícia Serson Deluca e outros
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro

Processo Administrativo nº 08700.006964/2015-71
Representantes: Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães e Uber do Brasil Tecnologia Ltda.
Representados: Associação Boa Vista de Táxi - Ponto 1813; Sindicato dos Permissionários de Taxi e Motoristas Auxiliares do Distrito Federal; Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores nas Empresas de Táxi no Estado de São Paulo; Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo; Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Minas Gerais; Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal; Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil; José Renan de Freitas; Sérgio Aureliano e Silva; Antônio Raimundo Matias dos Santos; Natalício Bezerra Silva; Ricardo Luiz Faedda; e André de Oliveira
Advogados: Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Antonio Manuel de Amorim, Daisy Mara Ballock, Marli Theresina Michels Brito, Ivana Có Galdino Crivelli e outros
Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.080, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69036 - DPF/AGA/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINERVA S/A, CNPJ nº 67.620.377/0018-62 para atuar em Tocantins.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.105, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62247 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINERVA S/A, CNPJ nº 67.620.377/0004-67 para atuar em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.108, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/61974 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.497.780/0002-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2071/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.226, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/55467 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MADEPAR S/A INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 47.614.177/0003-03, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
96 (noventa e seis) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.245, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76685 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0001-55, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.266, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78009 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0026-93, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.267, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78003 - DPF/CIT/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0014-50, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

15 (quinze) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.268, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/77991 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0008-01, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

30 (trinta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.274, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/70478 - DPF/PNG/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0011-32, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

44 (quarenta e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.131, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66088 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAMBOA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 08.930.462/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2074/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.294, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69889 - DPF/UDI/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA TAREFA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 14.808.563/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2130/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.295, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69573 - DPF/URA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTE CONCEITO LTDA, CNPJ nº 08.606.416/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2106/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.308, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24308 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A4 VIGILÂNCI A E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 14.585.324/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2177/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.310, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/58255 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRESCINCO DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA, CNPJ nº 03.021.847/0001-40 para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 2173/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.320, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/63229 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO JARDIM SUL - RIBEIRAO PRETO, CNPJ nº 13.477.719/0001-60 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2010/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.355, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78976 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AQUACLARA -AQUICULTURA SANTA CLARA EIRELI, CNPJ nº 04.331.031/0001-86 para atuar no Ceará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.403, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68919 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRORAD DIAGNOSTICOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP, CNPJ nº 11.467.937/0001-98 para atuar no Acre.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.409, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/67054 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER PIEDADE, CNPJ nº 13.792.742/0001-49 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.425, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/70455 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIAMANTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESPECIAL LTDA, CNPJ nº 03.333.584/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2051/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.426, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/70558 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 24.603.559/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2147/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 5.428, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/81612 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A, CNPJ nº 03.720.968/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5000 (cinco mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 33.999, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.020670/2017-62 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FOR SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 00.120.499/0001-70, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente FORSAFETY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 07.911.560/0001-47:

14 (CATORZE) revólveres calibre 38;
02 (DUAS) pistolas calibre .380;
216 (DUZENTOS E DEZESSEIS) cartuchos de munição calibre 38;
90 (NOVENTA) cartuchos de munição calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 6.879, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32274/2017, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.250 (um mil e duzentos e cinquenta) UFIR a CTS VIGILANCIA E SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 02.250.366/0001-44, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso I PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/25752.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 33.998, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.020670/2017-62 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa FORSAFETY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 07.911.560/0001-47, localizada no RIO DE JANEIRO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHOS DO DIRETOR

Nº 627/2017 CSA - SENACON/CGCTSA/GAB-DPDC/DPDC/SENACON. Representante: BANCO CENTRAL DO BRASIL REPRESENTADO: KIRTON BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO. Ante os indícios de infração ao disposto nos artigos 4º, caput, I e III; 6º, III e IV; 39, V, VIII e X, todos do Código de Defesa do Consumidor, acolho a acolho a Nota Técnica nº 103/2017/CSA - SENACON/CGCTSA/GAB-DPDC/DPDC/SENACON, cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão, e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), notificando-se a empresa Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo, para apresentar defesa, na forma do disposto nos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.150/17.Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos Ministérios Públicos, aos PROCONS Estaduais e Municipais de Capitais e ao Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

Nº 668/2017/CSA - SENACON/CGCTSA/GAB-DPDC/DPDC/SENACON. Representante: PROTESTE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR Representado: BANCO SANTANDER S.A. Ante os indícios de infração ao disposto nos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV; 31; 35, incisos I, II e III; 37, §§1º e 3º; 39, incisos IV e V; 51, incisos IV, X, XIII, todos do Código de Defesa do Consumidor, acolho a acolho a Nota Técnica nº 108/2017/CSA - SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON, cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), notificando-se o Banco Santander S/A. para apresentar defesa, na forma do disposto nos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.150/17.Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos Ministérios Públicos, aos PROCONS Estaduais e Municipais de Capitais e ao Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

GABRIEL REIS CARVALHO
Substituto

Nº 671/2017/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON.Ante os indícios de infração ao disposto nos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º inciso III e IV; 31, 38, 39, incisos IV e V, e 66, todos do Código de Defesa do Consumidor, acolho a Nota Técnica elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), intimando-se a Associação Brasileira de Empresas Aéreas - ABEAR, a Avianca - OceanAir Linhas Aéreas S.A, a Azul - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A, a GOL - VRG Linhas Aéreas S.A, e a LATAM - Tam Linhas Aéreas S.A, para apresentar defesa, na forma do disposto nos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.150, de 04 de setembro de 2017.Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos Ministérios Públicos, aos PROCONS Estaduais e Municipais de Capitais e ao Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, com cópia da presente instauração, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

ANA CAROLINA P. CARAM GUIMARÃES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 217, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, tendo em vista a decisão judicial proferida em 24 de agosto de 2017, no processo nº 5000583-08.2016.4.04.7107/RS, pelo juiz federal, Rafael Martins Costa Moreira, da 4ª Vara Federal de Caxias do Sul, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com os artigos 111 a 115 da Lei nº 6.815/1980, com redação dada pela Lei nº 6.964/1981, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/1981, alterado pelo Decreto nº 8.757/2016, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MARIANELI REYES DE SULINO - W170775-6, natural da Republica Dominicana, nascida em 02 de outubro de 1939, filha de Conrado Reyes e de Yrene Ramirez de Reyes, residente no Estado de Roraima (Processo nº 08485.304024/2016-17);

YURISMA MARGARITA ZORRILLA UGAS - V501949-G, natural da Venezuela, nascida em 11 de junho de 1972, filha de Tomas Zorrilla e de Josefa Ugas, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08115.001148/2016-51).

ASTÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

Despacho nº 194/2017/DPM_Igualdade_de_Direitos/DPM/DEMIG/SNJ
Interessada: Sandra Patricia Nunes de Faria
Despacho do Analista:
Senhora Chefe,

Cuida-se de pedido de igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos com base no artigo 17 do Decreto nº 3927/2001, que promulgou o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, em que é requerente Sandra Patricia Nunes de Faria.

Considerando o lapso temporal da carta de exigência formulada à interessada e a ausência de manifestação até à presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria, o presente processo, propondo, salvo melhor juízo, o arquivamento do pleito por falta de interesse, bem como pela falta de cumprimento de exigência.

Despacho da Chefe de Divisão de Processos Migratórios:

De acordo. Restituam-se os autos para a publicação do arquivamento.

Despacho nº 195/2017/DPM_Igualdade_de_Direitos/DPM/DEMIG/SNJ
Interessado: AUGUSTO JAIME FERNANDES DA SILVA DIAS
Despacho do Analista:
Senhora Chefe,

Cuida-se de pedido de igualdade de direitos e obrigações civis, em que é requerente o nacional português AUGUSTO JAIME FERNANDES DA SILVA DIAS.

Considerando o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até à presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria, o presente processo, propondo, salvo melhor juízo, o arquivamento do pleito por falta de interesse, bem como pela falta de cumprimento de exigência.

Despacho da Chefe de Divisão de Processos Migratórios:

De acordo. Restituam-se os autos para a publicação do arquivamento.

Despacho nº 208/2017/DPM_Igualdade_de_Direitos/DPM/DEMIG/SNJ
Assunto: Migrações: Igualdade de Direitos aos Portugueses
Interessado(a): Emanuel de Oliveira Ferreira
Despacho do Analista:
Senhora Chefe,

Cuida-se de pedido de igualdade de direitos e obrigações civis, com base no artigo 17 do Decreto nº 3927/2001, que promulgou o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, em que é requerente o nacional português Emanuel de Oliveira Ferreira.

Considerando o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até à presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria, o presente processo, propondo, salvo melhor juízo, o arquivamento do pleito por falta de interesse, bem como pela falta de cumprimento de exigência.Considerando o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria os presentes autos, propondo sejam arquivados por falta de interesse, bem assim pela falta de cumprimento de exigências.

Despacho da Chefe de Divisão de Processos Migratórios:

De acordo. Restituam-se os autos para a publicação do arquivamento.

Despacho nº 209/2017/DPM_Igualdade_de_Direitos/DPM/DEMIG/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos e Obrigações Civis
Interessado (a): Joaquim Manuel Hilário David
Despacho do Analista:
Senhora Chefe,

Cuida-se de pedido de igualdade de direitos e obrigações civis, com base no artigo 17 do Decreto nº 3927/2001, que promulgou o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, em que é requerente ao nacional português Joaquim Manuel Hilário David.

Considerando o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado (a) e a ausência de manifestação até à presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria, o presente processo, propondo, salvo melhor juízo, o arquivamento do pleito por falta de interesse, bem como pela falta de cumprimento de exigência. Considerando o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado 3712096 e a ausência de manifestação até a presente data, elevo à consideração de Vossa Senhoria os presentes autos, propondo sejam arquivados por falta de interesse, bem assim pela falta de cumprimento de exigências.

Despacho da Chefe de Divisão de Processos Migratórios:

De acordo. Restituam-se os autos para a publicação do arquivamento

A Chefe de Divisão de Nacionalidade e Naturalização, no uso das suas atribuições legais, com fulcro na Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, resolve:

Determinar o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo nº 08452.004490/2017-63, DAME DIAGNE, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08360.300183/2016-59, YAHI GOUDJL, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08505.016732/2017-07, MARIE FLORE DJINE NZUKAU SILVA, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 08430.003634/2017-12, MUHAMMAD SHAFIQ, tendo em vista que o requerente não atende à exigências do art. 112, incisos IV e V, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos e ausência de comprovação da sua renda ou de quem o sustenta.

Processo nº 08389.303253/2016-11, FERYAL YOUSSEF KASSEM, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art. 112, incisos III, IV e V da Lei nº 6.815/80, tendo em vista a ausência de documentação para a comprovação da residência fixa no território nacional pelo prazo de 04 (quatro) anos, teste de português insatisfatório acostado nos autos, bem como a insuficiência de documentação para a comprovação de sua capacidade de subsistência.

Processo nº 08505.323917/2016-86, ALBERTINE KEMBE, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos

Processo nº 08514.002188/2017-07, DALIA ALABTAH, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08514.002189/2017-43, MAJED ABU HASNA, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08280.014046/2017-75, MUHAMMAD HAMMOUDI HELANI, tendo em vista o disposto no art. 116 da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08505.320008/2016-96, RANIA KHALED ALI SHEHATA, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08505.318914/2016-21, ISMAT ULLAH, tendo em vista que o requerente não atende à exigência do art.112, inciso IV, da Lei nº 6.815/80, conforme teste de português acostado nos autos.

Processo nº 08709.001894/2017-46, GIUSEPPE ANTONUCCI, tendo em vista a estrangeira não ter comprovado residir no território nacional há mais de 15 quinze anos ininterruptos.

Processo nº 08505.319344/2016-96, MOHAMMED EL MAHDI AN NASSIK, tendo em vista que o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não podendo averiguar sua conduta social.

Processo nº 08711.000607/2016-51, TOMAS AFONSO RIBEIRO tendo em vista o disposto no art. 116 da Lei nº 6.815/80.

Processo nº 08354009972201556, MAHMOUD ALI ABDULGHANY ELSAYED, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data.

Processo nº 08444009209201435, PEDRO PAULO RAMOS VENTURA, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data.

Processo nº 08352.003904/2012-51, ISSA RASMI AQEEL TASHMAN, tendo em vista o lapso temporal da carta de exigência formulada ao interessado e a ausência de manifestação até a presente data.

Processo nº 08387.000363/2017-16, CHEN CHIH YU, tendo em vista que o estrangeiro não atende à exigência do art. 112, inciso VII, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista a existência de condenação penal.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

A Chefe de Divisão de Nacionalidade e Naturalização, no uso das suas atribuições legais, com fulcro na Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, resolve:

Determino a manutenção do ato de arquivamento do pedido de Naturalização Especial, formulado por RANA KARAME, tendo em vista a tempestividade da peça recursal e a falta de pagamento da taxa GRU referente ao pedido de desarquivamento.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 94, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 64 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.206742/2015-62, interposto pela Fundação Ataulpho de Paiva/RJ - CNPJ nº 33.485.939/0001-42, contra decisão de indeferimento do pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido os requisitos constantes do caput do artigo 33 da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016 c/c § 2º do artigo 27 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 c/c § 2º do artigo 8º A da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.704 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Hospital Hélio Anjos Ortiz - Curitibanos (SC) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 343/GM/MS, de 7 de março de 2005, que institui mecanismos para a organização e implantação de Unidades de Assistência e Centros de Referência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria nº 120/SAS/MS, de 14 de abril de 2009, que aprova as Normas de Classificação, Credenciamento e Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional no âmbito do SUS e Parâmetros para composição de Teto financeiro em Terapia Nutricional (Anexo IV) a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o custeio da Terapia Nutricional;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e aprovação no âmbito da Comissão Intergestora Bipartite do Estado, por meio da Deliberação CIB nº. 005/2017, datada de 13 de fevereiro de 2017;

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada; e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Hélio Anjos Ortiz - Fundação Hospitalar de Curitibanos, CNES 2302101, localizado no Município de Curitibanos/SC, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina, no montante anual de R$ 219.804,39 (duzentos e dezenove mil oitocentos e quatro reais e trinta e nove centavos).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao Programa de Trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 2.705, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Altera número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e transferência dos recursos federais para ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando a Portaria nº 836/SAS/MS, de 28 de maio de 2017, que habilita leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo e desabilita leitos de Cuidados Intermediários do Hospital Santo Antônio - Fundação Hospitalar de Blumenau Municipal de Blumenau - SC; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional -UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 14.153	Hospital	Nº Leitos
CNES: 2558254	Hospital Santo Antônio - Fundação Hospitalar de Blumenau - Blumenau/SC	-
Leito: 28.02 UCINCo		12

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Ficam estabelecidos recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e Município de Blumenau, no montante anual de R$ 105.120,00 (cento e cinco mil e cento e vinte reais).

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 4º, ao Fundo Municipal de Saúde de Blumenau/SC, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 3º relativos aos estabelecimentos consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.706, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018 e os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e repassa recursos financeiros para Municípios prioritários para ações de prevenção da obesidade infantil com escolares.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017, que redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.412/GM/MS, de 10 de julho de 2013, que institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB);

Considerando a Portaria Interministerial - MEC nº 1.055/MS, de 25 de abril de 2017, que redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações;

Considerando a Portaria nº 2.436/GM/MS, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde; e

Considerando o aumento da prevalência de excesso de peso em crianças no Brasil, atingindo 8,14% das crianças menores de 5 anos (SISVAN, 2016) e 34,8% entre crianças de 5 a 9 anos (POF, 2008), resolve:

Art. 1º Ficam listados, na forma dos Anexos, os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola, realizando todas as etapas definidas no Portal e-Gestor farão jus ao recebimento do incentivo financeiro previsto na Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017:

§ 1º Em 30 de junho de 2017 foi finalizado o período de adesão ao Programa Saúde na Escola para ciclo 2017/2018.

§ 2º O período para realização das ações pactuadas no Termo de Compromisso pelos Municípios e o Distrito Federal será divulgado na página http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php.

Art. 2º Ficam habilitados os Municípios descritos nos Anexos a esta Portaria ao recebimento dos recursos financeiros para implementação do conjunto de ações do Programa Saúde na Escola, de acordo com o número de educandos contemplados no Termo de Compromisso Municipal ou Distrital, conforme Portaria Interministerial nº 1.055/MS/MEC, de 26 de abril de 2017.

§ 1° Os Municípios descritos no Anexo desta Portaria ficam habilitados ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor total pactuado.

§ 2º O cálculo do incentivo financeiro do segundo ano do ciclo do PSE a ser repassado para o Distrito Federal e Municípios levará em conta a realização das ações pactuadas na adesão e monitoradas pelo MS conforme os seguintes critérios:

I - O Município que não registrar nenhuma ação do PSE, permanecerá aderido ao ciclo, mas não fará jus ao incentivo financeiro no ano seguinte;

II - O Município que registrar apenas um tipo de ação, mesmo com grande cobertura, permanecerá aderido ao ciclo, mas não fará jus ao incentivo financeiro no ano seguinte;

III - O Município que não registrar a ação 12 - Ações de combate ao mosquito Aedes aegypti mesmo que contemplada as demais, permanecerá aderido ao ciclo, mas não fará jus ao incentivo financeiro no ano seguinte; e

IV - O Município que registrar uma ou mais ações apenas em uma escola, tendo pactuado número superior de escolas, permanecerá aderido ao ciclo, mas não fará jus ao incentivo financeiro no ano seguinte.

§ 3º Para garantir a continuidade ou a cobertura de todas as escolas pactuadas, o Município que se encaixe em qualquer uma das 4 (quatro) situações acima não poderá, no período de ajustes, incluir ou substituir escolas.

Art. 3º Os Municípios listados no Anexo II são prioritários para o desenvolvimento de ações voltadas à prevenção da obesidade infantil em escolares e farão jus ao recebimento do incentivo financeiro.

§ 1º Foram considerados Municípios prioritários aqueles com população acima de 30 mil habitantes, cobertura do SISVAN maior que 10% em 2016 e prevalência de excesso de peso maior que 20% em 2016.

§ 2º As ações de prevenção da obesidade serão acompanhadas pelos sistemas de monitoramento da Atenção Básica.

Art. 4º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Atenção Básica, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho: 10.301.2015.20AD (PO 0000 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

ANEXO I

SG_UF	NO_UF_ACENTUADO	CO_MUNICIPIO_IBGE	NO_MUNICIPIO_ACENTUADO	QTD_ALUNOS	A PAGAR
AC	ACRE	120001	ACRELÂNDIA	4363	R$ 10.676,00
AC	ACRE	120005	ASSIS BRASIL	1907	R$ 7.676,00
AC	ACRE	120010	BRASILÉIA	2473	R$ 8.676,00
AC	ACRE	120013	BUJARI	3156	R$ 9.676,00
AC	ACRE	120017	CAPIXABA	3576	R$ 9.676,00
AC	ACRE	120020	CRUZEIRO DO SUL	14899	R$ 23.676,00
AC	ACRE	120025	EPITACIOLÂNDIA	3767	R$ 9.676,00
AC	ACRE	120030	FEIJÓ	4317	R$ 10.676,00
AC	ACRE	120032	JORDÃO	1725	R$ 7.676,00
AC	ACRE	120033	MÂNCIO LIMA	5856	R$ 12.676,00
AC	ACRE	120034	MANOEL URBANO	2653	R$ 8.676,00
AC	ACRE	120035	MARECHAL THAUMATURGO	4070	R$ 10.676,00
AC	ACRE	120038	PLÁCIDO DE CASTRO	5031	R$ 11.676,00
AC	ACRE	120039	PORTO WALTER	4171	R$ 10.676,00
AC	ACRE	120042	RODRIGUES ALVES	3969	R$ 10.676,00
AC	ACRE	120043	SANTA ROSA DO PURUS	2684	R$ 8.676,00
AC	ACRE	120045	SENADOR GUIOMARD	2306	R$ 8.676,00
AC	ACRE	120050	SENA MADUREIRA	9097	R$ 16.676,00
AC	ACRE	120060	TARAUACÁ	5514	R$ 12.676,00
AC	ACRE	120070	XAPURI	4583	R$ 10.676,00
AC	ACRE	120080	PORTO ACRE	5007	R$ 11.676,00
AL	ALAGOAS	270010	ÁGUA BRANCA	5634	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270020	ANADIA	3153	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270030	ARAPIRACA	17969	R$ 27.676,00
AL	ALAGOAS	270040	ATALAIA	10901	R$ 18.676,00
AL	ALAGOAS	270050	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	3738	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270060	BARRA DE SÃO MIGUEL	2175	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270070	BATALHA	5647	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270080	BELÉM	1296	R$ 6.676,00
AL	ALAGOAS	270090	BELO MONTE	2064	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270100	BOCA DA MATA	5325	R$ 11.676,00
AL	ALAGOAS	270110	BRANQUINHA	3650	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270120	CACIMBINHAS	2984	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270130	CAJUEIRO	5315	R$ 11.676,00
AL	ALAGOAS	270135	CAMPESTRE	1807	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270140	CAMPO ALEGRE	9240	R$ 16.676,00
AL	ALAGOAS	270150	CAMPO GRANDE	2938	R$ 8.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	ALAGOAS	270160	CANAPI	5704	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270170	CAPELA	5749	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270180	CARNEIROS	2953	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270190	CHÃ PRETA	2053	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270200	COITÉ DO NÓIA	3128	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270210	COLÔNIA LEOPOLDINA	3215	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270220	COQUEIRO SECO	1578	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270230	CORURIPE	14758	R$ 23.676,00
AL	ALAGOAS	270235	CRAÍBAS	7116	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270240	DELMIRO GOUVEIA	11798	R$ 19.676,00
AL	ALAGOAS	270250	DOIS RIACHOS	4147	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	4162	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270260	FEIRA GRANDE	6606	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270270	FELIZ DESERTO	1224	R$ 6.676,00
AL	ALAGOAS	270280	FLEXEIRAS	3666	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270290	GIRAU DO PONCIANO	11750	R$ 19.676,00
AL	ALAGOAS	270300	IBATEGUARA	4147	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270310	IGACI	4156	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270320	IGREJA NOVA	6137	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270330	INHAPI	4837	R$ 11.676,00
AL	ALAGOAS	270340	JACARÉ DOS HOMENS	1995	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270350	JACUÍPE	2273	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270360	JAPARATINGA	1937	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270370	JARAMATAIA	1808	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270375	JEQUIÁ DA PRAIA	2863	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270380	JOAQUIM GOMES	6347	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270390	JUNDIÁ	1714	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270400	JUNQUEIRO	6909	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270410	LAGOA DA CANOA	4287	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270420	LIMOEIRO DE ANADIA	6972	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270430	MACEIÓ	34731	R$ 48.676,00
AL	ALAGOAS	270440	MAJOR ISIDORO	5431	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270450	MARAGOGI	7477	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270460	MARAVILHA	3918	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270470	MARECHAL DEODORO	10014	R$ 17.676,00
AL	ALAGOAS	270480	MARIBONDO	2560	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270490	MAR VERMELHO	1031	R$ 6.676,00
AL	ALAGOAS	270500	MATA GRANDE	7765	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270510	MATRIZ DE CAMARAGIBE	5622	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270520	MESSIAS	4255	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270530	MINADOR DO NEGRÃO	1306	R$ 6.676,00
AL	ALAGOAS	270540	MONTEIRÓPOLIS	2148	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270550	MURICI	8462	R$ 15.676,00
AL	ALAGOAS	270560	NOVO LINO	3245	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270570	OLHO D"ÁGUA DAS FLORES	4072	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270580	OLHO D"ÁGUA DO CASADO	2347	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270590	OLHO D"ÁGUA GRANDE	1781	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270600	OLIVENÇA	3653	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270610	OURO BRANCO	3607	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270620	PALESTINA	1638	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	19313	R$ 29.676,00
AL	ALAGOAS	270640	PÃO DE AÇÚCAR	6719	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270642	PARICONHA	3179	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270644	PARIPUEIRA	3930	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270650	PASSO DE CAMARAGIBE	4247	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270660	PAULO JACINTO	1972	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270670	PENEDO	12382	R$ 20.676,00
AL	ALAGOAS	270680	PIAÇABUÇU	3667	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270690	PILAR	7457	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270700	PINDOBA	741	R$ 6.676,00
AL	ALAGOAS	270710	PIRANHAS	6344	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	4316	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270730	PORTO CALVO	7738	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270740	PORTO DE PEDRAS	3039	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270750	PORTO REAL DO COLÉGIO	4171	R$ 10.676,00
AL	ALAGOAS	270760	QUEBRANGULO	3685	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270770	RIO LARGO	12408	R$ 20.676,00
AL	ALAGOAS	270780	ROTEIRO	2558	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270790	SANTA LUZIA DO NORTE	1633	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270800	SANTANA DO IPANEMA	6111	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270810	SANTANA DO MUNDAÚ	2873	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270820	SÃO BRÁS	1786	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270830	SÃO JOSÉ DA LAJE	5731	R$ 12.676,00
AL	ALAGOAS	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	8615	R$ 16.676,00
AL	ALAGOAS	270850	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	7227	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	9677	R$ 17.676,00
AL	ALAGOAS	270870	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	2754	R$ 8.676,00
AL	ALAGOAS	270880	SÃO SEBASTIÃO	7812	R$ 15.676,00
AL	ALAGOAS	270890	SATUBA	3060	R$ 9.676,00
AL	ALAGOAS	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	4321	R$ 10.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	ALAGOAS	270900	TANQUE D"ARCA	1796	R$ 7.676,00
AL	ALAGOAS	270910	TAQUARANA	6535	R$ 13.676,00
AL	ALAGOAS	270915	TEOTÔNIO VILELA	16909	R$ 26.676,00
AL	ALAGOAS	270920	TRAIPU	7722	R$ 14.676,00
AL	ALAGOAS	270930	UNIÃO DOS PALMARES	13800	R$ 22.676,00
AL	ALAGOAS	270940	VIÇOSA	3608	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130002	ALVARÃES	5937	R$ 12.676,00
AM	AMAZONAS	130006	AMATURÁ	1846	R$ 7.676,00
AM	AMAZONAS	130008	ANAMÃ	2623	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130010	ANORI	2993	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130014	APUÍ	2977	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130020	ATALAIA DO NORTE	3175	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130030	AUTAZES	8895	R$ 16.676,00
AM	AMAZONAS	130040	BARCELOS	4905	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130050	BARREIRINHA	9055	R$ 16.676,00
AM	AMAZONAS	130060	BENJAMIN CONSTANT	10291	R$ 18.676,00
AM	AMAZONAS	130063	BERURI	5056	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130068	BOA VISTA DO RAMOS	3888	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130070	BOCA DO ACRE	6014	R$ 12.676,00
AM	AMAZONAS	130080	BORBA	7390	R$ 14.676,00
AM	AMAZONAS	130083	CAAPIRANGA	2770	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130090	CANUTAMA	3434	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130100	CARAUARI	8175	R$ 15.676,00
AM	AMAZONAS	130110	CAREIRO	6043	R$ 12.676,00
AM	AMAZONAS	130115	CAREIRO DA VÁRZEA	4953	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130120	COARI	19031	R$ 29.676,00
AM	AMAZONAS	130130	CODAJÁS	6108	R$ 12.676,00
AM	AMAZONAS	130140	EIRUNEPÉ	12032	R$ 20.676,00
AM	AMAZONAS	130150	ENVIRA	4717	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130160	FONTE BOA	4414	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130165	GUAJARÁ	3056	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130170	HUMAITÁ	5329	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130180	IPIXUNA	4000	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130185	IRANDUBA	18792	R$ 28.676,00
AM	AMAZONAS	130190	ITACOATIARA	22510	R$ 33.676,00
AM	AMAZONAS	130195	ITAMARATI	2514	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130200	ITAPIRANGA	2960	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130210	JAPURÁ	4034	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130220	JURUÁ	3154	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130230	JUTAÍ	8616	R$ 16.676,00
AM	AMAZONAS	130240	LÁBREA	8781	R$ 16.676,00
AM	AMAZONAS	130250	MANACAPURU	19463	R$ 29.676,00
AM	AMAZONAS	130255	MANAQUIRI	4591	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130260	MANAUS	84711	R$ 111.676,00
AM	AMAZONAS	130270	MANICORÉ	15499	R$ 24.676,00
AM	AMAZONAS	130280	MARAÃ	3294	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130290	MAUÉS	9301	R$ 16.676,00
AM	AMAZONAS	130300	NHAMUNDÁ	5936	R$ 12.676,00
AM	AMAZONAS	130310	NOVA OLINDA DO NORTE	7221	R$ 14.676,00
AM	AMAZONAS	130320	NOVO AIRÃO	2347	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130330	NOVO ARIPUANÃ	4636	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130340	PARINTINS	16781	R$ 26.676,00
AM	AMAZONAS	130350	PAUINI	3838	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO	8891	R$ 16.676,00
AM	AMAZONAS	130356	RIO PRETO DA EVA	6226	R$ 13.676,00
AM	AMAZONAS	130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	2453	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130370	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	9749	R$ 17.676,00
AM	AMAZONAS	130380	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	7066	R$ 14.676,00
AM	AMAZONAS	130390	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	12479	R$ 20.676,00
AM	AMAZONAS	130395	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	3081	R$ 9.676,00
AM	AMAZONAS	130400	SILVES	2702	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130406	TABATINGA	13953	R$ 22.676,00
AM	AMAZONAS	130410	TAPAUÁ	2678	R$ 8.676,00
AM	AMAZONAS	130420	TEFÉ	25625	R$ 37.676,00
AM	AMAZONAS	130423	TONANTINS	4806	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130426	UARINI	4079	R$ 10.676,00
AM	AMAZONAS	130430	URUCARÁ	4704	R$ 11.676,00
AM	AMAZONAS	130440	URUCURITUBA	4378	R$ 10.676,00
AP	AMAPÁ	160005	SERRA DO NAVIO	1095	R$ 6.676,00

AP	AMAPÁ	160010	AMAPÁ	2761	R$ 8.676,00
AP	AMAPÁ	160015	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	1796	R$ 7.676,00
AP	AMAPÁ	160020	CALÇOENE	1737	R$ 7.676,00
AP	AMAPÁ	160021	CUTIAS	1599	R$ 7.676,00
AP	AMAPÁ	160023	FERREIRA GOMES	1912	R$ 7.676,00
AP	AMAPÁ	160025	ITAUBAL	1391	R$ 6.676,00
AP	AMAPÁ	160027	LARANJAL DO JARI	4056	R$ 10.676,00
AP	AMAPÁ	160030	MACAPÁ	30566	R$ 43.676,00
AP	AMAPÁ	160040	MAZAGÃO	4398	R$ 10.676,00
AP	AMAPÁ	160050	OIAPOQUE	2689	R$ 8.676,00
AP	AMAPÁ	160053	PORTO GRANDE	3095	R$ 9.676,00
AP	AMAPÁ	160055	PRACUÚBA	724	R$ 6.676,00
AP	AMAPÁ	160060	SANTANA	9744	R$ 17.676,00
AP	AMAPÁ	160070	TARTARUGALZINHO	3139	R$ 9.676,00
AP	AMAPÁ	160080	VITÓRIA DO JARI	2527	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290010	ABAÍRA	1320	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290020	ABARÉ	4200	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290030	ACAJUTIBA	2446	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290035	ADUSTINA	3461	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290040	ÁGUA FRIA	3363	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290050	ÉRICO CARDOSO	1957	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290060	AIQUARA	1039	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290070	ALAGOINHAS	12315	R$ 20.676,00
BA	BAHIA	290080	ALCOBAÇA	6519	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	290090	ALMADINA	1404	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290100	AMARGOSA	4299	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290110	AMÉLIA RODRIGUES	5354	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290115	AMÉRICA DOURADA	3763	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290120	ANAGÉ	2535	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290130	ANDARAÍ	3967	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290135	ANDORINHA	2929	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290140	ANGICAL	2593	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290150	ANGUERA	2575	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290160	ANTAS	2735	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290170	ANTÔNIO CARDOSO	2844	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290180	ANTÔNIO GONÇALVES	2612	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290190	APORÁ	3805	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290195	APUAREMA	2209	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290200	ARACATU	2937	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290205	ARAÇAS	656	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290210	ARACI	8455	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	290220	ARAMARI	1246	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290225	ARATACA	2715	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290230	ARATUÍPE	1399	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290240	AURELINO LEAL	3496	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290250	BAIANÓPOLIS	3399	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290260	BAIXA GRANDE	4779	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290265	BANZAÊ	4039	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290270	BARRA	16260	R$ 25.676,00
BA	BAHIA	290280	BARRA DA ESTIVA	4967	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290290	BARRA DO CHOÇA	9834	R$ 17.676,00
BA	BAHIA	290300	BARRA DO MENDES	3091	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290310	BARRA DO ROCHA	1246	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290320	BARREIRAS	19186	R$ 29.676,00
BA	BAHIA	290323	BARRO ALTO	2770	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290327	BARROCAS	3805	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290330	BARRO PRETO	2156	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290340	BELMONTE	5993	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	290350	BELO CAMPO	4192	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290360	BIRITINGA	4063	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290370	BOA NOVA	2758	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290380	BOA VISTA DO TUPIM	4957	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290390	BOM JESUS DA LAPA	6222	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	290395	BOM JESUS DA SERRA	2786	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290400	BONINAL	2442	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290405	BONITO	3626	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290410	BOQUIRA	3485	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290420	BOTUPORÃ	1444	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290430	BREJÕES	4298	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290440	BREJOLÂNDIA	1788	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290450	BROTAS DE MACAÚBAS	2728	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290460	BRUMADO	7702	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	290470	BUERAREMA	3777	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290475	BURITIRAMA	2343	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290480	CAATIBA	481	R$ 5.676,00
BA	BAHIA	290485	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	4817	R$ 11.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	BAHIA	290490	CACHOEIRA	4150	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290500	CACULÉ	3381	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290510	CAÉM	2889	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290515	CAETANOS	2734	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290520	CAETITÉ	3222	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290530	CAFARNAUM	4548	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290540	CAIRU	4320	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290550	CALDEIRÃO GRANDE	3368	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290560	CAMACAN	6310	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	290570	CAMAÇARI	33433	R$ 47.676,00
BA	BAHIA	290580	CAMAMU	10215	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	3066	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290600	CAMPO FORMOSO	7327	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	290610	CANÁPOLIS	2618	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290620	CANARANA	5905	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	290630	CANAVIEIRAS	6524	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	290640	CANDEAL	1916	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290650	CANDEIAS	12539	R$ 20.676,00
BA	BAHIA	290660	CANDIBA	2295	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290670	CÂNDIDO SALES	7426	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	290680	CANSANÇÃO	7045	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	290682	CANUDOS	3298	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	2174	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290687	CAPIM GROSSO	5166	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290689	CARAÍBAS	2437	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290690	CARAVELAS	5758	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	290700	CARDEAL DA SILVA	2764	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290710	CARINHANHA	5584	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	290720	CASA NOVA	15524	R$ 24.676,00
BA	BAHIA	290730	CASTRO ALVES	5850	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	290740	CATOLÂNDIA	835	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290750	CATU	10661	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	290755	CATURAMA	1822	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290760	CENTRAL	3864	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290770	CHORROCHÓ	3121	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290780	CÍCERO DANTAS	4732	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290790	CIPÓ	3446	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290800	COARACI	3491	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290810	COCOS	3854	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	290820	CONCEIÇÃO DA FEIRA	4858	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290830	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	2508	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	290840	CONCEIÇÃO DO COITÉ	11213	R$ 19.676,00
BA	BAHIA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	6698	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	290860	CONDE	6453	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	290870	CONDEÚBA	3405	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290880	CONTENDAS DO SINCORÁ	717	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290890	CORAÇÃO DE MARIA	5932	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	290900	CORDEIROS	1875	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290910	CORIBE	3427	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290920	CORONEL JOÃO SÁ	5170	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290930	CORRENTINA	7931	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	290940	COTEGIPE	1742	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	290950	CRAVOLÂNDIA	1083	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	290960	CRISÓPOLIS	5271	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	290970	CRISTÓPOLIS	3165	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	290980	CRUZ DAS ALMAS	12328	R$ 20.676,00
BA	BAHIA	290990	CURAÇÁ	3037	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291000	DÁRIO MEIRA	2509	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291005	DIAS D"ÁVILA	6901	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291010	DOM BASÍLIO	1836	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291020	DOM MACEDO COSTA	1091	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291030	ELÍSIO MEDRADO	642	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291040	ENCRUZILHADA	4311	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291050	ENTRE RIOS	9835	R$ 17.676,00
BA	BAHIA	291060	ESPLANADA	559	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	BAHIA	291070	EUCLIDES DA CUNHA	7910	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	291072	EUNÁPOLIS	18853	R$ 28.676,00
BA	BAHIA	291075	FÁTIMA	4166	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291077	FEIRA DA MATA	1263	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291080	FEIRA DE SANTANA	51598	R$ 69.676,00
BA	BAHIA	291085	FILADÉLFIA	2886	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291090	FIRMINO ALVES	1163	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291100	FLORESTA AZUL	2000	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291110	FORMOSA DO RIO PRETO	5026	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291120	GANDU	1519	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291125	GAVIÃO	1239	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291130	GENTIO DO OURO	2088	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291140	GLÓRIA	3009	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291150	GONGOGI	1748	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	1471	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291165	GUAJERU	1349	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291170	GUANAMBI	12778	R$ 21.676,00
BA	BAHIA	291180	GUARATINGA	4499	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291185	HELIÓPOLIS	808	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291190	IAÇU	5803	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	291200	IBIASSUCÊ	2196	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291210	IBICARAÍ	4161	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291220	IBICOARA	5358	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291230	IBICUÍ	3350	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291240	IBIPEBA	3444	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291250	IBIPITANGA	2518	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291260	IBIQUERA	1049	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291270	IBIRAPITANGA	6671	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291280	IBIRAPUÃ	2168	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291290	IBIRATAIA	4061	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291300	IBITIARA	3262	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291310	IBITITÁ	3931	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291320	IBOTIRAMA	7324	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	291330	ICHU	1532	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291340	IGAPORÃ	2357	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291345	IGRAPIÚNA	4673	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291350	IGUAÍ	4647	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291360	ILHÉUS	17472	R$ 27.676,00
BA	BAHIA	291370	INHAMBUPE	9084	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	291380	IPECAETÁ	3046	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291390	IPIAÚ	9220	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	291400	IPIRÁ	10675	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	291410	IPUPIARA	1971	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291420	IRAJUBA	1653	R$ 7.676,00

BA	BAHIA	291430	IRAMAIA	1890	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291440	IRAQUARA	6262	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291450	IRARÁ	5709	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	291460	IRECÊ	15320	R$ 24.676,00
BA	BAHIA	291465	ITABELA	6568	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291470	ITABERABA	10472	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	291480	ITABUNA	24631	R$ 36.676,00
BA	BAHIA	291490	ITACARÉ	5743	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	291500	ITAETÉ	3968	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291510	ITAGI	3548	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291520	ITAGIBÁ	3825	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291530	ITAGIMIRIM	2262	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291535	ITAGUAÇU DA BAHIA	1141	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291540	ITAJU DO COLÔNIA	1628	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291550	ITAJUÍPE	4750	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291560	ITAMARAJU	14757	R$ 23.676,00
BA	BAHIA	291570	ITAMARI	2359	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291580	ITAMBÉ	4371	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291590	ITANAGRA	1512	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291600	ITANHÉM	4282	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291610	ITAPARICA	2609	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291620	ITAPÉ	2510	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291630	ITAPEBI	2384	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291640	ITAPETINGA	5221	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291650	ITAPICURU	8136	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	291660	ITAPITANGA	2232	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291670	ITAQUARA	1436	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291680	ITARANTIM	4189	R$ 10.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	BAHIA	291685	ITATIM	3971	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291690	ITIRUÇU	887	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291700	ITIÚBA	6752	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291710	ITORORÓ	5322	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291720	ITUAÇU	3729	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291730	ITUBERÁ	5350	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291733	IUIÚ	2705	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291735	JABORANDI	1581	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291740	JACARACI	2798	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291750	JACOBINA	16505	R$ 25.676,00
BA	BAHIA	291760	JAGUAQUARA	13761	R$ 22.676,00
BA	BAHIA	291770	JAGUARARI	7112	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	291780	JAGUARIPE	5486	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	291790	JANDAÍRA	3308	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291800	JEQUIÉ	30244	R$ 43.676,00
BA	BAHIA	291810	JEREMOABO	1054	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291820	JIQUIRIÇÁ	3294	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291830	JITAÚNA	3584	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291835	JOÃO DOURADO	4835	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	291840	JUAZEIRO	28224	R$ 40.676,00
BA	BAHIA	291845	JUCURUÇU	2411	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291850	JUSSARA	3865	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291855	JUSSARI	1576	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291860	JUSSIAPE	1419	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291870	LAFAIETE COUTINHO	1395	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291875	LAGOA REAL	2106	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291880	LAJE	5675	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	291890	LAJEDÃO	1177	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291900	LAJEDINHO	887	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	291905	LAJEDO DO TABOCAL	2021	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291910	LAMARÃO	2005	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291915	LAPÃO	6648	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291920	LAURO DE FREITAS	31720	R$ 44.676,00
BA	BAHIA	291930	LENÇÓIS	2059	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA	2439	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	5814	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	12728	R$ 21.676,00
BA	BAHIA	291960	MACAJUBA	3420	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	291970	MACARANI	4333	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291980	MACAÚBAS	6462	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	291990	MACURURÉ	1692	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	291992	MADRE DE DEUS	3981	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	291995	MAETINGA	2016	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292000	MAIQUINIQUE	2407	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292010	MAIRI	4024	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292020	MALHADA	3870	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292030	MALHADA DE PEDRAS	1973	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292040	MANOEL VITORINO	4344	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292045	MANSIDÃO	793	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	292050	MARACÁS	5541	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292060	MARAGOGIPE	9210	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	292070	MARAÚ	2559	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292080	MARCIONÍLIO SOUZA	2053	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292090	MASCOTE	3729	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	12976	R$ 21.676,00
BA	BAHIA	292105	MATINA	2750	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292110	MEDEIROS NETO	4718	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292120	MIGUEL CALMON	5185	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292130	MILAGRES	1754	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292140	MIRANGABA	4429	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292145	MIRANTE	2123	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292150	MONTE SANTO	10634	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	292160	MORPARÁ	625	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	292170	MORRO DO CHAPÉU	8029	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	292180	MORTUGABA	2468	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292190	MUCUGÊ	2964	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292200	MUCURI	7724	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	292205	MULUNGU DO MORRO	3612	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292210	MUNDO NOVO	4696	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292220	MUNIZ FERREIRA	1568	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	3736	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292230	MURITIBA	2572	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292240	MUTUÍPE	5027	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292250	NAZARÉ	5983	R$ 12.676,00

BA	BAHIA	292260	NILO PEÇANHA	4379	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292265	NORDESTINA	3557	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292270	NOVA CANAÃ	3219	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292273	NOVA FÁTIMA	1845	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292275	NOVA IBIÁ	1580	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292280	NOVA ITARANA	2232	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292285	NOVA REDENÇÃO	1303	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	292290	NOVA SOURE	3153	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292300	NOVA VIÇOSA	10540	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	292303	NOVO HORIZONTE	1917	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292305	NOVO TRIUNFO	2415	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292310	OLINDINA	3757	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	4626	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292330	OURIÇANGAS	2021	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292335	OUROLÂNDIA	4293	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	4344	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292350	PALMEIRAS	2276	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292360	PARAMIRIM	3330	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292370	PARATINGA	8744	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	292380	PARIPIRANGA	5916	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292390	PAU BRASIL	3026	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292400	PAULO AFONSO	16711	R$ 26.676,00
BA	BAHIA	292405	PÉ DE SERRA	3248	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292410	PEDRÃO	830	R$ 6.676,00
BA	BAHIA	292420	PEDRO ALEXANDRE	4087	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292430	PIATÃ	4760	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292440	PILÃO ARCADO	5406	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292450	PINDAÍ	1751	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292460	PINDOBAÇU	4968	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292465	PINTADAS	1803	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292467	PIRAÍ DO NORTE	1638	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292470	PIRIPÁ	1809	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292480	PIRITIBA	3884	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292490	PLANALTINO	2184	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292500	PLANALTO	3110	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292510	POÇÕES	7867	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	292520	POJUCA	5188	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292525	PONTO NOVO	4375	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292530	PORTO SEGURO	23777	R$ 34.676,00
BA	BAHIA	292540	POTIRAGUÁ	2552	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292550	PRADO	8777	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	292560	PRESIDENTE DUTRA	2885	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292570	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	2795	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	6874	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	292580	QUEIMADAS	4741	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292590	QUIJINGUE	5817	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292593	QUIXABEIRA	2137	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292595	RAFAEL JAMBEIRO	5534	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292600	REMANSO	7517	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	292610	RETIROLÂNDIA	2394	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292620	RIACHÃO DAS NEVES	4182	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292630	RIACHÃO DO JACUÍPE	5661	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292640	RIACHO DE SANTANA	4173	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292650	RIBEIRA DO AMPARO	2937	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	10620	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	292665	RIBEIRÃO DO LARGO	2120	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292670	RIO DE CONTAS	2204	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292680	RIO DO ANTÔNIO	3086	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292690	RIO DO PIRES	2254	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292700	RIO REAL	5773	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292710	RODELAS	2135	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292720	RUY BARBOSA	5675	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	292730	SALINAS DA MARGARIDA	4103	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292740	SALVADOR	74428	R$ 98.676,00
BA	BAHIA	292750	SANTA BÁRBARA	3156	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292760	SANTA BRÍGIDA	4192	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA	3530	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292780	SANTA CRUZ DA VITÓRIA	1313	R$ 6.676,00

BA	BAHIA	292790	SANTA INÊS	2635	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292800	SANTALUZ	8777	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	292805	SANTA LUZIA	3203	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	10079	R$ 17.676,00
BA	BAHIA	292820	SANTANA	4930	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292830	SANTANÓPOLIS	1959	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292840	SANTA RITA DE CÁSSIA	3063	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292850	SANTA TERESINHA	2456	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292860	SANTO AMARO	13911	R$ 22.676,00
BA	BAHIA	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	3473	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292880	SANTO ESTÊVÃO	8393	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	292890	SÃO DESIDÉRIO	7833	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	292895	SÃO DOMINGOS	1685	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292900	SÃO FÉLIX	2372	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292905	SÃO FÉLIX DO CORIBE	3480	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	292910	SÃO FELIPE	4642	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	10490	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	292925	SÃO GABRIEL	4338	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292930	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	5057	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	292935	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	1561	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292937	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	2528	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292940	SÃO MIGUEL DAS MATAS	2365	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	8474	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	292960	SAPEAÇU	4103	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	292970	SÁTIRO DIAS	1460	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292975	SAUBARA	2637	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	292980	SAÚDE	1908	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	292990	SEABRA	3512	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	2020	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293010	SENHOR DO BONFIM	7818	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	293015	SERRA DO RAMALHO	8761	R$ 16.676,00
BA	BAHIA	293020	SENTO SÉ	7939	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	293030	SERRA DOURADA	2475	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	293040	SERRA PRETA	3908	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293050	SERRINHA	15204	R$ 24.676,00
BA	BAHIA	293060	SERROLÂNDIA	3381	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293070	SIMÕES FILHO	11537	R$ 19.676,00
BA	BAHIA	293075	SÍTIO DO MATO	2689	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	293076	SÍTIO DO QUINTO	2814	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	293077	SOBRADINHO	5425	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	293080	SOUTO SOARES	4265	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	1727	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293100	TANHAÇU	3355	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293105	TANQUE NOVO	4189	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293110	TANQUINHO	1978	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293120	TAPEROÁ	7039	R$ 14.676,00
BA	BAHIA	293130	TAPIRAMUTÁ	4069	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	17504	R$ 27.676,00
BA	BAHIA	293140	TEODORO SAMPAIO	1544	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293150	TEOFILÂNDIA	6347	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	293160	TEOLÂNDIA	5494	R$ 12.676,00
BA	BAHIA	293170	TERRA NOVA	1758	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293180	TREMEDAL	3666	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293190	TUCANO	10396	R$ 18.676,00
BA	BAHIA	293200	UAUÁ	6530	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	293210	UBAÍRA	4067	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293220	UBAITABA	3592	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293230	UBATÃ	4736	R$ 11.676,00
BA	BAHIA	293240	UIBAÍ	2749	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	293245	UMBURANAS	3437	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293250	UNA	3950	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293260	URANDI	3508	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293270	URUÇUCA	6603	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	293280	UTINGA	3970	R$ 10.676,00
BA	BAHIA	293290	VALENÇA	8311	R$ 15.676,00
BA	BAHIA	293300	VALENTE	3647	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293305	VÁRZEA DA ROÇA	2902	R$ 8.676,00
BA	BAHIA	293310	VÁRZEA DO POÇO	1692	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293315	VÁRZEA NOVA	3042	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293317	VARZEDO	1542	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293320	VERA CRUZ	6967	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	293325	VEREDA	1625	R$ 7.676,00
BA	BAHIA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	28145	R$ 40.676,00
BA	BAHIA	293340	WAGNER	1158	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	BAHIA	293345	WANDERLEY	3203	R$ 9.676,00
BA	BAHIA	293350	WENCESLAU GUIMARÃES	6965	R$ 13.676,00
BA	BAHIA	293360	XIQUE-XIQUE	4794	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230010	ABAIARA	1983	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230015	ACARAPE	3255	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230020	ACARAÚ	7079	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	230030	ACOPIARA	8972	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	230040	AIUABA	3384	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230050	ALCÂNTARAS	2713	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230060	ALTANEIRA	1850	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230070	ALTO SANTO	3199	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230075	AMONTADA	8652	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	230080	ANTONINA DO NORTE	1884	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230090	APUIARÉS	3141	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230100	AQUIRAZ	12426	R$ 20.676,00
CE	CEARÁ	230110	ARACATI	5031	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230120	ARACOIABA	5649	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230125	ARARENDÁ	2765	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230130	ARARIPE	5386	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230140	ARATUBA	3648	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230150	ARNEIROZ	2022	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230160	ASSARÉ	5356	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230170	AURORA	4311	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230180	BAIXIO	1092	R$ 6.676,00
CE	CEARÁ	230185	BANABUIÚ	4260	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230190	BARBALHA	6119	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230195	BARREIRA	4900	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230200	BARRO	4324	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230205	BARROQUINHA	4244	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230210	BATURITÉ	3850	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230220	BEBERIBE	3618	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230230	BELA CRUZ	6549	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	230240	BOA VIAGEM	11504	R$ 19.676,00
CE	CEARÁ	230250	BREJO SANTO	7811	R$ 15.676,00
CE	CEARÁ	230260	CAMOCIM	11405	R$ 19.676,00
CE	CEARÁ	230270	CAMPOS SALES	5185	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230280	CANINDÉ	11274	R$ 19.676,00
CE	CEARÁ	230290	CAPISTRANO	2859	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230300	CARIDADE	4436	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230310	CARIRÉ	4998	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230320	CARIRIAÇU	6761	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	230330	CARIÚS	3187	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230340	CARNAUBAL	2600	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230350	CASCAVEL	7511	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	230360	CATARINA	2313	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230365	CATUNDA	3366	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230370	CAUCAIA	73037	R$ 96.676,00
CE	CEARÁ	230380	CEDRO	3885	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230390	CHAVAL	3371	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230393	CHORÓ	3044	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230395	CHOROZINHO	5204	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230400	COREAÚ	5987	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230410	CRATEÚS	10442	R$ 18.676,00
CE	CEARÁ	230420	CRATO	12512	R$ 20.676,00
CE	CEARÁ	230423	CROATÁ	3260	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230425	CRUZ	6122	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	2053	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230427	ERERÊ	1767	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230428	EUSÉBIO	12085	R$ 20.676,00
CE	CEARÁ	230430	FARIAS BRITO	4533	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230435	FORQUILHA	4948	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230440	FORTALEZA	114430	R$ 148.676,00

CE	CEARÁ	230445	FORTIM	3346	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230450	FRECHEIRINHA	2256	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230460	GENERAL SAMPAIO	2308	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230465	GRAÇA	2396	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230470	GRANJA	16850	R$ 26.676,00
CE	CEARÁ	230480	GRANJEIRO	1350	R$ 6.676,00
CE	CEARÁ	230490	GROAÍRAS	2612	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230495	GUAIÚBA	3403	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230500	GUARACIABA DO NORTE	10756	R$ 18.676,00
CE	CEARÁ	230510	GUARAMIRANGA	1466	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230520	HIDROLÂNDIA	4685	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230523	HORIZONTE	8820	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	230526	IBARETAMA	3178	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230530	IBIAPINA	5182	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230533	IBICUITINGA	3178	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230535	ICAPUÍ	4653	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230540	ICÓ	14088	R$ 22.676,00
CE	CEARÁ	230550	IGUATU	15940	R$ 25.676,00
CE	CEARÁ	230560	INDEPENDÊNCIA	5570	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230565	IPAPORANGA	2257	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230570	IPAUMIRIM	2570	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230580	IPU	9223	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	230590	IPUEIRAS	3223	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230600	IRACEMA	2977	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230610	IRAUÇUBA	5037	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230620	ITAIÇABA	1519	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230625	ITAITINGA	8388	R$ 15.676,00
CE	CEARÁ	230630	ITAPAGÉ	12270	R$ 20.676,00
CE	CEARÁ	230640	ITAPIPOCA	21851	R$ 32.676,00
CE	CEARÁ	230650	ITAPIÚNA	4285	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230655	ITAREMA	4860	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230660	ITATIRA	7130	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	230670	JAGUARETAMA	3059	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230680	JAGUARIBARA	2122	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230690	JAGUARIBE	6943	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	230700	JAGUARUANA	6960	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	230710	JARDIM	7859	R$ 15.676,00
CE	CEARÁ	230720	JATI	1789	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	5029	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230730	JUAZEIRO DO NORTE	22423	R$ 33.676,00
CE	CEARÁ	230740	JUCÁS	5722	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230750	LAVRAS DA MANGABEIRA	6542	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	230760	LIMOEIRO DO NORTE	7918	R$ 15.676,00
CE	CEARÁ	230763	MADALENA	4186	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230765	MARACANAÚ	20554	R$ 30.676,00
CE	CEARÁ	230770	MARANGUAPE	23150	R$ 34.676,00
CE	CEARÁ	230780	MARCO	8327	R$ 15.676,00
CE	CEARÁ	230790	MARTINÓPOLE	2578	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230800	MASSAPÊ	9349	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	230810	MAURITI	11081	R$ 19.676,00
CE	CEARÁ	230820	MERUOCA	3638	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230830	MILAGRES	2172	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230835	MILHÃ	3356	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230837	MIRAÍMA	3440	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230840	MISSÃO VELHA	4127	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230850	MOMBAÇA	5074	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230860	MONSENHOR TABOSA	6330	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	230870	MORADA NOVA	9544	R$ 17.676,00
CE	CEARÁ	230880	MORAÚJO	2131	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230890	MORRINHOS	5097	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	230900	MUCAMBO	3024	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	230910	MULUNGU	2020	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	230920	NOVA OLINDA	4345	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230930	NOVA RUSSAS	2957	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230940	NOVO ORIENTE	7594	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	230945	OCARA	5680	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	230950	ORÓS	4427	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	230960	PACAJUS	17509	R$ 27.676,00

CE	CEARÁ	230970	PACATUBA	9575	R$ 17.676,00
CE	CEARÁ	230980	PACOTI	2653	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	230990	PACUJÁ	2309	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	231000	PALHANO	1760	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	231010	PALMÁCIA	2268	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	231020	PARACURU	9154	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	231025	PARAIPABA	7765	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	231030	PARAMBU	4486	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	231040	PARAMOTI	2915	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	231050	PEDRA BRANCA	10787	R$ 18.676,00
CE	CEARÁ	231060	PENAFORTE	2579	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	231070	PENTECOSTE	9335	R$ 16.676,00
CE	CEARÁ	231080	PEREIRO	3457	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231085	PINDORETAMA	5216	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231090	PIQUET CARNEIRO	3017	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231095	PIRES FERREIRA	2569	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	231100	PORANGA	3486	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231110	PORTEIRAS	4237	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	231120	POTENGI	2163	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	231123	POTIRETAMA	1519	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	231126	QUITERIANÓPOLIS	4856	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231130	QUIXADÁ	18586	R$ 28.676,00
CE	CEARÁ	231135	QUIXELÔ	2535	R$ 8.676,00
CE	CEARÁ	231140	QUIXERAMOBIM	15720	R$ 24.676,00
CE	CEARÁ	231150	QUIXERÉ	4034	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	231160	REDENÇÃO	7116	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	231170	RERIUTABA	4716	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231180	RUSSAS	11044	R$ 19.676,00
CE	CEARÁ	231190	SABOEIRO	3785	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231195	SALITRE	5010	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231200	SANTANA DO ACARAÚ	7269	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	231210	SANTANA DO CARIRI	4371	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	231220	SANTA QUITÉRIA	9821	R$ 17.676,00
CE	CEARÁ	231230	SÃO BENEDITO	10529	R$ 18.676,00
CE	CEARÁ	231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	7696	R$ 14.676,00
CE	CEARÁ	231250	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	1345	R$ 6.676,00
CE	CEARÁ	231260	SÃO LUÍS DO CURU	1905	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	231270	SENADOR POMPEU	4803	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231280	SENADOR SÁ	2006	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	231290	SOBRAL	23547	R$ 34.676,00
CE	CEARÁ	231300	SOLONÓPOLE	3108	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231310	TABULEIRO DO NORTE	4927	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231320	TAMBORIL	6391	R$ 13.676,00
CE	CEARÁ	231325	TARRAFAS	2052	R$ 7.676,00
CE	CEARÁ	231330	TAUÁ	14347	R$ 23.676,00
CE	CEARÁ	231335	TEJUÇUOCA	4488	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	231340	TIANGUÁ	8034	R$ 15.676,00
CE	CEARÁ	231350	TRAIRI	11704	R$ 19.676,00
CE	CEARÁ	231355	TURURU	3158	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231360	UBAJARA	5848	R$ 12.676,00
CE	CEARÁ	231370	UMARI	1385	R$ 6.676,00
CE	CEARÁ	231375	UMIRIM	3789	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231380	URUBURETAMA	3739	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231390	URUOCA	3280	R$ 9.676,00
CE	CEARÁ	231395	VARJOTA	4682	R$ 11.676,00
CE	CEARÁ	231400	VÁRZEA ALEGRE	4594	R$ 10.676,00
CE	CEARÁ	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	7287	R$ 14.676,00
DF	DISTRITO FEDERAL	530010	BRASÍLIA	145298	R$ 186.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320010	AFONSO CLÁUDIO	3739	R$ 9.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320016	ÁGUA DOCE DO NORTE	1884	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320020	ALEGRE	2234	R$ 8.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320030	ALFREDO CHAVES	2553	R$ 8.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320035	ALTO RIO NOVO	1094	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320040	ANCHIETA	5481	R$ 12.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320050	APIACÁ	1391	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320060	ARACRUZ	694	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320070	ATILIO VIVACQUA	2044	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320110	BOM JESUS DO NORTE	999	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320115	BREJETUBA	3483	R$ 9.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	17329	R$ 26.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320130	CARIACICA	2465	R$ 8.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320140	CASTELO	1739	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320150	COLATINA	16872	R$ 26.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320170	CONCEIÇÃO DO CASTELO	1475	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	800	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320190	DOMINGOS MARTINS	3442	R$ 9.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	ESPÍRITO SANTO	320200	DORES DO RIO PRETO	1667	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320210	ECOPORANGA	3507	R$ 9.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320230	GUAÇUÍ	1217	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320245	IBATIBA	4017	R$ 10.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320265	IRUPI	1708	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320270	ITAGUAÇU	2614	R$ 8.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320280	ITAPEMIRIM	7361	R$ 14.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320290	ITARANA	964	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320300	IÚNA	4240	R$ 10.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320310	JERÔNIMO MONTEIRO	415	R$ 5.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320313	JOÃO NEIVA	960	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320316	LARANJA DA TERRA	1830	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320320	LINHARES	34639	R$ 48.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320332	MARATAÍZES	7024	R$ 14.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320340	MIMOSO DO SUL	5111	R$ 11.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320360	MUCURICI	434	R$ 5.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320370	MUNIZ FREIRE	3391	R$ 9.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320380	MUQUI	2843	R$ 8.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320390	NOVA VENÉCIA	8113	R$ 15.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320400	PANCAS	3501	R$ 9.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320425	PONTO BELO	1678	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320430	PRESIDENTE KENNEDY	1789	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320440	RIO NOVO DO SUL	846	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320450	SANTA LEOPOLDINA	1043	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320460	SANTA TERESA	1923	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	1227	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320470	SÃO GABRIEL DA PALHA	3889	R$ 10.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	2092	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320490	SÃO MATEUS	10152	R$ 17.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320501	SOORETAMA	7270	R$ 14.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320503	VARGEM ALTA	1933	R$ 7.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320506	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	960	R$ 6.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320510	VIANA	4441	R$ 10.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320520	VILA VELHA	15353	R$ 24.676,00
ES	ESPÍRITO SANTO	320530	VITÓRIA	43061	R$ 59.676,00
GO	GOIÁS	520005	ABADIA DE GOIÁS	2623	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520010	ABADIÂNIA	2643	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520013	ACREÚNA	2189	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520015	ADELÂNDIA	519	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520017	ÁGUA FRIA DE GOIÁS	1070	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520020	ÁGUA LIMPA	393	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	22131	R$ 32.676,00
GO	GOIÁS	520030	ALEXÂNIA	3375	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	520050	ALOÂNDIA	331	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520055	ALTO HORIZONTE	1446	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	1535	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520080	ALVORADA DO NORTE	1909	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520082	AMARALINA	426	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520085	AMERICANO DO BRASIL	1067	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520090	AMORINÓPOLIS	573	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520110	ANÁPOLIS	37945	R$ 52.676,00
GO	GOIÁS	520120	ANHANGUERA	206	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520130	ANICUNS	1559	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	15448	R$ 24.676,00
GO	GOIÁS	520145	APARECIDA DO RIO DOCE	726	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520150	APORÉ	973	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520160	ARAÇU	697	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520170	ARAGARÇAS	2787	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520180	ARAGOIÂNIA	1400	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520215	ARAGUAPAZ	1465	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520235	ARENÓPOLIS	680	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520250	ARUANÃ	2077	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520260	AURILÂNDIA	453	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520280	AVELINÓPOLIS	627	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520310	BALIZA	654	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520320	BARRO ALTO	2303	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	5361	R$ 11.676,00
GO	GOIÁS	520340	BOM JARDIM DE GOIÁS	1409	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520350	BOM JESUS DE GOIÁS	5020	R$ 11.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	GOIÁS	520355	BONFINÓPOLIS	1943	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520357	BONÓPOLIS	768	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520360	BRAZABRANTES	706	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520380	BRITÂNIA	900	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520390	BURITI ALEGRE	1606	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520393	BURITI DE GOIÁS	523	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520396	BURITINÓPOLIS	799	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520400	CABECEIRAS	1764	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520410	CACHOEIRA ALTA	2254	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520420	CACHOEIRA DE GOIÁS	280	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520425	CACHOEIRA DOURADA	1719	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520430	CAÇU	901	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520440	CAIAPÔNIA	1422	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520450	CALDAS NOVAS	16667	R$ 26.676,00
GO	GOIÁS	520455	CALDAZINHA	822	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520460	CAMPESTRE DE GOIÁS	788	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520465	CAMPINAÇU	878	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520470	CAMPINORTE	2420	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520480	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	861	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520485	CAMPO LIMPO DE GOIÁS	1702	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520490	CAMPOS BELOS	3381	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	520495	CAMPOS VERDES	987	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520500	CARMO DO RIO VERDE	1525	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520505	CASTELÂNDIA	690	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520510	CATALÃO	3295	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	520520	CATURAÍ	1077	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520530	CAVALCANTE	1730	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520540	CERES	4893	R$ 11.676,00
GO	GOIÁS	520545	CEZARINA	1547	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520547	CHAPADÃO DO CÉU	2440	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520549	CIDADE OCIDENTAL	10383	R$ 18.676,00
GO	GOIÁS	520551	COCALZINHO DE GOIÁS	3455	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	520552	COLINAS DO SUL	922	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520570	CÓRREGO DO OURO	466	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520580	CORUMBÁ DE GOIÁS	880	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520590	CORUMBAÍBA	1242	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520620	CRISTALINA	12071	R$ 20.676,00
GO	GOIÁS	520630	CRISTIANÓPOLIS	650	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520640	CRIXÁS	2388	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520650	CROMÍNIA	666	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520660	CUMARI	87	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520670	DAMIANÓPOLIS	743	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520680	DAMOLÂNDIA	303	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520690	DAVINÓPOLIS	395	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520710	DIORAMA	402	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520725	DOVERLÂNDIA	1378	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520735	EDEALINA	895	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520740	EDÉIA	2193	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520750	ESTRELA DO NORTE	687	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520753	FAINA	1330	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520760	FAZENDA NOVA	973	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520780	FIRMINÓPOLIS	1552	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520790	FLORES DE GOIÁS	2342	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	520800	FORMOSA	13711	R$ 22.676,00
GO	GOIÁS	520810	FORMOSO	772	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520815	GAMELEIRA DE GOIÁS	833	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520830	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	1154	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520840	GOIANÁPOLIS	1389	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520850	GOIANDIRA	999	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520860	GOIANÉSIA	13591	R$ 22.676,00
GO	GOIÁS	520870	GOIÂNIA	51425	R$ 69.676,00
GO	GOIÁS	520880	GOIANIRA	10873	R$ 18.676,00
GO	GOIÁS	520890	GOIÁS	4229	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	520910	GOIATUBA	1505	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520915	GOUVELÂNDIA	635	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520920	GUAPÓ	3179	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	520929	GUARAÍTA	438	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520940	GUARANI DE GOIÁS	1041	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520945	GUARINOS	401	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	520960	HEITORAÍ	847	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520970	HIDROLÂNDIA	3399	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	520980	HIDROLINA	673	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	520990	IACIARA	2795	R$ 8.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	GOIÁS	520993	INACIOLÂNDIA	1476	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	520995	INDIARA	3194	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	521000	INHUMAS	4570	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521010	IPAMERI	3195	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	521015	IPIRANGA DE GOIÁS	456	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521020	IPORÁ	3897	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521030	ISRAELÂNDIA	414	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521040	ITABERAÍ	7247	R$ 14.676,00
GO	GOIÁS	521056	ITAGUARI	889	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521060	ITAGUARU	807	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521080	ITAJÁ	560	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521090	ITAPACI	1973	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521100	ITAPIRAPUÃ	1363	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521120	ITAPURANGA	2155	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521130	ITARUMÃ	1177	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521140	ITAUÇU	1293	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521150	ITUMBIARA	14039	R$ 22.676,00
GO	GOIÁS	521160	IVOLÂNDIA	399	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521170	JANDAIA	1074	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521180	JARAGUÁ	4030	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521190	JATAÍ	9145	R$ 16.676,00
GO	GOIÁS	521200	JAUPACI	594	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521205	JESÚPOLIS	516	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521210	JOVIÂNIA	1060	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521220	JUSSARA	1580	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521225	LAGOA SANTA	214	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	1602	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521250	LUZIÂNIA	15348	R$ 24.676,00
GO	GOIÁS	521260	MAIRIPOTABA	554	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521270	MAMBAÍ	1738	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521280	MARA ROSA	2246	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521290	MARZAGÃO	551	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521295	MATRINCHÃ	830	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521300	MAURILÂNDIA	2713	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521305	MIMOSO DE GOIÁS	583	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521308	MINAÇU	3225	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	521310	MINEIROS	5150	R$ 11.676,00
GO	GOIÁS	521340	MOIPORÁ	273	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521350	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	1175	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521370	MONTES CLAROS DE GOIÁS	1482	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521375	MONTIVIDIU	1799	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521377	MONTIVIDIU DO NORTE	880	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521380	MORRINHOS	6629	R$ 13.676,00
GO	GOIÁS	521385	MORRO AGUDO DE GOIÁS	540	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521390	MOSSÂMEDES	938	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521400	MOZARLÂNDIA	1663	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521405	MUNDO NOVO	674	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521410	MUTUNÓPOLIS	423	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521440	NAZÁRIO	981	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521450	NERÓPOLIS	5701	R$ 12.676,00
GO	GOIÁS	521460	NIQUELÂNDIA	7651	R$ 14.676,00
GO	GOIÁS	521470	NOVA AMÉRICA	674	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521480	NOVA AURORA	440	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521483	NOVA CRIXÁS	724	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521486	NOVA GLÓRIA	662	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521487	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	665	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521490	NOVA ROMA	761	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521500	NOVA VENEZA	1474	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521520	NOVO BRASIL	564	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521523	NOVO GAMA	2656	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521525	NOVO PLANALTO	833	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521530	ORIZONA	2653	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521540	OURO VERDE DE GOIÁS	860	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521550	OUVIDOR	1226	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521560	PADRE BERNARDO	7078	R$ 14.676,00
GO	GOIÁS	521565	PALESTINA DE GOIÁS	643	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521570	PALMEIRAS DE GOIÁS	4263	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521580	PALMELO	114	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521590	PALMINÓPOLIS	140	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521600	PANAMÁ	509	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521630	PARANAIGUARA	1917	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	GOIÁS	521640	PARAÚNA	1477	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521645	PEROLÂNDIA	553	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521680	PETROLINA DE GOIÁS	850	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521690	PILAR DE GOIÁS	439	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521710	PIRACANJUBA	4187	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521720	PIRANHAS	1813	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521730	PIRENÓPOLIS	3216	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	521740	PIRES DO RIO	3894	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521760	PLANALTINA	23332	R$ 34.676,00
GO	GOIÁS	521770	PONTALINA	1842	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521800	PORANGATU	5458	R$ 12.676,00
GO	GOIÁS	521805	PORTEIRÃO	877	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521810	PORTELÂNDIA	868	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521830	POSSE	7754	R$ 14.676,00
GO	GOIÁS	521839	PROFESSOR JAMIL	807	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521850	QUIRINÓPOLIS	2453	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521860	RIALMA	1720	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521870	RIANÁPOLIS	1008	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521878	RIO QUENTE	86	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521880	RIO VERDE	2382	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521890	RUBIATABA	3934	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	521900	SANCLERLÂNDIA	655	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521910	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	986	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521920	SANTA CRUZ DE GOIÁS	483	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521925	SANTA FÉ DE GOIÁS	1118	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521930	SANTA HELENA DE GOIÁS	6542	R$ 13.676,00
GO	GOIÁS	521935	SANTA ISABEL	557	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	623	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	542	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521950	SANTA ROSA DE GOIÁS	492	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	521960	SANTA TEREZA DE GOIÁS	744	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521970	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	1926	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521971	SANTO ANTÔNIO DA BARRA	1031	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	521973	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	1427	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	521975	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	11721	R$ 19.676,00
GO	GOIÁS	521980	SÃO DOMINGOS	2355	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	521990	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	702	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522000	SÃO JOÃO D"ALIANÇA	2406	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	522005	SÃO JOÃO DA PARAÚNA	342	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522010	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	5017	R$ 11.676,00
GO	GOIÁS	522015	SÃO LUÍZ DO NORTE	1155	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522020	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	4557	R$ 10.676,00
GO	GOIÁS	522026	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	835	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522028	SÃO PATRÍCIO	347	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522040	SÃO SIMÃO	3664	R$ 9.676,00
GO	GOIÁS	522045	SENADOR CANEDO	6968	R$ 13.676,00
GO	GOIÁS	522050	SERRANÓPOLIS	1471	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	522060	SILVÂNIA	2745	R$ 8.676,00
GO	GOIÁS	522068	SIMOLÂNDIA	1425	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	522070	SÍTIO D"ABADIA	575	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522100	TAQUARAL DE GOIÁS	446	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522108	TERESINA DE GOIÁS	432	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522119	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	1706	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	522130	TRÊS RANCHOS	368	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522140	TRINDADE	9646	R$ 17.676,00
GO	GOIÁS	522145	TROMBAS	677	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522150	TURVÂNIA	875	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522155	TURVELÂNDIA	1015	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522157	UIRAPURU	391	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522160	URUAÇU	7634	R$ 14.676,00
GO	GOIÁS	522170	URUANA	1507	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	522180	URUTAÍ	292	R$ 5.676,00
GO	GOIÁS	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	22862	R$ 33.676,00
GO	GOIÁS	522190	VARJÃO	660	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522200	VIANÓPOLIS	2017	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	522205	VICENTINÓPOLIS	1716	R$ 7.676,00
GO	GOIÁS	522220	VILA BOA	1041	R$ 6.676,00
GO	GOIÁS	522230	VILA PROPÍCIO	1428	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	MARANHÃO	210005	AÇAILÂNDIA	15492	R$ 24.676,00
MA	MARANHÃO	210010	AFONSO CUNHA	2776	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210015	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	3923	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210020	ALCÂNTARA	4394	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210030	ALDEIAS ALTAS	7045	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210040	ALTAMIRA DO MARANHÃO	3396	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210043	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	7063	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	6579	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210050	ALTO PARNAÍBA	2992	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210055	AMAPÁ DO MARANHÃO	1965	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	11315	R$ 19.676,00
MA	MARANHÃO	210070	ANAJATUBA	6469	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210080	ANAPURUS	3795	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210083	APICUM-AÇU	5937	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210087	ARAGUANÃ	1462	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210090	ARAIOSES	11443	R$ 19.676,00
MA	MARANHÃO	210095	ARAME	3693	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210100	ARARI	8412	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210110	AXIXÁ	3658	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210120	BACABAL	23148	R$ 34.676,00
MA	MARANHÃO	210125	BACABEIRA	1795	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210130	BACURI	4824	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210135	BACURITUBA	1242	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	210140	BALSAS	19117	R$ 29.676,00
MA	MARANHÃO	210150	BARÃO DE GRAJAÚ	3889	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210160	BARRA DO CORDA	7756	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210170	BARREIRINHAS	9138	R$ 16.676,00
MA	MARANHÃO	210173	BELÁGUA	1764	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210177	BELA VISTA DO MARANHÃO	5128	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210180	BENEDITO LEITE	1040	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	210190	BEQUIMÃO	2770	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210193	BERNARDO DO MEARIM	1003	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	210197	BOA VISTA DO GURUPI	2757	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210200	BOM JARDIM	7517	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	8220	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210207	BOM LUGAR	3105	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210210	BREJO	6883	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210215	BREJO DE AREIA	3559	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210220	BURITI	8311	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210230	BURITI BRAVO	6892	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210232	BURITICUPU	20943	R$ 31.676,00
MA	MARANHÃO	210235	BURITIRANA	2149	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210237	CACHOEIRA GRANDE	3110	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210240	CAJAPIÓ	2460	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210250	CAJARI	5920	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210255	CAMPESTRE DO MARANHÃO	3178	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210260	CÂNDIDO MENDES	4991	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210270	CANTANHEDE	5950	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210275	CAPINZAL DO NORTE	2975	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210280	CAROLINA	5729	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210290	CARUTAPERA	6768	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210300	CAXIAS	20360	R$ 30.676,00
MA	MARANHÃO	210310	CEDRAL	2605	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210312	CENTRAL DO MARANHÃO	945	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	210315	CENTRO DO GUILHERME	4318	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	6004	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210320	CHAPADINHA	11669	R$ 19.676,00
MA	MARANHÃO	210325	CIDELÂNDIA	1416	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210330	CODÓ	25289	R$ 36.676,00
MA	MARANHÃO	210340	COELHO NETO	11301	R$ 19.676,00
MA	MARANHÃO	210350	COLINAS	9512	R$ 17.676,00
MA	MARANHÃO	210355	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	4780	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210360	COROATÁ	10077	R$ 17.676,00
MA	MARANHÃO	210370	CURURUPU	8130	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210375	DAVINÓPOLIS	3835	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210380	DOM PEDRO	5321	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210390	DUQUE BACELAR	4392	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210400	ESPERANTINÓPOLIS	4268	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210405	ESTREITO	7184	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	1914	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210408	FERNANDO FALCÃO	2259	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210409	FORMOSA DA SERRA NEGRA	4140	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210410	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	3731	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210420	FORTUNA	3898	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210430	GODOFREDO VIANA	2305	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210440	GONÇALVES DIAS	4298	R$ 10.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	MARANHÃO	210450	GOVERNADOR ARCHER	3000	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210455	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	5126	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210460	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	5389	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210462	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	2213	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210465	GOVERNADOR NEWTON BELLO	2344	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210467	GOVERNADOR NUNES FREIRE	6754	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210470	GRAÇA ARANHA	1678	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210480	GRAJAÚ	5894	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210490	GUIMARÃES	3053	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210500	HUMBERTO DE CAMPOS	10467	R$ 18.676,00
MA	MARANHÃO	210510	ICATU	5615	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210515	IGARAPÉ DO MEIO	6332	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210520	IGARAPÉ GRANDE	2988	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210530	IMPERATRIZ	35452	R$ 49.676,00
MA	MARANHÃO	210535	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	3303	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210540	ITAPECURU MIRIM	8034	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210542	ITINGA DO MARANHÃO	6278	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210545	JATOBÁ	2392	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	3485	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210550	JOÃO LISBOA	7018	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210560	JOSELÂNDIA	3681	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210565	JUNCO DO MARANHÃO	2156	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210570	LAGO DA PEDRA	10867	R$ 18.676,00
MA	MARANHÃO	210580	LAGO DO JUNCO	3713	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210590	LAGO VERDE	5082	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210592	LAGOA DO MATO	2937	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210594	LAGO DOS RODRIGUES	2603	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210596	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	3690	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210598	LAJEADO NOVO	2265	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210600	LIMA CAMPOS	3202	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210610	LORETO	2863	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210620	LUÍS DOMINGUES	1962	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210630	MAGALHÃES DE ALMEIDA	5765	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210632	MARACAÇUMÉ	6607	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210635	MARAJÁ DO SENA	860	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	210637	MARANHÃOZINHO	3846	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210640	MATA ROMA	8060	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210650	MATINHA	7014	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210660	MATÕES	10822	R$ 18.676,00
MA	MARANHÃO	210663	MATÕES DO NORTE	4878	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210667	MILAGRES DO MARANHÃO	2510	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210670	MIRADOR	5738	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210675	MIRANDA DO NORTE	7116	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210680	MIRINZAL	3934	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210690	MONÇÃO	8756	R$ 16.676,00
MA	MARANHÃO	210700	MONTES ALTOS	1927	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210710	MORROS	3479	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210720	NINA RODRIGUES	3989	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210725	NOVA COLINAS	1693	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210730	NOVA IORQUE	1112	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	210735	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	6080	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210740	OLHO D"ÁGUA DAS CUNHÃS	7572	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210745	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	3398	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210750	PAÇO DO LUMIAR	15880	R$ 25.676,00
MA	MARANHÃO	210760	PALMEIRÂNDIA	5203	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210770	PARAIBANO	5187	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210780	PARNARAMA	6446	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210790	PASSAGEM FRANCA	5240	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210800	PASTOS BONS	5258	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210805	PAULINO NEVES	6932	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210810	PAULO RAMOS	6448	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210820	PEDREIRAS	4548	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210825	PEDRO DO ROSÁRIO	4559	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	210830	PENALVA	10456	R$ 18.676,00
MA	MARANHÃO	210840	PERI MIRIM	2581	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210845	PERITORÓ	6780	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210850	PINDARÉ-MIRIM	8246	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	210860	PINHEIRO	10452	R$ 18.676,00
MA	MARANHÃO	210870	PIO XII	8817	R$ 16.676,00
MA	MARANHÃO	210880	PIRAPEMAS	7140	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	210890	POÇÃO DE PEDRAS	4343	R$ 10.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	MARANHÃO	210900	PORTO FRANCO	3465	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210905	PORTO RICO DO MARANHÃO	1893	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210910	PRESIDENTE DUTRA	8840	R$ 16.676,00
MA	MARANHÃO	210920	PRESIDENTE JUSCELINO	3575	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	210923	PRESIDENTE MÉDICI	2004	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210927	PRESIDENTE SARNEY	5982	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210930	PRESIDENTE VARGAS	2814	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210940	PRIMEIRA CRUZ	2821	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	210945	RAPOSA	6509	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	210950	RIACHÃO	4837	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	210955	RIBAMAR FIQUENE	2074	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210960	ROSÁRIO	6074	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	210970	SAMBAÍBA	1646	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210975	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	1793	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	210980	SANTA HELENA	13871	R$ 22.676,00
MA	MARANHÃO	210990	SANTA INÊS	15484	R$ 24.676,00
MA	MARANHÃO	211000	SANTA LUZIA	17018	R$ 26.676,00
MA	MARANHÃO	211003	SANTA LUZIA DO PARUÁ	6711	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	211010	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	4137	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	211020	SANTA RITA	11080	R$ 19.676,00
MA	MARANHÃO	211023	SANTANA DO MARANHÃO	2881	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211027	SANTO AMARO DO MARANHÃO	4365	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	211030	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	4432	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	211040	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	3090	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	211050	SÃO BENTO	4890	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	211060	SÃO BERNARDO	6883	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	211065	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	2355	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211070	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	8488	R$ 15.676,00
MA	MARANHÃO	211080	SÃO FÉLIX DE BALSAS	1085	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	211085	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	2661	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211090	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	1031	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	211100	SÃO JOÃO BATISTA	6130	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	211102	SÃO JOÃO DO CARÚ	4239	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	3171	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	211107	SÃO JOÃO DO SOTER	6497	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	211110	SÃO JOÃO DOS PATOS	7273	R$ 14.676,00
MA	MARANHÃO	211120	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	24811	R$ 36.676,00
MA	MARANHÃO	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	1911	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	211130	SÃO LUÍS	57115	R$ 76.676,00
MA	MARANHÃO	211140	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	5482	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	211150	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	6804	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	1929	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	211157	SÃO PEDRO DOS CRENTES	1076	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	211160	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	4798	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	211163	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	1860	R$ 7.676,00
MA	MARANHÃO	211167	SÃO ROBERTO	2279	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211170	SÃO VICENTE FERRER	3995	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	211172	SATUBINHA	3347	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	211174	SENADOR ALEXANDRE COSTA	3394	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	211176	SENADOR LA ROCQUE	3674	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	211178	SERRANO DO MARANHÃO	1277	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	211180	SÍTIO NOVO	5702	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	211190	SUCUPIRA DO NORTE	2695	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211195	SUCUPIRA DO RIACHÃO	1285	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	211200	TASSO FRAGOSO	2847	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211210	TIMBIRAS	3082	R$ 9.676,00
MA	MARANHÃO	211220	TIMON	20994	R$ 31.676,00
MA	MARANHÃO	211223	TRIZIDELA DO VALE	5485	R$ 12.676,00
MA	MARANHÃO	211227	TUFILÂNDIA	2291	R$ 8.676,00
MA	MARANHÃO	211230	TUNTUM	6472	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	211240	TURIAÇU	5244	R$ 11.676,00
MA	MARANHÃO	211245	TURILÂNDIA	3823	R$ 10.676,00
MA	MARANHÃO	211250	TUTÓIA	17076	R$ 26.676,00
MA	MARANHÃO	211260	URBANO SANTOS	6395	R$ 13.676,00
MA	MARANHÃO	211270	VARGEM GRANDE	11081	R$ 19.676,00
MA	MARANHÃO	211280	VIANA	14369	R$ 23.676,00
MA	MARANHÃO	211285	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	1124	R$ 6.676,00
MA	MARANHÃO	211290	VITÓRIA DO MEARIM	8838	R$ 16.676,00
MA	MARANHÃO	211300	VITORINO FREIRE	9221	R$ 16.676,00
MA	MARANHÃO	211400	ZÉ DOCA	12547	R$ 20.676,00
MG	MINAS GERAIS	310010	ABADIA DOS DOURADOS	842	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310020	ABAETÉ	1988	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310030	ABRE CAMPO	2611	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310040	ACAIACA	1232	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	310060	ÁGUA BOA	3821	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	310070	ÁGUA COMPRIDA	477	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310080	AGUANIL	907	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310090	ÁGUAS FORMOSAS	3201	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310100	ÁGUAS VERMELHAS	3283	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310110	AIMORÉS	4606	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	310140	ALBERTINA	562	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310150	ALÉM PARAÍBA	2511	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310160	ALFENAS	1840	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310163	ALFREDO VASCONCELOS	440	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310170	ALMENARA	10313	R$ 18.676,00
MG	MINAS GERAIS	310180	ALPERCATA	1753	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310190	ALPINÓPOLIS	3126	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310200	ALTEROSA	1896	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310205	ALTO CAPARAÓ	679	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310210	ALTO RIO DOCE	2313	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310220	ALVARENGA	1146	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310230	ALVINÓPOLIS	1561	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310240	ALVORADA DE MINAS	852	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310250	AMPARO DO SERRA	910	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310260	ANDRADAS	3027	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310270	CACHOEIRA DE PAJEÚ	2215	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310280	ANDRELÂNDIA	2022	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310285	ANGELÂNDIA	1376	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310290	ANTÔNIO CARLOS	1985	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310300	ANTÔNIO DIAS	2176	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310310	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	389	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310320	ARAÇAÍ	343	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310330	ARACITABA	337	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310340	ARAÇUAÍ	5300	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	310350	ARAGUARI	5454	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	310360	ARANTINA	724	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310370	ARAPONGA	1472	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310375	ARAPORÃ	1794	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310380	ARAPUÁ	474	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310390	ARAÚJOS	1873	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310400	ARAXÁ	7810	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	310410	ARCEBURGO	1886	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310420	ARCOS	1097	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310430	AREADO	1497	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310440	ARGIRITA	549	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310445	ARICANDUVA	1387	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310450	ARINOS	3276	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310460	ASTOLFO DUTRA	1015	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310470	ATALÉIA	2691	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310480	AUGUSTO DE LIMA	1095	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310500	BALDIM	1778	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310510	BAMBUÍ	3280	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310520	BANDEIRA	1144	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310550	BARÃO DE MONTE ALTO	1306	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310560	BARBACENA	7758	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	310570	BARRA LONGA	991	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310590	BARROSO	1715	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310600	BELA VISTA DE MINAS	1241	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310610	BELMIRO BRAGA	188	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310620	BELO HORIZONTE	179862	R$ 230.676,00
MG	MINAS GERAIS	310630	BELO ORIENTE	5907	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	310640	BELO VALE	1567	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310650	BERILO	2366	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310660	BERTÓPOLIS	1234	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310665	BERIZAL	1209	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310670	BETIM	17621	R$ 27.676,00
MG	MINAS GERAIS	310680	BIAS FORTES	264	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310690	BICAS	911	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310700	BIQUINHAS	279	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310710	BOA ESPERANÇA	8321	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	310720	BOCAINA DE MINAS	619	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310740	BOM DESPACHO	912	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	310750	BOM JARDIM DE MINAS	1395	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310760	BOM JESUS DA PENHA	930	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310770	BOM JESUS DO AMPARO	1382	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310780	BOM JESUS DO GALHO	1760	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310790	BOM REPOUSO	2098	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310800	BOM SUCESSO	3303	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	310810	BONFIM	1210	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310820	BONFINÓPOLIS DE MINAS	1627	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310825	BONITO DE MINAS	2254	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310830	BORDA DA MATA	2971	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310840	BOTELHOS	792	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310850	BOTUMIRIM	479	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310855	BRASILÂNDIA DE MINAS	4104	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	310860	BRASÍLIA DE MINAS	607	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310870	BRÁS PIRES	378	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310880	BRAÚNAS	504	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310890	BRAZÓPOLIS	2594	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310900	BRUMADINHO	7127	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	310910	BUENO BRANDÃO	1868	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310920	BUENÓPOLIS	1914	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310925	BUGRE	751	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	310930	BURITIS	2091	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310940	BURITIZEIRO	5982	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	310945	CABECEIRA GRANDE	1859	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310950	CABO VERDE	1867	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	310960	CACHOEIRA DA PRATA	584	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310970	CACHOEIRA DE MINAS	2367	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	310980	CACHOEIRA DOURADA	567	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	310990	CAETANÓPOLIS	770	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311010	CAIANA	1091	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311020	CAJURI	900	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311030	CALDAS	2529	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311040	CAMACHO	637	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311050	CAMANDUCAIA	2862	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311060	CAMBUÍ	5224	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	311070	CAMBUQUIRA	2754	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311080	CAMPANÁRIO	961	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311090	CAMPANHA	3250	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311100	CAMPESTRE	920	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311110	CAMPINA VERDE	3329	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311115	CAMPO AZUL	1049	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311120	CAMPO BELO	3916	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	311130	CAMPO DO MEIO	2526	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311140	CAMPO FLORIDO	1091	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311150	CAMPOS ALTOS	2526	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311160	CAMPOS GERAIS	3668	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311170	CANAÃ	802	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311180	CANÁPOLIS	2096	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311190	CANA VERDE	1021	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311200	CANDEIAS	991	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311205	CANTAGALO	920	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311210	CAPARAÓ	1254	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311220	CAPELA NOVA	891	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311230	CAPELINHA	2515	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311240	CAPETINGA	1473	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311250	CAPIM BRANCO	2167	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311260	CAPINÓPOLIS	3148	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311265	CAPITÃO ANDRADE	1319	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311270	CAPITÃO ENÉAS	4063	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	311280	CAPITÓLIO	1686	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311290	CAPUTIRA	756	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311300	CARAÍ	3621	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311310	CARANAÍBA	642	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311320	CARANDAÍ	3823	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	311330	CARANGOLA	5878	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	311340	CARATINGA	8046	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	311350	CARBONITA	1882	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311360	CAREAÇU	1346	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	311370	CARLOS CHAGAS	1665	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311380	CARMÉSIA	680	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311390	CARMO DA CACHOEIRA	2845	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311400	CARMO DA MATA	1679	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311410	CARMO DE MINAS	2877	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311420	CARMO DO CAJURU	5027	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	311430	CARMO DO PARANAÍBA	932	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311440	CARMO DO RIO CLARO	639	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311450	CARMÓPOLIS DE MINAS	3464	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311455	CARNEIRINHO	1955	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311470	CARVALHÓPOLIS	132	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311480	CARVALHOS	701	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311490	CASA GRANDE	413	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311500	CASCALHO RICO	547	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311510	CÁSSIA	3559	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311530	CATAGUASES	10550	R$ 18.676,00
MG	MINAS GERAIS	311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	797	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311545	CATUJI	2437	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311547	CATUTI	1294	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311560	CEDRO DO ABAETÉ	142	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311570	CENTRAL DE MINAS	1398	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311580	CENTRALINA	383	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311590	CHÁCARA	740	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311600	CHALÉ	864	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311610	CHAPADA DO NORTE	2635	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311615	CHAPADA GAÚCHA	3502	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311630	CIPOTÂNEA	224	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311640	CLARAVAL	1078	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311650	CLARO DOS POÇÕES	1741	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311660	CLÁUDIO	3170	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	311670	COIMBRA	1623	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311680	COLUNA	1917	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311690	COMENDADOR GOMES	515	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311700	COMERCINHO	1725	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311710	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	2173	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311720	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS	594	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311730	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	5772	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	311740	CONCEIÇÃO DE IPANEMA	814	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311750	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	1172	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311760	CONCEIÇÃO DO PARÁ	971	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311770	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	2964	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311780	CONCEIÇÃO DOS OUROS	2381	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311783	CÔNEGO MARINHO	2031	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311787	CONFINS	874	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311790	CONGONHAL	1824	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311800	CONGONHAS	4186	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	311810	CONGONHAS DO NORTE	1181	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311820	CONQUISTA	1367	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	805	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311840	CONSELHEIRO PENA	2470	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	311850	CONSOLAÇÃO	340	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311860	CONTAGEM	27367	R$ 39.676,00
MG	MINAS GERAIS	311870	COQUEIRAL	1928	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311880	CORAÇÃO DE JESUS	5858	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	311890	CORDISBURGO	1372	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311900	CORDISLÂNDIA	647	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311910	CORINTO	4807	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	311920	COROACI	2149	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311930	COROMANDEL	1765	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311940	CORONEL FABRICIANO	8282	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	311950	CORONEL MURTA	2187	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	311960	CORONEL PACHECO	546	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311970	CORONEL XAVIER CHAVES	721	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311980	CÓRREGO DANTA	368	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	311990	CÓRREGO DO BOM JESUS	716	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	311995	CÓRREGO FUNDO	151	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312000	CÓRREGO NOVO	807	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312010	COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS	761	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312015	CRISÓLITA	1529	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312020	CRISTAIS	1200	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312030	CRISTÁLIA	608	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312040	CRISTIANO OTONI	1197	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312050	CRISTINA	1018	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312070	CRUZEIRO DA FORTALEZA	1124	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312080	CRUZÍLIA	2933	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312083	CUPARAQUE	1041	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	312087	CURRAL DE DENTRO	842	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312090	CURVELO	564	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312100	DATAS	1432	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312110	DELFIM MOREIRA	1548	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312120	DELFINÓPOLIS	1595	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312125	DELTA	206	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312130	DESCOBERTO	979	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312140	DESTERRO DE ENTRE RIOS	267	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312150	DESTERRO DO MELO	485	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312160	DIAMANTINA	2641	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312170	DIOGO DE VASCONCELOS	900	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312180	DIONÍSIO	645	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312190	DIVINÉSIA	824	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312200	DIVINO	3955	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	799	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312220	DIVINOLÂNDIA DE MINAS	1516	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312230	DIVINÓPOLIS	1618	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312235	DIVISA ALEGRE	1179	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312240	DIVISA NOVA	473	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312245	DIVISÓPOLIS	973	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312247	DOM BOSCO	916	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312250	DOM CAVATI	1212	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312260	DOM JOAQUIM	1261	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312270	DOM SILVÉRIO	882	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312280	DOM VIÇOSO	651	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312290	DONA EUSÉBIA	1307	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312300	DORES DE CAMPOS	334	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312310	DORES DE GUANHÃES	1387	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312330	DORES DO TURVO	860	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312340	DORESÓPOLIS	301	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312350	DOURADOQUARA	321	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312352	DURANDÉ	1789	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312370	ENGENHEIRO CALDAS	2447	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312380	ENGENHEIRO NAVARRO	1567	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312385	ENTRE FOLHAS	1313	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312390	ENTRE RIOS DE MINAS	2771	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312400	ERVÁLIA	3956	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	312410	ESMERALDAS	11431	R$ 19.676,00
MG	MINAS GERAIS	312420	ESPERA FELIZ	2904	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312430	ESPINOSA	7117	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	312440	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	515	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312450	ESTIVA	642	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312460	ESTRELA DALVA	436	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312470	ESTRELA DO INDAIÁ	605	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312480	ESTRELA DO SUL	778	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312490	EUGENÓPOLIS	954	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312500	EWBANK DA CÂMARA	1019	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312510	EXTREMA	7764	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	312530	FARIA LEMOS	923	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312540	FELÍCIO DOS SANTOS	1538	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312550	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO	353	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312560	FELISBURGO	1704	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312570	FELIXLÂNDIA	2261	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312580	FERNANDES TOURINHO	677	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312590	FERROS	2486	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312595	FERVEDOURO	2443	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312600	FLORESTAL	2005	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312610	FORMIGA	4821	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	312620	FORMOSO	2035	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312630	FORTALEZA DE MINAS	719	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312640	FORTUNA DE MINAS	751	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312650	FRANCISCO BADARÓ	1868	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312660	FRANCISCO DUMONT	1204	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312670	FRANCISCO SÁ	4594	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	312675	FRANCISCÓPOLIS	1234	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312680	FREI GASPAR	1548	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312690	FREI INOCÊNCIO	2307	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312695	FREI LAGONEGRO	960	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312700	FRONTEIRA	2895	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312705	FRONTEIRA DOS VALES	1145	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	312707	FRUTA DE LEITE	1562	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312710	FRUTAL	6067	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	312720	FUNILÂNDIA	1322	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312730	GALILÉIA	813	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312733	GAMELEIRAS	1219	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312735	GLAUCILÂNDIA	645	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312737	GOIABEIRA	859	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312738	GOIANÁ	808	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312740	GONÇALVES	100	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312750	GONZAGA	1461	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312760	GOUVEIA	964	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312770	GOVERNADOR VALADARES	33638	R$ 47.676,00
MG	MINAS GERAIS	312780	GRÃO MOGOL	3424	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	312790	GRUPIARA	365	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	312800	GUANHÃES	6772	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	312810	GUAPÉ	2959	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312820	GUARACIABA	1278	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312825	GUARACIAMA	1246	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312830	GUARANÉSIA	1519	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312840	GUARANI	1800	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312850	GUARARÁ	666	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312860	GUARDA-MOR	1684	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312870	GUAXUPÉ	1628	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312880	GUIDOVAL	700	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312890	GUIMARÂNIA	687	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312900	GUIRICEMA	1419	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312910	GURINHATÃ	1001	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312920	HELIODORA	1295	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312930	IAPU	2241	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	312940	IBERTIOGA	1042	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312950	IBIÁ	864	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	312960	IBIAÍ	2066	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312965	IBIRACATU	1716	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312970	IBIRACI	1797	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	312980	IBIRITÉ	16674	R$ 26.676,00
MG	MINAS GERAIS	312990	IBITIÚRA DE MINAS	799	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313000	IBITURUNA	684	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313005	ICARAÍ DE MINAS	2380	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313010	IGARAPÉ	1622	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313020	IGARATINGA	2077	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313030	IGUATAMA	1201	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313050	ILICÍNEA	2745	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313055	IMBÉ DE MINAS	1464	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313060	INCONFIDENTES	1092	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313065	INDAIABIRA	1985	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313070	INDIANÓPOLIS	601	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313090	INHAPIM	3784	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313100	INHAÚMA	1413	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313110	INIMUTABA	1513	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313115	IPABA	2034	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313120	IPANEMA	2413	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313130	IPATINGA	44587	R$ 60.676,00
MG	MINAS GERAIS	313140	IPIAÇU	458	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313150	IPUIÚNA	1569	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313160	IRAÍ DE MINAS	1341	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313170	ITABIRA	5106	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	313180	ITABIRINHA	897	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313190	ITABIRITO	2438	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313200	ITACAMBIRA	523	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313210	ITACARAMBI	5360	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	313220	ITAGUARA	1920	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313230	ITAIPÉ	3158	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313240	ITAJUBÁ	14914	R$ 23.676,00
MG	MINAS GERAIS	313250	ITAMARANDIBA	7206	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	313260	ITAMARATI DE MINAS	757	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313270	ITAMBACURI	5488	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	313280	ITAMBÉ DO MATO DENTRO	392	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313290	ITAMOGI	971	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313300	ITAMONTE	2714	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313320	ITANHOMI	2943	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313330	ITAOBIM	5066	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	313340	ITAPAGIPE	2321	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313360	ITAPEVA	2241	R$ 8.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	313370	ITATIAIUÇU	2859	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313375	ITAÚ DE MINAS	2564	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313380	ITAÚNA	2033	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313390	ITAVERAVA	1227	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313400	ITINGA	3468	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313410	ITUETA	612	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313420	ITUIUTABA	889	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313440	ITURAMA	1224	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313460	JABOTICATUBAS	666	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313470	JACINTO	1861	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313480	JACUÍ	463	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313490	JACUTINGA	1189	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313500	JAGUARAÇU	482	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313505	JAÍBA	3981	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	313507	JAMPRUCA	1234	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313510	JANAÚBA	15813	R$ 25.676,00
MG	MINAS GERAIS	313520	JANUÁRIA	10817	R$ 18.676,00
MG	MINAS GERAIS	313535	JAPONVAR	2001	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313545	JENIPAPO DE MINAS	1950	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313550	JEQUERI	1676	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313560	JEQUITAÍ	1800	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313570	JEQUITIBÁ	1378	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313580	JEQUITINHONHA	5233	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	313590	JESUÂNIA	846	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313600	JOAÍMA	3398	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313610	JOANÉSIA	1004	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313620	JOÃO MONLEVADE	5859	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	313630	JOÃO PINHEIRO	4971	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	313640	JOAQUIM FELÍCIO	860	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313650	JORDÂNIA	1242	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313652	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS	1227	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313655	JOSÉ RAYDAN	508	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313657	JOSENÓPOLIS	1132	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313660	NOVA UNIÃO	1312	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313665	JUATUBA	3793	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313670	JUIZ DE FORA	1904	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313680	JURAMENTO	943	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313690	JURUAIA	1059	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313695	JUVENÍLIA	1751	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313700	LADAINHA	3301	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313710	LAGAMAR	1317	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313720	LAGOA DA PRATA	1349	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313730	LAGOA DOS PATOS	493	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313750	LAGOA FORMOSA	1700	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313753	LAGOA GRANDE	2009	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313760	LAGOA SANTA	6736	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	313770	LAJINHA	817	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313790	LAMIM	820	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313800	LARANJAL	1163	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313810	LASSANCE	1721	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313820	LAVRAS	4490	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	313830	LEANDRO FERREIRA	801	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313835	LEME DO PRADO	1496	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313840	LEOPOLDINA	3236	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	313850	LIBERDADE	545	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	313860	LIMA DUARTE	1382	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313862	LIMEIRA DO OESTE	884	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313865	LONTRA	2127	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313867	LUISBURGO	757	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313868	LUISLÂNDIA	1746	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313870	LUMINÁRIAS	1161	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313890	MACHACALIS	1880	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313900	MACHADO	924	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	1000	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313920	MALACACHETA	4388	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	313925	MAMONAS	1155	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	313930	MANGA	2354	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313940	MANHUAÇU	4862	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	313950	MANHUMIRIM	4234	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	313960	MANTENA	6248	R$ 13.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	313970	MARAVILHAS	1703	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	313980	MAR DE ESPANHA	2368	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	313990	MARIA DA FÉ	3022	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314000	MARIANA	1227	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314010	MARILAC	1512	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314015	MÁRIO CAMPOS	3443	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314020	MARIPÁ DE MINAS	638	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314030	MARLIÉRIA	504	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314040	MARMELÓPOLIS	608	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314050	MARTINHO CAMPOS	1940	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314053	MARTINS SOARES	1811	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314055	MATA VERDE	2090	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314060	MATERLÂNDIA	594	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314070	MATEUS LEME	1311	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314080	MATIAS BARBOSA	2473	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314085	MATIAS CARDOSO	2409	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314090	MATIPÓ	1756	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314100	MATO VERDE	2505	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314110	MATOZINHOS	1061	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314120	MATUTINA	709	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314130	MEDEIROS	489	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314140	MEDINA	5371	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	314150	MENDES PIMENTEL	1409	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314160	MERCÊS	1992	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314170	MESQUITA	1201	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314180	MINAS NOVAS	5851	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	314200	MIRABELA	2931	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314210	MIRADOURO	1758	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314220	MIRAÍ	630	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314225	MIRAVÂNIA	1363	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314230	MOEDA	1203	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314240	MOEMA	1475	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314250	MONJOLOS	390	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314260	MONSENHOR PAULO	1351	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314270	MONTALVÂNIA	3820	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	2381	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314290	MONTE AZUL	3124	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314300	MONTE BELO	671	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314310	MONTE CARMELO	6786	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	314315	MONTE FORMOSO	284	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314320	MONTE SANTO DE MINAS	3893	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	314330	MONTES CLAROS	68914	R$ 91.676,00
MG	MINAS GERAIS	314340	MONTE SIÃO	1823	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314345	MONTEZUMA	1499	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314350	MORADA NOVA DE MINAS	291	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314360	MORRO DA GARÇA	411	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314370	MORRO DO PILAR	750	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314380	MUNHOZ	1324	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314390	MURIAÉ	8149	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	314400	MUTUM	2818	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314410	MUZAMBINHO	3305	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314420	NACIP RAYDAN	663	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314430	NANUQUE	2252	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314435	NAQUE	869	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314437	NATALÂNDIA	949	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314440	NATÉRCIA	894	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314450	NAZARENO	1693	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314460	NEPOMUCENO	5207	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	314465	NINHEIRA	2067	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314467	NOVA BELÉM	887	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314470	NOVA ERA	2252	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314480	NOVA LIMA	8713	R$ 16.676,00
MG	MINAS GERAIS	314490	NOVA MÓDICA	943	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314500	NOVA PONTE	2447	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314505	NOVA PORTEIRINHA	672	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314510	NOVA RESENDE	1249	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314520	NOVA SERRANA	6615	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	2503	R$ 8.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	314537	NOVORIZONTE	1035	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314540	OLARIA	366	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314545	OLHOS-D"ÁGUA	1351	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314550	OLÍMPIO NORONHA	547	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314560	OLIVEIRA	3846	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	314570	OLIVEIRA FORTES	401	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314580	ONÇA DE PITANGUI	798	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314585	ORATÓRIOS	1120	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314587	ORIZÂNIA	1859	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314590	OURO BRANCO	645	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314600	OURO FINO	2423	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314610	OURO PRETO	1077	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314620	OURO VERDE DE MINAS	1770	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314625	PADRE CARVALHO	1323	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314630	PADRE PARAÍSO	4582	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	314640	PAINEIRAS	873	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314650	PAINS	1530	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314655	PAI PEDRO	1349	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314660	PAIVA	246	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314670	PALMA	1018	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314675	PALMÓPOLIS	1550	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314690	PAPAGAIOS	3479	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314700	PARACATU	10488	R$ 18.676,00
MG	MINAS GERAIS	314710	PARÁ DE MINAS	772	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314720	PARAGUAÇU	1931	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314730	PARAISÓPOLIS	3306	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314740	PARAOPEBA	5235	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	314750	PASSABÉM	375	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314760	PASSA QUATRO	2627	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314770	PASSA TEMPO	1358	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314780	PASSA-VINTE	375	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314790	PASSOS	7272	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	314795	PATIS	1719	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314800	PATOS DE MINAS	10844	R$ 18.676,00
MG	MINAS GERAIS	314810	PATROCÍNIO	18785	R$ 28.676,00
MG	MINAS GERAIS	314820	PATROCÍNIO DO MURIAÉ	1028	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314830	PAULA CÂNDIDO	1842	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314840	PAULISTAS	523	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314850	PAVÃO	1782	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314860	PEÇANHA	3450	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	314870	PEDRA AZUL	4238	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	314875	PEDRA BONITA	1886	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314880	PEDRA DO ANTA	631	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314900	PEDRA DOURADA	688	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314910	PEDRALVA	2149	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	2291	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314920	PEDRINÓPOLIS	816	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314930	PEDRO LEOPOLDO	7277	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	314940	PEDRO TEIXEIRA	433	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	314950	PEQUERI	700	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314960	PEQUI	877	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	314970	PERDIGÃO	2519	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314980	PERDIZES	3984	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	314990	PERDÕES	2821	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	314995	PERIQUITO	1510	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315000	PESCADOR	983	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315010	PIAU	463	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315015	PIEDADE DE CARATINGA	2165	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	914	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	867	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315040	PIEDADE DOS GERAIS	982	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315050	PIMENTA	1540	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315053	PINGO-D"ÁGUA	631	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315057	PINTÓPOLIS	2094	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315060	PIRACEMA	1267	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315070	PIRAJUBA	1431	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315080	PIRANGA	1323	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315100	PIRANGUINHO	1822	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315110	PIRAPETINGA	882	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315120	PIRAPORA	8205	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	315130	PIRAÚBA	1161	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315140	PITANGUI	2017	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315150	PIUMHI	6276	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	315160	PLANURA	2524	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315170	POÇO FUNDO	854	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315180	POÇOS DE CALDAS	14870	R$ 23.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	315190	POCRANE	1635	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315200	POMPÉU	2941	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315210	PONTE NOVA	8934	R$ 16.676,00
MG	MINAS GERAIS	315213	PONTO CHIQUE	1125	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315217	PONTO DOS VOLANTES	3292	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	315220	PORTEIRINHA	8128	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	315230	PORTO FIRME	1733	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315250	POUSO ALEGRE	8452	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	315260	POUSO ALTO	1147	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315270	PRADOS	1635	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315280	PRATA	1519	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315290	PRATÁPOLIS	1535	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315310	PRESIDENTE BERNARDES	1207	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315320	PRESIDENTE JUSCELINO	852	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315330	PRESIDENTE KUBITSCHEK	1100	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315340	PRESIDENTE OLEGÁRIO	924	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315350	ALTO JEQUITIBÁ	1731	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315360	PRUDENTE DE MORAIS	2615	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315370	QUARTEL GERAL	761	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315380	QUELUZITO	125	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315390	RAPOSOS	2371	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315400	RAUL SOARES	4752	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	315410	RECREIO	1529	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315430	RESPLENDOR	3113	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	315440	RESSAQUINHA	1038	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315445	RIACHINHO	1293	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315450	RIACHO DOS MACHADOS	2213	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	22548	R$ 33.676,00
MG	MINAS GERAIS	315470	RIBEIRÃO VERMELHO	370	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315480	RIO ACIMA	2186	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315490	RIO CASCA	2107	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315500	RIO DOCE	503	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315510	RIO DO PRADO	1170	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315520	RIO ESPERA	985	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315540	RIO NOVO	754	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315550	RIO PARANAÍBA	2460	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315560	RIO PARDO DE MINAS	5009	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	315570	RIO PIRACICABA	1208	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315580	RIO POMBA	4893	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	315590	RIO PRETO	742	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315600	RIO VERMELHO	1512	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315610	RITÁPOLIS	870	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315620	ROCHEDO DE MINAS	531	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315630	RODEIRO	1690	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315640	ROMARIA	707	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315645	ROSÁRIO DA LIMEIRA	1143	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315650	RUBELITA	1561	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315660	RUBIM	2313	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315680	SABINÓPOLIS	956	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315690	SACRAMENTO	5053	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	315700	SALINAS	7757	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	315710	SALTO DA DIVISA	939	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315720	SANTA BÁRBARA	5801	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	315725	SANTA BÁRBARA DO LESTE	1781	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315727	SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE	602	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315730	SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO	941	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315733	SANTA CRUZ DE MINAS	404	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315737	SANTA CRUZ DE SALINAS	1201	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315740	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	953	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315760	SANTA FÉ DE MINAS	869	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315765	SANTA HELENA DE MINAS	1688	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315770	SANTA JULIANA	560	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315780	SANTA LUZIA	4101	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	315790	SANTA MARGARIDA	3011	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	2597	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	315810	SANTA MARIA DO SALTO	1231	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315820	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	3122	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	315840	SANTANA DE CATAGUASES	721	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315850	SANTANA DE PIRAPAMA	1480	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	315860	SANTANA DO DESERTO	548	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	315870	SANTANA DO GARAMBÉU	482	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315880	SANTANA DO JACARÉ	847	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315895	SANTANA DO PARAÍSO	4240	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	315900	SANTANA DO RIACHO	512	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315910	SANTANA DOS MONTES	842	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315920	SANTA RITA DE CALDAS	1308	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	721	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315935	SANTA RITA DE MINAS	1361	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315940	SANTA RITA DE IBITIPOCA	280	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	315950	SANTA RITA DO ITUETO	1388	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315960	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	8087	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	315970	SANTA ROSA DA SERRA	867	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	315980	SANTA VITÓRIA	3975	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	315990	SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	707	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316000	SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO	685	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316010	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA	1047	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316020	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	1297	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	2895	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316040	SANTO ANTÔNIO DO MONTE	807	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	721	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316060	SANTO HIPÓLITO	779	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316070	SANTOS DUMONT	1305	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316080	SÃO BENTO ABADE	660	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316090	SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ	948	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316095	SÃO DOMINGOS DAS DORES	1669	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316100	SÃO DOMINGOS DO PRATA	2309	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316105	SÃO FÉLIX DE MINAS	1104	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316110	SÃO FRANCISCO	14070	R$ 22.676,00
MG	MINAS GERAIS	316120	SÃO FRANCISCO DE PAULA	1074	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316130	SÃO FRANCISCO DE SALES	915	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316140	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	995	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316150	SÃO GERALDO	1778	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316160	SÃO GERALDO DA PIEDADE	543	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316165	SÃO GERALDO DO BAIXIO	792	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316170	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	700	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316180	SÃO GONÇALO DO PARÁ	2316	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316190	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	1131	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316200	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	1088	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316210	SÃO GOTARDO	2316	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316220	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA	1412	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316225	SÃO JOÃO DA LAGOA	1036	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316230	SÃO JOÃO DA MATA	507	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316240	SÃO JOÃO DA PONTE	6194	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	316245	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	5020	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	316250	SÃO JOÃO DEL REI	4854	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	316255	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU	2401	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316257	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	1105	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316260	SÃO JOÃO DO ORIENTE	794	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316265	SÃO JOÃO DO PACUÍ	548	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316270	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	4720	R$ 11.676,00
MG	MINAS GERAIS	316280	SÃO JOÃO EVANGELISTA	737	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316290	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	1107	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	6760	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	316294	SÃO JOSÉ DA BARRA	1852	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316295	SÃO JOSÉ DA LAPA	3895	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	316300	SÃO JOSÉ DA SAFIRA	781	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316320	SÃO JOSÉ DO ALEGRE	854	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316330	SÃO JOSÉ DO DIVINO	826	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316340	SÃO JOSÉ DO GOIABAL	1193	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316350	SÃO JOSÉ DO JACURI	1533	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316360	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO	739	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316370	SÃO LOURENÇO	6093	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	316380	SÃO MIGUEL DO ANTA	1323	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316390	SÃO PEDRO DA UNIÃO	884	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316400	SÃO PEDRO DOS FERROS	748	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316410	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	1255	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316420	SÃO ROMÃO	2279	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316430	SÃO ROQUE DE MINAS	1213	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316440	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	1091	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316443	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	752	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316447	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	1195	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316450	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	2082	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316460	SÃO SEBASTIÃO DO OESTE	1772	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	316470	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	1927	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316480	SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO	383	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316490	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	409	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316500	SÃO TIAGO	377	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316510	SÃO TOMÁS DE AQUINO	1700	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316520	SÃO THOMÉ DAS LETRAS	1540	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316530	SÃO VICENTE DE MINAS	1580	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316540	SAPUCAÍ-MIRIM	1300	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316550	SARDOÁ	1347	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316553	SARZEDO	2379	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316555	SETUBINHA	3528	R$ 9.676,00
MG	MINAS GERAIS	316556	SEM-PEIXE	523	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316557	SENADOR AMARAL	1516	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316560	SENADOR CORTES	543	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316570	SENADOR FIRMINO	1548	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316580	SENADOR JOSÉ BENTO	245	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316590	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	1066	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316600	SENHORA DE OLIVEIRA	1295	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316610	SENHORA DO PORTO	755	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316620	SENHORA DOS REMÉDIOS	1493	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316630	SERICITA	1662	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316640	SERITINGA	323	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316650	SERRA AZUL DE MINAS	1227	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316660	SERRA DA SAUDADE	136	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316680	SERRA DO SALITRE	2641	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316690	SERRANIA	891	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS	1190	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316700	SERRANOS	409	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316710	SERRO	915	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316720	SETE LAGOAS	23921	R$ 35.676,00
MG	MINAS GERAIS	316730	SILVEIRÂNIA	200	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316740	SILVIANÓPOLIS	549	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316750	SIMÃO PEREIRA	547	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316760	SIMONÉSIA	1032	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316770	SOBRÁLIA	1366	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316780	SOLEDADE DE MINAS	80	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316800	TAIOBEIRAS	6780	R$ 13.676,00
MG	MINAS GERAIS	316805	TAPARUBA	789	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316820	TAPIRAÍ	253	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	316830	TAQUARAÇU DE MINAS	1103	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316840	TARUMIRIM	2339	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316850	TEIXEIRAS	1684	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316860	TEÓFILO OTONI	4531	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	316870	TIMÓTEO	2258	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316880	TIRADENTES	1325	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316890	TIROS	1286	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316900	TOCANTINS	2862	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316905	TOCOS DO MOJI	682	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316910	TOLEDO	987	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316930	TRÊS CORAÇÕES	13946	R$ 22.676,00
MG	MINAS GERAIS	316935	TRÊS MARIAS	2350	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	316950	TUMIRITINGA	1375	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316960	TUPACIGUARA	4598	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	316970	TURMALINA	1726	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	316980	TURVOLÂNDIA	1068	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	316990	UBÁ	1616	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	317000	UBAÍ	2681	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317005	UBAPORANGA	2861	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317010	UBERABA	32426	R$ 45.676,00
MG	MINAS GERAIS	317020	UBERLÂNDIA	51323	R$ 69.676,00
MG	MINAS GERAIS	317030	UMBURATIBA	695	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317040	UNAÍ	2020	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	317043	UNIÃO DE MINAS	885	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317047	URUANA DE MINAS	780	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317050	URUCÂNIA	2281	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317052	URUCUIA	2466	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317057	VARGEM ALEGRE	1302	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317060	VARGEM BONITA	321	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	1231	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317070	VARGINHA	8558	R$ 15.676,00
MG	MINAS GERAIS	317075	VARJÃO DE MINAS	840	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317080	VÁRZEA DA PALMA	7291	R$ 14.676,00
MG	MINAS GERAIS	317090	VARZELÂNDIA	4573	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	317100	VAZANTE	3938	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	317103	VERDELÂNDIA	2384	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317107	VEREDINHA	1556	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	317110	VERÍSSIMO	856	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317115	VERMELHO NOVO	1193	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317120	VESPASIANO	5666	R$ 12.676,00
MG	MINAS GERAIS	317130	VIÇOSA	4479	R$ 10.676,00
MG	MINAS GERAIS	317140	VIEIRAS	389	R$ 5.676,00
MG	MINAS GERAIS	317150	MATHIAS LOBATO	1104	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317160	VIRGEM DA LAPA	2532	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317180	VIRGINÓPOLIS	2311	R$ 8.676,00
MG	MINAS GERAIS	317190	VIRGOLÂNDIA	1202	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MINAS GERAIS	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1613	R$ 7.676,00
MG	MINAS GERAIS	317210	VOLTA GRANDE	1023	R$ 6.676,00
MG	MINAS GERAIS	317220	WENCESLAU BRAZ	229	R$ 5.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500025	ALCINÓPOLIS	961	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500060	AMAMBAI	7198	R$ 14.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500070	ANASTÁCIO	3900	R$ 10.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500090	ANTÔNIO JOÃO	2850	R$ 8.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500100	APARECIDA DO TABOADO	5128	R$ 11.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500110	AQUIDAUANA	6082	R$ 12.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500124	ARAL MOREIRA	1855	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500150	BANDEIRANTES	1182	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500190	BATAGUASSU	3120	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500200	BATAYPORÃ	2798	R$ 8.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500210	BELA VISTA	2527	R$ 8.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500215	BODOQUENA	1365	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500230	BRASILÂNDIA	1211	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500260	CAMAPUÃ	3062	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500270	CAMPO GRANDE	48005	R$ 65.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500280	CARACOL	1449	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500290	CASSILÂNDIA	4069	R$ 10.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500295	CHAPADÃO DO SUL	3794	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500310	CORGUINHO	1047	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500315	CORONEL SAPUCAIA	5029	R$ 11.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500320	CORUMBÁ	15054	R$ 24.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500325	COSTA RICA	5890	R$ 12.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500345	DEODÁPOLIS	3689	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500348	DOIS IRMÃOS DO BURITI	2096	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500350	DOURADINA	1483	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500375	ELDORADO	2752	R$ 8.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500380	FÁTIMA DO SUL	4318	R$ 10.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500390	FIGUEIRÃO	571	R$ 5.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500400	GLÓRIA DE DOURADOS	2059	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500430	IGUATEMI	2704	R$ 8.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500470	IVINHEMA	1790	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500480	JAPORÃ	3061	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500490	JARAGUARI	1053	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500500	JARDIM	5974	R$ 12.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500510	JATEÍ	1076	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500520	LADÁRIO	3168	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500525	LAGUNA CARAPÃ	1142	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500540	MARACAJU	2968	R$ 8.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500560	MIRANDA	6553	R$ 13.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500570	NAVIRAÍ	1145	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500580	NIOAQUE	3532	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500600	NOVA ALVORADA DO SUL	3252	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500620	NOVA ANDRADINA	1944	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500625	NOVO HORIZONTE DO SUL	951	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500630	PARANAÍBA	5243	R$ 11.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500635	PARANHOS	3206	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500660	PONTA PORÃ	25394	R$ 36.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500690	PORTO MURTINHO	3475	R$ 9.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500710	RIBAS DO RIO PARDO	5282	R$ 11.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500720	RIO BRILHANTE	8962	R$ 16.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500730	RIO NEGRO	1363	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500769	SÃO GABRIEL DO OESTE	1039	R$ 6.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500780	SELVÍRIA	1533	R$ 7.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500790	SIDROLÂNDIA	5878	R$ 12.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500797	TAQUARUSSU	551	R$ 5.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500800	TERENOS	4411	R$ 10.676,00
MS	MATO GROSSO DO SUL	500840	VICENTINA	161	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510010	ACORIZAL	1775	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510020	ÁGUA BOA	2225	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510025	ALTA FLORESTA	4585	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510030	ALTO ARAGUAIA	1633	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510035	ALTO BOA VISTA	1274	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510040	ALTO GARÇAS	2792	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510050	ALTO PARAGUAI	1314	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510060	ALTO TAQUARI	2660	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510080	APIACÁS	1968	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510100	ARAGUAIANA	683	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510120	ARAGUAINHA	204	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510125	ARAPUTANGA	3364	R$ 9.676,00
MT	MATO GROSSO	510130	ARENÁPOLIS	2409	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510140	ARIPUANÃ	2425	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510160	BARÃO DE MELGAÇO	274	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510170	BARRA DO BUGRES	4274	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510180	BARRA DO GARÇAS	5856	R$ 12.676,00
MT	MATO GROSSO	510185	BOM JESUS DO ARAGUAIA	1090	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510190	BRASNORTE	1917	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510250	CÁCERES	1278	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	MATO GROSSO	510260	CAMPINÁPOLIS	4048	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510263	CAMPO NOVO DO PARECIS	8112	R$ 15.676,00
MT	MATO GROSSO	510267	CAMPO VERDE	5506	R$ 12.676,00
MT	MATO GROSSO	510268	CAMPOS DE JÚLIO	2246	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510269	CANABRAVA DO NORTE	1300	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510270	CANARANA	2842	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510279	CARLINDA	524	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510300	CHAPADA DOS GUIMARÃES	4635	R$ 11.676,00
MT	MATO GROSSO	510305	CLÁUDIA	1570	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510310	COCALINHO	1379	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510320	COLÍDER	5018	R$ 11.676,00
MT	MATO GROSSO	510325	COLNIZA	4738	R$ 11.676,00
MT	MATO GROSSO	510330	COMODORO	3142	R$ 9.676,00
MT	MATO GROSSO	510335	CONFRESA	5197	R$ 11.676,00
MT	MATO GROSSO	510336	CONQUISTA D"OESTE	919	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510337	COTRIGUAÇU	1325	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510340	CUIABÁ	8911	R$ 16.676,00
MT	MATO GROSSO	510345	DENISE	2022	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510350	DIAMANTINO	5671	R$ 12.676,00
MT	MATO GROSSO	510360	DOM AQUINO	462	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510370	FELIZ NATAL	2239	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510380	FIGUEIRÓPOLIS D"OESTE	719	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510390	GENERAL CARNEIRO	945	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510395	GLÓRIA D"OESTE	780	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510410	GUARANTÃ DO NORTE	6620	R$ 13.676,00
MT	MATO GROSSO	510420	GUIRATINGA	1378	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510450	INDIAVAÍ	632	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510452	IPIRANGA DO NORTE	1652	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510454	ITANHANGÁ	1616	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510455	ITAÚBA	624	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510460	ITIQUIRA	1710	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510480	JACIARA	6112	R$ 12.676,00
MT	MATO GROSSO	510490	JANGADA	2253	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510500	JAURU	908	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510510	JUARA	2912	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510515	JUÍNA	770	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510517	JURUENA	764	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510520	JUSCIMEIRA	2820	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510523	LAMBARI D"OESTE	706	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510525	LUCAS DO RIO VERDE	3020	R$ 9.676,00
MT	MATO GROSSO	510530	LUCIARA	739	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	4749	R$ 11.676,00
MT	MATO GROSSO	510558	MARCELÂNDIA	2784	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510560	MATUPÁ	4407	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510562	MIRASSOL D"OESTE	2431	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510590	NOBRES	3908	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510600	NORTELÂNDIA	690	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510610	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	3415	R$ 9.676,00
MT	MATO GROSSO	510615	NOVA BANDEIRANTES	2874	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510617	NOVA NAZARÉ	840	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510618	NOVA LACERDA	1016	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510619	NOVA SANTA HELENA	575	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510620	NOVA BRASILÂNDIA	1061	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510621	NOVA CANAÃ DO NORTE	1369	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510622	NOVA MUTUM	1985	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510623	NOVA OLÍMPIA	3063	R$ 9.676,00
MT	MATO GROSSO	510624	NOVA UBIRATÃ	2240	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510625	NOVA XAVANTINA	3993	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510626	NOVO MUNDO	1656	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510627	NOVO HORIZONTE DO NORTE	168	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510628	NOVO SÃO JOAQUIM	1693	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510629	PARANAÍTA	3008	R$ 9.676,00
MT	MATO GROSSO	510630	PARANATINGA	2727	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510631	NOVO SANTO ANTÔNIO	539	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510637	PEDRA PRETA	2743	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	7653	R$ 14.676,00
MT	MATO GROSSO	510645	PLANALTO DA SERRA	423	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510650	POCONÉ	8023	R$ 15.676,00
MT	MATO GROSSO	510670	PONTE BRANCA	415	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510675	PONTES E LACERDA	10616	R$ 18.676,00
MT	MATO GROSSO	510677	PORTO ALEGRE DO NORTE	2637	R$ 8.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	MATO GROSSO	510680	PORTO DOS GAÚCHOS	1438	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510682	PORTO ESPERIDIÃO	2066	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510685	PORTO ESTRELA	915	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510700	POXORÉO	4000	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510704	PRIMAVERA DO LESTE	2106	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510706	QUERÊNCIA	1903	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510710	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	1040	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510715	RESERVA DO CABAÇAL	635	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510718	RIBEIRÃO CASCALHEIRA	1959	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510719	RIBEIRÃOZINHO	672	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510720	RIO BRANCO	1056	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510724	SANTA CARMEM	1234	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510726	SANTO AFONSO	669	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510729	SÃO JOSÉ DO POVO	543	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	4069	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510735	SÃO JOSÉ DO XINGU	1292	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510740	SÃO PEDRO DA CIPA	632	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510757	RONDOLÂNDIA	684	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510760	RONDONÓPOLIS	15511	R$ 24.676,00
MT	MATO GROSSO	510770	ROSÁRIO OESTE	2694	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510774	SANTA CRUZ DO XINGU	719	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510775	SALTO DO CÉU	1036	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510776	SANTA RITA DO TRIVELATO	842	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510777	SANTA TEREZINHA	1025	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510779	SANTO ANTÔNIO DO LESTE	981	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510780	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	1701	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510785	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	2455	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510788	SERRA NOVA DOURADA	405	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510790	SINOP	5033	R$ 11.676,00
MT	MATO GROSSO	510792	SORRISO	19506	R$ 29.676,00
MT	MATO GROSSO	510794	TABAPORÃ	1762	R$ 7.676,00
MT	MATO GROSSO	510795	TANGARÁ DA SERRA	11238	R$ 19.676,00
MT	MATO GROSSO	510800	TAPURAH	2749	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510805	TERRA NOVA DO NORTE	2959	R$ 8.676,00
MT	MATO GROSSO	510810	TESOURO	563	R$ 5.676,00
MT	MATO GROSSO	510820	TORIXORÉU	793	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510830	UNIÃO DO SUL	1117	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510835	VALE DE SÃO DOMINGOS	967	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510840	VÁRZEA GRANDE	8542	R$ 15.676,00
MT	MATO GROSSO	510850	VERA	1304	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510860	VILA RICA	4529	R$ 10.676,00
MT	MATO GROSSO	510880	NOVA GUARITA	1236	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510885	NOVA MARILÂNDIA	978	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510890	NOVA MARINGÁ	1209	R$ 6.676,00
MT	MATO GROSSO	510895	NOVA MONTE VERDE	1407	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150010	ABAETETUBA	27990	R$ 40.676,00
PA	PARÁ	150013	ABEL FIGUEIREDO	2021	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150020	ACARÁ	8954	R$ 16.676,00
PA	PARÁ	150030	AFUÁ	5160	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150034	ÁGUA AZUL DO NORTE	3316	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150040	ALENQUER	5830	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150050	ALMEIRIM	7572	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150060	ALTAMIRA	9256	R$ 16.676,00
PA	PARÁ	150070	ANAJÁS	4081	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150080	ANANINDEUA	39333	R$ 54.676,00
PA	PARÁ	150085	ANAPU	5905	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150090	AUGUSTO CORRÊA	11150	R$ 19.676,00
PA	PARÁ	150095	AURORA DO PARÁ	6390	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150100	AVEIRO	1958	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150110	BAGRE	7423	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150120	BAIÃO	10528	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150125	BANNACH	881	R$ 6.676,00
PA	PARÁ	150130	BARCARENA	14293	R$ 23.676,00
PA	PARÁ	150140	BELÉM	70659	R$ 93.676,00
PA	PARÁ	150145	BELTERRA	5409	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150150	BENEVIDES	16673	R$ 26.676,00
PA	PARÁ	150157	BOM JESUS DO TOCANTINS	3706	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150160	BONITO	3319	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150170	BRAGANÇA	20755	R$ 31.676,00
PA	PARÁ	150172	BRASIL NOVO	4753	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150175	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	1657	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150178	BREU BRANCO	6093	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150180	BREVES	10063	R$ 17.676,00
PA	PARÁ	150190	BUJARU	7449	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	3863	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150210	CAMETÁ	29700	R$ 42.676,00
PA	PARÁ	150215	CANAÃ DOS CARAJÁS	8595	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150220	CAPANEMA	11120	R$ 19.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	PARÁ	150230	CAPITÃO POÇO	5429	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150240	CASTANHAL	15584	R$ 24.676,00
PA	PARÁ	150250	CHAVES	7099	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150260	COLARES	2888	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	10427	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150275	CONCÓRDIA DO PARÁ	10917	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150276	CUMARU DO NORTE	1671	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150277	CURIONÓPOLIS	4829	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150280	CURRALINHO	7003	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150285	CURUÁ	5050	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150290	CURUÇÁ	1813	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150293	DOM ELISEU	8142	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150295	ELDORADO DOS CARAJÁS	6675	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150300	FARO	2465	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	5510	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150307	GARRAFÃO DO NORTE	6610	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150309	GOIANÉSIA DO PARÁ	8384	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150310	GURUPÁ	3906	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150320	IGARAPÉ-AÇU	5831	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150330	IGARAPÉ-MIRI	19619	R$ 29.676,00
PA	PARÁ	150340	INHANGAPI	3078	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150345	IPIXUNA DO PARÁ	10340	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150350	IRITUIA	7113	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150360	ITAITUBA	29570	R$ 42.676,00
PA	PARÁ	150370	ITUPIRANGA	10082	R$ 17.676,00
PA	PARÁ	150375	JACAREACANGA	6906	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150380	JACUNDÁ	12141	R$ 20.676,00
PA	PARÁ	150390	JURUTI	8547	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150400	LIMOEIRO DO AJURU	8786	R$ 16.676,00
PA	PARÁ	150405	MÃE DO RIO	8884	R$ 16.676,00
PA	PARÁ	150410	MAGALHÃES BARATA	2513	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150420	MARABÁ	19865	R$ 30.676,00
PA	PARÁ	150430	MARACANÃ	9723	R$ 17.676,00
PA	PARÁ	150440	MARAPANIM	6400	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150442	MARITUBA	26391	R$ 38.676,00
PA	PARÁ	150450	MELGAÇO	3908	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150460	MOCAJUBA	5372	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150470	MOJU	7050	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150480	MONTE ALEGRE	19749	R$ 29.676,00
PA	PARÁ	150490	MUANÁ	4038	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150495	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	6746	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150497	NOVA IPIXUNA	3797	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150500	NOVA TIMBOTEUA	2796	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150503	NOVO PROGRESSO	1344	R$ 6.676,00
PA	PARÁ	150506	NOVO REPARTIMENTO	11325	R$ 19.676,00
PA	PARÁ	150510	ÓBIDOS	6959	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150520	OEIRAS DO PARÁ	10923	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150530	ORIXIMINÁ	10618	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150540	OURÉM	2838	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150543	OURILÂNDIA DO NORTE	7311	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150548	PACAJÁ	5819	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150549	PALESTINA DO PARÁ	2254	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150550	PARAGOMINAS	10515	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150553	PARAUAPEBAS	41706	R$ 57.676,00
PA	PARÁ	150555	PAU D"ARCO	2288	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150560	PEIXE-BOI	2120	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150563	PIÇARRA	3481	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150565	PLACAS	3326	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150570	PONTA DE PEDRAS	1459	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150580	PORTEL	11683	R$ 19.676,00
PA	PARÁ	150590	PORTO DE MOZ	6400	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150600	PRAINHA	9114	R$ 16.676,00
PA	PARÁ	150610	PRIMAVERA	3442	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150611	QUATIPURU	1593	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150613	REDENÇÃO	14969	R$ 23.676,00
PA	PARÁ	150616	RIO MARIA	4479	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150618	RONDON DO PARÁ	7236	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150619	RURÓPOLIS	4895	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150620	SALINÓPOLIS	11683	R$ 19.676,00
PA	PARÁ	150630	SALVATERRA	7380	R$ 14.676,00
PA	PARÁ	150635	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	6410	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	15762	R$ 24.676,00
PA	PARÁ	150655	SANTA LUZIA DO PARÁ	4770	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150658	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4643	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150660	SANTA MARIA DO PARÁ	2280	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150670	SANTANA DO ARAGUAIA	8409	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150680	SANTARÉM	53255	R$ 71.676,00
PA	PARÁ	150690	SANTARÉM NOVO	2247	R$ 8.676,00
PA	PARÁ	150700	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	8316	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150710	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	4962	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150715	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	5332	R$ 11.676,00
PA	PARÁ	150720	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	11055	R$ 19.676,00
PA	PARÁ	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	16729	R$ 26.676,00
PA	PARÁ	150740	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	4137	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150745	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	5863	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150746	SÃO JOÃO DA PONTA	1725	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150747	SÃO JOÃO DE PIRABAS	5102	R$ 11.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	PARÁ	150750	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	4051	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150760	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	14687	R$ 23.676,00
PA	PARÁ	150770	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	5535	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150775	SAPUCAIA	2163	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150780	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	3703	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150795	TAILÂNDIA	6349	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150796	TERRA ALTA	3394	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150797	TERRA SANTA	2021	R$ 7.676,00
PA	PARÁ	150800	TOMÉ-AÇU	17164	R$ 26.676,00
PA	PARÁ	150803	TRACUATEUA	6344	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150805	TRAIRÃO	3099	R$ 9.676,00
PA	PARÁ	150808	TUCUMÃ	8268	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150810	TUCURUÍ	18586	R$ 28.676,00
PA	PARÁ	150812	ULIANÓPOLIS	6296	R$ 13.676,00
PA	PARÁ	150815	URUARÁ	5878	R$ 12.676,00
PA	PARÁ	150820	VIGIA	10363	R$ 18.676,00
PA	PARÁ	150830	VISEU	8018	R$ 15.676,00
PA	PARÁ	150835	VITÓRIA DO XINGU	4280	R$ 10.676,00
PA	PARÁ	150840	XINGUARA	7601	R$ 14.676,00
PB	PARAÍBA	250010	ÁGUA BRANCA	2178	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250020	AGUIAR	1727	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250030	ALAGOA GRANDE	3669	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250040	ALAGOA NOVA	4748	R$ 11.676,00
PB	PARAÍBA	250050	ALAGOINHA	2916	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250053	ALCANTIL	1304	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250057	ALGODÃO DE JANDAÍRA	741	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250060	ALHANDRA	6155	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	250070	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	5494	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	250073	AMPARO	499	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	250077	APARECIDA	1632	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250080	ARAÇAGI	3816	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250090	ARARA	2818	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250100	ARARUNA	4458	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250110	AREIA	2767	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250115	AREIA DE BARAÚNAS	382	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	250120	AREIAL	2117	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250130	AROEIRAS	4963	R$ 11.676,00
PB	PARAÍBA	250135	ASSUNÇÃO	1210	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250140	BAÍA DA TRAIÇÃO	2822	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250150	BANANEIRAS	6121	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	250153	BARAÚNA	1290	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250157	BARRA DE SANTANA	2079	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250160	BARRA DE SANTA ROSA	3128	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250170	BARRA DE SÃO MIGUEL	1557	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250180	BAYEUX	11243	R$ 19.676,00
PB	PARAÍBA	250190	BELÉM	2903	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250200	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	1940	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250205	BERNARDINO BATISTA	1522	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250210	BOA VENTURA	1557	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250215	BOA VISTA	1437	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250220	BOM JESUS	727	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250230	BOM SUCESSO	1120	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250240	BONITO DE SANTA FÉ	2543	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250250	BOQUEIRÃO	4210	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250260	IGARACY	1415	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250270	BORBOREMA	1391	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250280	BREJO DO CRUZ	3062	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250290	BREJO DOS SANTOS	1491	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250300	CAAPORÃ	5589	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	250310	CABACEIRAS	1138	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250320	CABEDELO	7109	R$ 14.676,00
PB	PARAÍBA	250330	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	2015	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250340	CACIMBA DE AREIA	707	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250350	CACIMBA DE DENTRO	4206	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250355	CACIMBAS	2335	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250360	CAIÇARA	1781	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250370	CAJAZEIRAS	10235	R$ 18.676,00
PB	PARAÍBA	250375	CAJAZEIRINHAS	817	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250380	CALDAS BRANDÃO	1462	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250390	CAMALAÚ	1659	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250400	CAMPINA GRANDE	61523	R$ 82.676,00
PB	PARAÍBA	250403	CAPIM	1731	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250407	CARAÚBAS	1044	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250410	CARRAPATEIRA	655	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250415	CASSERENGUE	1744	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250420	CATINGUEIRA	1183	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250435	CATURITÉ	1202	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	PARAÍBA	250440	CONCEIÇÃO	4661	R$ 11.676,00
PB	PARAÍBA	250450	CONDADO	1864	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250460	CONDE	6174	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	250470	CONGO	1355	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250480	COREMAS	3045	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250485	COXIXOLA	418	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	250490	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	2710	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250500	CUBATI	1716	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250510	CUITÉ	4538	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250520	CUITEGI	1781	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250523	CUITÉ DE MAMANGUAPE	1508	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250527	CURRAL DE CIMA	981	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250530	CURRAL VELHO	919	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250535	DAMIÃO	1426	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250540	DESTERRO	2185	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250550	VISTA SERRANA	827	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250560	DIAMANTE	1297	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250570	DONA INÊS	2700	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250580	DUAS ESTRADAS	1324	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250590	EMAS	807	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250600	ESPERANÇA	6933	R$ 13.676,00
PB	PARAÍBA	250610	FAGUNDES	3092	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250620	FREI MARTINHO	595	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	250630	GUARABIRA	7558	R$ 14.676,00
PB	PARAÍBA	250640	GURINHÉM	3507	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250650	GURJÃO	770	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250660	IBIARA	1550	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250670	IMACULADA	2210	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250680	INGÁ	2213	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250690	ITABAIANA	3979	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250700	ITAPORANGA	4344	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250710	ITAPOROROCA	4050	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250720	ITATUBA	2752	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250730	JACARAÚ	4246	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250740	JERICÓ	1278	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250750	JOÃO PESSOA	82558	R$ 108.676,00
PB	PARAÍBA	250760	JUAREZ TÁVORA	2112	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250770	JUAZEIRINHO	4536	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250780	JUNCO DO SERIDÓ	1236	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250790	JURIPIRANGA	3002	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250800	JURU	2873	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250810	LAGOA	1053	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250820	LAGOA DE DENTRO	3638	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250830	LAGOA SECA	5659	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	250840	LASTRO	763	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250850	LIVRAMENTO	1856	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250855	LOGRADOURO	1162	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250860	LUCENA	3491	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250870	MÃE D"ÁGUA	821	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250880	MALTA	962	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250890	MAMANGUAPE	4224	R$ 10.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	PARAÍBA	250900	MANAÍRA	2944	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250905	MARCAÇÃO	2846	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250910	MARI	4569	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	250915	MARIZÓPOLIS	1859	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250920	MASSARANDUBA	3188	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	250930	MATARACA	2597	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250933	MATINHAS	1455	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250937	MATO GROSSO	397	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	250939	MATURÉIA	1704	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250940	MOGEIRO	1944	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	250950	MONTADAS	1212	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250960	MONTE HOREBE	1181	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	250970	MONTEIRO	6957	R$ 13.676,00
PB	PARAÍBA	250980	MULUNGU	2685	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	250990	NATUBA	2788	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251000	NAZAREZINHO	1174	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251010	NOVA FLORESTA	1059	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251020	NOVA OLINDA	2035	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251030	NOVA PALMEIRA	821	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251040	OLHO D"ÁGUA	2037	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251050	OLIVEDOS	1005	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251060	OURO VELHO	691	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251065	PARARI	451	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	251070	PASSAGEM	592	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	251080	PATOS	5236	R$ 11.676,00
PB	PARAÍBA	251090	PAULISTA	2466	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251100	PEDRA BRANCA	1436	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251110	PEDRA LAVRADA	1478	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251120	PEDRAS DE FOGO	8069	R$ 15.676,00
PB	PARAÍBA	251130	PIANCÓ	2751	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251140	PICUÍ	3980	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	251150	PILAR	3206	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251160	PILÕES	2458	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251170	PILÕEZINHOS	1251	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251180	PIRPIRITUBA	2250	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251190	PITIMBU	4027	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	251200	POCINHOS	4267	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	251203	POÇO DANTAS	1320	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251207	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	1790	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251210	POMBAL	5516	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	251220	PRATA	911	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251230	PRINCESA ISABEL	4711	R$ 11.676,00
PB	PARAÍBA	251240	PUXINANÃ	3635	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251250	QUEIMADAS	11784	R$ 19.676,00
PB	PARAÍBA	251260	QUIXABÁ	530	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	251270	REMÍGIO	4582	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	251272	PEDRO RÉGIS	1560	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251274	RIACHÃO	870	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251275	RIACHÃO DO BACAMARTE	1526	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251276	RIACHÃO DO POÇO	1382	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	717	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	PARAÍBA	251280	RIACHO DOS CAVALOS	2780	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251290	RIO TINTO	5951	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	251300	SALGADINHO	854	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251310	SALGADO DE SÃO FÉLIX	1096	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251315	SANTA CECÍLIA	1986	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251320	SANTA CRUZ	1342	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251330	SANTA HELENA	1747	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251335	SANTA INÊS	917	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251340	SANTA LUZIA	3257	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251350	SANTANA DE MANGUEIRA	1577	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251360	SANTANA DOS GARROTES	1607	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251365	JOCA CLAUDINO	858	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251370	SANTA RITA	15619	R$ 24.676,00
PB	PARAÍBA	251380	SANTA TERESINHA	1109	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251385	SANTO ANDRÉ	666	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251390	SÃO BENTO	5840	R$ 12.676,00
PB	PARAÍBA	251392	SÃO BENTINHO	1025	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251394	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	644	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251396	SÃO DOMINGOS	799	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251398	SÃO FRANCISCO	785	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251400	SÃO JOÃO DO CARIRI	1154	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251410	SÃO JOÃO DO TIGRE	1200	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	1286	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251430	SÃO JOSÉ DE CAIANA	1549	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251440	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	906	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251445	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	1892	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	3525	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251455	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	665	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251460	SÃO JOSÉ DO BONFIM	714	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251465	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	642	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251470	SÃO JOSÉ DO SABUGI	1056	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251480	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	387	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	251490	SÃO MAMEDE	1943	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251500	SÃO MIGUEL DE TAIPU	2258	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	2645	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	897	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251530	SAPÉ	6524	R$ 13.676,00
PB	PARAÍBA	251540	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	2701	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251550	SERRA BRANCA	2469	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251560	SERRA DA RAIZ	1126	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251570	SERRA GRANDE	908	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251580	SERRA REDONDA	1788	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251590	SERRARIA	1324	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251593	SERTÃOZINHO	1684	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251597	SOBRADO	1270	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251600	SOLÂNEA	4538	R$ 10.676,00
PB	PARAÍBA	251610	SOLEDADE	3437	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251615	SOSSÊGO	958	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251620	SOUSA	8438	R$ 15.676,00
PB	PARAÍBA	251630	SUMÉ	3314	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251640	TACIMA	2237	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251650	TAPEROÁ	3315	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251660	TAVARES	3740	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251670	TEIXEIRA	2701	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251675	TENÓRIO	773	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251680	TRIUNFO	1730	R$ 7.676,00
PB	PARAÍBA	251690	UIRAÚNA	3182	R$ 9.676,00
PB	PARAÍBA	251700	UMBUZEIRO	2397	R$ 8.676,00
PB	PARAÍBA	251710	VÁRZEA	607	R$ 6.676,00
PB	PARAÍBA	251720	VIEIRÓPOLIS	501	R$ 5.676,00
PB	PARAÍBA	251740	ZABELÊ	669	R$ 6.676,00
PE	PERNAMBUCO	260005	ABREU E LIMA	8383	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	7805	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260020	AFRÂNIO	4487	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260030	AGRESTINA	5656	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260040	ÁGUA PRETA	6288	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	260050	ÁGUAS BELAS	10106	R$ 17.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	PERNAMBUCO	260060	ALAGOINHA	3479	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260070	ALIANÇA	8480	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260080	ALTINHO	2061	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260090	AMARAJI	3765	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260100	ANGELIM	2781	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260105	ARAÇOIABA	4428	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260110	ARARIPINA	10936	R$ 18.676,00
PE	PERNAMBUCO	260120	ARCOVERDE	13181	R$ 21.676,00
PE	PERNAMBUCO	260130	BARRA DE GUABIRABA	1014	R$ 6.676,00
PE	PERNAMBUCO	260140	BARREIROS	10332	R$ 18.676,00
PE	PERNAMBUCO	260150	BELÉM DE MARIA	2789	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260160	BELÉM DO SÃO FRANCISCO	3040	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260170	BELO JARDIM	12152	R$ 20.676,00
PE	PERNAMBUCO	260180	BETÂNIA	2864	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260190	BEZERROS	6270	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	260200	BODOCÓ	7356	R$ 14.676,00
PE	PERNAMBUCO	260210	BOM CONSELHO	11068	R$ 19.676,00
PE	PERNAMBUCO	260220	BOM JARDIM	5848	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260230	BONITO	4010	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260240	BREJÃO	2444	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260250	BREJINHO	1969	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	10778	R$ 18.676,00
PE	PERNAMBUCO	260270	BUENOS AIRES	2844	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260280	BUÍQUE	13572	R$ 22.676,00
PE	PERNAMBUCO	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	12497	R$ 20.676,00
PE	PERNAMBUCO	260300	CABROBÓ	6612	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	260310	CACHOEIRINHA	4119	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260320	CAETÉS	6592	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	260330	CALÇADO	822	R$ 6.676,00
PE	PERNAMBUCO	260340	CALUMBI	1537	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260345	CAMARAGIBE	12439	R$ 20.676,00
PE	PERNAMBUCO	260350	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	2619	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260360	CAMUTANGA	1684	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260370	CANHOTINHO	2868	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260380	CAPOEIRAS	4662	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260390	CARNAÍBA	4816	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	1458	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260400	CARPINA	8167	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260410	CARUARU	28758	R$ 41.676,00
PE	PERNAMBUCO	260415	CASINHAS	3302	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260420	CATENDE	6088	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260430	CEDRO	2584	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260440	CHÃ DE ALEGRIA	3152	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260450	CHÃ GRANDE	4611	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260460	CONDADO	3993	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260470	CORRENTES	2911	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260480	CORTÊS	2225	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260490	CUMARU	3260	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260500	CUPIRA	5207	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260510	CUSTÓDIA	8344	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260515	DORMENTES	3838	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260520	ESCADA	13535	R$ 22.676,00
PE	PERNAMBUCO	260530	EXU	8707	R$ 16.676,00
PE	PERNAMBUCO	260540	FEIRA NOVA	4458	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260545	FERNANDO DE NORONHA	596	R$ 5.676,00
PE	PERNAMBUCO	260550	FERREIROS	1556	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260560	FLORES	4734	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260570	FLORESTA	7937	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260580	FREI MIGUELINHO	3108	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260590	GAMELEIRA	4814	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260600	GARANHUNS	28086	R$ 40.676,00
PE	PERNAMBUCO	260610	GLÓRIA DO GOITÁ	4448	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260620	GOIANA	8036	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260630	GRANITO	2011	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260640	GRAVATÁ	13541	R$ 22.676,00
PE	PERNAMBUCO	260650	IATI	5513	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260660	IBIMIRIM	3218	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260670	IBIRAJUBA	1748	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	260680	IGARASSU	10296	R$ 18.676,00
PE	PERNAMBUCO	260690	IGUARACY	2544	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260700	INAJÁ	5764	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260710	INGAZEIRA	1111	R$ 6.676,00
PE	PERNAMBUCO	260720	IPOJUCA	12851	R$ 21.676,00
PE	PERNAMBUCO	260730	IPUBI	8096	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	260740	ITACURUBA	1777	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	PERNAMBUCO	260750	ITAÍBA	5625	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260760	ILHA DE ITAMARACÁ	5061	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260765	ITAMBÉ	6777	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	260770	ITAPETIM	2556	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260775	ITAPISSUMA	5491	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260780	ITAQUITINGA	2895	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	40346	R$ 55.676,00
PE	PERNAMBUCO	260795	JAQUEIRA	2736	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260800	JATAÚBA	3423	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260805	JATOBÁ	3091	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260810	JOÃO ALFREDO	4601	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260820	JOAQUIM NABUCO	3341	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260825	JUCATI	3319	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260830	JUPI	3681	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260840	JUREMA	2868	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260845	LAGOA DO CARRO	3431	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260850	LAGOA DE ITAENGA	4361	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260860	LAGOA DO OURO	3996	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260870	LAGOA DOS GATOS	2416	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260875	LAGOA GRANDE	4100	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	260880	LAJEDO	7296	R$ 14.676,00
PE	PERNAMBUCO	260890	LIMOEIRO	10582	R$ 18.676,00
PE	PERNAMBUCO	260900	MACAPARANA	3538	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260910	MACHADOS	2461	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260915	MANARI	5468	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260920	MARAIAL	2208	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	260930	MIRANDIBA	3376	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	260940	MORENO	8996	R$ 16.676,00
PE	PERNAMBUCO	260950	NAZARÉ DA MATA	6002	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	260960	OLINDA	16212	R$ 25.676,00
PE	PERNAMBUCO	260970	OROBÓ	4685	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260980	OROCÓ	4707	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	260990	OURICURI	9075	R$ 16.676,00
PE	PERNAMBUCO	261000	PALMARES	8189	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	261010	PALMEIRINA	2132	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	261020	PANELAS	7849	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	261030	PARANATAMA	3493	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261040	PARNAMIRIM	4675	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261050	PASSIRA	6103	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	261060	PAUDALHO	11995	R$ 20.676,00
PE	PERNAMBUCO	261070	PAULISTA	22730	R$ 33.676,00
PE	PERNAMBUCO	261080	PEDRA	3472	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261090	PESQUEIRA	11309	R$ 19.676,00
PE	PERNAMBUCO	261100	PETROLÂNDIA	3997	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	261110	PETROLINA	42688	R$ 58.676,00
PE	PERNAMBUCO	261120	POÇÃO	3069	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261130	POMBOS	5181	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261140	PRIMAVERA	2935	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261150	QUIPAPÁ	5959	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	261153	QUIXABA	2915	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261160	RECIFE	25885	R$ 37.676,00
PE	PERNAMBUCO	261170	RIACHO DAS ALMAS	3729	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261180	RIBEIRÃO	8069	R$ 15.676,00
PE	PERNAMBUCO	261190	RIO FORMOSO	6312	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	261200	SAIRÉ	2440	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261210	SALGADINHO	1486	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	261220	SALGUEIRO	7622	R$ 14.676,00
PE	PERNAMBUCO	261230	SALOÁ	3479	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261240	SANHARÓ	5033	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261245	SANTA CRUZ	3359	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261247	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	2716	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	13698	R$ 22.676,00
PE	PERNAMBUCO	261255	SANTA FILOMENA	3608	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261260	SANTA MARIA DA BOA VISTA	9199	R$ 16.676,00
PE	PERNAMBUCO	261270	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	2703	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261280	SANTA TEREZINHA	2538	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261290	SÃO BENEDITO DO SUL	2360	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261300	SÃO BENTO DO UNA	5924	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	261310	SÃO CAITANO	5153	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261320	SÃO JOÃO	5612	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	5073	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261340	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	5015	R$ 11.676,00

PE	PERNAMBUCO	261350	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	6973	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	261360	SÃO JOSÉ DO EGITO	7547	R$ 14.676,00
PE	PERNAMBUCO	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA	13980	R$ 22.676,00
PE	PERNAMBUCO	261380	SÃO VICENTE FERRER	3809	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	261390	SERRA TALHADA	18507	R$ 28.676,00
PE	PERNAMBUCO	261400	SERRITA	4876	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261410	SERTÂNIA	4380	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	261420	SIRINHAÉM	5379	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261430	MOREILÂNDIA	3005	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261440	SOLIDÃO	1335	R$ 6.676,00
PE	PERNAMBUCO	261450	SURUBIM	11119	R$ 19.676,00
PE	PERNAMBUCO	261460	TABIRA	3501	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261470	TACAIMBÓ	2944	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261480	TACARATU	3416	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261485	TAMANDARÉ	5282	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261500	TAQUARITINGA DO NORTE	4761	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261510	TEREZINHA	1982	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	261520	TERRA NOVA	2265	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261530	TIMBAÚBA	8800	R$ 16.676,00
PE	PERNAMBUCO	261540	TORITAMA	8785	R$ 16.676,00
PE	PERNAMBUCO	261550	TRACUNHAÉM	2686	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261560	TRINDADE	6823	R$ 13.676,00
PE	PERNAMBUCO	261570	TRIUNFO	3154	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261580	TUPANATINGA	6109	R$ 12.676,00
PE	PERNAMBUCO	261590	TUPARETAMA	2260	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261600	VENTUROSA	3434	R$ 9.676,00
PE	PERNAMBUCO	261610	VERDEJANTE	2676	R$ 8.676,00
PE	PERNAMBUCO	261618	VERTENTE DO LÉRIO	1798	R$ 7.676,00
PE	PERNAMBUCO	261620	VERTENTES	4041	R$ 10.676,00
PE	PERNAMBUCO	261630	VICÊNCIA	4734	R$ 11.676,00
PE	PERNAMBUCO	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	15508	R$ 24.676,00
PE	PERNAMBUCO	261650	XEXÉU	4159	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220005	ACAUÃ	1596	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220010	AGRICOLÂNDIA	1460	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220020	ÁGUA BRANCA	3316	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220025	ALAGOINHA DO PIAUÍ	1334	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220027	ALEGRETE DO PIAUÍ	1420	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220030	ALTO LONGÁ	3144	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220040	ALTOS	11296	R$ 19.676,00
PI	PIAUÍ	220045	ALVORADA DO GURGUÉIA	1815	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220050	AMARANTE	4392	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220060	ANGICAL DO PIAUÍ	2341	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220070	ANÍSIO DE ABREU	3089	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220080	ANTÔNIO ALMEIDA	844	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220090	AROAZES	1648	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220095	AROEIRAS DO ITAIM	876	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220100	ARRAIAL	1416	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220105	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	2853	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220110	AVELINO LOPES	2018	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220115	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	3776	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220117	BARRA D"ALCÂNTARA	1155	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220120	BARRAS	13947	R$ 22.676,00
PI	PIAUÍ	220130	BARREIRAS DO PIAUÍ	954	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220140	BARRO DURO	1740	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220150	BATALHA	797	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220155	BELA VISTA DO PIAUÍ	967	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220157	BELÉM DO PIAUÍ	1292	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220160	BENEDITINOS	3708	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220170	BERTOLÍNIA	1579	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220173	BETÂNIA DO PIAUÍ	2160	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220177	BOA HORA	2319	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220180	BOCAINA	980	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220190	BOM JESUS	6471	R$ 13.676,00
PI	PIAUÍ	220191	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	1505	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220192	BONFIM DO PIAUÍ	1582	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220194	BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	650	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220196	BRASILEIRA	1537	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220198	BREJO DO PIAUÍ	989	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220200	BURITI DOS LOPES	6570	R$ 13.676,00
PI	PIAUÍ	220202	BURITI DOS MONTES	2368	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220205	CABECEIRAS DO PIAUÍ	2479	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220207	CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	1152	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220208	CAJUEIRO DA PRAIA	2114	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220209	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	1548	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220210	CAMPINAS DO PIAUÍ	1873	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220211	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	981	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220213	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ	1683	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	PIAUÍ	220217	CAMPO LARGO DO PIAUÍ	3142	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220220	CAMPO MAIOR	5556	R$ 12.676,00
PI	PIAUÍ	220225	CANAVIEIRA	792	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220230	CANTO DO BURITI	5110	R$ 11.676,00
PI	PIAUÍ	220240	CAPITÃO DE CAMPOS	3418	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220245	CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA	1098	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220250	CARACOL	2751	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220253	CARAÚBAS DO PIAUÍ	1370	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220255	CARIDADE DO PIAUÍ	1563	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220260	CASTELO DO PIAUÍ	5690	R$ 12.676,00
PI	PIAUÍ	220265	CAXINGÓ	1462	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220270	COCAL	6746	R$ 13.676,00
PI	PIAUÍ	220271	COCAL DE TELHA	728	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220272	COCAL DOS ALVES	1413	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220273	COIVARAS	995	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220275	COLÔNIA DO GURGUÉIA	2082	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220277	COLÔNIA DO PIAUÍ	2088	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220280	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	1413	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220285	CORONEL JOSÉ DIAS	1195	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220290	CORRENTE	5903	R$ 12.676,00
PI	PIAUÍ	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	1614	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220310	CRISTINO CASTRO	2630	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220320	CURIMATÁ	1504	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220323	CURRAIS	1623	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220325	CURRALINHOS	1289	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220327	CURRAL NOVO DO PIAUÍ	1450	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220330	DEMERVAL LOBÃO	4074	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220335	DIRCEU ARCOVERDE	1580	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220340	DOM EXPEDITO LOPES	1092	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220342	DOMINGOS MOURÃO	1301	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220345	DOM INOCÊNCIO	1362	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220350	ELESBÃO VELOSO	1816	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220360	ELISEU MARTINS	1160	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220370	ESPERANTINA	7488	R$ 14.676,00
PI	PIAUÍ	220375	FARTURA DO PIAUÍ	999	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220380	FLORES DO PIAUÍ	1185	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220385	FLORESTA DO PIAUÍ	713	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220390	FLORIANO	2531	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220400	FRANCINÓPOLIS	1399	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220410	FRANCISCO AYRES	788	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220415	FRANCISCO MACEDO	956	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220420	FRANCISCO SANTOS	2272	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220430	FRONTEIRAS	3926	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220435	GEMINIANO	1573	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220440	GILBUÉS	2127	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220450	GUADALUPE	2981	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220455	GUARIBAS	1144	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220460	HUGO NAPOLEÃO	1444	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220465	ILHA GRANDE	1823	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220470	INHUMA	4378	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220480	IPIRANGA DO PIAUÍ	2032	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220490	ISAÍAS COELHO	2137	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220500	ITAINÓPOLIS	3366	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220510	ITAUEIRA	2579	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220515	JACOBINA DO PIAUÍ	823	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220520	JAICÓS	3790	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220525	JARDIM DO MULATO	1148	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220527	JATOBÁ DO PIAUÍ	786	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220530	JERUMENHA	1358	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220535	JOÃO COSTA	696	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220540	JOAQUIM PIRES	3487	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220545	JOCA MARQUES	1330	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220550	JOSÉ DE FREITAS	7770	R$ 14.676,00
PI	PIAUÍ	220551	JUAZEIRO DO PIAUÍ	1014	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220552	JÚLIO BORGES	670	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220553	JUREMA	1608	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220554	LAGOINHA DO PIAUÍ	693	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220555	LAGOA ALEGRE	2581	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220556	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	1154	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220558	LAGOA DO PIAUÍ	1122	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220559	LAGOA DO SÍTIO	1407	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220560	LANDRI SALES	1476	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220570	LUÍS CORREIA	8871	R$ 16.676,00
PI	PIAUÍ	220580	LUZILÂNDIA	7475	R$ 14.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	PIAUÍ	220585	MADEIRO	2521	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220590	MANOEL EMÍDIO	1908	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220595	MARCOLÂNDIA	2357	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220600	MARCOS PARENTE	1357	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220605	MASSAPÊ DO PIAUÍ	1581	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220610	MATIAS OLÍMPIO	3918	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220620	MIGUEL ALVES	9477	R$ 17.676,00
PI	PIAUÍ	220630	MIGUEL LEÃO	404	R$ 5.676,00
PI	PIAUÍ	220635	MILTON BRANDÃO	1402	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220640	MONSENHOR GIL	2981	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220650	MONSENHOR HIPÓLITO	2366	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220660	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	2853	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220665	MORRO CABEÇA NO TEMPO	1225	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220667	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	2231	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220669	MURICI DOS PORTELAS	2021	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220670	NAZARÉ DO PIAUÍ	2342	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220672	NAZÁRIA	3202	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220675	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	845	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220680	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	5437	R$ 12.676,00
PI	PIAUÍ	220690	NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	1816	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220695	NOVO SANTO ANTÔNIO	1051	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220700	OEIRAS	5320	R$ 11.676,00
PI	PIAUÍ	220710	OLHO D"ÁGUA DO PIAUÍ	985	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220720	PADRE MARCOS	1828	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220730	PAES LANDIM	1732	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220735	PAJEÚ DO PIAUÍ	847	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220740	PALMEIRA DO PIAUÍ	1112	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220750	PALMEIRAIS	4006	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220755	PAQUETÁ	946	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220760	PARNAGUÁ	2793	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220770	PARNAÍBA	21054	R$ 31.676,00
PI	PIAUÍ	220775	PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	2002	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220777	PATOS DO PIAUÍ	1512	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220779	PAU D"ARCO DO PIAUÍ	1081	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220780	PAULISTANA	2964	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220785	PAVUSSU	1263	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220790	PEDRO II	7154	R$ 14.676,00
PI	PIAUÍ	220793	PEDRO LAURENTINO	689	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220795	NOVA SANTA RITA	1144	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220800	PICOS	9091	R$ 16.676,00
PI	PIAUÍ	220810	PIMENTEIRAS	3237	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	220820	PIO IX	5427	R$ 12.676,00
PI	PIAUÍ	220830	PIRACURUCA	6984	R$ 13.676,00
PI	PIAUÍ	220840	PIRIPIRI	13843	R$ 22.676,00
PI	PIAUÍ	220850	PORTO	4245	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	220855	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ	647	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220860	PRATA DO PIAUÍ	945	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220865	QUEIMADA NOVA	2285	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220870	REDENÇÃO DO GURGUÉIA	1120	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220880	REGENERAÇÃO	4654	R$ 11.676,00
PI	PIAUÍ	220885	RIACHO FRIO	1623	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220887	RIBEIRA DO PIAUÍ	1236	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220890	RIBEIRO GONÇALVES	1866	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220900	RIO GRANDE DO PIAUÍ	2149	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220910	SANTA CRUZ DO PIAUÍ	1727	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220915	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	1062	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220920	SANTA FILOMENA	2159	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220930	SANTA LUZ	1571	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220935	SANTANA DO PIAUÍ	1012	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220937	SANTA ROSA DO PIAUÍ	1553	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220940	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	886	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220945	SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES	723	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220950	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	1167	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220955	SÃO BRAZ DO PIAUÍ	1553	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220960	SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	922	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220965	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	1296	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220970	SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ	2407	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	220975	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	658	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	220980	SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	1431	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220985	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	410	R$ 5.676,00
PI	PIAUÍ	220987	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	1784	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220990	SÃO JOÃO DA SERRA	2156	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220995	SÃO JOÃO DA VARJOTA	1808	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	220997	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	1956	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	221000	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	5097	R$ 11.676,00
PI	PIAUÍ	221005	SÃO JOSÉ DO DIVINO	1657	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	221010	SÃO JOSÉ DO PEIXE	1438	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	221030	SÃO JULIÃO	1557	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	PIAUÍ	221035	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	1331	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221037	SÃO LUIS DO PIAUÍ	728	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221038	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	647	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221039	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	1106	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221040	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	5126	R$ 11.676,00
PI	PIAUÍ	221050	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	2771	R$ 8.676,00
PI	PIAUÍ	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	4372	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	221062	SEBASTIÃO BARROS	847	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221063	SEBASTIÃO LEAL	849	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221065	SIGEFREDO PACHECO	1732	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	221070	SIMÕES	4476	R$ 10.676,00
PI	PIAUÍ	221080	SIMPLÍCIO MENDES	3390	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	221090	SOCORRO DO PIAUÍ	850	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221093	SUSSUAPARA	141	R$ 5.676,00
PI	PIAUÍ	221095	TAMBORIL DO PIAUÍ	654	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221097	TANQUE DO PIAUÍ	625	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221100	TERESINA	86463	R$ 113.676,00
PI	PIAUÍ	221110	UNIÃO	7317	R$ 14.676,00
PI	PIAUÍ	221120	URUÇUÍ	3322	R$ 9.676,00
PI	PIAUÍ	221130	VALENÇA DO PIAUÍ	5599	R$ 12.676,00
PI	PIAUÍ	221135	VÁRZEA BRANCA	1399	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221140	VÁRZEA GRANDE	1311	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221150	VERA MENDES	1417	R$ 7.676,00
PI	PIAUÍ	221160	VILA NOVA DO PIAUÍ	822	R$ 6.676,00
PI	PIAUÍ	221170	WALL FERRAZ	1215	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410010	ABATIÁ	1352	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410030	AGUDOS DO SUL	1005	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	9511	R$ 17.676,00
PR	PARANÁ	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	866	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410050	ALTÔNIA	1729	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410060	ALTO PARANÁ	2761	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410070	ALTO PIQUIRI	299	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410080	ALVORADA DO SUL	1786	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410090	AMAPORÃ	1309	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410100	AMPÉRE	991	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410105	ANAHY	611	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410110	ANDIRÁ	3856	R$ 10.676,00
PR	PARANÁ	410115	ÂNGULO	412	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410130	ANTÔNIO OLINTO	1403	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410140	APUCARANA	23060	R$ 34.676,00
PR	PARANÁ	410150	ARAPONGAS	8964	R$ 16.676,00
PR	PARANÁ	410165	ARAPUÃ	739	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410170	ARARUNA	1159	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410185	ARIRANHA DO IVAÍ	292	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410190	ASSAÍ	4068	R$ 10.676,00
PR	PARANÁ	410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	1799	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410220	ATALAIA	768	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410230	BALSA NOVA	1377	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410250	BARBOSA FERRAZ	2191	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410260	BARRACÃO	1302	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410270	BARRA DO JACARÉ	505	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410275	BELA VISTA DA CAROBA	774	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410280	BELA VISTA DO PARAÍSO	1270	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410290	BITURUNA	2900	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410300	BOA ESPERANÇA	491	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410302	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	634	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410304	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	1503	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410305	BOA VISTA DA APARECIDA	1974	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410310	BOCAIÚVA DO SUL	2901	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410315	BOM JESUS DO SUL	893	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410320	BOM SUCESSO	1415	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410322	BOM SUCESSO DO SUL	637	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410330	BORRAZÓPOLIS	1419	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410335	BRAGANEY	601	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410337	BRASILÂNDIA DO SUL	709	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410340	CAFEARA	594	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410345	CAFELÂNDIA	1968	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410347	CAFEZAL DO SUL	77	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410350	CALIFÓRNIA	823	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410360	CAMBARÁ	3226	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410370	CAMBÉ	634	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410380	CAMBIRA	1591	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410390	CAMPINA DA LAGOA	1945	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410395	CAMPINA DO SIMÃO	1062	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	5240	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	410405	CAMPO BONITO	952	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410410	CAMPO DO TENENTE	1833	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410420	CAMPO LARGO	20949	R$ 31.676,00

PR	PARANÁ	410430	CAMPO MOURÃO	1077	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410440	CÂNDIDO DE ABREU	3532	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410442	CANDÓI	3584	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410445	CANTAGALO	3030	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410460	CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES	1507	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410465	CARAMBEÍ	2665	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410470	CARLÓPOLIS	869	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410480	CASCAVEL	27382	R$ 39.676,00
PR	PARANÁ	410490	CASTRO	1091	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410500	CATANDUVAS	1001	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410510	CENTENÁRIO DO SUL	1567	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410520	CERRO AZUL	3774	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410530	CÉU AZUL	2331	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410540	CHOPINZINHO	2353	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410550	CIANORTE	11636	R$ 19.676,00
PR	PARANÁ	410560	CIDADE GAÚCHA	2537	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410570	CLEVELÂNDIA	566	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410590	COLORADO	801	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410610	CONSELHEIRO MAIRINCK	822	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410620	CONTENDA	3740	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410630	CORBÉLIA	3763	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	3210	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	630	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410650	CORONEL VIVIDA	4893	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	410657	CRUZEIRO DO IGUAÇU	468	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410660	CRUZEIRO DO OESTE	2674	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410670	CRUZEIRO DO SUL	966	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410680	CRUZ MACHADO	1599	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410685	CRUZMALTINA	585	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410690	CURITIBA	13841	R$ 22.676,00
PR	PARANÁ	410700	CURIÚVA	2883	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410710	DIAMANTE DO NORTE	481	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410712	DIAMANTE DO SUL	810	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410720	DOIS VIZINHOS	7247	R$ 14.676,00
PR	PARANÁ	410725	DOURADINA	274	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410730	DOUTOR CAMARGO	534	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410740	ENÉAS MARQUES	1249	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410750	ENGENHEIRO BELTRÃO	1225	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410752	ESPERANÇA NOVA	375	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410754	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	1162	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410755	FAROL	128	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410760	FAXINAL	3094	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	410765	FAZENDA RIO GRANDE	4665	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	410770	FÊNIX	1060	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410773	FERNANDES PINHEIRO	1403	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410775	FIGUEIRA	1852	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410785	FLOR DA SERRA DO SUL	1067	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410790	FLORESTA	671	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410800	FLORESTÓPOLIS	2152	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410810	FLÓRIDA	333	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410820	FORMOSA DO OESTE	658	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410830	FOZ DO IGUAÇU	4811	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	410832	FRANCISCO ALVES	1603	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410840	FRANCISCO BELTRÃO	4278	R$ 10.676,00
PR	PARANÁ	410845	FOZ DO JORDÃO	1238	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410850	GENERAL CARNEIRO	2944	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410855	GODOY MOREIRA	626	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410860	GOIOERÊ	2297	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410865	GOIOXIM	1711	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410870	GRANDES RIOS	1307	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410880	GUAÍRA	1298	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410895	GUAMIRANGA	1705	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410900	GUAPIRAMA	1064	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410910	GUAPOREMA	368	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	410920	GUARACI	1134	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410930	GUARANIAÇU	2975	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	410940	GUARAPUAVA	7042	R$ 14.676,00
PR	PARANÁ	410950	GUARAQUEÇABA	1604	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	410965	HONÓRIO SERPA	817	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410970	IBAITI	6228	R$ 13.676,00
PR	PARANÁ	410975	IBEMA	1372	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	410980	IBIPORÃ	10155	R$ 17.676,00
PR	PARANÁ	410990	ICARAÍMA	1695	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411000	IGUARAÇU	1000	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411005	IGUATU	486	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411007	IMBAÚ	2646	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411010	IMBITUVA	1924	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411020	INÁCIO MARTINS	2635	R$ 8.676,00

PR	PARANÁ	411040	INDIANÓPOLIS	1025	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411050	IPIRANGA	1272	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411060	IPORÃ	2490	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411065	IRACEMA DO OESTE	477	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411080	IRETAMA	1715	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411090	ITAGUAJÉ	565	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411100	ITAMBARACÁ	1243	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411110	ITAMBÉ	316	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411120	ITAPEJARA D"OESTE	2216	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411155	IVATÉ	1514	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411160	IVATUBA	537	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411170	JABOTI	1082	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411180	JACAREZINHO	1701	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411190	JAGUAPITÃ	2564	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411210	JANDAIA DO SUL	1729	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411230	JAPIRA	506	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411240	JAPURÁ	1704	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411250	JARDIM ALEGRE	1629	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411260	JARDIM OLINDA	347	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411270	JATAIZINHO	1382	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411275	JESUÍTAS	1271	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411280	JOAQUIM TÁVORA	2412	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411290	JUNDIAÍ DO SUL	623	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411295	JURANDA	840	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411300	JUSSARA	1385	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411310	KALORÉ	792	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411320	LAPA	2308	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411325	LARANJAL	1460	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411330	LARANJEIRAS DO SUL	3550	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	411340	LEÓPOLIS	803	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411345	LINDOESTE	1251	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411350	LOANDA	2984	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411370	LONDRINA	7575	R$ 14.676,00
PR	PARANÁ	411373	LUIZIANA	1611	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411375	LUNARDELLI	1099	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411380	LUPIONÓPOLIS	361	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411390	MALLET	2559	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411400	MAMBORÊ	2427	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411410	MANDAGUAÇU	1152	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411420	MANDAGUARI	3266	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	411430	MANDIRITUBA	3741	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	411435	MANFRINÓPOLIS	618	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411440	MANGUEIRINHA	891	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411450	MANOEL RIBAS	3211	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	411470	MARIA HELENA	1035	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411490	MARILÂNDIA DO SUL	870	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411500	MARILENA	1491	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411510	MARILUZ	2471	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411520	MARINGÁ	12924	R$ 21.676,00
PR	PARANÁ	411535	MARIPÁ	1189	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411540	MARMELEIRO	2747	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411545	MARQUINHO	467	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411550	MARUMBI	971	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411560	MATELÂNDIA	2059	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411570	MATINHOS	8384	R$ 15.676,00
PR	PARANÁ	411573	MATO RICO	804	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411575	MAUÁ DA SERRA	1233	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411580	MEDIANEIRA	1404	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411585	MERCEDES	732	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411590	MIRADOR	458	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411600	MIRASELVA	538	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411605	MISSAL	274	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411610	MOREIRA SALES	765	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411620	MORRETES	543	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411630	MUNHOZ DE MELO	945	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411640	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	757	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411650	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	328	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411660	NOVA AMÉRICA DA COLINA	759	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411670	NOVA AURORA	2328	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411680	NOVA CANTU	1417	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411690	NOVA ESPERANÇA	2221	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411695	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	1124	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411700	NOVA FÁTIMA	815	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411705	NOVA LARANJEIRAS	803	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411710	NOVA LONDRINA	2352	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411720	NOVA OLÍMPIA	221	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411721	NOVA SANTA BÁRBARA	801	R$ 6.676,00

PR	PARANÁ	411722	NOVA SANTA ROSA	878	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411725	NOVA PRATA DO IGUAÇU	1509	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411727	NOVA TEBAS	1524	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411729	NOVO ITACOLOMI	566	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411730	ORTIGUEIRA	5129	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	411740	OURIZONA	361	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411745	OURO VERDE DO OESTE	1265	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411770	PALMEIRA	4727	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	411780	PALMITAL	3666	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	411790	PALOTINA	3674	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	411800	PARAÍSO DO NORTE	2538	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411830	PARANAPOEMA	600	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411840	PARANAVAÍ	7579	R$ 14.676,00
PR	PARANÁ	411845	PATO BRAGADO	624	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411850	PATO BRANCO	5521	R$ 12.676,00
PR	PARANÁ	411860	PAULA FREITAS	236	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	411870	PAULO FRONTIN	853	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411880	PEABIRU	904	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411885	PEROBAL	1524	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	411890	PÉROLA	2555	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411900	PÉROLA D"OESTE	1181	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411910	PIÊN	2877	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411915	PINHAIS	5037	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	411920	PINHALÃO	642	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411925	PINHAL DE SÃO BENTO	673	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411930	PINHÃO	2962	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411950	PIRAQUARA	22716	R$ 33.676,00
PR	PARANÁ	411960	PITANGA	2452	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	411965	PITANGUEIRAS	699	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411980	PLANALTO	1318	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	411990	PONTA GROSSA	29389	R$ 41.676,00
PR	PARANÁ	412000	PORECATU	2773	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412010	PORTO AMAZONAS	494	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412020	PORTO RICO	146	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412030	PORTO VITÓRIA	868	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412033	PRADO FERREIRA	832	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412035	PRANCHITA	1264	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412050	PRIMEIRO DE MAIO	1789	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412060	PRUDENTÓPOLIS	2161	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412065	QUARTO CENTENÁRIO	886	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412070	QUATIGUÁ	1461	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412080	QUATRO BARRAS	2636	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412085	QUATRO PONTES	729	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	2868	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412100	QUERÊNCIA DO NORTE	2665	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412110	QUINTA DO SOL	1123	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412120	QUITANDINHA	1067	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412140	REALEZA	3517	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412150	REBOUÇAS	3369	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412160	RENASCENÇA	1425	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412170	RESERVA	3666	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412180	RIBEIRÃO CLARO	2714	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412190	RIBEIRÃO DO PINHAL	2846	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412200	RIO AZUL	3104	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412210	RIO BOM	626	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412215	RIO BONITO DO IGUAÇU	1558	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412217	RIO BRANCO DO IVAÍ	983	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412220	RIO BRANCO DO SUL	8066	R$ 15.676,00
PR	PARANÁ	412230	RIO NEGRO	3499	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412240	ROLÂNDIA	5777	R$ 12.676,00
PR	PARANÁ	412250	RONCADOR	2395	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412260	RONDON	2051	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412265	ROSÁRIO DO IVAÍ	1462	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412270	SABÁUDIA	1651	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412280	SALGADO FILHO	930	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412290	SALTO DO ITARARÉ	781	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412300	SALTO DO LONTRA	567	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412310	SANTA AMÉLIA	915	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412320	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	709	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412330	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	1702	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412340	SANTA FÉ	1113	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412350	SANTA HELENA	1557	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412380	SANTA IZABEL DO OESTE	2436	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412382	SANTA LÚCIA	766	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412385	SANTA MARIA DO OESTE	1981	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412390	SANTA MARIANA	803	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412395	SANTA MÔNICA	790	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412400	SANTANA DO ITARARÉ	1097	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412402	SANTA TEREZA DO OESTE	2696	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412405	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	325	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	PARANÁ	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	2951	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412420	SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	546	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412440	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	2112	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412470	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	2807	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412490	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	1309	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	1305	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412510	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	3011	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412520	SÃO JORGE D"OESTE	1837	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412535	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	1260	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	1083	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	9190	R$ 16.676,00
PR	PARANÁ	412555	SÃO MANOEL DO PARANÁ	439	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412560	SÃO MATEUS DO SUL	5277	R$ 11.676,00
PR	PARANÁ	412570	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	3253	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412580	SÃO PEDRO DO IVAÍ	1207	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412590	SÃO PEDRO DO PARANÁ	437	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412600	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	1636	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412610	SÃO TOMÉ	1359	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412620	SAPOPEMA	676	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412627	SAUDADE DO IGUAÇU	1383	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412635	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	361	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412640	SERTANEJA	1267	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412650	SERTANÓPOLIS	2802	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412660	SIQUEIRA CAMPOS	437	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412665	SULINA	600	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412667	TAMARANA	2461	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412670	TAMBOARA	869	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412680	TAPEJARA	3486	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412690	TAPIRA	1221	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412700	TEIXEIRA SOARES	2296	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412710	TELÊMACO BORBA	2064	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412720	TERRA BOA	3036	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412740	TERRA ROXA	2160	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412760	TIJUCAS DO SUL	1997	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412770	TOLEDO	6009	R$ 12.676,00
PR	PARANÁ	412780	TOMAZINA	1419	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412785	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	1325	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412788	TUNAS DO PARANÁ	1783	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412790	TUNEIRAS DO OESTE	1784	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412795	TUPÃSSI	1588	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412796	TURVO	3151	R$ 9.676,00
PR	PARANÁ	412800	UBIRATÃ	4520	R$ 10.676,00
PR	PARANÁ	412810	UMUARAMA	3978	R$ 10.676,00
PR	PARANÁ	412820	UNIÃO DA VITÓRIA	2431	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412840	URAÍ	786	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412850	WENCESLAU BRAZ	1714	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412853	VENTANIA	2227	R$ 8.676,00
PR	PARANÁ	412855	VERA CRUZ DO OESTE	1924	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412860	VERÊ	1568	R$ 7.676,00
PR	PARANÁ	412862	ALTO PARAÍSO	86	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412863	DOUTOR ULYSSES	489	R$ 5.676,00
PR	PARANÁ	412865	VIRMOND	835	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412870	VITORINO	1249	R$ 6.676,00
PR	PARANÁ	412880	XAMBRÊ	584	R$ 5.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330010	ANGRA DOS REIS	20038	R$ 30.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330015	APERIBÉ	1263	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330020	ARARUAMA	19832	R$ 30.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330022	AREAL	1513	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330023	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	3528	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330025	ARRAIAL DO CABO	3197	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330030	BARRA DO PIRAÍ	4552	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330040	BARRA MANSA	13895	R$ 22.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330045	BELFORD ROXO	21700	R$ 32.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	4015	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330070	CABO FRIO	15735	R$ 24.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330080	CACHOEIRAS DE MACACU	7426	R$ 14.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330090	CAMBUCI	1519	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330093	CARAPEBUS	365	R$ 5.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	1260	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	2825	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330110	CANTAGALO	3668	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330115	CARDOSO MOREIRA	1922	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330120	CARMO	1365	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330130	CASIMIRO DE ABREU	9225	R$ 16.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330140	CONCEIÇÃO DE MACABU	4704	R$ 11.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330150	CORDEIRO	3567	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330160	DUAS BARRAS	826	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330170	DUQUE DE CAXIAS	7062	R$ 14.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	RIO DE JANEIRO	330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	1361	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330185	GUAPIMIRIM	9827	R$ 17.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330187	IGUABA GRANDE	4159	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330190	ITABORAÍ	12810	R$ 21.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330200	ITAGUAÍ	13158	R$ 21.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330205	ITALVA	2260	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330210	ITAOCARA	2595	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330220	ITAPERUNA	10685	R$ 18.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330225	ITATIAIA	5783	R$ 12.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330227	JAPERI	12523	R$ 20.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330230	LAJE DO MURIAÉ	1632	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330240	MACAÉ	3978	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330245	MACUCO	1823	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330250	MAGÉ	16825	R$ 26.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330260	MANGARATIBA	6738	R$ 13.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330270	MARICÁ	11997	R$ 20.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330280	MENDES	2824	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330285	MESQUITA	13908	R$ 22.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330290	MIGUEL PEREIRA	3236	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330300	MIRACEMA	2044	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330310	NATIVIDADE	914	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330320	NILÓPOLIS	11136	R$ 19.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330330	NITERÓI	9857	R$ 17.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330340	NOVA FRIBURGO	6720	R$ 13.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330350	NOVA IGUAÇU	42559	R$ 58.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330360	PARACAMBI	8069	R$ 15.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330370	PARAÍBA DO SUL	5326	R$ 11.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330380	PARATY	7927	R$ 15.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330385	PATY DO ALFERES	5587	R$ 12.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330390	PETRÓPOLIS	10112	R$ 17.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330395	PINHEIRAL	4223	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330400	PIRAÍ	2711	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330411	PORTO REAL	4039	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330412	QUATIS	2935	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330414	QUEIMADOS	5263	R$ 11.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330415	QUISSAMÃ	4077	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330420	RESENDE	14004	R$ 22.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330430	RIO BONITO	2917	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330440	RIO CLARO	3574	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330450	RIO DAS FLORES	1481	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	RIO DE JANEIRO	673020	R$ 846.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	6324	R$ 13.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330475	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	3282	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330480	SÃO FIDÉLIS	6821	R$ 13.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330490	SÃO GONÇALO	44645	R$ 61.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330500	SÃO JOÃO DA BARRA	6136	R$ 12.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	23735	R$ 34.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	1341	R$ 6.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	2850	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	6680	R$ 13.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330530	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	1662	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330540	SAPUCAIA	4211	R$ 10.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330555	SEROPÉDICA	9323	R$ 16.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330560	SILVA JARDIM	3558	R$ 9.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330570	SUMIDOURO	1440	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330575	TANGUÁ	4986	R$ 11.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330580	TERESÓPOLIS	13506	R$ 22.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330590	TRAJANO DE MORAES	2351	R$ 8.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330600	TRÊS RIOS	12046	R$ 20.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330610	VALENÇA	5276	R$ 11.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330615	VARRE-SAI	2015	R$ 7.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330620	VASSOURAS	5980	R$ 12.676,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330630	VOLTA REDONDA	21813	R$ 32.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240010	ACARI	2141	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240020	AÇU	9633	R$ 17.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240030	AFONSO BEZERRA	2637	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240040	AGUA NOVA	796	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240050	ALEXANDRIA	3057	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240060	ALMINO AFONSO	914	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240070	ALTO DO RODRIGUES	3323	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240080	ANGICOS	2450	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240090	ANTÔNIO MARTINS	1512	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240100	APODI	1471	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240110	AREIA BRANCA	2882	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240120	ARÊS	3346	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240130	AUGUSTO SEVERO	2133	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240140	BAÍA FORMOSA	2177	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240145	BARAÚNA	4887	R$ 11.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240150	BARCELONA	1088	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240160	BENTO FERNANDES	1435	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240165	BODÓ	831	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240170	BOM JESUS	2779	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240180	BREJINHO	2891	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240185	CAIÇARA DO NORTE	1234	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	RIO GRANDE DO NORTE	240190	CAIÇARA DO RIO DO VENTO	683	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240200	CAICÓ	4319	R$ 10.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240210	CAMPO REDONDO	4112	R$ 10.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240220	CANGUARETAMA	7104	R$ 14.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240230	CARAÚBAS	4848	R$ 11.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240240	CARNAÚBA DOS DANTAS	1678	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240250	CARNAUBAIS	2538	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240260	CEARÁ-MIRIM	7110	R$ 14.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240270	CERRO CORÁ	2890	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240280	CORONEL EZEQUIEL	1313	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240290	CORONEL JOÃO PESSOA	1366	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240300	CRUZETA	1645	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240310	CURRAIS NOVOS	6377	R$ 13.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240320	DOUTOR SEVERIANO	1639	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240325	PARNAMIRIM	17563	R$ 27.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240330	ENCANTO	1230	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240340	EQUADOR	1683	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240350	ESPÍRITO SANTO	2168	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240360	EXTREMOZ	2970	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240370	FELIPE GUERRA	1445	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240375	FERNANDO PEDROZA	679	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240380	FLORÂNIA	1297	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240390	FRANCISCO DANTAS	588	R$ 5.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240400	FRUTUOSO GOMES	1002	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240410	GALINHOS	559	R$ 5.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240420	GOIANINHA	8109	R$ 15.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240430	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	2692	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240440	GROSSOS	2053	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240450	GUAMARÉ	4914	R$ 11.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240460	IELMO MARINHO	3077	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240470	IPANGUAÇU	4774	R$ 11.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240480	IPUEIRA	464	R$ 5.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240485	ITAJÁ	1971	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240490	ITAÚ	981	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240500	JAÇANÃ	2006	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240510	JANDAÍRA	1733	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240520	JANDUÍS	1308	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240530	JANUÁRIO CICCO	2229	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240540	JAPI	1846	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240550	JARDIM DE ANGICOS	763	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240560	JARDIM DE PIRANHAS	2231	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240570	JARDIM DO SERIDÓ	2083	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240580	JOÃO CÂMARA	7805	R$ 15.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240590	JOÃO DIAS	603	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240600	JOSÉ DA PENHA	1345	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240610	JUCURUTU	3256	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240615	JUNDIÁ	715	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240620	LAGOA D"ANTA	1814	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240630	LAGOA DE PEDRAS	2047	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240640	LAGOA DE VELHOS	947	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240650	LAGOA NOVA	3953	R$ 10.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240660	LAGOA SALGADA	2118	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240670	LAJES	2483	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240680	LAJES PINTADAS	1488	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240690	LUCRÉCIA	1050	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240700	LUÍS GOMES	2263	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240710	MACAÍBA	9363	R$ 16.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240720	MACAU	6794	R$ 13.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240725	MAJOR SALES	1137	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240730	MARCELINO VIEIRA	1799	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240740	MARTINS	2085	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240750	MAXARANGUAPE	3197	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240760	MESSIAS TARGINO	958	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240770	MONTANHAS	3429	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240780	MONTE ALEGRE	5328	R$ 11.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240790	MONTE DAS GAMELEIRAS	864	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240800	MOSSORÓ	35342	R$ 49.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240810	NATAL	33300	R$ 46.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240820	NÍSIA FLORESTA	5201	R$ 11.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240830	NOVA CRUZ	8898	R$ 16.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240840	OLHO-D"ÁGUA DO BORGES	893	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	RIO GRANDE DO NORTE	240850	OURO BRANCO	1017	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240860	PARANÁ	1021	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240870	PARAÚ	1202	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240880	PARAZINHO	1665	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240890	PARELHAS	3774	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240895	RIO DO FOGO	3570	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240910	PASSA E FICA	3170	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240920	PASSAGEM	1080	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240930	PATU	2118	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240933	SANTA MARIA	1218	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240940	PAU DOS FERROS	6745	R$ 13.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240950	PEDRA GRANDE	1255	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240960	PEDRA PRETA	778	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240970	PEDRO AVELINO	1662	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240980	PEDRO VELHO	3308	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	240990	PENDÊNCIAS	872	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241000	PILÕES	745	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241010	POÇO BRANCO	3332	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241020	PORTALEGRE	1731	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241025	PORTO DO MANGUE	1684	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241030	SERRA CAIADA	3152	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241040	PUREZA	2552	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241050	RAFAEL FERNANDES	922	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241060	RAFAEL GODEIRO	1375	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241070	RIACHO DA CRUZ	823	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241080	RIACHO DE SANTANA	1002	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241090	RIACHUELO	1830	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241100	RODOLFO FERNANDES	1142	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241105	TIBAU	1291	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241110	RUY BARBOSA	938	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241120	SANTA CRUZ	6216	R$ 13.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241140	SANTANA DO MATOS	1919	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241142	SANTANA DO SERIDÓ	522	R$ 5.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241150	SANTO ANTÔNIO	5998	R$ 12.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241160	SÃO BENTO DO NORTE	1626	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241170	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	1032	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241180	SÃO FERNANDO	785	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241190	SÃO FRANCISCO DO OESTE	985	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	14567	R$ 23.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241210	SÃO JOÃO DO SABUGI	1324	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	5959	R$ 12.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241230	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	3249	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241240	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	1019	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241250	SÃO MIGUEL	3664	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241255	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	2623	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241260	SÃO PAULO DO POTENGI	4360	R$ 10.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241270	SÃO PEDRO	1708	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241280	SÃO RAFAEL	1531	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241290	SÃO TOMÉ	2487	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241300	SÃO VICENTE	1285	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241310	SENADOR ELÓI DE SOUZA	1643	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241320	SENADOR GEORGINO AVELINO	1060	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241330	SERRA DE SÃO BENTO	1398	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241335	SERRA DO MEL	3073	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241340	SERRA NEGRA DO NORTE	1114	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241350	SERRINHA	1891	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241355	SERRINHA DOS PINTOS	958	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241360	SEVERIANO MELO	1077	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241370	SÍTIO NOVO	997	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241380	TABOLEIRO GRANDE	665	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241390	TAIPU	2024	R$ 7.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241400	TANGARÁ	3672	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241410	TENENTE ANANIAS	2556	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ	1342	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241420	TIBAU DO SUL	3456	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241430	TIMBAÚBA DOS BATISTAS	549	R$ 5.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241440	TOUROS	8402	R$ 15.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241445	TRIUNFO POTIGUAR	1094	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241450	UMARIZAL	2479	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241460	UPANEMA	2826	R$ 8.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241470	VÁRZEA	1019	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241475	VENHA-VER	1186	R$ 6.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241480	VERA CRUZ	3335	R$ 9.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241490	VIÇOSA	466	R$ 5.676,00
RN	RIO GRANDE DO NORTE	241500	VILA FLOR	930	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110001	ALTA FLORESTA D"OESTE	5994	R$ 12.676,00
RO	RONDÔNIA	110002	ARIQUEMES	12273	R$ 20.676,00
RO	RONDÔNIA	110003	CABIXI	1390	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110004	CACOAL	8891	R$ 16.676,00
RO	RONDÔNIA	110005	CEREJEIRAS	3517	R$ 9.676,00
RO	RONDÔNIA	110006	COLORADO DO OESTE	2751	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110007	CORUMBIARA	1815	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	RONDÔNIA	110008	COSTA MARQUES	2747	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110009	ESPIGÃO D"OESTE	6566	R$ 13.676,00
RO	RONDÔNIA	110010	GUAJARÁ-MIRIM	7118	R$ 14.676,00
RO	RONDÔNIA	110011	JARU	8107	R$ 15.676,00
RO	RONDÔNIA	110012	JI-PARANÁ	8033	R$ 15.676,00
RO	RONDÔNIA	110013	MACHADINHO D"OESTE	6041	R$ 12.676,00
RO	RONDÔNIA	110014	NOVA BRASILÂNDIA D"OESTE	4142	R$ 10.676,00
RO	RONDÔNIA	110015	OURO PRETO DO OESTE	9174	R$ 16.676,00
RO	RONDÔNIA	110018	PIMENTA BUENO	3704	R$ 9.676,00
RO	RONDÔNIA	110020	PORTO VELHO	30572	R$ 43.676,00
RO	RONDÔNIA	110025	PRESIDENTE MÉDICI	2210	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110026	RIO CRESPO	519	R$ 5.676,00
RO	RONDÔNIA	110028	ROLIM DE MOURA	907	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110029	SANTA LUZIA D"OESTE	1577	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110030	VILHENA	16830	R$ 26.676,00
RO	RONDÔNIA	110032	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	2347	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110033	NOVA MAMORÉ	579	R$ 5.676,00
RO	RONDÔNIA	110034	ALVORADA D"OESTE	339	R$ 5.676,00
RO	RONDÔNIA	110037	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	1291	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110040	ALTO PARAÍSO	3128	R$ 9.676,00
RO	RONDÔNIA	110045	BURITIS	4848	R$ 11.676,00
RO	RONDÔNIA	110050	NOVO HORIZONTE DO OESTE	2245	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110060	CACAULÂNDIA	759	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110070	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	2091	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110080	CANDEIAS DO JAMARI	5923	R$ 12.676,00
RO	RONDÔNIA	110090	CASTANHEIRAS	749	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110092	CHUPINGUAIA	2687	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110094	CUJUBIM	4623	R$ 11.676,00
RO	RONDÔNIA	110100	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	884	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110110	ITAPUÃ DO OESTE	2279	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110120	MINISTRO ANDREAZZA	1249	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110130	MIRANTE DA SERRA	2375	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110140	MONTE NEGRO	1746	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110143	NOVA UNIÃO	1658	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110145	PARECIS	939	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110146	PIMENTEIRAS DO OESTE	604	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110147	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	916	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110148	SÃO FELIPE D"OESTE	1373	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	2995	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110150	SERINGUEIRAS	2489	R$ 8.676,00
RO	RONDÔNIA	110155	TEIXEIRÓPOLIS	1117	R$ 6.676,00
RO	RONDÔNIA	110160	THEOBROMA	1974	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110170	URUPÁ	1499	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110175	VALE DO ANARI	2164	R$ 7.676,00
RO	RONDÔNIA	110180	VALE DO PARAÍSO	1615	R$ 7.676,00
RR	RORAIMA	140002	AMAJARI	315	R$ 5.676,00
RR	RORAIMA	140005	ALTO ALEGRE	2449	R$ 8.676,00
RR	RORAIMA	140010	BOA VISTA	30572	R$ 43.676,00
RR	RORAIMA	140015	BONFIM	2314	R$ 8.676,00
RR	RORAIMA	140017	CANTÁ	3659	R$ 9.676,00
RR	RORAIMA	140020	CARACARAÍ	1635	R$ 7.676,00
RR	RORAIMA	140023	CAROEBE	2517	R$ 8.676,00
RR	RORAIMA	140028	IRACEMA	1024	R$ 6.676,00
RR	RORAIMA	140030	MUCAJAÍ	4812	R$ 11.676,00
RR	RORAIMA	140045	PACARAIMA	2576	R$ 8.676,00
RR	RORAIMA	140047	RORAINÓPOLIS	7616	R$ 14.676,00
RR	RORAIMA	140050	SÃO JOÃO DA BALIZA	1842	R$ 7.676,00
RR	RORAIMA	140060	SÃO LUIZ	918	R$ 6.676,00
RR	RORAIMA	140070	UIRAMUTÃ	1105	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430003	ACEGUÁ	807	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430010	AGUDO	438	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430020	AJURICABA	1150	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430030	ALECRIM	449	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430040	ALEGRETE	1377	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430045	ALEGRIA	636	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430050	ALPESTRE	737	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430057	ALTO FELIZ	150	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430060	ALVORADA	37118	R$ 51.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430063	AMARAL FERRADOR	707	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430064	AMETISTA DO SUL	1587	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430066	ANDRÉ DA ROCHA	206	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430070	ANTA GORDA	634	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430087	ARARICÁ	1709	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430090	ARATIBA	978	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430105	ARROIO DO SAL	795	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430107	ARROIO DO PADRE	472	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430110	ARROIO DOS RATOS	2881	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430120	ARROIO DO TIGRE	740	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430130	ARROIO GRANDE	1366	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430140	ARVOREZINHA	1961	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430150	AUGUSTO PESTANA	855	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430155	ÁUREA	258	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430160	BAGÉ	12361	R$ 20.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430163	BALNEÁRIO PINHAL	1208	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430170	BARÃO DE COTEGIPE	1068	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	RIO GRANDE DO SUL	430180	BARRACÃO	955	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430185	BARRA DO GUARITA	695	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430187	BARRA DO QUARAÍ	1035	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430190	BARRA DO RIBEIRO	1975	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430195	BARRA FUNDA	526	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430205	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	560	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430210	BENTO GONÇALVES	8034	R$ 15.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430215	BOA VISTA DAS MISSÕES	442	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430220	BOA VISTA DO BURICÁ	1099	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430222	BOA VISTA DO CADEADO	413	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430223	BOA VISTA DO INCRA	519	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430237	BOM PROGRESSO	846	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430240	BOM RETIRO DO SUL	1435	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430245	BOQUEIRÃO DO LEÃO	1044	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430250	BOSSOROCA	742	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430260	BRAGA	727	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430265	BROCHIER	724	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430280	CAÇAPAVA DO SUL	1202	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430290	CACEQUI	1767	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430300	CACHOEIRA DO SUL	4425	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430310	CACHOEIRINHA	2015	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430320	CACIQUE DOBLE	834	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430330	CAIBATÉ	769	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430340	CAIÇARA	848	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430355	CAMARGO	501	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430360	CAMBARÁ DO SUL	374	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430370	CAMPINA DAS MISSÕES	194	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430380	CAMPINAS DO SUL	1009	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430390	CAMPO BOM	229	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430430	CÂNDIDO GODÓI	1084	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430435	CANDIOTA	1563	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430440	CANELA	7498	R$ 14.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430450	CANGUÇU	2138	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430460	CANOAS	31909	R$ 45.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430462	CAPÃO BONITO DO SUL	259	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430465	CAPÃO DO CIPÓ	514	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430468	CAPELA DE SANTANA	2050	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430469	CAPITÃO	637	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430470	CARAZINHO	3014	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430485	CARLOS GOMES	239	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430510	CAXIAS DO SUL	20742	R$ 31.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430511	CENTENÁRIO	441	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430512	CERRITO	808	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430513	CERRO BRANCO	775	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430515	CERRO GRANDE	614	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430520	CERRO LARGO	831	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430530	CHAPADA	1010	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430535	CHARQUEADAS	1834	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430540	CHIAPETTA	767	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430545	CIDREIRA	740	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430558	COLINAS	419	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430560	COLORADO	478	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430570	CONDOR	1267	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430583	COQUEIRO BAIXO	151	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430585	COQUEIROS DO SUL	374	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430587	CORONEL BARROS	412	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430590	CORONEL BICACO	1390	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430595	COTIPORÃ	334	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430600	CRISSIUMAL	2397	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430605	CRISTAL	1588	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430607	CRISTAL DO SUL	609	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430610	CRUZ ALTA	8966	R$ 16.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430613	CRUZALTENSE	302	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430620	CRUZEIRO DO SUL	358	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430632	DERRUBADAS	558	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430635	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	442	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430637	DILERMANDO DE AGUIAR	274	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430642	DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	520	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430650	DOM FELICIANO	2900	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430655	DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	167	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430660	DOM PEDRITO	1485	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430673	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	735	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430675	DOUTOR RICARDO	290	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430676	ELDORADO DO SUL	6663	R$ 13.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430680	ENCANTADO	950	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430690	ENCRUZILHADA DO SUL	1446	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430693	ENTRE-IJUÍS	1626	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430695	ENTRE RIOS DO SUL	588	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	RIO GRANDE DO SUL	430700	ERECHIM	7129	R$ 14.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430720	ERVAL GRANDE	888	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430730	ERVAL SECO	1413	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430740	ESMERALDA	698	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430745	ESPERANÇA DO SUL	438	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430750	ESPUMOSO	764	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430755	ESTAÇÃO	725	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430770	ESTEIO	372	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430780	ESTRELA	2403	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430783	EUGÊNIO DE CASTRO	490	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430786	FAGUNDES VARELA	401	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430790	FARROUPILHA	392	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430800	FAXINAL DO SOTURNO	1132	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430805	FAXINALZINHO	428	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430807	FAZENDA VILANOVA	819	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430810	FELIZ	1051	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430825	FLORIANO PEIXOTO	268	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430830	FONTOURA XAVIER	2323	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430840	FORMIGUEIRO	258	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430845	FORTALEZA DOS VALOS	879	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430850	FREDERICO WESTPHALEN	2819	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430860	GARIBALDI	372	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430865	GARRUCHOS	562	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430885	GENTIL	297	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430890	GETÚLIO VARGAS	1157	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430900	GIRUÁ	839	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430910	GRAMADO	6936	R$ 13.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430912	GRAMADO DOS LOUREIROS	419	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430915	GRAMADO XAVIER	405	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430920	GRAVATAÍ	10209	R$ 18.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430925	GUABIJU	208	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430930	GUAÍBA	5245	R$ 11.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430950	GUARANI DAS MISSÕES	1587	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430960	HORIZONTINA	2410	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430980	IBIAÇÁ	633	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	430990	IBIRAIARAS	485	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431000	IBIRUBÁ	549	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431020	IJUÍ	7285	R$ 14.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431030	ILÓPOLIS	310	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431036	IMIGRANTE	513	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431040	INDEPENDÊNCIA	1144	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431041	INHACORÁ	359	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431043	IPÊ	1034	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431050	IRAÍ	1397	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431053	ITAARA	460	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431055	ITACURUBI	609	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431057	ITAPUCA	428	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431060	ITAQUI	5860	R$ 12.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431065	ITATI	220	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431070	ITATIBA DO SUL	628	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431075	IVORÁ	350	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431085	JABOTICABA	795	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431087	JACUIZINHO	489	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431090	JACUTINGA	538	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431100	JAGUARÃO	2486	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431110	JAGUARI	191	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431112	JAQUIRANA	933	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431113	JARI	579	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431115	JÓIA	1638	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	860	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431123	LAGOA BONITA DO SUL	198	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431125	LAGOÃO	1139	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431140	LAJEADO	5651	R$ 12.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431142	LAJEADO DO BUGRE	695	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431150	LAVRAS DO SUL	841	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431160	LIBERATO SALZANO	296	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431173	MAMPITUBA	548	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431180	MARAU	3011	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431200	MARIANO MORO	342	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431210	MATA	478	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431213	MATO CASTELHANO	446	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431215	MATO LEITÃO	942	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431217	MATO QUEIMADO	359	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431220	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	251	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	RIO GRANDE DO SUL	431225	MINAS DO LEÃO	805	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431230	MIRAGUAÍ	1447	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431242	MORMAÇO	614	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431244	MORRINHOS DO SUL	268	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431245	MORRO REDONDO	1068	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431247	MORRO REUTER	279	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431260	MUÇUM	953	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431262	MULITERNO	249	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431270	NONOAI	2616	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431275	NOVA ALVORADA	616	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431280	NOVA ARAÇÁ	401	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431290	NOVA BASSANO	1627	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431295	NOVA BOA VISTA	461	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431300	NOVA BRÉSCIA	458	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431301	NOVA CANDELÁRIA	462	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431303	NOVA ESPERANÇA DO SUL	505	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431310	NOVA PALMA	1053	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431320	NOVA PETRÓPOLIS	2864	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431330	NOVA PRATA	2378	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431333	NOVA RAMADA	360	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431337	NOVA SANTA RITA	5874	R$ 12.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431339	NOVO CABRAIS	589	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431340	NOVO HAMBURGO	6040	R$ 12.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431342	NOVO MACHADO	112	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431344	NOVO TIRADENTES	158	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431346	NOVO XINGU	252	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431349	NOVO BARREIRO	348	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431360	PAIM FILHO	662	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431370	PALMEIRA DAS MISSÕES	4509	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431380	PALMITINHO	1519	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431390	PANAMBI	4523	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431400	PARAÍ	1228	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431402	PARAÍSO DO SUL	1124	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431406	PASSA SETE	904	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431407	PASSO DO SOBRADO	633	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431410	PASSO FUNDO	4165	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431413	PAULO BENTO	323	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431430	PEJUÇARA	721	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431440	PELOTAS	29341	R$ 41.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431442	PICADA CAFÉ	1086	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431445	PINHAL	285	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431446	PINHAL DA SERRA	478	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431449	PINHEIRINHO DO VALE	934	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431450	PINHEIRO MACHADO	1440	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431454	PINTO BANDEIRA	387	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431455	PIRAPÓ	412	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431470	PLANALTO	1925	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431477	PONTÃO	660	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431478	PONTE PRETA	224	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431490	PORTO ALEGRE	104464	R$ 135.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431500	PORTO LUCENA	663	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431505	PORTO MAUÁ	346	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431507	PORTO VERA CRUZ	245	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431510	PORTO XAVIER	1372	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431513	POUSO NOVO	331	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431515	PROGRESSO	457	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431517	PROTÁSIO ALVES	296	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431520	PUTINGA	640	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431531	QUATRO IRMÃOS	372	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431532	QUEVEDOS	493	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431535	QUINZE DE NOVEMBRO	683	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431540	REDENTORA	1458	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431550	RESTINGA SECA	997	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431555	RIO DOS ÍNDIOS	580	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431560	RIO GRANDE	8353	R$ 15.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431570	RIO PARDO	1705	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431575	RIOZINHO	860	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431580	ROCA SALES	1438	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	RIO GRANDE DO SUL	431590	RODEIO BONITO	708	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431595	ROLADOR	400	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431610	RONDA ALTA	1778	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431620	RONDINHA	954	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431630	ROQUE GONZALES	828	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431640	ROSÁRIO DO SUL	2841	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431642	SAGRADA FAMÍLIA	493	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431643	SALDANHA MARINHO	444	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431647	SALVADOR DAS MISSÕES	408	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431660	SANANDUVA	2628	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431673	SANTA CECÍLIA DO SUL	235	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431680	SANTA CRUZ DO SUL	16583	R$ 25.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431690	SANTA MARIA	12319	R$ 20.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431695	SANTA MARIA DO HERVAL	565	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431697	SANTA MARGARIDA DO SUL	413	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431710	SANT"ANA DO LIVRAMENTO	5204	R$ 11.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431720	SANTA ROSA	5009	R$ 11.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431725	SANTA TEREZA	202	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	2280	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431750	SANTO ÂNGELO	607	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431760	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	3007	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431770	SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES	736	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431790	SANTO CRISTO	2498	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431800	SÃO BORJA	1217	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431805	SÃO DOMINGOS DO SUL	451	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1030	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431820	SÃO FRANCISCO DE PAULA	4645	R$ 11.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431830	SÃO GABRIEL	5142	R$ 11.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431842	SÃO JOÃO DA URTIGA	314	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431843	SÃO JOÃO DO POLÊSINE	532	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431845	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	262	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431846	SÃO JOSÉ DO HERVAL	474	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431849	SÃO JOSÉ DO INHACORÁ	367	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431860	SÃO JOSÉ DO OURO	823	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431870	SÃO LEOPOLDO	2251	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431880	SÃO LOURENÇO DO SUL	4338	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	3086	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431900	SÃO MARCOS	1022	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431910	SÃO MARTINHO	933	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431912	SÃO MARTINHO DA SERRA	566	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	1417	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431920	SÃO NICOLAU	1120	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431930	SÃO PAULO DAS MISSÕES	975	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431936	SÃO PEDRO DAS MISSÕES	201	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431937	SÃO PEDRO DO BUTIÁ	478	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431940	SÃO PEDRO DO SUL	2878	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431950	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	951	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431960	SÃO SEPÉ	4038	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431970	SÃO VALENTIM	598	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431971	SÃO VALENTIM DO SUL	48	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431973	SÃO VALÉRIO DO SUL	645	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431975	SÃO VENDELINO	449	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431980	SÃO VICENTE DO SUL	323	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	431990	SAPIRANGA	3348	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432000	SAPUCAIA DO SUL	11969	R$ 20.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432020	SEBERI	1047	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432030	SELBACH	573	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432032	SENADOR SALGADO FILHO	455	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432045	SÉRIO	317	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432057	SETE DE SETEMBRO	304	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432060	SEVERIANO DE ALMEIDA	590	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432065	SILVEIRA MARTINS	216	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432067	SINIMBU	1484	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432070	SOBRADINHO	1245	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432080	SOLEDADE	2336	R$ 8.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432085	TABAÍ	1076	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432100	TAPERA	1061	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432110	TAPES	3979	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432120	TAQUARA	5157	R$ 11.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432132	TAQUARUÇU DO SUL	545	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432140	TENENTE PORTELA	3254	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432146	TIO HUGO	533	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432147	TIRADENTES DO SUL	1007	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432149	TOROPI	426	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432150	TORRES	1266	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	RIO GRANDE DO SUL	432166	TRÊS CACHOEIRAS	1870	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432180	TRÊS DE MAIO	3495	R$ 9.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432185	TRÊS PALMEIRAS	1015	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432190	TRÊS PASSOS	4491	R$ 10.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432195	TRINDADE DO SUL	1331	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432200	TRIUNFO	1541	R$ 7.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432210	TUCUNDUVA	529	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432220	TUPANCIRETÃ	1044	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432230	TUPARENDI	1099	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432232	TURUÇU	570	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432234	UBIRETAMA	310	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432235	UNIÃO DA SERRA	186	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432237	UNISTALDA	517	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432240	URUGUAIANA	25461	R$ 37.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432250	VACARIA	7789	R$ 14.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432253	VALE DO SOL	736	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432254	VALE REAL	1065	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432255	VANINI	407	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432260	VENÂNCIO AIRES	911	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432270	VERA CRUZ	223	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432285	VESPASIANO CORREA	270	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432290	VIADUTOS	802	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432300	VIAMÃO	17502	R$ 27.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432310	VICENTE DUTRA	1050	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432320	VICTOR GRAEFF	549	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432345	VILA NOVA DO SUL	814	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432350	VISTA ALEGRE	204	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432360	VISTA ALEGRE DO PRATA	233	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432370	VISTA GAÚCHA	541	R$ 5.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432375	VITÓRIA DAS MISSÕES	628	R$ 6.676,00
RS	RIO GRANDE DO SUL	432380	XANGRI-LÁ	2899	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420005	ABDON BATISTA	579	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420010	ABELARDO LUZ	2622	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420020	AGROLÂNDIA	576	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420030	AGRONÔMICA	506	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420040	ÁGUA DOCE	904	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420050	ÁGUAS DE CHAPECÓ	1110	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420055	ÁGUAS FRIAS	554	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420060	ÁGUAS MORNAS	1151	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420075	ALTO BELA VISTA	315	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420080	ANCHIETA	1103	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420090	ANGELINA	736	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420100	ANITA GARIBALDI	1797	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420110	ANITÁPOLIS	660	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420120	ANTÔNIO CARLOS	415	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420125	APIÚNA	1470	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420127	ARABUTÃ	796	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420130	ARAQUARI	5681	R$ 12.676,00
SC	SANTA CATARINA	420140	ARARANGUÁ	9378	R$ 16.676,00
SC	SANTA CATARINA	420150	ARMAZÉM	445	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420160	ARROIO TRINTA	320	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420165	ARVOREDO	531	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420170	ASCURRA	283	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420180	ATALANTA	739	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420190	AURORA	1331	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420195	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	1193	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	7166	R$ 14.676,00
SC	SANTA CATARINA	420205	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	1013	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420207	BALNEÁRIO GAIVOTA	722	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420208	BANDEIRANTE	523	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420209	BARRA BONITA	356	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420210	BARRA VELHA	6856	R$ 13.676,00
SC	SANTA CATARINA	420213	BELA VISTA DO TOLDO	459	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420215	BELMONTE	501	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420220	BENEDITO NOVO	1777	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420230	BIGUAÇU	5018	R$ 11.676,00
SC	SANTA CATARINA	420240	BLUMENAU	15990	R$ 25.676,00
SC	SANTA CATARINA	420243	BOCAINA DO SUL	612	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420245	BOMBINHAS	4207	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	420250	BOM JARDIM DA SERRA	374	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420253	BOM JESUS	571	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420257	BOM JESUS DO OESTE	427	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420260	BOM RETIRO	776	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420270	BOTUVERÁ	866	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420280	BRAÇO DO NORTE	6404	R$ 13.676,00
SC	SANTA CATARINA	420285	BRAÇO DO TROMBUDO	666	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420287	BRUNÓPOLIS	613	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420290	BRUSQUE	20817	R$ 31.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	SANTA CATARINA	420300	CAÇADOR	14256	R$ 23.676,00
SC	SANTA CATARINA	420310	CAIBI	525	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420315	CALMON	697	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420320	CAMBORIÚ	11034	R$ 19.676,00
SC	SANTA CATARINA	420325	CAPÃO ALTO	557	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420330	CAMPO ALEGRE	1365	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420340	CAMPO BELO DO SUL	1348	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420350	CAMPO ERÊ	1036	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420360	CAMPOS NOVOS	7431	R$ 14.676,00
SC	SANTA CATARINA	420370	CANELINHA	997	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420380	CANOINHAS	1017	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420390	CAPINZAL	1132	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420395	CAPIVARI DE BAIXO	1124	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420400	CATANDUVAS	2155	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420410	CAXAMBU DO SUL	824	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420415	CELSO RAMOS	590	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420417	CERRO NEGRO	742	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420419	CHAPADÃO DO LAGEADO	697	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420420	CHAPECÓ	13272	R$ 21.676,00
SC	SANTA CATARINA	420425	COCAL DO SUL	692	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420430	CONCÓRDIA	5924	R$ 12.676,00
SC	SANTA CATARINA	420435	CORDILHEIRA ALTA	279	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420440	CORONEL FREITAS	800	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420445	CORONEL MARTINS	479	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420450	CORUPÁ	2961	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420455	CORREIA PINTO	918	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420460	CRICIÚMA	3017	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	420470	CUNHA PORÃ	1935	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420475	CUNHATAÍ	360	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420480	CURITIBANOS	1527	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420490	DESCANSO	925	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420500	DIONÍSIO CERQUEIRA	3238	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	420510	DONA EMMA	886	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420515	DOUTOR PEDRINHO	702	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420517	ENTRE RIOS	823	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420519	ERMO	230	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420520	ERVAL VELHO	479	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420530	FAXINAL DOS GUEDES	1651	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420535	FLOR DO SERTÃO	408	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420540	FLORIANÓPOLIS	32492	R$ 45.676,00
SC	SANTA CATARINA	420543	FORMOSA DO SUL	514	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420545	FORQUILHINHA	786	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420550	FRAIBURGO	1181	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420555	FREI ROGÉRIO	264	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420560	GALVÃO	434	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420570	GAROPABA	2269	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420580	GARUVA	1831	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420590	GASPAR	2656	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420600	GOVERNADOR CELSO RAMOS	831	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420610	GRÃO PARÁ	537	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420620	GRAVATAL	2041	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420630	GUABIRUBA	221	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420640	GUARACIABA	1854	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420650	GUARAMIRIM	1434	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420660	GUARUJÁ DO SUL	1019	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420665	GUATAMBÚ	443	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420670	HERVAL D"OESTE	3239	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	420675	IBIAM	399	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420680	IBICARÉ	602	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420690	IBIRAMA	4326	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	420700	IÇARA	8372	R$ 15.676,00
SC	SANTA CATARINA	420710	ILHOTA	3361	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	420720	IMARUÍ	2235	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420730	IMBITUBA	5614	R$ 12.676,00
SC	SANTA CATARINA	420740	IMBUIA	650	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	SANTA CATARINA	420750	INDAIAL	708	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420757	IOMERÊ	508	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420760	IPIRA	876	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420765	IPORÃ DO OESTE	1691	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420768	IPUAÇU	1122	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420770	IPUMIRIM	1010	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420775	IRACEMINHA	275	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420780	IRANI	2087	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420785	IRATI	401	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420790	IRINEÓPOLIS	1597	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420800	ITÁ	1522	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420810	ITAIÓPOLIS	3601	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	420820	ITAJAÍ	28251	R$ 40.676,00
SC	SANTA CATARINA	420830	ITAPEMA	10375	R$ 18.676,00
SC	SANTA CATARINA	420840	ITAPIRANGA	3235	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	420845	ITAPOÁ	4850	R$ 11.676,00
SC	SANTA CATARINA	420850	ITUPORANGA	2161	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420860	JABORÁ	747	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420870	JACINTO MACHADO	1151	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420880	JAGUARUNA	2154	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420890	JARAGUÁ DO SUL	20240	R$ 30.676,00
SC	SANTA CATARINA	420895	JARDINÓPOLIS	365	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420900	JOAÇABA	2414	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	420910	JOINVILLE	37827	R$ 52.676,00
SC	SANTA CATARINA	420915	JOSÉ BOITEUX	1363	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420917	JUPIÁ	462	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420920	LACERDÓPOLIS	201	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420930	LAGES	8565	R$ 15.676,00
SC	SANTA CATARINA	420940	LAGUNA	1361	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420945	LAJEADO GRANDE	285	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420950	LAURENTINO	1369	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420960	LAURO MULLER	1732	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	420970	LEBON RÉGIS	455	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	420980	LEOBERTO LEAL	801	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420985	LINDÓIA DO SUL	834	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	420990	LONTRAS	2610	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421000	LUIZ ALVES	1638	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421003	LUZERNA	1481	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421005	MACIEIRA	454	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421010	MAFRA	11870	R$ 20.676,00
SC	SANTA CATARINA	421020	MAJOR GERCINO	278	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421030	MAJOR VIEIRA	1684	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421040	MARACAJÁ	1534	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421050	MARAVILHA	2131	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421055	MAREMA	154	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421060	MASSARANDUBA	383	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421070	MATOS COSTA	337	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421080	MELEIRO	939	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421085	MIRIM DOCE	389	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421090	MODELO	858	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421100	MONDAÍ	696	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421105	MONTE CARLO	2371	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421110	MONTE CASTELO	959	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421120	MORRO DA FUMAÇA	1520	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421125	MORRO GRANDE	352	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421130	NAVEGANTES	17480	R$ 27.676,00
SC	SANTA CATARINA	421140	NOVA ERECHIM	900	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421145	NOVA ITABERABA	800	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421150	NOVA TRENTO	2444	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421160	NOVA VENEZA	731	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421165	NOVO HORIZONTE	592	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421170	ORLEANS	3652	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	421175	OTACÍLIO COSTA	2969	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421180	OURO	1144	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421185	OURO VERDE	225	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421187	PAIAL	324	R$ 5.676,00

SC	SANTA CATARINA	421189	PAINEL	453	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421190	PALHOÇA	661	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421200	PALMA SOLA	1781	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421205	PALMEIRA	557	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421210	PALMITOS	1073	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421220	PAPANDUVA	1707	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421223	PARAÍSO	779	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421225	PASSO DE TORRES	595	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421227	PASSOS MAIA	1059	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421230	PAULO LOPES	813	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421240	PEDRAS GRANDES	580	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421250	PENHA	2412	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421260	PERITIBA	337	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421265	PESCARIA BRAVA	1792	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421270	PETROLÂNDIA	637	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421280	BALNEÁRIO PIÇARRAS	4368	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	421290	PINHALZINHO	3638	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	421300	PINHEIRO PRETO	634	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421310	PIRATUBA	944	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421315	PLANALTO ALEGRE	521	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421320	POMERODE	798	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421330	PONTE ALTA	1156	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421335	PONTE ALTA DO NORTE	854	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421340	PONTE SERRADA	2202	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421350	PORTO BELO	2987	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421360	PORTO UNIÃO	6654	R$ 13.676,00
SC	SANTA CATARINA	421370	POUSO REDONDO	3498	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	421380	PRAIA GRANDE	897	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421390	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	356	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421400	PRESIDENTE GETÚLIO	1221	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421410	PRESIDENTE NEREU	436	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421415	PRINCESA	338	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421420	QUILOMBO	940	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421430	RANCHO QUEIMADO	576	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421440	RIO DAS ANTAS	1397	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421450	RIO DO CAMPO	1445	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421460	RIO DO OESTE	1466	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421470	RIO DOS CEDROS	953	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421480	RIO DO SUL	9220	R$ 16.676,00
SC	SANTA CATARINA	421490	RIO FORTUNA	882	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421505	RIO RUFINO	508	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421507	RIQUEZA	1084	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421510	RODEIO	1307	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421520	ROMELÂNDIA	885	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421530	SALETE	1560	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421535	SALTINHO	889	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421540	SALTO VELOSO	727	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421545	SANGÃO	2635	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421550	SANTA CECÍLIA	2568	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421555	SANTA HELENA	400	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421560	SANTA ROSA DE LIMA	394	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421565	SANTA ROSA DO SUL	2625	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421567	SANTA TEREZINHA	1719	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421568	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	254	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421569	SANTIAGO DO SUL	337	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	4446	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	421575	SÃO BERNARDINO	548	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421590	SÃO BONIFÁCIO	505	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421600	SÃO CARLOS	1867	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421605	SÃO CRISTOVÃO DO SUL	1037	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421610	SÃO DOMINGOS	1748	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421620	SÃO FRANCISCO DO SUL	1227	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421625	SÃO JOÃO DO OESTE	954	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421630	SÃO JOÃO BATISTA	4016	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	421635	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	862	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421640	SÃO JOÃO DO SUL	1553	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421650	SÃO JOAQUIM	1756	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421660	SÃO JOSÉ	4138	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	421670	SÃO JOSÉ DO CEDRO	2583	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421690	SÃO LOURENÇO DO OESTE	1541	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421700	SÃO LUDGERO	2506	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421710	SÃO MARTINHO	633	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421715	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	355	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	SANTA CATARINA	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	2504	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421725	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	421	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421730	SAUDADES	1154	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421740	SCHROEDER	580	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421750	SEARA	959	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421755	SERRA ALTA	554	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421760	SIDERÓPOLIS	1116	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421770	SOMBRIO	6691	R$ 13.676,00
SC	SANTA CATARINA	421775	SUL BRASIL	551	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421780	TAIÓ	2790	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421790	TANGARÁ	1577	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421795	TIGRINHOS	406	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421800	TIJUCAS	3588	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	421810	TIMBÉ DO SUL	535	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421820	TIMBÓ	3349	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	421825	TIMBÓ GRANDE	1800	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421830	TRÊS BARRAS	2718	R$ 8.676,00
SC	SANTA CATARINA	421835	TREVISO	644	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421840	TREZE DE MAIO	1245	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421850	TREZE TÍLIAS	1218	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421860	TROMBUDO CENTRAL	1460	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421870	TUBARÃO	6594	R$ 13.676,00
SC	SANTA CATARINA	421875	TUNÁPOLIS	536	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421880	TURVO	1254	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421885	UNIÃO DO OESTE	284	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421890	URUBICI	2003	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421895	URUPEMA	505	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421900	URUSSANGA	1840	R$ 7.676,00
SC	SANTA CATARINA	421910	VARGEÃO	854	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421915	VARGEM	616	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421917	VARGEM BONITA	859	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421920	VIDAL RAMOS	729	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421930	VIDEIRA	4568	R$ 10.676,00
SC	SANTA CATARINA	421935	VITOR MEIRELES	434	R$ 5.676,00
SC	SANTA CATARINA	421940	WITMARSUM	818	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421950	XANXERÊ	3744	R$ 9.676,00
SC	SANTA CATARINA	421960	XAVANTINA	625	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	421970	XAXIM	5436	R$ 12.676,00
SC	SANTA CATARINA	421985	ZORTÉA	726	R$ 6.676,00
SC	SANTA CATARINA	422000	BALNEÁRIO RINCÃO	2191	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280010	AMPARO DE SÃO FRANCISCO	562	R$ 5.676,00
SE	SERGIPE	280020	AQUIDABÃ	2579	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280030	ARACAJU	25749	R$ 37.676,00
SE	SERGIPE	280040	ARAUÁ	2845	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280050	AREIA BRANCA	4279	R$ 10.676,00
SE	SERGIPE	280060	BARRA DOS COQUEIROS	4802	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280067	BOQUIM	5579	R$ 12.676,00
SE	SERGIPE	280070	BREJO GRANDE	2526	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280100	CAMPO DO BRITO	3211	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280110	CANHOBA	1045	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280120	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	9474	R$ 17.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	SERGIPE	280130	CAPELA	5355	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280140	CARIRA	4850	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280150	CARMÓPOLIS	4263	R$ 10.676,00
SE	SERGIPE	280160	CEDRO DE SÃO JOÃO	1122	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280170	CRISTINÁPOLIS	5356	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280190	CUMBE	920	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280200	DIVINA PASTORA	1445	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280210	ESTÂNCIA	9741	R$ 17.676,00
SE	SERGIPE	280220	FEIRA NOVA	1535	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280230	FREI PAULO	3038	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280240	GARARU	2706	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280250	GENERAL MAYNARD	767	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280260	GRACHO CARDOSO	1382	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280270	ILHA DAS FLORES	2579	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280280	INDIAROBA	4995	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280290	ITABAIANA	11006	R$ 19.676,00
SE	SERGIPE	280300	ITABAIANINHA	7623	R$ 14.676,00
SE	SERGIPE	280310	ITABI	965	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280320	ITAPORANGA D"AJUDA	7730	R$ 14.676,00
SE	SERGIPE	280330	JAPARATUBA	2736	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280340	JAPOATÃ	3504	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280350	LAGARTO	14469	R$ 23.676,00
SE	SERGIPE	280360	LARANJEIRAS	6405	R$ 13.676,00
SE	SERGIPE	280370	MACAMBIRA	1671	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280380	MALHADA DOS BOIS	1114	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280390	MALHADOR	1815	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280400	MARUIM	2465	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280410	MOITA BONITA	2089	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280420	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	3745	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280430	MURIBECA	1837	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280440	NEÓPOLIS	4618	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280445	NOSSA SENHORA APARECIDA	1742	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280450	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	7054	R$ 14.676,00
SE	SERGIPE	280460	NOSSA SENHORA DAS DORES	2840	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280470	NOSSA SENHORA DE LOURDES	1504	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	27199	R$ 39.676,00
SE	SERGIPE	280490	PACATUBA	3997	R$ 10.676,00
SE	SERGIPE	280500	PEDRA MOLE	641	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280510	PEDRINHAS	2671	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280520	PINHÃO	1627	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280530	PIRAMBU	2355	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280540	POÇO REDONDO	8053	R$ 15.676,00
SE	SERGIPE	280550	POÇO VERDE	3146	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280560	PORTO DA FOLHA	3766	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280570	PROPRIÁ	4488	R$ 10.676,00
SE	SERGIPE	280580	RIACHÃO DO DANTAS	5148	R$ 11.676,00
SE	SERGIPE	280590	RIACHUELO	2374	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280600	RIBEIRÓPOLIS	3281	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280610	ROSÁRIO DO CATETE	2413	R$ 8.676,00
SE	SERGIPE	280620	SALGADO	2129	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280630	SANTA LUZIA DO ITANHY	4097	R$ 10.676,00
SE	SERGIPE	280640	SANTANA DO SÃO FRANCISCO	1304	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280650	SANTA ROSA DE LIMA	1253	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280660	SANTO AMARO DAS BROTAS	1807	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	10555	R$ 18.676,00
SE	SERGIPE	280680	SÃO DOMINGOS	2174	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280690	SÃO FRANCISCO	899	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280700	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	935	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280710	SIMÃO DIAS	9557	R$ 17.676,00
SE	SERGIPE	280720	SIRIRI	2174	R$ 7.676,00
SE	SERGIPE	280730	TELHA	763	R$ 6.676,00
SE	SERGIPE	280740	TOBIAS BARRETO	8890	R$ 16.676,00
SE	SERGIPE	280750	TOMAR DO GERU	3318	R$ 9.676,00
SE	SERGIPE	280760	UMBAÚBA	3893	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	350010	ADAMANTINA	2835	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350020	ADOLFO	745	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350050	ÁGUAS DE LINDÓIA	3402	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	350055	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	327	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350080	ALFREDO MARCONDES	722	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350090	ALTAIR	849	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350100	ALTINÓPOLIS	2865	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350120	ÁLVARES FLORENCE	600	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350130	ÁLVARES MACHADO	3960	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	350170	AMÉRICO BRASILIENSE	3869	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	350180	AMÉRICO DE CAMPOS	1291	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350210	ANDRADINA	10088	R$ 17.676,00
SP	SÃO PAULO	350220	ANGATUBA	1841	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350230	ANHEMBI	842	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350240	ANHUMAS	778	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350260	APARECIDA D"OESTE	827	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350270	APIAÍ	6193	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	350280	ARAÇATUBA	13559	R$ 22.676,00

SP	SÃO PAULO	350315	ARAPEÍ	440	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350320	ARARAQUARA	6867	R$ 13.676,00
SP	SÃO PAULO	350330	ARARAS	7660	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	350335	ARCO-ÍRIS	373	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350340	AREALVA	802	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350350	AREIAS	807	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350360	AREIÓPOLIS	1971	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350380	ARTUR NOGUEIRA	9700	R$ 17.676,00
SP	SÃO PAULO	350390	ARUJÁ	3660	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	350395	ASPÁSIA	359	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350400	ASSIS	3459	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	350410	ATIBAIA	6229	R$ 13.676,00
SP	SÃO PAULO	350420	AURIFLAMA	419	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350430	AVAÍ	443	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350460	BADY BASSITT	1282	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350470	BALBINOS	487	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350490	BANANAL	2043	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350500	BARÃO DE ANTONINA	386	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350510	BARBOSA	1439	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350530	BARRA BONITA	5541	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	350540	BARRA DO TURVO	1863	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350550	BARRETOS	2978	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350560	BARRINHA	4851	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	350570	BARUERI	29418	R$ 42.676,00
SP	SÃO PAULO	350580	BASTOS	4044	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	350590	BATATAIS	4132	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	350600	BAURU	638	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350610	BEBEDOURO	4681	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	350630	BERNARDINO DE CAMPOS	2152	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350635	BERTIOGA	2632	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350640	BILAC	1224	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350650	BIRIGUI	7996	R$ 15.676,00
SP	SÃO PAULO	350670	BOA ESPERANÇA DO SUL	2751	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350715	BOM SUCESSO DE ITARARÉ	604	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350720	BORÁ	227	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350730	BORACÉIA	562	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350740	BORBOREMA	1360	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350745	BOREBI	694	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350750	BOTUCATU	410	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	350760	BRAGANÇA PAULISTA	4843	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	350780	BRODOWSKI	3012	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	350790	BROTAS	2317	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350800	BURI	4823	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	350810	BURITAMA	1503	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350830	CABRÁLIA PAULISTA	1214	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350840	CABREÚVA	7717	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	350850	CAÇAPAVA	15569	R$ 24.676,00
SP	SÃO PAULO	350860	CACHOEIRA PAULISTA	3005	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	350880	CAFELÂNDIA	1540	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350890	CAIABU	740	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350910	CAIUÁ	671	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350920	CAJAMAR	7889	R$ 15.676,00
SP	SÃO PAULO	350940	CAJURU	1758	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	350950	CAMPINAS	867	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	659	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350970	CAMPOS DO JORDÃO	10893	R$ 18.676,00
SP	SÃO PAULO	350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	998	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	350990	CANANÉIA	2886	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	350995	CANAS	847	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351000	CÂNDIDO MOTA	3279	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	351010	CÂNDIDO RODRIGUES	482	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351015	CANITAR	1327	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351020	CAPÃO BONITO	2203	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	351040	CAPIVARI	4525	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	351050	CARAGUATATUBA	6334	R$ 13.676,00
SP	SÃO PAULO	351060	CARAPICUÍBA	7622	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	351070	CARDOSO	2100	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351080	CASA BRANCA	421	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351090	CÁSSIA DOS COQUEIROS	245	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351100	CASTILHO	3993	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	351110	CATANDUVA	4955	R$ 11.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SÃO PAULO	351130	CEDRAL	1226	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351160	CESÁRIO LANGE	790	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351200	COLINA	676	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351210	COLÔMBIA	682	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351230	CONCHAS	1326	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351240	CORDEIRÓPOLIS	4816	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	351250	COROADOS	994	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351260	CORONEL MACEDO	1045	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351280	COSMÓPOLIS	11905	R$ 20.676,00
SP	SÃO PAULO	351290	COSMORAMA	785	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351330	CRUZÁLIA	383	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351340	CRUZEIRO	3374	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	351350	CUBATÃO	4399	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	351370	DESCALVADO	542	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351380	DIADEMA	28803	R$ 41.676,00
SP	SÃO PAULO	351390	DIVINOLÂNDIA	562	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351400	DOBRADA	1927	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351410	DOIS CÓRREGOS	4699	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	351440	DRACENA	823	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351460	DUMONT	1338	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351480	ELDORADO	2094	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351492	ELISIÁRIO	480	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351510	EMBU-GUAÇU	1917	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351512	EMILIANÓPOLIS	566	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351530	ESTRELA DO NORTE	650	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	2016	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351540	FARTURA	3268	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	351550	FERNANDÓPOLIS	3164	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	351560	FERNANDO PRESTES	839	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351565	FERNÃO	356	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	9753	R$ 17.676,00
SP	SÃO PAULO	351580	FLORA RICA	299	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351590	FLOREAL	253	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351630	FRANCISCO MORATO	13116	R$ 21.676,00
SP	SÃO PAULO	351640	FRANCO DA ROCHA	19605	R$ 29.676,00
SP	SÃO PAULO	351650	GABRIEL MONTEIRO	326	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351660	GÁLIA	1116	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351670	GARÇA	977	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351680	GASTÃO VIDIGAL	770	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351690	GENERAL SALGADO	378	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351700	GETULINA	1016	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351720	GUAIÇARA	1555	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351730	GUAIMBÊ	591	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351750	GUAPIAÇU	3619	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	351770	GUARÁ	746	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351780	GUARAÇAÍ	585	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351790	GUARACI	1028	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351800	GUARANI D"OESTE	453	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	351810	GUARANTÃ	761	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351840	GUARATINGUETÁ	1369	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351860	GUARIBA	1818	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351870	GUARUJÁ	13748	R$ 22.676,00
SP	SÃO PAULO	351880	GUARULHOS	148574	R$ 190.676,00
SP	SÃO PAULO	351900	HERCULÂNDIA	1576	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351905	HOLAMBRA	2248	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	351910	IACANGA	1532	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351925	IARAS	1393	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351940	IBIRÁ	1712	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	351950	IBIRAREMA	721	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351960	IBITINGA	4058	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	351980	ICÉM	814	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	351990	IEPÊ	1561	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352000	IGARAÇU DO TIETÊ	4090	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	352010	IGARAPAVA	5116	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	352020	IGARATÁ	2360	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352030	IGUAPE	1860	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352042	ILHA COMPRIDA	2436	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352044	ILHA SOLTEIRA	1042	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352050	INDAIATUBA	2823	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352060	INDIANA	866	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352070	INDIAPORÃ	694	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352080	INÚBIA PAULISTA	750	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352110	IPEÚNA	916	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352120	IPORANGA	987	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352130	IPUÃ	2786	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352150	IRAPUÃ	1420	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352160	IRAPURU	1157	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352190	ITAJOBI	2478	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352215	ITAÓCA	854	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352230	ITAPETININGA	2022	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352240	ITAPEVA	2831	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352250	ITAPEVI	6153	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	352260	ITAPIRA	2508	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352265	ITAPIRAPUÃ PAULISTA	1023	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352270	ITÁPOLIS	560	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352280	ITAPORANGA	1714	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352300	ITAPURA	1044	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352320	ITARARÉ	2932	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352330	ITARIRI	3263	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	352340	ITATIBA	2845	R$ 8.676,00

SP	SÃO PAULO	352360	ITIRAPINA	428	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352380	ITOBI	958	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352390	ITU	3620	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	352400	ITUPEVA	1922	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352420	JABORANDI	1217	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352440	JACAREÍ	2389	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352450	JACI	131	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352480	JALES	3679	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	352490	JAMBEIRO	426	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352500	JANDIRA	2266	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352520	JARINU	3743	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	352540	JERIQUARA	698	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352550	JOANÓPOLIS	2055	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352560	JOÃO RAMALHO	527	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352580	JÚLIO MESQUITA	1045	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352590	JUNDIAÍ	6179	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	2103	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352610	JUQUIÁ	4444	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	352630	LAGOINHA	990	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352650	LAVÍNIA	1065	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352660	LAVRINHAS	1426	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352670	LEME	3142	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	352680	LENÇÓIS PAULISTA	604	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352700	LINDÓIA	1433	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	352710	LINS	4618	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	352720	LORENA	4899	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	352730	LOUVEIRA	1378	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352750	LUCIANÓPOLIS	215	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352760	LUÍS ANTÔNIO	531	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352770	LUIZIÂNIA	916	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352780	LUPÉRCIO	558	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352810	MACAUBAL	889	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352820	MACEDÔNIA	666	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352860	MANDURI	997	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352870	MARABÁ PAULISTA	661	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352880	MARACAÍ	499	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352885	MARAPOAMA	514	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352900	MARÍLIA	12172	R$ 20.676,00
SP	SÃO PAULO	352910	MARINÓPOLIS	206	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352920	MARTINÓPOLIS	2941	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	352930	MATÃO	14994	R$ 23.676,00
SP	SÃO PAULO	352940	MAUÁ	15632	R$ 24.676,00
SP	SÃO PAULO	352950	MENDONÇA	481	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352960	MERIDIANO	522	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	352980	MINEIROS DO TIETÊ	1251	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	352990	MIRACATU	4850	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	353000	MIRA ESTRELA	572	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	976	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353040	MIRASSOLÂNDIA	502	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353050	MOCOCA	13867	R$ 22.676,00
SP	SÃO PAULO	353080	MOGI MIRIM	3512	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	353090	MOMBUCA	883	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353100	MONÇÕES	189	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353120	MONTE ALEGRE DO SUL	1103	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353130	MONTE ALTO	2420	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	353140	MONTE APRAZÍVEL	126	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353150	MONTE AZUL PAULISTA	1975	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353160	MONTE CASTELO	721	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353190	MORRO AGUDO	1448	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353200	MORUNGABA	859	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353210	MURUTINGA DO SUL	717	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353215	NANTES	691	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353220	NARANDIBA	934	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SÃO PAULO	353230	NATIVIDADE DA SERRA	1203	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353250	NEVES PAULISTA	1342	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353270	NIPOÃ	908	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353280	NOVA ALIANÇA	1241	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353284	NOVA CANAÃ PAULISTA	370	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353290	NOVA EUROPA	2032	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353300	NOVA GRANADA	3515	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	353310	NOVA GUATAPORANGA	427	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353320	NOVA INDEPENDÊNCIA	484	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353325	NOVAIS	1014	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353330	NOVA LUZITÂNIA	359	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353340	NOVA ODESSA	4898	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	353370	OCAUÇU	261	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353390	OLÍMPIA	2604	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	353400	ONDA VERDE	188	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353420	ORINDIÚVA	1223	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353450	OSCAR BRESSANE	472	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353460	OSVALDO CRUZ	2189	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353470	OURINHOS	20103	R$ 30.676,00
SP	SÃO PAULO	353475	OUROESTE	1909	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353480	OURO VERDE	1179	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353490	PACAEMBU	1745	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353500	PALESTINA	2008	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353510	PALMARES PAULISTA	1282	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353520	PALMEIRA D"OESTE	282	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353540	PANORAMA	924	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353550	PARAGUAÇU PAULISTA	469	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353580	PARANAPANEMA	848	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353590	PARANAPUÃ	752	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353600	PARAPUÃ	1768	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353610	PARDINHO	240	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353620	PARIQUERA-AÇU	538	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353625	PARISI	479	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353640	PAULICÉIA	1040	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353657	PAULISTÂNIA	439	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353660	PAULO DE FARIA	1661	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353670	PEDERNEIRAS	4399	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	353680	PEDRA BELA	1081	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353690	PEDRANÓPOLIS	417	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353710	PEDREIRA	3027	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	353715	PEDRINHAS PAULISTA	254	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353740	PEREIRA BARRETO	3909	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	353750	PEREIRAS	272	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353760	PERUÍBE	1297	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353800	PINDAMONHANGABA	1700	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353830	PIQUEROBI	590	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	353850	PIQUETE	786	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353860	PIRACAIA	5591	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	353870	PIRACICABA	23676	R$ 34.676,00
SP	SÃO PAULO	353880	PIRAJU	711	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353900	PIRANGI	1699	R$ 7.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SÃO PAULO	353920	PIRAPOZINHO	2319	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	353930	PIRASSUNUNGA	3020	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	353940	PIRATININGA	1924	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	353960	PLANALTO	1181	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	353990	POLONI	867	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354000	POMPÉIA	3393	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	354010	PONGAÍ	320	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354020	PONTAL	3599	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	354030	PONTES GESTAL	476	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354040	POPULINA	859	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354060	PORTO FELIZ	2345	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354070	PORTO FERREIRA	5608	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	354075	POTIM	3673	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	354080	POTIRENDABA	643	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354085	PRACINHA	338	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354090	PRADÓPOLIS	720	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354100	PRAIA GRANDE	9905	R$ 17.676,00
SP	SÃO PAULO	354105	PRATÂNIA	1332	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354120	PRESIDENTE BERNARDES	1828	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354130	PRESIDENTE EPITÁCIO	2870	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	7745	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	354150	PRESIDENTE VENCESLAU	1001	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354160	PROMISSÃO	2723	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354170	QUATÁ	1648	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354190	QUELUZ	1494	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354200	QUINTANA	622	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354210	RAFARD	971	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354220	RANCHARIA	2416	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354230	REDENÇÃO DA SERRA	421	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354240	REGENTE FEIJÓ	1953	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354250	REGINÓPOLIS	622	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354260	REGISTRO	4265	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	354270	RESTINGA	1944	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354280	RIBEIRA	872	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354290	RIBEIRÃO BONITO	197	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354300	RIBEIRÃO BRANCO	4657	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	354310	RIBEIRÃO CORRENTE	1229	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354320	RIBEIRÃO DO SUL	914	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354323	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	395	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354325	RIBEIRÃO GRANDE	1839	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354330	RIBEIRÃO PIRES	7448	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	354340	RIBEIRÃO PRETO	25326	R$ 36.676,00
SP	SÃO PAULO	354370	RINCÃO	1732	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354390	RIO CLARO	4014	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	354400	RIO DAS PEDRAS	484	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354420	RIOLÂNDIA	426	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354425	ROSANA	3660	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	354430	ROSEIRA	2438	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354440	RUBIÁCEA	210	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354460	SABINO	682	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354470	SAGRES	517	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354490	SALES OLIVEIRA	1732	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354510	SALMOURÃO	464	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354520	SALTO	9743	R$ 17.676,00
SP	SÃO PAULO	354530	SALTO DE PIRAPORA	4897	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	354550	SANDOVALINA	807	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354560	SANTA ADÉLIA	1642	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354580	SANTA BÁRBARA D"OESTE	15582	R$ 24.676,00
SP	SÃO PAULO	354600	SANTA BRANCA	2904	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354610	SANTA CLARA D"OESTE	439	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354625	SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	511	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	4197	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	354650	SANTA ERNESTINA	1271	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354660	SANTA FÉ DO SUL	1966	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354680	SANTA ISABEL	4965	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	354690	SANTA LÚCIA	839	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354710	SANTA MERCEDES	315	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354730	SANTANA DE PARNAÍBA	31780	R$ 44.676,00
SP	SÃO PAULO	354740	SANTA RITA D"OESTE	229	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354760	SANTA ROSA DE VITERBO	1982	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354765	SANTA SALETE	368	R$ 5.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SÃO PAULO	354770	SANTO ANASTÁCIO	641	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354780	SANTO ANDRÉ	7185	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	354790	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	739	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354810	SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	821	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354830	SANTO EXPEDITO	595	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354840	SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	857	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354850	SANTOS	32655	R$ 46.676,00
SP	SÃO PAULO	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	46435	R$ 63.676,00
SP	SÃO PAULO	354880	SÃO CAETANO DO SUL	7739	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	354890	SÃO CARLOS	3794	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	354900	SÃO FRANCISCO	571	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354925	SÃO JOÃO DE IRACEMA	362	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354930	SÃO JOÃO DO PAU D"ALHO	388	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	354940	SÃO JOAQUIM DA BARRA	3875	R$ 10.676,00
SP	SÃO PAULO	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	1986	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	354960	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	735	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	2587	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	7424	R$ 14.676,00
SP	SÃO PAULO	355010	SÃO MANUEL	2319	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	355030	SÃO PAULO	611163	R$ 769.676,00
SP	SÃO PAULO	355050	SÃO PEDRO DO TURVO	1528	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355070	SÃO SEBASTIÃO	5257	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	355090	SÃO SIMÃO	969	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355100	SÃO VICENTE	3010	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	355110	SARAPUÍ	753	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355130	SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	359	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355150	SERRANA	2027	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355160	SERRA NEGRA	4740	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	355170	SERTÃOZINHO	4995	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	355180	SETE BARRAS	3296	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	355190	SEVERÍNIA	2665	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	355200	SILVEIRAS	959	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355220	SOROCABA	5770	R$ 12.676,00
SP	SÃO PAULO	355230	SUD MENNUCCI	1148	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355240	SUMARÉ	10150	R$ 17.676,00
SP	SÃO PAULO	355250	SUZANO	886	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355255	SUZANÁPOLIS	875	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355270	TABATINGA	1820	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355290	TACIBA	777	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355300	TAGUAÍ	775	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355310	TAIAÇU	1085	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355320	TAIÚVA	874	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355330	TAMBAÚ	1187	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355340	TANABI	1275	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355350	TAPIRAÍ	2012	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355360	TAPIRATIBA	2358	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	355365	TAQUARAL	536	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355370	TAQUARITINGA	10654	R$ 18.676,00
SP	SÃO PAULO	355380	TAQUARITUBA	1315	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355385	TAQUARIVAÍ	2069	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355390	TARABAI	1396	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355395	TARUMÃ	1683	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355410	TAUBATÉ	20934	R$ 31.676,00
SP	SÃO PAULO	355430	TEODORO SAMPAIO	4738	R$ 11.676,00
SP	SÃO PAULO	355460	TIMBURI	520	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355465	TORRE DE PEDRA	95	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355470	TORRINHA	505	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355490	TRÊS FRONTEIRAS	538	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355495	TUIUTI	432	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355500	TUPÃ	2357	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	355510	TUPI PAULISTA	698	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355530	TURMALINA	310	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355535	UBARANA	1290	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355550	UBIRAJARA	1107	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355560	UCHOA	1567	R$ 7.676,00
SP	SÃO PAULO	355570	UNIÃO PAULISTA	341	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355580	URÂNIA	445	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355590	URU	291	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355610	VALENTIM GENTIL	1237	R$ 6.676,00
SP	SÃO PAULO	355650	VÁRZEA PAULISTA	3297	R$ 9.676,00
SP	SÃO PAULO	355670	VINHEDO	406	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355680	VIRADOURO	2382	R$ 8.676,00
SP	SÃO PAULO	355710	VOTUPORANGA	6820	R$ 13.676,00
SP	SÃO PAULO	355715	ZACARIAS	536	R$ 5.676,00
SP	SÃO PAULO	355720	CHAVANTES	916	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170025	ABREULÂNDIA	323	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170030	AGUIARNÓPOLIS	1615	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170035	ALIANÇA DO TOCANTINS	596	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170040	ALMAS	2006	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170070	ALVORADA	2140	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170100	ANANÁS	1454	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170105	ANGICO	899	R$ 6.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	TOCANTINS	170110	APARECIDA DO RIO NEGRO	1323	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170130	ARAGOMINAS	1476	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170190	ARAGUACEMA	1804	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170200	ARAGUAÇU	2072	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170210	ARAGUAÍNA	27395	R$ 39.676,00
TO	TOCANTINS	170215	ARAGUANÃ	1334	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170220	ARAGUATINS	7985	R$ 15.676,00
TO	TOCANTINS	170230	ARAPOEMA	1129	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170240	ARRAIAS	2796	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	170255	AUGUSTINÓPOLIS	4646	R$ 11.676,00
TO	TOCANTINS	170270	AURORA DO TOCANTINS	826	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170290	AXIXÁ DO TOCANTINS	2704	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	170300	BABAÇULÂNDIA	1668	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170307	BARRA DO OURO	1420	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170310	BARROLÂNDIA	1431	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170320	BERNARDO SAYÃO	1254	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170330	BOM JESUS DO TOCANTINS	1157	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170360	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	544	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170370	BREJINHO DE NAZARÉ	1342	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170380	BURITI DO TOCANTINS	2543	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	170382	CACHOEIRINHA	612	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170384	CAMPOS LINDOS	2836	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	170386	CARIRI DO TOCANTINS	657	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170388	CARMOLÂNDIA	724	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170389	CARRASCO BONITO	1127	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170390	CASEARA	1379	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170410	CENTENÁRIO	573	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170460	CHAPADA DE AREIA	280	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	785	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170550	COLINAS DO TOCANTINS	8256	R$ 15.676,00
TO	TOCANTINS	170555	COMBINADO	1213	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170560	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	1202	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170600	COUTO MAGALHÃES	1203	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170610	CRISTALÂNDIA	1716	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170625	CRIXÁS DO TOCANTINS	450	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170650	DARCINÓPOLIS	1468	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170700	DIANÓPOLIS	2691	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	170710	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	1009	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170720	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	1524	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170730	DUERÉ	894	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170740	ESPERANTINA	3256	R$ 9.676,00
TO	TOCANTINS	170755	FÁTIMA	510	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	170765	FIGUEIRÓPOLIS	839	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170770	FILADÉLFIA	1799	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170820	FORMOSO DO ARAGUAIA	662	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170825	FORTALEZA DO TABOCÃO	1036	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170830	GOIANORTE	1256	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	170900	GOIATINS	3376	R$ 9.676,00
TO	TOCANTINS	170930	GUARAÍ	2125	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	170950	GURUPI	3986	R$ 10.676,00
TO	TOCANTINS	170980	IPUEIRAS	487	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171050	ITACAJÁ	2383	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	171070	ITAGUATINS	1074	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171090	ITAPIRATINS	997	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171110	ITAPORÃ DO TOCANTINS	564	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171150	JAÚ DO TOCANTINS	737	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171180	JUARINA	645	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171190	LAGOA DA CONFUSÃO	2372	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	171195	LAGOA DO TOCANTINS	1220	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171200	LAJEADO	1141	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171215	LAVANDEIRA	447	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171240	LIZARDA	1086	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171245	LUZINÓPOLIS	870	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171250	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	766	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171270	MATEIROS	775	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171280	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	956	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171320	MIRACEMA DO TOCANTINS	3012	R$ 9.676,00
TO	TOCANTINS	171330	MIRANORTE	2928	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	171360	MONTE DO CARMO	1590	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171370	MONTE SANTO DO TOCANTINS	364	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171380	PALMEIRAS DO TOCANTINS	1442	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171395	MURICILÂNDIA	820	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171420	NATIVIDADE	2252	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	171430	NAZARÉ	1386	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171488	NOVA OLINDA	1891	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171500	NOVA ROSALÂNDIA	856	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171510	NOVO ACORDO	687	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171515	NOVO ALEGRE	505	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171525	NOVO JARDIM	768	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171550	OLIVEIRA DE FÁTIMA	523	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171570	PALMEIRANTE	1365	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171575	PALMEIRÓPOLIS	1864	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171610	PARAÍSO DO TOCANTINS	4921	R$ 11.676,00
TO	TOCANTINS	171620	PARANÃ	1853	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171630	PAU D"ARCO	532	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171650	PEDRO AFONSO	1730	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171660	PEIXE	2401	R$ 8.676,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	TOCANTINS	171665	PEQUIZEIRO	998	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171670	COLMÉIA	1220	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171700	PINDORAMA DO TOCANTINS	1213	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171720	PIRAQUÊ	724	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171750	PIUM	1012	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171780	PONTE ALTA DO BOM JESUS	1113	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171790	PONTE ALTA DO TOCANTINS	1965	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	822	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171820	PORTO NACIONAL	4310	R$ 10.676,00
TO	TOCANTINS	171830	PRAIA NORTE	2424	R$ 8.676,00
TO	TOCANTINS	171840	PRESIDENTE KENNEDY	762	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171845	PUGMIL	673	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171850	RECURSOLÂNDIA	1199	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171855	RIACHINHO	1297	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171865	RIO DA CONCEIÇÃO	571	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	171870	RIO DOS BOIS	634	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171875	RIO SONO	679	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171880	SAMPAIO	1265	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171884	SANDOLÂNDIA	901	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171886	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	1497	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	774	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171889	SANTA RITA DO TOCANTINS	664	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171890	SANTA ROSA DO TOCANTINS	816	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	171900	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	740	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	753	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172010	SÃO BENTO DO TOCANTINS	1597	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	172015	SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	552	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	172020	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	1878	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	836	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172030	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	1264	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172049	SÃO VALÉRIO	1040	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172065	SILVANÓPOLIS	1434	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	172080	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	3002	R$ 9.676,00
TO	TOCANTINS	172085	SUCUPIRA	484	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	172090	TAGUATINGA	3428	R$ 9.676,00
TO	TOCANTINS	172093	TAIPAS DO TOCANTINS	597	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	172097	TALISMÃ	663	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172100	PALMAS	35603	R$ 49.676,00
TO	TOCANTINS	172110	TOCANTÍNIA	836	R$ 6.676,00
TO	TOCANTINS	172120	TOCANTINÓPOLIS	6265	R$ 13.676,00
TO	TOCANTINS	172125	TUPIRAMA	405	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	172130	TUPIRATINS	549	R$ 5.676,00
TO	TOCANTINS	172208	WANDERLÂNDIA	1855	R$ 7.676,00
TO	TOCANTINS	172210	XAMBIOÁ	3102	R$ 9.676,00
					R$ 52.981.040,00

ANEXO II				
UF	MUNICÍPIO	IBGE	POPULAÇÃO	VALOR
AC	TARAUACÁ	120060	36763	R$ 50.000,00
AL	ARAPIRACA	270030	218140	R$ 90.000,00
AL	ATALAIA	270040	44892	R$ 50.000,00
AL	CAMPO ALEGRE	270140	52327	R$ 60.000,00
AL	CORURIPE	270230	53224	R$ 60.000,00
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	48876	R$ 50.000,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	37858	R$ 50.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	47504	R$ 50.000,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	70738	R$ 60.000,00
AL	PENEDO	270670	60890	R$ 60.000,00
AL	PILAR	270690	33623	R$ 50.000,00
AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	270840	30549	R$ 50.000,00
AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	270860	56319	R$ 60.000,00
AL	SÃO SEBASTIÃO	270880	32446	R$ 50.000,00
AL	TEOTÔNIO VILELA	270915	41797	R$ 50.000,00
AL	UNIÃO DOS PALMARES	270930	62923	R$ 60.000,00
AM	BENJAMIN CONSTANT	130060	34950	R$ 50.000,00
AM	BOCA DO ACRE	130070	31171	R$ 50.000,00
AM	CAREIRO	130110	33517	R$ 50.000,00
AM	IRANDUBA	130185	41947	R$ 50.000,00
AM	MANACAPURU	130250	86985	R$ 60.000,00
AM	PARINTINS	130340	103828	R$ 70.000,00
AM	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	130380	39097	R$ 50.000,00
AP	LARANJAL DO JARI	160027	41668	R$ 50.000,00
BA	ALAGOINHAS	290070	143460	R$ 70.000,00
BA	AMARGOSA	290100	34845	R$ 50.000,00
BA	ARACI	290210	52325	R$ 60.000,00
BA	BARRA DO CHOÇA	290290	35501	R$ 50.000,00
BA	BOM JESUS DA LAPA	290390	64740	R$ 60.000,00
BA	CACHOEIRA	290490	32270	R$ 50.000,00
BA	CAMAÇARI	290570	255238	R$ 90.000,00
BA	CANDEIAS	290650	84121	R$ 60.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	CANSANÇÃO	290680	33054	R$ 50.000,00
BA	CASA NOVA	290720	66331	R$ 60.000,00
BA	CATU	290750	51734	R$ 60.000,00
BA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	290840	63033	R$ 60.000,00
BA	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	290850	30717	R$ 50.000,00
BA	CRUZ DAS ALMAS	290980	59470	R$ 60.000,00
BA	CURAÇÁ	290990	32631	R$ 50.000,00
BA	DIAS D"ÁVILA	291005	69628	R$ 60.000,00
BA	ENTRE RIOS	291050	40180	R$ 50.000,00
BA	ESPLANADA	291060	33618	R$ 50.000,00
BA	EUCLIDES DA CUNHA	291070	56962	R$ 60.000,00
BA	GUANAMBI	291170	79936	R$ 60.000,00
BA	ILHÉUS	291360	187315	R$ 80.000,00
BA	INHAMBUPE	291370	37321	R$ 50.000,00
BA	IPIAÚ	291390	44538	R$ 50.000,00
BA	IRECÊ	291460	67527	R$ 60.000,00
BA	ITABERABA	291470	62037	R$ 60.000,00
BA	ITABUNA	291480	205885	R$ 90.000,00
BA	ITAMARAJU	291560	63037	R$ 60.000,00
BA	ITAPICURU	291650	33008	R$ 50.000,00
BA	JEREMOABO	291810	38163	R$ 50.000,00
BA	JUAZEIRO	291840	201499	R$ 90.000,00
BA	LAURO DE FREITAS	291920	171042	R$ 80.000,00
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	291950	43514	R$ 50.000,00
BA	MARAGOGIPE	292060	43114	R$ 50.000,00
BA	MATA DE SÃO JOÃO	292100	41527	R$ 50.000,00
BA	PAULO AFONSO	292400	110193	R$ 70.000,00
BA	PILÃO ARCADO	292440	33176	R$ 50.000,00
BA	POJUCA	292520	34106	R$ 50.000,00
BA	PORTO SEGURO	292530	131642	R$ 70.000,00
BA	REMANSO	292600	39365	R$ 50.000,00
BA	RIACHÃO DO JACUÍPE	292630	33271	R$ 50.000,00
BA	RIACHO DE SANTANA	292640	31027	R$ 50.000,00
BA	SALVADOR	292740	2710968	R$ 350.000,00
BA	SANTALUZ	292800	34274	R$ 50.000,00
BA	SANTO AMARO	292860	57978	R$ 60.000,00
BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	292870	93077	R$ 60.000,00
BA	SANTO ESTÊVÃO	292880	48897	R$ 50.000,00
BA	SÃO FRANCISCO DO CONDE	292920	34226	R$ 50.000,00
BA	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	292930	34232	R$ 50.000,00
BA	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	292950	42485	R$ 50.000,00
BA	SENHOR DO BONFIM	293010	75437	R$ 60.000,00
BA	SIMÕES FILHO	293070	121416	R$ 70.000,00
BA	TUCANO	293190	52734	R$ 60.000,00
BA	VALENÇA	293290	90319	R$ 60.000,00
BA	VERA CRUZ	293320	38748	R$ 50.000,00
CE	ACARAÚ	230020	58848	R$ 60.000,00
CE	ACOPIARA	230030	51768	R$ 60.000,00
CE	AMONTADA	230075	40274	R$ 50.000,00
CE	AQUIRAZ	230100	74465	R$ 60.000,00
CE	ARACATI	230110	70363	R$ 60.000,00
CE	BARBALHA	230190	56576	R$ 60.000,00
CE	BATURITÉ	230210	33863	R$ 50.000,00
CE	BEBERIBE	230220	50364	R$ 60.000,00
CE	BELA CRUZ	230230	31259	R$ 50.000,00
CE	BOA VIAGEM	230240	52829	R$ 60.000,00
CE	BREJO SANTO	230250	46207	R$ 50.000,00
CE	CAMOCIM	230260	60870	R$ 60.000,00
CE	CANINDÉ	230280	75209	R$ 60.000,00
CE	CASCAVEL	230350	67503	R$ 60.000,00
CE	CAUCAIA	230370	336091	R$ 100.000,00
CE	CRATEÚS	230410	73102	R$ 60.000,00
CE	CRATO	230420	123963	R$ 70.000,00
CE	EUSÉBIO	230428	47993	R$ 50.000,00
CE	FORTALEZA	230440	2500194	R$ 350.000,00
CE	GRANJA	230470	52528	R$ 60.000,00
CE	GUARACIABA DO NORTE	230500	38189	R$ 50.000,00
CE	HORIZONTE	230523	58418	R$ 60.000,00
CE	ICÓ	230540	65900	R$ 60.000,00
CE	IGUATU	230550	98138	R$ 60.000,00
CE	IPU	230580	40579	R$ 50.000,00
CE	IPUEIRAS	230590	37758	R$ 50.000,00
CE	ITAITINGA	230625	36814	R$ 50.000,00
CE	ITAPAGÉ	230630	49130	R$ 50.000,00
CE	ITAREMA	230655	38547	R$ 50.000,00
CE	JAGUARIBE	230690	34317	R$ 50.000,00
CE	JAGUARUANA	230700	32614	R$ 50.000,00
CE	JUAZEIRO DO NORTE	230730	255648	R$ 90.000,00
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	230750	31073	R$ 50.000,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	56255	R$ 60.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	MARACANAÚ	230765	213404	R$ 90.000,00
CE	MARANGUAPE	230770	117306	R$ 70.000,00
CE	MASSAPÊ	230800	36040	R$ 50.000,00
CE	MAURITI	230810	44836	R$ 50.000,00
CE	MISSÃO VELHA	230840	34529	R$ 50.000,00
CE	MOMBAÇA	230850	42891	R$ 50.000,00
CE	MORADA NOVA	230870	61713	R$ 60.000,00
CE	NOVA RUSSAS	230930	31210	R$ 50.000,00
CE	PACAJUS	230960	64521	R$ 60.000,00
CE	PACATUBA	230970	75411	R$ 60.000,00
CE	PARACURU	231020	32255	R$ 50.000,00
CE	PARAIPABA	231025	30733	R$ 50.000,00
CE	PARAMBU	231030	31160	R$ 50.000,00
CE	PEDRA BRANCA	231050	42064	R$ 50.000,00
CE	PENTECOSTE	231070	35823	R$ 50.000,00
CE	QUIXADÁ	231130	82258	R$ 60.000,00
CE	QUIXERAMOBIM	231140	73812	R$ 60.000,00
CE	RUSSAS	231180	71723	R$ 60.000,00
CE	SANTA QUITÉRIA	231220	42822	R$ 50.000,00
CE	SANTANA DO ACARAÚ	231200	30512	R$ 50.000,00
CE	SÃO BENEDITO	231230	44825	R$ 50.000,00
CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	231240	45141	R$ 50.000,00
CE	SOBRAL	231290	193134	R$ 80.000,00
CE	TAUÁ	231330	56307	R$ 60.000,00
CE	TIANGUÁ	231340	70527	R$ 60.000,00
CE	TRAIRI	231350	52464	R$ 60.000,00
CE	UBAJARA	231360	32496	R$ 50.000,00
CE	VÁRZEA ALEGRE	231400	38952	R$ 50.000,00
CE	VIÇOSA DO CEARÁ	231410	56394	R$ 60.000,00
DF	BRASÍLIA	530010	2648532	R$ 350.000,00
ES	AFONSO CLÁUDIO	320010	30919	R$ 50.000,00
ES	ARACRUZ	320060	84429	R$ 60.000,00
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	320120	192156	R$ 80.000,00
ES	COLATINA	320150	113054	R$ 70.000,00
ES	ITAPEMIRIM	320280	31421	R$ 50.000,00
ES	MARATAÍZES	320332	34675	R$ 50.000,00
ES	NOVA VENÉCIA	320390	46487	R$ 50.000,00
ES	VIANA	320510	66745	R$ 60.000,00
GO	ANÁPOLIS	520110	342347	R$ 100.000,00
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	58262	R$ 60.000,00
GO	CRISTALINA	520620	48463	R$ 50.000,00
GO	GOIANÉSIA	520860	61118	R$ 60.000,00
GO	GOIANIRA	520880	35617	R$ 50.000,00
GO	GOIATUBA	520910	32698	R$ 50.000,00
GO	INHUMAS	521000	48903	R$ 50.000,00
GO	IPORÁ	521020	31271	R$ 50.000,00
GO	ITABERAÍ	521040	36503	R$ 50.000,00
GO	ITUMBIARA	521150	94613	R$ 60.000,00
GO	JARAGUÁ	521180	43167	R$ 50.000,00
GO	MINAÇU	521308	30784	R$ 50.000,00
GO	MINEIROS	521310	55036	R$ 60.000,00
GO	MORRINHOS	521380	42135	R$ 50.000,00
GO	PLANALTINA	521760	82847	R$ 60.000,00
GO	PORANGATU	521800	42773	R$ 50.000,00
GO	POSSE	521830	32234	R$ 50.000,00
GO	QUIRINÓPOLIS	521850	44233	R$ 50.000,00
GO	RIO VERDE	521880	185465	R$ 80.000,00
GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	521930	36760	R$ 50.000,00
GO	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	521975	64963	R$ 60.000,00
GO	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	522010	30586	R$ 50.000,00
GO	SENADOR CANEDO	522045	89176	R$ 60.000,00
GO	TRINDADE	522140	107966	R$ 70.000,00
GO	URUAÇU	522160	37443	R$ 50.000,00
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	210047	31190	R$ 50.000,00
MA	ARAIOSES	210090	43653	R$ 50.000,00
MA	BARREIRINHAS	210170	58083	R$ 60.000,00
MA	COLINAS	210350	39635	R$ 50.000,00
MA	GRAJAÚ	210480	64510	R$ 60.000,00
MA	LAGO DA PEDRA	210570	47298	R$ 50.000,00
MA	MONÇÃO	210690	31717	R$ 50.000,00
MA	PAÇO DO LUMIAR	210750	110321	R$ 70.000,00
MA	SANTA HELENA	210980	40356	R$ 50.000,00
MA	SANTA INÊS	210990	78733	R$ 60.000,00
MA	SANTA LUZIA	211000	74943	R$ 60.000,00
MA	SANTA RITA	211020	33843	R$ 50.000,00
MA	SÃO BENTO	211050	42083	R$ 50.000,00
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	211120	167714	R$ 80.000,00
MA	SÃO LUÍS	211130	1039610	R$ 300.000,00
MA	TUNTUM	211230	39924	R$ 50.000,00
MA	VITORINO FREIRE	211300	31709	R$ 50.000,00
MA	ZÉ DOCA	211400	49355	R$ 50.000,00
MG	ALFENAS	310160	74804	R$ 60.000,00
MG	ANDRADAS	310260	37920	R$ 50.000,00
MG	ARAGUARI	310350	110983	R$ 70.000,00
MG	BARBACENA	310560	128120	R$ 70.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	2395785	R$ 300.000,00
MG	BETIM	310670	388873	R$ 100.000,00

MG	BRUMADINHO	310900	35085	R$ 50.000,00
MG	CARATINGA	311340	86364	R$ 60.000,00
MG	CATAGUASES	311530	70630	R$ 60.000,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	311830	118578	R$ 70.000,00
MG	CURVELO	312090	75014	R$ 60.000,00
MG	EXTREMA	312510	30016	R$ 50.000,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	266190	R$ 90.000,00
MG	GUANHÃES	312800	31781	R$ 50.000,00
MG	IGARAPÉ	313010	36363	R$ 50.000,00
MG	ITABIRITO	313190	46589	R$ 50.000,00
MG	ITAJUBÁ	313240	91643	R$ 60.000,00
MG	ITAMARANDIBA	313250	32595	R$ 50.000,00
MG	ITURAMA	313440	35308	R$ 50.000,00
MG	JAÍBA	313505	34539	R$ 50.000,00
MG	LAGOA SANTA	313760	54732	R$ 60.000,00
MG	LAVRAS	313820	94228	R$ 60.000,00
MG	LEOPOLDINA	313840	51286	R$ 60.000,00
MG	MACHADO	313900	39264	R$ 50.000,00
MG	MURIAÉ	314390	102074	R$ 70.000,00
MG	NOVA LIMA	314480	83507	R$ 60.000,00
MG	OLIVEIRA	314560	39801	R$ 50.000,00
MG	OURO FINO	314600	31893	R$ 50.000,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	59670	R$ 60.000,00
MG	PIUMHI	315150	32352	R$ 50.000,00
MG	PONTE NOVA	315210	57706	R$ 60.000,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	134215	R$ 70.000,00
MG	RIBEIRÃO DAS NEVES	315460	303029	R$ 100.000,00
MG	SANTA LUZIA	315780	205666	R$ 90.000,00
MG	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	315960	38734	R$ 50.000,00
MG	SÃO GOTARDO	316210	32452	R$ 50.000,00
MG	SÃO LOURENÇO	316370	42372	R$ 50.000,00
MS	AMAMBAI	500060	35523	R$ 50.000,00
MS	AQUIDAUANA	500110	45943	R$ 50.000,00
MS	MARACAJU	500540	39095	R$ 50.000,00
MS	NAVIRAÍ	500570	47899	R$ 50.000,00
MS	NOVA ANDRADINA	500620	47126	R$ 50.000,00
MS	PARANAÍBA	500630	40462	R$ 50.000,00
MS	PONTA PORÃ	500660	80433	R$ 60.000,00
MS	RIO BRILHANTE	500720	31875	R$ 50.000,00
MS	SIDROLÂNDIA	500790	44949	R$ 50.000,00
MT	ALTA FLORESTA	510025	49494	R$ 50.000,00
MT	BARRA DO BUGRES	510170	32464	R$ 50.000,00
MT	BARRA DO GARÇAS	510180	57235	R$ 60.000,00
MT	CUIABÁ	510340	561329	R$ 120.000,00
MT	JUARA	510510	33100	R$ 50.000,00
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	510642	31516	R$ 50.000,00
MT	POCONÉ	510650	31931	R$ 50.000,00
MT	RONDONÓPOLIS	510760	202309	R$ 90.000,00
PA	ABAETETUBA	150010	144415	R$ 70.000,00
PA	ACARÁ	150020	53787	R$ 60.000,00
PA	ANANINDEUA	150080	483821	R$ 110.000,00
PA	BENEVIDES	150150	54083	R$ 60.000,00
PA	CAPANEMA	150220	64624	R$ 60.000,00
PA	CASTANHAL	150240	178986	R$ 80.000,00
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	150270	45885	R$ 50.000,00
PA	GOIANÉSIA DO PARÁ	150309	35299	R$ 50.000,00
PA	IGARAPÉ-AÇU	150320	36414	R$ 50.000,00
PA	MARITUBA	150442	113353	R$ 70.000,00
PA	MOJU	150470	72597	R$ 60.000,00
PA	MUANÁ	150490	35524	R$ 50.000,00
PA	SANTA IZABEL DO PARÁ	150650	61919	R$ 60.000,00
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	150670	59919	R$ 60.000,00
PA	URUARÁ	150815	44727	R$ 50.000,00
PA	VIGIA	150820	49054	R$ 50.000,00
PA	VISEU	150830	57566	R$ 60.000,00
PA	XINGUARA	150840	41382	R$ 50.000,00
PB	BAYEUX	250180	100543	R$ 70.000,00
PB	CABEDELO	250320	60226	R$ 60.000,00
PB	CAJAZEIRAS	250370	59130	R$ 60.000,00
PB	CAMPINA GRANDE	250400	389995	R$ 100.000,00
PB	ESPERANÇA	250600	31538	R$ 50.000,00
PB	JOÃO PESSOA	250750	742478	R$ 185.000,00
PB	MAMANGUAPE	250890	42537	R$ 50.000,00
PB	MONTEIRO	250970	31330	R$ 50.000,00
PB	POMBAL	251210	32134	R$ 50.000,00
PB	QUEIMADAS	251250	41538	R$ 50.000,00
PB	SANTA RITA	251370	121994	R$ 70.000,00
PB	SÃO BENTO	251390	31582	R$ 50.000,00
PB	SAPÉ	251530	50565	R$ 60.000,00
PB	SOUSA	251620	66457	R$ 60.000,00
PE	ABREU E LIMA	260005	95243	R$ 60.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	ÁGUA PRETA	260040	33785	R$ 50.000,00
PE	ÁGUAS BELAS	260050	40778	R$ 50.000,00
PE	ARCOVERDE	260120	69880	R$ 60.000,00
PE	BARREIROS	260140	40973	R$ 50.000,00
PE	BELO JARDIM	260170	72996	R$ 60.000,00
PE	BEZERROS	260190	58864	R$ 60.000,00
PE	BOM CONSELHO	260210	45983	R$ 50.000,00
PE	BOM JARDIM	260220	37949	R$ 50.000,00
PE	BONITO	260230	37539	R$ 50.000,00
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	260260	46248	R$ 50.000,00
PE	BUÍQUE	260280	53304	R$ 60.000,00
PE	CABROBÓ	260300	31497	R$ 50.000,00
PE	CAMARAGIBE	260345	146847	R$ 70.000,00
PE	CARPINA	260400	76527	R$ 60.000,00
PE	CARUARU	260410	324095	R$ 100.000,00
PE	CATENDE	260420	38812	R$ 50.000,00
PE	CUSTÓDIA	260510	34442	R$ 50.000,00
PE	ESCADA	260520	64422	R$ 60.000,00
PE	EXU	260530	31518	R$ 50.000,00
PE	GOIANA	260620	75902	R$ 60.000,00
PE	GRAVATÁ	260640	77845	R$ 60.000,00
PE	IGARASSU	260680	105003	R$ 70.000,00
PE	IPOJUCA	260720	83862	R$ 60.000,00
PE	ITAMBÉ	260765	35461	R$ 50.000,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	654786	R$ 185.000,00
PE	JOÃO ALFREDO	260810	31305	R$ 50.000,00
PE	LAJEDO	260880	37296	R$ 50.000,00
PE	LIMOEIRO	260890	55343	R$ 60.000,00
PE	MORENO	260940	57828	R$ 60.000,00
PE	OURICURI	260990	65510	R$ 60.000,00
PE	PALMARES	261000	60091	R$ 60.000,00
PE	PAUDALHO	261060	52297	R$ 60.000,00
PE	PAULISTA	261070	306239	R$ 100.000,00
PE	PESQUEIRA	261090	63519	R$ 60.000,00
PE	PETROLINA	261110	305352	R$ 100.000,00
PE	RIBEIRÃO	261180	44950	R$ 50.000,00
PE	SALGUEIRO	261220	57343	R$ 60.000,00
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	261260	39816	R$ 50.000,00
PE	SÃO CAITANO	261310	35554	R$ 50.000,00
PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	261350	32763	R$ 50.000,00
PE	SÃO JOSÉ DO EGITO	261360	32186	R$ 50.000,00
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	261370	104782	R$ 70.000,00
PE	SERRA TALHADA	261390	80489	R$ 60.000,00
PE	SERTÂNIA	261410	34109	R$ 50.000,00
PE	SIRINHAÉM	261420	41391	R$ 50.000,00
PE	SURUBIM	261450	59751	R$ 60.000,00
PE	TIMBAÚBA	261530	53360	R$ 60.000,00
PE	TORITAMA	261540	37631	R$ 50.000,00
PE	VICÊNCIA	261630	31021	R$ 50.000,00
PI	ALTOS	220040	39232	R$ 50.000,00
PI	CAMPO MAIOR	220220	45493	R$ 50.000,00
PI	PARNAÍBA	220770	147732	R$ 70.000,00
PI	PEDRO II	220790	37692	R$ 50.000,00
PI	PICOS	220800	75481	R$ 60.000,00
PI	PIRIPIRI	220840	62088	R$ 60.000,00
PI	SÃO RAIMUNDO NONATO	221060	33148	R$ 50.000,00
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	410040	105458	R$ 70.000,00
PR	APUCARANA	410140	122896	R$ 70.000,00
PR	ARAPONGAS	410150	106978	R$ 70.000,00
PR	CAMBÉ	410370	98024	R$ 60.000,00
PR	CAMPO MOURÃO	410430	88209	R$ 60.000,00
PR	CASCAVEL	410480	292372	R$ 90.000,00
PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	410640	46939	R$ 50.000,00
PR	DOIS VIZINHOS	410720	36813	R$ 50.000,00
PR	FAZENDA RIO GRANDE	410765	84514	R$ 60.000,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	255718	R$ 90.000,00
PR	FRANCISCO BELTRÃO	410840	80727	R$ 60.000,00
PR	GUAÍRA	410880	31013	R$ 50.000,00
PR	GUARAPUAVA	410940	169252	R$ 80.000,00
PR	IBIPORÃ	410980	49111	R$ 50.000,00
PR	JACAREZINHO	411180	39045	R$ 50.000,00
PR	LAPA	411320	45334	R$ 50.000,00
PR	LONDRINA	411370	515707	R$ 120.000,00
PR	MANDAGUARI	411420	32849	R$ 50.000,00
PR	MARINGÁ	411520	367410	R$ 100.000,00
PR	MATINHOS	411570	30220	R$ 50.000,00
PR	MEDIANEIRA	411580	42420	R$ 50.000,00
PR	PALMEIRA	411770	32326	R$ 50.000,00
PR	PATO BRANCO	411850	73901	R$ 60.000,00
PR	PINHÃO	411930	30480	R$ 50.000,00
PR	PIRAQUARA	411950	96023	R$ 60.000,00
PR	PITANGA	411960	32152	R$ 50.000,00
PR	RIO BRANCO DO SUL	412220	30848	R$ 50.000,00
PR	RIO NEGRO	412230	31662	R$ 50.000,00
PR	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	412410	43125	R$ 50.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	TELÊMACO BORBA	412710	71176	R$ 60.000,00
PR	UNIÃO DA VITÓRIA	412820	53372	R$ 60.000,00
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	177101	R$ 80.000,00
RJ	ARARUAMA	330020	116418	R$ 70.000,00
RJ	BARRA DO PIRAÍ	330030	95726	R$ 60.000,00
RJ	BARRA MANSA	330040	178880	R$ 80.000,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	474596	R$ 110.000,00
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	330060	35677	R$ 50.000,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	330080	55139	R$ 60.000,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	330100	472300	R$ 110.000,00
RJ	CASIMIRO DE ABREU	330130	37340	R$ 50.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	867067	R$ 185.000,00
RJ	GUAPIMIRIM	330185	53527	R$ 60.000,00
RJ	ITABORAÍ	330190	222618	R$ 90.000,00
RJ	ITAGUAÍ	330200	113182	R$ 70.000,00
RJ	ITAPERUNA	330220	97219	R$ 60.000,00
RJ	JAPERI	330227	97337	R$ 60.000,00
RJ	MACAÉ	330240	217951	R$ 90.000,00
RJ	MAGÉ	330250	230568	R$ 90.000,00
RJ	MANGARATIBA	330260	38201	R$ 50.000,00
RJ	MARICÁ	330270	135121	R$ 70.000,00
RJ	MESQUITA	330285	169537	R$ 80.000,00
RJ	NILÓPOLIS	330320	157986	R$ 80.000,00
RJ	NITERÓI	330330	491807	R$ 110.000,00
RJ	NOVA FRIBURGO	330340	183391	R$ 80.000,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	801746	R$ 185.000,00
RJ	PARACAMBI	330360	48129	R$ 50.000,00
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	41639	R$ 50.000,00
RJ	PARATY	330380	38740	R$ 50.000,00
RJ	QUEIMADOS	330414	140374	R$ 70.000,00
RJ	RIO BONITO	330430	56436	R$ 60.000,00
RJ	RIO DE JANEIRO	330455	6390290	R$ 350.000,00
RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	330470	40876	R$ 50.000,00
RJ	SÃO FIDÉLIS	330480	37657	R$ 50.000,00
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	330475	41386	R$ 50.000,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	1016128	R$ 300.000,00
RJ	SÃO JOÃO DA BARRA	330500	33512	R$ 50.000,00
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	330510	460062	R$ 110.000,00
RJ	SÃO PEDRO DA ALDEIA	330520	91542	R$ 60.000,00
RJ	SEROPÉDICA	330555	80138	R$ 60.000,00
RJ	TRÊS RIOS	330600	78256	R$ 60.000,00
RJ	VALENÇA	330610	72679	R$ 60.000,00
RJ	VOLTA REDONDA	330630	260180	R$ 90.000,00
RN	AÇU	240020	54031	R$ 60.000,00
RN	APODI	240100	34852	R$ 50.000,00
RN	CAICÓ	240200	63571	R$ 60.000,00
RN	CANGUARETAMA	240220	31506	R$ 50.000,00
RN	CEARÁ-MIRIM	240260	69005	R$ 60.000,00
RN	CURRAIS NOVOS	240310	42934	R$ 50.000,00
RN	JOÃO CÂMARA	240580	32677	R$ 50.000,00
RN	MACAÍBA	240710	71670	R$ 60.000,00
RN	MOSSORÓ	240800	266758	R$ 90.000,00
RN	NATAL	240810	817590	R$ 185.000,00
RN	NOVA CRUZ	240830	35741	R$ 50.000,00
RN	PARNAMIRIM	240325	214199	R$ 90.000,00
RN	SANTA CRUZ	241120	36477	R$ 50.000,00
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	241200	90376	R$ 60.000,00
RN	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	241220	40511	R$ 50.000,00
RN	TOUROS	241440	31574	R$ 50.000,00
RO	BURITIS	110045	33397	R$ 50.000,00
RO	MACHADINHO D"OESTE	110013	32403	R$ 50.000,00
RO	ROLIM DE MOURA	110028	51142	R$ 60.000,00
RR	BOA VISTA	140010	296959	R$ 90.000,00
RS	ALEGRETE	430040	76644	R$ 60.000,00
RS	ALVORADA	430060	197441	R$ 80.000,00
RS	BAGÉ	430160	117090	R$ 70.000,00
RS	CAÇAPAVA DO SUL	430280	33547	R$ 50.000,00
RS	CACHOEIRA DO SUL	430300	83217	R$ 60.000,00
RS	CAMPO BOM	430390	60989	R$ 60.000,00
RS	CANELA	430440	40076	R$ 50.000,00
RS	CANGUÇU	430450	53533	R$ 60.000,00
RS	CANOAS	430460	326505	R$ 100.000,00
RS	CARAZINHO	430470	59569	R$ 60.000,00
RS	CRUZ ALTA	430610	62138	R$ 60.000,00
RS	DOM PEDRITO	430660	38670	R$ 50.000,00
RS	GRAVATAÍ	430920	259138	R$ 90.000,00
RS	GUAÍBA	430930	95340	R$ 60.000,00
RS	ITAQUI	431060	37916	R$ 50.000,00
RS	PALMEIRA DAS MISSÕES	431370	34016	R$ 50.000,00
RS	PASSO FUNDO	431410	187298	R$ 80.000,00
RS	PORTO ALEGRE	431490	1416714	R$ 300.000,00
RS	RIO GRANDE	431560	198842	R$ 80.000,00
RS	RIO PARDO	431570	37563	R$ 50.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	ROSÁRIO DO SUL	431640	39503	R$ 50.000,00
RS	SANTA CRUZ DO SUL	431680	119997	R$ 70.000,00
RS	SANTA MARIA	431690	263662	R$ 90.000,00
RS	SANTA ROSA	431720	69127	R$ 60.000,00
RS	SANT"ANA DO LIVRAMENTO	431710	81198	R$ 60.000,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	76205	R$ 60.000,00
RS	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	431760	40086	R$ 50.000,00
RS	SÃO BORJA	431800	61189	R$ 60.000,00
RS	SÃO LEOPOLDO	431870	217189	R$ 90.000,00
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	431880	43024	R$ 50.000,00
RS	SÃO LUIZ GONZAGA	431890	34235	R$ 50.000,00
RS	TAQUARA	432120	54918	R$ 60.000,00
RS	TORRES	432150	35227	R$ 50.000,00
RS	URUGUAIANA	432240	125209	R$ 70.000,00
RS	VIAMÃO	432300	241190	R$ 90.000,00
SC	CAMBORIÚ	420320	65520	R$ 60.000,00
SC	CURITIBANOS	420480	38003	R$ 50.000,00
SC	IMBITUBA	420730	40845	R$ 50.000,00
SC	LAGES	420930	156604	R$ 80.000,00
SC	MAFRA	421010	53361	R$ 60.000,00
SC	SÃO MIGUEL DO OESTE	421720	36908	R$ 50.000,00
SC	TIJUCAS	421800	32087	R$ 50.000,00
SC	TUBARÃO	421870	98412	R$ 60.000,00
SE	ARACAJU	280030	587701	R$ 120.000,00
SE	CAPELA	280130	31402	R$ 50.000,00
SE	ESTÂNCIA	280210	65226	R$ 60.000,00
SE	ITABAIANA	280290	88501	R$ 60.000,00
SE	ITABAIANINHA	280300	39432	R$ 50.000,00
SE	ITAPORANGA D"AJUDA	280320	31165	R$ 50.000,00
SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	280450	33341	R$ 50.000,00
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	280480	165194	R$ 80.000,00
SE	POÇO REDONDO	280540	31614	R$ 50.000,00
SE	SÃO CRISTÓVÃO	280670	81011	R$ 60.000,00
SE	SIMÃO DIAS	280710	38988	R$ 50.000,00
SP	ARAÇATUBA	350280	183441	R$ 80.000,00
SP	ARUJÁ	350390	77279	R$ 60.000,00
SP	ASSIS	350400	96336	R$ 60.000,00
SP	BARRA BONITA	350530	35210	R$ 50.000,00
SP	BARRETOS	350550	113338	R$ 70.000,00
SP	BEBEDOURO	350610	75069	R$ 60.000,00
SP	BOTUCATU	350750	130201	R$ 70.000,00
SP	BRAGANÇA PAULISTA	350760	150023	R$ 80.000,00
SP	CACHOEIRA PAULISTA	350860	30527	R$ 50.000,00
SP	CAJAMAR	350920	66131	R$ 60.000,00
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	350960	75637	R$ 60.000,00
SP	CAMPOS DO JORDÃO	350970	48324	R$ 50.000,00
SP	CAPIVARI	351040	49650	R$ 50.000,00
SP	CARAGUATATUBA	351050	104150	R$ 70.000,00
SP	CARAPICUÍBA	351060	373358	R$ 100.000,00
SP	CATANDUVA	351110	113873	R$ 70.000,00
SP	DESCALVADO	351370	31379	R$ 50.000,00
SP	DIADEMA	351380	390980	R$ 100.000,00
SP	DRACENA	351440	43675	R$ 50.000,00
SP	EMBU-GUAÇU	351510	63653	R$ 60.000,00
SP	FERNANDÓPOLIS	351550	65157	R$ 60.000,00
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	351570	172222	R$ 80.000,00
SP	FRANCISCO MORATO	351630	157603	R$ 80.000,00
SP	FRANCO DA ROCHA	351640	135150	R$ 70.000,00
SP	GARÇA	351670	43108	R$ 50.000,00
SP	GUARATINGUETÁ	351840	113258	R$ 70.000,00
SP	GUARIBA	351860	36151	R$ 50.000,00
SP	GUARUJÁ	351870	294669	R$ 90.000,00
SP	GUARULHOS	351880	1244518	R$ 300.000,00
SP	IBITINGA	351960	54146	R$ 60.000,00
SP	ITAPETININGA	352230	147219	R$ 70.000,00
SP	ITAPEVA	352240	88491	R$ 60.000,00
SP	ITAPIRA	352260	69317	R$ 60.000,00
SP	ITARARÉ	352320	48143	R$ 50.000,00
SP	ITUPEVA	352400	47682	R$ 50.000,00
SP	LENÇÓIS PAULISTA	352680	62393	R$ 60.000,00
SP	LINS	352710	72260	R$ 60.000,00
SP	LORENA	352720	83224	R$ 60.000,00
SP	MARÍLIA	352900	219664	R$ 90.000,00
SP	MATÃO	352930	77546	R$ 60.000,00
SP	MOCOCA	353050	66399	R$ 60.000,00
SP	OLÍMPIA	353390	50630	R$ 60.000,00
SP	OSVALDO CRUZ	353460	31109	R$ 50.000,00
SP	PARAGUAÇU PAULISTA	353550	42680	R$ 50.000,00
SP	PEDERNEIRAS	353670	42235	R$ 50.000,00
SP	PINDAMONHANGABA	353800	150162	R$ 80.000,00
SP	PIRASSUNUNGA	353930	70869	R$ 60.000,00
SP	PORTO FERREIRA	354070	51999	R$ 60.000,00
SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	354130	41624	R$ 50.000,00
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	354140	210393	R$ 90.000,00
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	354150	37996	R$ 50.000,00
SP	PROMISSÃO	354160	36364	R$ 50.000,00
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	354640	44375	R$ 50.000,00
SP	SANTANA DE PARNAÍBA	354730	113945	R$ 70.000,00
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	774886	R$ 185.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SÃO MANUEL	355010	38614	R$ 50.000,00
SP	SÃO SEBASTIÃO	355070	76344	R$ 60.000,00
SP	SUZANO	355250	267583	R$ 90.000,00
SP	TAQUARITINGA	355370	54279	R$ 60.000,00
SP	TAUBATÉ	355410	283899	R$ 90.000,00
SP	TUPÃ	355500	63498	R$ 60.000,00
SP	VOTUPORANGA	355710	86059	R$ 60.000,00

TO	COLINAS DO TOCANTINS	170550	31675	R$ 50.000,00
TO	GURUPI	170950	78525	R$ 60.000,00
TO	PALMAS	172100	242070	R$ 90.000,00
TO	PORTO NACIONAL	171820	49774	R$ 50.000,00
TOTAL	548	-	-	R$ 36.150.000,00

PORTARIA Nº 2.730/GM/MS, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera valor e atributos de procedimentos diagnósticos de câncer de mama na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das Normas sobre as Políticas Nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde. I - Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC); e

Considerando o processo constante de atualização dos procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, os valores, instrumento de registro e modalidade de atendimento dos procedimentos constantes do Anexo I.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 9.445.967,11 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil novecentos e sessenta e sete reais e onze centavos) a serem incorporados ao componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Distrito Federal para custeio do reajuste dos valores dos procedimentos constantes do Anexo II.

Parágrafo único. A pactuação dos recursos pelo gestor estadual e municipal será objeto de pactuação no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite (CIB) de cada Estado.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em parcelas mensais, de forma regular e automática, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários necessários à implementação dos procedimentos incluídos por esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0008.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao Programa de Trabalho de que trata o artigo 2º têm como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção do serviço de que trata esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2017.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Procedimento:	02.01.01.056-9 - BIOPSIA/EXERESE DE NÓDULO DE MAMA
Valor Ambulatorial SA:	70,00
Valor Ambulatorial Total:	70,00

Procedimento:	Valor Hospitalar:
	Valor Hospitalar Total:
	70,00

Procedimento:	02.01.01.058-5 - PUNCAO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA
Instrumento de Registro:	02 - BPA Individualizado
Modalidade:	1. Ambulatorial
Valor Ambulatorial SA:	66,48
Valor Ambulatorial Total:	66,48

Procedimento:	02.01.01.060-7 - PUNCAO DE MAMA POR AGULHA GROSSA
Instrumento de Registro:	02 - BPA Individualizado
Modalidade:	1. -Ambulatorial
Valor Ambulatorial SA:	140,00
Valor Ambulatorial Total:	140,00

Procedimento:	02.03.01.004-3 - EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA
Instrumento de Registro:	02 - BPA Individualizado
Modalidade:	1. Ambulatorial
Valor Ambulatorial SA:	35,34
Valor Ambulatorial Total:	35,34

Procedimento:	02.03.02.006-5 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - BIOPSIA
Valor Ambulatorial SA:	45,83
Valor Ambulatorial Total:	45,83

ANEXO II

UF	Valor Anual
Acre	8.002,08
Alagoas	136.154,93
Amapá	3.173,89
Amazonas	89.389,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bahia	774.141,15
Ceará	246.062,38
Distrito Federal	31.723,09
Espírito Santo	188.022,39
Goiás	153.251,88
Maranhão	84.284,71
Mato Grosso	60.180,19
Mato Grosso do Sul	55.352,01
Minas Gerais	1.284.083,12
Pará	112.879,27
Paraíba	154.627,13
Paraná	697.633,77
Pernambuco	452.018,13
Piauí	113.005,05
Rio de Janeiro	564.649,98
Rio Grande do Norte	111.772,05
Rio Grande do Sul	709.953,37
Rondônia	29.771,89
Roraima	9.523,04
Santa Catarina	397.765,09
São Paulo	2.845.538,62
Sergipe	76.358,92
Tocantins	32.426,88
TOTAL	9.445.967,11

PORTARIA Nº 2.733, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Inclui no Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e compatibiliza na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS a indicação de transplante de células-tronco hematopoéticas alogênico, para tratamento da adrenoleucodistrofia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as disposições da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, e suas alterações e do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997;

Considerando as disposições da Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que altera a Lei nº nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017 - de Consolidação das Normas sobre os sistemas e subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando o informe e a deliberação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC) à sua reunião ordinária do dia 5 de outubro de 2017;

Considerando as contribuições da Câmara Técnica Nacional para os Transplantes de Células-Tronco Hematopoéticas e a avaliação da Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes, do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Secretaria de Atenção à Saúde; e

Considerando a necessidade de se contar com mais uma alternativa de tratamento para os pacientes com Adrenoleucodistrofia, resolve:

Art. 1º Fica incluída no Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes a indicação de transplante de células-tronco hematopoéticas (TCTH) alogênico aparentado e não aparentado de medula óssea, de sangue periférico e de sangue de cordão umbilical, do tipo mieloablativo, para o tratamento da Adrenoleucodistrofia, conforme anexo, do anexo 21 do Anexo 1 da Portaria nº 4, de 28 de setembro de 2017 - de Consolidação das Normas sobre os sistemas e subsistemas do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. Os TCTH poderão ser indicados e realizados conforme os critérios estabelecidos no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica incluída, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, a compatibilidade do código E71.3 - Distúrbios do metabolismo de ácidos graxos, da CID-10, com os procedimentos a seguir relacionados:

Código	Procedimento
05.05.01.001-1	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de medula óssea - aparentado
05.05.01.003-8	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue de cordão umbilical aparentado
05.05.01.005-4	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue periférico - aparentado
05.05.01.002-0	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de medula óssea - não aparentado
05.05.01.004-6	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue de cordão umbilical de não aparentado
05.05.01.006-2	Transplante alogênico de células-tronco hematopoéticas de sangue periférico - não aparentado

Art. 3º Fica estabelecido que a Secretaria de Atenção à Saúde tome as providências necessárias para a operacionalização da inclusão no Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e da compatibilização no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no SIH-SUS na competência seguinte à data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INDICAÇÕES DE TRANSPLANTE DE CÉLULAS-TRONCO HEMATOPOÉTICAS
ALOGÊNICO APARENTADO E NÃO APARENTADO DO TIPO MIELOABLATIVO NO TRATAMENTO DA ADRENOLEUCODISTROFIA

O transplante de células-tronco hematopoéticas (TCTH) alogênico aparentado ou não aparentado de medula óssea, de sangue periférico ou de sangue de cordão umbilical, do tipo mieloablativo, no tratamento da adrenoleucodistrofia poderá ser indicado e realizado em pacientes que preencham os critérios a seguir relacionados:

I - Paciente com até 19 anos de idade e Adrenoleucodistrofia (ADL-X) que apresente as seguintes condições:

1.Sintomas neurológicos leves - escore de déficit neurológico de 0 a 1; ou

2.Escore de gravidade na Ressonância Magnética - RM (escore de Loes) menor que 9.

Para a autorização do TCTH alogênico aparentado ou não aparentado de medula óssea, de sangue periférico ou de sangue de cordão umbilical, do tipo mieloablativo, todos os potenciais receptores deverão estar inscritos no Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea ou outros precursores hematopoéticos - REREME/INCA/MS.

Os receptores transplantados originários dos próprios hospitais transplantadores, neles devem continuar sendo assistidos e acompanhados; e os demais receptores transplantados deverão, efetivada a alta do hospital transplantador, ser devidamente reencaminhados aos seus hospitais de origem, para a continuidade da assistência e acompanhamento. A comunicação entre os hospitais deve ser mantida de modo que o hospital solicitante conte, sempre que necessário, com a orientação do hospital transplantador e este, com as informações atualizadas sobre a evolução dos transplantados.

Os resultados de todos os casos de Adrenoleucodistrofia submetidos a TCTH alogênico aparentado ou não aparentado de medula óssea, de sangue periférico ou de sangue de cordão umbilical, do tipo mieloablativo, deverão ter sua evolução registrada no REREME a cada três meses até completar pelo menos 1 (um) ano da realização do transplante.

Na presença de doadores histocompatíveis voluntários ou consanguíneos, as famílias de pacientes afetados devem ser informadas sobre os benefícios e riscos de tratamentos alternativos como o transplante, ocasião na qual deverá ser assinado Termo de Esclarecimento e Responsabilidade.

A utilização das fontes de células-tronco hematopoéticas (medula óssea, sangue periférico ou sangue de cordão umbilical) deve considerar os riscos para o doador e os riscos e benefícios para o receptor. A fonte das células precursoras hematopoéticas para a realização do TCHT alogênico para tratamento de Adrenoleucodistrofia deverá ser, preferencialmente, a medula óssea ou o sangue de cordão umbilical com adequada celularidade. A utilização do sangue periférico como fonte das células precursoras hematopoéticas deverá ser restrita a receptores selecionados, cuja obtenção da medula óssea do doador por punção esteja indisponível ou para receptores que não possuam doadores de medula óssea ou de sangue de cordão umbilical não identificados.

PORTARIA Nº 2.734, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 2.636/GM/MS, de 20 de novembro de 2012, que habilita os Municípios, os Estados e o Distrito Federal a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Art. 1º Os recursos federais destinados ao Fundo de Saúde do Município de Uberaba/MG, previsto no anexo da Portaria nº 2.636/GM/MS, de 20 de novembro de 2012, passa a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ANEXO DA PORTARIA Nº 2.636/GM/MS, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UBERABA	18428.839000/1120-04	2.967.850,00	10.302.2015.8535.0001

PORTARIA Nº 2.736, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece recurso financeiro anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, e redefine os limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao custeio da Nefrologia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS referentes à Nefrologia e autorizados por meio de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais - APAC, sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a análise dos gastos com a Nefrologia, dos estados, Distrito Federal e municípios, com base na produção aprovada e registrada no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), no período de dezembro de 2016 a junho de 2017; e

Considerando a necessidade de corrigir as defasagens existentes nos limites financeiros dos estados, Distrito Federal e municípios, visando à redistribuição e alocação de recursos, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 25.983.286,56 (vinte e cinco milhões, novecentos e oitenta e três mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a serem adicionados ao limite financeiro dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º Ficam redefinidos os limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria, que serão disponibilizados por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Fundos Municipais de Saúde, após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Plano Orçamentário 0000- Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento, consignado ao programa de trabalho que trata o caput, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2017.

ANTONIO CARLOS FIGUIREDO NARDI

ANEXO

UF	IBGE	ESTADO/MUNICÍPIO	VALOR ANUAL (R$)
AC	120000	ACRE	9.881.450,52
		AC Total	9.881.450,52
AL	270030	ARAPIRACA	12.068.476,32
AL	270430	MACEIO	27.073.553,76
AL	270630	PALMEIRA DOS INDIOS	4.237.382,88
AL	270860	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2.973.387,84
		AL Total	46.352.800,80
AM	130000	AMAZONAS	24.721.775,76
		AM Total	24.721.775,76
AP	160000	AMAPA	7.119.067,56
		AP Total	7.119.067,56
BA	290000	BAHIA	30.383.156,04
BA	290070	ALAGOINHAS	4.440.999,24
BA	290320	BARREIRAS	2.065.052,64
BA	290460	BRUMADO	6.059.858,28
BA	290570	CAMACARI	6.296.744,28
BA	291072	EUNAPOLIS	6.456.803,04
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	21.885.675,96
BA	291170	GUANAMBI	6.840.156,36
BA	291360	ILHEUS	6.009.908,04
BA	291480	ITABUNA	7.885.184,28
BA	291750	JACOBINA	3.330.828,48
BA	291800	JEQUIE	8.473.100,76
BA	291840	JUAZEIRO	8.939.768,76
BA	292400	PAULO AFONSO	7.163.288,88
BA	292740	SALVADOR	35.585.999,88
BA	292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	6.429.378,48
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	6.511.143,84
BA	293050	SERRINHA	6.405.306,84
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	12.375.160,56
		BA Total	193.537.514,64
CE	230190	BARBALHA	6.317.931,12
CE	230210	BATURITE	3.072.904,20
CE	230280	CANINDE	4.161.625,44
CE	230350	CASCAVEL	6.786.796,20
CE	230370	CAUCAIA	9.248.160,48
CE	230410	CRATEUS	3.237.699,96
CE	230420	CRATO	7.923.319,08
CE	230428	EUSEBIO	5.795.586,84
CE	230440	FORTALEZA	50.667.580,80
CE	230550	IGUATU	4.414.989,00
CE	230640	ITAPIPOCA	3.636.362,16
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	5.044.207,92
CE	230765	MARACANAU	6.419.081,88
CE	231130	QUIXADA	3.367.608,36
CE	231180	RUSSAS	4.335.780,24
CE	231290	SOBRAL	9.835.502,28
		CE Total	134.265.135,96
DF	530000	DISTRITO FEDERAL	37.230.975,12
		DF Total	37.230.975,12
ES	320000	ESPIRITO SANTO	64.741.085,40
		ES Total	64.741.085,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520000	GOIAS	4.974.899,16
GO	520110	ANAPOLIS	8.216.905,80
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	11.681.332,56
GO	520450	CALDAS NOVAS	2.240.292,48
GO	520510	CATALAO	4.146.805,20
GO	520540	CERES	3.839.767,56
GO	520800	FORMOSA	3.665.628,72
GO	520860	GOIANESIA	4.522.152,12
GO	520870	GOIANIA	44.037.721,32
GO	521020	IPORA	2.433.445,08
GO	521150	ITUMBIARA	2.309.714,76
GO	521190	JATAI	3.909.282,48
GO	521250	LUZIANIA	2.664.083,76
GO	521800	PORANGATU	4.524.906,36
GO	521880	RIO VERDE	6.512.381,88
GO	522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	1.722.997,68
GO	522185	VALPARAISO DE GOIAS	5.178.476,64
		GO Total	116.580.793,56
MA	210000	MARANHAO	21.214.728,12
MA	210330	CODO	1.835.488,20
MA	210530	IMPERATRIZ	12.375.393,12
MA	210820	PEDREIRAS	3.204.225,72
MA	211130	SAO LUIS	27.602.922,48
MA	211220	TIMON	3.445.354,32
		MA Total	69.678.111,96
MG	310000	MINAS GERAIS	67.695.366,12
MG	310160	ALFENAS	8.415.840,60
MG	310350	ARAGUARI	3.015.080,76
MG	310400	ARAXA	3.850.330,20
MG	310560	BARBACENA	5.072.582,88
MG	310620	BELO HORIZONTE	82.430.085,60
MG	310670	BETIM	6.395.073,84
MG	310740	BOM DESPACHO	3.908.725,80
MG	310860	BRASILIA DE MINAS	5.188.449,00
MG	311120	CAMPO BELO	4.372.298,40
MG	311340	CARATINGA	5.343.050,28
MG	311530	CATAGUASES	2.219.990,16
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	4.500.947,40
MG	311860	CONTAGEM	21.734.790,60
MG	312090	CURVELO	4.477.776,48
MG	312160	DIAMANTINA	2.894.416,68
MG	312230	DIVINOPOLIS	7.937.185,44
MG	312710	FRUTAL	1.725.610,68
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	12.244.291,92
MG	313130	IPATINGA	10.543.124,28
MG	313170	ITABIRA	4.993.253,40
MG	313240	ITAJUBA	5.059.114,68
MG	313380	ITAUNA	3.410.212,56
MG	313420	ITUIUTABA	4.396.372,08
MG	313510	JANAUBA	5.143.695,12
MG	313620	JOAO MONLEVADE	5.272.943,76
MG	313670	JUIZ DE FORA	15.252.323,40
MG	313820	LAVRAS	4.651.887,72
MG	313940	MANHUACU	6.594.936,60
MG	314700	PARACATU	1.491.836,16
MG	314710	PARA DE MINAS	2.485.251,72
MG	314800	PATOS DE MINAS	6.024.378,84
MG	314810	PATROCINIO	4.022.286,12
MG	315120	PIRAPORA	2.337.374,28
MG	315180	POCOS DE CALDAS	2.853.596,04
MG	315210	PONTE NOVA	4.789.406,28
MG	315250	POUSO ALEGRE	5.723.141,40
MG	315700	SALINAS	2.658.114,48
MG	316250	SAO JOAO DEL REI	5.087.773,32
MG	316370	SAO LOURENCO	5.117.291,76
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.161.631,24
MG	316720	SETE LAGOAS	6.356.475,00
MG	316860	TEOFILO OTONI	9.143.395,08
MG	317010	UBERABA	6.208.509,24
MG	317020	UBERLANDIA	16.176.773,52
MG	317130	VICOSA	3.399.921,60
		MG Total	405.776.912,52
MS	500000	MATO GROSSO DO SUL	3.956.437,08
MS	500110	AQUIDAUANA	2.631.796,44
MS	500270	CAMPO GRANDE	23.167.841,88
MS	500320	CORUMBA	2.294.115,96
MS	500330	COXIM	1.326.404,16
MS	500370	DOURADOS	7.298.781,24
MS	500630	PARANAIBA	2.124.534,72
MS	500830	TRES LAGOAS	1.920.569,40
		MS Total	44.720.480,88
MT	510000	MATO GROSSO	19.528.496,04
MT	510180	BARRA DO GARCAS	3.057.118,20
MT	510340	CUIABA	17.974.825,20
MT	510760	RONDONOPOLIS	9.023.854,92
		MT Total	49.584.294,36
PA	150000	PARA	17.684.686,68
PA	150080	ANANINDEUA	5.566.151,28
PA	150140	BELEM	27.150.726,72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150240	CASTANHAL	5.327.924,28
PA	150420	MARABA	6.131.001,00
PA	150680	SANTAREM	2.301.833,88
PA	150812	ULIANOPOLIS	4.283.986,44
		PA Total	68.446.310,28
PB	250000	PARAIBA	2.550.851,76
PB	250400	CAMPINA GRANDE	18.153.735,00
PB	250750	JOAO PESSOA	16.292.389,32
PB	251620	SOUSA	3.375.572,52
		PB Total	40.372.548,60
PE	260000	PERNAMBUCO	157.007.621,52
		PE Total	157.007.621,52
PI	220000	PIAUI	1.122.570,00
PI	220220	CAMPO MAIOR	6.645.902,76
PI	220390	FLORIANO	8.252.248,32
PI	220770	PARNAIBA	5.636.357,76
PI	220800	PICOS	9.969.649,92
PI	221100	TERESINA	27.931.720,20
		PI Total	59.558.448,96
PR	410000	PARANA	69.866.231,52
PR	410140	APUCARANA	3.660.656,64
PR	410430	CAMPO MOURAO	4.142.664,48
PR	410550	CIANORTE	2.402.023,80
PR	410690	CURITIBA	31.034.075,76
PR	410830	FOZ DO IGUACU	8.223.545,64
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	2.784.099,72
PR	411370	LONDRINA	14.459.797,68
PR	411520	MARINGA	11.309.437,44
PR	411850	PATO BRANCO	1.967.388,48
PR	412810	UMUARAMA	4.655.464,92
		PR Total	154.505.386,08
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	5.294.625,24
RJ	330020	ARARUAMA	5.198.368,80
RJ	330030	BARRA DO PIRAI	7.522.376,76
RJ	330040	BARRA MANSA	2.002.598,64
RJ	330045	BELFORD ROXO	13.917.861,36
RJ	330070	CABO FRIO	5.190.312,24
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11.555.353,44
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	16.353.766,92
RJ	330190	ITABORAI	4.364.733,60
RJ	330220	ITAPERUNA	6.547.148,52
RJ	330227	JAPERI	5.565.502,32
RJ	330240	MACAE	4.509.484,32
RJ	330250	MAGE	5.806.091,76
RJ	330320	NILOPOLIS	4.381.023,24
RJ	330330	NITEROI	9.940.824,24
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	4.720.588,08
RJ	330350	NOVA IGUACU	15.053.356,56
RJ	330390	PETROPOLIS	4.460.307,24
RJ	330414	QUEIMADOS	8.012.527,68
RJ	330420	RESENDE	1.946.659,68
RJ	330430	RIO BONITO	5.128.773,96
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	101.716.256,28
RJ	330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	3.961.153,08
RJ	330490	SAO GONCALO	18.279.412,44
RJ	330510	SAO JOAO DE MERITI	13.177.471,44
RJ	330600	TRES RIOS	4.503.953,76
RJ	330610	VALENCA	3.912.790,92
RJ	330620	VASSOURAS	1.705.601,40
RJ	330630	VOLTA REDONDA	1.735.335,00
		RJ Total	296.464.258,92
RN	240000	RIO GRANDE DO NORTE	51.898.845,48
		RN Total	51.898.845,48
RO	110000	RONDONIA	13.274.887,08
RO	110004	CACOAL	3.839.391,48
RO	110012	JI-PARANA	4.924.783,20
RO	110030	VILHENA	2.958.487,20
		RO Total	24.997.548,96
RR	140000	RORAIMA	6.853.511,16
		RR Total	6.853.511,16
RS	430000	RIO GRANDE DO SUL	72.271.406,76
RS	430210	BENTO GONCALVES	1.455.870,72
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	3.861.642,60
RS	430390	CAMPO BOM	2.825.332,08
RS	430460	CANOAS	4.602.519,12
RS	430470	CARAZINHO	1.678.014,00
RS	430510	CAXIAS DO SUL	6.353.102,16
RS	430770	ESTEIO	2.738.352,48
RS	430920	GRAVATAI	4.473.310,68
RS	431140	LAJEADO	2.832.403,80
RS	431330	NOVA PRATA	969.296,76
RS	431340	NOVO HAMBURGO	4.002.315,00
RS	431440	PELOTAS	10.819.187,28
RS	431490	PORTO ALEGRE	34.862.370,24
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	3.316.889,64
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	1.565.637,12
RS	431720	SANTA ROSA	2.193.488,88
RS	431800	SAO BORJA	1.507.633,56
RS	431870	SAO LEOPOLDO	3.227.319,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432240	URUGUAIANA	1.396.831,80
RS	432250	VACARIA	2.710.691,28
RS	432260	VENANCIO AIRES	1.879.803,60
		RS Total	171.543.418,56
SC	420000	SANTA CATARINA	25.764.311,04
SC	420200	BALNEARIO CAMBORIU	3.536.938,20
SC	420240	BLUMENAU	4.225.502,64
SC	420290	BRUSQUE	2.201.767,20
SC	420420	CHAPECO	5.256.861,84
SC	420430	CONCORDIA	1.472.321,16
SC	420460	CRICIUMA	5.946.805,92
SC	420540	FLORIANOPOLIS	3.863.480,04
SC	420820	ITAJAI	4.254.884,88
SC	420890	JARAGUA DO SUL	2.385.691,08
SC	420910	JOINVILLE	11.298.441,36
SC	420930	LAGES	3.705.077,04
SC	421480	RIO DO SUL	4.062.342,36
SC	421580	SAO BENTO DO SUL	2.931.218,88
		SC Total	80.905.643,64
SE	280030	ARACAJU	23.453.079,24
SE	280210	ESTANCIA	3.559.386,36
SE	280290	ITABAIANA	3.720.609,72
		SE Total	30.733.075,32
SP	350000	SAO PAULO	281.667.080,28
SP	350010	ADAMANTINA	2.363.326,20
SP	350160	AMERICANA	2.682.285,12
SP	350190	AMPARO	2.931.636,12
SP	350320	ARARAQUARA	6.697.461,36
SP	350330	ARARAS	2.274.816,48
SP	350400	ASSIS	3.813.842,88
SP	350450	AVARE	3.523.887,60
SP	350550	BARRETOS	4.386.885,36
SP	350570	BARUERI	2.952.226,56
SP	350590	BATATAIS	3.307.162,08
SP	350950	CAMPINAS	7.441.416,96
SP	351050	CARAGUATATUBA	3.546.322,92
SP	351340	CRUZEIRO	1.698.486,24
SP	351440	DRACENA	2.905.060,56
SP	351620	FRANCA	2.919.205,80
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	5.566.811,52
SP	351840	GUARATINGUETA	2.813.907,24
SP	351870	GUARUJA	4.210.759,20
SP	351880	GUARULHOS	20.692.982,40
SP	352050	INDAIATUBA	2.694.525,36
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	5.052.825,00
SP	352240	ITAPEVA	4.677.084,24
SP	352410	ITUVERAVA	3.519.514,56
SP	352430	JABOTICABAL	3.390.843,72
SP	352440	JACAREI	3.571.428,84
SP	352530	JAU	3.983.457,84
SP	352670	LEME	2.044.486,68
SP	352690	LIMEIRA	3.669.853,68
SP	352900	MARILIA	8.084.675,52
SP	353080	MOJI MIRIM	5.199.218,52
SP	353470	OURINHOS	3.462.108,48
SP	353800	PINDAMONHANGABA	4.596.803,04
SP	353870	PIRACICABA	7.915.623,00
SP	354100	PRAIA GRANDE	6.114.400,68
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	16.417.267,44
SP	354390	RIO CLARO	2.883.148,56
SP	354580	SANTA BARBARA D"OESTE	4.319.946,84
SP	354730	SANTANA DE PARNAIBA	5.206.959,12
SP	354780	SANTO ANDRE	4.626.161,40
SP	354850	SANTOS	5.300.747,76
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	10.055.167,20
SP	354890	SAO CARLOS	4.227.755,16
SP	354910	SAO JOAO DA BOA VISTA	1.358.364,96
SP	354940	SAO JOAQUIM DA BARRA	2.014.024,92
SP	354970	SAO JOSE DO RIO PARDO	2.257.044,36
SP	355030	SAO PAULO	205.015.510,68
SP	355060	SAO ROQUE	3.172.003,44
SP	355100	SAO VICENTE	3.671.829,12
SP	355170	SERTAOZINHO	5.486.245,20
		SP Total	712.384.588,20
TO	170000	TOCANTINS	13.789.595,40
		TO Total	13.789.595,40
		TOTAL GERAL	3.073.651.200,12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.738, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MA	APICUM-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APICUM - ACU	12492783000117702	170.000,00	0000	10302201585350001
MA	LUIS DOMINGUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12408302000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
MA	VITORIA DO MEARIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO MEARIM	14070963000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAPOLIS MG	13699286000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	LUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413019000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034085000117018	80.000,00	0000	10302201585350001
MG	PALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMA	21423797000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11274174000117014	170.000,00	0000	10302201585350001
PE	ABREU E LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10392418000117014	340.000,00	0000	10302201585350001
PR	PARANAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PARANAVAI	08518587000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
RR	AMAJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAJARI	12322548000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
RS	CAPAO DA CANOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11859710000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BRODOWSKI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11480152000117009	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ESTIVA GERBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12150250000117013	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	MONTE MOR	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MONTE MOR	11898978000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ORLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLANDIA	11368924000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	12218875000117024	340.000,00	0000	10302201585350001
SP	SERTAOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAOZINHO	11975485000117015	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			18 PROPOSTAS	3.130.000,00		

PORTARIA Nº 2.739, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HORIZONTE-CEARA	07557784000117714	170.000,00	0000	10302201585350001
CE	IRAUCUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRAUCUBA	10830042000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
GO	NAZARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	03130778000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	10720208000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	11823022000117013	170.000,00	0000	10302201585350001
PB	JACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARAU	10486210000117703	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	ASSAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09611017000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	BARRA DO JACARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09537151000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000117704	340.000,00	0000	10302201585350001
PR	PEROBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09223195000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
PR	UNIFLOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIFLOR	08600424000117004	170.000,00	0000	10302201585350001
SC	BRACO DO TROMBUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO	11481782000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SC	IMBUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA	02666499000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SC	POMERODE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMERODE	11436910000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SE	ILHA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11513054000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SE	JAPARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPARATUBA	11750074000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SE	PINHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAO	11336033000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BARAO DE ANTONINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARAO DE ANTONINA	11309773000117002	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	BATATAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10427654000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	CAIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11300128000117007	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	CARAPICUIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	11154498000117713	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	CRAVINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -FMS- DO MUNICIPIO DE CRAVINHOS	13890141000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ENGENHEIRO COELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11258819000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11143383000117713	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	IBIRAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11349864000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	IGARAPAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPAVA	11370203000117010	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	IGARAPAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPAVA	11370203000117011	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	IPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUA	11369190000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ITABERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11164468000117008	168.500,00	0000	10302201585350001
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07649698000117016	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	MACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11240557000117009	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MAIRIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11169453000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MIRASSOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11215408000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	MORUNGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11363048000117704	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413777000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11221925000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SAO LOURENCO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DA SERRA	11140541000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE SERRANA	07584185000117019	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	TABOAO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TABOAO DA SERRA	11140544000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
SP	TAUBATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10480722000117011	170.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			40 PROPOSTAS	6.158.500,00		

PORTARIA Nº 2.743, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09175541000117704	19630012	125.000,00	125.000,00	10301201585810041
PR	CANTAGALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09556006000117008	30950013	99.620,00	99.620,00	10301201585810041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	09401856000117001	30920005	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIRA	95725438000117003	30920005	48.000,00	48.000,00	10301201585810041
PR	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIRA	95725438000117707	30920005	52.000,00	52.000,00	10301201585810041
PR	IBIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09358665000117001	28440012	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	JAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09342537000117008	28470011	254.905,00	254.905,00	10301201585810041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09136850000117005	30950013	99.970,00	99.970,00	10301201585810041
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	08956201000117001	37020010	159.960,00	159.960,00	10301201585810041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80873003000117006	28440012	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80873003000117019	37020010	260.000,00	260.000,00	10301201585810041
PR	PARANAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAGUA	10428937000117709	30730005 22810004	15.940,00 22.000,00	37.940,00	10301201585810041 10301201585810041
PR	PRUDENTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRUDENTOPOLIS / PR	10444476000117702	30410010	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	08737323000117702	18670022	149.950,00	149.950,00	10301201585810041
PR	TELEMACO BORBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TELEMACO BORBA	10505434000117005	30410010	400.000,00	400.000,00	10301201585810041
RS	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11931808000117031	11170003	208.185,00	208.185,00	10301201585810043
RS	BOM RETIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE BOM RETIRO DO SUL	12218782000117717	32980002 21720004	5.000,00 40.000,00	45.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	BOM RETIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE BOM RETIRO DO SUL	12218782000117718			2.000,00	10301201585810012
RS	BOM RETIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE BOM RETIRO DO SUL	12218782000117722	21720004 28620005	660,00 64.130,00	64.790,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BUTIA / RS	12113820000117017	38400002	117.750,00	117.750,00	10301201585810043
RS	CACEQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CACEQUI	13893378000117003	19860001	49.800,00	49.800,00	10301201585810043
RS	CACHOEIRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11965721000117006	38400001	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	CAMAQUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMAQUA - RS	12623171000117002	28680005	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	CASEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEIROS	12390666000117014	28580010	124.940,00	124.940,00	10301201585810043
RS	CENTENARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-MUNICIPIO DE CENTENARIO	11893804000117001	19860001	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	CERRO BRANCO	CERRO BRANCO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12137715000117004	36660006	149.770,00	149.770,00	10301201585810043
RS	CIDREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CIDREIRA	13417345000117012	28930001 28640005	9.980,00 100.000,00	109.980,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	CONDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12021052000117001	19830012	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM PEDRO DE ALCANTARA	12330951000117002	28650010	99.980,00	99.980,00	10301201585810043
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM PEDRO DE ALCANTARA	12330951000117003	36660006	99.995,00	99.995,00	10301201585810043
RS	GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARIBALDI	11427873000117001	32980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-GUAPORE-RS	11614175000117003	32980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	HULHA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HULHA NEGRA	10442628000117003	36660006	99.510,00	99.510,00	10301201585810043
RS	IBIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIACA RS	12053497000117003	19830012 19860001	8.000,00 100.000,00	108.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	IBIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIACA RS	12053497000117005	36660006	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	IBIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIACA RS	12053497000117006	19830012	92.000,00	92.000,00	10301201585810043
RS	IBIRAPUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRAPUITA - RS	12140873000117009	28640005	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	IVOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVOTI	12104575000117001	20230004	199.950,00	199.950,00	10301201585810043
RS	JAGUARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11822821000117005	11170003	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DOS TRES CANTOS	13540084000117013	20230004	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	MONTENEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MONTENEGRO/RS	12035129000117019	36850011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	MUITOS CAPOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE (FMS)	12128072000117005	19840006	249.930,00	249.930,00	10301201585810043
RS	NAO-ME-TOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - NAO-ME-TOQUE	11870064000117006	20230004	41.704,00	41.704,00	10301201585810043

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	NOVA HARTZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA HARTZ	12094862000117019	32980002 20770014	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	NOVA SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11922360000117013	28670008	142.500,00	142.500,00	10301201585810043
RS	NOVO HAMBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11416036000117012	28670008	110.000,00	110.000,00	10301201585810043
RS	NOVO MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - NOVO MACHADO	12267672000117006	38400003 28930001 24070006	9.995,00 100.000,00 150.000,00	259.995,00	10301201585810043 10301201585810043 10301201585810043
RS	NOVO TIRADENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO TIRADENTES	11483873000117705	20230004	60.000,00	60.000,00	10301201585810043
RS	OSORIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11322135000117004	36610006	149.880,00	149.880,00	10301201585810043
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13550555000117005	11170003	58.000,00	58.000,00	10301201585810043
RS	PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PLANALTO -RS	11782685000117003	36660006	149.970,00	149.970,00	10301201585810043
RS	REDENTORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REDENTORA	97531256000117001	36660006	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	SAO VALERIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VALERIO DO SUL	12118399000117008	20230004	200.000,00	200.000,00	10301201585810043
RS	SEGREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEGREDO	11916291000117017	20230004	60.000,00	60.000,00	10301201585810043
RS	TEUTONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12124074000117006	28610006 28680005	10.000,00 57.960,00	67.960,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	TORRES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE TORRES/RS	12225390000117004	36850011	99.940,00	99.940,00	10301201585810043
RS	TUPANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPANDI	12200907000117004	32980002	90.000,00	90.000,00	10301201585810043
RS	TUPANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPANDI	12200907000117704	32980002	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	VANINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12028933000117003	32980002	98.400,00	98.400,00	10301201585810043
RS	VICENTE DUTRA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11696080000117007	38400002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	XANGRI-LA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - XANGRI-LA	11217412000117004	28650010	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
SC	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA	11243552000117001	28520012	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	BOTUVERA	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE DE BOTUVERA	11960753000117002	37860006	10.000,00	10.000,00	10301201585810042
SC	ERVAL VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERVAL VELHO	10490261000117002	37860006	99.960,00	99.960,00	10301201585810042
SC	IRACEMINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA	11420453000117007	28520012 37860006	55.980,00 100.000,00	155.980,00	10301201585810042 10301201585810042
SC	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA	11356676000117004	37860006	9.900,00	9.900,00	10301201585810042
SC	SALETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALETE	10523679000117002	29250001	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA HELENA	11520158000117003	10630003	70.550,00	70.550,00	10301201585810042
SC	SAO JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM-SC	17932766000117706	10630003	100.010,00	100.010,00	10301201585810042
SC	TRES BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES BARRAS	11491075000117008	28520012	99.990,00	99.990,00	10301201585810042
TOTAL			70 PROPOSTAS			7.953.664,00	

PORTARIA Nº 2.744, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	ALFREDO CHAVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14808407000117015	30930001	119.000,00	119.000,00	10301201585810032
ES	ALFREDO CHAVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14808407000117017	30930001	12.440,00	12.440,00	10301201585810032
ES	ALFREDO CHAVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14808407000117021	30930001	22.000,00	22.000,00	10301201585810032
ES	ATILIO VIVACQUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	27165620000117001	37620005	199.935,00	199.935,00	10301201585810032
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	FMS- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.	09288947000117014	27740008	36.890,00	36.890,00	10301201585810032
ES	LINHARES	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINHARES	10414835000117003	27740008	499.985,00	499.985,00	10301201585810032
ES	RIO NOVO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NOVO DO SUL	14004319000117007	37620005	299.980,00	299.980,00	10301201585810032
MG	AIMORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97520031000117007	32970004	120.000,00	120.000,00	10301201585810031
MG	BONITO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE BONITO DE MINAS	12729061000117008	37430003 30330002	90.000,00 100.000,00	190.000,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11638768000117004	24770003	28.315,00	28.315,00	10301201585810031
MG	CAMPO FLORIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11277550000117001	30330002 20180006	99.960,00 100.000,00	199.960,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAPOLIS MG	13699286000117005	20180006	99.900,00	99.900,00	10301201585810031
MG	CAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12010253000117003	31550008	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	CARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14716711000117017	38200006	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	COMERCINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12763383000117002	36820005	199.970,00	199.970,00	10301201585810031
MG	CONTAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14237130000117718	14050010	46.580,00	46.580,00	10301201585810031
MG	COQUEIRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11248794000117006	31550008	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	DORES DE CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DORES DE CAMPOS	13443816000117003	24820004	60.000,00	60.000,00	10301201585810031
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401575000117001	37430003 36820005	149.960,00 250.000,00	399.960,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	FORMOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMOSO-MG	13582860000117013	14030011	180.000,00	180.000,00	10301201585810031
MG	FRANCISCO SA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11382738000117006	37340006	250.000,00	250.000,00	10301201585810031
MG	GALILEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALILEIA	11464145000117009	24770003	45.000,00	45.000,00	10301201585810031
MG	GAMELEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAMELEIRAS - FMS	19043102000117002	24770003	105.550,00	105.550,00	10301201585810031
MG	GUIMARANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11224321000117001	30330002	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	IBITIURA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19136669000117003	24770003	163.980,00	163.980,00	10301201585810031
MG	IRAI DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13601247000117001	20180006	87.370,00	87.370,00	10301201585810031
MG	ITAOBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOBIM	12440839000117009	24770003	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	LAMIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02577737000117004	19280017	146.550,00	146.550,00	10301201585812776
MG	MEDINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MEDINA	11641767000117001	24770003	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	MESQUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MESQUITA	13566066000117001	36820005	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	MIRAVANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRAVANIA- FMS	23119602000117001	30330002	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034085000117017	30330002	9.980,00	9.980,00	10301201585810031
MG	MONTE CARMELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17490085000117006	30630014	139.995,00	139.995,00	10301201585810031
MG	NATALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATALANDIA - MG	12335878000117005	29940013	72.310,00	72.310,00	10301201585810031
MG	NATALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATALANDIA - MG	12335878000117010	29940013	26.470,00	26.470,00	10301201585810031
MG	NINHEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE NINHEIRA	15080364000117006	14030011	180.000,00	180.000,00	10301201585810031
MG	PONTO DOS VOLANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11331987000117004	38200006	170.000,00	170.000,00	10301201585810031
MG	RESSAQUINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESSAQUINHA	11371282000117004	24820004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	RIBEIRAO VERMELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO VERMELHO	13874373000117005	38100005	119.190,00	119.190,00	10301201585810031
MG	SALTO DA DIVISA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SALTO DA DIVISA	11910757000117001	27640018	100.060,00	100.060,00	10301201585810031
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SANTA CRUZ DO ESCALVADO	12783628000117702	27640018	99.990,00	99.990,00	10301201585810031
MG	SANTA HELENA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11366026000117002	33510020	23.960,00	23.960,00	10301201585810031
MG	SANTA HELENA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11366026000117003	33510020	73.650,00	73.650,00	10301201585810031
MG	SANTANA DO JACARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21570667000117001	27550007	99.960,00	99.960,00	10301201585810031
MG	SANTANA DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11350715000117002	36820005	98.280,00	98.280,00	10301201585810031
MG	SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO/MG	13512168000117003	37430003	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	SETUBINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SETUBINHA	11513409000117002	24770003	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	TABULEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13337236000117002	24820004	249.955,00	249.955,00	10301201585810031
MG	TOMBOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01425266000117003	37310024	9.900,00	9.900,00	10301201585813154
MG	UBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBAI	11852956000117001	24820004	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13996274000117728	27680009	100.050,00	100.050,00	10301201585810031
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13996274000117732	27680009	89.950,00	89.950,00	10301201585810031
MG	VARZELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196500000117004	14110008	59.910,00	59.910,00	10301201585810031
RJ	CAMBUCI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS	13891753000117001	37200004	500.000,00	500.000,00	10301201585813287
RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN	11813986000117005	37990001 30850005	147.520,00 300.000,00	447.520,00	10301201585810033 10301201585813289
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117737	27940005	45.000,00	45.000,00	10301201585813298
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117739	32680004 27780006	21.092,00 327.462,00	348.554,00	10301201585810033 10301201585810033

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117740	27940005	38.446,00	38.446,00	10301201585813298
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000117710	30990005	147.870,00	147.870,00	10301201585813314
RJ	MESQUITA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MESQUITA	06083453000117007	35510009	195.280,00	195.280,00	10301201585813316
RJ	MESQUITA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MESQUITA	06083453000117009	35510009	270.000,00	270.000,00	10301201585813316
RJ	MIGUEL PEREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIGUEL PEREIRA	12240308000117015	37990001	29.400,00	29.400,00	10301201585810033
RJ	SAO JOSE DE UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOSE DE UBA	12598712000117002	37200006	135.000,00	135.000,00	10301201585813349
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	11274201000117016	30780004	105.130,00	105.130,00	10301201585810033
SP	ANHEMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANHEMBI	12253547000117001	27990005	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	ARANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11899212000117005	30440004	188.690,00	188.690,00	10301201585810035
SP	ARARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15422708000117004	25340016 15810009	43.090,00 150.000,00	193.090,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ARARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15422708000117007	25340016	206.550,00	206.550,00	10301201585810035
SP	ASSIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11516639000117014	37120010	299.970,00	299.970,00	10301201585810035
SP	AVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVAI	11923089000117001	28150005	79.530,00	79.530,00	10301201585810035
SP	BARRA DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO TURVO	11826961000117001	37590001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	11892520000117005	30440004	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	CABRALIA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABRALIA PAULISTA	13746122000117015	15810009	73.910,00	73.910,00	10301201585810035
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12072954000117012	37590001	27.600,00	27.600,00	10301201585810035
SP	CAPAO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11179202000117711	19970016	45.000,00	45.000,00	10301201585810035
SP	CAPAO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11179202000117713	19970016	15.000,00	15.000,00	10301201585810035
SP	CEDRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEDRAL	13885775000117001	28860003	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	COLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16552053000117006	18180006	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	DOIS CORREGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS CORREGOS	11859367000117007	28050004	99.980,00	99.980,00	10301201585810035
SP	GAVIAO PEIXOTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAVIAO PEIXOTO	12471477000117002	28150005	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	GUAPIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAPIARA	12478805000117010	27960001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	GUARARAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARARAPES	12652353000117003	31350007	99.600,00	99.600,00	10301201585810035
SP	IBIRAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11349864000117004	30640010	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	ILHA COMPRIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879688000117004	28010002	99.980,00	99.980,00	10301201585810035
SP	ILHA COMPRIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879688000117006	27960001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	IPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12186703000117002	37350003	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
SP	ITAOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAOCA - SP	11401251000117005	28180009 27960001	10,00 149.970,00	149.980,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ITAPIRAPUA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA PAULISTA	11763353000117008	25200001	54.970,00	54.970,00	10301201585810035
SP	ITAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPOLIS	12005366000117021	23660010	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	ITAPUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUI	11886342000117005	18180006	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000117004	28090010	120.000,00	120.000,00	10301201585810035
SP	LINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINS	07725147000117708	28860003	45.000,00	45.000,00	10301201585810035
SP	LINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINS	07725147000117709	28860003	32.020,00	32.020,00	10301201585810035
SP	LORENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LORENA	10872126000117018	37590001	85.980,00	85.980,00	10301201585810035
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07649698000117011	23660010	99.750,00	99.750,00	10301201585810035
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07649698000117017	23660010	100.150,00	100.150,00	10301201585810035
SP	MAIRIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11169453000117004	23660010	99.800,00	99.800,00	10301201585810035
SP	MIRANDOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDOPOLIS - SP	13878910000117012	27960001	149.980,00	149.980,00	10301201585810035
SP	MONGAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONGAGUA	12096081000117016	37590001	157.930,00	157.930,00	10301201585810035
SP	NOVA ODESSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	14026083000117001	37090007	149.900,00	149.900,00	10301201585810035
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000117002	21830011	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	NUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DA ESTANCIA CLIMATICA DE NUPORANGA	11910988000117001	21830011	149.920,00	149.920,00	10301201585810035
SP	OLIMPIA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE OLIMPIA SP	11105607000117010	25320006	59.500,00	59.500,00	10301201585810035
SP	ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIENTE	14112207000117003	25320006	166.010,00	166.010,00	10301201585810035
SP	ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIENTE	14112207000117004	25320006	83.900,00	83.900,00	10301201585810035
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892215000117022	25380015	100.190,00	100.190,00	10301201585813756
SP	PALESTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALESTINA	14134270000117001	28860003	59.930,00	59.930,00	10301201585810035
SP	PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAPANEMA	14161907000117001	28010002 32830008	4.900,00 100.000,00	104.900,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	PARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAPUA	11843243000117005	28010002	30.000,00	30.000,00	10301201585810035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000117721	33460002	5.400,00	5.400,00	10301201585810035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000117737	27960001	116.000,00	116.000,00	10301201585810035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000117738	27960001	18.760,00	18.760,00	10301201585810035
SP	PIRAJUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11371187000117002	18180006	90.000,00	90.000,00	10301201585810035
SP	POPULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97520318000117007	25310012	116.850,00	116.850,00	10301201585810035
SP	PRESIDENTE BERNARDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE BERNARDES	11768545000117004	25310012	60.000,00	60.000,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SABINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABINO	13930678000117010	38520002	17.960,00	17.960,00	10301201585810035
SP	SABINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABINO	13930678000117013	38520002	40.020,00	40.020,00	10301201585810035
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DA ESPERANCA	13812376000117006	23560011	18.000,00	18.000,00	10301201585810035
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11991547000117008	15270022	176.760,00	176.760,00	10301201585810035
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12851643000117003	30890007	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12851643000117004	30890007	90.000,00	90.000,00	10301201585810035
SP	SAO JOSE DO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12987140000117002	30890007	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CAMPOS	12998458000117003	28050004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11341134000117012	27960001	99.900,00	99.900,00	10301201585810035
SP	SERTAOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAOZINHO	11975485000117006	28050004	99.880,00	99.880,00	10301201585810035
SP	TANABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANABI	14122997000117712	37120010	99.980,00	99.980,00	10301201585810035
SP	TAQUARIVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARIVAI	12518685000117705	27960001	8.000,00	8.000,00	10301201585810035
SP	TEJUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEJUPA	12041694000117006	32830008	90.000,00	90.000,00	10301201585810035
SP	TEJUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEJUPA	12041694000117704	32830008 27990005	10.000,00 10.000,00	20.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	TREMEMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11193969000117710	30890007	96.000,00	96.000,00	10301201585810035
SP	UCHOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UCHOA	11837851000117022	25190003	45.000,00	45.000,00	10301201585813396
SP	UCHOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UCHOA	11837851000117029	25190003	7.970,00	7.970,00	10301201585813396
SP	VINHEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VINHEDO	13761604000117002	23660010	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
TOTAL			133 PROPOSTAS			15.884.205,00	

PORTARIA Nº 2.745, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	11738889000117002	29140007	244.670,00	244.670,00	10301201585810012
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000117004	37800007	321.980,00	321.980,00	10301201585810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000117004	36400001	109.000,00	109.000,00	10301201585810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000117005	24240007	250.000,00	250.000,00	10301201585810012
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS - AC	12462454000117006	24240007	116.000,00	116.000,00	10301201585810012
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS - AC	12462454000117007	24240007	38.000,00	38.000,00	10301201585810012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	12415300000117702	36400001	269.930,00	269.930,00	10301201585810012
AC	XAPURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12465477000117001	24240007	250.000,00	250.000,00	10301201585810012
AC	XAPURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12465477000117002	30480010	100.000,00	100.000,00	10301201585810012
AM	BOCA DO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12750099000117028	29090002	100.000,00	100.000,00	10301201585810013
AM	BOCA DO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12750099000117030	29090002	100.000,00	100.000,00	10301201585810013
AM	CAAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAAPIRANGA-AM	11639967000117006	29090002	100.000,00	100.000,00	10301201585810013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	FONTE BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12993727000117001	34960001	249.925,00	249.925,00	10301201585810013
AM	HUMAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMAITA - AMAZONAS	11813811000117008	30760003	83.000,00	83.000,00	10301201585810013
AM	HUMAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMAITA - AMAZONAS	11813811000117009	30760003	45.000,00	45.000,00	10301201585810013
AM	ITACOATIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACOATIARA	13639469000117015	29090002	232.960,00	232.960,00	10301201585810013
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA DO NORTE	11880009000117010	29090002	99.860,00	99.860,00	10301201585810013
AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	PMSSU/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIO DO UATUMA	12446725000117010	29090002	100.000,00	100.000,00	10301201585810013
AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	PMSSU/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIO DO UATUMA	12446725000117011	29090002	99.930,00	99.930,00	10301201585810013
AM	TEFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / TEFE-AM	07807682000117022	30760010	304.000,00	304.000,00	10301201585810013
AP	MAZAGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11347306000117711	26750008 29190013	3.450,00 520.000,00	523.450,00	10301201585810016 10301201585810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000117042	26760002 26750008	70,00 290,00	360,00	10301201585810016 10301201585810016
PA	ABAETETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABAETETUBA	12282048000117004	34910004 31880002 37640007	431.220,00 500.000,00 810.000,00	1.741.220,00	10301201585810015 10301201585810015 10301201585810015
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11381413000117004	31880002	249.650,00	249.650,00	10301201585810015
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18017671000117712	30820014	300.000,00	300.000,00	10301201585810274
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18017671000117724	36920006	69.770,00	69.770,00	10301201585810015
PA	BUJARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BUJARU	11963524000117005	33390006	129.930,00	129.930,00	10301201585810015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117027	23850007	236.600,00	236.600,00	10301201585810015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117030	34920004	135.000,00	135.000,00	10301201585810015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117032	23850007	63.400,00	63.400,00	10301201585810015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117033	33390006	70.000,00	70.000,00	10301201585810015
PA	IRITUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRITUIA	12202342000117008	33390006 34910004	69.970,00 100.000,00	169.970,00	10301201585810015 10301201585810015
PA	MOJUI DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17738256000117006	36970003 36970004	1.560,00 200.210,00	201.770,00	10301201585810015 10301201585810015
PA	ORIXIMINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIXIMINA	14153138000117002	34920004	299.510,00	299.510,00	10301201585810015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000117020	31880002	84.470,00	84.470,00	10301201585810015
PA	PICARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12918271000117010	32600003	110.000,00	110.000,00	10301201585810015
PA	PORTEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEL	11956268000117003	30820010 34910004	42.086,00 346.554,00	388.640,00	10301201585810345 10301201585810015
PA	PRAINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAINHA	01391942000117002	32600003	373.250,00	373.250,00	10301201585810015
PA	QUATIPURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUATIPURU	12710684000117002	33390006	129.990,00	129.990,00	10301201585810015
RO	VALE DO ANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08966882000117006	38510005	189.990,00	189.990,00	10301201585810011
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	15713230000117007	37630003	130.000,00	130.000,00	10301201585810014
RR	CARACARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / MUNICIPIO DE CARACARAI	13939816000117002	11240002	210.580,00	210.580,00	10301201585810241
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117009	30660007	116.000,00	116.000,00	10301201585810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117010	30660007	116.000,00	116.000,00	10301201585810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117011	30660007	567.970,00	567.970,00	10301201585810014
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000117718	30660007	27.850,00	27.850,00	10301201585810014
TO	ABREULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABREULANDIA - TOCANTINS	11291277000117001	36950008	159.000,00	159.000,00	10301201585810017
TO	AGUIARNOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11291331000117009	36950008	9.940,00	9.940,00	10301201585810017
TO	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	12099581000117710	37750005	99.910,00	99.910,00	10301201585810017
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13076026000117015	29180004	45.510,00	45.510,00	10301201585810017
TO	BREJINHO DE NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11608295000117001	29180004	149.890,00	149.890,00	10301201585810017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000117005	29310001	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TO	TAIPAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIPAS DO TOCANTINS	12051093000117009	30860006	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TOTAL			53 PROPOSTAS			10.713.875,00	

PORTARIA Nº 2.746, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	ANICUNS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANICUNS	03587269000117003	19600009	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	BONFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11213822000117005	37210002	10.000,00	10.000,00	10301201585810052
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000117006	19600009	20.000,00	20.000,00	10301201585810052
GO	CAIAPONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07877310000117001	19600009	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	DOVERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOVERLANDIA	11259476000117014	36720008	116.000,00	116.000,00	10301201585810052
GO	ITAPACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPACI	11179871000117011	25510009 25510007	70.000,00 303.000,00	373.000,00	10301201585810001 10301201585810050
GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11271785000117001	36720008	130.000,00	130.000,00	10301201585810052
GO	OURO VERDE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VERDE	13872416000117001	19600009	99.970,00	99.970,00	10301201585810052
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE -FMS	11168270000117016	37040002	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	PARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUNA	11171868000117006	19550007	8.000,00	8.000,00	10301201585810052
GO	SANTA FE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DE GOIAS	05322181000117001	30380005	110.000,00	110.000,00	10301201585810052
GO	SAO PATRICIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PATRICIO	12260233000117003	38000007	45.000,00	45.000,00	10301201585810052
GO	TROMBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11344805000117005	36720008	120.000,00	120.000,00	10301201585810052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	11163358000117001	36720008	242.000,00	242.000,00	10301201585810052
GO	VALPARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04786328000117032	25510009	430.000,00	430.000,00	10301201585810001
GO	VILA PROPICIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA PROPICIO	11304444000117002	19600009	99.855,00	99.855,00	10301201585810052
MS	CARACOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS CARACOL MS	11812857000117704	38430001	300.000,00	300.000,00	10301201585810054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11867105000117005	38030003	70.000,00	70.000,00	10301201585810054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11867105000117009	38030003	130.000,00	130.000,00	10301201585810054
MS	NAVIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11221619000117015			450,00	10301201585810012
MS	SANTA RITA DO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	12022274000117002	28380013	75.220,00	75.220,00	10301201585810054
MS	SANTA RITA DO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	12022274000117004	28380013	18.640,00	18.640,00	10301201585810054
MS	SANTA RITA DO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	12022274000117005	28380013	18.640,00	18.640,00	10301201585810054
MS	TACURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACURU-MS	11195874000117005	38030003	200.000,00	200.000,00	10301201585810054
MT	GAUCHA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAUCHA DO NORTE	14063286000117005	25470001	57.950,00	57.950,00	10301201585810051
MT	NOVA CANAA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE	13889874000117021	25470001	158.000,00	158.000,00	10301201585810051
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11279048000117710	29680003	115.950,00	115.950,00	10301201585810051
TOTAL			27 PROPOSTAS			3.248.675,00	

PORTARIA Nº 2.747, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	11502413000117010	37400001	114.650,00	114.650,00	10301201585810027
AL	FEIRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FEIRA GRANDE	11235511000117002	37400001	227.500,00	227.500,00	10301201585810027
AL	INHAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHAPI	11183264000117004	29730006	299.980,00	299.980,00	10301201585810027
AL	MESSIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MESSIAS	11292555000117001	36840003	150.000,00	150.000,00	10301201585810027
AL	PINDOBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDOBA	11243983000117001	37400001 36840003	3.800,00 119.960,00	123.760,00	10301201585810027 10301201585810027
AL	PORTO CALVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO CALVO	11312579000117003	37530004	104.410,00	104.410,00	10301201585810027
AL	PORTO CALVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO CALVO	11312579000117004	37530004	264.560,00	264.560,00	10301201585810027
AL	RIO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO LARGO	11615319000117004	27260003	300.000,00	300.000,00	10301201585810027
AL	SAO BRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BRAS	11259289000117008	22890002 37400001	30.005,00 114.945,00	144.950,00	10301201585810027 10301201585810027
BA	ABARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10235493000117001	27500003	300.000,00	300.000,00	10301201585810029
BA	ALAGOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11325698000117005	37380004	422.150,00	422.150,00	10301201585810029
BA	BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA	10444584000117709	30610007 36870023	206.100,00 408.000,00	614.100,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	DOM BASILIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM BASILIO	97551413000117005	27410008	149.990,00	149.990,00	10301201585810029
BA	ITAGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11743353000117009	24700006	200.000,00	200.000,00	10301201585810029
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	11471886000117010	24700006 30280014	3.350,00 100.000,00	103.350,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	NOVA CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11264174000117007	27370009	167.000,00	167.000,00	10301201585810029
BA	NOVA SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA SOURE	13901361000117044	34870006	90.000,00	90.000,00	10301201585810029
BA	NOVA SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA SOURE	13901361000117048	37380004 34870006	8.600,00 9.810,00	18.410,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	POCOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11113324000117001	34870006	179.950,00	179.950,00	10301201585810029
BA	SAO FELIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FELIX	08924528000117007	17180007	300.000,00	300.000,00	10301201585810029
BA	SAPEACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPEACU	11368512000117001	27390005	155.700,00	155.700,00	10301201585810029
BA	SAPEACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPEACU	11368512000117702	27390005	344.300,00	344.300,00	10301201585810029
BA	TANQUE NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11293682000117002	27510010	199.980,00	199.980,00	10301201585810029
BA	TEOFILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOFILANDIA	12404015000117001	36870009	99.930,00	99.930,00	10301201585812315
BA	TUCANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13320152000117001	37950020	999.895,00	999.895,00	10301201585812319
BA	VEREDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12508926000117002	13550001	175.910,00	175.910,00	10301201585810029
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	11422073000117002	20830001	190.000,00	190.000,00	10301201585810023
CE	MASSAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11414057000117005	16640005	153.918,00	153.918,00	10301201585811097
CE	PARAMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAMBU	12773829000117718	27020001	244.570,00	244.570,00	10301201585810023
CE	SANTANA DO CARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DO CARIRI	11431917000117001	20830001	100.000,00	100.000,00	10301201585810023
CE	SENADOR POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR POMPEU	02132200000117703	20250023 34330016	175.368,00 247.782,00	423.150,00	10301201585811154 10301201585810023
MA	BACURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BACURITUBA	14115387000117006	30430003	219.890,00	219.890,00	10301201585810021
MA	MONCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14042781000117002	35080003	299.940,00	299.940,00	10301201585810021
MA	SANTANA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11426957000117002	37580007	160.020,00	160.020,00	10301201585810021
MA	SANTANA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11426957000117004	37580007	228.160,00	228.160,00	10301201585810021
MA	VIANA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	12913408000117015	22540004	496.130,00	496.130,00	10301201585810021
PB	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	10502869000117001	27120001	399.980,00	399.980,00	10301201585810025
PB	ARARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARARA - PB	11898585000117002	12710005	45.000,00	45.000,00	10301201585810025
PB	ARARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARARA - PB	11898585000117004	38500002	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11268285000117005	20280020	199.995,00	199.995,00	10301201585810025
PB	CABACEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CABACEIRAS PB	11309134000117002	21270002	149.940,00	149.940,00	10301201585810025
PB	CACIMBA DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE DENTRO	12011663000117004	12710005	60.338,00	60.338,00	10301201585810025
PB	ITAPOROROCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12099621000117001	21270002	149.950,00	149.950,00	10301201585810025
PB	PEDRA LAVRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA LAVRADA	08932293000117003	12710005	270.325,00	270.325,00	10301201585810025
PB	SANTA TERESINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	12447227000117001	21270002	150.000,00	150.000,00	10301201585810025
PB	VARZEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11228615000117002	24490013	183.950,00	183.950,00	10301201585810025
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	11168783000117010	28850006 30530002	280.000,00 649.000,00	929.000,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	11168783000117013	30530002	199.440,00	199.440,00	10301201585810026
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM DE SAO FELIX	11870137000117001	36860001	99.870,00	99.870,00	10301201585810026
PE	CARUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11371082000117006	30530002	60.000,00	60.000,00	10301201585810026
PE	CUMARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11319452000117005	37470001	100.000,00	100.000,00	10301201585810026
PE	GARANHUNS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09342856000117015	30530002	250.000,00	250.000,00	10301201585810026
PE	JAQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAQUEIRA	09471844000117012	28850006	92.000,00	92.000,00	10301201585810026

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	LAGOA DO CARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11326603000117703	30530002	362.000,00	362.000,00	10301201585810026
PE	LAGOA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE	08887732000117001	30320005	120.000,00	120.000,00	10301201585810026
PE	MIRANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDIBA	09096662000117001	10740003	150.000,00	150.000,00	10301201585810026
PE	MORENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08560938000117005	30530002	369.860,00	369.860,00	10301201585810026
PE	OURICURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11434981000117006	37670009	99.940,00	99.940,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000117716	27230016	4.980,00	4.980,00	10301201585811684
PE	SANTA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11491419000117001	30320005	240.000,00	240.000,00	10301201585810026
PE	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12071117000117001	37470001	99.960,00	99.960,00	10301201585810026
PE	SIRINHAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356210000117009	30530002	22.990,00	22.990,00	10301201585810026
PI	CARAUBAS DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAUBAS DO PIAUI	12201100000117003	30650001	188.440,00	188.440,00	10301201585810022
PI	RIBEIRA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRA DO PIAUI	97545970000117001	37440013	407.890,00	407.890,00	10301201585810022
PI	SAO JOAO DO PIAUI	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	23132211000117003	32180008	96.450,00	96.450,00	10301201585810022
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11316522000117001	11680005	286.430,00	286.430,00	10301201585810022
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11510944000117008	37440014	217.870,00	217.870,00	10301201585810022
RN	AFONSO BEZERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AFONSO BEZERRA	17754921000117702	37840002	99.930,00	99.930,00	10301201585810024
RN	CERRO CORA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CERRO CORA-RN	10267386000117009	24090016	116.000,00	116.000,00	10301201585810024
RN	CERRO CORA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CERRO CORA-RN	10267386000117011	24090016	20.990,00	20.990,00	10301201585810024
RN	GALINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALINHOS	97521878000117002	20330007	149.950,00	149.950,00	10301201585810024
SE	CANHOBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11640517000117001	26080014	100.000,00	100.000,00	10301201585810028
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10441233000117002	27320005	300.000,00	300.000,00	10301201585810028
SE	FREI PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270247000117003	29790012	100.000,00	100.000,00	10301201585810028
SE	INDIAROBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11306581000117001	29790012	99.980,00	99.980,00	10301201585810028
SE	ITABI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11626236000117001	29080002	199.985,00	199.985,00	10301201585810028
SE	SAO CRISTOVAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370658000117002	29790012	100.000,00	100.000,00	10301201585810028
TOTAL			77 PROPOSTAS			16.159.686,00	

PORTARIA Nº 2.753, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143641201700	29130013 30360009 37900005	100.000,00 100.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137023201700	29130013	46.585,00	46.585,00	10122201545250012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000145825201700	36400006	489.677,00	489.677,00	10122201545250012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000152985201700	29140009	307.893,00	307.893,00	10122201545250012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC	TARAUACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARAUACA	36000152994201700	29140009	123.528,00	123.528,00	10122201545250012
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO-FMSGP	36000147041201700	35420002	203.492,00	203.492,00	10122201545250027
AL	SANTANA DO IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - (FMS) DE SANTANA DO IPANEMA	36000153131201700	29730005	222.904,00	222.904,00	10122201545250027
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000115075201700	30500006	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000153273201700	16220002	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	BOA VISTA DO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000111253201700	38070010	500.000,00	500.000,00	10122201545250013
AM	EIRUNEPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EIRUNEPE	36000137386201700	38070010	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	JURUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUA-AM	36000153258201700	16220002	115.859,00	115.859,00	10122201545250013
AM	LABREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LABREA-AM	36000139226201700	38070010	296.495,00	296.495,00	10122201545250013
AM	LABREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LABREA-AM	36000153116201700	16220002	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000117276201700	30500006	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	TONANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TONANTINS	36000148334201700	16220002	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	36000153043201700	37870002	314.450,00	314.450,00	10122201545250016
AP	TARTARUGALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARTARUGALZINHO- FMST	36000146207201700	37220001	400.000,00	400.000,00	10122201545250016
AP	TARTARUGALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARTARUGALZINHO- FMST	36000146232201700	20470005	249.077,00	249.077,00	10122201545250016
AP	VITORIA DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO JARI	36000143406201700	37220001	400.000,00	400.000,00	10122201545250016
AP	VITORIA DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO JARI	36000146715201700	37220001	159.905,00	159.905,00	10122201545250016
BA	ADUSTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000114896201700	30510001	100.000,00	100.000,00	10122201545250029
BA	CANUDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANUDOS	36000124885201700	27450007	250.000,00	250.000,00	10122201545250029
BA	CHORROCHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHORROCHO	36000153566201700	37270007	153.366,00	153.366,00	10122201545250029
BA	IBIPEBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000125908201700	30510001	100.000,00	100.000,00	10122201545250029
BA	JUCURUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000125499201700	37270007	200.000,00	200.000,00	10122201545250029
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	36000145357201700	35680001	200.040,00	200.040,00	10122201545250029
BA	PIATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIATA	36000120312201700	27420004	300.000,00	300.000,00	10122201545250029
BA	SAO DESIDERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000135530201700	30610009	136.816,00	136.816,00	10122201545250029
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000125542201700	35680001	200.000,00	200.000,00	10122201545250029
CE	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	36000136346201700	37100009	427.047,00	427.047,00	10122201545250023
CE	MERUOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MERUOCA	36000136425201700	37330007	246.585,00	246.585,00	10122201545250023
CE	MIRAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRAIMA	36000112191201700	37330007	300.000,00	300.000,00	10122201545250023
CE	MONSENHOR TABOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONSENHOR TABOSA	36000153098201700	37360006	400.000,00	400.000,00	10122201545250023
CE	MULUNGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MULUNGU	36000153240201700	30590004	199.951,00	199.951,00	10122201545250023
CE	SENADOR POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR POMPEU	36000153336201700	34330001	213.243,00	213.243,00	10122201545250023
ES	COLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLATINA	36000137807201700	27720001	6.815,00	6.815,00	10122201545250032
ES	ECOPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ECOPORANGA	36000138209201700	20290003	116.585,00	116.585,00	10122201545250032
GO	BOM JESUS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000117800201700	37040010	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153220201700	37210005	110.000,00	110.000,00	10122201545250052
GO	NIQUELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153575201700	32570002	951,00	951,00	10122201545250052
GO	TROMBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000138883201700	30380009	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	TURVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153217201700	19610006	28.109,00	28.109,00	10122201545250052
MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE DO MARANHAO	36000111342201700	33930005	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MA	ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCANTARA - MA	36000153319201700	36980006	600.000,00	600.000,00	10122201545250021
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTAMIRA DO MARANHAO	36000153114201700	16460003	474.531,00	474.531,00	10122201545250021
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTAMIRA DO MARANHAO	36000153115201700	30900003	195.176,00	195.176,00	10122201545250021
MA	ARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARI	36000153099201700	37810001	122.135,00	122.135,00	10122201545250021
MA	CENTRO NOVO DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHAO	36000119947201700	35110003	90.329,00	90.329,00	10122201545250021
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO LAGO ACU	36000153329201700	36980006	90.000,00	90.000,00	10122201545250021
MA	DAVINOPOLIS	MUNICIPIO DE DAVINOPOLIS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153204201700	36980006	190.000,00	190.000,00	10122201545250021
MA	FERNANDO FALCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FERNANDO FALCAO	36000137654201700	33930005	400.000,00	400.000,00	10122201545250021
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	MUNICIPIO DE FORMOSA DA SERRA NEGRA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136049201700	23240004	236.585,00	236.585,00	10122201545250021
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000124347201700	22540001	400.000,00	400.000,00	10122201545250021
MA	ITINGA DO MARANHAO	MUNICIPIO DE ITINGA DO MARANHAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143453201700	23880001	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MA	MARAJA DO SENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MARAJA DO SENA	36000153268201700	33930005	103.366,00	103.366,00	10122201545250021
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136226201700	35110003	150.000,00	150.000,00	10122201545250021

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA	36000112830201700	35110003	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO LUIS GONZAGA MA	36000114296201700	26940017	559.769,00	559.769,00	10122201545250735
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA AGUA BRANCA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137028201700	31740019	357.316,00	357.316,00	10122201545250737
MA	TASSO FRAGOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TASSO FRAGOSO - MA.	36000117983201700	23880001	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MG	ALAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143430201700	27550002	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	BAMBUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAMBUI	36000111968201700	31860005	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	BARAO DE MONTE ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137850201700	29240002	150.000,00	150.000,00	10122201545252402
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	PREFEITURA-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-CONC DO MATO DENTRO	36000138885201700	27600001	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	CORACAO DE JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153562201700	36820010	314.589,00	314.589,00	10122201545252549
MG	DOURADOQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOQUARA	36000117019201700	37680008	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	ENGENHEIRO CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO CALDAS	36000114053201700	24870004	190.000,00	190.000,00	10122201545250031
MG	GOIABEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000116095201700	24870004	190.000,00	190.000,00	10122201545250031
MG	IBIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153427201700	36820009	250.000,00	250.000,00	10122201545252677
MG	INCONFIDENTES	MUNICIPIO DE INCONFIDENTES	36000133071201700	37510001	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	ITUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144138201700	33510014	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	JECEABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000138280201700	27630009	286.391,00	286.391,00	10122201545250031
MG	JEQUITAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUITAI	36000148641201700	33510014	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	JOSENOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSENOPOLIS	36000153097201700	27660004	240.182,00	240.182,00	10122201545250031
MG	JUATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUATUBA	36000111827201700	31860005	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	LUISLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUISLANDIA	36000122090201700	20750001	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	MARIA DA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000123952201700	24820001	82.861,00	82.861,00	10122201545250031
MG	MARMELOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARMELOPOLIS	36000114238201700	24820001	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	MONTALVANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136791201700	27600001	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000111955201700	27620001	149.769,00	149.769,00	10122201545250031
MG	NATERCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATERCIA	36000153515201700	27550002	111.452,00	111.452,00	10122201545250031
MG	NOVA LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136277201700	27690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	OLHOS-D"AGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146587201700	33510014	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	PATROCINIO DO MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PATROCINIO DO MURIAE	36000153008201700	37310010	149.951,00	149.951,00	10122201545250031
MG	PEDRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145177201700	24870004	90.000,00	90.000,00	10122201545250031
MG	PIEDADE DOS GERAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137904201700	24820001	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	PINGO-D"AGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINGO D" AGUA	36000144769201700	27620001	300.000,00	300.000,00	10122201545250031
MG	QUELUZITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUELUZITO	36000114260201700	27630009	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	RECREIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RECREIO	36000153604201700	29750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	REDUTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152969201700	37310010	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SANTA CRUZ DO ESCALVADO	36000153536201700	20750001	87.904,00	87.904,00	10122201545250031
MG	SIMAO PEREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIMAO PEREIRA	36000118313201700	28890006	50.000,00	50.000,00	10122201545250031
MG	TARUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARUMIRIM	36000145192201700	24870004	300.000,00	300.000,00	10122201545250031
MG	TOMBOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000113741201700	31860005	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	URUCUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCUIA	36000135907201700	20750001	127.047,00	127.047,00	10122201545250031
PA	BRASIL NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136224201700	30550007	257.047,00	257.047,00	10122201545250015
PA	OURILANDIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE	36000153245201700	37640008	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153335201700	37640008	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PB	CABACEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CABACEIRAS PB	36000116153201700	38470008	300.000,00	300.000,00	10122201545250025
PB	CACIMBA DE AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE AREIA	36000153221201700	27120004	3.366,00	3.366,00	10122201545250025
PB	LAGOA DE DENTRO	LAGOA DE DENTRO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000112545201700	27110006	100.000,00	100.000,00	10122201545250025
PB	LAGOA DE DENTRO	LAGOA DE DENTRO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153213201700	27110006	43.711,00	43.711,00	10122201545250025
PB	MAE D"AGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE D AGUA	36000113538201700	27110006	100.000,00	100.000,00	10122201545250025
PB	MATO GROSSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATO GROSSO PB	36000117024201700	27120004	200.000,00	200.000,00	10122201545250025
PB	MONTE HOREBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MONTE HOREBE - PB	36000126298201700	38470008	337.000,00	337.000,00	10122201545250025
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153472201700	35300002	61.366,00	61.366,00	10122201545250025
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153201201700	37390007	55.000,00	55.000,00	10122201545250025
PB	SAO BENTO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000112588201700	35300002	100.000,00	100.000,00	10122201545250025
PB	SAO JOSE DE PRINCESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DE PRINCESA	36000116050201700	27120004	100.000,00	100.000,00	10122201545250025
PB	SAO MAMEDE	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO MAMEDE-PB	36000145289201700	24490019	500.000,00	500.000,00	10122201545250025
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	36000153529201700	12680014	200.000,00	200.000,00	10122201545250025
PE	CARPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000122149201700	38130013	150.000,00	150.000,00	10122201545250026
PE	NAZARE DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARE DA MATA	36000138965201700	27190004	250.000,00	250.000,00	10122201545250026

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	PASSIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000112722201700	37470008	150.000,00	150.000,00	10122201545250026
PE	PEDRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PEDRA	36000153225201700	10710007	120.420,00	120.420,00	10122201545250026
PE	QUIPAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIPAPA	36000153106201700	24530002	30.000,00	30.000,00	10122201545250026
PI	ASSUNCAO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000117329201700	35230005	150.000,00	150.000,00	10122201545250022
PI	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS	36000153257201700	11680018	322.904,00	322.904,00	10122201545250022
PI	COLONIA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000135758201700	27070003	158.966,00	158.966,00	10122201545250022
PI	CORRENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORRENTE-PI	36000114943201700	27070003	255.325,00	255.325,00	10122201545250022
PI	CRISTINO CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTINO CASTRO - PI	36000125015201700	29000003	170.217,00	170.217,00	10122201545250022
PI	FRANCISCO AYRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152587201700	12460001	300.000,00	300.000,00	10122201545250022
PI	JOSE DE FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSE DE FREITAS	36000136399201700	27070003	255.320,00	255.320,00	10122201545250022
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153088201700	12460001	300.000,00	300.000,00	10122201545250022
PI	MARCOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000113411201700	35230005	150.000,00	150.000,00	10122201545250022
PI	SAO JOSE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000117497201700	12460001	159.769,00	159.769,00	10122201545250022
PI	SIMPLICIO MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143598201700	37440007	250.000,00	250.000,00	10122201545250976
PR	ALTO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000138553201700	28490005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	APUCARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	36000153383201700	19680007	450.000,00	450.000,00	10122201545250041
PR	ARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPUA	36000138203201700	20520009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPUA	36000144978201700	28740010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000113932201700	28490005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE	36000123831201700	30920003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DA APARECIDA	36000113899201700	37710006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAMPO MAGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAGRO	36000153231201700	30730001	63.136,00	63.136,00	10122201545250041
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153209201700	33090011	173.368,00	173.368,00	10122201545250041
PR	CEU AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CEU AZUL	36000153593201700	28490005 19630011	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000138395201700	28430001	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	DOIS VIZINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOIS VIZINHOS	36000119326201700	19630011	142.610,00	142.610,00	10122201545250041
PR	DOURADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADINA	36000153171201700	23990005	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000114248201700	30920003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIRA	36000153623201700	36500006	149.975,00	149.975,00	10122201545250041
PR	GUARAPUAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000113233201700	18760010	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	IVAIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAIPORA	36000140135201700	38090007	43.415,00	43.415,00	10122201545250041
PR	IVAIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAIPORA	36000140142201700	38090007	213.170,00	213.170,00	10122201545250041
PR	JANDAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIA DO SUL	36000138131201700	36500006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LOBATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000138514201700	30920003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MAMBORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000111389201700	36500006	10.000,00	10.000,00	10122201545250041
PR	MAMBORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000111972201700	36500006	90.000,00	90.000,00	10122201545250041
PR	MAMBORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000112004201700	20520009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	36000145191201700	28740010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	36000146358201700	30920003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MARMELEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARMELEIRO	36000138222201700	19630011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MEDIANEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA	36000139205201700	37710006	86.817,00	86.817,00	10122201545250041
PR	NOVA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA	36000112756201700	28740010	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	NOVA FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA FATIMA - PR	36000131138201700	36800013	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000138232201700	28430001	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000138238201700	30840011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PEABIRU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEABIRU	36000138067201700	20520009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORTO AMAZONAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO AMAZONAS	36000114879201700	18760010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	REALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REALEZA	36000139236201700	19630011	29.657,00	29.657,00	10122201545250041
PR	REBOUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000139171201700	37710006 30410009	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	REBOUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000139172201700	37050002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RIO BRANCO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO DO IVAI	36000115973201700	36800013	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	36000115877201700	37710006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000116168201700	33090011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO SAO JOAO PR	36000125572201700	29110009	120.000,00	120.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	SAO JORGE D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE D OESTE	36000123091201700	29110009	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	TERRA ROXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA ROXA	36000144832201700	30840011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	TIBAGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE TIBAGI	36000152982201700	30410009	55.366,00	55.366,00	10122201545250041
PR	TUNEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNEIRAS DO OESTE	36000145775201700	28410010	190.000,00	190.000,00	10122201545250041
RJ	ANGRA DOS REIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGRA DOS REIS	36000138823201700	29230003	565.585,00	565.585,00	10122201545253274
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	36000153387201700	25050010	150.000,00	150.000,00	10122201545250033
RJ	ITATIAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITATIAIA	36000136867201700	35730010	450.000,00	450.000,00	10122201545253307
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36000153166201700	25050010	200.000,00	200.000,00	10122201545250033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000153234201700	25050010	72.500,00	72.500,00	10122201545250033
RJ	QUISSAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUISSAMA	36000134422201700	30420001	200.000,00	200.000,00	10122201545250033
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	36000139206201700	30980004	1.000,00	1.000,00	10122201545253346
RJ	SAO JOAO DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153298201700	25050010	124.476,00	124.476,00	10122201545250033
RN	CARNAUBAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CARNAUBAIS	36000119118201700	30490006	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	CERRO CORA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CERRO CORA-RN	36000146483201700	24470009	10.000,00	10.000,00	10122201545250024
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV. DIX SEPT ROSADO	36000122820201700	37790009	200.000,00	200.000,00	10122201545250024
RN	LAGOA DE VELHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	36000138596201700	38060009	150.000,00	150.000,00	10122201545250024
RN	LUCRECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCRECIA	36000114613201700	20330008	100.000,00	100.000,00	10122201545250024
RN	RIACHUELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147240201700	21230015	110.000,00	110.000,00	10122201545250024
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO OESTE	36000118567201700	30490006	47.000,00	47.000,00	10122201545250024
RN	SITIO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146734201700	37420007	155.000,00	155.000,00	10122201545250024
RR	NORMANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NORMANDIA	36000152901201700	23700009	250.000,00	250.000,00	10122201545250014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	36000136272201700	37450010	350.000,00	350.000,00	10122201545250014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	36000138446201700	26700005	180.523,00	180.523,00	10122201545250014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	36000138448201700	30660005	10.816,00	10.816,00	10122201545250014
RS	ALEGRETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALEGRETE	36000114391201700	36850007	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	BARRA DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS BARRA DO RIBEIRO RS	36000134165201700	11170007	200.000,00	200.000,00	10122201545250043
RS	BARRA DO RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO RIO AZUL	36000137484201700	28650011	17.092,00	17.092,00	10122201545250043
RS	CAMAQUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMAQUA - RS	36000138292201700	36850007	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	CAPELA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS) DE CAPELA DE SANTANA	36000144505201700	20980010	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	CENTENARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-MUNICIPIO DE CENTENARIO	36000138642201700	19830002	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	CRUZ ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ ALTA	36000111474201700	28680006	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	CRUZALTENSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CRUZALTENSE	36000153639201700	20980010	86.418,00	86.418,00	10122201545250043
RS	GRAMADO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	36000122123201700	38180014	200.000,00	200.000,00	10122201545254885
RS	GRAMADO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	36000153522201700	19830002	60.000,00	60.000,00	10122201545250043
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAMADO DOS LOUREIROS - RS	36000123008201700	28650011	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	LAGOA VERMELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA VERMELHA	36000137676201700	38400013	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	LIBERATO SALZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO	36000143872201700	20770010	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	LIBERATO SALZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO	36000143873201700	28650011	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	NOVO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS)	36000153534201700	19830002	80.000,00	80.000,00	10122201545250043
RS	PAROBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PAROBE/RS	36000136485201700	36850007	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	PEDRAS ALTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000139313201700	28650011	46.699,00	46.699,00	10122201545250043
RS	SAO VALENTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAO VALENTIM	36000116923201700	28650011	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	SOLEDADE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000115978201700	38180013	250.000,00	250.000,00	10122201545250043
RS	TAQUARUCU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000113515201700	28650011	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
RS	UNISTALDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNISTALDA	36000150472201700	30770009	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
SC	ABELARDO LUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL ABELARDO LUZ	36000153500201700	29060001	375.000,00	375.000,00	10122201545250042
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE BALNEARIO BARRA DO SUL	36000136822201700	28530003	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	BELA VISTA DO TOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO	36000118263201700	28530003	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS	36000153462201700	18810003	65.135,00	65.135,00	10122201545250042
SC	CAPIVARI DE BAIXO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIVARI DE BAIXO	36000119317201700	28570007	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	CORUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORUPA	36000153705201700	31830002	250.000,00	250.000,00	10122201545250042

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	CURITIBANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS-SC	36000117132201700	18810002	9.750,00	9.750,00	10122201545250042
SC	GAROPABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA	36000137529201700	38240001	6.585,00	6.585,00	10122201545250042
SC	GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	36000138859201700	32350006	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	IMARUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	36000136795201700	28510004	144.200,00	144.200,00	10122201545250042
SC	IMBITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000125289201700	18810003	357.769,00	357.769,00	10122201545250042
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000148462201700	32350006	10.546,00	10.546,00	10122201545250042
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000137118201700	28530003	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	PLANALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000138619201700	28510004	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SC	QUILOMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO	36000124283201700	28510004	209.770,00	209.770,00	10122201545250042
SC	SALTO VELOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO VELOSO	36000116472201700	29250014	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	TAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137673201700	32350006	100.000,00	100.000,00	10122201545250042
SC	XAXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAXIM	36000115330201700	29250014	120.000,00	120.000,00	10122201545250042
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137332201700	30340006	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137096201700	30340006	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	BARRA DOS COQUEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153455201700	26080013	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	BOQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000122425201700	26000002	250.000,00	250.000,00	10122201545250028
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152775201700	36910017	128.559,00	128.559,00	10122201545250028
SE	CAPELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPELA	36000143549201700	31000003	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	CAPELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPELA	36000149855201700	31000003	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	CARIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136620201700	30340006	150.000,00	150.000,00	10122201545250028
SE	CARIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136622201700	31000003	150.000,00	150.000,00	10122201545250028
SE	ITABAIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146642201700	26080013	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	LAGARTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGARTO	36000150664201700	22460008	150.000,00	150.000,00	10122201545250028
SE	LARANJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136491201700	36910017	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	MACAMBIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000138403201700	31000003	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	MALHADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000137134201700	31000003	150.000,00	150.000,00	10122201545250028
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DA GLORIA	36000153488201700	31000003	17.000,00	17.000,00	10122201545250028
SE	PEDRINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRINHAS	36000151407201700	36930002	454.787,00	454.787,00	10122201545250028
SE	POCO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCO REDONDO	36000153450201700	26080013	117.955,00	117.955,00	10122201545250028
SE	PORTO DA FOLHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO DA FOLHA	36000143978201700	26080013	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	SALGADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153521201700	13130007	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147406201700	26080013	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	SIRIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153571201700	13130007	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SP	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	36000153284201700	31340004	81.415,00	81.415,00	10122201545250035
SP	ARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARUJA	36000153435201700	37170009	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	36000138983201700	18080004	46.583,00	46.583,00	10122201545250035
SP	BARRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRINHA	36000127016201700	37460004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000138304201700	37460004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	CAJOBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAJOBI	36000120909201700	28150003	70.000,00	70.000,00	10122201545250035
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE	36000114537201700	37730002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	CANAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAS	36000112147201700	28010004	50.000,00	50.000,00	10122201545250035
SP	CANITAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANITAR	36000139835201700	30640011	50.000,00	50.000,00	10122201545250035
SP	ECHAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000135564201700	17990001	47.047,00	47.047,00	10122201545250035
SP	FLORIDA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000135538201700	18080004	200.000,00	200.000,00	10122201545250035
SP	GASTAO VIDIGAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000111366201700	15930022	50.000,00	50.000,00	10122201545250035
SP	GUARIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000124195201700	28130002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	IRAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRAPUA - SP	36000153603201700	37730002	37.047,00	37.047,00	10122201545250035
SP	JANDIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDIRA	36000138166201700	37460004	150.000,00	150.000,00	10122201545250035
SP	LORENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LORENA	36000152826201700	17990001	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	MARTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARTINOPOLIS	36000138630201700	28160006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	MAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000126985201700	28750002	150.000,00	150.000,00	10122201545250035
SP	MESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MESOPOLIS	36000139994201700	30370002	77.047,00	77.047,00	10122201545250035
SP	NOVA GRANADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA GRANADA	36000137479201700	28160006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	ORINDIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORINDIUVA - FMSO	36000137478201700	37460004	27.047,00	27.047,00	10122201545250035
SP	OSCAR BRESSANE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE OSCAR BRESSANE	36000111317201700	30640011	50.000,00	50.000,00	10122201545250035
SP	PANORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000129278201700	28160006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	36000136261201700	37730002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	36000153310201700	30570012	64.676,00	64.676,00	10122201545253779
SP	PEDRO DE TOLEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO DE TOLEDO	36000123795201700	37460004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	PEREIRA BARRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEREIRA BARRETO	36000114495201700	31340004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000115202201700	37460004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	PINDORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDORAMA	36000137306201700	15930022	34.047,00	34.047,00	10122201545250035
SP	PINDORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDORAMA	36000137308201700	15930022	3.000,00	3.000,00	10122201545250035
SP	PIQUEROBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIQUEROBI	36000122833201700	31340004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	RIBEIRAO CORRENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIBEIRAO CORRENTE	36000116742201700	37730002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	RIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIOLANDIA	36000127072201700	30260006	150.000,00	150.000,00	10122201545250035
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DA PONTE PENSA	36000113599201700	28750002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO	36000117945201700	28750002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	SARUTAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136836201700	30640011	50.000,00	50.000,00	10122201545250035
SP	TABAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABAPUA	36000137180201700	30260006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	TAGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000115119201700	37730002	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM GRANDE PAULISTA	36000144685201700	28160006	108.000,00	108.000,00	10122201545250035
SP	VARZEA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA PAULISTA	36000116602201700	15680009	200.000,00	200.000,00	10122201545250035
SP	VERA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VERA CRUZ	36000113681201700	28160006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	ZACARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZACARIAS	36000136419201700	18080004	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
TO	ARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000125336201700	26900005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S. DE BOM JESUS DO TOCANTINS - TO	36000136934201700	37750013	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153062201700	26900005	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	CARIRI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRI DO TOCANTINS	36000148223201700	24290003	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	CARMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145722201700	30680011	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	COMBINADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000136037201700	36950001	186.815,00	186.815,00	10122201545250017
TO	CONCEICAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153535201700	30680011	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000118456201700	30680011	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	FIGUEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIROPOLIS	36000128177201700	37750013	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	MONTE DO CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE DO CARMO	36000111988201700	37750013	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	36000147902201700	26900005	110.000,00	110.000,00	10122201545250017
TO	TOCANTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000122679201700	37750013	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TOTAL			306 PROPOSTAS			47.083.540,00	

PORTARIA Nº 2.754, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	COITE DO NOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COITE DO NOIA	11407477000117004	27260002	125.000,00	125.000,00	10301201520YL0027
BA	CAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAEM	10280549000117005	31660007	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0029
PB	CACIMBA DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE DENTRO	12011663000117001	24490001	125.000,00	125.000,00	10301201520YL0025
PB	SAO JOSE DE CAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DE CAIANA	10785644000117701	12770003	81.000,00	81.000,00	10301201520YL1526
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CORDEIROS - PB	13491027000117002	12770003	81.000,00	81.000,00	10301201520YL1526
PE	AGRESTINA	AGRESTINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10225695000117720	30320006	81.000,00	81.000,00	10301201520YL1567
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BREJO DA MADRE DE DEUS	09159378000117002	28850001	218.000,00	218.000,00	10301201520YL0026
RS	GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARIBALDI	11427873000117002	19840005	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0043
TOTAL			8 PROPOSTAS			873.000,00	

PORTARIA Nº 2.755, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	ACOPIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACOPIARA	36000153608201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2611236	600.000,00
CE	BARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO	36000153647201700	40.000,00	81000174	40.000,00	10122201545257282	2724359	40.000,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	36000153525201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	8000956	1.000.000,00
MG	ITAPAGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPAGIPE	36000153513201700	180.000,00	81000174	180.000,00	10122201545257282	2166062	180.000,00
MG	TUPACIGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153550201700	410.000,00	81000174	410.000,00	10122201545257282	2797542	410.000,00
PB	BONITO DE SANTA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BONITO DE SANTA FE	36000153597201700	83.000,00	81000174	83.000,00	10122201545257282	2321963	83.000,00
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	36000153506201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2696746	1.000.000,00
RS	BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BUTIA / RS	36000153517201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	7470444	150.000,00
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATATUBA	36000153615201700	1.500.000,00	81000174	1.500.000,00	10122201545257282	2082926 7184689	750.000,00 750.000,00
SP	GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARCA	36000153514201700	120.000,00	81000174	120.000,00	10122201545257282	2078023	120.000,00
SP	LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153546201700	1.500.000,00	81000174	1.500.000,00	10122201545257282	3042715	1.500.000,00
SP	LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153551201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2032430	300.000,00
SP	PARAGUACU PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUACU PAULISTA	36000153582201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2086557	150.000,00
SP	PIRACICABA	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIRACICABA	36000153416201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2772310	150.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE ALTA DO TOCANTINS	36000153609201700	16.778,00	81000174	16.778,00	10122201545257282	2658860	16.778,00
TO	SILVANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153568201700	29.500,00	81000174	29.500,00	10122201545257282	2468840	29.500,00
TO	TOCANTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000153654201700	170.000,00	81000174	170.000,00	10122201545257282	2370344	170.000,00
TOTAL			17 PROPOSTAS	7.399.278,00					

PORTARIA Nº 2.756, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	12415300000117704	37800007 37800006	226.000,00 500.000,00	726.000,00	10301201585810012 10301201585810170
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	13851846000117013	29100018 33980006	126.000,00 600.000,00	726.000,00	10301201585810230 10301201585810230
BA	SALVADOR	PMS/SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08086458000117022	27380014	951.000,00	951.000,00	10301201585812261
CE	ARARIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARIPE	11431964000117004	24370005 24410008	163.000,00 500.000,00	663.000,00	10301201585810023 10301201585810023
ES	GUARAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAPARI	11770182000117001	37620005	750.000,00	750.000,00	10301201585810032
PE	BETANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETANIA	19259219000117003	23550007 23550011	255.000,00 408.000,00	663.000,00	10301201585810026 10301201585817310
PE	ILHA DE ITAMARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ILHA DE ITAMARACA	13101674000117706	10710014 27170004	243.000,00 500.000,00	743.000,00	10301201585811646 10301201585811646
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000117709	37470001 28840010	263.000,00 400.000,00	663.000,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA COROA GRANDE	13661399000117701	36860001 27180013	23.000,00 640.000,00	663.000,00	10301201585810026 10301201585810026
RJ	CORDEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDEIRO	03716759000117706	37200007 26160006	250.000,00 500.000,00	750.000,00	10301201585813296 10301201585813296
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117733	32680004 27940005	228.908,00 521.092,00	750.000,00	10301201585810033 10301201585813298
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117738	27780006 35510007	100.000,00 650.000,00	750.000,00	10301201585810033 10301201585813298
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117001	30660007	726.000,00	726.000,00	10301201585810014
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS	11478207000117707	23590002	726.000,00	726.000,00	10301201585810017
TOTAL			14 PROPOSTAS			10.250.000,00	

PORTARIA Nº 2.756, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	12415300000117704	37800007 37800006	226.000,00 500.000,00	726.000,00	10301201585810012 10301201585810170
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	13851846000117013	29100018 33980006	126.000,00 600.000,00	726.000,00	10301201585810230 10301201585810230
BA	SALVADOR	PMS/SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08086458000117022	27380014	951.000,00	951.000,00	10301201585812261
CE	ARARIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARIPE	11431964000117004	24370005 24410008	163.000,00 500.000,00	663.000,00	10301201585810023 10301201585810023
ES	GUARAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAPARI	11770182000117001	37620005	750.000,00	750.000,00	10301201585810032
PE	BETANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETANIA	19259219000117003	23550007 23550011	255.000,00 408.000,00	663.000,00	10301201585810026 10301201585817310
PE	ILHA DE ITAMARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ILHA DE ITAMARACA	13101674000117706	10710014 27170004	243.000,00 500.000,00	743.000,00	10301201585811646 10301201585811646
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000117709	37470001 28840010	263.000,00 400.000,00	663.000,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA COROA GRANDE	13661399000117701	36860001 27180013	23.000,00 640.000,00	663.000,00	10301201585810026 10301201585810026
RJ	CORDEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDEIRO	03716759000117706	37200007 26160006	250.000,00 500.000,00	750.000,00	10301201585813296 10301201585813296
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117733	32680004 27940005	228.908,00 521.092,00	750.000,00	10301201585810033 10301201585813298
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	11128809000117738	27780006 35510007	100.000,00 650.000,00	750.000,00	10301201585810033 10301201585813298
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000117001	30660007	726.000,00	726.000,00	10301201585810014
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS	11478207000117707	23590002	726.000,00	726.000,00	10301201585810017
TOTAL			14 PROPOSTAS			10.250.000,00	

PORTARIA Nº 2.757, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	DELMIRO GOUVEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELMIRO GOUVEIA	11261089000117004	37530004	78.651,00	78.651,00	10301201585810027
AL	DELMIRO GOUVEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELMIRO GOUVEIA	11261089000117005	37530004	80.680,00	80.680,00	10301201585810027
AL	DELMIRO GOUVEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DELMIRO GOUVEIA	11261089000117007	37530004	80.680,00	80.680,00	10301201585810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000117715	27290005	126.176,00	126.176,00	10301201585811815
AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	PMSSU/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIO DO UATUMA	12446725000117013	37230015	499.979,00	499.979,00	10301201585810227
AP	CALCOENE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALCOENE	11694812000117006	20470008	426.082,00	426.082,00	10301201585810016
BA	DOM MACEDO COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11258678000117003	34870006 24700006	26.765,00 200.000,00	226.765,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	DOM MACEDO COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11258678000117004	34870006	171.864,00	171.864,00	10301201585810029
BA	GUARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATINGA	09676159000117706	37520007	298.375,00	298.375,00	10301201585810029
BA	VITORIA DA CONQUISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13822397000117018	34870006	269.731,00	269.731,00	10301201585810029
CE	ITAICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAICABA	11410188000117701	20830001	97.867,00	97.867,00	10301201585810023
GO	FIRMINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIRMINOPOLIS	11324516000117704	37040002 36720008 28330004	100.000,00 120.000,00 211.391,00	431.391,00	10301201585810052 10301201585810052 10301201585810052
MG	IMBE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBE DE MINAS	17636876000117004	24770003	229.994,00	229.994,00	10301201585810031
MG	SEM-PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SEM PEIXE	12824631000117004	38100005	172.792,00	172.792,00	10301201585810031
MG	TAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12065714000117703	14110008 24830004	100.000,00 199.976,00	299.976,00	10301201585810031 10301201585810031
PB	BARRA DE SAO MIGUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DE SAO MIGUEL	11228592000117002	27160001	199.982,00	199.982,00	10301201585810025
PB	CATOLE DO ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATOLE DO ROCHA	12784607000117003	38500002	119.994,00	119.994,00	10301201585810025
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000117711	30320005 37890008	36.601,00 257.000,00	293.601,00	10301201585810026 10301201585810026
PI	GUARIBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12449634000117703	32180008	249.990,00	249.990,00	10301201585810022
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMIRANTE TAMANDARE	10513064000117702	37710007	349.310,00	349.310,00	10301201585810041
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09237668000117008	28440012	249.979,00	249.979,00	10301201585810041
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09237668000117009	28440012	249.979,00	249.979,00	10301201585810041
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	09000336000117714	28470011 28470010	37.289,00 49.608,00	86.897,00	10301201585810041 10301201585810041
RJ	DUAS BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUAS BARRAS	13034389000117709	26160007	454.989,00	454.989,00	10301201585813297
RN	AUGUSTO SEVERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO GRANDE-RN	11344210000117703	37420006 24480010	143.855,00 250.000,00	393.855,00	10301201585810024 10301201585810024
RN	POCO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19233726000117006	37840002	149.187,00	149.187,00	10301201585810024
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000117007	29470004	148.998,00	148.998,00	10301201585810011
RO	VALE DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO PARAISO	19314027000117013	30960006	297.996,00	297.996,00	10301201585810011
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000117714	11240013	499.979,00	499.979,00	10301201585810244
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000117717	23700008	659.747,00	659.747,00	10301201585810014
RS	BROCHIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10616321000117702	28620005	295.570,00	295.570,00	10301201585810043
RS	CASEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEIROS	12390666000117008	28620005	249.998,00	249.998,00	10301201585810043
RS	CORONEL BICACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12192438000117702	28620005	149.665,00	149.665,00	10301201585810043
RS	PELOTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11217562000117703	20980002	199.993,00	199.993,00	10301201585810043
SC	ZORTEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE (FMS)	12139961000117707	10630003	249.998,00	249.998,00	10301201585810042
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000117004	25340016	99.974,00	99.974,00	10301201585810035
SP	RIBEIRAO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO PRETO	12885763000117710	21830017	918.905,00	918.905,00	10301201585810035
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIZ DO PARAITINGA	13011161000117024	30890007	249.935,00	249.935,00	10301201585810035
SP	TUIUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUIUTI	13993364000117005	37090007	99.974,00	99.974,00	10301201585810035
TOTAL			39 PROPOSTAS			10.409.498,00	

PORTARIA Nº 2.758, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	ANAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAMA-AM	11874490000117003	29100006	150.190,00	150.190,00	10301201585810013
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	12797479000117006	34960001	174.120,00	174.120,00	10301201585810013
TOTAL			2 PROPOSTAS			324.310,00	

PORTARIA Nº 2.759, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	CAMAMU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11514326000117005	27410007	99.996,00	99.996,00	10301201585810029
BA	MASCOTE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MASCOTE	10950522000117004	37700002	99.996,00	99.996,00	10301201585810029
GO	PIRENOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRENOPOLIS	11409678000117704	31030003	299.986,00	299.986,00	10301201585810052
MA	BREJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12512462000117012	36880005	234.848,00	234.848,00	10301201585810021
MG	COROACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COROACI	15389140000117701	30560004	199.383,00	199.383,00	10301201585810031
MG	ENTRE FOLHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENTRE FOLHAS	22386118000117703	32970006	99.999,00	99.999,00	10301201585810031
MG	RIO ACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11348417000117004	24780019	84.992,00	84.992,00	10301201585810031
MG	RIO ACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11348417000117005	24780019	164.997,00	164.997,00	10301201585810031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13939029000117706	27590006	84.000,00	84.000,00	10301201585810031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13939029000117707	27590006	82.995,00	82.995,00	10301201585810031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13939029000117708	27590006	82.995,00	82.995,00	10301201585810031
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05543314000117702	37920002	154.397,00	154.397,00	10301201585810051
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	05543314000117703	37920002	245.596,00	245.596,00	10301201585810051
PI	DOM EXPEDITO LOPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM EXPEDITO LOPES	11801371000117702	37440011	199.048,00	199.048,00	10301201585810839
RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11174211000117704	33220012	299.998,00	299.998,00	10301201585813352
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12361936000117715	37650004	243.150,00	243.150,00	10301201585810033
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	11413650000117705	36610008	248.409,00	248.409,00	10301201585810043
TOTAL			17 PROPOSTAS			2.924.785,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.760, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	PLANALTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINA-GO	04394880000117702	36300009	500.280,00	500.280,00	10301201587305604
MG	BOCAIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11274221000117015	33510013	299.750,00	299.750,00	10301201587300031
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA	11273170000117010	37970012	599.625,00	599.625,00	10301201587300981
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	11715094000117001	30750010	259.840,00	259.840,00	10301201587300033
SE	RIBEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401979000117003	26000004	349.850,00	349.850,00	10301201587301909
TOTAL			5 PROPOSTAS			2.009.345,00	

PORTARIA Nº 2.761, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000117002	11350004	499.900,00	499.900,00	10301201585810016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	RIO NOVO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NOVO DO SUL	14004319000117003	32640007	18.000,00	18.000,00	10301201585810032
ES	SAO ROQUE DO CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14734122000117007	14130003	199.900,00	199.900,00	10301201585810032
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000117005	19600009	50.000,00	50.000,00	10301201585810052
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000117008	19600009	30.000,00	30.000,00	10301201585810052
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS MONTIVIDIU DO NORTE	08013657000117003	37040002	9.900,00	9.900,00	10301201585810052
MA	BACURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BACURITUBA	14115387000117005	30430003	29.890,00	29.890,00	10301201585810021
MA	SANTANA DO MARANHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11426957000117003	37580007	8.380,00	8.380,00	10301201585810021
MG	GALILEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALILEIA	11464145000117008	24770003	54.650,00	54.650,00	10301201585810031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13939029000117003	27540009	38.830,00	38.830,00	10301201585810031
MG	RIO PARDO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13939029000117004	27540009	9.120,00	9.120,00	10301201585810031
PA	PARAGOMINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS	11536700000117002	33390006	195.000,00	195.000,00	10301201585810015
PA	REDENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11190128000117006	26780010	129.500,00	129.500,00	10301201585810015
PE	SAIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAIRE	13428757000117002	28850006	139.850,00	139.850,00	10301201585810026
PR	CURIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIUVA	11821646000117004	30410010	99.900,00	99.900,00	10301201585810041
PR	IBIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09358665000117002	28440012	50.000,00	50.000,00	10301201585810041
RJ	ITAPERUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	39215827000117711	27780006	298.550,00	298.550,00	10301201585810033
RJ	PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11129492000117707	26160008	396.000,00	396.000,00	10301201585810033
RR	CARACARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / MUNICIPIO DE CARACARAI	13939816000117001	11240002	389.420,00	389.420,00	10301201585810241
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	12389111000117021	36850011	7.900,00	7.900,00	10301201585810043
SC	BELA VISTA DO TOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO TOLDO	10324957000117001	28520012	99.400,00	99.400,00	10301201585810042
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12072954000117010	37590001	17.000,00	17.000,00	10301201585810035
SP	COLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16552053000117005	18180006	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11143383000117704	37290005	9.700,00	9.700,00	10301201585810035
SP	ILHA COMPRIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879688000117003	37590001	286.990,00	286.990,00	10301201585810035
SP	ITARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARIRI	13844159000117006	37590001	148.650,00	148.650,00	10301201585810035
SP	PORTO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO FERREIRA	11204937000117001	28050004	99.500,00	99.500,00	10301201585810035
TOTAL			27 PROPOSTAS			3.325.930,00	

PORTARIA Nº 2.762, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA	10444584000117704	30610007	45.000,00	45.000,00	10301201585810029

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	CASTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELANDIA	11343271000117006	29690006	46.520,00	46.520,00	10301201585810052
GO	DIORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DIORAMA	10523857000117001	29690006	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	LEOPOLDO DE BULHOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDO DE BULHOES	11268671000117003	38000007	76.810,00	76.810,00	10301201585810052
GO	ORIZONA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIZONA - FMS	04013318000117004	30700003	57.980,00	57.980,00	10301201585810052
PB	CONGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CONGO - PARAIBA	11436548000117002	35300007	40.000,00	40.000,00	10301201585810025
PB	IMACULADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IMACULADA	11838404000117002	24500012	92.000,00	92.000,00	10301201585810025
PE	ITAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAIBA	11826158000117022	36860001	239.770,00	239.770,00	10301201585810026
RS	BROCHIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10616321000117002	36610006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	ELDORADO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELDORADO DO SUL	10401625000117003	19830012 28670008	40,00 116.000,00	116.040,00	10301201585810043 10301201585810043
TOTAL			10 PROPOSTAS			914.120,00	

PORTARIA Nº 2.763, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAA-AM	13342490000117012	29090002	85.000,00	85.000,00	10301201585810013
BA	CACULE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CACULE	12419478000117006	37380004	295.000,00	295.000,00	10301201585810029
ES	RIO NOVO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NOVO DO SUL	14004319000117002	32640007	242.000,00	242.000,00	10301201585810032
GO	BONFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11213822000117002	37210002	190.000,00	190.000,00	10301201585810052
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000117010	30380009 30380008 30380005	5.000,00 15.000,00 170.000,00	190.000,00	10301201585810052 10301201585810052 10301201585810052
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - C. A. DE GOIAS	05106805000117003	28350006	190.000,00	190.000,00	10301201585810052
GO	INDIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11457539000117009	20210004	242.000,00	242.000,00	10301201585810052
GO	ORIZONA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIZONA - FMS	04013318000117001	30700003	242.000,00	242.000,00	10301201585810052
MG	ASTOLFO DUTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11431781000117001	29750004	242.000,00	242.000,00	10301201585810031
MG	BOM JESUS DO AMPARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12533595000117001	37010003	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	DORES DE CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DORES DE CAMPOS	13443816000117002	24820004	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	ITUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUTINGA	11875650000117007	22150009	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	LAGOA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	19406553000117001	24770003	242.000,00	242.000,00	10301201585810031
MG	MONTE BELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034085000117014	30330002	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	PLANURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANURA	11642955000117013	20180006	242.000,00	242.000,00	10301201585810031
MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO NEPOMUCENO	13593898000117001	36820005	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	TOMBOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01425266000117002	37310024	190.000,00	190.000,00	10301201585813154
MT	GAUCHA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAUCHA DO NORTE	14063286000117004	25470001	242.000,00	242.000,00	10301201585810051

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	NOVA CANAA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE	13889874000117017	25470001	242.000,00	242.000,00	10301201585810051
MT	TORIXOREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	14023004000117010	29360003 28250007	10.000,00 200.000,00	210.000,00	10301201585810051 10301201585810051
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13707794000117018	23850007	190.000,00	190.000,00	10301201585810015
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07313973000117035	33390006	190.000,00	190.000,00	10301201585810015
PA	PICARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12918271000117003	32600003	190.000,00	190.000,00	10301201585810015
PB	ARARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARARA - PB	11898585000117003	12710005	190.000,00	190.000,00	10301201585810025
PB	BOQUEIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11153600000117003	21270002	190.000,00	190.000,00	10301201585810025
PB	CACIMBA DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE DENTRO	12011663000117003	12710005	210.000,00	210.000,00	10301201585810025
PB	CONGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CONGO - PARAIBA	11436548000117001	35300007	210.000,00	210.000,00	10301201585810025
PB	IMACULADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IMACULADA	11838404000117001	24500012	210.000,00	210.000,00	10301201585810025
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	11364289000117002	24490013	190.000,00	190.000,00	10301201585810025
PE	CARUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11371082000117002	30530002	190.000,00	190.000,00	10301201585810026
PE	CHA DE ALEGRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHA DE ALEGRIA	12397007000117003	37670009	190.000,00	190.000,00	10301201585810026
PE	DORMENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11207731000117003	30320005	242.000,00	242.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000117715	27230016	295.000,00	295.000,00	10301201585811684
PE	SANHARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANHARO	10725387000117002	36860001	432.000,00	432.000,00	10301201585810026
PE	SAO VICENTE FERRER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11490142000117003	37260014 28850006	74.000,00 410.000,00	484.000,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	SIRINHAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356210000117008	30530002	432.000,00	432.000,00	10301201585810026
PI	PICOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PICOS-PI	11505645000117010	37880009	190.000,00	190.000,00	10301201585810022
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11510944000117007	37440014	190.000,00	190.000,00	10301201585810022
PR	GUARACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACI	09278400000117004	18670022	242.000,00	242.000,00	10301201585810041
PR	ITAGUAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAJE	09303133000117001	37020010	190.000,00	190.000,00	10301201585810041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80873003000117017	30410010	242.000,00	242.000,00	10301201585810041
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000117003	15040005	190.000,00	190.000,00	10301201585810033
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000117015	26160008	380.000,00	380.000,00	10301201585810033
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	11274201000117014	30780004	190.000,00	190.000,00	10301201585810033
RO	ALVORADA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA DO OESTE	13008260000117010	29470004	242.000,00	242.000,00	10301201585810011
RO	SERINGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERINGUEIRAS	11465675000117001	38510005	242.000,00	242.000,00	10301201585810011
RS	CACEQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CACEQUI	13893378000117002	19860001 25660009	55.000,00 240.000,00	295.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	ITAQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12187088000117021	32980002 28930001	42.000,00 200.000,00	242.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DOS TRES CANTOS	13540084000117012	20230004	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	LIBERATO SALZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LIBERATO SALZANO	10530466000117003	20230004	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	MACAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12200704000117001	19860001	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	MAMPITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12083468000117002	19860001	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	NOVA SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11922360000117014	28670008 19830012	40.000,00 150.000,00	190.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	NOVO TIRADENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO TIRADENTES	11483873000117704	20230004	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	12389111000117016	36850011 30670005	92.000,00 150.000,00	242.000,00	10301201585810043 10301201585810043
SC	BOTUVERA	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE DE BOTUVERA	11960753000117001	37860006	190.000,00	190.000,00	10301201585810042
SC	IBIAM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11250761000117012	29250001	190.000,00	190.000,00	10301201585810042
SC	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA	11356676000117005	37860006	190.000,00	190.000,00	10301201585810042
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401241000117712	27960001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	BARRA DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO TURVO	11826961000117007	27960001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	BIRIGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12623139000117708	31350007	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	BOFETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOFETE	12364587000117003	19970016	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12072954000117001	37590001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	CANDIDO MOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANDIDO MOTA	11788735000117009	37590001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	CAPAO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11179202000117712	19970016	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	COSMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18692355000117003	37730001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13694379000117008	37590001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	JAGUARIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIUNA	11297035000117003	15270014	210.000,00	210.000,00	10301201585813646
SP	LORENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LORENA	10872126000117011	37590001 37370016	224.000,00 260.000,00	484.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	LORENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LORENA	10872126000117017	37590001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	MONGAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONGAGUA	12096081000117015	37590001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	OLIMPIA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE OLIMPIA SP	11105607000117009	25320006	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892215000117023	25380015	242.000,00	242.000,00	10301201585813756
SP	PIACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	12041339000117007	27990005	210.000,00	210.000,00	10301201585810035
SP	PRESIDENTE BERNARDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE BERNARDES	11768545000117005	25310012	190.000,00	190.000,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SABINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABINO	13930678000117012	38520002	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DA ESPERANCA	13812376000117005	23560011	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11923280000117005	23560011	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DE IRACEMA	11851976000117001	23560011	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	TEJUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE TEJUPA	12041694000117005	27990005	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	UCHOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UCHOA	11837851000117018	25190003	190.000,00	190.000,00	10301201585813396
TO	AGUIARNOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11291331000117008	36950008	190.000,00	190.000,00	10301201585810017
TOTAL			82 PROPOSTAS			18.420.000,00	

PORTARIA Nº 2.764, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232 de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017 - Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos de que trata esta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica, observando o valor máximo, por Município, em até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no exercício de 2016, conforme o disposto no artigo 4º da Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados para manutenção de ações da Atenção Básica conforme o escopo do art. 1º da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º Os recursos orçamentários para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos de emendas parlamentares e estão descritos nos termos do anexo.

Art. 5º Fica estabelecido que os recursos de que trata esta Portaria não terão natureza plurianual e não poderão ser incorporados aos limites dos respectivos entes beneficiados de forma que os efeitos orçamentários desta Portaria se limitam a este exercício.

Art. 6º O pagamento desta Portaria será executado em até 6 parcelas conforme regulado pela Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017.

Art. 7º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência dos recursos financeiros consignados nos termos desta Portaria e demais regras previstas neste dispositivo.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, na forma do Decreto nº 1.232/94, que trata das transferências, fundo a fundo, deve ser apresentada ao Ministério da Saúde e ao Estado, por meio de relatório de gestão, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Municípios habilitados a receberem recursos federais de emendas parlamentares destinados ao incremento temporário do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	Interessado	Município	CNPJ	Número Proposta	Valor Proposta	Emenda	PTRES
AL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - (FMS) DE SANTANA DO IPANEMA	SANTANA DO IPANEMA	19433048000111	36000153078201700	300.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FORMIGA	01155430000145	36000153293201700	300.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	IRAI DE MINAS	13601247000105	36000153162201700	100.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATHIAS LOBATO	MATHIAS LOBATO	14731032000171	36000153168201700	300.000,00	81000173	136856
MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PONTE	NOVA PONTE	12702343000187	36000153146201700	890.000,00	81000173	136856
PB	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RIACHO DE SANTO ANTONIO	11170236000192	36000153202201700	206.868,00	81000173	136856
PI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ORIENTE DO PIAUI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	13770802000122	36000153288201700	480.000,00	81000173	136856
PI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENCA DO PIAUI	VALENCA DO PIAUI	11339353000137	36000153289201700	520.000,00	81000173	136856
RJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANGUA	TANGUA	12246631000174	36000153123201700	400.000,00	81000173	136856
RJ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANGUA	TANGUA	12246631000174	36000153124201700	300.000,00	81000173	136856
RR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	ALTO ALEGRE	15713230000175	36000153292201700	1.000.000,00	81000173	136856
RR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RORAINOPOLIS	RORAINOPOLIS	12236981000150	36000152863201700	1.571.446,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ADAMANTINA	ADAMANTINA	13868910000132	36000153229201700	200.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	ALTO ALEGRE	11770688000105	36000153261201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATIBAIA	13901091000188	36000153145201700	1.250.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BILAC	BILAC	12433127000183	36000153117201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DRACENA	13890575000179	36000153208201700	400.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JUNQUEIROPOLIS	13816220000130	36000153271201700	200.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LUCELIA	07649698000110	36000153161201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MARACAI	MARACAI	13995524000101	36000153188201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OURO VERDE	09642975000198	36000153160201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PACAEMBU	11948764000120	36000153169201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	PIACATU	12041339000115	36000153164201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRACINHA	PRACINHA	13886941000116	36000153118201700	150.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE EPITACIO	PRESIDENTE EPITACIO	11966021000182	36000153287201700	550.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RINOPOLIS	RINOPOLIS	11775742000105	36000153205201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA MERCEDES	SANTA MERCEDES	13879728000187	36000153248201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPE	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	12270821000127	36000153071201700	180.000,00	81000173	136856
SP	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PAU D"ALHO	SAO JOAO DO PAU D"ALHO	13692570000131	36000153180201700	180.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GUARAI	11295419000134	36000152659201700	250.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GUARAI	11295419000134	36000152875201700	500.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JUARINA	11715159000109	36000152627201700	350.000,00	81000173	136856
TO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAMPAIO	SAMPAIO	11620328000127	36000152798201700	150.000,00	81000173	136856
TOTAL				33	12.258.314,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3.427/GM/MS, de 30 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Edição Extra nº 251-A, de 30 de dezembro de 2016, Página 38,

Onde se lê:

Considerando a adesão ao recebimento do Incentivo 100% SUS do estabelecimento de saúde o Hospital São Lucas - Sociedade Beneficente e Amparo de Poções, no Município de Salvador/BA-Código IBGE nº 292510, CNES: 2601583, sob Gestão Municipal, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos no montante anual de R$ R$ 312.273,96 (trezentos e doze mil duzentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos), a serem incorporados ao limite financeiro de média e alta complexidade do Município de Salvador (BA).

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Salvador/BA, em parcelas mensais.

Leia-se:

Considerando a adesão ao recebimento do Incentivo 100% SUS do estabelecimento de saúde o Hospital São Lucas - Sociedade Beneficente e Amparo de Poções/BA-Código IBGE nº 290000, CNES: 2601583, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o recurso no montante anual de R$ 312.273,96 (trezentos e doze mil duzentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos), a serem incorporados ao limite financeiro de média e alta complexidade do Estado da Bahia.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, em parcelas mensais.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.004, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 026, realizada em 10/10/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Ouro Fino Química Ltda.
CNPJ: 09.100.671/0001-07
Processo: 25351.376534/2009-11
Expediente: 0369329/17-5
Decisão: por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 021/2017 - Coart.

ARESTO N° 1.005, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 26, realizada em 10/10/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Recorrente: Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A.
CNPJ: 60.659.463/0001-91
Processo: 25351.483686/2013-15
Expediente: 0745638/15-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por DESISTÊNCIA da recorrente, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 073/2017 - Corea.
Recorrente: Roberg Alimentos Medicamentos da Natureza Ltda.
CNPJ: 68.344.878/0001-88
Processo: 25351.309299/2016-61
Expediente: 1452510/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 086/2017 - Corea/GGALI.

ARESTO Nº 1.006, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 26, realizada em 10/10/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Relator: Renato Alencar Porto
Recorrente: CPM Braxis Outsourcing S/A
CNPJ: 00.717.511/0003-90
Processo: 25351.582649/2015-37
Expediente: 838022/15-8
Coges
A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 013/2017 - Coges/Diges.

ARESTO Nº 1.007, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 026/2017, realizada em 10/10/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, e com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 205, de 15 de julho de 2005, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Exopro Indústria, Comércio, Importação e Exportação S/A
CNPJ: 04.463.465/0001-30
Processo: 25351.391693/2008-45
Expediente: 0630935/15-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 327/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Bioline Comercial Ltda.
CNPJ: 04.762.934/0001-11
Processo: 25351.662764/2014-84
Expediente: 0465967/15-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 319/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: J.P.J. Indústria, Comércio e Assistência Técnica de Materiais Hospitalares Ltda. - EPP
CNPJ: 38.969.176/0001-29
Processo: 25351.206357/2015-04
Expediente: 0745143/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 326/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: New Desc Industria Descartáveis Médicos e Hospitalares Ltda. ME.
CNPJ: 03.720.369/0001-67
Processo: 25351.363557/2015-48
Expediente: 0670196/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 331/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Sul Papeis Industria de Papel Ltda.
CNPJ: 05.767.575/0001-58
Processo: 25351.406900/2015-38
Expediente: 0767169/15-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por PERDA DO OBJETO, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 332/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: JC Pharma & Health Comércio, Exportação e Importação Ltda.
CNPJ: 01.662.176/0001-71
Processo: 25351.323748/2015-11
Expediente: 0650797/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 320/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: JC Pharma & Health Comércio, Exportação e Importação Ltda.
CNPJ: 01.662.176/0001-71
Processo: 25351.323729/2015-06
Expediente: 0650810/15-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 320/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: JC Pharma & Health Comércio, Exportação e Importação Ltda.
CNPJ: 01.662.176/0001-71
Processo: 25351.323766/2015-90
Expediente: 0650817/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 320/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: American Instruments Eireli - EPP
CNPJ: 06.981.319/0001-21
Processo: 25351.268891/2005-63
Expediente: 0989644/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 192/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Meta Bio Industrial Ltda.
CNPJ: 02.513.989/0001-62
Processo: 25351.220636/2006-11
Expediente: 1555427/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 194/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: First Line Medical Device S/A
CNPJ: 05.941.046/0001-29
Processo: 25351.651460/2009-17
Expediente: 1660401/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 306/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: 3b Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda. - ME
CNPJ: 06.963.572/0001-52
Processo: 25351.389753/2017-61
Expediente: 1823000/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 335/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Robisa Indústria e Comércio Material Hospitalar EIRELI - ME
CNPJ: 05.263.709/0001-01
Processo: 25351.350645/2017-17
Expediente: 775722/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 334/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Comex Industria e Comercio Ltda.
CNPJ: 01.430.765/0001-24
Processo: 25351.232987/2005-93
Expediente: 0616898/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 323/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Embramac - Empresa Brasileira de Materiais Cirúrgicos, Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.
CNPJ: 51.285.641/0001-70
Processo: 25351.011491/2014-85
Expediente: 0313813/14-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 090/2016 - CRTPS/Direg.
Empresa: Starhealth Distribuidora de Produtos para a Saude Ltda.
CNPJ: 19.903.883/0001-78
Processo: 25351.144447/2017-04
Expediente: 0670284/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 178/2017 - CRTPS/Diare.
Empresa: Exopro Indústria, Comércio, Importação e Exportação S/A
CNPJ: 04.463.465/0001-30
Processo: 25351.345923/2005-51
Expediente: 0506276/15-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E DAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 304/2017 - CRTPS/Direg.

CONSULTA PÚBLICA N° 409, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 10 de outubro de 2017, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura da soja na modalidade de emprego (aplicação) pré-plantio, com LMR de 0,05 mg/Kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo C63 - LAMBDA-CIALOTRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.126190/2009-61
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C63 - LAMBDA-CIALOTRINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003..
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA N° 410, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 10 de outubro de 2017, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura de antúrio, crisântemo, lisianthus na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR e IS não determinado por se tratar de uso não alimentar; na monografia do ingrediente ativoD36 - DIFENOCONAZOL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.075343/2007-53
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo D36 - DIFENOCONAZOL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA N° 411, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 10 de outubro de 2017, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura do chuchu na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 07 dias, na monografia do ingrediente ativo D39 - DIMETOMORFE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.744938/2008-28
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo D39 - DIMETOMORFE, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003..
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA N° 412, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 10 de outubro de 2017, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de alstroemeria, cravo, cravínea, crisântemo, gérbera, gladíolo, lírio, lisianthus, orquídea e rosa na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR e IS não determinado por se tratar de uso não alimentar; na monografia do ingrediente ativo C47 - Ciprodinil.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.026956/98-11
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C47 - Ciprodinil, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA N° 413, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35 do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 10 de outubro de 2017, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que inclui a cultura de begônia, gérbera, kalanchoe, calandiva, lírio, orquídeas e violeta na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR e IS não determinado por se tratar de uso não alimentar; na monografia do ingrediente ativo M45 - Mandipropamida.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br/divulga/consulta/index.htm.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.004631/2006-42
Agenda Regulatória 2015-16: Não
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo M45 - Mandipropamida, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE N° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No DOU de 19-10-2017, Seção 1, páginas 27 a 32, onde se lê: RESOLUÇÃO Nº 183, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017, RESOLUÇÃO Nº 184, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 e RESOLUÇÃO Nº 185, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017, leia-se: RESOLUÇÃO - RDC Nº 183, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017, RESOLUÇÃO - RDC Nº 184, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 e RESOLUÇÃO - RDC Nº 185, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017, respectivamente.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.766, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação e comercialização de produtos saneantes sem registro ou notificação na Anvisa, pela empresa INDAL - INDÚSTRIA ALAGOANA LTDA - ME, CNPJ 01.044.076/0001-81, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS os produtos SANEANTES fabricados pela empresa Indal - Indústria Alagoana Ltda - ME (CNPJ: 01.044.076/0001-81), sem Autorização de Funcionamento na ANVISA.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.767, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016 e,

considerando o art. 23 da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o art. 7º, XV da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1979;

considerando o Laudo de Análise Fiscal Definitivo n.º 169.1P.0/2017, emitido pelo Laboratório Central do Vigilância Pública do Distrito Federal, que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de rotulagem e embalagem primária para o lote 03/8873 do saneante ÁGUA SANITÁRIA USELIMP, frasco plástico com válvula dosadora, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 03/8873 do produto ÁGUA SANITÁRIA USELIMP, frasco plástico com válvula dosadora, fabricado por Uniplástico Indústria e Comércio de Plástico Ltda. (CNPJ 37.612.611/0001-09).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.770, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a RDC nº17, de 16 de abril de 2010;

considerando o Relatório de Inspeção Sanitária emitido em 22 de agosto de 2017 pela Diretoria de Vigilância em Medicamentos e Congêneres de Minas Gerais, em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que concluiu pela interdição cautelar do Laboratório Belém Jardim Ltda e dos medicamentos disponíveis em estoque na empresa (Termo de Interdição Cautelar nº03/2017);

considerando a existência de risco sanitário associado ao uso de medicamentos fabricados em desacordo com as Boas Práticas de Fabricação;

considerando a Resolução-RE nº2.269 de 12 de agosto de 2015 vigente, que determinou a suspensão da fabricação, distribuição, comércio, uso e recolhimento de medicamentos fabricados pelo Laboratório Belém Jardim Ltda;

considerando o descumprimento, pela empresa, da Resolução-RE nº2.269 de 12 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário em todo o território nacional, a apreensão e inutilização de todos os medicamentos fabricados pelo Laboratório Belém Jardim Ltda (CNPJ: 17.299.140/0001-05) disponíveis no mercado que se encontrem dentro do prazo de validade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.773, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

Considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial nº. 77.1P.0/2017, emitido pelo LACEN/RJ, em decorrência do programa PROVEME, referente ao medicamento Mentelmin (Mebendazol), 100mg, comprimido, lote 160705 (Val. 06/2018), da empresa Theodoro F. Sobral & Cia Ltda, que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de aspecto e dissolução, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 160705 (Val. 06/2018), do medicamento Mentelmin (Mebendazol), 100mg, comprimido, da empresa Theodoro F. Sobral & Cia Ltda (CNPJ 06.597.810/0001-62).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.771, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando os artigos 6º e 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando a classificação de risco à saúde classe III da Resolução RDC n° 55, de 17 de março de 2005;

Considerando a comunicação de recolhimento voluntário, encaminhada pela empresa Glenmark Farmacêutica Ltda., em razão de informação divergente do registro na embalagem do medicamento, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso, do produto LEVOLUKAST® 10mg + 5 mg, frascos com 7 comprimidos dos lotes 05151513, 05151690, 05161362, 05161740 e frascos com 14 comprimidos dos lotes 05151250, 05151474, 05151690, 05160038, 05161362, 05161740 e 05170666, fabricados pela empresa Glenmark Farmacêutica Ltda (CNPJ: 44.363.661/0001-57).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes dos produtos descritos no Art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO -RE Nº 2.774, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 973, de 14 de junho de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os arts. 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a vedação expressa nos itens 5.13 e 5.14 da resolução RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007 e a constatação da divulgação e comercialização irregular, pela empresa Tavares & Possenti Ltda - ME, de produtos com indicações terapêuticas disponibilizados no sítio eletrônico http://www.extremesuplementos.com.br, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da divulgação e proibição de comercialização, distribuição e uso de todos os produtos manipulados e alimentos com indicações terapêuticas, por meio do endereço eletrônico http://www.extremesuplementos.com.br e em qualquer tipo de mídia, inclusive loja física, pela empresa Tavares & Possenti Ltda - ME (CNPJ: 06.340.041/0001-03).

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades dos produtos descritos no art. 1º encontradas no estabelecimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.392, DE 23 DE AGOSTO DE 2017(*)

Exclui do PROSUS, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira, com sede em Limeira (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013,

Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 01, de 04/09/2017, que altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 26 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Moratória e a remissão de débitos para com a Fazenda Nacional no âmbito do PROSUS; e

Considerando o Parecer Técnico nº 13-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.039802/2016-14/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica excluída do PROSUS, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira, CNPJ nº 51.473.692/0001-26, com sede em Limeira (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito o art. 19 da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 151, de 8 de agosto de 2016, Seção1, página 29.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União - DOU nº 164, de 25 de agosto de 2017, seção 1, página 39, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 1.587, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Cancela o certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde - CEBAS do Hospital Espírita André Luiz, de Belo Horizonte/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer nº 7-SEI/2017-DCEBAS/SAS/MS - FTS nº 458, relativo ao Processo de Supervisão SIPAR nº 25000.072115/2015-11, que concluiu não serem atendidos os requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na Área da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde concedido ao Hospital Espírita André Luiz, CNPJ nº 17.308.883/0001-02, com sede em Belo Horizonte/MG.

Parágrafo único. Registra-se como início do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação a data de 1º de janeiro de 2010.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26º da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.603, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação para Auxílio de Dependentes Químicos - AMOSTRA, com sede em Ribeirão Preto (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 35-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.162814/2016-33, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação para Auxílio de Dependentes Químicos - AMOSTRA, CNPJ nº 11.110.486/0001-37, com sede em Ribeirão Preto (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.604, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Remaneja o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulat.+orial do Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde, alterada pela Portaria nº. 1.699/GM/MS, de 27 de julho de 2011;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec. nº. 386/2017, de 27 de setembro de 2017 e da Deliberação CIB/MG nº. 2.555, de 29 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica remanejado o limite financeiro anual referente à Assistência de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do Estado de Minas Gerais, referente ao bloco de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, corresponde a R$ 4.323.301.103,70, assim distribuídos:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	826.413.813,77	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	3.333.303.322,61	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	163.583.967,32	Anexo III

§ 2º Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 18.572.400,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 79.451.001,00.

§ 3º O estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º O remanejamento de recurso concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 11ª parcela de 2017 e com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir do mês subsequente.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO I
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	65.318.150,03
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	751.236.033,06
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	9.859.630,68
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	826.413.813,77

ANEXO II
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivos Permanentes de custeio *	Ajustes	Valores de TCEP com transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentos sob gestão estadual	Valores retidos no Fundo Nacional de Saúde	Valores recebidos de outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
310010	ABADIA DOS DOURADOS	213.832,18	3.663,27	235.521,80	0,00	0,00	363.017,25	0,00	0,00	90.000,00
310020	ABAETE	682.385,91	111.122,77	336.606,60	0,00	0,00	1.130.115,28	0,00	0,00	0,00
310030	ABRE CAMPO	386.288,29	1.566.148,43	2.102.595,09	0,00	0,00	3.625.371,81	0,00	0,00	429.660,00
310040	ACAIACA	6.931,34	119,66	0,00	0,00	0,00	7.051,00	0,00	0,00	0,00
310050	ACUCENA	96.072,04	767,75	0,00	0,00	0,00	96.839,79	0,00	0,00	0,00
310060	AGUA BOA	637.191,71	33.867,31	60.000,00	136,51	0,00	671.195,53	0,00	0,00	60.000,00
310070	AGUA COMPRIDA	7.650,78	180,63	0,00	0,00	0,00	7.831,41	0,00	0,00	0,00
310080	AGUANIL	11.610,27	1,26	0,00	0,00	0,00	11.611,53	0,00	0,00	0,00
310090	AGUAS FORMOSAS	834.658,22	841.254,01	1.944.598,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.620.511,08
310100	AGUAS VERMELHAS	581.783,78	89.332,90	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.776,68
310110	AIMORES	906.201,57	162.751,77	841.152,76	0,00	0,00	1.570.446,10	0,00	0,00	339.660,00
310120	AIURUOCA	298.460,13	574.962,79	247.500,00	2.800,06	0,00	1.033.722,98	0,00	0,00	90.000,00
310130	ALAGOA	66.944,44	2.399,33	0,00	0,00	0,00	69.343,77	0,00	0,00	0,00
310140	ALBERTINA	5.718,09	86,39	0,00	0,00	0,00	5.804,48	0,00	0,00	0,00
310150	ALEM PARAIBA	1.553.638,96	1.502.072,71	4.154.227,83	18.502,86	0,00	6.641.232,32	0,00	0,00	587.210,04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

310160	ALFENAS	4.510.001,41	39.122.671,77	20.837.437,53	606.837,80	0,00	619.500,00	0,00	0,00	64.457.448,51
310163	ALFREDO VASCONCELOS	16.031,09	255,57	0,00	0,00	0,00	16.286,66	0,00	0,00	0,00
310170	ALMENARA	1.933.994,82	1.333.806,52	1.714.856,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.982.657,88
310180	ALPERCATA	7.858,08	0,00	0,00	0,00	0,00	7.858,08	0,00	0,00	0,00
310190	ALPINOPOLIS	686.469,54	72.681,00	339.660,00	0,72	0,00	759.151,26	0,00	0,00	339.660,00
310200	ALTEROSA	363.985,95	5.120,27	0,00	0,00	0,00	369.106,22	0,00	0,00	0,00
310205	ALTO CAPARAO	40.530,53	376,75	90.000,00	0,00	0,00	40.907,28	0,00	0,00	90.000,00
310210	ALTO RIO DOCE	301.600,20	4.025,08	0,00	0,00	0,00	305.625,28	0,00	0,00	0,00
310220	ALVARENGA	16.552,08	342,66	0,00	0,00	0,00	16.894,74	0,00	0,00	0,00
310230	ALVINOPOLIS	496.365,97	48.001,77	333.231,79	0,00	0,00	877.599,53	0,00	0,00	0,00
310240	ALVORADA DE MINAS	15.113,71	716,37	0,00	0,00	0,00	15.830,08	0,00	0,00	0,00
310250	AMPARO DO SERRA	7.803,78	38,36	90.000,00	0,00	0,00	7.842,14	0,00	0,00	90.000,00
310260	ANDRADAS	1.407.085,03	884.256,22	1.367.214,31	0,00	0,00	2.958.895,56	0,00	0,00	699.660,00
310270	CACHOEIRA DE PAJEU	261.135,70	17.739,64	489.460,73	0,00	0,00	338.676,07	0,00	0,00	429.660,00
310280	ANDRELANDIA	409.466,33	119.639,58	157.500,00	0,00	0,00	686.605,91	0,00	0,00	0,00
310285	ANGELANDIA	74.421,86	493,92	90.000,00	0,00	0,00	74.915,78	0,00	0,00	90.000,00
310290	ANTONIO CARLOS	236.324,68	6.344,89	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332.669,57
310300	ANTONIO DIAS	28.618,06	1.466,51	0,00	0,00	0,00	30.084,57	0,00	0,00	0,00
310310	ANTONIO PRADO DE MINAS	3.908,79	173,42	0,00	0,00	0,00	4.082,21	0,00	0,00	0,00
310320	ARACAI	2.753,15	192,90	0,00	0,00	0,00	2.946,05	0,00	0,00	0,00
310330	ARACITABA	9.194,35	3.516,23	0,00	0,00	0,00	12.710,58	0,00	0,00	0,00
310340	ARACUAI	1.813.403,73	1.760.643,08	2.881.416,96	2.327,39	0,00	0,00	0,00	0,00	6.457.791,16
310350	ARAGUARI	5.303.587,37	4.251.072,43	4.509.855,12	117.710,73	0,00	0,00	0,00	0,00	14.182.225,65
310360	ARANTINA	5.861,99	181,47	0,00	0,00	0,00	6.043,46	0,00	0,00	0,00
310370	ARAPONGA	34.008,98	0,00	0,00	0,00	0,00	34.008,98	0,00	0,00	0,00
310375	ARAPORA	226.640,69	104,28	0,00	0,00	0,00	226.744,97	0,00	0,00	0,00
310380	ARAPUA	30.184,77	23,86	0,00	0,00	0,00	30.208,63	0,00	0,00	0,00
310390	ARAUJOS	101.847,04	344.526,66	0,00	0,00	0,00	446.373,70	0,00	0,00	0,00
310400	ARAXA	5.269.168,40	5.402.776,82	4.995.558,57	134.378,64	0,00	0,00	0,00	0,00	15.801.882,43
310410	ARCEBURGO	124.321,27	331,61	0,00	0,00	0,00	124.652,88	0,00	0,00	0,00
310420	ARCOS	1.208.789,90	20.598,56	857.220,36	0,37	0,00	1.656.949,19	0,00	0,00	429.660,00
310430	AREADO	340.761,94	15,83	0,00	0,00	0,00	340.777,77	0,00	0,00	0,00
310440	ARGIRITA	7.005,18	2,22	60.000,00	0,00	0,00	7.007,40	0,00	0,00	60.000,00
310445	ARICANDUVA	46.079,40	374,02	90.000,00	0,00	0,00	46.453,42	0,00	0,00	90.000,00
310450	ARINOS	619.195,16	73.058,48	187.562,49	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	879.816,50
310460	ASTOLFO DUTRA	92.789,12	7.809,69	587.160,00	0,00	0,00	258.098,81	0,00	0,00	429.660,00
310470	ATALEIA	442.335,77	124.482,61	90.000,00	0,00	0,00	566.818,38	0,00	0,00	90.000,00
310480	AUGUSTO DE LIMA	41.923,87	328,16	0,00	0,00	0,00	42.252,03	0,00	0,00	0,00
310490	BAEPENDI	754.568,89	1.506.499,31	2.285.436,62	2.358,88	0,00	4.548.863,70	0,00	0,00	0,00
310500	BALDIM	60.963,77	958,32	60.000,00	0,00	0,00	61.922,09	0,00	0,00	60.000,00
310510	BAMBUI	1.045.220,82	429.386,40	3.201.487,98	0,00	0,00	4.336.435,20	0,00	0,00	339.660,00
310520	BANDEIRA	56.107,41	90,62	0,00	0,00	0,00	56.198,03	0,00	0,00	0,00
310530	BANDEIRA DO SUL	72.541,67	1,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.542,93
310540	BARAO DE COCAIS	1.130.044,04	23.749,81	429.360,00	10,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.583.164,41
310550	BARAO DE MONTE ALTO	59.938,04	0,00	90.000,00	0,00	0,00	59.938,04	0,00	0,00	90.000,00
310560	BARBACENA	7.860.092,45	36.165.993,95	23.020.478,56	991.159,78	8.186.942,44	19.285,00	0,00	0,00	59.831.497,30
310570	BARRA LONGA	17.483,92	487,81	0,00	0,00	0,00	17.971,73	0,00	0,00	0,00
310590	BARROSO	804.523,84	273.025,80	890.566,59	0,37	0,00	1.968.116,60	0,00	0,00	0,00
310600	BELA VISTA DE MINAS	72.081,43	1.411,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.492,77
310610	BELMIRO BRAGA	6.044,06	0,63	0,00	0,00	0,00	6.044,69	0,00	0,00	0,00
310620	BELO HORIZONTE	167.299.789,22	478.404.367,13	520.583.117,30	16.164.786,08	0,00	1.526.673,98	61.993.964,04	0,00	1.118.931.421,71
310630	BELO ORIENTE	549.726,05	28.401,48	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	917.787,53
310640	BELO VALE	214.462,02	60.230,28	224.642,64	0,00	0,00	409.334,94	0,00	0,00	90.000,00
310650	BERILO	537.206,94	108.194,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.401,27
310660	BERTOPOLIS	5.171,35	100,00	0,00	0,00	0,00	5.271,35	0,00	0,00	0,00
310665	BERIZAL	37.714,27	533,88	150.000,00	0,00	0,00	188.248,15	0,00	0,00	0,00
310670	BETIM	23.354.660,07	19.120.733,79	35.048.441,65	381.259,73	0,00	2.963.532,00	0,00	0,00	74.941.563,24
310680	BIAS FORTES	23.911,65	1,26	0,00	0,00	0,00	23.912,91	0,00	0,00	0,00
310690	BICAS	423.963,25	309.152,61	497.160,00	0,00	0,00	890.615,86	0,00	0,00	339.660,00
310700	BIQUINHAS	28.197,25	40,83	0,00	0,00	0,00	28.238,08	0,00	0,00	0,00
310710	BOA ESPERANCA	1.634.634,37	36.129,26	1.378.546,91	0,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	2.891.810,54
310720	BOCAINA DE MINAS	40.672,63	447,03	0,00	0,00	0,00	41.119,66	0,00	0,00	0,00
310730	BOCAIUVA	1.713.927,16	632.051,61	1.236.305,28	0,00	0,00	2.765.264,05	0,00	0,00	817.020,00
310740	BOM DESPACHO	2.051.621,23	355.951,96	2.396.084,89	49,08	0,00	0,00	0,00	0,00	4.803.707,16
310750	BOM JARDIM DE MINAS	195.786,75	144.759,00	157.500,00	6,30	0,00	498.052,05	0,00	0,00	0,00
310760	BOM JESUS DA PENHA	64.003,94	5.572,44	0,00	0,00	0,00	69.576,38	0,00	0,00	0,00
310770	BOM JESUS DO AMPARO	26.425,45	363,57	0,00	0,00	0,00	26.789,02	0,00	0,00	0,00
310780	BOM JESUS DO GALHO	536.658,96	521.776,34	0,00	0,00	0,00	1.058.435,30	0,00	0,00	0,00
310790	BOM REPOUSO	111.854,14	818,26	0,00	0,00	0,00	112.672,40	0,00	0,00	0,00
310800	BOM SUCESSO	567.656,77	234.730,95	803.801,27	0,37	0,00	1.266.529,36	0,00	0,00	339.660,00
310810	BONFIM	58.301,23	4.381,23	0,00	0,00	0,00	62.682,46	0,00	0,00	0,00
310820	BONFINOPOLIS DE MINAS	79.737,91	4.026,94	0,00	0,00	0,00	83.764,85	0,00	0,00	0,00
310825	BONITO DE MINAS	34.048,01	1.709,25	240.000,00	0,00	0,00	185.757,26	0,00	0,00	90.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

310830	BORDA DA MATA	201.367,92	19.194,34	304.103,76	0,00	0,00	524.666,02	0,00	0,00	0,00
310840	BOTELHOS	358.187,24	8.475,42	96.000,00	0,00	0,00	462.662,66	0,00	0,00	0,00
310850	BOTUMIRIM	39.561,96	398,29	0,00	0,00	0,00	39.960,25	0,00	0,00	0,00
310855	BRASILANDIA DE MINAS	162.329,46	3,78	0,00	0,00	0,00	162.333,24	0,00	0,00	0,00
310860	BRASILIA DE MINAS	1.563.923,13	4.577.962,61	8.095.383,84	162.426,70	0,00	480.000,00	0,00	0,00	13.919.696,28
310870	BRAS PIRES	25.890,47	0,00	0,00	0,00	0,00	25.890,47	0,00	0,00	0,00
310880	BRAUNAS	41.827,21	1.306,70	90.000,00	0,00	0,00	43.133,91	0,00	0,00	90.000,00
310890	BRASOPOLIS	313.844,16	347,45	0,00	0,00	0,00	314.191,61	0,00	0,00	0,00
310900	BRUMADINHO	1.174.697,51	154.524,71	2.767.866,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.097.088,27
310910	BUENO BRANDAO	324.695,47	36.727,73	201.963,96	0,00	0,00	563.387,16	0,00	0,00	0,00
310920	BUENOPOLIS	82.631,01	985,01	0,00	0,00	0,00	83.616,02	0,00	0,00	0,00
310925	BUGRE	14.022,30	300,00	90.000,00	0,00	0,00	14.322,30	0,00	0,00	90.000,00
310930	BURITIS	918.775,46	150.665,68	546.020,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.615.461,63
310940	BURITIZEIRO	513.143,71	13.091,97	566.100,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.336,05
310945	CABECEIRA GRANDE	54.874,53	539,82	0,00	0,00	0,00	55.414,35	0,00	0,00	0,00
310950	CABO VERDE	431.124,55	78.085,18	0,00	0,00	0,00	509.209,73	0,00	0,00	0,00
310960	CACHOEIRA DA PRATA	33.286,66	1.344,60	0,00	0,00	0,00	34.631,26	0,00	0,00	0,00
310970	CACHOEIRA DE MINAS	22.328,19	1.315,71	234.518,12	0,00	0,00	258.162,02	0,00	0,00	0,00
310980	CACHOEIRA DOURADA	37.271,51	766,36	0,00	0,00	0,00	38.037,87	0,00	0,00	0,00
310990	CAETANOPOLIS	284.299,83	435.577,38	201.963,96	0,00	0,00	921.841,17	0,00	0,00	0,00
311000	CAETE	1.389.143,61	188.687,63	2.851.733,38	0,00	0,00	4.089.904,62	0,00	0,00	339.660,00
311010	CAIANA	48.777,12	33,14	0,00	0,00	0,00	48.810,26	0,00	0,00	0,00
311020	CAJURI	9.460,64	1,59	90.000,00	0,00	0,00	9.462,23	0,00	0,00	90.000,00
311030	CALDAS	510.733,46	28.604,97	0,00	0,00	0,00	539.338,43	0,00	0,00	0,00
311040	CAMACHO	27.296,58	140,59	0,00	0,00	0,00	27.437,17	0,00	0,00	0,00
311050	CAMANDUCAIA	736.276,50	102.799,09	339.660,00	0,00	0,00	839.075,59	0,00	0,00	339.660,00
311060	CAMBUI	1.116.185,69	997.070,51	1.325.200,83	0,37	0,00	3.098.797,40	0,00	0,00	339.660,00
311070	CAMBUQUIRA	410.641,59	33.078,00	172.975,15	8,69	0,00	616.703,43	0,00	0,00	0,00
311080	CAMPANARIO	8.418,21	543,65	60.000,00	0,00	0,00	8.961,86	0,00	0,00	60.000,00
311090	CAMPANHA	517.752,70	40.678,61	547.544,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.105.975,54
311100	CAMPESTRE	863.293,87	57.007,32	98.895,79	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.019.197,35
311110	CAMPINA VERDE	794.652,79	2.126,73	303.052,75	0,00	0,00	1.099.832,27	0,00	0,00	0,00
311115	CAMPO AZUL	7.975,76	521,36	0,00	0,00	0,00	8.497,12	0,00	0,00	0,00
311120	CAMPO BELO	2.565.021,23	2.268.020,97	6.115.590,92	119.093,05	0,00	0,00	0,00	0,00	11.067.726,17
311130	CAMPO DO MEIO	268.933,77	0,00	0,00	0,00	0,00	268.933,77	0,00	0,00	0,00
311140	CAMPO FLORIDO	27.625,19	210,00	0,00	0,00	0,00	27.835,19	0,00	0,00	0,00
311150	CAMPOS ALTOS	411.008,89	10.318,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	421.327,18
311160	CAMPOS GERAIS	1.023.550,98	151.005,38	1.245.868,79	0,00	0,00	2.080.765,15	0,00	0,00	339.660,00
311170	CANAA	15.462,82	24,54	0,00	0,00	0,00	15.487,36	0,00	0,00	0,00
311180	CANAPOLIS	399.844,26	49.328,40	90.000,00	0,00	0,00	449.172,66	0,00	0,00	90.000,00
311190	CANA VERDE	23.828,09	1,89	90.000,00	0,00	0,00	23.829,98	0,00	0,00	90.000,00
311200	CANDEIAS	405.143,81	8.814,08	632.040,56	0,00	0,00	616.338,45	0,00	0,00	429.660,00
311205	CANTAGALO	4.442,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.442,23	0,00	0,00	0,00
311210	CAPARAO	41.384,76	415,07	0,00	0,00	0,00	41.799,83	0,00	0,00	0,00
311220	CAPELA NOVA	34.282,08	720,40	90.000,00	0,00	0,00	35.002,48	0,00	0,00	90.000,00
311230	CAPELINHA	1.583.244,01	346.686,02	744.542,64	0,37	0,00	2.274.813,04	0,00	0,00	399.660,00
311240	CAPETINGA	126.119,97	997,21	0,00	0,00	0,00	127.117,18	0,00	0,00	0,00
311250	CAPIM BRANCO	83.430,26	4.848,43	0,00	0,00	0,00	88.278,69	0,00	0,00	0,00
311260	CAPINOPOLIS	474.044,31	25.699,82	0,00	0,00	0,00	499.744,13	0,00	0,00	0,00
311265	CAPITAO ANDRADE	5.785,98	475,28	90.000,00	0,00	0,00	6.261,26	0,00	0,00	90.000,00
311270	CAPITAO ENEAS	237.814,67	2.471,45	489.660,00	0,00	0,00	390.286,12	0,00	0,00	339.660,00
311280	CAPITOLIO	222.249,51	994,96	90.000,00	0,00	0,00	223.244,47	0,00	0,00	90.000,00
311290	CAPUTIRA	92.051,29	3.434,99	0,00	129,15	0,00	95.615,43	0,00	0,00	0,00
311300	CARAI	815.794,76	12.828,53	429.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.258.283,29
311310	CARANAIBA	26.122,95	0,00	0,00	0,00	0,00	26.122,95	0,00	0,00	0,00
311320	CARANDAI	863.951,94	223.028,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.086.980,81
311330	CARANGOLA	1.864.360,06	9.923.577,98	18.005.017,35	91.147,04	0,00	28.441.522,43	0,00	0,00	1.442.580,00
311340	CARATINGA	3.958.303,89	6.353.720,41	4.557.427,70	227.174,17	0,00	0,00	0,00	0,00	15.096.626,17
311350	CARBONITA	201.157,41	60,12	0,00	0,00	0,00	201.217,53	0,00	0,00	0,00
311360	CAREACU	149.348,16	36.962,17	0,00	0,00	0,00	186.310,33	0,00	0,00	0,00
311370	CARLOS CHAGAS	789.586,44	46.577,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836.164,11
311380	CARMESIA	9.045,04	77,37	0,00	0,00	0,00	9.122,41	0,00	0,00	0,00
311390	CARMO DA CACHOEIRA	340.448,76	8.828,92	0,00	0,00	0,00	349.277,68	0,00	0,00	0,00
311400	CARMO DA MATA	115.395,76	205,99	90.000,00	0,00	0,00	115.601,75	0,00	0,00	90.000,00
311410	CARMO DE MINAS	362.070,79	26.034,55	266.120,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654.226,31
311420	CARMO DO CAJURU	189.191,59	12.850,65	339.660,00	0,00	0,00	202.042,24	0,00	0,00	339.660,00
311430	CARMO DO PARANAIBA	1.305.245,59	152.051,06	2.473.798,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.931.094,97
311440	CARMO DO RIO CLARO	729.079,43	36.672,69	353.815,63	12,86	0,00	1.119.580,61	0,00	0,00	0,00
311450	CARMOPOLIS DE MINAS	349.585,72	24.115,66	60.000,00	0,37	0,00	373.701,75	0,00	0,00	60.000,00
311455	CARNEIRINHO	132.473,34	8.661,89	90.000,00	0,00	0,00	141.135,23	0,00	0,00	90.000,00
311460	CARRANCAS	102.589,50	9.718,24	0,00	0,00	0,00	112.307,74	0,00	0,00	0,00
311470	CARVALHOPOLIS	3.940,97	0,00	0,00	0,00	0,00	3.940,97	0,00	0,00	0,00
311480	CARVALHOS	57.565,62	3.583,08	0,00	0,00	0,00	61.148,70	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

311490	CASA GRANDE	3.913,01	150,00	0,00	0,00	0,00	4.063,01	0,00	0,00	0,00
311500	CASCALHO RICO	6.797,36	85,36	90.000,00	0,00	0,00	6.882,72	0,00	0,00	90.000,00
311510	CASSIA	778.589,91	633.233,60	1.325.274,06	34,95	0,00	2.307.472,52	0,00	0,00	429.660,00
311520	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31.497,29	770,25	0,00	0,00	0,00	32.267,54	0,00	0,00	0,00
311530	CATAGUASES	3.801.546,51	4.235.797,74	5.642.349,82	141.316,53	0,00	157.500,00	0,00	0,00	13.663.510,60
311535	CATAS ALTAS	58.187,92	1.415,63	0,00	0,00	0,00	59.603,55	0,00	0,00	0,00
311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	20.843,22	500,00	0,00	0,00	0,00	21.343,22	0,00	0,00	0,00
311545	CATUJI	28.333,12	415,80	90.000,00	0,00	0,00	28.748,92	0,00	0,00	90.000,00
311547	CATUTI	10.522,51	1.038,83	90.000,00	0,00	0,00	11.561,34	0,00	0,00	90.000,00
311550	CAXAMBU	897.917,54	75.573,56	713.423,22	115,92	0,00	1.687.030,24	0,00	0,00	0,00
311560	CEDRO DO ABAETE	6.195,94	69,13	60.000,00	0,00	0,00	6.265,07	0,00	0,00	60.000,00
311570	CENTRAL DE MINAS	211.294,17	112.211,69	0,00	0,00	0,00	323.505,86	0,00	0,00	0,00
311580	CENTRALINA	174.635,57	1.390,63	186.000,00	0,00	0,00	272.026,20	0,00	0,00	90.000,00
311590	CHACARA	15.928,68	13,61	0,00	0,00	0,00	15.942,29	0,00	0,00	0,00
311600	CHALE	45.021,43	26,94	0,00	0,00	0,00	45.048,37	0,00	0,00	0,00
311610	CHAPADA DO NORTE	186.276,82	1.194,05	0,00	0,00	0,00	187.470,87	0,00	0,00	0,00
311615	CHAPADA GAUCHA	261.161,89	10.450,78	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	361.612,67
311620	CHIADOR	17.184,25	0,63	0,00	0,00	0,00	17.184,88	0,00	0,00	0,00
311630	CIPOTANEA	158.456,32	928,74	90.000,00	0,00	0,00	159.385,06	0,00	0,00	90.000,00
311640	CLARAVAL	81.742,03	1.465,46	0,00	0,00	0,00	83.207,49	0,00	0,00	0,00
311650	CLARO DOS POCOES	23.619,82	635,60	0,00	0,00	0,00	24.255,42	0,00	0,00	0,00
311660	CLAUDIO	960.329,60	65.871,46	881.190,96	0,37	0,00	1.567.732,39	0,00	0,00	339.660,00
311670	COIMBRA	24.812,05	698,63	0,00	0,00	0,00	25.510,68	0,00	0,00	0,00
311680	COLUNA	382.059,67	80.167,25	0,00	0,00	0,00	462.226,92	0,00	0,00	0,00
311690	COMENDADOR GOMES	6.511,64	170,91	0,00	0,00	0,00	6.682,55	0,00	0,00	0,00
311700	COMERCINHO	61.509,50	4.342,56	0,00	0,00	0,00	65.852,06	0,00	0,00	0,00
311710	CONCEICAO DA APARECIDA	320.354,47	59,18	0,00	0,00	0,00	320.413,65	0,00	0,00	0,00
311720	CONCEICAO DAS PEDRAS	21.508,32	2,22	0,00	0,00	0,00	21.510,54	0,00	0,00	0,00
311730	CONCEICAO DAS ALAGOAS	863.863,62	163.655,63	47.750,00	7,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.075.276,54
311740	CONCEICAO DE IPANEMA	48.143,67	15.648,78	0,00	0,00	0,00	63.792,45	0,00	0,00	0,00
311750	CONCEICAO DO MATO DENTRO	322.329,38	29.426,37	0,00	0,00	0,00	351.755,75	0,00	0,00	0,00
311760	CONCEICAO DO PARA	26.270,44	407,04	0,00	0,00	0,00	26.677,48	0,00	0,00	0,00
311770	CONCEICAO DO RIO VERDE	425.509,80	68,09	0,00	0,00	0,00	425.577,89	0,00	0,00	0,00
311780	CONCEICAO DOS OUROS	78.269,74	4.238,37	0,00	0,00	0,00	82.508,11	0,00	0,00	0,00
311783	CONEGO MARINHO	13.000,78	4,19	0,00	0,00	0,00	13.004,97	0,00	0,00	0,00
311787	CONFINS	32.263,32	538,19	0,00	0,00	0,00	32.801,51	0,00	0,00	0,00
311790	CONGONHAL	83.981,28	59,49	0,00	0,00	0,00	84.040,77	0,00	0,00	0,00
311800	CONGONHAS	2.158.262,84	327.495,26	3.836.868,78	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	6.322.627,63
311810	CONGONHAS DO NORTE	30.103,64	325,21	0,00	0,00	0,00	30.428,85	0,00	0,00	0,00
311820	CONQUISTA	121.763,75	652,52	0,00	0,00	0,00	122.416,27	0,00	0,00	0,00
311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	5.814.183,26	4.489.795,37	7.580.277,48	205.887,83	0,00	0,00	0,00	0,00	18.090.143,94
311840	CONSELHEIRO PENA	911.201,49	96.415,52	339.660,00	220,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.347.497,38
311850	CONSOLACAO	1.783,42	2,22	0,00	0,00	0,00	1.785,64	0,00	0,00	0,00
311860	CONTAGEM	26.154.707,20	12.392.863,82	36.096.011,49	752.928,52	0,00	0,00	0,00	0,00	75.396.511,03
311870	COQUEIRAL	147.523,70	14.819,77	260.125,62	0,00	0,00	422.469,09	0,00	0,00	0,00
311880	CORACAO DE JESUS	1.165.947,06	1.036.153,26	700.860,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.752.960,32
311890	CORDISBURGO	29.149,95	3.780,56	0,00	0,00	0,00	32.930,51	0,00	0,00	0,00
311900	CORDISLANDIA	9.807,29	156,22	0,00	0,00	0,00	9.963,51	0,00	0,00	0,00
311910	CORINTO	318.741,07	9.713,75	0,00	0,00	0,00	328.454,82	0,00	0,00	0,00
311920	COROACI	66.457,44	14.844,53	0,00	0,00	0,00	81.301,97	0,00	0,00	0,00
311930	COROMANDEL	1.158.215,13	31.090,37	639.976,02	18,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.829.300,46
311940	CORONEL FABRICIANO	3.437.686,53	1.994.597,20	4.171.329,59	12.143,19	0,00	240.000,00	0,00	0,00	9.375.756,51
311950	CORONEL MURTA	87.873,46	2.372,31	0,00	0,00	0,00	90.245,77	0,00	0,00	0,00
311960	CORONEL PACHECO	1.884,11	226,30	0,00	0,00	0,00	2.110,41	0,00	0,00	0,00
311970	CORONEL XAVIER CHAVES	27.439,49	43,22	0,00	0,00	0,00	27.482,71	0,00	0,00	0,00
311980	CORREGO DANTA	38.216,73	0,00	0,00	0,00	0,00	38.216,73	0,00	0,00	0,00
311990	CORREGO DO BOM JESUS	7.063,65	376,80	0,00	0,00	0,00	7.440,45	0,00	0,00	0,00
311995	CORREGO FUNDO	72.772,14	0,00	0,00	0,00	0,00	72.772,14	0,00	0,00	0,00
312000	CORREGO NOVO	5.967,36	3,81	0,00	0,00	0,00	5.971,17	0,00	0,00	0,00
312010	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	33.023,65	4,44	0,00	0,00	0,00	33.028,09	0,00	0,00	0,00
312015	CRISOLITA	9.769,27	101,38	90.000,00	0,00	0,00	9.870,65	0,00	0,00	90.000,00
312020	CRISTAIS	366.357,60	20.103,17	550.396,64	0,00	0,00	846.857,41	0,00	0,00	90.000,00
312030	CRISTALIA	38.881,44	910,17	150.000,00	0,00	0,00	189.791,61	0,00	0,00	0,00
312040	CRISTIANO OTONI	18.246,16	408,32	0,00	0,00	0,00	18.654,48	0,00	0,00	0,00
312050	CRISTINA	457.949,59	28.994,68	96.000,00	0,00	0,00	582.944,27	0,00	0,00	0,00
312060	CRUCILANDIA	37.437,18	2.978,82	0,00	0,00	0,00	40.416,00	0,00	0,00	0,00
312070	CRUZEIRO DA FORTALEZA	15.727,21	29,80	0,00	0,00	0,00	15.757,01	0,00	0,00	0,00
312080	CRUZILIA	695.509,58	126.936,19	882.175,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.704.621,76
312083	CUPARAQUE	34.582,72	0,00	90.000,00	0,00	0,00	34.582,72	0,00	0,00	90.000,00
312087	CURRAL DE DENTRO	68.505,73	1.341,27	90.000,00	0,00	0,00	69.847,00	0,00	0,00	90.000,00
312090	CURVELO	3.605.775,80	7.694.499,95	5.956.098,18	215.821,65	0,00	0,00	0,00	0,00	17.472.195,58
312100	DATAS	33.562,38	252,85	0,00	0,00	0,00	33.815,23	0,00	0,00	0,00
312110	DELFIM MOREIRA	14.735,35	40,41	0,00	0,00	0,00	14.775,76	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

312120	DELFINOPOLIS	235.408,50	4.997,27	247.500,00	0,00	0,00	397.905,77	0,00	0,00	90.000,00
312125	DELTA	83.513,09	3.593,33	0,00	6,30	0,00	87.112,72	0,00	0,00	0,00
312130	DESCOBERTO	10.650,20	3.805,96	90.000,00	0,00	0,00	14.456,16	0,00	0,00	90.000,00
312140	DESTERRO DE ENTRE RIOS	62.304,59	32,64	0,00	0,00	0,00	62.337,23	0,00	0,00	0,00
312150	DESTERRO DO MELO	27.123,31	214,19	90.000,00	0,00	0,00	27.337,50	0,00	0,00	90.000,00
312160	DIAMANTINA	2.377.222,98	15.878.511,77	15.474.629,21	361.128,56	0,00	63.400,00	0,00	0,00	34.028.092,52
312170	DIOGO DE VASCONCELOS	14.499,48	4,44	0,00	0,00	0,00	14.503,92	0,00	0,00	0,00
312180	DIONISIO	73.654,82	602,52	0,00	0,00	0,00	74.257,34	0,00	0,00	0,00
312190	DIVINESIA	14.948,96	0,00	0,00	0,00	0,00	14.948,96	0,00	0,00	0,00
312200	DIVINO	744.168,69	302.883,98	429.660,00	0,00	0,00	1.047.052,67	0,00	0,00	429.660,00
312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	133.349,92	81,78	90.000,00	0,00	0,00	133.431,70	0,00	0,00	90.000,00
312220	DIVINOLANDIA DE MINAS	62.885,20	254,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.139,66
312230	DIVINOPOLIS	11.428.661,25	33.967.812,43	17.777.723,62	1.479.331,32	0,00	512,05	0,00	0,00	64.653.016,57
312235	DIVISA ALEGRE	53.294,34	411,93	0,00	0,00	0,00	53.706,27	0,00	0,00	0,00
312240	DIVISA NOVA	29.937,45	50,40	0,00	0,00	0,00	29.987,85	0,00	0,00	0,00
312245	DIVISOPOLIS	255.153,92	639,31	429.660,00	0,00	0,00	255.793,23	0,00	0,00	429.660,00
312247	DOM BOSCO	35.208,44	109,86	0,00	0,00	0,00	35.318,30	0,00	0,00	0,00
312250	DOM CAVATI	10.632,00	381,46	90.000,00	0,00	0,00	11.013,46	0,00	0,00	90.000,00
312260	DOM JOAQUIM	126.406,44	2.810,85	0,00	0,00	0,00	129.217,29	0,00	0,00	0,00
312270	DOM SILVERIO	138.029,72	70.149,90	0,00	0,00	0,00	208.179,62	0,00	0,00	0,00
312280	DOM VICOSO	29.429,33	606,04	0,00	0,00	0,00	30.035,37	0,00	0,00	0,00
312290	DONA EUZEBIA	15.374,38	1.259,38	0,00	0,00	0,00	16.633,76	0,00	0,00	0,00
312300	DORES DE CAMPOS	101.417,38	631,48	0,00	0,00	0,00	102.048,86	0,00	0,00	0,00
312310	DORES DE GUANHAES	31.265,21	412,73	90.000,00	0,00	0,00	31.677,94	0,00	0,00	90.000,00
312320	DORES DO INDAIA	427.685,71	60.069,96	0,00	0,00	0,00	487.755,67	0,00	0,00	0,00
312330	DORES DO TURVO	32.509,77	20,10	0,00	0,00	0,00	32.529,87	0,00	0,00	0,00
312340	DORESOPOLIS	8.015,16	2,22	0,00	0,00	0,00	8.017,38	0,00	0,00	0,00
312350	DOURADOQUARA	18.709,88	52,71	0,00	0,00	0,00	18.762,59	0,00	0,00	0,00
312352	DURANDE	13.844,31	1,89	90.000,00	0,00	0,00	13.846,20	0,00	0,00	90.000,00
312360	ELOI MENDES	951.899,09	292.513,76	453.926,88	27,91	0,00	1.358.707,64	0,00	0,00	339.660,00
312370	ENGENHEIRO CALDAS	97.478,37	64.334,75	0,00	0,00	0,00	161.813,12	0,00	0,00	0,00
312380	ENGENHEIRO NAVARRO	66.242,72	585,19	0,00	0,00	0,00	66.827,91	0,00	0,00	0,00
312385	ENTRE FOLHAS	14.631,21	855,15	0,00	0,00	0,00	15.486,36	0,00	0,00	0,00
312390	ENTRE RIOS DE MINAS	534.379,92	252.640,41	431.722,68	15,75	0,00	1.218.758,76	0,00	0,00	0,00
312400	ERVALIA	564.879,58	29.629,41	1.201.360,82	0,00	0,00	886.651,63	0,00	0,00	909.218,18
312410	ESMERALDAS	1.649.918,61	22.056,12	458.460,00	0,00	0,00	1.671.974,73	0,00	0,00	458.460,00
312420	ESPERA FELIZ	686.890,17	96.741,07	1.201.799,93	0,00	0,00	1.555.771,17	0,00	0,00	429.660,00
312430	ESPINOSA	1.398.664,12	57.264,83	157.500,00	0,37	0,00	157.500,00	0,00	0,00	1.455.929,32
312440	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	14.320,53	341,30	0,00	0,00	0,00	14.661,83	0,00	0,00	0,00
312450	ESTIVA	188.005,82	16,13	0,00	0,00	0,00	188.021,95	0,00	0,00	0,00
312460	ESTRELA DALVA	31.348,52	1.309,04	0,00	0,00	0,00	32.657,56	0,00	0,00	0,00
312470	ESTRELA DO INDAIA	130.503,40	28.476,16	90.000,00	0,00	0,00	158.979,56	0,00	0,00	90.000,00
312480	ESTRELA DO SUL	84.696,06	406,77	0,00	0,00	0,00	85.102,83	0,00	0,00	0,00
312490	EUGENOPOLIS	394.336,67	26.548,54	339.660,00	0,00	0,00	420.885,21	0,00	0,00	339.660,00
312500	EWBANK DA CAMARA	4.885,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4.885,04	0,00	0,00	0,00
312510	EXTREMA	1.035.925,40	1.513.588,06	1.190.402,88	98.186,11	0,00	3.438.442,45	0,00	0,00	399.660,00
312520	FAMA	2.644,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.644,08	0,00	0,00	0,00
312530	FARIA LEMOS	17.250,34	548,46	0,00	0,00	0,00	17.798,80	0,00	0,00	0,00
312540	FELICIO DOS SANTOS	33.705,92	409,63	90.000,00	0,00	0,00	34.115,55	0,00	0,00	90.000,00
312550	SAO GONCALO DO RIO PRETO	32.892,35	152,33	90.000,00	0,00	0,00	33.044,68	0,00	0,00	90.000,00
312560	FELISBURGO	257.594,23	276.413,27	90.000,00	0,00	0,00	534.007,50	0,00	0,00	90.000,00
312570	FELIXLANDIA	152.491,76	6.101,86	491.792,43	0,00	0,00	310.726,05	0,00	0,00	339.660,00
312580	FERNANDES TOURINHO	4.236,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4.236,90	0,00	0,00	0,00
312590	FERROS	271.440,48	26.778,34	0,00	0,00	0,00	298.218,82	0,00	0,00	0,00
312595	FERVEDOURO	224.969,15	9.079,86	247.500,00	0,00	0,00	391.549,01	0,00	0,00	90.000,00
312600	FLORESTAL	64.839,79	1.135,54	0,00	0,00	0,00	65.975,33	0,00	0,00	0,00
312610	FORMIGA	2.533.216,01	7.361.317,98	2.453.905,47	201.126,20	0,00	11.967.730,66	0,00	0,00	581.835,00
312620	FORMOSO	76.460,33	6,66	0,00	0,00	0,00	76.466,99	0,00	0,00	0,00
312630	FORTALEZA DE MINAS	60.409,37	1.689,08	0,00	0,00	0,00	62.098,45	0,00	0,00	0,00
312640	FORTUNA DE MINAS	4.430,21	1,59	60.000,00	0,00	0,00	4.431,80	0,00	0,00	60.000,00
312650	FRANCISCO BADARO	102.309,75	1.484,20	0,00	0,00	0,00	103.793,95	0,00	0,00	0,00
312660	FRANCISCO DUMONT	11.183,74	654,32	150.000,00	0,00	0,00	161.838,06	0,00	0,00	0,00
312670	FRANCISCO SA	1.199.025,25	564.066,39	2.259.660,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	3.872.751,64
312675	FRANCISCOPOLIS	41.876,59	304,77	90.000,00	0,00	0,00	42.181,36	0,00	0,00	90.000,00
312680	FREI GASPAR	24.847,61	674,81	90.000,00	0,00	0,00	25.522,42	0,00	0,00	90.000,00
312690	FREI INOCENCIO	289.247,61	29.514,31	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378.761,92
312695	FREI LAGONEGRO	5.570,57	0,00	0,00	0,00	0,00	5.570,57	0,00	0,00	0,00
312700	FRONTEIRA	219.657,51	1.167,51	0,00	16,17	0,00	220.841,19	0,00	0,00	0,00
312705	FRONTEIRA DOS VALES	5.382,20	26,91	90.000,00	0,00	0,00	5.409,11	0,00	0,00	90.000,00
312707	FRUTA DE LEITE	39.886,98	396,45	0,00	0,00	0,00	40.283,43	0,00	0,00	0,00
312710	FRUTAL	2.332.322,06	1.219.035,16	885.320,08	71,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.436.749,00
312720	FUNILANDIA	15.993,09	595,68	0,00	0,00	0,00	16.588,77	0,00	0,00	0,00
312730	GALILEIA	96.421,72	15.209,71	0,00	9,45	0,00	111.640,88	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

312733	GAMELEIRAS	19.499,06	721,59	150.000,00	0,00	0,00	170.220,65	0,00	0,00	0,00
312735	GLAUCILANDIA	5.055,37	2,22	0,00	0,00	0,00	5.057,59	0,00	0,00	0,00
312737	GOIABEIRA	15.364,20	0,00	60.000,00	0,00	0,00	15.364,20	0,00	0,00	60.000,00
312738	GOIANA	7.531,86	1,26	157.500,00	0,00	0,00	165.033,12	0,00	0,00	0,00
312740	GONCALVES	7.980,00	16,79	0,00	0,00	0,00	7.996,79	0,00	0,00	0,00
312750	GONZAGA	40.650,83	115,90	60.650,04	0,00	0,00	40.766,73	0,00	0,00	60.650,04
312760	GOUVEA	385.065,34	87.319,95	0,00	0,00	0,00	472.385,29	0,00	0,00	0,00
312770	GOVERNADOR VALADARES	15.336.046,83	61.140.265,08	15.335.795,07	1.593.920,34	0,00	242.550,00	0,00	0,00	93.163.477,32
312780	GRAO MOGOL	453.043,06	221.566,10	1.146.571,39	0,00	0,00	1.323.120,55	0,00	0,00	498.060,00
312790	GRUPIARA	11.368,53	2,22	0,00	0,00	0,00	11.370,75	0,00	0,00	0,00
312800	GUANHAES	1.398.100,99	1.732.915,59	1.161.899,34	5,82	0,00	0,00	0,00	0,00	4.292.921,74
312810	GUAPE	453.574,91	946,84	157.500,00	0,00	0,00	612.021,75	0,00	0,00	0,00
312820	GUARACIABA	284.850,32	57.219,09	60.000,00	0,00	0,00	342.069,41	0,00	0,00	60.000,00
312825	GUARACIAMA	9.168,95	337,52	0,00	0,00	0,00	9.506,47	0,00	0,00	0,00
312830	GUARANESIA	584.065,54	26.348,92	395.971,96	0,00	0,00	1.006.386,42	0,00	0,00	0,00
312840	GUARANI	315.158,15	64.502,04	60.000,00	0,00	0,00	379.660,19	0,00	0,00	60.000,00
312850	GUARARA	7.703,31	1,26	0,00	0,00	0,00	7.704,57	0,00	0,00	0,00
312860	GUARDA-MOR	189.706,91	23.025,93	0,00	0,00	0,00	212.732,84	0,00	0,00	0,00
312870	GUAXUPE	2.120.437,98	1.914.038,07	3.143.514,62	125.368,95	0,00	6.963.699,62	0,00	0,00	339.660,00
312880	GUIDOVAL	59.438,99	2.069,25	90.000,00	0,00	0,00	61.508,24	0,00	0,00	90.000,00
312890	GUIMARANIA	80.062,06	0,00	0,00	0,00	0,00	80.062,06	0,00	0,00	0,00
312900	GUIRICEMA	94.368,48	5.975,67	0,00	0,00	0,00	100.344,15	0,00	0,00	0,00
312910	GURINHATA	163.449,88	454,08	90.000,00	0,00	0,00	163.903,96	0,00	0,00	90.000,00
312920	HELIODORA	53.502,70	196,67	0,00	0,00	0,00	53.699,37	0,00	0,00	0,00
312930	IAPU	110.351,91	24.302,42	90.000,00	0,00	0,00	134.654,33	0,00	0,00	90.000,00
312940	IBERTIOGA	208.534,85	180.232,38	421.876,72	7,03	0,00	0,00	0,00	0,00	810.650,98
312950	IBIA	891.535,50	40.748,12	482.303,82	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.414.587,81
312960	IBIAI	4.588,07	1.009,58	240.000,00	0,00	0,00	155.597,65	0,00	0,00	90.000,00
312965	IBIRACATU	18.301,45	391,08	0,00	0,00	0,00	18.692,53	0,00	0,00	0,00
312970	IBIRACI	308.846,02	973,02	90.000,00	0,00	0,00	309.819,04	0,00	0,00	90.000,00
312980	IBIRITE	4.309.818,77	796.125,74	8.360.312,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.466.257,15
312990	IBITIURA DE MINAS	2.244,78	3,04	0,00	0,00	0,00	2.247,82	0,00	0,00	0,00
313000	IBITURUNA	3.573,78	0,63	0,00	0,00	0,00	3.574,41	0,00	0,00	0,00
313005	ICARAI DE MINAS	34.386,61	6.000,75	0,00	0,00	0,00	40.387,36	0,00	0,00	0,00
313010	IGARAPE	443.556,03	10.178,20	2.379.660,00	0,00	0,00	453.734,23	0,00	0,00	2.379.660,00
313020	IGARATINGA	37.522,45	615,83	0,00	0,00	0,00	38.138,28	0,00	0,00	0,00
313030	IGUATAMA	215.819,34	49.875,37	0,00	0,00	0,00	265.694,71	0,00	0,00	0,00
313040	IJACI	6.778,89	431,35	0,00	0,00	0,00	7.210,24	0,00	0,00	0,00
313050	ILICINEA	325.503,99	0,00	0,00	0,00	0,00	325.503,99	0,00	0,00	0,00
313055	IMBE DE MINAS	19.294,30	12,36	90.000,00	0,00	0,00	19.306,66	0,00	0,00	90.000,00
313060	INCONFIDENTES	20.801,46	456,36	0,00	0,00	0,00	21.257,82	0,00	0,00	0,00
313065	INDAIABIRA	67.927,27	542,67	60.000,00	0,00	0,00	68.469,94	0,00	0,00	60.000,00
313070	INDIANOPOLIS	47.713,07	479,97	0,00	0,00	0,00	48.193,04	0,00	0,00	0,00
313080	INGAI	12.315,09	0,63	0,00	0,00	0,00	12.315,72	0,00	0,00	0,00
313090	INHAPIM	654.868,11	532.851,08	498.633,80	0,84	0,00	1.346.693,83	0,00	0,00	339.660,00
313100	INHAUMA	39.468,73	9.343,96	90.000,00	0,00	0,00	48.812,69	0,00	0,00	90.000,00
313110	INIMUTABA	73.063,74	6,66	0,00	0,00	0,00	73.070,40	0,00	0,00	0,00
313115	IPABA	136.766,99	1.642,29	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	478.069,28
313120	IPANEMA	634.625,77	105.541,66	961.993,87	21,86	0,00	1.272.523,16	0,00	0,00	429.660,00
313130	IPATINGA	14.426.676,46	41.821.139,81	36.413.409,51	1.709.640,70	0,00	0,00	0,00	0,00	94.370.866,48
313140	IPIACU	56.716,13	2.732,46	0,00	0,00	0,00	59.448,59	0,00	0,00	0,00
313150	IPUIUNA	115.506,66	210,54	96.000,00	0,00	0,00	211.717,20	0,00	0,00	0,00
313160	IRAI DE MINAS	66.577,42	848,46	172.257,32	0,00	0,00	239.683,20	0,00	0,00	0,00
313170	ITABIRA	5.314.937,00	9.507.449,66	7.548.989,33	303.347,71	0,00	0,00	0,00	0,00	22.674.723,70
313180	ITABIRINHA DE MANTENA	409.275,29	66.010,78	477.360,00	0,00	0,00	475.286,07	0,00	0,00	477.360,00
313190	ITABIRITO	1.637.889,03	155.951,44	7.036.377,37	3.650,04	0,00	5.778.247,88	0,00	0,00	3.055.620,00
313200	ITACAMBIRA	18.112,35	4.074,33	150.000,00	0,00	0,00	172.186,68	0,00	0,00	0,00
313210	ITACARAMBI	679.603,98	459.278,28	334.800,00	0,37	0,00	150.000,00	0,00	0,00	1.323.682,63
313220	ITAGUARA	326.206,87	160.544,31	339.660,00	0,00	0,00	486.751,18	0,00	0,00	339.660,00
313230	ITAIPE	324.495,66	2.161,22	0,00	0,00	0,00	326.656,88	0,00	0,00	0,00
313240	ITAJUBA	5.251.316,67	15.163.047,35	11.234.163,71	388.267,08	0,00	619.500,00	0,00	0,00	31.417.294,81
313250	ITAMARANDIBA	1.466.739,02	147.576,53	1.634.665,14	0,00	0,00	2.819.320,69	0,00	0,00	429.660,00
313260	ITAMARATI DE MINAS	12.029,53	0,00	0,00	0,00	0,00	12.029,53	0,00	0,00	0,00
313270	ITAMBACURI	1.052.136,88	1.216.205,30	1.875.418,91	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.143.761,46
313280	ITAMBE DO MATO DENTRO	14.180,73	187,32	0,00	0,00	0,00	14.368,05	0,00	0,00	0,00
313290	ITAMOGI	349.343,07	14.822,06	90.000,00	0,00	0,00	364.165,13	0,00	0,00	90.000,00
313300	ITAMONTE	603.374,29	79.564,39	574.260,00	0,00	0,00	778.938,68	0,00	0,00	478.260,00
313310	ITANHANDU	754.555,73	1.405.040,87	1.026.072,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.185.668,98
313320	ITANHOMI	412.178,52	156.822,26	0,00	0,00	0,00	569.000,78	0,00	0,00	0,00
313330	ITAOBIM	915.176,08	804.640,90	2.644.407,51	95.390,46	0,00	2.777.034,95	0,00	0,00	1.682.580,00
313340	ITAPAGIPE	138.390,25	2.280,29	90.000,00	29,18	0,00	140.699,72	0,00	0,00	90.000,00
313350	ITAPECERICA	607.818,52	21.211,05	249.770,05	0,00	0,00	878.799,62	0,00	0,00	0,00
313360	ITAPEVA	66.814,19	730,45	0,00	0,00	0,00	67.544,64	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

313370	ITATIAIUCU	94.119,86	560,10	0,00	0,00	0,00	94.679,96	0,00	0,00	0,00
313375	ITAU DE MINAS	408.556,55	3.309,31	90.000,00	0,00	0,00	411.865,86	0,00	0,00	90.000,00
313380	ITAUNA	3.700.102,27	2.280.743,84	5.220.681,01	148.407,42	0,00	0,00	0,00	0,00	11.349.934,54
313390	ITAVERAVA	19.545,17	510,72	0,00	0,00	0,00	20.055,89	0,00	0,00	0,00
313400	ITINGA	111.712,42	2.080,44	0,00	0,00	0,00	113.792,86	0,00	0,00	0,00
313410	ITUETA	38.589,83	345,02	0,00	0,00	0,00	38.934,85	0,00	0,00	0,00
313420	ITUIUTABA	5.048.271,93	2.925.688,61	2.935.820,49	159.956,59	0,00	0,00	0,00	0,00	11.069.737,62
313430	ITUMIRIM	19.982,02	451,89	0,00	0,00	0,00	20.433,91	0,00	0,00	0,00
313440	ITURAMA	1.492.141,53	614.093,59	574.832,04	75,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.681.142,64
313450	ITUTINGA	7.433,87	317,42	90.000,00	0,00	0,00	7.751,29	0,00	0,00	90.000,00
313460	JABOTICATUBAS	354.374,16	12.411,23	51.102,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.888,30
313470	JACINTO	529.280,73	484.775,60	429.660,00	0,00	0,00	1.014.056,33	0,00	0,00	429.660,00
313480	JACUI	148.828,13	918,71	0,00	0,00	0,00	149.746,84	0,00	0,00	0,00
313490	JACUTINGA	775.162,25	27.005,83	479.453,72	0,00	0,00	1.143.021,80	0,00	0,00	138.600,00
313500	JAGUARACU	19.949,38	67,58	429.660,00	0,00	0,00	20.016,96	0,00	0,00	429.660,00
313505	JAIBA	831.200,10	92.817,52	1.059.660,00	0,00	0,00	1.074.017,62	0,00	0,00	909.660,00
313507	JAMPRUCA	5.812,41	19,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.831,59
313510	JANAUBA	3.480.330,76	6.242.197,30	14.239.128,62	190.587,46	0,00	480.000,00	0,00	0,00	23.672.244,14
313520	JANUARIA	2.983.853,68	549.996,30	2.254.601,18	2.488,28	0,00	480.000,00	0,00	0,00	5.310.939,44
313530	JAPARAIBA	17.316,04	255,87	0,00	0,00	0,00	17.571,91	0,00	0,00	0,00
313535	JAPONVAR	61.123,61	1.793,72	60.000,00	0,00	0,00	62.917,33	0,00	0,00	60.000,00
313540	JECEABA	166.610,45	392,63	0,00	0,00	0,00	167.003,08	0,00	0,00	0,00
313545	JENIPAPO DE MINAS	67.134,39	281,76	0,00	0,00	0,00	67.416,15	0,00	0,00	0,00
313550	JEQUERI	102.981,59	11.442,91	90.000,00	0,00	0,00	114.424,50	0,00	0,00	90.000,00
313560	JEQUITAI	75.558,30	1.257,72	60.000,00	0,00	0,00	76.816,02	0,00	0,00	60.000,00
313570	JEQUITIBA	30.489,58	96,09	0,00	0,00	0,00	30.585,67	0,00	0,00	0,00
313580	JEQUITINHONHA	1.190.919,42	214.091,48	2.387.585,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.792.596,03
313590	JESUANIA	51.435,62	51.385,98	0,00	0,00	0,00	102.821,60	0,00	0,00	0,00
313600	JOAIMA	579.052,46	42.964,81	406.981,32	0,37	0,00	689.338,96	0,00	0,00	339.660,00
313610	JOANESIA	42.168,83	347,14	0,00	0,00	0,00	42.515,97	0,00	0,00	0,00
313620	JOAO MONLEVADE	3.845.805,51	2.958.946,61	3.474.910,11	193.886,52	0,00	0,00	0,00	0,00	10.473.548,75
313630	JOAO PINHEIRO	1.942.585,06	532.038,57	339.660,00	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.814.284,00
313640	JOAQUIM FELICIO	39.511,45	14,24	0,00	0,00	0,00	39.525,69	0,00	0,00	0,00
313650	JORDANIA	285.304,95	1.158,53	86.342,81	0,00	0,00	312.806,29	0,00	0,00	60.000,00
313652	JOSE GONCALVES DE MINAS	45.417,54	153,26	90.000,00	0,00	0,00	45.570,80	0,00	0,00	90.000,00
313655	JOSE RAYDAN	5.977,54	1.036,82	0,00	0,00	0,00	7.014,36	0,00	0,00	0,00
313657	JOSENOPOLIS	27.509,94	4,44	90.000,00	0,00	0,00	27.514,38	0,00	0,00	90.000,00
313660	NOVA UNIAO	49.768,51	2.144,72	0,00	0,00	0,00	51.913,23	0,00	0,00	0,00
313665	JUATUBA	290.537,87	3.372,84	0,00	0,00	0,00	293.910,71	0,00	0,00	0,00
313670	JUIZ DE FORA	37.668.507,77	103.206.796,17	89.999.052,47	2.649.096,22	0,00	3.549.871,95	8.292.047,76	0,00	221.681.532,92
313680	JURAMENTO	43.390,42	2.535,01	0,00	0,00	0,00	45.925,43	0,00	0,00	0,00
313690	JURUAIA	319.678,78	2.567,82	0,00	0,00	0,00	322.246,60	0,00	0,00	0,00
313695	JUVENILIA	27.605,39	293,35	90.000,00	0,00	0,00	27.898,74	0,00	0,00	90.000,00
313700	LADAINHA	430.414,58	1.411,26	90.000,00	0,00	0,00	431.825,84	0,00	0,00	90.000,00
313710	LAGAMAR	123.950,66	1.721,67	0,00	0,00	0,00	125.672,33	0,00	0,00	0,00
313720	LAGOA DA PRATA	1.780.544,51	2.062.174,32	3.486.165,79	0,75	0,00	4.737.719,01	0,00	0,00	2.591.166,36
313730	LAGOA DOS PATOS	6.653,16	247,98	0,00	0,00	0,00	6.901,14	0,00	0,00	0,00
313740	LAGOA DOURADA	123.911,20	962,49	0,00	0,00	0,00	124.873,69	0,00	0,00	0,00
313750	LAGOA FORMOSA	521.089,23	157.820,73	419.120,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.098.030,60
313753	LAGOA GRANDE	109.394,55	466,37	0,00	0,00	0,00	109.860,92	0,00	0,00	0,00
313760	LAGOA SANTA	1.495.691,32	190.100,38	1.778.712,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.464.504,01
313770	LAJINHA	565.221,93	46.563,86	339.660,00	1,59	0,00	611.787,38	0,00	0,00	339.660,00
313780	LAMBARI	647.487,83	108.039,27	475.993,29	48,18	0,00	1.231.568,57	0,00	0,00	0,00
313790	LAMIM	31.940,51	0,00	0,00	0,00	0,00	31.940,51	0,00	0,00	0,00
313800	LARANJAL	208.134,21	575,46	157.500,00	0,00	0,00	366.209,67	0,00	0,00	0,00
313810	LASSANCE	58.948,26	1.162,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.111,12
313820	LAVRAS	4.816.019,36	11.588.240,97	8.353.357,93	169.112,46	0,00	619.500,00	0,00	0,00	24.307.230,72
313830	LEANDRO FERREIRA	6.112,08	77,54	0,00	0,00	0,00	6.189,62	0,00	0,00	0,00
313835	LEME DO PRADO	49.417,11	1.293,38	0,00	0,00	0,00	50.710,49	0,00	0,00	0,00
313840	LEOPOLDINA	2.231.537,54	3.921.745,74	4.076.645,39	114.483,52	0,00	10.035.630,37	0,00	0,00	308.781,82
313850	LIBERDADE	16.597,65	21.351,48	155.809,48	0,00	0,00	193.758,61	0,00	0,00	0,00
313860	LIMA DUARTE	535.993,81	164.511,79	959.160,00	0,00	0,00	619.500,00	0,00	0,00	1.040.165,60
313862	LIMEIRA DO OESTE	61.159,82	91,08	0,00	0,00	0,00	61.250,90	0,00	0,00	0,00
313865	LONTRA	45.802,44	866,65	90.000,00	0,00	0,00	46.669,09	0,00	0,00	90.000,00
313867	LUISBURGO	16.007,28	394,23	0,00	0,00	0,00	16.401,51	0,00	0,00	0,00
313868	LUISLANDIA	31.117,29	25.318,28	0,00	0,00	0,00	56.435,57	0,00	0,00	0,00
313870	LUMINARIAS	24.731,40	396,65	157.500,00	0,00	0,00	182.628,05	0,00	0,00	0,00
313880	LUZ	674.046,32	75.708,26	342.218,89	0,37	0,00	1.091.973,84	0,00	0,00	0,00
313890	MACHACALIS	223.141,28	349.947,09	522.086,37	0,00	0,00	665.514,74	0,00	0,00	429.660,00
313900	MACHADO	1.653.407,13	225.224,99	781.171,55	28,02	0,00	157.500,00	0,00	0,00	2.502.331,69
313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	5.748,33	0,00	0,00	0,00	0,00	5.748,33	0,00	0,00	0,00
313920	MALACACHETA	727.744,36	453.421,31	401.709,96	0,00	0,00	1.181.165,67	0,00	0,00	401.709,96
313925	MAMONAS	76.910,49	1.647,07	61.700,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.257,60

313930	MANGA	802.323,89	504.176,07	489.660,00	0,37	0,00	1.456.500,33	0,00	0,00	339.660,00
313940	MANHUACU	4.060.933,06	10.374.646,36	8.782.828,95	263.241,92	0,00	5,63	0,00	0,00	23.481.644,66
313950	MANHUMIRIM	555.143,86	2.295.220,32	2.264.633,06	1.865,41	0,00	4.687.202,65	0,00	0,00	429.660,00
313960	MANTENA	1.181.874,90	907.738,58	2.576.370,02	1.516,77	0,00	4.667.500,27	0,00	0,00	0,00
313970	MARAVILHAS	61.911,24	11.234,04	0,00	0,00	0,00	73.145,28	0,00	0,00	0,00
313980	MAR DE ESPANHA	282.849,41	115.016,43	236.301,21	0,00	0,00	634.167,05	0,00	0,00	0,00
313990	MARIA DA FE	293.654,96	1.128,28	0,00	0,00	0,00	294.783,24	0,00	0,00	0,00
314000	MARIANA	1.996.654,89	712.691,64	2.521.059,44	104.773,61	0,00	4.838.019,58	0,00	0,00	497.160,00
314010	MARILAC	5.069,99	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.069,99	0,00	0,00	90.000,00
314015	MARIO CAMPOS	31.394,09	35,98	0,00	0,00	0,00	31.430,07	0,00	0,00	0,00
314020	MARIPA DE MINAS	13.290,66	0,63	0,00	0,00	0,00	13.291,29	0,00	0,00	0,00
314030	MARLIERIA	30.352,58	290,86	0,00	0,00	0,00	30.643,44	0,00	0,00	0,00
314040	MARMELOPOLIS	2.690,65	16,79	0,00	0,00	0,00	2.707,44	0,00	0,00	0,00
314050	MARTINHO CAMPOS	366.424,40	7.861,98	0,00	0,00	0,00	374.286,38	0,00	0,00	0,00
314053	MARTINS SOARES	14.924,21	162,32	0,00	0,00	0,00	15.086,53	0,00	0,00	0,00
314055	MATA VERDE	129.000,99	2.284,86	0,00	0,00	0,00	131.285,85	0,00	0,00	0,00
314060	MATERLANDIA	32.298,96	843,80	90.000,00	0,00	0,00	33.142,76	0,00	0,00	90.000,00
314070	MATEUS LEME	844.189,11	370.166,87	3.759.918,35	0,37	0,00	2.934.274,70	0,00	0,00	2.040.000,00
314080	MATIAS BARBOSA	146.416,77	63.138,03	497.160,00	0,00	0,00	367.054,80	0,00	0,00	339.660,00
314085	MATIAS CARDOSO	135.647,17	879,59	60.000,00	0,00	0,00	136.526,76	0,00	0,00	60.000,00
314090	MATIPO	546.036,20	23.097,54	535.700,12	0,00	0,00	719.273,86	0,00	0,00	385.560,00
314100	MATO VERDE	214.052,71	964,06	240.000,00	0,00	0,00	365.016,77	0,00	0,00	90.000,00
314110	MATOZINHOS	1.203.461,34	167.655,13	747.773,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.118.889,51
314120	MATUTINA	53.850,48	0,00	0,00	0,00	0,00	53.850,48	0,00	0,00	0,00
314130	MEDEIROS	24.181,57	29,84	0,00	0,00	0,00	24.211,41	0,00	0,00	0,00
314140	MEDINA	842.330,68	274.828,79	834.539,67	0,36	0,00	1.612.039,50	0,00	0,00	339.660,00
314150	MENDES PIMENTEL	248.754,07	75.307,66	0,00	0,00	0,00	324.061,73	0,00	0,00	0,00
314160	MERCES	353.445,83	1.337,64	90.000,00	0,00	0,00	354.783,47	0,00	0,00	90.000,00
314170	MESQUITA	50.179,10	518,62	90.000,00	0,00	0,00	50.697,72	0,00	0,00	90.000,00
314180	MINAS NOVAS	1.332.797,62	424.632,54	1.608.733,82	0,37	0,00	2.841.704,35	0,00	0,00	524.460,00
314190	MINDURI	51.365,33	419,04	96.000,00	0,36	0,00	147.784,73	0,00	0,00	0,00
314200	MIRABELA	532.745,12	496.390,69	339.660,00	0,00	0,00	1.029.135,81	0,00	0,00	339.660,00
314210	MIRADOURO	135.427,67	17.230,01	214.026,99	0,00	0,00	366.684,67	0,00	0,00	0,00
314220	MIRAI	513.657,45	133.646,73	532.795,63	0,00	0,00	1.180.099,81	0,00	0,00	0,00
314225	MIRAVANIA	22.161,69	303,81	150.000,00	0,00	0,00	172.465,50	0,00	0,00	0,00
314230	MOEDA	52.724,06	2.980,43	0,00	0,00	0,00	55.704,49	0,00	0,00	0,00
314240	MOEMA	196.438,25	87.607,69	90.000,00	0,00	0,00	284.045,94	0,00	0,00	90.000,00
314250	MONJOLOS	14.799,03	41,24	0,00	0,00	0,00	14.840,27	0,00	0,00	0,00
314260	MONSENHOR PAULO	148.314,94	8.543,66	153.637,68	0,00	0,00	310.496,28	0,00	0,00	0,00
314270	MONTALVANIA	556.688,60	257.768,45	150.000,00	0,37	0,00	964.457,42	0,00	0,00	0,00
314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	487.321,19	62.201,69	249.387,65	0,37	0,00	708.910,90	0,00	0,00	90.000,00
314290	MONTE AZUL	822.097,74	892.958,89	1.527.834,55	0,37	0,00	2.674.631,55	0,00	0,00	568.260,00
314300	MONTE BELO	313.431,72	53,02	96.000,00	0,00	0,00	409.484,74	0,00	0,00	0,00
314310	MONTE CARMELO	2.176.337,98	693.463,06	1.412.505,32	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.282.306,73
314315	MONTE FORMOSO	74.765,70	347,00	0,00	0,00	0,00	75.112,70	0,00	0,00	0,00
314320	MONTE SANTO DE MINAS	835.300,35	38.351,61	640.061,12	0,37	0,00	1.174.053,45	0,00	0,00	339.660,00
314330	MONTES CLAROS	23.114.783,71	78.904.404,43	49.311.006,44	3.069.934,10	0,00	138.336.023,65	0,00	0,00	16.064.105,03
314340	MONTE SIAO	207.959,00	34.821,51	0,00	0,00	0,00	242.780,51	0,00	0,00	0,00
314345	MONTEZUMA	90.861,36	561,14	150.000,00	0,00	0,00	241.422,50	0,00	0,00	0,00
314350	MORADA NOVA DE MINAS	208.949,30	4.585,65	340.118,16	0,00	0,00	463.653,11	0,00	0,00	90.000,00
314360	MORRO DA GARCA	21.378,27	2.400,00	0,00	0,00	0,00	23.778,27	0,00	0,00	0,00
314370	MORRO DO PILAR	27.289,67	4.336,29	0,00	0,00	0,00	31.625,96	0,00	0,00	0,00
314380	MUNHOZ	15.220,53	397,45	0,00	0,00	0,00	15.617,98	0,00	0,00	0,00
314390	MURIAE	5.772.334,69	45.192.984,81	17.052.334,01	1.594.597,43	0,00	68.599.255,94	0,00	0,00	1.012.995,00
314400	MUTUM	1.065.651,91	122.725,47	835.287,17	38,72	0,00	1.534.043,27	0,00	0,00	489.660,00
314410	MUZAMBINHO	751.685,36	221.343,47	586.870,90	0,00	0,00	1.559.899,73	0,00	0,00	0,00
314420	NACIP RAYDAN	12.857,81	633,41	0,00	0,00	0,00	13.491,22	0,00	0,00	0,00
314430	NANUQUE	1.882.758,66	400.835,09	0,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2.283.594,50
314435	NAQUE	15.914,39	568,48	90.000,00	0,00	0,00	16.482,87	0,00	0,00	90.000,00
314437	NATALANDIA	23.271,39	0,63	0,00	0,00	0,00	23.272,02	0,00	0,00	0,00
314440	NATERCIA	56.256,15	447,82	0,00	0,00	0,00	56.703,97	0,00	0,00	0,00
314450	NAZARENO	160.335,70	7.312,87	0,00	0,00	0,00	167.648,57	0,00	0,00	0,00
314460	NEPOMUCENO	732.459,79	10.074,42	450.477,35	0,00	0,00	1.193.011,56	0,00	0,00	0,00
314465	NINHEIRA	169.911,95	1.902,33	0,00	0,00	0,00	171.814,28	0,00	0,00	0,00
314467	NOVA BELEM	30.335,32	53,07	0,00	0,00	0,00	30.388,39	0,00	0,00	0,00
314470	NOVA ERA	527.480,70	41.889,10	286.016,85	0,00	0,00	855.386,65	0,00	0,00	0,00
314480	NOVA LIMA	2.519.456,97	1.345.795,34	9.390.677,77	104.474,17	0,00	9.423.609,25	0,00	0,00	3.936.795,00
314490	NOVA MODICA	7.603,84	1,26	90.000,00	0,00	0,00	7.605,10	0,00	0,00	90.000,00
314500	NOVA PONTE	281.037,88	24,88	0,00	0,00	0,00	281.062,76	0,00	0,00	0,00
314505	NOVA PORTEIRINHA	48.355,63	2.760,27	0,00	0,00	0,00	51.115,90	0,00	0,00	0,00
314510	NOVA RESENDE	389.529,92	747,29	497.160,00	0,00	0,00	547.777,21	0,00	0,00	339.660,00
314520	NOVA SERRANA	2.418.847,49	33.413,18	3.328.395,00	0,75	0,00	2.452.261,42	0,00	0,00	3.328.395,00
314530	NOVO CRUZEIRO	989.997,00	96.713,60	941.990,03	0,00	0,00	1.599.040,63	0,00	0,00	429.660,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	46.070,57	154,35	60.000,00	0,00	0,00	46.224,92	0,00	0,00	60.000,00
314537	NOVORIZONTE	8.722,52	342,42	0,00	0,00	0,00	9.064,94	0,00	0,00	0,00
314540	OLARIA	5.269,84	150,63	0,00	0,00	0,00	5.420,47	0,00	0,00	0,00
314545	OLHOS-D"AGUA	10.136,09	531,15	0,00	0,00	0,00	10.667,24	0,00	0,00	0,00
314550	OLIMPIO NORONHA	14.767,58	393,83	0,00	0,00	0,00	15.161,41	0,00	0,00	0,00
314560	OLIVEIRA	1.278.679,01	2.017.467,69	3.204.936,34	0,00	0,00	4.298.063,04	0,00	0,00	2.203.020,00
314570	OLIVEIRA FORTES	16.451,58	150,63	0,00	0,00	0,00	16.602,21	0,00	0,00	0,00
314580	ONCA DE PITANGUI	8.536,48	15,20	90.000,00	0,00	0,00	8.551,68	0,00	0,00	90.000,00
314585	ORATORIOS	12.361,21	285,88	0,04	0,00	0,00	12.647,09	0,00	0,00	0,04
314587	ORIZANIA	15.208,87	0,00	0,00	0,00	0,00	15.208,87	0,00	0,00	0,00
314590	OURO BRANCO	1.284.735,39	17.608,58	599.950,00	407,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.902.701,69
314600	OURO FINO	1.051.373,11	720.952,32	1.587.458,67	0,00	0,00	3.359.784,10	0,00	0,00	0,00
314610	OURO PRETO	2.980.147,64	1.656.985,87	6.281.578,04	34,95	0,00	0,00	0,00	0,00	10.918.746,50
314620	OURO VERDE DE MINAS	51.777,32	3.032,78	90.000,00	0,00	0,00	54.810,10	0,00	0,00	90.000,00
314625	PADRE CARVALHO	46.834,62	630,08	0,00	0,00	0,00	47.464,70	0,00	0,00	0,00
314630	PADRE PARAISO	834.650,10	396.403,78	1.085.032,86	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.316.087,11
314640	PAINEIRAS	53.103,94	355,63	0,00	0,00	0,00	53.459,57	0,00	0,00	0,00
314650	PAINS	159.833,86	645,01	0,00	0,00	0,00	160.478,87	0,00	0,00	0,00
314655	PAI PEDRO	6.849,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	6.849,00	0,00	0,00	90.000,00
314660	PAIVA	8.821,16	160,32	0,00	0,00	0,00	8.981,48	0,00	0,00	0,00
314670	PALMA	202.947,25	4.852,84	429.660,00	0,00	0,00	207.800,09	0,00	0,00	429.660,00
314675	PALMOPOLIS	75.212,91	8.493,87	90.000,00	0,00	0,00	83.706,78	0,00	0,00	90.000,00
314690	PAPAGAIOS	172.192,22	6.034,41	0,00	0,00	0,00	178.226,63	0,00	0,00	0,00
314700	PARACATU	3.846.355,94	1.354.230,33	689.525,25	62.068,21	0,00	0,00	0,00	0,00	5.952.179,73
314710	PARA DE MINAS	4.413.969,83	4.058.129,14	8.231.137,56	144.186,67	0,00	0,00	0,00	0,00	16.847.423,20
314720	PARAGUACU	615.572,33	3.443,80	96.000,00	12,86	0,00	0,00	0,00	0,00	715.028,99
314730	PARAISOPOLIS	591.020,87	221.018,33	368.897,40	0,00	0,00	1.180.936,60	0,00	0,00	0,00
314740	PARAOPEBA	193.685,59	28.981,00	0,00	2,55	0,00	222.669,14	0,00	0,00	0,00
314750	PASSABEM	30.562,17	17.456,06	0,00	0,00	0,00	48.018,23	0,00	0,00	0,00
314760	PASSA QUATRO	641.366,84	3.914,34	445.917,21	0,00	0,00	751.538,39	0,00	0,00	339.660,00
314770	PASSA TEMPO	244.427,43	2.906,04	0,00	0,00	0,00	247.333,47	0,00	0,00	0,00
314780	PASSA VINTE	15.387,16	1.322,40	0,00	0,00	0,00	16.709,56	0,00	0,00	0,00
314790	PASSOS	6.371.736,70	35.836.568,56	21.719.590,06	970.145,17	0,00	59.540.445,49	0,00	0,00	5.357.595,00
314795	PATIS	8.526,43	345,35	90.000,00	0,00	0,00	8.871,78	0,00	0,00	90.000,00
314800	PATOS DE MINAS	9.123.908,02	24.809.589,34	13.376.537,96	929.666,61	0,00	111,74	0,00	0,00	48.239.590,19
314810	PATROCINIO	4.420.021,90	4.684.959,93	7.024.707,35	102.759,85	0,00	0,00	0,00	0,00	16.232.449,03
314820	PATROCINIO DO MURIAE	49.256,21	101,26	276.300,00	0,00	0,00	206.857,47	0,00	0,00	118.800,00
314830	PAULA CANDIDO	82.613,38	1.220,45	83.750,04	0,00	0,00	83.833,83	0,00	0,00	83.750,04
314840	PAULISTAS	5.665,38	20,10	0,00	0,00	0,00	5.685,48	0,00	0,00	0,00
314850	PAVAO	126.699,22	1.733,62	61.250,04	0,00	0,00	128.432,84	0,00	0,00	61.250,04
314860	PECANHA	667.467,34	501.456,26	741.327,40	0,00	0,00	1.570.591,00	0,00	0,00	339.660,00
314870	PEDRA AZUL	1.217.831,70	340.176,44	1.054.606,93	0,37	0,00	2.272.955,44	0,00	0,00	339.660,00
314875	PEDRA BONITA	54.761,97	1,89	0,00	0,00	0,00	54.763,86	0,00	0,00	0,00
314880	PEDRA DO ANTA	10.859,10	1,66	339.660,00	0,00	0,00	10.860,76	0,00	0,00	339.660,00
314890	PEDRA DO INDAIA	28.190,97	1,26	0,00	0,00	0,00	28.192,23	0,00	0,00	0,00
314900	PEDRA DOURADA	9.264,25	164,57	67.599,96	0,00	0,00	9.428,82	0,00	0,00	67.599,96
314910	PEDRALVA	156.654,39	1.442,69	0,00	0,00	0,00	158.097,08	0,00	0,00	0,00
314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	51.331,78	970,49	0,00	0,00	0,00	52.302,27	0,00	0,00	0,00
314920	PEDRINOPOLIS	24.986,86	1,26	0,00	0,00	0,00	24.988,12	0,00	0,00	0,00
314930	PEDRO LEOPOLDO	2.273.511,87	705.673,64	1.670.762,81	8,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4.649.956,36
314940	PEDRO TEIXEIRA	3.322,95	0,63	0,00	0,00	0,00	3.323,58	0,00	0,00	0,00
314950	PEQUERI	8.347,16	150,63	0,00	0,00	0,00	8.497,79	0,00	0,00	0,00
314960	PEQUI	34.860,74	4.691,10	0,00	0,00	0,00	39.551,84	0,00	0,00	0,00
314970	PERDIGAO	87.310,45	1.263,16	0,00	0,00	0,00	88.573,61	0,00	0,00	0,00
314980	PERDIZES	487.668,41	53.375,77	99.000,00	15,75	0,00	541.059,93	0,00	0,00	99.000,00
314990	PERDOES	884.895,28	74.848,51	911.772,25	54,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.871.570,82
314995	PERIQUITO	7.719,84	609,47	90.000,00	0,00	0,00	8.329,31	0,00	0,00	90.000,00
315000	PESCADOR	18.669,90	0,00	90.000,00	0,00	0,00	18.669,90	0,00	0,00	90.000,00
315010	PIAU	6.145,64	0,63	0,00	0,00	0,00	6.146,27	0,00	0,00	0,00
315015	PIEDADE DE CARATINGA	16.268,37	28,31	90.000,00	0,00	0,00	16.296,68	0,00	0,00	90.000,00
315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	25.391,22	0,00	0,00	0,00	0,00	25.391,22	0,00	0,00	0,00
315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	105.678,09	24,54	0,00	0,00	0,00	105.702,63	0,00	0,00	0,00
315040	PIEDADE DOS GERAIS	27.627,93	302,39	0,00	0,00	0,00	27.930,32	0,00	0,00	0,00
315050	PIMENTA	164.999,22	124,05	339.660,00	0,00	0,00	165.123,27	0,00	0,00	339.660,00
315053	PINGO D"AGUA	31.787,01	445,05	0,00	0,00	0,00	32.232,06	0,00	0,00	0,00
315057	PINTOPOLIS	20.000,18	615,14	0,00	0,00	0,00	20.615,32	0,00	0,00	0,00
315060	PIRACEMA	48.911,73	0,00	82.850,04	0,00	0,00	48.911,73	0,00	0,00	82.850,04
315070	PIRAJUBA	21.880,95	269,67	0,00	12,33	0,00	22.162,95	0,00	0,00	0,00
315080	PIRANGA	631.663,10	54.598,44	339.660,00	0,37	0,00	686.261,91	0,00	0,00	339.660,00
315090	PIRANGUCU	9.966,12	71,13	0,00	0,00	0,00	10.037,25	0,00	0,00	0,00
315100	PIRANGUINHO	11.563,49	94,83	0,00	0,00	0,00	11.658,32	0,00	0,00	0,00
315110	PIRAPETINGA	463.204,50	15.623,31	0,00	0,00	0,00	478.827,81	0,00	0,00	0,00
315120	PIRAPORA	2.366.068,60	4.577.361,51	8.118.667,79	86.103,44	0,00	480.000,00	0,00	0,00	14.668.201,34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

315130	PIRAUBA	96.312,87	2.473,11	268.490,54	0,00	0,00	367.276,52	0,00	0,00	0,00
315140	PITANGUI	864.987,78	224.836,91	859.312,01	0,00	0,00	1.609.476,70	0,00	0,00	339.660,00
315150	PIUMHI	1.478.328,93	2.622.556,27	3.950.066,14	73,93	0,00	6.904.030,23	0,00	0,00	1.146.995,04
315160	PLANURA	118.000,97	9.440,09	0,00	0,00	0,00	127.441,06	0,00	0,00	0,00
315170	POCO FUNDO	611.522,44	90.621,14	138.600,00	0,74	0,00	0,00	0,00	0,00	840.744,32
315180	POCOS DE CALDAS	8.811.599,80	30.698.949,60	22.924.768,24	1.422.777,79	0,00	0,00	0,00	0,00	63.858.095,43
315190	POCRANE	223.146,35	3.025,05	0,00	0,00	0,00	226.171,40	0,00	0,00	0,00
315200	POMPEU	911.631,43	127.863,40	608.945,28	0,37	0,00	1.308.780,48	0,00	0,00	339.660,00
315210	PONTE NOVA	3.324.386,82	20.812.477,23	6.623.619,69	825.486,59	0,00	0,00	0,00	0,00	31.585.970,33
315213	PONTO CHIQUE	11.593,74	440,27	150.000,00	0,00	0,00	162.034,01	0,00	0,00	0,00
315217	PONTO DOS VOLANTES	81.426,37	3.113,90	60.000,00	0,00	0,00	84.540,27	0,00	0,00	60.000,00
315220	PORTEIRINHA	1.569.185,17	507.088,31	1.385.793,33	6,19	0,00	150.000,00	0,00	0,00	3.312.073,00
315230	PORTO FIRME	33.258,76	0,00	0,00	0,00	0,00	33.258,76	0,00	0,00	0,00
315240	POTE	484.718,18	2.990,52	496.981,32	0,00	0,00	555.030,02	0,00	0,00	429.660,00
315250	POUSO ALEGRE	7.787.752,73	37.008.981,77	19.723.680,52	1.025.162,24	0,00	1.081.132,85	0,00	0,00	64.464.444,41
315260	POUSO ALTO	243.865,15	39.446,90	269.285,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.597,33
315270	PRADOS	218.590,69	57.756,40	0,00	0,00	0,00	276.347,09	0,00	0,00	0,00
315280	PRATA	949.160,31	128,42	278.320,61	0,37	0,00	1.137.609,71	0,00	0,00	90.000,00
315290	PRATAPOLIS	196.009,03	9.585,42	0,00	0,00	0,00	205.594,45	0,00	0,00	0,00
315300	PRATINHA	18.232,27	1.391,80	0,00	0,00	0,00	19.624,07	0,00	0,00	0,00
315310	PRESIDENTE BERNARDES	104.414,46	5.508,09	0,00	0,00	0,00	109.922,55	0,00	0,00	0,00
315320	PRESIDENTE JUSCELINO	33.321,41	54,84	0,00	0,00	0,00	33.376,25	0,00	0,00	0,00
315330	PRESIDENTE KUBITSCHEK	13.099,55	102,31	0,00	0,00	0,00	13.201,86	0,00	0,00	0,00
315340	PRESIDENTE OLEGARIO	449.468,72	25.968,24	472.520,88	0,00	0,00	608.297,84	0,00	0,00	339.660,00
315350	ALTO JEQUITIBA	92.507,65	275,05	60.000,00	0,00	0,00	92.782,70	0,00	0,00	60.000,00
315360	PRUDENTE DE MORAIS	66.385,58	50,40	0,00	0,00	0,00	66.435,98	0,00	0,00	0,00
315370	QUARTEL GERAL	7.966,52	893,20	0,00	0,00	0,00	8.859,72	0,00	0,00	0,00
315380	QUELUZITA	3.491,82	316,28	0,00	0,00	0,00	3.808,10	0,00	0,00	0,00
315390	RAPOSOS	236.289,49	16.380,91	0,00	0,00	0,00	252.670,40	0,00	0,00	0,00
315400	RAUL SOARES	957.150,53	187.293,43	621.785,30	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.766.229,63
315410	RECREIO	345.473,15	47.648,63	0,00	0,00	0,00	393.121,78	0,00	0,00	0,00
315415	REDUTO	15.786,58	454,77	0,00	0,00	0,00	16.241,35	0,00	0,00	0,00
315420	RESENDE COSTA	458.807,41	256.528,64	375.115,32	0,00	0,00	1.090.451,37	0,00	0,00	0,00
315430	RESPLENDOR	671.974,69	1.562.165,10	1.628.753,67	2,91	0,00	3.523.236,37	0,00	0,00	339.660,00
315440	RESSAQUINHA	9.805,91	177,47	0,00	0,00	0,00	9.983,38	0,00	0,00	0,00
315445	RIACHINHO	88.891,09	163,33	0,00	0,00	0,00	89.054,42	0,00	0,00	0,00
315450	RIACHO DOS MACHADOS	76.328,89	640,31	90.000,00	0,00	0,00	76.969,20	0,00	0,00	90.000,00
315460	RIBEIRAO DAS NEVES	10.342.662,72	274.766,69	26.079.155,00	6.730,30	0,00	0,00	0,00	0,00	36.703.314,71
315470	RIBEIRAO VERMELHO	56.441,51	10.634,27	0,00	0,00	0,00	67.075,78	0,00	0,00	0,00
315480	RIO ACIMA	114.996,44	2.240,57	0,00	0,00	0,00	117.237,01	0,00	0,00	0,00
315490	RIO CASCA	408.406,06	161.678,95	96.000,00	0,00	0,00	666.085,01	0,00	0,00	0,00
315500	RIO DOCE	5.867,51	105,46	0,00	0,00	0,00	5.972,97	0,00	0,00	0,00
315510	RIO DO PRADO	55.240,70	1.239,42	0,00	0,00	0,00	56.480,12	0,00	0,00	0,00
315520	RIO ESPERA	152.524,06	7.207,39	0,00	0,00	0,00	159.731,45	0,00	0,00	0,00
315530	RIO MANSO	56.433,30	7.189,87	0,00	0,00	0,00	63.623,17	0,00	0,00	0,00
315540	RIO NOVO	125.102,18	27.629,15	561.129,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713.860,49
315550	RIO PARANAIBA	252.099,89	3.853,05	0,00	0,00	0,00	255.952,94	0,00	0,00	0,00
315560	RIO PARDO DE MINAS	1.113.647,23	186.474,73	498.600,00	0,00	0,00	1.450.121,96	0,00	0,00	348.600,00
315570	RIO PIRACICABA	354.845,30	22.783,74	0,00	0,00	0,00	377.629,04	0,00	0,00	0,00
315580	RIO POMBA	624.774,25	461.504,67	1.712.017,84	0,00	0,00	2.368.636,76	0,00	0,00	429.660,00
315590	RIO PRETO	189.508,97	24.344,09	157.500,00	0,00	0,00	371.353,06	0,00	0,00	0,00
315600	RIO VERMELHO	512.739,18	23.451,32	339.660,00	0,00	0,00	536.190,50	0,00	0,00	339.660,00
315610	RITAPOLIS	44.008,42	1.388,56	344.408,40	6,30	0,00	389.811,68	0,00	0,00	0,00
315620	ROCHEDO DE MINAS	4.518,48	881,45	0,00	0,00	0,00	5.399,93	0,00	0,00	0,00
315630	RODEIRO	27.032,66	0,00	61.989,96	0,00	0,00	27.032,66	0,00	0,00	61.989,96
315640	ROMARIA	20.603,55	6.743,01	90.000,00	0,00	0,00	27.346,56	0,00	0,00	90.000,00
315645	ROSARIO DA LIMEIRA	36.935,96	0,00	90.000,00	0,00	0,00	36.935,96	0,00	0,00	90.000,00
315650	RUBELITA	74.708,13	34,86	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.742,99
315660	RUBIM	343.102,83	88.077,30	429.660,00	0,00	0,00	431.180,13	0,00	0,00	429.660,00
315670	SABARA	3.295.492,24	1.190.497,16	10.548.880,83	0,00	1.672.688,24	0,00	0,00	0,00	13.362.181,99
315680	SABINOPOLIS	505.334,49	295.231,60	0,00	0,37	0,00	800.566,46	0,00	0,00	0,00
315690	SACRAMENTO	935.483,85	66.750,96	774.423,42	37,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.776.695,73
315700	SALINAS	1.772.727,14	1.622.469,00	1.907.583,96	106.962,73	0,00	150.000,00	0,00	0,00	5.259.742,83
315710	SALTO DA DIVISA	194.373,32	4.660,06	0,00	0,00	0,00	199.033,38	0,00	0,00	0,00
315720	SANTA BARBARA	1.203.277,36	123.566,18	756.803,02	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	2.083.646,93
315725	SANTA BARBARA DO LESTE	1.317,04	162,37	0,00	0,00	0,00	1.479,41	0,00	0,00	0,00
315727	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	1.952,99	0,63	0,00	0,00	0,00	1.953,62	0,00	0,00	0,00
315730	SANTA BARBARA DO TUGURIO	22.473,60	736,59	0,00	0,00	0,00	23.210,19	0,00	0,00	0,00
315733	SANTA CRUZ DE MINAS	87.840,74	7.161,75	0,00	0,00	0,00	95.002,49	0,00	0,00	0,00
315737	SANTA CRUZ DE SALINAS	39.625,34	162,75	90.000,00	0,00	0,00	39.788,09	0,00	0,00	90.000,00
315740	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	13.363,54	78,90	0,00	0,00	0,00	13.442,44	0,00	0,00	0,00
315750	SANTA EFIGENIA DE MINAS	4.935,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.935,37	0,00	0,00	0,00
315760	SANTA FE DE MINAS	28.420,71	991,16	150.000,00	0,00	0,00	179.411,87	0,00	0,00	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

315765	SANTA HELENA DE MINAS	8.973,20	0,00	90.000,00	0,00	0,00	8.973,20	0,00	0,00	90.000,00
315770	SANTA JULIANA	327.030,68	11.294,20	0,00	0,00	0,00	338.324,88	0,00	0,00	0,00
315780	SANTA LUZIA	6.372.826,52	1.450.953,60	13.074.470,30	3,64	0,00	0,00	0,00	0,00	20.898.254,06
315790	SANTA MARGARIDA	526.761,12	238.737,94	429.660,00	0,24	0,00	765.499,30	0,00	0,00	429.660,00
315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	188.981,51	21.409,00	0,00	0,00	0,00	210.390,51	0,00	0,00	0,00
315810	SANTA MARIA DO SALTO	36.723,37	199,29	90.000,00	0,00	0,00	36.922,66	0,00	0,00	90.000,00
315820	SANTA MARIA DO SUACUI	623.717,80	671.422,48	1.029.017,06	0,00	0,00	1.984.497,34	0,00	0,00	339.660,00
315830	SANTANA DA VARGEM	15.509,49	2.160,22	221.853,54	0,00	0,00	239.523,25	0,00	0,00	0,00
315840	SANTANA DE CATAGUASES	10.899,42	3,18	90.000,00	0,00	0,00	10.902,60	0,00	0,00	90.000,00
315850	SANTANA DE PIRAPAMA	13.043,33	36,20	0,00	0,00	0,00	13.079,53	0,00	0,00	0,00
315860	SANTANA DO DESERTO	21.945,79	2.312,26	0,00	0,00	0,00	24.258,05	0,00	0,00	0,00
315870	SANTANA DO GARAMBEU	17.064,00	173,86	0,00	0,00	0,00	17.237,86	0,00	0,00	0,00
315880	SANTANA DO JACARE	2.473,25	1,26	90.000,00	0,00	0,00	2.474,51	0,00	0,00	90.000,00
315890	SANTANA DO MANHUACU	25.201,40	173,25	0,00	0,00	0,00	25.374,65	0,00	0,00	0,00
315895	SANTANA DO PARAISO	247.463,17	3.716,10	158.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.579,27
315900	SANTANA DO RIACHO	5.116,90	118,15	0,00	0,00	0,00	5.235,05	0,00	0,00	0,00
315910	SANTANA DOS MONTES	9.098,43	103,10	0,00	0,00	0,00	9.201,53	0,00	0,00	0,00
315920	SANTA RITA DE CALDAS	34.853,29	145,80	157.500,00	0,00	0,00	192.499,09	0,00	0,00	0,00
315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	168.723,36	22.097,75	0,00	0,00	0,00	190.821,11	0,00	0,00	0,00
315935	SANTA RITA DE MINAS	18.771,35	60,58	90.000,00	0,00	0,00	18.831,93	0,00	0,00	90.000,00
315940	SANTA RITA DO IBITIPOCA	8.929,55	56,01	0,00	0,00	0,00	8.985,56	0,00	0,00	0,00
315950	SANTA RITA DO ITUETO	21.848,85	752,39	0,00	0,00	0,00	22.601,24	0,00	0,00	0,00
315960	SANTA RITA DO SAPUCAI	940.352,39	801.008,18	2.039.479,04	0,37	0,00	3.381.179,98	0,00	0,00	399.660,00
315970	SANTA ROSA DA SERRA	31.973,40	0,00	0,00	0,00	0,00	31.973,40	0,00	0,00	0,00
315980	SANTA VITORIA	634.611,67	3.394,99	336.131,59	0,00	0,00	884.138,25	0,00	0,00	90.000,00
315990	SANTO ANTONIO DO AMPARO	779.170,06	2.534.261,51	1.494.762,28	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.808.194,22
316000	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	4.304,06	3.021,20	0,00	0,00	0,00	7.325,26	0,00	0,00	0,00
316010	SANTO ANTONIO DO GRAMA	7.375,56	204,55	0,00	0,00	0,00	7.580,11	0,00	0,00	0,00
316020	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	27.777,78	84,43	0,00	0,00	0,00	27.862,21	0,00	0,00	0,00
316030	SANTO ANTONIO DO JACINTO	171.809,13	5.109,76	0,00	0,00	0,00	176.918,89	0,00	0,00	0,00
316040	SANTO ANTONIO DO MONTE	967.677,77	435.896,10	2.825.837,08	7.637,60	0,00	1.767.388,55	0,00	0,00	2.469.660,00
316045	SANTO ANTONIO DO RETIRO	59.556,80	637,73	90.000,00	0,00	0,00	60.194,53	0,00	0,00	90.000,00
316050	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	9.729,42	105,60	0,00	0,00	0,00	9.835,02	0,00	0,00	0,00
316060	SANTO HIPOLITO	15.664,46	356,07	0,00	0,00	0,00	16.020,53	0,00	0,00	0,00
316070	SANTOS DUMONT	2.120.967,91	1.430.463,21	2.601.300,29	0,00	0,00	619.500,00	0,00	0,00	5.533.231,41
316080	SAO BENTO ABADE	18.546,04	11,64	0,00	0,00	0,00	18.557,68	0,00	0,00	0,00
316090	SAO BRAS DO SUACUI	23.106,46	374,28	0,00	0,00	0,00	23.480,74	0,00	0,00	0,00
316095	SAO DOMINGOS DAS DORES	11.918,31	1.846,58	0,00	0,00	0,00	13.764,89	0,00	0,00	0,00
316100	SAO DOMINGOS DO PRATA	579.217,00	130.428,09	742.178,79	1,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.451.825,34
316105	SAO FELIX DE MINAS	4.068,84	858,07	928.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	933.186,91
316110	SAO FRANCISCO	2.178.535,94	314.387,12	489.660,00	0,75	0,00	2.642.923,81	0,00	0,00	339.660,00
316120	SAO FRANCISCO DE PAULA	13.129,10	70,11	90.000,00	0,00	0,00	13.199,21	0,00	0,00	90.000,00
316130	SAO FRANCISCO DE SALES	44.372,25	647,62	0,00	0,00	0,00	45.019,87	0,00	0,00	0,00
316140	SAO FRANCISCO DO GLORIA	29.738,89	174,61	339.660,00	0,00	0,00	29.913,50	0,00	0,00	339.660,00
316150	SAO GERALDO	66.745,79	658,80	60.000,00	0,00	0,00	67.404,59	0,00	0,00	60.000,00
316160	SAO GERALDO DA PIEDADE	5.352,22	0,00	90.000,00	0,00	0,00	5.352,22	0,00	0,00	90.000,00
316165	SAO GERALDO DO BAIXIO	3.772,22	0,00	0,00	0,00	0,00	3.772,22	0,00	0,00	0,00
316170	SAO GONCALO DO ABAETE	10.764,00	38,36	0,00	0,00	0,00	10.802,36	0,00	0,00	0,00
316180	SAO GONCALO DO PARA	129.737,55	134,30	0,00	0,00	0,00	129.871,85	0,00	0,00	0,00
316190	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	108.023,37	1.287,26	339.600,00	0,00	0,00	109.310,63	0,00	0,00	339.600,00
316200	SAO GONCALO DO SAPUCAI	850.567,46	139.534,51	902.240,38	0,00	0,00	1.832.342,35	0,00	0,00	60.000,00
316210	SAO GOTARDO	1.159.847,35	306.158,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.466.005,70
316220	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	220.686,51	5.343,23	0,00	0,00	0,00	226.029,74	0,00	0,00	0,00
316225	SAO JOAO DA LAGOA	19.124,46	324,42	0,00	0,00	0,00	19.448,88	0,00	0,00	0,00
316230	SAO JOAO DA MATA	25,43	109,83	0,00	0,00	0,00	135,26	0,00	0,00	0,00
316240	SAO JOAO DA PONTE	974.109,57	343.216,68	549.660,00	0,37	0,00	1.467.326,62	0,00	0,00	399.660,00
316245	SAO JOAO DAS MISSOES	120.319,72	834,24	0,00	0,00	0,00	121.153,96	0,00	0,00	0,00
316250	SAO JOAO DEL REI	4.683.230,99	8.711.846,26	11.800.110,49	280.828,22	0,00	171,66	0,00	0,00	25.475.844,30
316255	SAO JOAO DO MANHUACU	77.656,62	780,38	0,00	0,00	0,00	78.437,00	0,00	0,00	0,00
316257	SAO JOAO DO MANTENINHA	60.886,34	5.657,19	0,00	0,00	0,00	66.543,53	0,00	0,00	0,00
316260	SAO JOAO DO ORIENTE	71.828,24	371,11	90.000,00	0,00	0,00	72.199,35	0,00	0,00	90.000,00
316265	SAO JOAO DO PACUI	7.431,83	377,61	0,00	0,00	0,00	7.809,44	0,00	0,00	0,00
316270	SAO JOAO DO PARAISO	746.062,06	236.751,47	746.205,21	0,37	0,00	1.709.219,11	0,00	0,00	19.800,00
316280	SAO JOAO EVANGELISTA	616.432,45	571.824,22	339.660,00	0,00	0,00	1.188.256,67	0,00	0,00	339.660,00
316290	SAO JOAO NEPOMUCENO	1.098.585,79	440.651,07	1.289.951,68	0,00	0,00	157.500,00	0,00	0,00	2.671.688,54
316292	SAO JOAQUIM DE BICAS	671.690,69	7.888,81	1.629.660,00	0,00	0,00	679.579,50	0,00	0,00	1.629.660,00
316294	SAO JOSE DA BARRA	125.205,11	3.263,02	0,00	0,00	0,00	128.468,13	0,00	0,00	0,00
316295	SAO JOSE DA LAPA	280.753,20	8.746,42	0,00	0,00	0,00	289.499,62	0,00	0,00	0,00
316300	SAO JOSE DA SAFIRA	5.269,64	0,00	0,00	0,00	0,00	5.269,64	0,00	0,00	0,00
316310	SAO JOSE DA VARGINHA	30.080,33	423,57	0,00	0,00	0,00	30.503,90	0,00	0,00	0,00
316320	SAO JOSE DO ALEGRE	7.541,73	70,34	0,00	0,00	0,00	7.612,07	0,00	0,00	0,00
316330	SAO JOSE DO DIVINO	31.665,84	142,40	60.000,00	0,00	0,00	31.808,24	0,00	0,00	60.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

316340	SAO JOSE DO GOIABAL	40.307,90	559,99	0,00	0,00	0,00	40.867,89	0,00	0,00	0,00
316350	SAO JOSE DO JACURI	12.048,48	4.607,66	0,00	0,00	0,00	16.656,14	0,00	0,00	0,00
316360	SAO JOSE DO MANTIMENTO	18.254,04	138,07	0,00	0,00	0,00	18.392,11	0,00	0,00	0,00
316370	SAO LOURENCO	2.275.737,59	7.944.995,85	12.635.488,84	171.879,84	0,00	619.500,00	0,00	0,00	22.408.602,12
316380	SAO MIGUEL DO ANTA	43.374,01	5,40	429.660,00	0,00	0,00	43.379,41	0,00	0,00	429.660,00
316390	SAO PEDRO DA UNIAO	88.424,70	1,26	0,00	0,00	0,00	88.425,96	0,00	0,00	0,00
316400	SAO PEDRO DOS FERROS	87.213,03	10.744,11	60.000,00	0,00	0,00	97.957,14	0,00	0,00	60.000,00
316410	SAO PEDRO DO SUACUI	59.987,61	4.396,16	0,00	0,00	0,00	64.383,77	0,00	0,00	0,00
316420	SAO ROMAO	187.834,20	26.166,04	150.000,00	0,00	0,00	364.000,24	0,00	0,00	0,00
316430	SAO ROQUE DE MINAS	123.228,26	13.537,03	157.500,00	0,00	0,00	294.265,29	0,00	0,00	0,00
316440	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	4.863,55	56,07	0,00	0,00	0,00	4.919,62	0,00	0,00	0,00
316443	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	28.800,19	27,14	90.000,00	0,00	0,00	28.827,33	0,00	0,00	90.000,00
316447	SAO SEBASTIAO DO ANTA	13.162,74	52,20	0,00	0,00	0,00	13.214,94	0,00	0,00	0,00
316450	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	77.282,43	1.607,77	0,00	0,00	0,00	78.890,20	0,00	0,00	0,00
316460	SAO SEBASTIAO DO OESTE	62.505,33	109,25	0,00	0,00	0,00	62.614,58	0,00	0,00	0,00
316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.724.303,55	13.836.534,90	12.627.178,12	601.023,70	0,00	157.500,00	0,00	0,00	30.631.540,27
316480	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	10.743,71	606,01	0,00	0,00	0,00	11.349,72	0,00	0,00	0,00
316490	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	20.947,75	461,30	0,00	0,00	0,00	21.409,05	0,00	0,00	0,00
316500	SAO TIAGO	323.935,59	173,76	0,00	0,00	0,00	324.109,35	0,00	0,00	0,00
316510	SAO TOMAS DE AQUINO	128.644,87	2.348,79	0,00	0,00	0,00	130.993,66	0,00	0,00	0,00
316520	SAO TOME DAS LETRAS	25.921,48	6,66	0,00	0,00	0,00	25.928,14	0,00	0,00	0,00
316530	SAO VICENTE DE MINAS	220.057,66	2.366,76	763.658,76	0,00	0,00	646.423,18	0,00	0,00	339.660,00
316540	SAPUCAI-MIRIM	11.541,59	2.787,33	108.300,84	0,00	0,00	122.629,76	0,00	0,00	0,00
316550	SARDOA	41.912,77	92.897,99	0,00	0,00	0,00	134.810,76	0,00	0,00	0,00
316553	SARZEDO	256.195,24	14.080,49	958.260,00	0,00	0,00	270.275,73	0,00	0,00	958.260,00
316555	SETUBINHA	55.630,87	536,99	0,00	0,00	0,00	56.167,86	0,00	0,00	0,00
316556	SEM-PEIXE	19.156,53	49,40	90.000,00	0,00	0,00	19.205,93	0,00	0,00	90.000,00
316557	SENADOR AMARAL	12.681,14	414,67	0,00	0,00	0,00	13.095,81	0,00	0,00	0,00
316560	SENADOR CORTES	3.958,37	0,63	0,00	0,00	0,00	3.959,00	0,00	0,00	0,00
316570	SENADOR FIRMINO	149.731,19	39.748,23	664.385,18	0,00	0,00	514.204,60	0,00	0,00	339.660,00
316580	SENADOR JOSE BENTO	7.021,53	0,00	0,00	0,00	0,00	7.021,53	0,00	0,00	0,00
316590	SENADOR MODESTINO GONCALVES	35.569,70	5.177,87	90.000,00	0,00	0,00	40.747,57	0,00	0,00	90.000,00
316600	SENHORA DE OLIVEIRA	19.530,25	282,71	0,00	0,00	0,00	19.812,96	0,00	0,00	0,00
316610	SENHORA DO PORTO	4.197,53	67,84	90.000,00	0,00	0,00	4.265,37	0,00	0,00	90.000,00
316620	SENHORA DOS REMEDIOS	37.906,30	967,28	0,00	12,60	0,00	38.886,18	0,00	0,00	0,00
316630	SERICITA	60.052,11	541,75	0,00	0,00	0,00	60.593,86	0,00	0,00	0,00
316640	SERITINGA	11.824,09	152,22	0,00	0,00	0,00	11.976,31	0,00	0,00	0,00
316650	SERRA AZUL DE MINAS	38.391,50	78,40	0,00	0,00	0,00	38.469,90	0,00	0,00	0,00
316660	SERRA DA SAUDADE	5.342,11	245,07	90.000,00	0,00	0,00	5.587,18	0,00	0,00	90.000,00
316670	SERRA DOS AIMORES	18.486,44	799,68	0,00	0,00	0,00	19.286,12	0,00	0,00	0,00
316680	SERRA DO SALITRE	107.673,57	8.666,74	0,00	0,00	0,00	116.340,31	0,00	0,00	0,00
316690	SERRANIA	164.167,64	19,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.186,85
316695	SERRANOPOLIS DE MINAS	5.520,82	539,40	0,00	0,00	0,00	6.060,22	0,00	0,00	0,00
316700	SERRANOS	18.673,80	15,20	0,00	0,00	0,00	18.689,00	0,00	0,00	0,00
316710	SERRO	783.608,72	515.374,35	684.621,48	0,37	0,00	1.983.604,92	0,00	0,00	0,00
316720	SETE LAGOAS	11.411.096,03	16.595.851,74	21.086.204,56	742.072,82	0,00	0,00	0,00	0,00	49.835.225,15
316730	SILVEIRANIA	18.736,22	153,86	0,00	0,00	0,00	18.890,08	0,00	0,00	0,00
316740	SILVIANOPOLIS	10.777,10	1.365,66	0,00	0,00	0,00	12.142,76	0,00	0,00	0,00
316750	SIMAO PEREIRA	5.395,60	0,63	0,00	0,00	0,00	5.396,23	0,00	0,00	0,00
316760	SIMONESIA	133.178,14	3.645,91	339.660,00	0,00	0,00	136.824,05	0,00	0,00	339.660,00
316770	SOBRALIA	6.986,59	0,00	90.000,00	0,00	0,00	6.986,59	0,00	0,00	90.000,00
316780	SOLEDADE DE MINAS	13.287,43	235,99	0,00	0,00	0,00	13.523,42	0,00	0,00	0,00
316790	TABULEIRO	2.115,83	16,79	0,00	0,00	0,00	2.132,62	0,00	0,00	0,00
316800	TAIOBEIRAS	1.446.360,34	3.998.105,72	5.827.487,89	5.514,99	0,00	480.000,00	0,00	0,00	10.797.468,94
316805	TAPARUBA	16.937,27	0,63	0,00	0,00	0,00	16.937,90	0,00	0,00	0,00
316810	TAPIRA	33.046,17	15,83	0,00	0,00	0,00	33.062,00	0,00	0,00	0,00
316820	TAPIRAI	3.762,98	37,47	0,00	0,00	0,00	3.800,45	0,00	0,00	0,00
316830	TAQUARACU DE MINAS	13.266,04	519,83	0,00	0,00	0,00	13.785,87	0,00	0,00	0,00
316840	TARUMIRIM	343.743,15	285.535,81	403.303,83	0,00	0,00	1.032.582,79	0,00	0,00	0,00
316850	TEIXEIRAS	145.568,05	2.659,40	90.000,00	0,00	0,00	148.227,45	0,00	0,00	90.000,00
316860	TEOFILO OTONI	9.452.355,65	27.095.590,39	23.586.059,22	1.398.635,46	0,00	225.435,00	0,00	0,00	61.307.205,72
316870	TIMOTEO	3.447.808,37	3.338.593,77	2.804.693,26	23,39	0,00	9.289.918,79	0,00	0,00	301.200,00
316880	TIRADENTES	50.546,55	1.200,56	0,00	0,00	0,00	51.747,11	0,00	0,00	0,00
316890	TIROS	138.587,30	569,76	0,00	0,00	0,00	139.157,06	0,00	0,00	0,00
316900	TOCANTINS	120.427,52	1.516,39	293.482,94	0,00	0,00	325.426,85	0,00	0,00	90.000,00
316905	TOCOS DO MOJI	9.713,43	304,44	0,00	0,00	0,00	10.017,87	0,00	0,00	0,00
316910	TOLEDO	39.656,26	435,15	0,00	0,00	0,00	40.091,41	0,00	0,00	0,00
316920	TOMBOS	380.785,14	6.081,69	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	726.526,83
316930	TRES CORACOES	3.739.615,05	3.255.455,55	6.844.410,42	131.932,96	0,00	12.833.018,98	0,00	0,00	1.138.395,00
316935	TRES MARIAS	1.127.119,71	105.550,93	1.001.769,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.234.440,53
316940	TRES PONTAS	2.575.550,58	4.425.785,53	4.266.187,22	3.463,68	0,00	157.500,00	0,00	0,00	11.113.487,01
316950	TUMIRITINGA	7.151,28	139,42	90.000,00	0,00	0,00	7.290,70	0,00	0,00	90.000,00
316960	TUPACIGUARA	239.724,09	2.311,94	782.198,45	0,37	0,00	486.574,85	0,00	0,00	537.660,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

316970	TURMALINA	707.395,91	704.971,54	1.208.686,42	0,37	0,00	2.281.394,24	0,00	0,00	339.660,00
316980	TURVOLANDIA	13.956,15	343,72	0,00	0,00	0,00	14.299,87	0,00	0,00	0,00
316990	UBA	6.118.703,66	11.579.476,53	21.307.380,00	240.905,29	0,00	36.981.030,48	0,00	0,00	2.265.435,00
317000	UBAI	45.523,95	11.789,09	0,00	0,00	0,00	57.313,04	0,00	0,00	0,00
317005	UBAPORANGA	31.512,25	2.812,73	0,00	0,00	0,00	34.324,98	0,00	0,00	0,00
317010	UBERABA	19.312.889,36	50.525.013,40	57.432.781,29	1.721.102,73	0,00	552.484,42	33.321.191,47	0,00	95.118.110,89
317020	UBERLANDIA	42.014.089,47	85.981.932,63	90.914.184,45	3.420.164,43	0,00	240.000,00	59.976.764,05	0,00	162.113.606,93
317030	UMBURATIBA	2.809,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.809,79	0,00	0,00	0,00
317040	UNAI	3.271.692,00	1.308.087,95	2.059.863,76	142.141,16	0,00	6.442.124,87	0,00	0,00	339.660,00
317043	UNIAO DE MINAS	150.094,82	83.534,22	0,00	0,00	0,00	233.629,04	0,00	0,00	0,00
317047	URUANA DE MINAS	40.371,29	2.814,73	0,00	0,00	0,00	43.186,02	0,00	0,00	0,00
317050	URUCANIA	81.038,99	1.058,37	0,00	0,00	0,00	82.097,36	0,00	0,00	0,00
317052	URUCUIA	436.065,76	207.919,70	0,00	0,00	0,00	643.985,46	0,00	0,00	0,00
317057	VARGEM ALEGRE	16.471,83	3.168,82	0,00	0,00	0,00	19.640,65	0,00	0,00	0,00
317060	VARGEM BONITA	13.752,21	363,72	0,00	0,00	0,00	14.115,93	0,00	0,00	0,00
317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	35.180,53	1.345,63	90.000,00	0,00	0,00	36.526,16	0,00	0,00	90.000,00
317070	VARGINHA	5.849.527,38	36.634.466,86	18.388.300,71	1.769.023,85	0,00	54.589.123,80	0,00	0,00	8.052.195,00
317075	VARJAO DE MINAS	49.093,10	1,89	0,00	0,00	0,00	49.094,99	0,00	0,00	0,00
317080	VARZEA DA PALMA	1.007.075,11	137.493,85	1.085.820,00	0,37	0,00	150.000,00	0,00	0,00	2.080.389,33
317090	VARZELANDIA	427.352,09	23.509,05	150.000,00	0,00	0,00	600.861,14	0,00	0,00	0,00
317100	VAZANTE	615.157,45	39.667,60	339.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	994.485,05
317103	VERDELANDIA	91.972,00	1.200,34	0,00	0,00	0,00	93.172,34	0,00	0,00	0,00
317107	VEREDINHA	78.285,83	494,50	0,00	0,00	0,00	78.780,33	0,00	0,00	0,00
317110	VERISSIMO	29.114,83	108,79	0,00	0,00	0,00	29.223,62	0,00	0,00	0,00
317115	VERMELHO NOVO	11.643,17	4,44	0,00	0,00	0,00	11.647,61	0,00	0,00	0,00
317120	VESPASIANO	3.768.349,39	766.729,00	8.943.104,96	4,73	0,00	0,00	0,00	0,00	13.478.188,08
317130	VICOSA	4.580.505,18	7.517.071,12	9.134.857,63	157.773,36	0,00	0,00	0,00	0,00	21.390.207,29
317140	VIEIRAS	30.945,09	306,84	0,00	0,00	0,00	31.251,93	0,00	0,00	0,00
317150	MATHIAS LOBATO	6.456,63	1.308,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.764,63
317160	VIRGEM DA LAPA	584.149,40	50.778,34	496.981,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.131.909,06
317170	VIRGINIA	273.411,98	1.363,83	0,00	0,00	0,00	274.775,81	0,00	0,00	0,00
317180	VIRGINOPOLIS	244.291,20	210.997,50	267.781,77	0,00	0,00	723.070,47	0,00	0,00	0,00
317190	VIRGOLANDIA	22.777,23	127,26	0,00	0,00	0,00	22.904,49	0,00	0,00	0,00
317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1.795.521,81	2.491.853,01	3.198.976,43	0,00	0,00	6.898.291,25	0,00	0,00	588.060,00
317210	VOLTA GRANDE	91.185,81	4.605,97	0,00	0,00	0,00	95.791,78	0,00	0,00	0,00
317220	WENCESLAU BRAZ	2.050,09	15,20	0,00	0,00	0,00	2.065,29	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										3.333.303.322,61

ANEXO III
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
MUNICIPAL	310620 - BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG	27049	066	04-02-2010	61.993.964,04
MUNICIPAL	313670 - JUIZ DE FORA	HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF	2218798	394	15-07-2009	8.292.047,76
MUNICIPAL	317010 - UBERABA	HOSP. ESC. FAC. MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO	2206595	100	15-07-2011	33.321.191,47
MUNICIPAL	317020 - UBERLANDIA	HOSPITAL DAS CLINICAS DE UBERLANDIA	2146355	059	31-03-2011	59.976.764,05
TOTAL						163.583.967,32

ANEXO IV
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DO PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais)						
Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
310560 - BARBACENA	HOSPITAL REGIONAL DE BARBACENA DR JOSE AMERICO	3698548	00503961	16-08-2017	FES	6.621.034,80
310560 - BARBACENA	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE BARBACENA	2098946	000000	01-04-2017	FES	1.565.907,64
315670 - SABARA	Hospital Cristiano Machado	2115662	000000	09-07-2017	FES	1.672.688,24
TOTAL						9.859.630,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.605, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 15 RS 06

II - denominação: Fundação Universitária de Cardiologia - Instituto de Cardiologia Hospital Viamão

III - CNPJ: 92.898.550/0005-11

IV - CNES: 5223962

V - endereço: Rua Isabel Bastos, nº 138, Bairro: Centro, Viamão/RS, CEP: 94410-250.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 01 01 PR 10

II - denominação: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba

III - CNPJ: 76.613.835/0001-89

IV - CNES: 0015334

V - endereço: Praça Rui Barbosa, n° 694, Bairro: Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.010-030.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 15 RS 10

II - responsável técnico: Manuel Augusto Pereira Vilela, oftalmologista, CRM 14773;

III - membro: Carina Graziottin Colossi, oftalmologista, CRM 24243;

IV - membro: Bruno Schneider de Araújo, oftalmologista, CRM 35733.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 01 PR 20

II - responsável técnico: Roberto Flávio Silva Pecoits Filho,

nefrologista, CRM 13607;

III - membro: Ana Cláudia Dambinski, nefrologista, CRM 14767;

IV - membro: José Sampaio Neto, cirurgião geral, CRM 24905;

V - membro: Lucas Thá Nassif, cirurgião geral, CRM 30994;

VI - membro: Anibal Wood Brando, urologista, CRM 16710;

VII - membro: Marcelo Martins Baviera, anestesiologista, CRM 28346;

VIII - membro: Vitor Angelo Radunz, nefrologista, CRM 23765.

Art. 5° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de um ano a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.606, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pulmão ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

PULMÃO: 24.10

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 04 17 PR 06

II - denominação: Sociedade Hospitalar Angelina Caron

III - CNPJ: 07.088.017/0001-91

IV - CNES: 0013633

V - endereço: Rodovia do Caqui, n° 1150, Bairro: Araçatuba, Campina Grande do Sul/PR, CEP: 83.430-000.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CORAÇÃO: 24.11

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 03 11 MG 16

II - denominação: Biocor Hospiatl de Doenças Cardiovasculares Ltda

III - CNPJ: 20.294.088/0001-09

IV - CNES: 2695634

V - endereço: Alameda Oscar Niemeyer, nº 217, Bairro: Vila da Serra, Nova Lima/MG, CEP: 34.006-056.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 72

II - denominação: IOP - Instituto Oftalmológico de Piracicaba S/S LTDA

III - CNPJ: 96.508.940/0001-65

IV - CNES: 2049406

V - endereço: Rua Luiz Razera, nº 450, Bairro: Jardim Elite, Piracicaba/SP, CEP: 13.417-530.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 15 MG 01

II - denominação: Clínica Ocular Medical Center LTDA

III - CNPJ: 03.085.181/0001-94

IV - CNES: 5092302

V - endereço: Rua Marechal Hermes, n° 300, Bairro: Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.441-028.

Art. 4° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pulmão à equipe de saúde a seguir identificada:

PULMÃO: 24.10

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 04 17 PR 05

II - responsável técnico: Pedro Augusto Reck dos Santos, cirurgião torácico, CRM 37909;

III - membro: Ruy Fernando Kuenzer Caetano da Silva, cirurgião torácico, CRM 22680;

IV - membro: Irinei Melek, pneumologista, CRM 9548;

V - membro: Cristiane Lange Saboia, hemoterapia e hematologia, CRM 14357;

VI - membro: Silvia Cristiane Gusso Scremin, radiologista, CRM 13860;

VII - membro: Caroline Cecy Kuenzer Caron, pediatra, CRM 19866;

VIII - membro: Rodrigo Theodoro Belila, nefrologista, CRM 22019;

IX - membro: Frederico Barth, cirurgião torácico, CRM 34901;

X - membro: Sunilda Wing Chong Marmanillo Guimarães, especialista em saúde mental, CRM 4416;

XI - membro: Everson Keiti Takaiama, anestesiologista, CRM 8509;

XII - membro: Ricardo Alexandre Schneider, cirurgião cardiovascular, CRM 17214;

XIII - membro: Celso Soares Nascimento, intensivista, CRM 17141;

XIV - membro: Cristina de Queiroz Carrascosa Von Glehn, imunologista, CRM 8473/047;

XV - membro: Tiele Assis Rikimaru Caron, anestesiolgista, CRM 28411.

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 17 SP 30

II - responsável técnico: Meibal Junqueira Piedade, oftalmologista, CRM 131404.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 02 09 SP 68

II - responsável técnico: Luiz Augusto Carneiro D"Albuquerque, cirurgião gastroenterologista, CRM 22761;

III - membro: André Cosme de Oliveira, cirurgião geral, CRM 91550;

IV - membro: Daniel Reis Waisberg, cirurgião gastroenterologista, CRM 151664;

V - membro: Estrella Bianca de Mello, cirurgião gastroenterologista, CRM 153165;

VI - membro: Flávio Henrique Ferreira Galvão, cirurgião gastroenterologista, CRM 52808;

VII - membro: João Paulo Costa dos Santos, cirurgião gastroenterologista, CRM 171337;

VIII - membro: José Eduardo Brasileiro Piffer Tomasi Baldez da Silva, cirurgião geral, CRM 179312;

IX - membro: Liliana Ducatti Lopes, cirurgião gastroenterologista, CRM 122162;

X - membro: Lucas Souto Nacif, cirurgião geral, CRM 131210;

XI - membro: Luciana Bertocco de Paiva Haddad, cirurgião gastroenterologista, CRM 105296;

XII - membro: Rafael Soares Nunes Pinheiro, cirurgião gastroenterologista, CRM 120760;

XIII - membro: Rodrigo Bronze de Martino, cirurgião gastroenterologista, CRM 90866;

XIV - membro: Rubens Macedo Arantes Junior, cirurgião geral, CRM 109779;

XV - membro: Vinícius Rocha Santos, cirurgião gastroenterologista, CRM 90884;

XVI - membro: Wellington Andraus, cirurgião gastroenterologista, CRM 86656;

XVII - membro: Alberto Queiroz Farias, gastroenterologista e clínico

geral, CRM 68791;

XVIII - membro: Flair José Carrilho, gastroenterologista e hepatologista, CRM 40916;

XIX - membro: Alice Tung Wan Song, infectologista, CRM 104964;

XX - membro: Edson Abdala, infectologista, CRM 61265;

XXI - membro: Eduardo Motoyama de Almeida, anestesiologista, CRM 113224;

XXII - membro: Itajiba Sabbag Fonseca, anestesiologista, CRM 100246;

XXIII - membro: Joel Avancini Rocha Filho, anestesiologista, CRM 51684;

XXIV - membro: Marcello Oliveira D Ottaviano, anestesiologista, CRM 83311;

XXV - membro: Maria Carolina Vidigal Leite, anestesiologista, CRM

129342;

XXVI - membro: Matheus Fachini Vane, anestesiologista, CRM 140785;

XXVII - membro: Roberta Figueiredo Vieira, anestesiologista, CRM 110730.

I - Nº do SNT 1 02 15 SP 36

II - responsável técnico: Renato Hidalgo, cirurgião geral, CRM 105540;

III - membro: Diego romeiro Prado Alves, cirurgião geral, CRM 139937;

IV - membro: Juan Carlos Llanos, cirurgião geral, CRM 90410;

V - membro: Glauco Leonel Peticarrari Osório, cirurgião geral e hepatologista, CRM 154653;

VI - membro: Fábio Scalet Soeiro, anestesiologista, CRM 79620;

VII - membro: Miriam Machado Novaes Pegoretti, anestesiologista, CRM 151328.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CORAÇÃO: 24.11
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 03 11 MG 27
II - responsável técnico: Heberth César Miotto, cardiologista, CRM 16112;
III - membro: Joel Teles Corrêa de Oliveira, cardiologista, CRM 23054;
IV - membro: Erika Corrêa Vrandecic, cardiologista, CRM 28946;
V - membro: Pedro Paulo Nascimento dos Santos, cardiologista, CRM 28184;
VI - membro: Rossana Dall''Orto Elias, cardiologista, CRM 28183;
VII - membro: Glauberson Cardoso Vieira, cardiologista, CRM 30939;
VIII - membro: Mario Castello Branco Coutinho, cardiologista, CRM 22536;
IX - membro: Nestor Ivan Saavedra Teran, cardiologista, CRM 36216;
X - membro: Leonardo Ferber Drumond, cirurgião cardiovascular,
CRM 24985;
XI - membro: Mario Osvaldo Vrandecic Peredo, cirurgião cardiovascular, CRM 9303;
XII - membro: Ektor Corrêa Vrandecic, cirurgião cardiovascular, CRM 33067;
XIII - membro: Bayard Gontijo Filho, cirurgião cardiovascular, CRM 6272;
XIV - membro: Fernando Antonio Fantini, cirurgião cardiovascular, CRM 8222;
XV - membro: Eduardo Szuster, cardiologista e hemodinamicista,
CRM 28460;
XVI - membro: Luiz Carlos Teles Correa, cardiologista e hemodinamicista, CRM 27290;
XVII - membro: Maurício de Resende Barbosa, cardiologista e hemodinamicista, CRM 7664;
XVIII - membro: Helcio Antonio Tavares Filho, nefrologista, CRM 18516;
XIX - membro: Guilherme de Carvalho Ribeiro, cirurgião torácico, CRM 18265;
XX - membro: Luiz Antonio dos Reis Lazarini, anestsiologista, CRM
16484;
XXI - membro: Eliana Guimarães Heyden, anestsiologista, CRM 9691.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 15 SP 31
II - responsável técnico: Raul de Camargo Vianna Filho, oftalmologista, CRM 65973.

I - Nº do SNT 1 11 15 SP 28
II - responsável técnico: Luiz Saverio Plastino Junior, oftalmologista, CRM 88293.

I - Nº do SNT 1 11 03 SP 49
II - responsável técnico: Flávia Santos, oftalmologista, CRM 99391;
III - membro: Marcelo Vicente de Andrade Sobrinho, oftalmologista, CRM 78883;
IV - membro: Guilherme de Sá Andreoli Bertotti, oftalmologista, CRM 92602.

I - Nº do SNT 1 11 13 SP 41
II - responsável técnico: Wallace Chamon Alves de Siqueira, oftalmologista, CRM 57398;
III - membro: Lauro Augusto de Oliveira, oftalmologista, CRM 98796;
IV - membro: Norma Allemann, oftalmologista, CRM 57661.

I - Nº do SNT 1 11 07 SP 29
II - responsável técnico: Fernando Paganelli, oftalmologista, CRM 94207;
III - membro: Tacio de Melo Freire, oftalmologista, CRM 120469.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 15 MG 01
II - responsável técnico: Elias Donato, oftalmologista, CRM 16438;
III - membro: Wander Duarte Batista, oftalmologista, CRM 16664.

Art. 9° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.607, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Concede renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e na Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos e de medula óssea por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL C: 24.28
BAHIA

I - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência - Hospital Português
II - CNPJ: 15.166.416/0001-51
III - CNES: 0004251
IV - endereço: Avenida Princesa Isabel, n° 914, Bairro: Barra Avenida, Salvador/BA, CEP: 40.140-901.

Art. 2º As classificações concedidas para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 2º da 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012, terão validade pelo período de dois anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 3º da Portaria nº 845/GM/MS, de 2 de maio de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.608, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Inclui membros em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 5/SAS/MS, de 02 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - nº 5, de 6 de janeiro de 2017, seção 1, página 33, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 62
II - membro: Alberto Rafael Ferreira Neto, oftalmologista, CRM 160758;
III - membro: Rafael Augusto de Freitas, oftalmologista, CRM 172762.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 625/SAS/MS, de 27 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 62, de 30 de março de 2017, seção 1, página 102, os membros a seguir:

RIM: 24.08
PARAÍBA

I - Nº do SNT 1 01 17 PB 01
II - membro: Rafael de Arruda Sousa Pinto, urologista, CRM 6700;
III - membro: Marcelo Gonçalves Souza, cirurgião geral, CRM 5438.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.610, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Jaime Câmara, com sede em Goiânia (GO).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade; e

Considerando o Parecer Técnico nº 118-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.195954/2015-15, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Jaime Câmara, CNPJ nº 86.864.204/0001-96, com sede em Goiânia (GO).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.611, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva, com sede em Anápolis (GO).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva, CNPJ nº 01.049.618/0001-09; e

Considerando o Parecer Técnico nº 55-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.139863/2014-19, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica excluída do PROSUS, a Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva, CNPJ nº 01.049.618/0001/09, com sede em Anápolis (GO).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.613, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Paulista de Saúde para Alta Complexidade - IPSPAC, com sede em Santo André (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade; e

Considerando o Parecer Técnico nº 127-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.135539/2016-85/MS, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Paulista de Saúde para Alta Complexidade - IPSPAC, CNPJ nº 22.536.235/0001-35, com sede em Santo André (SP

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.614, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Fundação Hospitalar Rio Negrinho, com sede em Rio Negrinho (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01 de 4 de setembro de 2017, que altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3 de 26 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Moratória e a remissão de débitos para com a Fazenda Nacional no âmbito do PROSUS; e

Considerando o Parecer Técnico nº 24-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.124127/2014-58, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Fica excluída do PROSUS, a Fundação Hospitalar Rio Negrinho, CNPJ nº 85.907.251/0001-07, com sede em Rio Negrinho (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. § 3º do art. 30 da Lei n° 12.873/2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.617, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Comunidade Terapêutica Fazenda de Recuperação Novo Caminho, com sede em Lagoa da Prata (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 71-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.022263/2016-76, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Comunidade Terapêutica Fazenda de Recuperação Novo Caminho, CNPJ nº 01.812.911/0001-86, com sede em Lagoa da Prata (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art. 5º da Portaria nº 1.205/SAS/MS, de 23 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 185, de 26 de setembro de 2016, seção 1, página 51,

Onde se lê:

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 08 SP 16
II - denominação: Oftalmologia Complementar
III - CNPJ: 04.961.940/0001-06
IV - CNES: 3724646
V - endereço: Rua Domingos Soares de Barros, nº 82, Bairro: Vila São Lúcio, Botucatu/SP, CEP: 18.603-590.

Leia-se:

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 08 SP 16
II - denominação: Oftalmo Botucatu - Oftalmologia Complementar
III - CNPJ: 04.961.940/0001-06
IV - CNES: 2090279
V - endereço: Rua Domingos Soares de Barros, nº 82, Bairro: Centro, Botucatu/SP, CEP: 18.603-590.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 52, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da sobrecarga de ferro, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas.

A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

RODRIGO GOMES MARQUES SILVESTRE

CONSULTA PÚBLICA Nº 56, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Glaucoma, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS.

Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

RODRIGO GOMES MARQUES SILVESTRE

PORTARIA Nº 44, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Revoga a Portaria n.º 27, de 6 de julho de 2016, que restringiu o uso da betainterferona intramuscular 1A 6.000.000 UI (30 mcg) no tratamento da esclerose múltipla do subtipo remitente recorrente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 26 do Decreto n.º 7.646, de 21 de dezembro de 2011, à vista do que consta dos autos e pelas razões técnicas apresentadas pelo Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, nota técnica n°. 002/2017, resolve:

Art. 1º Deferir o recurso apresentado pela empresa Biogen Brasil Produtos Farmacêuticos Ltda contra a decisão que restringiu o uso da betainterferona intramuscular 1A 6.000.000 UI (30 mcg) no tratamento da esclerose múltipla do subtipo Remitente Recorrente no Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n.º 27, de 6 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n.º 130, de 8 de julho de 2016, Seção 1, pag. 35.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO GOMES MARQUES SILVESTRE

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 304, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, decide:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos administrativos, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas indicados na lista constante do Anexo desta Portaria, bem como determinar a expedição das respectivas carteiras de identificação, posto terem atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.434342/2017-15	ALEXANDRE MAURICIO RODRIGUES DE ARAUJO	3101901	MG	NATERCIA
25000.434710/2017-17	ARISTOTELES MEDEIROS DE ALMEIDA	3101899	MG	GOVERNADOR VALADARES
25000.435112/2017-65	DOUGLAS SOUTO MENDONCA BARROS	2101211	MA	CHAPADINHA
25000.434700/2017-81	GIDEAO VANDERLE DA ROCHA	1501252	PA	OURILANDIA DO NORTE
25000.435192/2017-59	JOAO RODRIGUES CORREIA	1200276	AC	RIO BRANCO
25000.433862/2017-01	JOSE ALCIDES GOTARDI CARDOSO	3101900	MG	JANUARIA
25000.435219/2017-11	RODRIGO DA COSTA MOURA	1200277	AC	CRUZEIRO DO SUL
25000.059638/2017-34	WESLEY LOPES BARROS	3503873	SP	SÃO PAULO

PORTARIA Nº 305, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.070027/2014-02	CARLOS YEIDER MORENO REYNOSA	4300766	RS	Caxias do Sul/RS

PORTARIA Nº 306, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 103/SGTES/MS, de 29 de abril de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.067248/2014-95	JUAN CARLOS ZERQUERA PEREZ	3500872	SP	AVARE

PORTARIA Nº 307, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

NOME	RNE / RG	RMS	PROCESSO/SIPAR
EVELYN GONZALEZ MARTILIANO	G008285C	4200364	25000.071555/2014-71
IRELA HERNANDEZ RODRIGUEZ	G006365O	4301013	25000.071244/2014-10
JORGE LUIS CALDERON GONZALEZ	G009470C	3501750	25000.063526/2014-35
LIONIS LOPEZ BALINO	G008413T	3501318	25000.069437/2014-01
MICHEL GOMEZ MILIAN	V971272G	2900554	25000.221831/2013-77
REINIER SOTOLONGO ESPINOSA	G0080308	4300793	25000.073306/2014-10
RELEYSI ABREU ABREU	V957708O	4300082	25000.197500/2013-17
VITOR COELHO SOARES	1836689	5300078	25000.111989/2016-82
YANELIS MIRANDA HERRERA	V968841B	4100110	25000.218631/2013-37
YARITZA LESCAY HERNANDEZ	V972202W	3500518	25000.223460/2013-68
YENY ODEILY GUERRERO DIAZ	G314023G	2100914	25000.192178/2016-74
YOANKA RODRIGUEZ BETANCOURT	G010858P	3501297	25000.066113/2014-11
YUSNIEL DARIAS AMAYA	V9922436	2600441	25000.048617/2014-41

PORTARIA Nº 308, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 217/SGTES/MS, de 1º de setembro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 217/SGTES/MS, de 1º de setembro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.416892/2017-44	MALENA TORANZO SANTANA	1700235	TO	PALMEIRANTE

PORTARIA Nº 309, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 108/SGTES/MS, de 02 de maio de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 108/SGTES/MS, de 02 de maio de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075557/2014-39	ARCINIA VAZQUEZ SARDUY	2300595	CE	ICO

PORTARIA Nº 310, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria nº 404/SGTES/MS, de 11 de agosto de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-Substituta, no uso da atribuição que lhe confere o art. art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 404/SGTES/MS, de 11 de agosto de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA BRANDÃO GONÇALVES SILVA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.110638/2016-54	JULIA GRAZIELA MAR LISBOA	1300590	AM	MANAUS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 225, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.029155/2017-13, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica ATIVE ITAPETININGA INSPECOES VEICULARES LTDA - ME, CNPJ nº 10.488.998/0001-79, situada no Município de Itapetininga - SP, Rua Salvador Batista, nº 391, Jardim Bela Vista, CEP: 18.207-675 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 226, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.025587/2017-55, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica C. J. P. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.329.341/0001-91, situada no Município de Foz do Iguaçu - PR, Rua Silvio Sotomaior, nº 387, KM 720, BR 277, Pilar Parque Campestre, CEP: 85.862-295 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI



Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.664, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005643/2016-19. Interessado: PCH Jauru S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas de terra com superfície de 16,47 ha, de propriedades particulares localizadas no município de Reserva do Cabaçal, no estado do Mato Grosso, necessárias à implantação da PCH Estivadinho 3, CEG PCH.PH.MT.033415-4.01. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.670, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002343/2017-51. Interessado: Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 6.444, de 20 de junho 2017, que autorizou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. a implantar em caráter provisório, na Subestação Presidente Figueiredo, um Autotransformador Trifásico 230/13,8 kV, de 62,5 MVA, cedido pela Centrais Elétrica do Norte do Brasil S.A. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.671, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005441/2001-39. Interessado: Lwarcel Celulose Ltda. Objeto: Alteração do regime de exploração da Usina Termelétrica Lwarcel para Autoprodutor, cadastrada sob o CEG: UTE.FL.SP.028620-6.01, localizada no município de Lençóis Paulista, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.675, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003528/2017-82. Interessada: Companhia Hidroelétrica do São Francisco- CHESF Objeto: (i) Estabelece as parcelas adicionais de Receita Anual Permitida - RAP referentes à operação e manutenção - O&M de instalações de transmissão recebidas em transferência pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF após a conexão da linha de transmissão 230 kV João Câmara II - União dos Ventos na Subestação João Câmara II. A íntegra desta Resolução e seu anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.678, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005079/2017-15. Interessada: Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Xingu - Altamira - Transamazônica - Tapajós. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.681, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005131/2017-25. Interessada: Centrais Elétricas do Pará - CELPA Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Vila do Conde - Barcarena. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.686, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005314/2017-41. Interessada: Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Atlântida 2 - Torres 2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.688, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004471/2016-58. Interessada: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. -Eletrosul Objeto: (i) autorizar a concessionária a realizar reforços na Subestação Farroupilha; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.313, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500. 005482/2016-55. Interessados: Celg Distribuição S.A. - Celg-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg-GT, Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig-GT, Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Caldas Novas Transmissão S.A. - Caldas Novas e Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A. - Luziânia-Niquelândia, Companhia Hidroelétrica São Patrício - Chesp, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Celg Distribuição S.A. - Celg-D, a vigorar a partir de 22 de outubro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.316, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002755/2017-91. Interessados: CEB Distribuição S/A - CEB-DIS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Furnas Centrais Elétricas S/A, Celg Distribuição S.A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB Distribuição S/A - CEB-DIS, a vigorar a partir de 22 de outubro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.314, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500. 002704/2017-69. Interessados: Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. - IE Japi, Transenergia São Paulo - TSP, Cooperativa de Eletrificação Rural Itu-Mairinque - Cerim, Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda - Cetril, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga, a vigorar a partir de 23 de outubro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.315, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.00002706/2017-58. Interessados: EDP SP Energia S/A. - EDP SP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Interligação Elétrica Pinheiros S.A. - IE Pinheiros, Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Alto Paraíba Ltda - Cedrap, Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi das Cruzes - Cermc, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da EDP SP Energia S/A. - EDP SP, a vigorar a partir de 23 de outubro de 2017, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 10 de outubro de 2017

Nº 3.425 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.005360/2012-35, decide conhecer e, no mérito, deferir o Requerimento Administrativo interposto pela Geradora de Energia do Maranhão S.A. para ressarcimento contratual das Usinas Termelétricas - UTEs Geramar I e Geramar II, com vistas a determinar que o ressarcimento das indisponibilidades verificadas em função da geração realizada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS seja apurado considerando a janela móvel de 60 (sessenta) meses para as UTEs Geramar I e Geramar II e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que efetue a recontabilização dos ressarcimentos devidos desde o início da operação comercial das referidas usinas, considerando a janela móvel de 60 (sessenta) meses, com base em Fator de Indisponibiliade - FID adicional que considere os parâmetros de potência instalada informados no Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

Nº 3.431 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.006557/2007-24 e 00000.702201/1983-07, resolve: i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Paredão de Minas Energia S.A. contra o Despacho nº 496, de 17 de fevereiro de 2017, emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, que indeferiu o requerimento de alteração do nível de montante do reservatório da Usina Hidrelétrica Paracatu definido nos estudos de inventário da Bacia do Rio São Francisco, e, no mérito, dar-lhe provimento; ii) revogar o Despacho nº 496, de 17 de fevereiro de 2017; iii) revogar a Portaria DNAEE nº 259, de 9 de agosto de 1990, no trecho do rio Paracatu; e iv) conferir a prerrogativa de operação em definitivo da PCH Paredão de Minas na cota 489m, condicionada à comprovação da comercialização de energia em um dos dois primeiros leilões de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR a se realizarem a partir do ano de 2018; caso contrário, deverá ser instaurado processo de revogação da outorga de autorização da PCH Paredão de Minas e a liberação desse eixo para eventuais interessados.

Nº 3.438 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003485/2017-35, decide: indeferir o Requerimento Administrativo interposto pela Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A., com vistas ao parcelamento de ressarcimento decorrente da entrega parcial de energia elétrica verificado no terceiro ano de suprimento do Contrato de Energia de Reserva - CER nº 131/2010, referente à Pequena Central Hidrelétrica - PCH Inxú.

Em 17 de outubro de 2017

Nº 3.493 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001103/2016-58, decide por conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga em face da Resolução Homologatória nº 2.157, de 2016, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento e (i) ajustar a apuração do subsídio a ser feita no Reajuste Tarifário de 2017 no valor mensal de R$ 50.891,57 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), com base de outubro de 2016; (ii) corrigir a Fiscalização da CVA energia, de forma a reconhecer o financeiro de R$ 2.093.903,92 (dois milhões, noventa e três mil, novecentos e três reais e noventa e dois centavos), com base de outubro de 2016; e (iii) ajustar o cálculo da sobrecontratação, de forma a reconhecer o financeiro de R$ 92.231,03 (noventa e dois mil, duzentos e trinta e um reais e três centavos), com base de outubro de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 3.497 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001207/2015-81, decide: (i) estabelecer, de acordo com a Décima Segunda Subcláusula da Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 14/2014, a necessidade de antecipação, no menor prazo possível, da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 14/2014, de titularidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.; e (ii) fixar que o recebimento da Receita Anual Permitida, a que faz jus a concessionária, se dará a partir da data em que efetivamente ocorrer a entrada em operação comercial do empreendimento.

Em 19 de outubro de 2017

Nº 3.521 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.005426/2017-00, decide conceder efeito suspensivo ao Pedido de Impugnação interposto pela Parnaíba I Geração de Energia S.A., em face de decisão emitida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na 951ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, referente a aplicação de penalidades por falta de combustível nos meses de novembro de 2015 a janeiro de 2016.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de outubro de 2017

Nº 3.518 - Processo nº 48500.000485/2017-83. Interessado: Pirapora VI Energias Renováveis S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 20 de outubro de 2017. Usina: UFV Pirapora 6. Unidades Geradoras:UG15 a UG29, de 967,742 kW cada, totalizando 14.516,130 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pirapora, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 20 de outubro de 2017.

Nº 3.519. Processo nº 48500.003031/2016-83. Interessado: Guascor do Brasil Ltda. e Soenergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. Usina: UTE Alenquer - CEPA. Unidade Geradora: UG6 de 846 kW capacidade instalada. Localização: Município de Alenquer, estado do Pará.

Nº 3.520. Processo nº 48500.003031/2016-83. Interessado: Guascor do Brasil Ltda. e Soenergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A. Usina: UTE Afuá - CEPA. Unidades Geradoras: UG2 e UG3, de 846 kW cada uma, totalizando 1.692 kW capacidade instalada. Localização: Município de Afuá, estado do Pará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D"AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DOS SUPERINTENDENTES
Em 17 de outubro de 2017

Nº 3.486 - Processos nºs 48500.001142/2017-36 e 48500.001050/2017-56. Interessadas: SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. e SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pelas Interessadas, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização das operações anuídas pela Resolução Autorizativa nº 6.428, de 13 de junho de 2017 e Resolução Autorizativa nº 6.269, de 4 de abril de 2017; e (ii) estabelecer que o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 03/2016-ANEEL e Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2016-ANEEL deverão ser assinados pelas concessionárias e suas acionistas, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

Em 18 de outubro de 2017

Nº - 3.508 - Processo nº 48500.005338/2017-08. Interessadas: SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. e Arcoverde Transmissão de Energia S.A. Decisão: Anuir ao pleito das Interessadas para a celebração de contrato de mútuo com a Sterlite Power Grid Ventures, na forma das minutas apresentadas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE ADJUNTO
DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Nº 3.523 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que foram delegadas por meio da Portaria n. 3.392, de 19 de dezembro de 2014, e da Portaria n. 3.923, de 29 de março de 2016, e considerando o disposto no §4º do Art. 39 da Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, com redação dada pela Resolução Normativa nº 645, de 19 de dezembro de 2014, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.004583/2017-90, resolve: (i) fixar o Fator de Corte de Perdas Regulatórias (fc), a ser considerado no cálculo dos reembolsos mensais da Conta de Consumo de Combustíveis das concessionárias de distribuição beneficiárias, conforme tabela abaixo; (ii) os presentes valores são aplicáveis aos reembolsos das competências de janeiro a dezembro de 2018.

CONCESSIONÁRIA	FATOR DE CORTE (fc)
AMAZONAS	0,916
CERON	0,927
BOA VISTA + CERR	0,978
ELETROACRE	0,975
CEMAT	0,981
CELPE	0,994
CELPA	0,994
CEA	0,975

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de outubro de 2017

Nº 3.517 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002334/2017-60, decide indeferir o pleito da Enel Green Power participações Ltda. - EGP de alteração do início do pagamento dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão - EUST e da contratação dos respectivos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST das usinas fotovoltaicas Ituverava 1 a 7, mantendo-se integralmente a cobrança dos EUST devidos.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO N° 694, DE 19 DE OUTUBRO 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP 314, de 27 de dezembro de 2001, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.012200/2017-18, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa M23 Export e Import Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 21.721.721/0001-60, situada na Rua 24 nº 2180 Aeroporto , Barretos, SP, CEP 14783-235, autorizada a exercer atividade de importação de gasolinas automotivas.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de importação de gasolinas automotivas à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 695, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, e considerando as disposições da Portaria ANP n° 313, de 27 de dezembro de 2001 e o que consta do processo n° 48610.012200/2017-18, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa M23 Export e Import Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 21.721.721/0001-60, situada na Rua 24 nº 2180 Aeroporto, Barretos, SP, CEP 14783-235, autorizada a exercer a atividade de importação de diesel e biodiesel.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de importação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

AUTORIZAÇÃO Nº 696, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 19 de agosto de 2011, e tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.007526/1999-82, torna público o seguinte ato:

Art. 1º A SUPERGASBRÁS ENERGIA LTDA, CNPJ n.º 19.791.896/0007-98, habilitada na ANP como distribuidora de gás liquefeito de petróleo, fica autorizada a construir a ampliação das instalações (vasos de pressão de 10 a 15) de armazenamento e distribuição de GLP a granel e envasado, localizadas na Av. Dr. Alberto Soares Sampaio, nº 1300 - Bairro Capuava - Município de Mauá - SP - CEP: 09380-000.

A ampliação das instalações em referência compreenderá os vasos de pressão horizontais de n° 10 a 15 listados na tabela abaixo. A capacidade total passa a ser de 2.595,69 m³.

VASO DE PRESSÃO N.º	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	SITUAÇÃO
01	3,64	12,70	124,76	Em Operação Autorização n° 515, D.O.U. de 20/08/2010.
02	3,64	12,69	124,48	
03	3,64	12,69	124,63	
04	3,64	12,66	124,25	
05	2,75	20,66	116,58	
06	2,75	20,62	116,75	
07	2,75	20,61	116,63	
08	3,30	14,23	112,17	
09	3,30	14,15	111,44	
10	3,50	27,50	254,00	A CONSTRUIR
11	3,50	27,50	254,00	A CONSTRUIR
12	3,50	27,50	254,00	A CONSTRUIR
13	3,50	27,50	254,00	A CONSTRUIR
14	3,50	27,50	254,00	A CONSTRUIR
15	3,50	27,50	254,00	A CONSTRUIR

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Fica revogada a Autorização de Construção ANP nº 590, publicada no Diário Oficial da União em 09 de novembro de 2016.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 19 de outubro de 2017

Nº 1.235 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0242457	ADEILDE DA SILVA PORTO 04685568931	24.576.193/0001-91	ITAJAI	SC	48610.011799/2017-64
GLP/BA0242458	ANA CRISTINA MIRANDA PICANCO 22066810568	96.859.699/0001-19	CAMACARI	BA	48610.009456/2017-30
GLP/PI0242459	ANISIO ALBANO MIRANDA NETO - ME	09.665.145/0001-86	GILBUES	PI	48610.011825/2017-54
GLP/CE0242460	ANTONIO ROBERIO DA SILVA 00320647307	21.263.010/0001-90	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.005542/2017-73
GLP/PR0242461	CLAUDECIR APARECIDO MASSALI	07.178.550/0002-25	CURITIBA	PR	48610.011856/2017-13
GLP/RS0242462	COMERCIO DE GAS ATAYDE LTDA ME	27.252.943/0001-68	CAXIAS DO SUL	RS	48610.011863/2017-15
GLP/RS0242463	COPERGAZ LTDA - ME	24.257.873/0003-04	CAXIAS DO SUL	RS	48610.011807/2017-72
GLP/SP0242464	CRISTIANE SAMPAIO ALENCAR 31886052859	12.067.524/0001-89	GUAICARA	SP	48610.009097/2017-11
GLP/RS0242465	CRISTOFER ESTAFORD LIMA	25.999.607/0001-58	CANOAS	RS	48610.011104/2017-44
GLP/GO0242466	FLAVIO ALVES DE SOUZA 03884886118	20.989.920/0001-91	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.010330/2017-16
GLP/TO0242467	FREIRE E SOARES LTDA - ME	22.366.548/0001-92	AUGUSTINOPOLIS	TO	48610.010969/2017-93
GLP/PR0242468	GAS RAINHA DAS COLINAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - ME	16.845.154/0005-48	CORNELIO PROCOPIO	PR	48610.009569/2017-35
GLP/MA0242469	GLEISON SOUSA SERRA 61337133302	27.574.761/0001-03	SAO LUIS	MA	48610.011806/2017-28
GLP/BA0242470	GRAPIUNA TOP GAS LIQUEFEITO D EPETROLEO LTDA EPP	27.875.370/0001-29	ITABUNA	BA	48610.011800/2017-51
GLP/MT0242471	JAILSON SORTI SANTOS DA SILVA - ME	20.404.761/0001-16	ALTA FLORESTA	MT	48610.011112/2017-91
GLP/SP0242472	JEFFERSON WELLINGTON ALVES MORGADO 35760005855	18.677.535/0001-67	ITAPECERICA DA SERRA	SP	48610.011786/2017-95
GLP/GO0242473	JOSÉ CARLOS DA SILVA 64174913153	28.142.700/0001-30	IACIARA	GO	48610.010441/2017-14
GLP/PR0242474	JOSE MARIANO BALHUK ME	03.374.564/0001-82	PONTAL DO PARANA	PR	48610.006127/2017-37
GLP/PE0242475	JOSE RENATO PIMENTEL FILHO EIRELI EPP	26.728.811/0001-05	RECIFE	PE	48610.008294/2017-12
GLP/SP0242476	K G SANCHES COMERCIO DE GAS	26.797.934/0001-90	PRAIA GRANDE	SP	48610.010437/2017-56
GLP/SP0242477	KELLY DA SILVA PADILHA 33916884832	27.012.776/0001-88	GUARULHOS	SP	48610.011874/2017-97
GLP/MG0242478	LEONARDO PERPETUO DE CARVALHO 08286105680	28.235.035/0001-29	CANTAGALO	MG	48610.011135/2017-03
GLP/SP0242479	M G MASTER GÁS - EIRELI - ME	27.126.185/0002-12	BOTUCATU	SP	48610.011817/2017-16
GLP/RN0242480	MARCELO FERREIRA DA SILVA 0376244435	28.202.279/0001-05	MOSSORO	RN	48610.011791/2017-06
GLP/PR0242481	MOISES SARGIN - ME	28.193.843/0001-70	IBAITI	PR	48610.011816/2017-63
GLP/SP0242482	M.P.DINARDI & CIA LTDA	07.462.407/0007-75	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	SP	48610.010919/2017-14
GLP/AM0242483	MS MAGALHÃES CAVALCANTE	05.794.156/0002-96	MANAUS	AM	48610.011834/2017-45
GLP/PR0242484	NELSON SCACHETTI NETTO 03540732900	28.320.410/0001-39	PEABIRU	PR	48610.010299/2017-13
GLP/BA0242485	P R COMERCIO DE GLP LTDA ME	28.088.202/0001-56	RIBEIRA DO POMBAL	BA	48610.011809/2017-61
GLP/PA0242486	POSTO CHADA LTDA	02.674.399/0001-11	BELEM	PA	48610.011785/2017-41
GLP/PR0242487	PRISCILA DA SILVA BUENO ME	28.353.557/0001-25	CURITIBA	PR	48610.010304/2017-80
GLP/RJ0242488	PS RODRIGUES COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO ME	26.681.608/0001-12	NOVA IGUACU	RJ	48610.010480/2017-11
GLP/SC0242489	RAFAEL AMERICO RIBEIRO 07364395954	26.115.575/0001-43	PIRATUBA	SC	48610.011804/2017-39
GLP/SP0242490	RENATO BORGES DA CRUZ 41753451833	27.687.216/0001-23	GUARIBA	SP	48610.011808/2017-17
GLP/GO0242491	RITA DE CASSIA TEIXEIRA DA MOTA 70213208172	28.275.894/0001-41	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.011812/2017-85
GLP/PA0242492	R.L.TEIXEIRA ME	11.623.391/0002-06	AURORA DO PARA	PA	48610.011795/2017-86
GLP/AC0242493	SARAIVA COM. & REP LTDA.	04.331.149/0001-04	RIO BRANCO	AC	48610.011793/2017-97
GLP/AM0242494	SILVANIA DE OLIVEIRA RODRIGUES - EPP	16.454.976/0002-55	BOCA DO ACRE	AM	48610.009625/2017-31
GLP/MG0242495	SIMONE FERREIRA DOS SANTOS - ME	28.065.246/0001-60	SARZEDO	MG	48610.011873/2017-42
GLP/MG0242496	TIAGO GUILHERME AZEVEDO ME	27.857.444/0001-02	FORMIGA	MG	48610.011802/2017-40
GLP/MG0242497	WALLEMBERG BONAPARTE ALVES VALADAO GUIMARAES 07969826601	28.442.629/0001-00	ITUIUTABA	MG	48610.011805/2017-83
GLP/MG0242498	WESLEY ROBERTO FERREIRA DA SILVA 10096468696	27.753.828/0001-77	MONTES CLAROS	MG	48610.011792/2017-42
GLP/MG0242499	WILSON BARBUDO SOARES NETO ME	26.174.273/0002-27	CARVALHOPOLIS	MG	48610.011858/2017-02
GLP/PI0242500	ZILMAR SILVA BRITO - ME.	14.836.296/0002-70	COCAL	PI	48610.011811/2017-31

Nº 1.236 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRMT0183593	ARAUJO & DUENHA LTDA	26.348.807/0001-03	ALTA FLORESTA	MT	48610.011476/2017-71
PRGO0183598	ARRAIS AUTO POSTO EIRELI - EPP	26.981.307/0001-04	SENADOR CANEDO	GO	48610.010885/2017-50
PRAM0183564	AUTO POSTO AMAZON COM RCIO VAREJISTA DE COMBUST VEIS LTDA	23.641.867/0001-21	MANAUS	AM	48610.012017/2017-12
PRMG0183559	BARRIGAO COMERCIAL LTDA	22.265.797/0006-04	MANHUACU	MG	48610.009220/2017-01
PRMA0183597	D B FALCAO NETO - ME	15.374.665/0001-32	BARRA DO CORDA	MA	48610.011064/2017-31
PRTO0183591	DECIO L.8 LTDA - EPP	20.898.077/0003-08	GURUPI	TO	48610.011062/2017-41
PRRS0183560	MAIER COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI - ME	26.734.119/0001-81	ESTEIO	RS	48610.011877/2017-21
PRRJ0183596	MGV COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	12.937.580/0001-27	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.010877/2017-11
PRGO0183563	POSTO ESTRELA DALVA LTDA	04.224.782/0001-01	NAZARIO	GO	48610.012090/2017-86
PRRJ0183594	POSTO JARDIM UBA LTDA	28.538.643/0001-02	NITEROI	RJ	48610.012095/2017-17
PRRN0183571	POSTO JP PAU DOS FERROS LTDA - ME	28.133.036/0001-62	RAFAEL FERNANDES	RN	48610.011905/2017-18
PRMG0183562	POSTO NINHEIRAO EIRELI - ME	26.313.090/0001-64	NINHEIRA	MG	48610.012024/2017-14
PRSP0183561	POSTO NOVA ERA DE JUNDIAI LTDA	27.149.271/0001-60	JUNDIAI	SP	48610.011245/2017-67
PRGO0183592	ROD OIL COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	11.571.709/0001-63	HIDROLANDIA	GO	48610.012175/2017-64
PRMA0183595	RODRIGUES & GOMES LTDA - ME	10.494.298/0001-97	RAPOSA	MA	48610.011243/2017-78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.237 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/BA0181870	BOTELHO & CIA LTDA	13.312.590/0001-30	MACARANI	BA	48610.014997/2009-70
GLP/AP0205860	CARLOS REIS DE LIMA - ME.	01.470.539/0007-62	MACAPA	AP	48610.002735/2011-87
GLP/CE0179838	COMERCIAL AGRICOLA SUSSUAPARA LTDA	10.330.389/0010-88	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.010786/2009-68
GLP/AP0234896	EFRAN RUELA DA ROCHA	24.451.531/0001-69	MACAPA	AP	48610.006896/2016-54
GLP/PA0227278	F A LIRA COMERCIO - ME	19.414.365/0001-90	PRAINHA	PA	48610.009006/2014-02
001/GLP/SP0020444	HELENA SANTOS DE ALMEIDA - ME	00.200.897/0001-05	GUARULHOS	SP	48610.003814/2008-18
GLP/CE0181664	HELOYSA IONES NOGUEIRA SOBRINHO	09.077.842/0001-16	BARRO	CE	48610.014756/2009-21
GLP/RS0228833	INGRID CRISTINE KRINDGES - ME	20.718.134/0001-50	ESTEIO	RS	48610.012651/2014-02
GLP/CE0212911	JUAZEIRO PETROLEO LTDA	35.228.634/0001-80	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.000240/2012-02
GLP/SC0218469	LUCIANA DE OLIVEIRA DETROFOL ME	03.505.225/0001-98	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	SC	48610.005965/2012-89
GLP/CE0217845	MARCIANO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	07.053.903/0002-60	BARBALHA	CE	48610.005687/2012-60
GLP/CE0212857	MARCIANO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	07.053.903/0005-03	BARBALHA	CE	48610.000276/2012-88
GLP/GO0203238	MARIA IMACULADA BARROSO GOMES VERAS	11.194.626/0001-00	VALPARAISO DE GOIAS	GO	48610.016444/2010-95
GLP/PA0234076	MERCADAO DO ELETRO LTDA - EPP	05.857.966/0007-59	IPIXUNA DO PARA	PA	48610.004313/2016-51
GLP/CE0215719	MTDA PETROLEO LTDA.	13.158.363/0001-00	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.006876/2012-50
GLP/MT0213207	NELSON PAULO NETO 59337796104	12.025.794/0001-27	RONDONOPOLIS	MT	48610.007416/2011-68
GLP/RJ0230009	OMEGA COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA - ME	22.397.984/0001-29	RESENDE	RJ	48610.005965/2015-21
GLP/RJ0202254	R. PAES COMERCIO DE GAS LTDA	11.550.356/0001-15	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.014045/2010-90
GLP/AM0205714	SOCIEDADE FOGAS LTDA.	04.563.672/0015-61	MANAUS	AM	48610.002362/2011-44
GLP/AM0207492	SOCIEDADE FOGAS LTDA.	04.563.672/0017-23	MANAUS	AM	48610.005892/2011-44
GLP/MG0210932	ULLY MELO CARVALHO 12351582683	13.249.968/0001-06	SANTA RITA DE CALDAS	MG	48610.012797/2011-05
GLP/TO0177396	WILLIANS DOUGLAS AMARAL ALMEIDA	06.978.863/0001-14	ARRAIAS	TO	48600.003531/2004-53
001/GLP/GO0020715	WILLIANS DOUGLAS AMARAL ALMEIDA	06.978.863/0002-03	CAMPOS BELOS	GO	48610.004062/2008-02

Nº 1.238 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir.

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³ cedidos)	PROCESSO
1	ARAUCÁRIA	PR	UNIBRASPE BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA 03.774.231/0001-40	TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.452.651/0007-70	01/07/2019	GASOLINA A: 50 DIESEL A S500: 50 DIESEL A S10: 50 B100: 50	48610.011998/2017-72
2	ARAUCÁRIA	PR	UNIBRASPE BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA 03.774.231/0001-40	ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO S.A. 01.349.764/0008-26	01/01/2021	GASOLINA A: 100 DIESEL A S500: 370 DIESEL A S10: 210 EAC: 90 EHC: 150 B100: 150	48610.011998/2017-72
3	ARAUCÁRIA	PR	UNIBRASPE BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA 03.774.231/0001-40	UNI COMBUSTÍVEIS LTDA. 76.994.177/0006-27	01/11/2019	GASOLINA A: 30 DIESEL A S500: 30 DIESEL A S10: 20 EAC: 20 B100: 20	48610.011998/2017-72
4	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. 33.000.167/0822-48	TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.452.651/0003-47	31/08/2019	GASOLINA A: 150 DIESEL A S500: 150 DIESEL A S10: 150	48610.011998/2017-72
5	SANTOS	SP	STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 00.756.149/0011-77	30/04/2020	GASOLINA A: 2.000 DIESEL A S500: 4.000 DIESEL A S10: 3.000	48610.011998/2017-72
6	SANTOS	SP	STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	REDEPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 03.980.754/0003-05	30/04/2020	DIESEL A S500: 5.000 DIESEL A S10: 5.000	48610.011998/2017-72
7	SENADOR CANEDO	GO	PETROSUL DISTRIBUIDORA, TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA 00.175.884/0010-06	ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A. 11.441.933/0001-30	22/07/2022	GASOLINA A: 5 DIESEL A S500: 5 DIESEL A S10: 5 EAC: 5 EHC: 30 B100: 5 EAC: 5 EHC: 30 B100: 5	48610.011998/2017-72
8	PAULÍNIA	SP	PETROSUL DISTRIBUIDORA, TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA 00.175.884/0002-04	PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL LTDA. 02.123.223/0001-71	04/07/2022	GASOLINA A: 70 DIESEL A S500: 30 DIESEL A S10: 20 EAC: 50 EHC: 50 B100: 10	48610.011998/2017-72
9	SANTOS	SP	AGEO TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS S.A. 03.798.096/0002-54	RUMOS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 10.767.247/0001-91	19/09/2017	DIESEL A S500: 2.250 DIESEL A S10: 2.250	48610.011998/2017-72
10	SANTOS	SP	STOLTHAVEN SANTOS LTDA. 51.979.359/0001-93	RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 00.756.149/0006-00	30/04/2020	GASOLINA A: 2.000 DIESEL A S500: 4.000 DIESEL A S10: 3.000	48610.011998/2017-72
11	SÃO LUIS	MA	TERMINAL QUÍMICO DE ARATÚ S.A. - TEQUIMAR 14.688.220/0017-21	FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.909.530/0017-60	09/03/2023	GASOLINA A: 320 DIESEL A S500: 650 DIESEL A S10: 450 EAC: 120 EHC: 90 B100: 120	48610.011998/2017-72
12	GUARULHOS	SP	T LIQ LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA 19.924.788/0001-50	TOWER BRASIL PETRÓLEO LTDA. 68.110.501/0005-98	30/09/2019	GASOLINA A: 15 DIESEL A S10: 15 EAC: 5 B100: 5	48610.011998/2017-72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13	FORTALEZA	CE	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. 34.274.233/0029-03	SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.387.400/0001-64	31/03/2019	GASOLINA A: 333 DIESEL A S500: 221 DIESEL A S10: 168 EAC: 125 EHC: 116 B100: 30	48610.011998/2017-72
14	DUQUE DE CAXIAS	RJ	DIRECIONAL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. 06.536.758/0002-06	ZEMA CIA. DE PETRÓLEO LTDA. 00.647.154/0011-41	19/02/2020	EHC: 200	48610.011998/2017-72
15	PAULÍNIA	SP	TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA 01.136.600/0001-44	SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÉO LTDA. 02.044.526/0001-07	14/05/2022	GASOLINA A: 100 DIESEL A S500: 150 DIESEL A S10: 50 EAC: 30 EHC: 50 B100: 20	48610.011998/2017-72
16	PAULÍNIA	SP	TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA 01.136.600/0001-44	PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.431.337/0004-21	07/06/2022	GASOLINA A: 20 DIESEL A S500: 50 DIESEL A S10: 20 EAC: 10 EHC: 20 B100: 10	48610.011998/2017-72

MARIA INÊS SOUZA

Nº 1.239 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento listados a seguir.

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³ cedidos)	PROCESSO
1	ITAJAÍ	SC	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 01.602.498/0001-25	30/11/2019	GASOLINA A: 1.500 DIESEL A S500: 710 DIESEL A S10: 450 DIESEL MARÍTIMO A: 150	48610.011998/2017-72
2	GUARAMIRIM	SC	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0026-07	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 01.602.498/0001-25	30/11/2019	GASOLINA A: 150 DIESEL A S500: 150 DIESEL A S10: 155	48610.011998/2017-72
3	ARAUCÁRIA	PR	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. 33.000.167/0809-70	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0010-94	31/12/2019	DIESEL MARÍTIMO A: 100	48610.011998/2017-72
4	ITAJAÍ	SC	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0008-70	31/12/2019	GASOLINA A: 3.800 DIESEL A S500: 700 DIESEL A S10: 500 DIESEL MARÍTIMO A: 150	48610.011998/2017-72
5	BIGUAÇÚ	SC	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0017-16	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0002-84	31/12/2019	GASOLINA A: 1.500 DIESEL A S500: 150 DIESEL A S10: 150	48610.011998/2017-72
6	GUARAMIRIM	SC	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0026-07	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.787.793/0003-65	31/12/2019	GASOLINA A: 310 DIESEL A S500: 150 DIESEL A S10: 150	48610.011998/2017-72
7	SENADOR CANEDO	GO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0009-06	GOL COMBUSTÍVEIS S.A. 06.983.874/0002-73	30/09/2019	GASOLINA A: 150 DIESEL A S500: 200 DIESEL A S10: 150	48610.011998/2017-72
8	ARAUCÁRIA	PR	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. 33.000.167/0809-70	TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 01.452.651/0007-70	31/12/2019	DIESEL MARÍTIMO A: 300	48610.011998/2017-72
9	SENADOR CANEDO	GO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0009-06	ALCOOLBRÁS - ÁLCOOL DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. 09.201.095/0001-86	31/12/2019	GASOLINA A: 5.380 DIESEL A S500: 2.970 DIESEL A S10: 150	48610.011998/2017-72

Nº 1.240 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº AM0126181 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao L D B COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 17.010.118/0001-01, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.005947/2017-10, em virtude de a empresa não possuir a Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental.

Nº 1.241 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº MG0031506 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO APOLO LTDA - EPP, com inscrição no CNPJ sob o nº 17.403.742/0001-60, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.009078/2016-11.

Nº 1.242 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RJ0011221 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO SURUI LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 28.838.506/0001-93, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008424/2016-36.

Nº 1.243 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RJ0013404 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO OCEANO DE MARICÁ LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 32.544.926/0001-34, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008414/2016-09.

Nº 1.244 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRMA0183641	ADRIANA O. DA SILVA - ME	14.936.882/0001-06	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	MA	48610.012279/2017-79
PRBA0183642	ALMEIDA CAMPOS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	27.355.561/0001-60	ESPLANADA	BA	48610.012334/2017-21
PRSP0183611	AUTO POSTO AVENIDA LTDA	28.286.352/0001-74	MACATUBA	SP	48610.011423/2017-50
PRBA0183603	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS SERTAO LTDA - ME	23.819.366/0001-92	UMBURANAS	BA	48610.012101/2017-28
PRSP0183632	AUTO POSTO ISAMA DE MATAO LTDA	23.776.643/0001-27	MATAO	SP	48610.012251/2017-31
PRPE0183637	AUTO POSTO MG LTDA - ME	27.520.833/0001-30	DORMENTES	PE	48610.012280/2017-01
PRDF0183640	AUTO VOLUME COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	25.015.036/0001-70	BRASILIA	DF	48610.012333/2017-86
PRPE0183605	CARRAZZONE & TRAJANO COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	27.661.736/0001-67	GOIANA	PE	48610.011891/2017-24
PRSP0183638	CENTRO DE COMBUSTIVEIS VERONA EIRELI	28.311.448/0001-45	SAO PAULO	SP	48610.012283/2017-37
PRMG0183604	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MORADA DO VALE LTDA	28.157.925/0001-60	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.012102/2017-72
PRRS0183636	EDWINO ZARNOTT KLUG - ME	93.346.815/0001-08	CANGUCU	RS	48610.012243/2017-95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PRBA0183601	GERMANO OLIVEIRA ARAUJO EIRELI - ME	26.179.803/0001-49	PIRITIBA	BA	48610.011552/2017-48
PRAM0183606	L DA COSTA VASCONCELOS - ME	26.747.283/0001-23	PARINTINS	AM	48610.012105/2017-14
PRRJ0183643	MORAES E ELIAS AUTO POSTO DE SERVICOS LTDA	05.432.930/0001-38	NOVA IGUACU	RJ	48610.011897/2017-00
PRMG0183633	NELSON FERREIRA CAMPOS EIRELI - ME	26.822.703/0001-99	RAUL SOARES	MG	48610.011901/2017-21
PRPA0183634	NOSSO POSTO XINGU EIRELI - ME	27.015.625/0001-83	SAO FELIX DO XINGU	PA	48610.012247/2017-73
PRSC0183639	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0049-58	LAGES	SC	48610.011907/2017-07
PRMG0183635	POSTO HR LTDA - ME	27.079.533/0001-67	SANTA CRUZ DE SALINAS	MG	48610.012249/2017-62
PRPA0183631	POSTO MACEDAO LTDA - EPP	15.589.704/0002-08	ABAETETUBA	PA	48610.011906/2017-54
PRTO0183609	POSTO MATOPIBA EIRELI - EPP	26.715.076/0001-97	APARECIDA DO RIO NEGRO	TO	48610.012177/2017-53
PRSP0183612	POSTO SAO JOAO DE COMBUSTIVEIS DE SERTAOZINHO LTDA	22.675.377/0001-83	SERTAOZINHO	SP	48610.012187/2017-99
PRMG0183607	POSTO XAVANTE JK EIRELI - ME	24.483.160/0001-05	DIVINOPOLIS	MG	48610.012104/2017-61
PRPR0183608	SACCHI COM RCIO DE COMBUST VEIS LTDA"	23.881.245/0002-51	PONTA GROSSA	PR	48610.012176/2017-17
PRSC0183602	2001 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	24.717.242/0001-69	TUBARAO	SC	48610.012099/2017-97

Nº 1.245 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/CE0242501	A LIMA DIAS ME	23.956.885/0001-00	ASSARE	CE	48610.009837/2017-19
GLP/ES0242502	ALDAIR DA SILVA FERREIRA 03152041764	25.022.386/0001-63	APIACA	ES	48610.006869/2017-62
GLP/RS0242503	ALESSANDRA FLECK NUZZI & CIA LTDA ME	12.683.846/0002-33	NOVA HARTZ	RS	48610.011504/2017-50
GLP/MG0242504	ANTONIO D.BRANDAO COMERCIO DE GAS E AGUA ME	18.766.115/0001-57	EXTREMA	MG	48610.012146/2017-01
GLP/ES0242505	AZEVEDO GAS LTDA - ME	27.757.437/0001-20	VITORIA	ES	48610.008634/2017-13
GLP/MG0242506	BARBARA BARROS MACHADO 12833474660	28.617.244/0001-37	BELO HORIZONTE	MG	48610.012171/2017-86
GLP/TO0242507	C S DOS SANTOS EIRELI - ME	28.070.061/0001-44	ARAGUAINA	TO	48610.012135/2017-12
GLP/SP0242508	DAVID FERNANDO ARANTES 38990388864	18.357.170/0001-93	LIMEIRA	SP	48610.010474/2017-64
GLP/RS0242509	DHEIVITY DOUGLAS ROCHA CORIA ME	24.042.108/0001-05	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.012160/2017-04
GLP/RJ0242510	DISTRIBUIDORA CAIÇARA LTDA	26.410.896/0001-70	ITAPERUNA	RJ	48610.010317/2017-59
GLP/PB0242511	EDILMA LEITE DA SILVA 56794932415	28.104.290/0001-32	JOAO PESSOA	PB	48610.011931/2017-38
GLP/RS0242512	EMERSON DA MOTTA NOVAIS - ME	28.369.596/0001-10	VIAMAO	RS	48610.011493/2017-16
GLP/MA0242513	FRANCISCO MACHADO SOUSA FILHO 27153223304	27.736.036/0001-94	SAO LUIS	MA	48610.012173/2017-75
GLP/PA0242514	GILSONCLAY DE MENDONCA MORAES 51911841220	28.478.599/0001-92	NOVO PROGRESSO	PA	48610.011922/2017-47
GLP/RN0242515	ISRAEL ALVES CARNEIRO JUNIOR 76096939449	27.411.574/0001-09	NATAL	RN	48610.012157/2017-82
GLP/SP0242516	JACQUELINE MACIEL FERREIRA 32165931851	28.555.185/0001-10	BAURU	SP	48610.011276/2017-18
GLP/SE0242517	JAILSON DOS SANTOS SILVA 02450545530	24.420.691/0001-40	MARUIM	SE	48610.009152/2017-72
GLP/MG0242518	JOAO RODRIGUES DE SOUSA CPF 12579705856 ME	00.724.455/0002-30	FRANCISCOPOLIS	MG	48610.012123/2017-98
GLP/MG0242519	JOSE ADILSON DA SILVA 04585462678	26.935.953/0001-35	BRAZOPOLIS	MG	48610.011637/2017-26
GLP/SP0242520	JOSE FELIPE ESQUITINI 42988643830	27.789.430/0001-90	ANGATUBA	SP	48610.010002/2017-10
GLP/PB0242521	JOSINALDO RAIMUNDO DA SILVA 84119055434	28.521.206/0001-86	CAMPINA GRANDE	PB	48610.011788/2017-84
GLP/PE0242522	LAURA ALMEIDA OLIVEIRA EPP	26.751.295/0001-21	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.011137/2017-94
GLP/MG0242523	MARCELO SOARES DE JESUS 05645927656	27.982.293/0001-06	MONTES CLAROS	MG	48610.011790/2017-53
GLP/MG0242524	MARCIO TEIXEIRA BARBOSA ME	28.148.406/0001-35	ESPINOSA	MG	48610.012165/2017-29
GLP/MG0242525	MARIA DO CARMO PREXEDES 09417315617	18.795.943/0001-13	VESPASIANO	MG	48610.012172/2017-21
GLP/PR0242526	MORUMBI COMERCIO DE GAS LTDA - ME	08.317.676/0003-87	FOZ DO IGUACU	PR	48610.011936/2017-61
GLP/SP0242527	NATALIA LO MUSTAFA ASSEM 45346400800	27.131.670/0001-01	SAO PAULO	SP	48610.011201/2017-37
GLP/SC0242528	ORLI LAURENTINO ME	14.419.026/0001-83	BRACO DO TROMBUDO	SC	48610.012161/2017-41
GLP/MG0242529	PAI & FILHOS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME	27.005.506/0001-40	VESPASIANO	MG	48610.011202/2017-81
GLP/BA0242530	PATRÍCIA DE OLIVEIRA SANTOS ME.	11.102.493/0002-78	SALVADOR	BA	48610.010653/2017-00
GLP/RO0242531	PORTO GAS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP	28.506.009/0001-98	PORTO VELHO	RO	48610.011930/2017-93
GLP/MG0242532	RODRIGO CALORI ME	13.092.716/0001-08	ALTEROSA	MG	48610.009409/2017-96
GLP/MS0242533	ROSANA CRISTALDO ORTEGA 79259146100	26.250.180/0001-53	CAMPO GRANDE	MS	48610.012159/2017-71
GLP/PB0242534	SANDRO PINHEIRO DA COSTA 00753930420	28.052.477/0001-30	JOAO PESSOA	PB	48610.012127/2017-76
GLP/MA0242535	VITORIA COMBUSTIVEIS LTDA ME	06.676.902/0001-29	URBANO SANTOS	MA	48610.012151/2017-13
GLP/PE0242536	WALTER DE ARRUDA DOURADO FILHO 06469727409	28.424.395/0001-79	OLINDA	PE	48610.012164/2017-84
GLP/CE0242537	Z. VIEIRA BRITO MERCEARIA - ME	14.266.517/0001-31	JUAZEIRO DO NORTE	CE	48610.011932/2017-82

MARIA INES SOUZA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

NIRE 53300002819 - CNPJ 00.357.038/0001-16

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2017

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, na sede social da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 20, 21 e 22.09.2017 no Jornal de Brasília e no Diário Oficial da União, para examinar, discutir e votar o assunto da Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia a advogada RENATA MENDES ALVES, portadora da carteira de identidade nº 18.642 - OAB/DF. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no art. 8º do Estatuto, o Diretor-Presidente da Eletronorte, VILMOS DA SILVA GRUNVALD, representado pelo Advogado ANDRÉ HENRIQUE LEHENBAUER THOMÉ, portador da identidade nº 21.638 - OAB/DF, que agradeceu a presença dos acionistas. Em seguida, verificando o "Livro de Presença de Acionistas", o Presidente da Assembleia constatou a presença de mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da mesma. Abrindo a sessão, convidou para secretariar a reunião a mim, advogada RENATA MENDES ALVES, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRAS) CNPJ 00357038/0001-16 - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 29 de setembro de 2017, às 10 horas, na sede social da Empresa, SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco B, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 409, nesta cidade, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - Retificação de redação relativa à remuneração dos Administradores, aprovada na AGO/2017 da Eletronorte. Brasília, 06 de setembro de 2017. WILSON FERREIRA JÚNIOR - Presidente do Conselho de Administração". Terminada a leitura, o Presidente passou ao assunto da Ordem do Dia, relativa à remuneração dos Administradores, aprovada na AGO/2017 da Eletronorte. Solicitando a palavra, a advogada RENATA MENDES ALVES, representante da Eletrobras, propôs, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-635/2017, de 25.09.2017, pela retirada de pauta do item referente à remuneração dos Administradores, aprovada na AGO/2017 da Eletronorte, no que foi acompanhado pelos demais acionistas presentes. Em seguida, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata, por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pelo Presidente, por mim, Secretária, e pelos demais acionistas, dela se extraindo as cópias necessárias aos fins legais. (Ass.) VILMOS DA SILVA GRUNVALD - p.p. ANDRÉ HENRIQUE LEHENBAUER THOMÉ - Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. RENATA MENDES ALVES - Secretária da Assembleia.

Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretária da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 185 a 186 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 20170829936, em 09.10.2017.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 74/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
858.112/2017-R L NASCIMENTO-Alvará N°7848/2017

ROMERO CESAR DA CRUZ PEIXOTO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 118/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.691/2016-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°1079/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.569/2014-PORAN ÁGUAS MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-ÁGUA MINERAL
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.607/2012-MDN MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA
800.608/2012-MDN MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA
800.610/2012-MDN MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA
800.079/2015-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.127/2006-COREAÚ CALCÁRIO LTDA-OF. N°997/2017
800.404/2006-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°1068/2017
800.501/2006-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°1085/2017
800.984/2007-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°1078/2017
800.591/2009-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA ME-OF. N°1087/2017 e 1088/2017
800.218/2014-AGROINDUSTRIAL DE BEBIDAS MINERAQUA DA SERRA EIRELI ME-OF. N°1090/2017
800.561/2014-COREAÚ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1092/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.561/2014-COREAÚ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1093/2017 e 1094/2017-60 dias
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1692)
800.618/2010-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- AI N°232/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
800.127/2006-COREAÚ CALCÁRIO LTDA-OF. N°996/2017
800.561/2014-COREAÚ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1091/2017,
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.267/1981-OLYMPIA MINERAL LTDA.- FONTE: OLYMPIA; MARCA: OLYMPIA; 20 L (sem gás)- PACOTI/CE
800.041/1999-LITORÁGUA AGUAS MINERAIS LTDA-FONTE: PRIMAVERA; 20 L (sem gás)- AQUIRAZ/CE
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.267/1981-OLYMPIA MINERAL LTDA.-OF. N°1083/2017
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
800.564/2012-LIMA TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.-Licenciamento N°:1292/2012 - Prorrogado por 05 ano(s)

RELAÇÃO Nº 119/2017

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
801.035/2008-GORJ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA- Licenciamento N°:936/2009 - Prorrogado por 03 ano(s)
801.171/2008-GORJ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA- Licenciamento N°:993/2009 - Prorrogado por 03 ano(s)
800.139/2009-CRIATEL - CERAMICA RIATE LTDA- Licenciamento N°:985/2009 - Prorrogado por 03 ano(s)
800.388/2012-I. P. CONSTRUÇÕES LTDA- Licenciamento N°:1231/2012 - Prorrogado por 20 ano(s)
800.389/2012-J. G. DE ANDRADE JÚNIOR ME- Licenciamento N°:1232/2012 - Prorrogado por 20 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.926/2012-PEDRO SALVIANO NETO-OF. N°1097/2017
800.494/2016-FP DA SILVA CERAMICA ME-OF. N°1096/2017
800.704/2016-ALF CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°1080/2017
800.089/2017-MÁRCIO TIAGO DA SILVA MOURA-OF. N°1095/2017
800.160/2017-FORTLEVE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA-OF. N°1082/2017
800.282/2017-CERÂMICA PIRINEUS LTDA ME-OF. N°1061/2017
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.347/2014-IVANA MARIA MORAIS LOPES MOURA ME
800.028/2017-TARCISIO ALMEIDA BASTOS

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Superintendente, publicados no DOU de 19-10-2017, Seção 1, página 72, exclua-se o título: Superintendência no Rio Grande do Norte.

(p/Coejo)

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 419/2017

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
830.533/1988-MINERAÇÃO PAULO COSTA LTDA.- NOT. N°2176 e 2177/2009-MG
830.535/1988-MINERAÇÃO PAULO COSTA LTDA.- NOT. N°2178 e 2179/2009-MG
830.536/1988-MINERAÇÃO PAULO COSTA LTDA.- NOT. N°2184,2185 e 2187/2009-MG
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
830.474/2010-GERALDO EDUARDO CARDOSO RODRIGUES- NOT. N°98 e 99/2017-MG
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
830.524/2006-Geraldo Eutáquio Moreira- NOT. N°1833/2016-MG
830.474/2010-Geraldo Eduardo Cardoso Rodrigues- NOT. N°98 e 99/2017-MG
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
830.379/2001-VALE S A-AI N°422/2006

JANIO ALVES LEITE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 164/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
850.009/2016-ONÉSIMO GUIMARÃES DO LAGO-Licenciamento N°58/2017 - Prazo: 05 ano(s)
850.104/2016-CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA-Licenciamento N°56/2017 - Prazo: 04 ano(s)
850.711/2016-EVA DE SOUZA OLIVEIRA-Licenciamento N°57/2017 - Prazo: 05 ano(s)
850.392/2017-RENATO CIRILO FERST-Licenciamento N°55/2017 - Prazo: 04 ano(s)
850.544/2017-ANDERSON JOSÉ BILL-Licenciamento N°54/2017 - Prazo: 05 ano(s)
850.545/2017-ANDERSON JOSÉ BILL-Licenciamento N°59/2017 - Prazo: 05 ano(s)
850.604/2017-PASSARELLI & PASSARELLI LTDA EPP-Licenciamento N°51/2017 - Prazo: 05 ano(s)
850.625/2017-JOSÉ TEIXEIRA DE LIMA-Licenciamento N°53/2017 - Prazo: 05 ano(s)
850.687/2017-PEDRO LUIZ DE SOUZA ADAMI-Licenciamento N°52/2017 - Prazo: 05 ano(s)
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
851.047/2007-CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA- Licenciamento N°:003/2008 - Prorrogado por 05 ano(s)
850.603/2012-RM BORTOLOTTO LTDA EPP- Licenciamento N°:75/2012 - Prorrogado por 05 ano(s)
851.067/2012-CERÂMICA PRAIALTA LTDA- Licenciamento N°:95/2014 - Prorrogado por 10 ano(s)
850.856/2014-CHARLES WILLIAMS LOBATO DE OLIVEIRA- Licenciamento N°:97/2014 - Prorrogado por 05 ano(s)
850.400/2016-H. M. Q. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES ME- Licenciamento N°:53/2016 - Prorrogado por 10 ano(s)
850.959/2016-ZOTERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EPP- Licenciamento N°:05/2017 - Prorrogado por 05 ano(s)

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos do Superintendente, publicados no DOU de 19-10-2017, Seção 1, página 72, exclua-se o título: Superintendência no Espírito Santo.

(p/Coejo)

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE(*)
RELAÇÃO Nº 87/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) da não apresentação de recurso administrativo; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da
Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº 986.426/2014 Notificado A. F. Mineração Indústria e Comércio Ltda Epp. CNPJ/CPF 02.029.142/0001-07
NFLDP nº 95/2014 Valor: R$ 60.289,46

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

(*)N. da Coejo: Republicado por ter saído no DOU de 19-10-2017, Seção 1, página 72, com incorreção.

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 177/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
815.204/2001-IFC INDÚSTRIA DE FOSFATADOS CATARINENSE LTDA- DOU de 17/05/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
815.800/2007-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2704/2017 e 2705/2017-DOU de 05/10/2017 (Relação nº 146/2017)
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
815.834/2013-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-AI N°636/2015
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
815.834/2013-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-AI N°636/2015

RELAÇÃO Nº 178/2017

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.276/1984-ALTO VALE DE MINERAÇAO LTDA ME-AI Nº 252/2017, 253/2017, 254/2017 E 255/2017,
Fase de Licenciamento
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1714)
815.776/1987-PORTO DE AREIA SANTA MARIA LTDA-AI N°300/2017, 301/2017, 302/2017, 303/2017 e 304/2017
815.134/1992-PORTO DE AREIA SANTA MARIA LTDA-AI N°305/2017, 306/2017, 307/2017, 308/2017 e 309/2017

RELAÇÃO Nº 179/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.204/2001-IFC INDÚSTRIA DE FOSFATADOS CATARINENSE LTDA-OF. N°3694
815.020/2011-NOVA PRÓSPERA MINERAÇÃO S A-OF. N°3697/2017
815.763/2014-PIERINI REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA.-OF. N°3698/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.242/2017-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA. -Alvará N°4752822014/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.487/2014-CITRINA PARTICIPAÇÕES LTDA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
815.128/2014-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-ALVARÁ N°4.262/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.050/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME-OF. N°3690/2017
815.156/2003-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-OF. N°3662/2017
815.492/2006-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE PEDRAS DE SOMBRIO-OF. N°3689/2017
815.482/2010-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°3595/2017
815.549/2010-MINERAÇÃO SANTA BARBARA LTDA ME-OF. N°3699/2017
815.916/2015-AMILTON HIGINO TEIXEIRA ME-OF. N°3686/2017
Indefere pedido de reconsideração(393)
815.465/2007-TRAINOTTI DADAM EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA EPP
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.328/2007-FORMAFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-SÃO JOÃO BATISTA/SC - Guia n° 099/2017-16.500t-Saibro- Validade:07/03/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
815.818/2012-TERRAPLENAGEM NH LTDA EPP-Licenciamento N°2088 - Prazo: 05 (cinco) ano(s)
815.642/2016-TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA-Licenciamento N°2089 - Prazo: 10 (DEZ) ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.247/2016-MINERADORA DRIMEYER LTDA-OF. N°3527/2017
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
815.070/1991-EXTRAÇÃO DE AREIA MONDINI & SCHNAIDER LTDA- Licenciamento N°:344 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)
815.478/1999-R J DA CUNHA EXTRAÇÃO DE AREIA ME- Licenciamento N°:793 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)
815.435/2001-JOSÉ VILSON SOARES ME- Licenciamento N°:935 - Prorrogado por 05 (cinco) ano(s)
815.241/2009-BRITADOR TUPY LTDA - ME.- Licenciamento N°:1408 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.132/2011-EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DA-ZHAREIA LTDA- Licenciamento N°:1500 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.461/2012-TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA- Licenciamento N°:1674 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.795/2012-SOUZA CRUZ LTDA.- Licenciamento N°:1546 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

Despacho publicado(756)

815.173/2004-PEDREIRA CALDART LTDA-Ofício de Exigência nº 2097/2017 - Prazo: 60 (sessenta dias)

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)

820.303/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.329/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.421/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.422/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.423/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.468/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.469/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.676/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.806/2011-INTERCEMENT BRASIL S A

820.409/2012-GALVANI MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA

820.776/2012-TERRITORIO GEO SERVIÇOS GEOLOGICOS, AMBIENTAIS E LABORATORIAIS LTDA.

820.834/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.

820.262/2013-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.

821.524/2013-PORTO DE AREIA BELO PEREIRA LTDA

820.365/2014-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.

820.759/2014-ABÍLIO CESAR COMERON ME

820.766/2014-PONTEPEDRAS MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

820.274/2009-RIO PRETO COMERCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA FINA LTDA-OF. N°1683/17-DFISC/DNPM/SP - 10.10.17

820.341/2011-JUSANTE MINERAÇÃO E SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA.-OF. N°1685/17-DFISC/DNPM/SP - 10.10.17

820.670/2011-ALVARO CESAR FOCHI-OF. N°1684/17-DFISC/DNPM/SP - 10.10.17

821.235/2011-DIEGO FERRO LOPES-OF. N°1688/17-DFISC/DNPM/SP - 10.10.17

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

820.442/2011-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.-Granito (britado-construção civil) e Saibro

820.443/2011-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.-Granito (britado-construção civil) e Saibro

821.116/2012-VIEL & CIA LTDA EPP-argila (cerâmica vermelha)

821.117/2012-VIEL & CIA LTDA EPP-argila (cerâmica vermelha)

820.693/2014-LUIZ ANTONIO LONGUINI-Areia (construção civil)

820.694/2014-LUIZ ANTONIO LONGUINI-Areia (construção civil)

820.695/2014-LUIZ ANTONIO LONGUINI-Areia (construção civil)

820.696/2014-LUIZ ANTONIO LONGUINI-Areia (construção civil)

820.697/2014-LUIZ ANTONIO LONGUINI-Areia (construção civil)

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

820.797/2000-VALE FOSFATADOS S A-ALVARÁ N°16653/2000

820.193/2008-AURICCHIO BARROS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-ALVARÁ N°16221/2011

820.750/2008-JOSUÉ FÉLIX GUIMARÃES UBATUBA - ME-ALVARÁ N°12499/2010

820.507/2009-NARA LÚCIA BARBOSA GIMENEZ-ALVARÁ N°10.287/2010

821.170/2011-JORGE BOBATTO JUNIOR-ALVARÁ N°4.289/2012

820.475/2012-SOCAL S A MINERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL-ALVARÁ N°70.142/2014

820.341/2013-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-ALVARÁ N°3485/2014

821.420/2013-MARCOS BESSA NISTI-ALVARÁ N°11332/2014

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

820.015/2006-SANTA AMÁBILE AGROPECUÁRIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°1093/2007

820.345/2010-MINERADORA CURUMIM LTDA- EPP-ALVARÁ N°237/2012

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

820.539/1983-EMPRESA DE MINERAÇÃO E FONTES DE ÁGUA MINERAL VERVALE LTDA EPP- Fonte Vida, Fonte do Vale e Fonte Nativa - Marca: Água Leve Mogiana - embalagem de 6L (sem gás)- ITAPECERICA DA SERRA/SP

820.056/1993-CERTEZA BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.- Fonte Saint Germain II - marca: Água Certeza - embalagens de 300 ml, 510 ml e 1,5L (sem gás e gaseificada artificialmente e embalagens de 5L, 10L e 20L (sem gás)- LAGOINHA/SP

821.233/1996-FONTE PAREDÃO VERMELHO LTDA ME- Fonte Rubi - Marca: Aquaplus - embalagens de 510 ml e 1,5L (sem gás)- PIRACICABA/SP

820.681/1998-ÁGUA MINERAL LEVE LTDA ME- Fonte Santa Maria (Poço) - Marca: Leve - embalagem de 200 ml, 300 ml, 510 ml, 1,5L, 10L e 20L (sem gás) e embalagem de 510 ml e 1,5L (gaseificada artificialmente) - Marca: Soft - embalagem de 200 ml, 300 ml, 510 ml, 1,5L, 10L e 20L (sem gás) e embalagem de 510 ml e 1,5L (gaseificada artificialmente), Marca: Acqua Aline - Marca: embalagem de 510 ml (sem gás), Marca: Água Nossa - embalagem de 10L e 20L (sem gás), Marca: Lon-Rita - embalagem de 510 ml (sem gás e gaseificada artificiamente) - Marca: Life - embalagem 510 ml (sem gás) e Marca: Maislev - embalagem de 510 ml (sem gás) e Marca: Golé - embalagem de 510 ml e 1,5L (sem gás)- JOSÉ BONIFÁCIO/SP

820.793/2000-AGRO PECUÁRIA RIBEIRO DE BARROS LTDA. EPP- Fonte Pocinho do Quilombo - Marcas: Santa Margarida, Monchique, Do Reino de Deus, Cristal Verão, Lindágua Puríssima e Biofonte - Vida Leve - embalagens de 10L e 20L (sem gás)- IACANGA/SP

820.361/2004-FONTE ROCHA BRANCA LTDA- Fonte Rocha Branca I - Marca: Cristal Feng - embalagem de 510 ml (sem gás)- EMBU DAS ARTES/SP

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

820.826/1988-ÁGUA MINERAL FONTE FIGUEIRA LTDA- AI Nº 502/17-DFISC/DNPM/SP - 16/10/17

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

803.185/1974-ADMINISTRADORA E LOCAÇÕES DE GALPÕES DARPA LTDA ME-OF. N°1695/17-DFISC/DNPM/SP - 11/10/17

820.321/1990-MINERAÇÃO SAMPEDRENSE LTDA.EPP.-OF. N°1697/17-DFISC/DNPM/SP - 16/10/17

820.424/1994-EMPRESA MINERADORA CAZOTTI & FILHOS LTDA-OF. N°1716/17-DFISC/DNPM/SP - 16/10/17

820.499/1997-COMERCIO DE AGUA MINERAL MONREAL LTDA-OF. N°1699/17-DFISC/DNPM/SP - 11/10/17

821.868/1998-MINERAÇÃO DO VALE LTDA-OF. N°1693/17-DFISC/DNPM/SP - 11/10/17

820.133/2002-BFB PARTICIPAÇÕES S.A-OF. N°1717/17-DFISC/DNPM/SP - 16/10/17

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

820.499/1997-COMERCIO DE AGUA MINERAL MONREAL LTDA-OF. N°1698/17-DFISC/DNPM/SP - 11/10/17

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

814.419/1970-IRMÃOS LAURENTI & CIA LTDA- AI N°859/2016-DFISC/DNPM/SP

802.494/1974-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SUPERCAL LTDA.- AI N°868/2016-DFISC/DNPM/SP

811.940/1976-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.- AI N°946/2016-DFISC/DNPM/SP

820.130/1992-PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE PERUÍBE S A- AI N°953/2016-DFISC/DNPM/SP

820.191/1993-PGC INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA- AI N°954/2016-DFISC/DNPM/SP

820.287/2000-BRUSCHI & PIOVESAN LTDA ME- AI N°136/2016-DFISC/DNPM/SP

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 118/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

864.304/2016-PEDRO BRANDAO DA SILVA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

864.220/2013-MARIO THOME BRILHANTE FILHO-OF. N°152/2016 - SUP/DNPM/TO/SGTM

864.103/2015-WGX EMPREENDIMENTOS EIRELI-OF. N°038/2017 - SUP/DNPM/TO/SGTM

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

864.750/2011-ADÃO UMPIERRE BARRETO

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

864.203/2010-MÁRCIO ADRIANO MARTINS DOS SANTOS- Alvará n°16.989/2010 - Cessionario:864.197/2017-Adriana Teixeira Ferreira dos Santos- CPF ou CNPJ 765.419.676-87

864.011/2013-RODRIGO MEIRELES MATTOS RODRIGUES- Alvará n°5.929/2016 - Cessionario:864.171/2017-Cerâmica Refran I. e C. de Tijolos e Telhas Ltda Me- CPF ou CNPJ 22.668.612/0001-90

864.040/2017-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-Alvará n°4.606/2017 - Cessionario:864.176/2017-Itapororoca Britas Ltda Me- CPF ou CNPJ 09.266.993/0001-12

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

864.140/2016-ALAN CARLOS DE LIMA COSTA- Cessionário:GRANIMARBELLE BRAZIL LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.911.486/0001-73- Alvará n°9.899/2019

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 18 de outubro de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:
Nome da entidade: REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - REDEH
CNPJ: 39.064.233/0001-93
Município: Rio de Janeiro/RJ
Processo nº: 71000.077050/2015-18

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:
Nome da entidade: CONSELHO CENTRAL DE GOIÂNIA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ: 02.309.466/0001-07
Município: GOIÂNIA/GO
Processo nº: 71000.001757/2013-91

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:
Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE LONDRINA
CNPJ: 78.318.292/0001-00
Município: Londrina/PR
Processo nº: 71000.077081/2015-79

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE/CENTRO-OESTE EM BRASÍLIA

GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM BELÉM

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 156, de 2 de outubro de 2017 - Processo nº 353166.000270/2015-37, publicado no Diário Oficial da União Nº 199, de 17 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 45, onde se lê: pelo valor de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), leia-se: pelo valor de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), com o pagamento de entrada correspondente a 10% (dez por cento) do valor de aquisição e o restante em 120 (cento e vinte) prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÕES

Na Portaria SNAS/MDS nº 40/2016 art 1º. Processo nº 71010.003022/2011-11, item 55, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, Seção 1, página 57, da entidade ASSOCIAÇÃO DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE IPATINGA, CNPJ 21.028.535/0001-40. Onde se lê: "parecer técnico nº 39786/2016". Leia-se: "parecer técnico nº 139786/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 40/2016 art 1º. Processo nº 71000.076473/2012-78, item 40, de 03/06/2016, publicada no DOU de 06/06/2016, Seção 1, página 57, CNPJ 41.342.858/0001-11. Onde se lê: "GRUPO ESPÍRITA DA FRATERNIDADE IRMÃ SHEILLA". Leia-se: "GRUPO ESPÍRITA DA FRATERNIDADE IRMÃ SCHEILLA".

Na Portaria SNAS/MDS nº 24/2016 art 1º. Processo nº 71000.077051/2015-62, item 71, de 30/03/2016, publicada no DOU de 06/04/2016, Seção 1, página 68, CNPJ 80.299.308/0001-19. Onde se lê: "CASA DO CAMINHO". Leia-se: "CASA DO CAMINHO - ALBERGUE INFANTIL".

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.120, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 04/10/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 31 de agosto de 2017, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 04/10/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Diretor

ANEXO I

1 - Processo: 58000.103443/2017-98
Proponente: Associação Monte Sião
Título: Futsal TOP
Registro: 02PR138042014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 02.427.671/0001-69
Cidade: Paranaguá UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 810.875,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0259 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 77243-7
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 321, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 5.895.349.506,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", itens "1" e "3", e II, alíneas "a", itens "1", "2" e "3", e "c", item "1", da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal e do Trabalho, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 5.895.349.506,00 (cinco bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça

UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.000.000
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF							12.000.000
			S	1	1	90	0	151	12.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.000.000
TOTAL - GERAL									12.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.910.850
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							662.250
02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							662.250
			F	3	1	90	0	100	662.250
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							298.000
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							298.000
			F	3	1	90	0	100	298.000
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							897.600
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							897.600
			F	3	1	90	0	100	897.600
		Operações Especiais							
02 331	0569 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							53.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 331	0569 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							53.000
			F	3	1	90	0	100	53.000
TOTAL - FISCAL									1.910.850
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.910.850

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							134.126
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							108.026
02 331	0569 2010 6012	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							
			F	3	1	90	0	100	108.026
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							26.100
02 331	0569 2011 6012	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							26.100
			F	3	1	90	0	100	26.100
TOTAL - FISCAL									134.126
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									134.126

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							344.000
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							60.000
02 301	0569 2004 6013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							60.000
			S	3	1	90	0	100	60.000
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							60.000
02 331	0569 2010 6013	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							198.000
02 331	0569 2011 6013	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							198.000
			F	3	1	90	0	100	198.000
		Operações Especiais							
02 331	0569 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							26.000
02 331	0569 00M1 6013	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							26.000
			F	3	1	90	0	100	26.000
TOTAL - FISCAL									284.000
TOTAL - SEGURIDADE									60.000
TOTAL - GERAL									344.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							337.980
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							337.980
02 301	0569 2004 6014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							337.980
			S	3	1	90	0	100	337.980
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									337.980
TOTAL - GERAL									337.980

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.764.250
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.381.150
02 301	0571 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							3.381.150
			S	3	1	90	0	100	3.381.150
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							860.000
02 331	0571 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							860.000
			F	3	1	90	0	100	860.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							523.100
02 331	0571 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							523.100
			F	3	1	90	0	100	523.100
TOTAL - FISCAL									1.383.100
TOTAL - SEGURIDADE									3.381.150
TOTAL - GERAL									4.764.250

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.144.351
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.144.351
02 301	0571 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							3.144.351
			S	3	1	90	0	100	3.144.351
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.144.351
TOTAL - GERAL									3.144.351

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.600.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.500.000
02 301	0571 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							8.500.000
			S	3	1	90	0	100	8.500.000
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							190.000
02 331	0571 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							190.000
			F	3	1	90	0	100	190.000
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000
02 331	0571 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							10.000
			F	3	1	90	0	100	10.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							900.000
02 331	0571 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							900.000
			F	3	1	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									8.500.000
TOTAL - GERAL									9.600.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.477.516
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							925.650
02 301	0571 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							925.650
			S	3	1	90	0	100	925.650
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							437.775
02 331	0571 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							437.775
			F	3	1	90	0	100	437.775
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							114.091
02 331	0571 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul							114.091
			F	3	1	90	0	100	114.091
TOTAL - FISCAL									551.866
TOTAL - SEGURIDADE									925.650
TOTAL - GERAL									1.477.516

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							330.000
		Atividades							
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							330.000
02 331	0571 2012 6017	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							330.000
			F	3	1	90	0	100	330.000
TOTAL - FISCAL									330.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									330.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							643.621
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							184.900
02 301	0571 2004 6018	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							184.900
			S	3	1	90	0	100	184.900
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							120.995
02 331	0571 2010 6018	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							120.995
			F	3	1	90	0	100	120.995
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							23.906
02 331	0571 2011 6018	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							23.906
			F	3	1	90	0	100	23.906
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							313.820
02 331	0571 2012 6018	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							313.820
			F	3	1	90	0	100	313.820
TOTAL - FISCAL									458.721
TOTAL - SEGURIDADE									184.900
TOTAL - GERAL									643.621

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							261.641
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							151.850
02 301	0571 2004 6019	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							151.850
			S	3	1	90	0	100	151.850
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							94.652
02 331	0571 2010 6019	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							94.652
			F	3	1	90	0	100	94.652
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							15.139
02 331	0571 2011 6019	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							15.139
			F	3	1	90	0	100	15.139
TOTAL - FISCAL									109.791
TOTAL - SEGURIDADE									151.850
TOTAL - GERAL									261.641

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							372.197
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							127.505
02 331	0571 2010 0021	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão							127.505
			F	3	1	90	0	100	127.505
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							214.692
02 331	0571 2012 0021	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Maranhão							214.692
			F	3	1	90	0	100	214.692
		Operações Especiais							
02 331	0571 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							30.000
02 331	0571 00M1 0021	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Maranhão							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									372.197
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									372.197

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							366.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							254.000
02 301	0571 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							254.000
			S	3	1	90	0	100	254.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							112.000
02 331	0571 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo							112.000
			F	3	1	90	0	100	112.000
TOTAL - FISCAL									112.000
TOTAL - SEGURIDADE									254.000
TOTAL - GERAL									366.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.363.040
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.363.040
02 301	0571 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							1.363.040
			S	3	1	90	0	100	1.363.040
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.363.040
TOTAL - GERAL									1.363.040

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							135.000
		Atividades							
02 331	0571 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							24.500
02 331	0571 2010 0051	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							24.500
			F	3	1	90	0	100	24.500
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							110.500
02 331	0571 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso							110.500
			F	3	1	90	0	100	110.500
TOTAL - FISCAL									135.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									135.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							5.000.000
		Atividades							
04 301	2101 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							5.000.000
04 301	2101 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							5.000.000
			S	3	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.084.421
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.084.421
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							4.084.421
			S	1	1	90	0	100	4.084.421
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.084.421
TOTAL - GERAL									4.084.421

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.577.370
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.577.370
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							13.577.370
			S	1	1	90	0	100	13.577.370
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.577.370
TOTAL - GERAL									13.577.370

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							26.023
		Atividades							
04 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							26.023
04 122	2101 20TP 5664	Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF							26.023
			F	1	1	90	0	100	26.023
TOTAL - FISCAL									26.023
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.023

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							4.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20416 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4.169.790
		Atividades							
26 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							4.169.790
26 122	2101 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							4.169.790
			F	1	1	90	0	100	4.169.790
TOTAL - FISCAL									4.169.790
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.169.790

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.196.754
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							28.196.754
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							28.196.754
			S	1	1	90	0	100	24.165.110
			S	1	1	90	0	156	4.031.644

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	28.196.754
TOTAL - GERAL	28.196.754

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							25.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							25.500.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							25.500.000
			F	1	1	90	0	100	25.000.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							9.855
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							9.855
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							9.855
			S	3	1	90	0	100	9.855
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							28.581.331
		Atividades							
20 122	2105 20TP	Pessoal Ativo da União							28.581.331
20 122	2105 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							28.581.331
			F	1	1	90	0	100	28.581.331
TOTAL - FISCAL									54.081.331
TOTAL - SEGURIDADE									9.855
TOTAL - GERAL									54.091.186

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.117.533
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.117.533
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.117.533
			S	1	1	90	0	100	2.117.533
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.117.533
TOTAL - GERAL									2.117.533

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.958.296
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.958.296
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	Quebra 2.958.296						
			S	1	1	90	0	100	2.958.296
TOTAL - FISCAL									0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - SEGURIDADE	2.958.296
TOTAL - GERAL	2.958.296

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.395.637
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.395.637
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							9.395.637
			S	1	1	90	0	153	9.395.637
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							576
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							576
09 274	0909 0536 0033	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro							576
			S	3	1	90	0	100	576
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.396.213
TOTAL - GERAL									9.396.213

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							84.090
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							70.797
19 122	2106 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							70.797
			F	1	1	90	0	100	70.797
		Operações Especiais							
19 846	2106 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							13.293
19 846	2106 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							13.293
			F	1	0	91	0	100	13.293
TOTAL - FISCAL									84.090
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									84.090

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							24.279
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							24.279
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							24.279
			S	3	1	90	0	100	24.279
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							3.393.131
		Atividades							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.500.000
19 301	2106 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							2.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	3	1	90	0	100	2.500.000
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							893.131
19 122	2106 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							893.131
			F	1	1	90	0	100	893.131
TOTAL - FISCAL									893.131
TOTAL - SEGURIDADE									2.524.279
TOTAL - GERAL									3.417.410

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.500.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.500.000
28 846	0901 0022 0033	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro							1.500.000
			F	3	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							400.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							400.000
28 846	0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul							400.000
			F	1	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.054.474
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.054.474
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.054.474
			S	1	1	90	0	100	1.054.474
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.131
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.131
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							2.131
			F	1	1	90	0	100	2.131
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							20.000
		Operações Especiais							
24 331	2106 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							20.000
24 331	2106 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									22.131
TOTAL - SEGURIDADE									1.054.474
TOTAL - GERAL									1.076.605

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							102.347.920
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							102.347.920
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							102.347.920

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	151	102.347.920
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							182.444
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							182.444
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							182.444
			S	3	1	90	0	100	182.444
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							48.366.784
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							45.835.574
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							45.835.574
			F	1	1	90	0	100	45.835.574
		Operações Especiais							
04 846	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.531.210
04 846	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							2.531.210
			F	1	0	91	0	100	2.531.210
TOTAL - FISCAL									48.366.784
TOTAL - SEGURIDADE									102.530.364
TOTAL - GERAL									150.897.148

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							191.758.881
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							191.758.881
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							191.758.881
			S	1	1	90	0	151	183.720.835
			S	1	1	90	0	153	8.038.046
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									191.758.881
TOTAL - GERAL									191.758.881

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.381.952
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.381.952
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.381.952
			S	1	1	90	0	100	8.381.952
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.381.952
TOTAL - GERAL									8.381.952

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							503.544
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							503.544
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							503.544
			S	1	1	90	0	100	503.544
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							94.860
		Operações Especiais							
04 846	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							94.860
04 846	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							94.860
			F	1	0	91	0	100	94.860
TOTAL - FISCAL									94.860
TOTAL - SEGURIDADE									503.544
TOTAL - GERAL									598.404

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.400.456
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.400.456
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.400.456
			S	1	1	90	0	100	2.400.456
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.400.456
TOTAL - GERAL									2.400.456

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.705.464
		Atividades							
12 368	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.318.016
12 368	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.318.016
			F	1	1	90	0	100	1.318.016
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							387.448
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							387.448
			F	1	0	91	0	100	387.448
TOTAL - FISCAL									1.705.464
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.705.464

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.679.022
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.679.022
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							11.679.022
			S	1	1	90	0	100	11.679.022
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.679.022
TOTAL - GERAL									11.679.022

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							26.061
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							26.061
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste							26.061
			S	1	1	90	0	100	26.061
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.698.573
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.399.192
12 364	2109 20TP 0020	Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste							1.399.192
			F	1	1	90	0	100	1.399.192
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							299.381
12 846	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste							299.381
			F	1	0	91	0	100	299.381
TOTAL - FISCAL									1.698.573

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - SEGURIDADE	26.061
TOTAL - GERAL	1.724.634

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.064.463
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.064.463
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							6.064.463
			S	1	1	90	0	100	6.064.463
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							12.645.045
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							10.663.594
12 364	2109 20TP 0027	Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas							10.663.594
			F	1	1	90	0	100	10.663.594
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.981.451
12 846	2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas							1.981.451
			F	1	0	91	0	100	1.981.451
TOTAL - FISCAL									12.645.045
TOTAL - SEGURIDADE									6.064.463
TOTAL - GERAL									18.709.508

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.531.314
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.531.314
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							13.531.314
			S	1	1	90	0	100	13.531.314
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.252.858
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.638.752
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							9.638.752
			F	1	1	90	0	100	9.638.752
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.614.106
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							1.614.106
			F	1	0	91	0	100	1.614.106
TOTAL - FISCAL									11.252.858
TOTAL - SEGURIDADE									13.531.314
TOTAL - GERAL									24.784.172

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.172.479
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.202.939
12 364	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							6.202.939
			F	1	1	90	0	100	6.202.939
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							969.540
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará							969.540
			F	1	0	91	0	100	969.540
TOTAL - FISCAL									7.172.479
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.172.479

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.261.004
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.261.004
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo							9.261.004
			S	1	1	90	0	100	9.261.004
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.375.467
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.688.773
12 364	2109 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							4.688.773
			F	1	1	90	0	100	4.688.773
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.686.694
12 846	2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo							1.686.694
			F	1	0	91	0	100	1.686.694
TOTAL - FISCAL									6.375.467
TOTAL - SEGURIDADE									9.261.004
TOTAL - GERAL									15.636.471

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.150.341
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.150.341
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							12.150.341
			S	1	1	90	0	100	12.150.341
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.830.232
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.437.946
12 364	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							8.437.946
			F	1	1	90	0	100	8.437.946
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							76.000
12 331	2109 00M1 0052	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Goiás							76.000
			F	3	1	90	0	100	76.000
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.316.286
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás							1.316.286
			F	1	0	91	0	100	1.316.286
TOTAL - FISCAL									9.830.232
TOTAL - SEGURIDADE									12.150.341
TOTAL - GERAL									21.980.573

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							31.380.551
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							31.380.551
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							31.380.551
			S	1	1	90	0	100	31.380.551
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.008.674
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.895.674
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.895.674
			F	1	1	90	0	100	3.895.674
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							113.000
12 331	2109 00M1 0033	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio de Janeiro							113.000
			F	3	1	90	0	100	113.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL	4.008.674
TOTAL - SEGURIDADE	31.380.551
TOTAL - GERAL	35.389.225

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.694.623
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.694.623
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							7.694.623
			S	1	1	90	0	100	7.694.623
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							464.792
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							464.792
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							464.792
			F	1	0	91	0	100	464.792
TOTAL - FISCAL									464.792
TOTAL - SEGURIDADE									7.694.623
TOTAL - GERAL									8.159.415

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.399.680
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.399.680
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							12.399.680
			S	1	1	90	0	100	12.399.680
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							20.562.420
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							20.562.420
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							20.562.420
			F	1	1	90	0	112	20.562.420
TOTAL - FISCAL									20.562.420
TOTAL - SEGURIDADE									12.399.680
TOTAL - GERAL									32.962.100

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.125.357
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							10.125.357
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							10.125.357
			S	1	1	90	0	100	10.125.357
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							17.665.957
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							17.665.957
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							17.665.957
			F	1	1	90	0	100	17.665.957
TOTAL - FISCAL									17.665.957
TOTAL - SEGURIDADE									10.125.357
TOTAL - GERAL									27.791.314

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							24.416.952
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							24.416.952
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							24.416.952
			S	1	1	90	0	100	24.416.952
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							90.000
		Atividades							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							40.000
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba							40.000
			S	3	1	90	0	100	40.000
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000
12 331	2109 2010 0025	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba							50.000
			F	3	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									24.456.952
TOTAL - GERAL									24.506.952

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.295.928
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							15.295.928
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							15.295.928
			S	1	1	90	0	100	15.295.928
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.259.696
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.907.606
12 364	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							4.907.606
			F	1	1	90	0	100	4.907.606
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.352.090
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							2.352.090
			F	1	0	91	0	100	2.352.090
TOTAL - FISCAL									7.259.696
TOTAL - SEGURIDADE									15.295.928
TOTAL - GERAL									22.555.624

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.876.701
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.876.701
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							7.876.701
			S	1	1	90	0	151	7.876.701
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							15.479.245
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							12.895.955
12 364	2109 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							12.895.955
			F	1	1	90	0	100	12.895.955
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.583.290
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco							2.583.290
			F	1	0	91	0	100	2.583.290
TOTAL - FISCAL									15.479.245
TOTAL - SEGURIDADE									7.876.701
TOTAL - GERAL									23.355.946

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							28.576.035
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							28.576.035
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte							28.576.035
			S	1	1	90	0	100	28.576.035
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.972.768
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.972.768
12 364	2109 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							9.972.768
			F	1	1	90	0	100	9.972.768
TOTAL - FISCAL									9.972.768
TOTAL - SEGURIDADE									28.576.035
TOTAL - GERAL									38.548.803

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.402.854
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							19.402.854
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							19.402.854
			S	1	1	90	0	100	19.402.854
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							13.352.211
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							12.891.978
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							12.891.978
			F	1	1	90	0	100	12.891.978
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							460.233
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							460.233
			F	1	0	91	0	100	460.233
TOTAL - FISCAL									13.352.211
TOTAL - SEGURIDADE									19.402.854
TOTAL - GERAL									32.755.065

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.503.570
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							14.503.570
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							14.503.570
			S	1	1	90	0	151	14.503.570
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							16.515.450
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							16.515.450
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							16.515.450
			F	1	1	90	0	100	16.515.450
TOTAL - FISCAL									16.515.450
TOTAL - SEGURIDADE									14.503.570
TOTAL - GERAL									31.019.020

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							18.335.786
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							18.335.786
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							18.335.786
			S	1	1	90	0	100	18.335.786
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							25.070.924
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							23.023.034
12 364	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							23.023.034
			F	1	1	90	0	100	23.023.034
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.047.890
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							2.047.890
			F	1	0	91	0	100	2.047.890
TOTAL - FISCAL									25.070.924
TOTAL - SEGURIDADE									18.335.786
TOTAL - GERAL									43.406.710

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							11.963.992
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							11.963.992
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							11.963.992
			S	1	1	90	0	100	11.963.992
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							66.221
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							66.221
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							66.221
			S	3	1	90	0	100	66.221
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.389.126
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.793.591
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							9.793.591
			F	1	1	90	0	100	9.793.591
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.595.535
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							1.595.535
			F	1	0	91	0	100	1.595.535
TOTAL - FISCAL									11.389.126
TOTAL - SEGURIDADE									12.030.213
TOTAL - GERAL									23.419.339

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.899.221
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.899.221
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							4.899.221
			S	1	1	90	0	100	4.899.221
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.073.261
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.676.217
12 364	2109 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco							5.676.217
			F	1	1	90	0	100	5.676.217

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								1.397.044
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco								1.397.044
			F	1	0	91	0	100		1.397.044
TOTAL - FISCAL										7.073.261
TOTAL - SEGURIDADE										4.899.221
TOTAL - GERAL										11.972.482

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.298.419
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.298.419
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							6.298.419
			S	1	1	90	0	100	6.298.419
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.967.111
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.967.111
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.967.111
			F	1	1	90	0	100	2.967.111
TOTAL - FISCAL									2.967.111
TOTAL - SEGURIDADE									6.298.419
TOTAL - GERAL									9.265.530

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.199.250
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.199.250
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima							1.199.250
			S	1	1	90	0	100	1.199.250
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.399.433
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.545.950
12 364	2109 20TP 0014	Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima							4.545.950
			F	1	1	90	0	100	4.545.950
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							853.483
12 846	2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima							853.483
			F	1	0	91	0	100	853.483
TOTAL - FISCAL									5.399.433
TOTAL - SEGURIDADE									1.199.250
TOTAL - GERAL									6.598.683

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							303.513
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							303.513
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins							303.513
			S	1	1	90	0	100	303.513
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.040.384
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.553.607
12 364	2109 20TP 0017	Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins							4.553.607
			F	1	1	90	0	100	4.553.607
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							486.777

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins	F	1	0	91	0	100	486.777
TOTAL - FISCAL									5.040.384
TOTAL - SEGURIDADE									303.513
TOTAL - GERAL									5.343.897

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.480.087
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							5.480.087
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							5.480.087
			S	1	1	90	0	100	5.480.087
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.543.995
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.460.995
12 364	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							1.460.995
			F	1	1	90	0	100	1.460.995
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							83.000
12 331	2109 00M1 0025	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado da Paraíba							83.000
			F	3	1	90	0	100	83.000
TOTAL - FISCAL									1.543.995
TOTAL - SEGURIDADE									5.480.087
TOTAL - GERAL									7.024.082

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.003.969
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.003.969
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							2.003.969
			S	1	1	90	0	100	2.003.969
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.301.998
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.254.269
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							6.254.269
			F	1	1	90	0	100	6.254.269
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.047.729
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							1.047.729
			F	1	0	91	0	100	1.047.729
TOTAL - FISCAL									7.301.998
TOTAL - SEGURIDADE									2.003.969
TOTAL - GERAL									9.305.967

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.005.047
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.005.047
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							3.005.047
			S	1	1	90	0	100	3.005.047
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.604.884
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.094.235
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							8.094.235
			F	1	1	90	0	100	8.094.235
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							40.000
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais							40.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	1	90	0	100	40.000
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.470.649
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							1.470.649
			F	1	0	91	0	100	1.470.649
TOTAL - FISCAL									9.604.884
TOTAL - SEGURIDADE									3.005.047
TOTAL - GERAL									12.609.931

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.430.759
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.681.097
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							4.681.097
			F	1	1	90	0	100	4.681.097
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							749.662
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							749.662
			F	1	0	91	0	100	749.662
TOTAL - FISCAL									5.430.759
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.430.759

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.954.480
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.954.480
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							3.954.480
			S	1	1	90	0	100	3.954.480
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.681.293
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.142.012
12 363	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							11.142.012
			F	1	1	90	0	100	11.142.012
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							539.281
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							539.281
			F	1	0	91	0	100	539.281
TOTAL - FISCAL									11.681.293
TOTAL - SEGURIDADE									3.954.480
TOTAL - GERAL									15.635.773

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.830.827
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.830.827
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							4.830.827
			S	1	1	90	0	100	4.830.827
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.560.524
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.560.524
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.560.524
			F	1	1	90	0	112	3.560.524
TOTAL - FISCAL									3.560.524
TOTAL - SEGURIDADE									4.830.827
TOTAL - GERAL									8.391.351

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.814.853
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.814.853
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							7.814.853
			S	1	1	90	0	100	7.814.853
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							21.968.216
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							21.932.615
12 364	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							21.932.615
			F	1	1	90	0	100	21.932.615
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							35.601
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							35.601
			F	1	0	91	0	100	35.601
TOTAL - FISCAL									21.968.216
TOTAL - SEGURIDADE									7.814.853
TOTAL - GERAL									29.783.069

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							418.281
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							418.281
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							418.281
			S	1	1	90	0	100	418.281
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.638.995
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.275.926
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.275.926
			F	1	1	90	0	100	1.275.926
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							363.069
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							363.069
			F	1	0	91	0	100	363.069
TOTAL - FISCAL									1.638.995
TOTAL - SEGURIDADE									418.281
TOTAL - GERAL									2.057.276

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							822.791
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							822.791
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							822.791
			S	1	1	90	0	100	822.791
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.271.077
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.271.077
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							2.271.077
			F	1	1	90	0	100	2.271.077
TOTAL - FISCAL									2.271.077
TOTAL - SEGURIDADE									822.791
TOTAL - GERAL									3.093.868

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.330.568
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.330.568
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							13.330.568
			S	1	1	90	0	100	13.330.568
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.794.652
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.794.652
12 364	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							3.794.652
			F	1	1	90	0	100	3.794.652
TOTAL - FISCAL									3.794.652
TOTAL - SEGURIDADE									13.330.568
TOTAL - GERAL									17.125.220

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.084.593
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.084.593
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							3.084.593
			S	1	1	90	0	100	3.084.593
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.716.452
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.174.798
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.174.798
			F	1	1	90	0	100	1.174.798
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							541.654
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							541.654
			F	1	0	91	0	100	541.654
TOTAL - FISCAL									1.716.452
TOTAL - SEGURIDADE									3.084.593
TOTAL - GERAL									4.801.045

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.188.526
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.511.868
12 364	2109 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte							4.511.868
			F	1	1	90	0	100	4.511.868
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							676.658
12 846	2109 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							676.658
			F	1	0	91	0	100	676.658
TOTAL - FISCAL									5.188.526
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.188.526

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							72.429

		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							72.429
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							72.429
			S	1	1	90	0	100	72.429
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.199.050
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.199.050
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							6.199.050
			F	1	1	90	0	100	6.199.050
TOTAL - FISCAL									6.199.050
TOTAL - SEGURIDADE									72.429
TOTAL - GERAL									6.271.479

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.087.413
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.461.687
12 364	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							1.461.687
			F	1	1	90	0	100	1.461.687
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							625.726
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							625.726
			F	1	0	91	0	100	625.726
TOTAL - FISCAL									2.087.413
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.087.413

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.275.158
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.275.158
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia							2.275.158
			S	1	1	90	0	100	2.275.158
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.923.778
		Atividades							
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							40.000
12 331	2109 2011 0011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia							40.000
			F	3	1	90	0	100	40.000
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.425.760
12 364	2109 20TP 0011	Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							2.425.760
			F	1	1	90	0	100	2.425.760
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							458.018
12 846	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							458.018
			F	1	0	91	0	100	458.018
TOTAL - FISCAL									2.923.778
TOTAL - SEGURIDADE									2.275.158
TOTAL - GERAL									5.198.936

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.416.039
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.416.039
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							2.416.039
			S	1	1	90	0	100	2.416.039
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.581.381

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União								5.581.381
12 364	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro								5.581.381
			F	1	1	90	0	100		5.581.381
TOTAL - FISCAL										5.581.381
TOTAL - SEGURIDADE										2.416.039
TOTAL - GERAL										7.997.420

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.294.370
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.294.370
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas							1.294.370
			S	1	1	90	0	100	1.294.370
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							16.786.115
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							15.854.156
12 364	2109 20TP 0013	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas							15.854.156
			F	1	1	90	0	100	12.283.011
			F	1	1	90	0	112	3.571.145
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							931.959
12 846	2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas							931.959
			F	1	0	91	0	100	931.959
TOTAL - FISCAL									16.786.115
TOTAL - SEGURIDADE									1.294.370
TOTAL - GERAL									18.080.485

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.734.444
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							14.734.444
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							14.734.444
			S	1	1	90	0	100	14.734.444
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.788.244
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							6.788.244
12 364	2109 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							6.788.244
			F	1	1	90	0	100	6.788.244
TOTAL - FISCAL									6.788.244
TOTAL - SEGURIDADE									14.734.444
TOTAL - GERAL									21.522.688

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.749.522
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.749.522
12 364	2109 20TP 0021	Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão							7.749.522
			F	1	1	90	0	100	7.749.522
TOTAL - FISCAL									7.749.522
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.749.522

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.263.945
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.263.945
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							3.263.945
			S	1	1	90	0	100	3.263.945
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.553.491
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.509.367
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.509.367
			F	1	1	90	0	100	1.509.367
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							44.124
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							44.124
			F	1	0	91	0	100	44.124
TOTAL - FISCAL									1.553.491
TOTAL - SEGURIDADE									3.263.945
TOTAL - GERAL									4.817.436

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.425.801
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							12.425.801
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							12.425.801
			S	1	1	90	0	100	12.425.801
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.455.670
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.455.670
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.455.670
			F	1	1	90	0	100	3.455.670
TOTAL - FISCAL									3.455.670
TOTAL - SEGURIDADE									12.425.801
TOTAL - GERAL									15.881.471

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.685.834
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.685.834
09 272	0089 0181 0012	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre							1.685.834
			S	1	1	90	0	100	1.685.834
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.042.386
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.376.636
12 364	2109 20TP 0012	Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre							2.376.636
			F	1	1	90	0	100	2.376.636
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							665.750

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre	F	1	0	91	0	100	665.750
TOTAL - FISCAL									3.042.386
TOTAL - SEGURIDADE									1.685.834
TOTAL - GERAL									4.728.220

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.719.890
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							6.719.890
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso							6.719.890
			S	1	1	90	0	100	6.719.890
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							11.977
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							11.977
09 274	0909 0536 0051	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso							11.977
			S	3	1	90	0	100	11.977
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.772.336
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							7.772.336
12 364	2109 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso							7.772.336
			F	1	1	90	0	100	7.772.336
TOTAL - FISCAL									7.772.336
TOTAL - SEGURIDADE									6.731.867
TOTAL - GERAL									14.504.203

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.790.768
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.790.768
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							3.790.768
			S	1	1	90	0	100	3.790.768
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.147.864
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.147.864
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.147.864
			F	1	1	90	0	100	3.147.864
TOTAL - FISCAL									3.147.864
TOTAL - SEGURIDADE									3.790.768
TOTAL - GERAL									6.938.632

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.787.069
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.787.069
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							7.787.069
			S	1	1	90	0	100	7.787.069
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							88.110
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							88.110
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							88.110
			F	1	0	91	0	100	88.110
TOTAL - FISCAL									88.110
TOTAL - SEGURIDADE									7.787.069
TOTAL - GERAL									7.875.179

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.884.829
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.884.829
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí							4.884.829
			S	1	1	90	0	100	4.884.829
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.651.687
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							11.651.687
12 364	2109 20TP 0022	Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí							11.651.687
			F	1	1	90	0	100	11.651.687
TOTAL - FISCAL									11.651.687
TOTAL - SEGURIDADE									4.884.829
TOTAL - GERAL									16.536.516

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.900.193
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.900.193
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo							3.900.193
			S	1	1	90	0	100	3.900.193
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.430.135
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.875.451
12 364	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							4.875.451
			F	1	1	90	0	100	4.875.451
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							554.684
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							554.684
			F	1	0	91	0	100	554.684
TOTAL - FISCAL									5.430.135
TOTAL - SEGURIDADE									3.900.193
TOTAL - GERAL									9.330.328

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.302.511
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.302.511
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe							4.302.511
			S	1	1	90	0	100	4.302.511
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.933.493
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.307.477
12 364	2109 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe							9.307.477
			F	1	1	90	0	100	9.307.477
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.626.016
12 846	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							1.626.016
			F	1	0	91	0	100	1.626.016
TOTAL - FISCAL									10.933.493
TOTAL - SEGURIDADE									4.302.511
TOTAL - GERAL									15.236.004

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.446.339
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							9.446.339
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							9.446.339
			S	1	1	90	0	100	9.446.339
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.804.104
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.804.104
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							5.804.104
			F	1	1	90	0	112	5.804.104
TOTAL - FISCAL									5.804.104
TOTAL - SEGURIDADE									9.446.339
TOTAL - GERAL									15.250.443

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.064.428
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.064.428
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							8.064.428
			S	1	1	90	0	100	8.064.428
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.064.428
TOTAL - GERAL									8.064.428

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							305.351
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							305.351
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							305.351
			S	1	1	90	0	100	305.351
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.549.038
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.002.230
12 364	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							3.002.230
			F	1	1	90	0	100	3.002.230
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							546.808
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							546.808
			F	1	0	91	0	100	546.808
TOTAL - FISCAL									3.549.038
TOTAL - SEGURIDADE									305.351
TOTAL - GERAL									3.854.389

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.022.841
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.022.841
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.022.841
			S	1	1	90	0	100	1.022.841
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.991.654

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União								7.667.745
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais								7.667.745
			F	1	1	90	0	100		7.667.745
		Operações Especiais								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								1.323.909
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais								1.323.909
			F	1	0	91	0	100		1.323.909
TOTAL - FISCAL										8.991.654
TOTAL - SEGURIDADE										1.022.841
TOTAL - GERAL										10.014.495

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							664.300
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							664.300
09 272	0089 0181 0016	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amapá							664.300
			S	1	1	90	0	100	664.300
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.224.791
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.684.637
12 364	2109 20TP 0016	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá							1.684.637
			F	1	1	90	0	100	1.684.637
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							540.154
12 846	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							540.154
			F	1	0	91	0	100	540.154
TOTAL - FISCAL									2.224.791
TOTAL - SEGURIDADE									664.300
TOTAL - GERAL									2.889.091

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							62.536
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							62.536
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							62.536
			S	1	1	90	0	100	62.536
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							28.936
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							28.936
12 846	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							28.936
			F	1	0	91	0	100	28.936
TOTAL - FISCAL									28.936
TOTAL - SEGURIDADE									62.536
TOTAL - GERAL									91.472

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							15.219
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							15.219
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							15.219
			S	3	1	90	0	100	15.219
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.219

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - GERAL	15.219

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.205.139
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.205.139
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							1.205.139
			S	1	1	90	0	100	1.205.139
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.205.139
TOTAL - GERAL									1.205.139

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.002.505
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.002.505
09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.002.505
			S	1	1	90	0	100	1.002.505
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.739.502
		Atividades							
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							12.202
12 331	2109 2010 0054	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							12.202
			F	3	1	90	0	100	12.202
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							77.184
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul							77.184
			F	3	1	90	0	100	77.184
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.314.536
12 364	2109 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							5.314.536
			F	1	1	90	0	100	5.314.536
		Operações Especiais							
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							44.228
12 331	2109 00M1 0054	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Mato Grosso do Sul							44.228
			F	3	1	90	0	100	44.228
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.291.352
12 846	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.291.352
			F	1	0	91	0	100	1.291.352
TOTAL - FISCAL									6.739.502
TOTAL - SEGURIDADE									1.002.505
TOTAL - GERAL									7.742.007

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							361.653
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							361.653
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia							361.653
			S	1	1	90	0	100	361.653
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							22.481.994
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							22.378.333
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							22.378.333
			F	1	1	90	0	100	22.378.333
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							103.661
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							103.661

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	0	91	0	100	103.661
TOTAL - FISCAL									22.481.994
TOTAL - SEGURIDADE									361.653
TOTAL - GERAL									22.843.647

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.370.973
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.834.491
12 364	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							8.834.491
			F	1	1	90	0	100	8.834.491
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.536.482
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							1.536.482
			F	1	0	91	0	100	1.536.482
TOTAL - FISCAL									10.370.973
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.370.973

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.392.426
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.392.426
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas							1.392.426
			S	1	1	90	0	100	1.392.426
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.392.426
TOTAL - GERAL									1.392.426

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.825.227
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.825.227
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							1.825.227
			S	1	1	90	0	100	1.825.227
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							950.799
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							950.799
12 302	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							950.799
			S	1	1	90	0	100	950.799
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.776.026
TOTAL - GERAL									2.776.026

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubriand

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							689.451
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							689.451
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							689.451
			S	1	1	90	0	100	689.451
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									689.451
TOTAL - GERAL									689.451

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antonio Morais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.799.979
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.799.979
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo							1.799.979
			S	1	1	90	0	100	1.799.979
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.799.979
TOTAL - GERAL									1.799.979

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							46.809
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							46.809
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							46.809
			S	1	1	90	0	100	46.809
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.093.178
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.093.178
12 302	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							1.093.178
			S	1	1	90	0	100	1.093.178
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.139.987
TOTAL - GERAL									1.139.987

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26368 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.031.342
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.031.342
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							1.031.342
			S	1	1	90	0	100	1.031.342
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.031.342
TOTAL - GERAL									1.031.342

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							174.020
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							174.020
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará							174.020
			S	1	1	90	0	100	174.020
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.225.072
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							729.235
12 302	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará							729.235
			S	1	1	90	0	100	729.235
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							495.837
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							495.837
			S	1	0	91	0	100	495.837
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.399.092

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - GERAL	1.399.092

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.592.917
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.592.917
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							4.592.917
			S	1	1	90	0	100	4.592.917
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.592.917
TOTAL - GERAL									4.592.917

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							178.184
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							178.184
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná							178.184
			S	1	1	90	0	100	178.184
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									178.184
TOTAL - GERAL									178.184

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.463.057
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.463.057
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco							2.463.057
			S	1	1	90	0	100	2.463.057
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.463.057
TOTAL - GERAL									2.463.057

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							674.557
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							674.557
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							674.557
			S	1	1	90	0	100	674.557
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									674.557
TOTAL - GERAL									674.557

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							26.898
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							26.898

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0054	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso do Sul							26.898
			S	1	1	90	0	100	26.898
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									26.898
TOTAL - GERAL									26.898

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.487.145
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.487.145
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina							3.487.145
			S	1	1	90	0	100	3.487.145
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.487.145
TOTAL - GERAL									3.487.145

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul							
			S	1	1	90	0	100	
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba							
			S	1	1	90	0	100	
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba							
			S	1	0	91	0	100	
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 302	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26392 - Hospital Getúlio Vargas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0013	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Amazonas	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	S	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Miguel Riet Junior

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 302	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	S	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26397 - Hospital Júlio Muller

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 302	2109 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso	S	1	1	90	0	112

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 302	2109 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe	S	1	1	90	0		112

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0027	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0027	Pessoal Ativo da União - No Estado de Alagoas	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0013	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0032	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0021	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Maranhão	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0021	Pessoal Ativo da União - No Estado do Maranhão	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	100
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
12 331	2109 2010 0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
12 331	2109 00M1 0031	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0031	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso	F	1	0	91	0	100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	100
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
		Operações Especiais						
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)						
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
12 331	2109 00M1 0015	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	100
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0025	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba	F	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	100
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						
		Operações Especiais						
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais						
09 274	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
12 331	2109 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 331	2109 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
12 331	2109 00M1 0043	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0011	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Rondônia	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0011	Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0028	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Sergipe	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0028	Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0017	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Tocantins	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0017	Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0012	Pessoal Ativo da União - No Estado do Acre	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre	F	1	0	91	0		100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0016	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0026	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0026	Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0022	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Piauí	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0022	Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Paraná	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro						
			F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0024	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Norte						
			S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0024	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Norte						
			F	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0043	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul						
			S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 363	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul						
			F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul						
			F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0014	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Roraima						
			S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0042	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 363	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 363	2109 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0040	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Sul	S	1	1	90	0		100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 364	2109 20TP 0040	Pessoal Ativo da União - Na Região Sul							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste	S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 364	2109 20TP 0020	Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
		Operações Especiais						
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais						
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
12 331	2109 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal						
			S	3	1	90	0	100
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 302	2109 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional						
			S	1	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0029	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Bahia						
			S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia						
			F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia						
			F	1	0	91	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0015	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará						
			S	1	1	90	0	100
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
		Atividades						
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União						
12 364	2109 20TP 0015	Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará						
			F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará						
			F	1	0	91	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0		156
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 364	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							
12 364	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0		100
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							
22 122	2121 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
22 846	2121 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
22 846	2121 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0		100
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							
22 122	2121 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
22 846	2121 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
22 846	2121 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	91	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0010	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte	S	1	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	F
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							
		Atividades							
14 331	2112 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
14 331	2112 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0		100
06 122	2112 20TP	Pessoal Ativo da União							
06 122	2112 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
14 331	2112 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
14 331	2112 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal						
			F	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							
			S	1	1	90	0		100
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							
		Atividades							
04 331	2112 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
04 331	2112 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							
			F	3	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							
			S	1	1	90	0		100
			S	1	1	90	0		151
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							
			S	3	1	90	0		100
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							
		Atividades							
06 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							
06 301	2112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							
			S	3	1	90	0		100
06 331	2112 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
06 331	2112 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							
			F	3	1	90	0		100
		Operações Especiais							
06 331	2112 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							
06 331	2112 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							
			F	3	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	151
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania						
		Operações Especiais						
06 331	2112 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
06 331	2112 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						
		Operações Especiais						
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais						
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania						
		Atividades						
14 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
14 301	2112 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100
14 331	2112 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
14 331	2112 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							
		Atividades							
22 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							
22 122	2119 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0		100
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							
		Atividades							
22 301	2119 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							
22 301	2119 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							
25 122	2119 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0		100
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							
		Operações Especiais							
25 331	2119 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 331	2119 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100
25 846	2119 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
25 846	2119 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0581	Defesa da Ordem Jurídica						
		Atividades						
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100
03 122	0581 20TP	Pessoal Ativo da União						
03 122	0581 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0581	Defesa da Ordem Jurídica						
		Atividades						
03 301	0581 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
03 301	0581 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
03 331	0581 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							
		Atividades							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
03 331	0581 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							
			F	3	1	90	0	100	
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
03 331	0581 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							
			F	3	1	90	0	100	

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							
		Atividades							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							
			F	3	1	90	0	100	
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							
			F	3	1	90	0	100	

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							
			S	1	1	90	0	100	
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							
		Operações Especiais							
07 846	2118 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
07 846	2118 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							
			F	1	0	91	0	100	

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores						
		Atividades						
07 122	2118 20TP	Pessoal Ativo da União						
07 122	2118 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	151
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde						
		Operações Especiais						
10 846	2115 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
10 846	2115 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	0	91	6	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
		Operações Especiais						
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais						
28 846	0901 0022 5027	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Município de Porto Alegre - RS	S	1	1	90	6	100
			S	3	1	90	6	100
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						
		Operações Especiais						
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais						
09 274	0909 0536 5027	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Município de Porto Alegre - RS	S	3	1	90	0	100
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde						
		Atividades						
10 331	2115 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
10 331	2115 2011 5027	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS	S	3	1	90	0	100
10 331	2115 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
10 331	2115 2012 5027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Município de Porto Alegre - RS	S	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	151
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						
		Operações Especiais						
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais						
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	151

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	151
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde						
		Atividades						
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União						
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	S	1	1	90	0	151
		Operações Especiais						
10 846	2115 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
10 846	2115 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	S	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0		151
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU

UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							
09 274	0909 0536 0053	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Distrito Federal	S	3	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	1	1	90	0		100
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							
		Operações Especiais							
26 846	2126 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
26 846	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0		100
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
26 846	2126 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
26 846	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
26 846	2126 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							
26 846	2126 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							
		Atividades							
04 122	2131 20TP	Pessoal Ativo da União							
04 122	2131 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
04 331	2131 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							
04 331	2131 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo	S	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura						
		Atividades						
13 122	2107 20TP	Pessoal Ativo da União						
13 122	2107 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente						
		Atividades						
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União						
18 122	2124 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
18 846	2124 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
18 846	2124 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	100

TOTAL - FISCAL
TOTAL - SEGURIDADE
TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		156

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							
			S	1	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							
			S	1	1	90	0		118
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							
		Atividades							
27 331	2123 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							
27 331	2123 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							
			F	3	1	90	0		100
27 122	2123 20TP	Pessoal Ativo da União							
27 122	2123 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							
			F	1	1	90	0		100
			F	1	1	90	0		118
			F	1	1	91	0		118
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							
			S	1	1	90	0		100
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							
05 331	2108 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal							
			F	3	1	90	0		100
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							
			S	1	1	90	0		100
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							
			S	1	1	90	0		100
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							
		Atividades							
05 122	2108 2867	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas							
05 122	2108 2867 0001	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							
			F	1	1	90	0		100
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							
			F	3	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	TE	F
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							
		Operações Especiais							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							
			S	1	1	90	0		100
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							
		Atividades							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							
			S	3	1	90	0		100
05 331	2108 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							
			F	3	1	90	0		100
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							
			F	1	1	90	0		100
05 122	2108 2867	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas							
05 122	2108 2867 0001	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional							
			F	1	1	90	0		100
			F	1	1	90	0		144
		Operações Especiais							
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional							
			F	3	1	90	0		100

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União						
		Operações Especiais						
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas						
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional	S	1	1	90	0	100
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	156
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						
		Operações Especiais						
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais						
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa						
		Atividades						
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	4	1	90	0	100
05 331	2108 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
05 331	2108 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	4	1	90	0	100
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas						
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100
05 122	2108 2867	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas						
05 122	2108 2867 0001	Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100
		Operações Especiais						
05 331	2108 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
05 331	2108 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100
TOTAL - FISCAL								
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ANEXO

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							750.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							750.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							750.000
			F	3	1	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52222 - Fundação Osório

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							661.391
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							661.391

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	661.391
									661.391
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									661.391
TOTAL - GERAL									661.391

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							85.734
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							85.734
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							85.734
			S	1	1	90	0	100	85.734
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									85.734
TOTAL - GERAL									85.734

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							18.075.776
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							18.075.776
05 122	2108 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							18.075.776
			F	1	1	90	0	100	18.075.776
TOTAL - FISCAL									18.075.776
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.075.776

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							438.017
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							438.017
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							438.017
			S	1	1	90	0	100	438.017
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									438.017
TOTAL - GERAL									438.017

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							96.310
		Atividades							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							96.310
04 301	2111 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							96.310
			S	3	1	90	0	100	96.310
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									96.310
TOTAL - GERAL									96.310

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							1.574.108
		Atividades							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							812.010
04 301	2111 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							812.010
			S	3	1	50	0	100	812.010
04 331	2111 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							762.098
04 331	2111 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							762.098
			F	3	1	90	0	100	762.098
TOTAL - FISCAL									1.762.098
TOTAL - SEGURIDADE									812.010
TOTAL - GERAL									2.574.108

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							630.574
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							630.574
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Amazônia Legal							630.574
			S	1	1	90	0	100	630.574
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									630.574
TOTAL - GERAL									630.574

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							158.167
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							158.167
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Nordeste							158.167
			S	1	1	90	0	100	158.167
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									158.167
TOTAL - GERAL									158.167

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							70.775
		Atividades							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							65.525
04 301	2111 2004 0050	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste							65.525
			S	3	1	90	0	100	65.525
04 331	2111 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.250
04 331	2111 2010 0050	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste							5.250
			F	3	1	90	0	100	5.250
TOTAL - FISCAL									5.250
TOTAL - SEGURIDADE									65.525

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - GERAL	70.775

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário							8.065.459
		Atividades							
08 301	2122 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							120.000
08 301	2122 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							120.000
			S	3	1	90	0	100	120.000
08 331	2122 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000
08 331	2122 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							50.000
			S	3	1	90	0	100	50.000
08 331	2122 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							320.000
08 331	2122 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							320.000
			S	3	1	90	0	100	320.000
08 122	2122 20TP	Pessoal Ativo da União							7.575.459
08 122	2122 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							7.575.459
			S	1	1	90	0	151	7.575.459
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.065.459
TOTAL - GERAL									8.065.459

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.896.635
		Operações Especiais							
09 274	0089 009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA							14.896.635
09 274	0089 009K 0001	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA - Nacional							14.896.635
			S	1	1	90	0	100	14.896.635
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.113.749
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							3.113.749
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							3.113.749
			S	1	1	90	0	100	3.113.749
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.010.384
TOTAL - GERAL									18.010.384

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.287.412.927
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							1.287.412.927
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							1.287.412.927
			S	3	1	90	0	100	1.287.412.927
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.287.412.927
TOTAL - GERAL									1.287.412.927

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							5.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional								5.000.000
			F	1	1	90	0	100		5.000.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								5.100.144
		Operações Especiais								
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								5.100.144
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional								5.100.144
			S	3	1	90	0	100		5.100.144
TOTAL - FISCAL										5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										5.100.144
TOTAL - GERAL										10.100.144

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							554.279
		Atividades							
03 331	2100 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							93.167
03 331	2100 2010 5664	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Em Brasília - DF							93.167
			F	3	1	90	0	100	93.167
03 122	2100 20TP	Pessoal Ativo da União							461.112
03 122	2100 20TP 5664	Pessoal Ativo da União - Em Brasília - DF							461.112
			F	1	1	90	0	100	461.112
TOTAL - FISCAL									554.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									554.279

ÓRGÃO: 60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República

UNIDADE: 60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							15.000
		Atividades							
04 301	2101 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							15.000
04 301	2101 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							15.000
			S	3	1	90	0	100	15.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.000
TOTAL - GERAL									15.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.467.571
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							13.467.571
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							13.467.571
			S	1	1	90	0	100	13.467.571
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.467.571
TOTAL - GERAL									13.467.571

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							272.476.702
		Operações Especiais							
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							272.476.702
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							272.476.702
			F	3	1	90	0	100	272.476.702

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TOTAL - FISCAL	272.476.702
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	272.476.702

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							193.994.288
		Operações Especiais							
09 272	0089 0053	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios							193.994.288
09 272	0089 0053 0011	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia							7.638.285
			S	1	1	90	0	100	7.638.285
09 272	0089 0053 0014	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado de Roraima							21.832.398
			S	1	1	90	0	100	21.832.398
09 272	0089 0053 0016	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Amapá							15.631.321
			S	1	1	90	0	100	15.631.321
09 272	0089 0053 0033	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro							148.892.284
			S	1	1	90	0	100	148.892.284
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							92.171.230
		Atividades							
04 331	2125 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							280.000
04 331	2125 2011 0011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia							280.000
			F	3	1	90	0	100	280.000
04 122	2125 20TP	Pessoal Ativo da União							69.677.676
04 122	2125 20TP 0011	Pessoal Ativo da União - No Estado de Rondônia							20.781.602
			F	1	1	90	0	100	20.781.602
04 122	2125 20TP 0014	Pessoal Ativo da União - No Estado de Roraima							25.401.859
			F	1	1	90	0	100	25.401.859
04 122	2125 20TP 0016	Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá							23.494.215
			F	1	1	90	0	100	23.494.215
		Operações Especiais							
04 846	2125 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							22.213.554
04 846	2125 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia							6.113.155
			F	1	0	91	0	100	6.113.155
04 846	2125 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							16.100.399
			F	1	0	91	0	100	16.100.399
TOTAL - FISCAL									92.171.230
TOTAL - SEGURIDADE									193.994.288
TOTAL - GERAL									286.165.518

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							289.868.962
		Operações Especiais							
28 845	0903 009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal							98.382.549
28 845	0903 009T 0053	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal - No Distrito Federal							98.382.549
			S	1	1	90	0	100	98.382.549
28 845	0903 00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							7.000.000
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							7.000.000
			S	3	1	90	0	100	7.000.000
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							103.000.000
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							103.000.000
			F	1	1	90	0	100	20.000.000
			F	3	1	90	0	100	68.000.000
			F	4	1	90	0	100	15.000.000
28 845	0903 00Q2	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil							66.103.864
28 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil - No Distrito Federal							66.103.864
			S	1	1	90	0	100	66.103.864
28 845	0903 0312	Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal							15.382.549

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 845	0903 0312 0053	Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal - No Distrito Federal								15.382.549
			F	1	1	90	0	100		15.382.549
TOTAL - FISCAL										118.382.549
TOTAL - SEGURIDADE										171.486.413
TOTAL - GERAL										289.868.962

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.868.876
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.868.876
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							1.868.876
			F	3	2	90	0	100	1.868.876
TOTAL - FISCAL									1.868.876
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.868.876

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							176.100
		Projetos							
02 122	0569 15HD	Reforma da Central Telefônica do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região							176.100
02 122	0569 15HD 5664	Reforma da Central Telefônica do Edifício-Sede do TRF da 1ª Região - Em Brasília - DF							176.100
			F	4	2	90	0	100	176.100
TOTAL - FISCAL									176.100
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									176.100

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							344.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							344.000
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							344.000
			F	3	2	90	0	100	344.000
TOTAL - FISCAL									344.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									344.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							337.980
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							337.980
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							337.980
			F	3	2	90	0	100	337.980
TOTAL - FISCAL									337.980
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									337.980

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							7.228.907
		Atividades							
02 126	0571 2C73	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação							7.228.907
02 126	0571 2C73 0001	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - Nacional							7.228.907
			F	3	2	90	0	100	7.228.907
TOTAL - FISCAL									7.228.907
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.228.907

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.600.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							9.600.000
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							9.600.000
			F	3	2	90	0	100	9.600.000
TOTAL - FISCAL									9.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.600.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.477.516
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.477.516
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							1.477.516
			F	3	2	90	0	100	1.477.516
TOTAL - FISCAL									1.477.516
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.477.516

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.235.193
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.235.193
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							1.235.193
			F	4	2	90	0	100	1.235.193
TOTAL - FISCAL									1.235.193
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.235.193

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.550.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.550.000
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							2.550.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	3	2	90	0	100	2.550.000
TOTAL - FISCAL									2.550.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.550.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							366.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							366.000
02 122	0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo							366.000
			F	3	2	90	0	100	366.000
TOTAL - FISCAL									366.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									366.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							5.000.000
		Atividades							
04 331	2101 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.000.000
04 331	2101 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
04 331	2101 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							4.000.000
04 331	2101 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							4.000.000
			F	3	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							15.000.000
		Atividades							
06 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							15.000.000
06 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							15.000.000
			F	1	1	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							3.500.000
		Atividades							
21 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							3.500.000
21 122	2101 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							3.500.000
			F	1	1	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							26.040.122
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							26.040.122
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							26.040.122
			F	1	1	90	0	100	158.416
			F	3	1	90	0	100	1.703.835
			F	5	1	90	0	100	24.177.871
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4.000.000
		Atividades							
21 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
21 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									30.040.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.040.122

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							12.000.000
		Atividades							
04 331	2101 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.000.000
04 331	2101 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
24 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
24 122	2101 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.000.000
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Em Brasília - DF							4.000.000
			S	1	1	90	0	153	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							38.500.000
		Atividades							
20 301	2105 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.500.000
20 301	2105 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.500.000
			S	3	1	90	0	100	1.500.000
20 331	2105 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							2.000.000
20 331	2105 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
20 122	2105 20TP	Pessoal Ativo da União							35.000.000
20 122	2105 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							35.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	1	1	90	0	100	35.000.000
TOTAL - FISCAL									37.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									38.500.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							19.500.000
		Atividades							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.500.000
19 301	2106 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.500.000
			S	3	1	90	0	100	1.500.000
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							18.000.000
19 122	2106 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							18.000.000
			F	1	1	90	0	100	18.000.000
TOTAL - FISCAL									18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									19.500.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							30.825
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							30.825
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							30.825
			F	1	1	90	0	100	30.825
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							6.000.000
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							6.000.000
19 122	2106 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							6.000.000
			F	1	1	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.030.825
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.030.825

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							133.418
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							133.418
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							133.418
			F	1	1	90	0	100	122.144
			F	3	1	90	0	100	11.274
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							11.000.000
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							11.000.000
19 122	2106 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							11.000.000
			F	1	1	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									11.133.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.133.418

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							10.000.000
		Atividades							
19 122	2106 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
19 122	2106 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							8.481.797
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							8.481.797
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							8.481.797
			S	3	1	90	0	100	8.481.797
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.481.797
TOTAL - GERAL									8.481.797

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							8.000.000
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							8.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							8.000.000
			F	1	1	90	0	100	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.000.000
			S	1	1	90	0	100	2.000.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							20.000.000
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							20.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							20.000.000
			F	1	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									22.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.803.490
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.803.490
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							1.803.490
			F	1	1	90	0	100	64.296
			F	3	1	90	0	100	1.739.194
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							20.000.000
		Atividades							
04 122	2110 20TP	Pessoal Ativo da União							20.000.000
04 122	2110 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							20.000.000
			F	1	1	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									21.803.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.803.490

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.811
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							8.811
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							8.811
			F	1	1	90	0	100	1.248
			F	3	1	90	0	100	7.563
TOTAL - FISCAL									8.811
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.811

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							173.312
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							173.312
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							173.312
			F	1	1	90	0	100	173.312
TOTAL - FISCAL									173.312
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									173.312

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							7.000.000
			S	1	1	90	0	156	7.000.000
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							34.915.087
		Operações Especiais							
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							34.915.087
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional							34.915.087
			F	1	1	90	0	100	34.915.087
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.000.000
		Atividades							
12 122	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
12 122	2109 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									38.915.087
TOTAL - SEGURIDADE									7.000.000
TOTAL - GERAL									45.915.087

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.374
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.374
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							7.374
			F	1	1	90	0	100	7.374
TOTAL - FISCAL									7.374
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.374

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.886
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.886
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							11.886
			F	1	1	90	0	100	5.536
			F	3	1	90	0	100	6.350
TOTAL - FISCAL									11.886
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.886

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							77.571
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							77.571
28 846	0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia							77.571
			F	1	1	90	0	100	44.281
			F	3	1	90	0	100	1.710
			F	5	1	90	0	100	31.580
TOTAL - FISCAL									77.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.571

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							18.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							18.000.000
09 272	0089 0181 0023	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará							18.000.000
			S	1	1	90	0	156	18.000.000
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							30.240
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							30.240
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							30.240
			F	1	1	90	0	100	14.606
			F	3	1	90	0	100	15.634
TOTAL - FISCAL									30.240
TOTAL - SEGURIDADE									18.000.000
TOTAL - GERAL									18.030.240

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							327.534
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							327.534
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							327.534
			F	1	1	90	0	100	327.534
TOTAL - FISCAL									327.534
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									327.534

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							39.326
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							39.326
28 846	0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás							39.326
			F	1	1	90	0	100	36.663
			F	3	1	90	0	100	2.663
TOTAL - FISCAL									39.326
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.326

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							83.331
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							83.331
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							83.331
			F	1	1	90	0	100	77.800
			F	3	1	90	0	100	5.531
TOTAL - FISCAL									83.331
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									83.331

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.613
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.613
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							1.613
			F	1	1	90	0	100	1.613
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.500.000
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							2.500.000
12 364	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							2.500.000
			F	1	1	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.501.613
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.501.613

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							555.204
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							555.204
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							555.204
			F	1	1	90	0	100	539.368
			F	3	1	90	0	100	15.836
TOTAL - FISCAL									555.204
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									555.204

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.115.425
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.115.425
28 846	0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará							1.115.425
			F	1	1	90	0	100	58.271
			F	3	1	90	0	100	1.057.154
TOTAL - FISCAL									1.115.425
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.115.425

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							140.397
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							140.397
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							140.397
			F	1	1	90	0	100	124.093
			F	3	1	90	0	100	16.304
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.000.000
		Atividades							
12 364	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
12 364	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.140.397
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.140.397

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							579.795
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							579.795
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							579.795
			F	1	1	90	0	100	222.034
			F	3	1	90	0	100	357.761
TOTAL - FISCAL									579.795
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									579.795

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							207.015
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							207.015
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							207.015
			F	1	1	90	0	100	201.059
			F	3	1	90	0	100	5.956
TOTAL - FISCAL									207.015
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									207.015

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							252.411
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							252.411
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							252.411
			F	1	1	90	0	100	43.626
			F	3	1	90	0	100	208.785
TOTAL - FISCAL									252.411
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									252.411

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.304.845
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.304.845
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							3.304.845
			F	1	1	90	0	100	1.700.646
			F	3	1	90	0	100	1.604.199
TOTAL - FISCAL									3.304.845
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.304.845

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							51.754
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							51.754
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							51.754
			F	1	1	90	0	100	29.052
			F	3	1	90	0	100	22.702
TOTAL - FISCAL									51.754
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.754

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							177.252
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							177.252
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							177.252
			F	1	1	90	0	100	85.697
			F	3	1	90	0	100	91.555
TOTAL - FISCAL									177.252
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									177.252

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							381.262
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							381.262
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							381.262
			F	1	1	90	0	100	190.430
			F	3	1	90	0	100	190.832
TOTAL - FISCAL									381.262
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									381.262

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							49.380
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							49.380
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							49.380
			F	1	1	90	0	100	44.117
			F	3	1	90	0	100	5.263
TOTAL - FISCAL									49.380
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									49.380

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							22.132
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							22.132
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							22.132
			F	1	1	90	0	100	22.132
TOTAL - FISCAL									22.132
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.132

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.447
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.447
28 846	0901 0005 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima							1.447
			F	1	1	90	0	100	1.447
TOTAL - FISCAL									1.447
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.447

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							70.789
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							70.789
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							70.789
			F	1	1	90	0	100	35.901
			F	3	1	90	0	100	34.888
TOTAL - FISCAL									70.789
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.789

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.122
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.122
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							9.122
			F	1	1	90	0	100	9.122
TOTAL - FISCAL									9.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.122

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.176
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.176
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							1.176
			F	1	1	90	0	100	1.176
TOTAL - FISCAL									1.176
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.176

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							6.262
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							6.262
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							6.262
			F	1	1	90	0	100	6.262
TOTAL - FISCAL									6.262
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.262

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							53
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							53
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							53
			F	1	1	90	0	100	53
TOTAL - FISCAL									53
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									53

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.915
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.915
28 846	0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná							9.915
			F	1	1	90	0	100	9.712
			F	3	1	90	0	100	203
TOTAL - FISCAL									9.915
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.915

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.852
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.852
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							4.852
			F	1	1	90	0	100	4.852
TOTAL - FISCAL									4.852
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.852

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							56.933
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							56.933
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							56.933
			F	1	1	90	0	100	55.818
			F	3	1	90	0	100	1.115
TOTAL - FISCAL									56.933
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.933

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							67.967
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							67.967
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							67.967
			F	1	1	90	0	100	64.598
			F	3	1	90	0	100	3.369
TOTAL - FISCAL									67.967
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									67.967

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							33.067
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							33.067
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							33.067
			F	1	1	90	0	100	33.067
TOTAL - FISCAL									33.067
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.067

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.218
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.218
28 846	0901 0005 0011	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Rondônia							3.218
			F	1	1	90	0	100	3.218
TOTAL - FISCAL									3.218
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.218

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							18.953
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							18.953
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							18.953
			F	1	1	90	0	100	18.953
TOTAL - FISCAL									18.953
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.953

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.407
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.407
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							2.407
			F	1	1	90	0	100	1.394
			F	3	1	90	0	100	1.013
TOTAL - FISCAL									2.407
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.407

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							245.850
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							245.850
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							245.850
			F	1	1	90	0	100	184.831
			F	3	1	90	0	100	61.019
TOTAL - FISCAL									245.850
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									245.850

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							41.321
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							41.321
28 846	0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão							41.321
			F	1	1	90	0	100	38.208
			F	3	1	90	0	100	3.113
TOTAL - FISCAL									41.321
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.321

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							113.387
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							113.387
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							113.387
			F	1	1	90	0	100	335
			F	3	1	90	0	100	113.052
TOTAL - FISCAL									113.387
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									113.387

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							22.001
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							22.001
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							22.001
			F	1	1	90	0	100	21.421
			F	3	1	90	0	100	580
TOTAL - FISCAL									22.001
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.001

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							6.032
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							6.032
28 846	0901 0005 0012	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Acre							6.032
			F	1	1	90	0	100	6.032
TOTAL - FISCAL									6.032
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.032

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							17.790
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							17.790
28 846	0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso							17.790
			F	1	1	90	0	100	15.604
			F	3	1	90	0	100	2.186
TOTAL - FISCAL									17.790
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.790

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							35.887
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							35.887
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							35.887
			F	1	1	90	0	100	22.299
			F	3	1	90	0	100	13.588
TOTAL - FISCAL									35.887
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.887

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							481.213
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							481.213
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							481.213
			F	1	1	90	0	100	346.112
			F	3	1	90	0	100	135.101
TOTAL - FISCAL									481.213
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									481.213

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.658
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.658
28 846	0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí							5.658
			F	1	1	90	0	100	2.594
			F	3	1	90	0	100	3.064
TOTAL - FISCAL									5.658
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.658

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.935
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.935
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							3.935
			F	1	1	90	0	100	3.935
TOTAL - FISCAL									3.935
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.935

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							52.814
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							52.814
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							52.814
			F	1	1	90	0	100	22.740
			F	3	1	90	0	100	30.074
TOTAL - FISCAL									52.814
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.814

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							76.651
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							76.651
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							76.651
			F	1	1	90	0	100	29.579
			F	3	1	90	0	100	47.072
TOTAL - FISCAL									76.651
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									76.651

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.344
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							44.344
28 846	0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul							44.344
			F	1	1	90	0	100	23.451
			F	3	1	90	0	100	20.893
TOTAL - FISCAL									44.344
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.344

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.794
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.794
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							3.794
			F	1	1	90	0	100	3.603
			F	3	1	90	0	100	191
TOTAL - FISCAL									3.794
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.794

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							24.467
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							24.467
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							24.467
			F	1	1	90	0	100	24.467
TOTAL - FISCAL									24.467
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.467

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							185
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							185
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							185
			F	1	1	90	0	100	177
			F	3	1	90	0	100	8
TOTAL - FISCAL									185
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									185

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.178
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.178
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							2.178
			F	1	1	90	0	100	2.178
TOTAL - FISCAL									2.178
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.178

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							9.333
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							9.333
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							9.333
			S	1	1	90	0	100	657
			S	3	1	90	0	100	8.676
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
12 302	2109 20TP 0043	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.000.000
			S	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.009.333
TOTAL - GERAL									5.009.333

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							16.524
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							16.524
28 846	0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal							16.524
			F	1	1	90	0	100	6.543
			F	3	1	90	0	100	9.981
TOTAL - FISCAL									16.524
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.524

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.690
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.690
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							1.690
			F	1	1	90	0	100	1.690
TOTAL - FISCAL									1.690
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.690

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
12 302	2109 20TP 0029	Pessoal Ativo da União - No Estado da Bahia							4.000.000
			S	1	1	90	0	112	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26363 - Maternidade Assis Chateaubriand

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0023	Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000283

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antonio Morais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							500.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							500.000
12 302	2109 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							500.000
			S	1	1	90	0	112	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							8.000.000
12 302	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							8.000.000
			S	1	1	90	0	112	8.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.000.000
TOTAL - GERAL									8.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
12 302	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							3.000.000
			S	1	1	90	0	112	3.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
12 302	2109 20TP 0025	Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba							3.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.683.866
			S	1	1	90	0	112	1.316.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
12 302	2109 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							4.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	1	1	90	0	112	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0042	Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
12 302	2109 20TP 0031	Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							1.000.000
			S	1	1	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.000.000
		Atividades							
12 302	2109 20TP	Pessoal Ativo da União							9.000.000
12 302	2109 20TP 0054	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							9.000.000
			S	1	1	90	0	112	9.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.000.000
TOTAL - GERAL									9.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000285

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							27.700
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							27.700
28 846	0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas							27.700
			F	1	1	90	0	100	27.700
TOTAL - FISCAL									27.700
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.700

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							72
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							72
28 846	0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas							72
			F	3	1	90	0	100	72
TOTAL - FISCAL									72
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.955
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.955
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							3.955
			F	1	1	90	0	100	3.955
TOTAL - FISCAL									3.955
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.955

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.190
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.190
28 846	0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo							1.190
			F	1	1	90	0	100	1.190
TOTAL - FISCAL									1.190
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.190

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000286

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.013
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.013
28 846	0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão							5.013
			F	1	1	90	0	100	5.013
TOTAL - FISCAL									5.013
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.013

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							410
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							410
28 846	0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais							410
			F	1	1	90	0	100	410
TOTAL - FISCAL									410
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									410

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							24.530
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							24.530
28 846	0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso							24.530
			F	1	1	90	0	100	22.707
			F	3	1	90	0	100	1.823
TOTAL - FISCAL									24.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.530

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.149
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							44.149
28 846	0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba							44.149
			F	1	1	90	0	100	44.149
TOTAL - FISCAL									44.149
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.149

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000287

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.428
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							11.428
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							11.428
			F	1	1	90	0	100	11.428
TOTAL - FISCAL									11.428
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.428

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							56.298
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							56.298
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							56.298
			F	1	1	90	0	100	56.298
TOTAL - FISCAL									56.298
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.298

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.934
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.934
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							1.934
			F	1	1	90	0	100	1.934
TOTAL - FISCAL									1.934
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.934

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.243
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.243
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							2.243
			F	1	1	90	0	100	2.243
TOTAL - FISCAL									2.243
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.243

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000288

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.964
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							2.964
28 846	0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe							2.964
			F	1	1	90	0	100	2.964
TOTAL - FISCAL									2.964
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.964

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							43.985
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							43.985
28 846	0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco							43.985
			F	1	1	90	0	100	42.614
			F	3	1	90	0	100	1.371
TOTAL - FISCAL									43.985
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									43.985

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.338
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.338
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							1.338
			F	1	1	90	0	100	1.338
TOTAL - FISCAL									1.338
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.338

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							61.539
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							61.539
28 846	0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte							61.539
			F	1	1	90	0	100	58.664
			F	3	1	90	0	100	2.875
TOTAL - FISCAL									61.539
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									61.539

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							21.859
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							21.859
28 846	0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul							21.859
			F	1	1	90	0	100	550
			F	3	1	90	0	100	21.309
TOTAL - FISCAL									21.859
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.859

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							326.648
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							326.648
28 846	0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina							326.648
			F	1	1	90	0	100	323.320
			F	3	1	90	0	100	3.328
TOTAL - FISCAL									326.648
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									326.648

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.460
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.460
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							1.460
			F	1	1	90	0	100	1.460
TOTAL - FISCAL									1.460
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.460

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.147.358
		Atividades							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.147.358
12 301	2109 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.147.358
			S	3	1	90	0	100	2.147.358
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.147.358
TOTAL - GERAL									2.147.358

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000290

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.571
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.571
28 846	0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará							1.571
			F	1	1	90	0	100	1.571
TOTAL - FISCAL									1.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.571

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.420
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.420
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							7.420
			F	1	1	90	0	100	6.531
			F	3	1	90	0	100	889
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							3.000.000
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
22 122	2121 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.007.420
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.007.420

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.558
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.558
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							7.558
			F	1	1	90	0	100	7.294
			F	3	1	90	0	100	264
TOTAL - FISCAL									7.558
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.558

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							703.462
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							703.462
28 846	0901 0005 0010	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Norte							703.462
			F	3	1	90	0	100	703.462
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							1.000.000
		Atividades							
22 122	2121 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
22 122	2121 20TP 0010	Pessoal Ativo da União - Na Região Norte							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.703.462
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.703.462

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000291

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							4.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							4.000.000
			S	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							400.000
		Atividades							
06 331	2112 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							400.000
06 331	2112 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							400.000
			F	3	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							63.000.000
		Atividades							
06 122	2112 20TP	Pessoal Ativo da União							63.000.000
06 122	2112 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							63.000.000
			F	1	1	90	0	100	63.000.000
TOTAL - FISCAL									63.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									63.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							295.656
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							295.656
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							295.656
			F	1	1	90	0	100	164.107
			F	3	1	90	0	100	85.837
			F	5	1	90	0	100	45.712
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania							5.000.000
		Atividades							
14 122	2112 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
14 122	2112 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.295.656
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.295.656

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000292

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.500.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							1.500.000
			S	1	1	90	0	100	1.500.000
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							6.000.000
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							6.000.000
25 122	2119 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							6.000.000
			F	1	1	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.500.000
TOTAL - GERAL									7.500.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							3.000.000
		Atividades							
22 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
22 122	2119 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							284.250
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							284.250
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							284.250
			F	1	1	90	0	100	283.310
			F	3	1	90	0	100	940
TOTAL - FISCAL									284.250
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									284.250

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.619
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.619
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							3.619
			F	3	1	90	0	100	3.619
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							2.000.000
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							2.000.000
25 122	2119 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							2.000.000
			F	1	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.003.619
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.003.619

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000293

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							1.500.000
		Atividades							
25 122	2119 20TP	Pessoal Ativo da União							1.500.000
25 122	2119 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							29.000.000
		Atividades							
03 062	0581 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal							29.000.000
03 062	0581 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional							29.000.000
			F	3	2	90	0	100	29.000.000
TOTAL - FISCAL									29.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.000.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							940.000
		Atividades							
03 062	0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar							940.000
03 062	0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional							940.000
			F	3	2	90	0	100	940.000
TOTAL - FISCAL									940.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									940.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.190.000
		Atividades							
03 331	0581 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							33.000
03 331	0581 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							33.000
			F	3	1	90	0	100	33.000
03 062	0581 4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios							1.157.000
03 062	0581 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal							1.157.000
			F	3	2	90	0	100	1.157.000
TOTAL - FISCAL									1.190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.190.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000294

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União

UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							960.000
		Atividades							
03 062	0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho							960.000
03 062	0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional							960.000
			F	3	2	90	0	100	960.000
TOTAL - FISCAL									960.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									960.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							25.000.000
		Atividades							
07 122	2118 20TP	Pessoal Ativo da União							25.000.000
07 122	2118 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							25.000.000
			F	1	1	90	0	100	25.000.000
TOTAL - FISCAL									25.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							398.415
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							398.415
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							398.415
			S	1	1	90	6	100	1.642
			S	3	1	90	6	100	396.773
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							58.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							58.000.000
10 122	2115 20TP 0033	Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio de Janeiro							58.000.000
			S	1	1	90	6	151	58.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									58.398.415
TOTAL - GERAL									58.398.415

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							38.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							38.000.000
10 122	2115 20TP 5027	Pessoal Ativo da União - No Município de Porto Alegre - RS							38.000.000
			S	1	1	90	6	100	29.999.998
			S	1	1	90	6	151	8.000.002
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									38.000.000
TOTAL - GERAL									38.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000295

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							659.038
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							659.038
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							659.038
			S	1	1	90	6	100	179.170
			S	3	1	90	6	100	479.868
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							140.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							140.000.000
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							140.000.000
			S	1	1	90	6	151	140.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									140.659.038
TOTAL - GERAL									140.659.038

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.427
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							7.427
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							7.427
			S	1	1	90	6	100	7.427
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							28.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							28.000.000
10 122	2115 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							28.000.000
			S	1	1	90	6	151	28.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									28.007.427
TOTAL - GERAL									28.007.427

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							50.577
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							50.577
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							50.577
			S	3	1	90	0	100	50.577
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.577
TOTAL - GERAL									50.577

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							190.000.000
		Atividades							
10 122	2115 20TP	Pessoal Ativo da União							190.000.000
10 122	2115 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							190.000.000
			S	1	1	90	6	151	190.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									190.000.000
TOTAL - GERAL									190.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU

UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União-CGU - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2133		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle							1.000.000
		Atividades							
04 122	2133 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
04 122	2133 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							42.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Distrito Federal							42.000.000
			S	1	1	90	0	100	42.000.000
2126		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							10.000.000
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
26 122	2126 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									42.000.000
TOTAL - GERAL									52.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2126		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							1.000.000
		Atividades							
26 122	2126 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
26 122	2126 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.144.259
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.144.259
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.144.259
			F	1	1	90	0	100	90.921
			F	3	1	90	0	100	3.905.499
			F	5	1	90	0	100	147.839
TOTAL - FISCAL									4.144.259
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.144.259

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000297

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							307.000
		Atividades							
04 301	2131 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							307.000
04 301	2131 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							307.000
			S	3	1	90	0	100	307.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									307.000
TOTAL - GERAL									307.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.070
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							8.070
28 846	0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo							8.070
			F	1	1	90	0	100	8.070
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							1.000.000
		Atividades							
11 122	2131 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
11 122	2131 20TP 0035	Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.008.070
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.008.070

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							9.000.000
		Atividades							
13 122	2107 20TP	Pessoal Ativo da União							9.000.000
13 122	2107 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							9.000.000
			F	1	1	90	0	100	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							18.173
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							18.173
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							18.173
			F	1	1	90	0	100	17.900
			F	3	1	90	0	100	273
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							7.000.000
		Atividades							
13 122	2107 20TP	Pessoal Ativo da União							7.000.000
13 122	2107 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							7.000.000
			F	1	1	90	0	100	7.000.000
TOTAL - FISCAL									7.018.173
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.018.173

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000298

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							4.537
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.537
28 846	0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro							4.537
			F	1	1	90	0	100	4.537
TOTAL - FISCAL									4.537
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.537

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2124		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							2.000.000
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							2.000.000
18 122	2124 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							2.000.000
			F	1	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.012.926
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							3.012.926
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							3.012.926
			F	1	1	90	0	100	330.776
			F	3	1	90	0	100	2.381.341
			F	5	1	90	0	100	300.809
2124		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							18.000.000
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							18.000.000
18 122	2124 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							18.000.000
			F	1	1	90	0	100	18.000.000
TOTAL - FISCAL									21.012.926
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.012.926

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.049.393
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							5.049.393
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							5.049.393
			F	3	1	90	0	100	168.825
			F	5	1	90	0	100	4.880.568
2124		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							5.000.000
		Atividades							
18 122	2124 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
18 122	2124 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									10.049.393
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.049.393

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000299

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							44.759.073
		Operações Especiais							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							44.759.073
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							44.759.073
			F	1	1	90	0	100	39.400.000
			F	3	1	90	0	100	5.359.073
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							129.378.065
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							21.272.144
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							21.272.144
			S	3	1	90	0	100	21.272.144
28 846	0909 0623	Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes							25.512.523
28 846	0909 0623 0001	Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes - Nacional							25.512.523
			F	3	1	90	0	100	25.512.523
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							14.687.760
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							14.687.760
			S	3	1	90	0	100	14.687.760
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							67.905.638
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							67.905.638
			S	1	1	90	0	100	28.000.000
			S	3	1	90	0	100	39.905.638
TOTAL - FISCAL									70.271.596
TOTAL - SEGURIDADE									103.865.542
TOTAL - GERAL									174.137.138

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							33.620
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							33.620
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							33.620
			F	1	1	90	0	100	32.199
			F	3	1	90	0	100	1.421
2125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							4.000.000
		Atividades							
04 122	2125 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.033.620
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.033.620

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							870.796
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							870.796
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							870.796
			F	1	1	90	0	100	762.582
			F	3	1	90	0	100	108.214
2125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							4.000.000
		Atividades							
04 122	2125 20TP	Pessoal Ativo da União							4.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.870.796
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.870.796

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000300

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							8.341.148
		Atividades							
27 811	2035 20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento							1.941.148
27 811	2035 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional							1.941.148
			F	3	2	90	0	118	1.941.148
27 811	2035 216U	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais							6.000.000
27 811	2035 216U 0001	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais - Nacional							6.000.000
			F	3	2	90	0	118	6.000.000
		Projetos							
27 811	2035 15NP	Implantação do Autódromo do Rio de Janeiro							400.000
27 811	2035 15NP 0033	Implantação do Autódromo do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							20.000
		Atividades							
27 331	2123 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
27 331	2123 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									8.361.148
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.361.148

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							7.020.000
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							7.000.000
05 122	2108 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							7.000.000
			F	1	1	90	0	100	7.000.000
		Operações Especiais							
07 331	2108 00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX							20.000
07 331	2108 00PO 0002	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX - No Exterior							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									7.020.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.020.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.000.000
			S	1	1	90	0	100	817.316
			S	1	1	90	0	153	7.182.684
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							2.000.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							2.000.000
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							2.000.000
			S	1	1	90	0	100	2.000.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							159.693.559
		Atividades							
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							6.693.559
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							6.693.559
			F	3	1	90	0	100	6.693.559
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							28.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000301

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05 122	2108 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional								28.000.000
			F	1	1	90	0	100		28.000.000
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas								125.000.000
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional								125.000.000
			F	1	1	90	0	100		311.759
			F	1	1	90	0	144		124.688.241
TOTAL - FISCAL										159.693.559
TOTAL - SEGURIDADE										10.000.000
TOTAL - GERAL										169.693.559

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							7.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							7.000.000
			S	1	1	90	0	100	749.001
			S	1	1	90	0	153	6.250.999
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.500.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							2.500.000
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							2.500.000
			S	1	1	90	0	100	2.500.000
09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							1.000.000
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							1.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.000.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							51.180.000
		Atividades							
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							43.180.000
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							43.180.000
			F	3	1	90	0	100	43.180.000
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							6.000.000
05 122	2108 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							6.000.000
			F	1	1	90	0	100	6.000.000
		Operações Especiais							
07 331	2108 00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX							2.000.000
07 331	2108 00PO 0002	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX - No Exterior							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									51.180.000
TOTAL - SEGURIDADE									10.500.000
TOTAL - GERAL									61.680.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							4.500.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							3.000.000
09 274	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							3.000.000
			S	1	1	90	0	100	3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000302

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 274	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							1.500.000
09 274	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							1.500.000
			S	1	1	90	0	100	1.500.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							74.593.300
		Atividades							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.053.300
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							20.053.300
			S	3	1	90	0	100	20.053.300
05 331	2108 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.640.000
05 331	2108 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							5.640.000
			F	3	1	90	0	100	5.640.000
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							43.000.000
05 122	2108 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							43.000.000
			F	1	1	90	0	100	43.000.000
		Operações Especiais							
07 331	2108 00PO	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX							5.900.000
07 331	2108 00PO 0002	Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior - IREX - No Exterior							5.900.000
			F	3	1	90	0	100	5.900.000
TOTAL - FISCAL									54.540.000
TOTAL - SEGURIDADE									24.553.300
TOTAL - GERAL									79.093.300

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							11.000.000
		Atividades							
05 122	2108 20TP	Pessoal Ativo da União							11.000.000
05 122	2108 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							11.000.000
			S	1	1	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.000.000
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.500.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							2.500.000
04 122	2111 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							2.500.000
			F	1	1	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							5.000.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							5.000.000
04 122	2111 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000303

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							91.116
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							91.116
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							91.116
			F	1	1	90	0	100	81.832
			F	3	1	90	0	100	9.284
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.000.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							2.000.000
04 122	2111 20TP 0020	Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste							2.000.000
			F	1	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.091.116
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.091.116

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							2.500.000
			S	1	1	90	0	156	2.500.000
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.159.455
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							1.159.455
28 846	0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste							1.159.455
			F	1	1	90	0	100	600.599
			F	3	1	90	0	100	4.233
			F	5	1	90	0	100	554.623
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							10.000.000
		Atividades							
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
04 122	2111 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									11.159.455
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									13.659.455

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							1.070.775
		Atividades							
04 331	2111 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							5.000
04 331	2111 2011 0050	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste							5.000
			F	3	1	90	0	100	5.000
04 331	2111 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							59.000
04 331	2111 2012 0050	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Centro-Oeste							59.000
			F	3	1	90	0	100	59.000
04 122	2111 20TP	Pessoal Ativo da União							1.000.000
04 122	2111 20TP 0050	Pessoal Ativo da União - Na Região Centro-Oeste							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
		Operações Especiais							
04 331	2111 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							6.775
04 331	2111 00M1 0050	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Na Região Centro-Oeste							6.775
			F	3	1	90	0	100	6.775
TOTAL - FISCAL									1.070.775
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.070.775

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000304

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							1.500.000
		Atividades							
23 122	2128 20TP	Pessoal Ativo da União							1.500.000
23 122	2128 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							1.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							1.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.000.000
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							1.500.000
		Atividades							
23 122	2128 20TP	Pessoal Ativo da União							1.500.000
23 122	2128 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							1.500.000
			F	1	1	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							8.000.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							8.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							8.000.000
			S	1	1	90	0	151	8.000.000
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							15.183.382
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							15.183.382
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							15.183.382
			S	1	1	90	0	100	4.977.813
			S	3	1	90	0	100	10.046.002
			S	5	1	90	0	100	159.567
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							4.950.641
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							4.950.641
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							4.950.641
			S	3	1	90	0	100	4.950.641
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário							105.000.000
		Atividades							
09 122	2122 20TP	Pessoal Ativo da União							105.000.000
09 122	2122 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							105.000.000
			S	1	1	90	0	151	105.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									133.134.023
TOTAL - GERAL									133.134.023

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000305

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							45.719.591
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							4.166.418
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							4.166.418
			S	3	1	90	0	100	4.166.418
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							41.553.173
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							41.553.173
			S	3	1	90	0	100	41.553.173
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									45.719.591
TOTAL - GERAL									45.719.591

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

UNIDADE: 55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							105.562.866
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							105.562.866
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							105.562.866
			S	3	1	90	0	100	105.562.866
	2061	Previdência Social							639.445.586
		Operações Especiais							
09 271	2061 0E82	Benefícios Previdenciários Rurais							639.445.586
09 271	2061 0E82 0001	Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional							639.445.586
			S	3	1	90	0	100	639.445.586
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									745.008.452
TOTAL - GERAL									745.008.452

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							11.000.000
		Atividades							
15 122	2116 20TP	Pessoal Ativo da União							11.000.000
15 122	2116 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							11.000.000
			F	1	1	90	0	100	11.000.000
TOTAL - FISCAL									11.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							10.000.000
		Atividades							
15 122	2116 20TP	Pessoal Ativo da União							10.000.000
15 122	2116 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							10.000.000
			F	1	1	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000306

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2100		Aprimoramento do Ministério Público							554.279
		Atividades							
03 032	2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							554.279
03 032	2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							554.279
			F	4	2	90	0	100	554.279
TOTAL - FISCAL									554.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									554.279

ÓRGÃO: 60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República

UNIDADE: 60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							3.000.000
		Atividades							
04 122	2101 20TP	Pessoal Ativo da União							3.000.000
04 122	2101 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							3.000.000
			F	1	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2130		Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União							35.000.000
		Atividades							
04 122	2130 20TP	Pessoal Ativo da União							35.000.000
04 122	2130 20TP 0001	Pessoal Ativo da União - Nacional							35.000.000
			F	1	1	90	0	100	35.000.000
TOTAL - FISCAL									35.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999		Reserva de Contingência							2.254.428.004
		Operações Especiais							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							100.849.296
99 999	0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência - Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal							100.849.296
			F	1	0	91	0	100	100.849.296
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							2.153.578.708
99 999	0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal							2.153.578.708
			F	1	1	90	0	100	2.153.578.708
TOTAL - FISCAL									2.254.428.004
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.254.428.004

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000307

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							768.118.748
		Operações Especiais							
28 846	0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)							705.604.859
28 846	0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional							705.604.859
			F	1	1	90	0	100	10.326.878
			F	3	1	90	0	100	687.435.760
			F	5	1	90	0	100	7.842.221
28 846	0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor							62.513.889
28 846	0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							62.513.889
			F	1	1	90	0	100	61.290.210
			F	5	1	90	0	100	1.223.679
TOTAL - FISCAL									768.118.748
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									768.118.748

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.500.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0053	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios							3.500.000
09 272	0089 0053 0012	Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios - No Estado do Acre							3.500.000
			S	1	1	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.500.000
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							261.257.682
		Operações Especiais							
28 845	0903 009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal							83.000.000
28 845	0903 009T 0053	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal - No Distrito Federal							83.000.000
			S	3	1	90	0	100	83.000.000
28 845	0903 00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							7.000.000
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							7.000.000
			S	4	1	90	0	100	7.000.000
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							61.000.000
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							61.000.000
			F	1	1	90	0	100	61.000.000
28 845	0903 00NS	Pessoal Inativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							67.000.000
28 845	0903 00NS 0053	Pessoal Inativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							67.000.000
			F	1	1	90	0	100	67.000.000
28 845	0903 00NT	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							1.500.000
28 845	0903 00NT 0053	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							1.500.000
			F	3	1	90	0	100	1.500.000
28 845	0903 00Q2	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil							2.153.818
28 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do DF e Inativos da Polícia Civil - No Distrito Federal							2.153.818
			S	1	1	90	0	156	2.153.818
28 846	0903 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							39.603.864
28 846	0903 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							39.603.864
			F	1	0	91	0	100	39.603.864
TOTAL - FISCAL									169.103.864
TOTAL - SEGURIDADE									92.153.818
TOTAL - GERAL									261.257.682

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000308

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 322, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Portaria Normativa nº 291, de 12 de setembro de 2017, que estabelece orientações e procedimentos aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal e considerando o disposto no art. 25 da Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa nº 291, de 12 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.....

§ 1º.....

I - Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central do Brasil e os ocupantes de cargos dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

.....

IV - Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Auditor-Fiscal do Trabalho;

.....

VII - Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência; e

VIII - Analista do Banco Central do Brasil." (NR)

"Art. 17 .....

§1º Não poderão requerer a redução de jornada de que trata o caput os ocupantes dos cargos:

I - de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central do Brasil e dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

II - de Polícia Federal; e

III - de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico Pericial do INSS.

....." (NR)

"Art. 24 Os servidores que se encontravam em jornada reduzida de trabalho na data da publicação da Medida Provisória nº 792, de 2017, não poderão perceber os incentivos pecuniários regulamentados nesta Portaria pelo prazo de um ano a contar da data de publicação da Medida Provisória nº 792, de 2017." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 28, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 54, de 20/3/2009, seção 2, página 43, em conformidade com o art. 31, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e art. 64, inciso IX, do Anexo da Portaria MP nº 152, de 5 de maio de 2016, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista a Portaria SPU nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, Página 75, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação com encargo dos imóveis Área I: uma área correspondente a 0,1 ha, do total de um terreno que tem a área de 55.440m², localizado na Vila Sion, no local denominado "Meiã", área situada na zona suburbana desta cidade, distante 800,00 metros da Rodovia BR-135, constituída de um polígono irregular, hoje ocupado por trecho da estrada que serve como meio de acesso entre a mencionada Rodovia e o 55º Batalhão de Infantaria do Exército Nacional, sediado em Montes Claros. Certificado de Cadastro do INCRA de nº 341.100.750.726-33 - Matrícula n° 5071 livro n° 2-1-I, fls. 156; Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área II: Uma área correspondente a 31,45 hectares, desmembrada de uma propriedade rural e suburbana denominada Meiã com área total de 300,30,03ha, mais ou menos, integrada por terras de várias categorias, da antiga Fazenda Montes Claros, área aquela situada na margem da Rodovia BR-135, próximo à zona urbana e de alguns loteamentos da periferia desta cidade, que foi desdobrada em 02 (duas) glebas desmarcas, assim descritas: a primeira, contendo 12,50ha, destinou-se à implantação da estrada que serve como meio de acesso entre a referida rodovia e o 55º Batalhão de Infantaria; a segunda contendo 18,95ha, fronteiriça ao Quartel, destinou-se à zona de segurança militar, a qual é desprovida de qualquer outro meio de acesso, a não ser o único por onde se chega àquela unidade militar.Matrícula n° 5072 livro nº 2-2-I° fls.254; Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área III: imóvel inscrito no INCRA sob o nº 406.155.000.191/1, sendo uma gleba de terras e benfeitorias existentes, com a área aproximada de 70,72ha, desmembrada de uma área maior de 100,05ha, com os seguintes limites e confrontações: ao Norte, com a estrada de Juramento e a gleba nº 49; a oeste com as glebas nº 36, 37 e 47; ao Sul com a gleba nº 45 e a Leste com os terrenos do proprietário. Matrícula n°2975 livro nº 2-1-E fls. 294, Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área IV- Gleba nº 43, inscritos no Incra nº 406.155.007.510/9 com diversas partes de terras de várias categorias, com área de 42,74ha aproximadamente e benfeitorias existentes, situada na Fazenda Santa Cruz, Matrícula n° 2976 livro 2-2-F fls.99. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área V- Os imóveis adiante descritos e caracterizados, correspondentes nas plantas nº 41 e 33 (parte) e 37 (parte), glebas que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus judiciais e extra-judiciais inscritos no Incra n° 406.155.014656/1, 406155014664/2 e 406155014672/3, com suas benfeitorias existentes, constituídas de duas glebas de terras a saber: I) uma gleba de 24hec., em terras de cultura e campo, com os seguintes limites: partindo do canto da cerca de Rita na estrada de Juramento segue pela referida cerca, atravessando o córrego Caianana e limitando sempre com Rita Pereira da Costa, até a cerca divisória de Antônio Pereira Neves; daí, defletindo à direita segue pela referida cerca, limitando com Antônio Neves Ceadote até o córrego Caiana; daí seguindo o referido córrego ainda limitando com o mesmo vai até a bana da barroca da terra vermelha e subindo a referida barroca, vai até a E.F.C.B, até a estrada de rodagem que passa pela boca de um corte; daí defletindo a direita segue pela referida estrada indo para a cidade e limitando com José Boqueirão até o canto da cerca que é o ponto inicial destes limites, sendo que 4 (quatro) hectares dessa área foram transferidos para Angelo Pereira da Costa; II) Uma gleba de terras de 2,76 ha, aproximadamente, desmembrada de uma área maior, situada na Faz. Sta. Cruz desta cidade. III) Uma parte de terras com a área aproximada de 7,23ha e benfeitorias existentes situada na Fazenda Sta. Cruz neste município, desmembrada de uma área maior; IV) Uma área de 15,55ha aproximadamente situada na Faz. Sta. Cruz; V) Uma área de 4,84ha situada na Fazenda Santa Cruz. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área VI- O imóvel adiante descrito e caracterizado, correspondentes na planta à gleba n°34, que se encontra livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudicial inscrito no Incra n° 406.155.014.630/8, situada na Fazenda Santa Cruz, deste distrito, sendo uma gleba de terra, com a área aproximada de 9,60ha e benfeitorias existentes, com os seguintes limites: Começa no marco cravado na estrada Cainana, no perímetro da gleba dividida seguem pela referida estrada, limitando com herdeiros de Antônio Soares da Rocha, ate o marco cravado no Córrego Cainana e na distancia de 340m; daí, à esquerda, pelo referido córrego acima, até o marco cravado na cerca de madeira à margem do referido córrego e na distancia de 328m; dai à esquerda, pela cerca de madeira, limitando com a 1ª gleba de D. Margarida, até o marco cravado à margem da mesma cerca e na distancia de 250m; dai à esquerda, com o rumo de 4°NE, limitando com D. Margarida, até o marco inicial e na distancia de 214m, tudo conforme croqui assinado pelas partes e que passa a fazer parte integrante e complementar da presente escritura. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área VII- Imóveis abaixo descritos e caracterizados, correspondente na planta à gleba n° 34 inscritos no INCRA sob os n° 406155014559/0 e 406155014613/8 este último juntamente com Luiz Pereira da Costa, constituídos de imóveis e benfeitorias constantes de 02 (duas) glebas de terras, com a área total de aproximadamente 18,40ha (dezoito hectares e quarenta ares), a saber: I) uma área de 9,90ha (nove hectares e noventa ares), situada na Fazenda Santa Cruz, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do marco cravado nos limites da gleba de Antônio Pereira da Costa (genro), com Cirilo Alves Ferreira, segue por cercas limitando com o referido Cirilo até o marco na EFCB; daí, à esquerda, pela EFCB, até o marco da gleba de João Pereira da Costa; daí, a esquerda seguem por cercas, limitando com João Pereira da Costa, até o marco cravado na mesma cerca e na distância de 460metros; daí, a esquerda, limitando com a gleba de Antônio Pereira da Costa (genro), até o marco inicial, dita gleba está situada na Fazenda Santa Cruz, deste distrito. II) Uma gleba de terras com área total de 8,50 (oito hectares e cinquenta ares), em terras de 2ªclasse, situada na Fazenda Cruz, deste distrito, com os seguintes limites e confrontações: Começa no marco cravado a margem esquerda do Córrego Cainana; seguem com rumo de 36°SO, hoje por cercas limitando com João Pereira da Costa, até o marco cravado na distância de 298 metros; daí, a esquerda, limitando a 2ª gleba de Margarida Pereira da Costa ou Margarida Pereira de Araújo até o marco cravado no perímetro da gleba dividida e nos limites de Cirilo Alves Pereira; daí, a esquerda e por cercas limitando com Cirilo, até o marco cravado no Córrego Cainana e por este córrego acima ao ponto de partida. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área VIII: Os imóveis adiante descritos e caracterizados, correspondente na planta a gleba n° 40, parte que se encontra livre e desembaraçada de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais, inscritos no Incra sob o n°406.155.000.370/1, tudo conforme "croquis" que assinado pelas partes passa a fazer parte integrante e completar da presente escritura: uma parte de terras com a área aproximada de 21,36 ha e benfeitorias existentes correspondendo a duas glebas de terras a saber: 1- uma parte de terras e benfeitorias em comum com outros, com a arca aproximada de 15,80 ha, situadas na Fazenda Santa Cruz deste distrito, 2) Uma parte de terras e benfeitorias existentes (de diversas categorias) em comum com outros, com a área aproximada de 5,56 ha, situada na Fazenda Santa Cruz. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área IX: Uma parte de terras e benfeitorias existentes com a área aproximada de 48,40 hectares (quarenta e oito hectares e quarenta ares), situada na fazenda Santa Cruz, deste distrito, com os seguintes limites e confrontações: pelo norte, com a estrada que vai para Juramento; pelo Sul, com imóveis de Martiniano Alves de Souza e Rita Gonçalves Pereira; pelo Oeste, com Rita Pereira da Costa; e, pelo Leste, com propriedade de João Alves. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área XII: Os imóveis adiante descritos e caracterizados, correspondentes na planta à gleba 39 e 40 que se encontram livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais inscritos no "Incra" n° 406.155.014.648/0, situadas na Fazenda Santa Cruz, deste distrito, sendo os imóveis e benfeitorias constituídos de duas glebas de terras, com a área total aproximada de 33,22ha: I)diversas partes de terras em comum com outros com a área total de mais ou menos 23,75ha. II) Uma parte de terras em comum com outros, de 1ª, 2ª e 3ª classes, com a área 9,47ha; tudo conforme "croquis", que assinado pelas partes passa a fazer parte integrante e complementar da presente escritura. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área XIII: Uma área de 6,00ha, aproximadamente, e benfeitorias existentes, situada na Fazenda Santa Cruz, deste município, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do marco no canto da cerca e na estrada, segue pela referida estrada, até um marco cravado à margem da mesma e em um canto da cerca e na distância de 36 metros; daí, à direita, por cercas e limitando com Antônio Pereira da Costa, até o marco cravado na estrada de Juramento, na distância de 525 metros; daí, à direita pela estrada Juramento, até o marco cravado na distância de 100 metros; deste que se acha cravado à margem da referida estrada e cerca, segue à direita, com o rumo de 49°N0, limitando com a gleba de Hermógenes Pereira da Costa, passando pelo tanque, até o marco cravado no canto de uma cerca; e por esta cerca formando um corredor de 10 metros de largura, entre Hermógenes e Da. Margarida, segue até o marco cravado na ponta da mesma; e depois à direita por reta, formando um corredor até o marco ponto inicial. O tanque fica 50% pertencente a este quinhoeiro. Certificado de Cadastro no INCRA n° 406155014613/8, com área total de 6,0, módulo 46,2, n° de modulo 0,13, fração mínima de parcelamento 6,0 em nome de Luiz Pereira da Costa, conforme recibo de pagamento modelo 1977. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área XIV: Uma área de 27(vinte e sete) hectares, situados na Fazenda Santa Cruz, deste município, aproximadamente com benfeitorias existentes, com os seguintes limites e confrontações: Começando no marco cravado à margem esquerda do Córrego Cainana, seguem por cercas limitando com Antônio Pereira da Costa (genro), até o marco da 2° gleba de Da. Margarida Pereira de Araújo e na distância de 298,00 metros; daí, com o mesmo rumo e por cercas, limitando com a 2° gleba de Da. Margarida, até o marco cravado na EFCB, na distância de 460 metros; daí, à esquerda, pela referida estrada de ferro, até o marco cravado na distância de 480 metros; deste marco, que se acha cravado na estrada de Juramento e perímetro da gleba dividida, seguem pelo perímetro e estrada ate o marco cravado na mesma estrada e nas cabeceiras do Córrego Cainana e por este abaixo ao ponto inicial. INCRA sob o n° 406155014621/9 com a área total de 27,0, modulo 87,1 n° de módulos 0,31, e fração mínima de parcelamento 27,0, em nome de João Pereira da Costa, conforme recibo de pagamento modelo 1977. Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros. Área XV: Uma parte de terras de várias categorias em comum com outros, com a área total de, aproximadamente de 15 (quinze) hectares e 58 (cinquenta e oito) ares, com todas as benfeitorias existentes, tudo situado na Fazenda Santa Cruz, deste Distrito. II) Duas partes de terras com aproximadamente 05 (cinco) hectares e 74 (setenta e quatro) ares, cada uma, localizada na Fazenda Santa Cruz, num total de 11 (onze) hectares e 48 (quarenta e oito) ares, perfazendo o total geral a área de 27 (vinte e sete) hectares e 06(seis) ares. Certificado de Cadastro do INCRA de n° 341100750650-28.

Art. 2º Os imóveis objeto da doação, declarados de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 15.722/1973, destinam-se à instalação do Batalhão do Exército Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE DE PAULO DINIZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000309

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Em 19 de outubro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.006303/2013-01	201859505	Laginha Agro Industrial S/A	AL
2	46201.006304/2013-48	201859513	Laginha Agro Industrial S/A	AL
3	46201.008032/2013-11	201892821	Viacao Cidade de Maceio Ltda	AL
4	46201.001484/2012-91	17354978	Vit Servicos Auxiliares de Transportes Aereos Ltda	AL
5	46202.001660/2014-46	202461386	Alianca Engenharia Ltda	AM
6	46202.011216/2014-39	204125740	Direcional Engenharia S/A	AM
7	47904.014918/2013-49	201599970	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
8	47904.014925/2013-41	201600889	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
9	47904.014930/2013-53	201600935	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
10	47904.014939/2013-64	201601168	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
11	47904.014956/2013-00	201601567	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
12	47904.014957/2013-46	201601621	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
13	47904.014961/2013-12	201602849	Galvani Industria, Comercio e Servicos S.A.	BA
14	47904.004743/2013-61	200448153	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
15	47904.005089/2013-11	200462211	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
16	47904.010530/2012-98	24786110	Unirb - Unidades de Ensino Superior da Bahia S/C Ltda	BA
17	47904.010531/2012-32	24786128	Unirb - Unidades de Ensino Superior da Bahia S/C Ltda	BA
18	47904.010965/2013-13	201025001	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
19	47904.011028/2013-85	201116367	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
20	47904.010943/2013-53	200961551	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
21	47904.010944/2013-06	200961560	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
22	47904.010945/2013-42	200961578	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
23	47904.010946/2013-97	200961586	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
24	47904.010947/2013-31	200961594	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
25	47904.010948/2013-86	201024829	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
26	47904.010950/2013-55	201024853	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
27	47904.010951/2013-08	201024861	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
28	47904.010952/2013-44	201024870	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
29	47904.010953/2013-99	201024888	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
30	47904.010954/2013-33	201024896	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
31	47904.010955/2013-88	201024900	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
32	47904.010956/2013-22	201024918	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
33	47904.010957/2013-77	201024926	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
34	47904.010958/2013-11	201024934	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
35	47904.010959/2013-66	201024942	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
36	47904.010960/2013-91	201024951	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
37	47904.010961/2013-35	201024969	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
38	47904.010962/2013-80	201024977	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
39	47904.010963/2013-24	201024985	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
40	47904.010964/2013-79	201024993	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
41	47904.010966/2013-68	201025019	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
42	47904.010967/2013-11	201025027	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
43	47904.010968/2013-57	201025035	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
44	47904.011019/2013-94	201025043	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
45	47904.011023/2013-52	201025051	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
46	47904.011024/2013-05	201025060	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
47	47904.011027/2013-31	201116359	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
48	47904.011029/2013-20	201116375	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
49	47904.011041/2013-34	201116383	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
50	47904.011042/2013-89	201116391	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
51	47904.013718/2013-79	201433699	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
52	47904.013725/2013-71	201433761	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
53	47904.013726/2013-15	201433770	Venturine Engenharia Ltda - ME	BA
54	46207.006113/2010-83	16561538	Empresa de Transportes Atlas Ltda	ES
55	46207.006116/2010-17	16598997	Empresa de Transportes Atlas Ltda	ES
56	46207.006117/2010-61	16561520	Empresa de Transportes Atlas Ltda	ES
57	46208.006876/2013-67	201055554	A Brasil Service -Terceirizações Ltda - ME	GO
58	46208.006878/2013-56	201055601	A Brasil Service -Terceirizações Ltda - ME	GO
59	46208.006039/2013-38	200981692	A Brasil Service -Terceirizações Ltda - ME	GO
60	46208.006877/2013-10	201055643	A Brasil Service -Terceirizações Ltda - ME	GO
61	46208.007031/2013-99	201080168	Usina Boa Vista S/A	GO
62	46208.009785/2013-83	201583216	Vale do Verdão S. A. Açúcar E Álcool	GO
63	46243.001145/2012-18	24295124	Belo Horizonte Refrigerantes Ltda	MG
64	46241.001450/2012-20	22516190	Sociedade Cultural e Educacional São Benedito Ltda.	MG
65	47747.005715/2014-01	204068631	Trisul Transportes Ltda. - ME	MG
66	47747.005716/2014-47	204068657	Trisul Transportes Ltda. - ME	MG
67	47747.005717/2014-91	204068673	Trisul Transportes Ltda. - ME	MG
68	46312.005558/2014-72	204462576	Alphaville Campo Grande Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	MS
69	46312.005559/2014-17	204462584	Alphaville Campo Grande Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MS
70	46214.006888/2013-11	201707381	Comvap Acucar e Alcool Ltda	PI
71	46214.006889/2013-57	201714108	Comvap Acucar e Alcool Ltda	PI
72	47533.011940/2013-01	201778718	Banco Santander (Brasil) S.A.	PR
73	47533.011047/2014-58	204215871	L F Boese Comercio - EPP	PR
74	47533.011046/2014-11	204215846	L F Boese Comercio - EPP	PR
75	47533.013199/2013-12	202212360	TML Transportes Ltda - EPP	PR
76	46871.001431/2012-87	24865443	Auto Posto Itaocara Aperibe Ltda ME	RJ
77	46871.001434/2012-11	24865478	Auto Posto Itaocara Aperibe Ltda ME	RJ
78	46215.023324/2013-24	201890836	Celular.Com Comercio de Equipamentos Telefonicos Ltda	RJ
79	46215.023325/2013-79	201876647	Celular.Com Comercio De Equipamentos Telefonicos Ltda	RJ
80	46215.023329/2013-57	201877082	Celular.Com Comercio de Equipamentos Telefonicos Ltda	RJ
81	46228.003863/2013-06	201691191	Petropolis Construcoes Ltda	RJ
82	46228.003910/2013-11	201709716	Petropolis Construcoes Ltda	RJ
83	46228.003911/2013-58	201709767	Petropolis Construcoes Ltda	RJ
84	46217.001357/2013-01	200218204	M & K Comercio e Construcoes Ltda	RN
85	46217.001361/2013-61	200217062	M & K Comercio e Construcoes Ltda	RN
86	46217.001362/2013-14	200216856	M & K Comercio e Construcoes Ltda	RN
87	47183.001027/2013-13	201673096	Sociedade Sulina Divina Providencia	RS
88	46220.000724/2014-73	202848361	World Blue Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	SC
89	46219.014116/2014-85	203346564	All América Latina Logística - Malha Oeste	SP
90	46265.000663/2013-47	200346334	Aquecedor Solar Transsen Ltda	SP
91	46254.001262/2014-14	202956644	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
92	46254.001263/2014-69	202956652	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
93	46254.001264/2014-11	202956661	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
94	46254.001265/2014-58	202920879	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
95	46254.001266/2014-01	202956709	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
96	46254.001267/2014-47	202956695	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
97	46254.001268/2014-91	202956679	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
98	46254.001269/2014-36	202956687	Assistencia Medico Hospitalar Sao Lucas S/A	SP
99	46219.017954/2014-19	204575133	Associação de Educação Internacional	SP
100	46736.002025/2009-91	15607585	Central Sistema de Limpeza Ltda	SP
101	46219.010411/2014-62	203412125	Clautony Industria e Comercio Limitada - EPP	SP
102	46219.010412/2014-15	203642376	Clautony Industria e Comercio Limitada - EPP	SP
103	46219.010413/2014-51	203412133	Clautony Industria e Comercio Limitada - EPP	SP
104	46265.002451/2014-85	204459451	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
105	46254.001954/2014-62	203446836	Construcosta Engenharia e Construtora Ltda - EPP	SP
106	46254.001956/2014-51	203446887	Construcosta Engenharia e Construtora Ltda - EPP	SP
107	46219.011951/2014-63	203888995	Engemon Comércio e Serviços Tecnicos Ltda.	SP
108	46219.026178/2014-30	205459641	F&Gs Serviços Terceirizados Ltda.	SP
109	46255.000137/2010-53	15423646	Kromberg e Schubert do Brasil Ltda	SP
110	47998.006395/2013-65	201733528	Lojas Americanas S A	SP
111	47998.006396/2013-18	201741890	Lojas Americanas S A	SP
112	47998.006397/2013-54	201741903	Lojas Americanas S A	SP
113	47998.006400/2013-30	201741938	Lojas Americanas S A	SP
114	47998.006401/2013-84	201741954	Lojas Americanas S A	SP
115	47998.006402/2013-29	201741962	Lojas Americanas S A	SP
116	47998.006403/2013-73	201741971	Lojas Americanas S A	SP
117	47998.006404/2013-18	201741989	Lojas Americanas S A	SP
118	47998.006405/2013-62	201742004	Lojas Americanas S A	SP
119	47998.006406/2013-15	201742012	Lojas Americanas S A	SP
120	47998.006407/2013-51	201742021	Lojas Americanas S A	SP
121	47998.006408/2013-04	201742047	Lojas Americanas S A	SP
122	47998.006409/2013-41	201742055	Lojas Americanas S A	SP
123	47998.006410/2013-75	201742063	Lojas Americanas S A	SP
124	47998.006411/2013-10	201742071	Lojas Americanas S A	SP
125	47998.006414/2013-53	201742080	Lojas Americanas S A	SP
126	47998.006415/2013-06	201742098	Lojas Americanas S A	SP
127	47998.006416/2013-42	201742101	Lojas Americanas S A	SP
128	47998.006417/2013-97	201742110	Lojas Americanas S A	SP
129	47998.006418/2013-31	201742128	Lojas Americanas S A	SP
130	47998.006419/2013-86	201742136	Lojas Americanas S A	SP
131	47998.006420/2013-19	201742144	Lojas Americanas S A	SP
132	47998.006421/2013-55	201742152	Lojas Americanas S A	SP
133	47998.006422/2013-08	201742161	Lojas Americanas S A	SP
134	47998.006424/2013-99	201742179	Lojas Americanas S A	SP
135	47998.006425/2013-33	201742187	Lojas Americanas S A	SP
136	47998.006427/2013-22	201742209	Lojas Americanas S A	SP
137	47998.006428/2013-77	201742233	Lojas Americanas S A	SP
138	47998.006429/2013-11	201742217	Lojas Americanas S A	SP
139	47998.006430/2013-46	201742225	Lojas Americanas S A	SP
140	47998.006433/2013-80	201742268	Lojas Americanas S A	SP
141	47998.006434/2013-24	201742276	Lojas Americanas S A	SP
142	47998.006436/2013-13	201742292	Lojas Americanas S A	SP
143	47998.006437/2013-68	201742306	Lojas Americanas S A	SP
144	46259.003788/2014-99	203289684	MRV MRL XXV Incorporacoes SPE Ltda.	SP
145	46259.003790/2014-68	203289650	MRV MRL XXV Incorporacoes SPE Ltda.	SP
146	46259.003791/2014-11	203289625	MRV MRL XXV Incorporacoes SPE Ltda.	SP
147	46259.003792/2014-57	203289668	MRV MRL XXV Incorporacoes SPE Ltda.	SP
148	46259.003793/2014-00	203289617	MRV MRL XXV Incorporacoes SPE Ltda.	SP
149	46259.007691/2013-74	201620677	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
150	46259.007692/2013-19	201616301	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
151	46259.007693/2013-63	201615908	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
152	46259.007695/2013-52	201616297	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
153	46259.007697/2013-41	201616319	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
154	46259.007699/2013-31	201620863	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
155	46259.007700/2013-27	201620839	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
156	46259.007701/2013-71	201620774	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
157	46259.007702/2013-16	201620731	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
158	46259.007703/2013-61	201611961	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
159	46259.007704/2013-13	24737461	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000310

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

160	46259.007708/2013-93	201616017	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
161	46259.007729/2013-17	201618834	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
162	46259.007730/2013-33	201618753	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
163	46259.007731/2013-88	201619695	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
164	46259.007732/2013-22	201619130	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
165	46259.007733/2013-77	201612402	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
166	46259.007741/2013-13	201616483	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
167	46259.007742/2013-68	201616475	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
168	46259.007743/2013-11	201616459	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
169	46259.007744/2013-57	201616467	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
170	46259.007745/2013-00	201616416	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
171	46259.007746/2013-46	201616424	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
172	46259.007747/2013-91	201616327	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
173	46259.007748/2013-35	201616441	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
174	46259.007749/2013-80	201616378	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
175	46259.007750/2013-12	201616408	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
176	46259.007751/2013-59	201616360	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
177	46259.007752/2013-01	201616343	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
178	46259.007753/2013-48	24737496	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
179	46259.007754/2013-92	24737500	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
180	46259.007755/2013-37	24737488	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
181	46259.007756/2013-81	24684775	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
182	46259.007757/2013-26	24737470	PDG Realty S/A Empreendimentos e Participacoes	SP
183	46219.024024/2014-11	204360668	Platinum Ltda.	SP
184	46219.024025/2014-58	205311989	Platinum Ltda.	SP
185	46474.001616/2014-36	204283230	Rummo Servicos Temporarios Ltda	SP
186	47670.000037/2015-01	205812431	Schahin Engenharia S.A.	SP
187	47670.000038/2015-48	205812449	Schahin Engenharia S.A.	SP
188	47670.000039/2015-92	205812457	Schahin Engenharia S.A.	SP
189	47670.000040/2015-17	205812465	Schahin Engenharia S.A.	SP
190	47670.000041/2015-61	205812473	Schahin Engenharia S.A.	SP
191	47670.000042/2015-14	205812481	Schahin Engenharia S.A.	SP
192	47670.000043/2015-51	205812490	Schahin Engenharia S.A.	SP
193	47670.000044/2015-03	205812503	Schahin Engenharia S.A.	SP
194	47670.000045/2015-40	205812511	Schahin Engenharia S.A.	SP
195	47670.000046/2015-94	205812520	Schahin Engenharia S.A.	SP
196	47670.000047/2015-39	205812538	Schahin Engenharia S.A.	SP
197	46265.002205/2012-61	23834218	Sind Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e dos Estivadores e Capatazes de Araçatuba	SP
198	46254.006066/2014-36	205546307	Sonia Maria de Souza Pinho - ME	SP
199	46254.006064/2014-47	205546340	Sonia Maria de Souza Pinho - ME	SP
200	46254.006065/2014-91	205546331	Sonia Maria de Souza Pinho - ME	SP
201	47999.004863/2011-95	23929898	Tenda Atacado Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFIC A ÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46208.007427/2014-17	200.286.901	Clarice Maria Trindade - ME	GO
2	46208.007397/2014-49	200.286.927	Elaine Silva Campos Costa - ME	GO
3	47747.005718/2014-36	200.310.861	Trisul Transportes Ltda. - ME	MG
4	46300.006872/2014-10	200.421.913	Fátima do Sul Agro- Energética S.A. - Álcool e Açúcar	MS
5	46653.001486/2014-23	200.262.785	Stavarengo Contabilidade SS Ltda.	MT
6	46202.024601/2012-84	200.037.234 - Tret nº 200.514.181	Importadora TV Lar Ltda.	PR
7	47533.011044/2014-14	200.322.621	LF Boese Comércio - EPP	PR
8	46473.003859/2007-90	505.898.047	Baxter Hospitalar Ltda.	SP
9	46266.006304/2011-21	100.220.134	Bioquality Análises, Pesquisa e Desenvolvimento Ltda.	SP
10	46219.010406/2014-50	200.287.371	Clautony Indústria e Comércio Ltda. - EPP	SP
11	46254.001034/2015-25	200.468.979	M F de Almeida Eireli - EPP	SP
12	46254.006063/2014-01	200.418.289	Sonia Maria de Souza Pinho - ME	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.004716/2013-99	200446843	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	BA
2	47904.004725/2013-80	200447637	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	BA
3	47904.004732/2013-81	200447785	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	BA
4	47904.004750/2013-63	200448226	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	BA
5	47904.004755/2013-96	200448421	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	BA
6	46261.005388/2014-79	204130778	Higi Serv Limpeza e Conservação S.A.	SP
7	46261.005486/2014-14	204982278	Higi Serv Limpeza e Conservação S.A.	SP
8	46261.005770/2014-82	204982359	Higi Serv Limpeza e Conservação S.A.	SP

1.3 Pelo não conhecimento, mas mantendo a procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.001328/2013-11	000074161	Unilever Brasil Alimentos Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.004865/2013-58	200457098	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
2	47904.004867/2013-47	200457268	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
3	47904.004868/2013-91	200457365	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
4	47904.005091/2013-82	200462512	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
5	47904.005092/2013-27	200465970	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
6	47904.005094/2013-16	200462482	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
7	47904.005096/2013-13	200462385	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
8	47904.005098/2013-02	200462466	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
9	47904.005099/2013-49	200462423	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
10	47904.005100/2013-35	200462334	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
11	47904.005101/2013-80	200462521	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.005090/2013-38	200462407	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	BA
2	47904.005095/2013-61	200462474	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	BA
3	46205.007946/2014-13	203494032	Distribuidora Big Benn S.A	CE
4	46239.000146/2014-76	202320197	Phelps Dodge International Brasil Ltda	MG
5	46017.003782/2016-26	210029412	EMTTL Terraplenagem e Transporte de Maquinas e Implementos de Terraplenagem Ltda. - ME	MT
6	46224.001416/2013-44	200399306	Net Serviços De Comunicação S/A	PB
7	46217.001358/2013-48	200218956	M & K Comercio E Construcoes Ltda	RN

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.024598/2012-07	200041746	Importadora TV Lar Ltda.	AM
2	46202.024599/2012-43	200041738	Importadora TV Lar Ltda.	AM

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 4 de outubro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 1334/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo 46212.009628/2013-17, de interesse do SINDEDUC/PINHAIS - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE PINHAIS, CNPJ 18.143.683/0001-00, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NT 1332/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical 46211.000889/2013-73, de interesse do SINDINOBEL - Sindicato dos Servidores Públicos de Nova Belém - MG, CNPJ 16.625.380/0001-90, com respaldo no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, notifica o (a) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Igarapava, Aramina, Buritizal e Jeriquara - SP, CNPJ 06.192.049/0001-70, do inteiro teor do OFÍCIO 416/2017/CGRS/SRT/MTb, encaminhado à entidade em 18/05/2017. Motivo da devolução conforme o aviso de recebimento AR764349084JS: "mudou-se". Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não apresentar os documentos solicitados, o processo de pedido de alteração estatutária 46260.001599/2014-42 (SA01904) será INDEFERIDO, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

Em 17 de outubro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento à Decisão Judicial prolatada no Processo 0000697-28.2016.5.10.0011, procedente da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, TRT da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1331/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDMÁRMORE/RN - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Mármore, Granito e Pedras Ornamentais do Rio Grande do Norte, CNPJ 17.799.910/0001-89, Processo 46217.006474/2013-53, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Mármore, Granito e Pedras Ornamentais, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria do Ramo da Construção Civil, Pesada, Montagens, Instalações e Afins do Estado do Rio Grande do Norte - SINTRACOMP - RN, CNPJ 09.109.075/0001-80, Processo 46000.009073/00-96; B) SINTRACOMP/RN - Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias do Ramo da Construção Pesada, Montagens Industrial, Hidráulica, Instalações, Usina de Concretos, Produtos e Artefatos de Cimento, Cal e Gesso no Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ 09.067.290/0001-65, Processo 46217.007792/2007-93, excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Mármore, Granito e Pedras Ornamentais, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 19 de outubro de 2017

O Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 424, de 14 de abril de 2016, e na Nota Técnica 1328/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve CONCEDER o Registro de Alteração Estatutária 46201.004055/2016-07, de interesse da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas -FETAG - AL, CNPJ 12.180.345/0001-53, para Coordenação, proteção e representação das entidades a ela filiadas, representantes da Categoria dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais agricultores e agricultoras familiares quem, ativo ou aposentado, proprietário ou não, exerce ou exerceu suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, utilizando-se da ajuda dos membros da mesma família, em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiro, em terras com extensão nunca superior a 02 (dois) módulos rurais, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Alagoas, nos termos do art. 14, inciso I, da Portaria 186/2008.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000311

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1330/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO RURAL DE ITIQUIRA, CNPJ 09.097.678/0001-09, Processo 46210.001074/2013-11 (SC15694), para representar a categoria econômica dos empresário ou empregador rural, assim entendido aquela pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural, inclusive de agroindústria no que se refere às atividades primárias, e quem proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, nos termos da legislação vigente, explore imóvel rural que lhe absorva toda força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, na economia de mercado, na defesa do meio ambiente e nos interesses do País, mesmo em regime de economia familiar, nos termos da legislação vigente no município de ITIQUIRA, no Estado do MATO GROSSO.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 1329/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos de São João- SISMUSAJ, CNPJ 15.457.365/0001-17, Processo 46212.003386/2013-40, para representar a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, com abrangência Intermunicipal e base territorial em São João, Saudade Do Iguaçu e Sulina, Estado do Paraná, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais de São João, Saudades do Iguaçu e Sulina, no Paraná, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo 1002230-56.2016.4.01.3400, na qual a 20ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, determinou a análise dos autos no prazo máximo de 60 dias, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na NOTA TÉCNICA 1336/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR as impugnações 46000.010711/00-58 e 46000.011179/00-50, nos termos do art. 10, inciso VIII, da Portaria n.º 186/2008; ARQUIVAR a impugnação 46000.011127/00-56, nos termos do art. 10, inciso V, da Portaria n.º 186/2008; CONCEDER o registro sindical (RES) ao SINTRATEL/RS - Sindicato dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamada do Estado do Rio Grande do Sul, processo 46000.014233/99-02, CNPJ 11.364.018/0001-99, para representar a categoria dos Empregados em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamada, no estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 14, inciso II, da Portaria n.º 186/2008. E, para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), resolve EXCLUIR a CATEGORIA SUPRACITADA, no estado do RIO GRANDE DO SUL, da REPRESENTAÇÃO dos seguintes sindicatos: a) SINTTEL/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesa Telefônica no Estado do Rio Grande do Sul (impugnante), carta sindical L070 P087 A1973, CNPJ 89.623.375/0001-11; b) SINCAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de Televisão por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações (impugnante), processo de registro sindical 46000.006479/94-24, CNPJ 00.146.036/0001-88; c) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, Telefonistas e Operadores de Mesa Telefônicas de Passo Fundo e Região - RS, processo de registro sindical 46000.006349/95-08, CNPJ não informado, nos termos do art. 25, da Portaria 186/2008.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR a NT 86/2017/CGRS/SRT/MTE e o despacho publicado no Diário Oficial da União em 10/02/2017 (DOU, Seção 1, nº 30, p.42), no que se refere à denominação da Solicitação de Registro Sindical do Sindicato das Empresas de Lava-Jato e de Empresas de Estacionamentos no Estado de Goiás (CNPJ 24.408.617/0001-09). Desta forma, onde se lê: "Sindicato das Empresas de Higienização, Polimento e Lavagem Automotivos do Estado de Goiás (SIEHPLA-GO)", leia-se: "Sindicato das Empresas de Lava-Jato e de Empresas de Estacionamentos no Estado de Goiás.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 1333/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO o Sindicato dos Empregados Rurais de Petrolina - PE (impugnado), processo de pedido de registro sindical 46000.014040/2002-18, CNPJ não informado, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina - PE (impugnante), processo de registro de alteração estatutária 46000.011594/2002-55, CNPJ 11.475.407/0001-91, nos termos do art. 20 da Portaria n.º 326/2013 (alterado pela Portaria n.º 1.043, de 04 de setembro de 2017).

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 273, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº 46220.000625/2017-34, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

PORTARIA Nº 275, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº 46220.006732/2017-76, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários da NIPÔ BEIRAMAR RESTAURANTE LTDA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

PORTARIA Nº 294, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº. 46.220.007417/2013-32, resolve:

Art. 1º - Homologar a alteração do Plano de Cargos e Salários da UNIMED - GRANDE FLORIANÓPOLIS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de outubro de 2017

Processo nº 46226.002902/2017-93

À vista do parecer emitido pela Seção de Relações do Trabalho, às fls. 27, e usando da competência que me foi delegado no Artigo 1º da Portaria SRT/MTE nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, HOMOLOGO O PLANO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DO CORPO ADMINISTRATIVO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONÔMICA E DA SAÚDE - PCRD/FAHESA mantida pelo INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA - ITPAC.

Processo nº 46226.002901/2017-49

À vista do parecer emitido pela Seção de Relações do Trabalho, às fls. 35, e usando da competência que me foi delegado no Artigo 1º da Portaria SRT/MTE nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 30 de maio do mesmo exercício, HOMOLOGO O PLANO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DO QUADRO DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONÔMICA E DA SAÚDE - PCRD/FAHESA mantida pelo INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS LTDA - ITPAC.

JOSÉ RENATO ALVES
Substituto

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 450, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00066.035427/2015-59, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a Condição Especial CE/SC 25-067, intitulada "Condição Especial aplicável à definição de uma condição de aterrissagem com carregamento de arfagem que considere os efeitos do sistema de frenagem automático", para fins de certificação de tipo do avião Embraer ERJ 190-300 e de outras aeronaves a critério da ANAC.

Parágrafo único. A Condição Especial de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e na página "Legislação" (endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA
Diretor-Presidente
Substituto

PORTARIA Nº 3.456, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017 (*)

Fixa as metas globais de desempenho institucional da ANAC para o 9º ciclo de avaliação de desempenho.

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto nas Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando o que consta do processo nº 00058.529494/2017-09, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Administrativa da Diretoria, realizada em 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fixar, nos termos do Anexo desta Portaria, as metas globais de desempenho institucional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para o 9º ciclo de avaliação de desempenho, período compreendido entre 1º de novembro de 2017 e 31 de outubro de 2018.

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras - GDPCAR, referente ao Quadro de Pessoal Específico.

Parágrafo único. O resultado da avaliação das metas a que se refere o caput deste artigo é denominado Índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, aferido com base na média aritmética dos índices de desempenho das metas globais, medidos em pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme a fórmula apresentada a seguir:

IDIM: (M1 + M2 + M3)/3

Onde:

M = Meta

Art. 3º Caberá à Superintendência de Planejamento Institucional - SPI o monitoramento semestral e anual do cumprimento das metas especificadas no Anexo, bem como a consolidação do respectivo resultado.

§ 1º O nível de cumprimento das metas institucionais será aferido pelas áreas responsáveis pela apuração, que deverão encaminhar os resultados à SPI até 15 de maio de 2018, para fins de acompanhamento semestral das metas.

§ 2º As áreas mencionadas no § 1º deste artigo deverão encaminhar os resultados referentes à apuração final do desempenho das metas globais à SPI até 16 de novembro de 2018.

Art. 4º Para efeito de pagamento das gratificações de que trata esta Portaria, a SPI encaminhará à Superintendência de Gestão de Pessoas - SGP, até 23 de novembro de 2018, o resultado da avaliação de desempenho institucional do 9º ciclo de avaliação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA

(*) O anexo de que trata esta portaria encontra-se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000312

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 3.433, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VII, alínea "e", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.533328/2017-07, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 91-005, Revisão A (IS nº 91-005A), intitulada "Aprovação operacional para operação em espaço aéreo com Separação Vertical Mínima Reduzida (RVSM)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 3.460, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº 1.767/SPO, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00068.001714/2014-64, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2017-10-40DL-01-00, Revisão 00, emitido em 18 de outubro de 2017, em favor da sociedade empresária Bolsa Táxi Aéreo Logística e Administração Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS,

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 477, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere no art. 26 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 3.000, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2009, e alterações posteriores, resolve:

Art.1º Delegar competência ao Superintendente de Gestão, e em seus impedimentos, a seu substituto legal, para:

a) Conceder Abono de Permanência;

b) Conceder Aposentadoria;

c) Conceder Horário Especial de Estudante;

d) Conceder Jornada de Trabalho Reduzida com Remuneração Proporcional;

e) Conceder Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro;

f) Conceder Licença para Atividade Política;

g) Conceder Licença para Capacitação;

h) Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares;

i) Conceder Licença para o Desempenho de Mandato Classista;

j) Conceder Licença Incentivada sem Remuneração;

k) Conceder Licença Prêmio;

l) Conceder Pensão Civil;

m) Conceder Promoção e Progressão Funcional;

n) Conceder Remoção;

o) Autorizar o Afastamento para Participação em Curso de Formação decorrente de aprovação em concurso público para provimento em outro cargo da Administração Pública Federal;

p) Autorizar cadastramento de servidor para acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

q) Constituir comissão de recebimento de bens patrimoniais, móveis ou imóveis;

r) Designar gestores e fiscais de contratos administrativos; e

s) Autorizar interrupção de férias nos termos do art. 80 da Lei 8.112/90.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 112, de 10 de maio de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE BASTOS

PORTARIA Nº 478, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Art. 4-A § 1° e § 2º da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009 (Incluído pela Resolução nº 4.039, de 15 de fevereiro de 2013), e a necessidade de reestruturação da abrangência das áreas de atuação das unidades regionais desta Agência, resolve:

Art. 1º Incluir o Art. 4º na Portaria nº 212, de 21 de maio de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 4º No âmbito da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC, a Superintendência atua com as seguintes abrangências:

I - Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS - área de abrangência: Rio Grande do Sul - RS;

II - Unidade Regional de São Paulo - URSP - área de abrangência: São Paulo - SP."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.458, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Declara a utilidade pública, para fins de desapropriação e afetação administrativa, em favor da União, as áreas que menciona.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DMR - 148, de 18 de outubro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.503476/2017-91, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas a seguir descritas, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) à execução das obras de implantação das alças de ligação entre a Ponte Rio-Niterói e a Linha Vermelha, BR101/RJ.

I - Área 01, Segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 346°34"34", distância de 7,65m; Segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 347°48"48", distância de 2,87m; Segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 347°29"46", distância de 14,92m; Segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 348°24"40", distância de 7,42m; Segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 60°0"9", distância de 8,23m; Segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 61°2"24", distância de 4,29m; Segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 62°31"20", distância de 2,56m; Segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 350°54"33", distância de 37,21m; Segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 354°12"32", distância de 10,38m; Segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 354°28"14", distância de 3,05m; Segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 319°44"4", distância de 7,28m; Segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 323°48"5", distância de 7,80m; Segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 328°39"3", distância de 9,46m; Segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 333°37"45", distância de 8,76m; Segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 337°46"28", distância de 6,44m; Segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 356°56"38", distância de 28,06m; Segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 358°52"24", distância de 31,38m; Segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 0°55"0", distância de 40,84m; Segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 3°37"32", distância de 284,57m; Segmento 20 - 21 - em linha reta com azimute 91°41"57", distância de 2,82m; Segmento 21 - 22 - em linha reta com azimute 181°53"29", distância de 105,00m; Segmento 22 - 23 - em linha reta com azimute 183°35"52", distância de 59,08m; Segmento 23 - 24 - em linha reta com azimute 176°57"7", distância de 69,23m; Segmento 24 - 25 - em linha reta com azimute 176°57"7", distância de 61,55m; Segmento 25 - 26 - em linha reta com azimute 175°32"49", distância de 17,85m; Segmento 26 - 27 - em linha reta com azimute 174°12"22", distância de 15,38m; Segmento 27 - 28 - em linha reta com azimute 171°59"29", distância de 7,56m; Segmento 28 - 29 - em linha reta com azimute 169°53"26", distância de 7,38m; Segmento 29 - 30 - em linha reta com azimute 166°37"37", distância de 10,66m; Segmento 30 - 31 - em linha reta com azimute 162°14"43", distância de 8,68m; Segmento 31 - 32 - em linha reta com azimute 156°57"33", distância de 10,08m; Segmento 32 - 33 - em linha reta com azimute 151°53"54", distância de 12,15m; Segmento 33 - 34 - em linha reta com azimute 144°21"13", distância de 10,63m; Segmento 34 - 35 - em linha reta com azimute 135°36"28", distância de 14,35m; Segmento 35 - 36 - em linha reta com azimute 127°47"37", distância de 7,97m; Segmento 36 - 37 - em linha reta com azimute 122°12"44", distância de 7,97m; Segmento 37 - 38 - em linha reta com azimute 117°32"45", distância de 12,00m; Segmento 38 - 39 - em linha reta com azimute 112°8"39", distância de 8,59m; Segmento 39 - 40 - em linha reta com azimute 107°25"47", distância de 10,63m; Segmento 40 - 41 - em linha reta com azimute 103°52"26", distância de 7,28m; Segmento 41 - 42 - em linha reta com azimute 101°18"55", distância de 9,29m; Segmento 42 - 43 - em linha reta com azimute 99°8"36", distância de 9,53m; Segmento 43 - 44 - em linha reta com azimute 97°41"26", distância de 9,72m; Segmento 44 - 45 - em linha reta com azimute 96°57"29", distância de 9,91m; Segmento 45 - 46 - em linha reta com azimute 94°4"24", distância de 8,02m; Segmento 46 - 47 - em linha reta com azimute 94°44"18", distância de 18,40m; Segmento 47 - 48 - em linha reta com azimute 96°9"16", distância de 6,78m; Segmento 48 - 49 - em linha reta com azimute 97°8"56", distância de 5,73m; Segmento 49 - 50 - em linha reta com azimute 98°8"27", distância de 4,74m; Segmento 50 - 51 - em linha reta com azimute 99°30"41", distância de 7,97m; Segmento 51 - 52 - em linha reta com azimute 101°42"8", distância de 9,67m; Segmento 52 - 53 - em linha reta com azimute 104°6"20", distância de 5,88m; Segmento 53 - 54 - em linha reta com azimute 106°20"22", distância de 8,39m; Segmento 54 - 55 - em linha reta com azimute 109°1"9", distância de 10,11m; Segmento 55 - 56 - em linha reta com azimute 112°7"24", distância de 9,67m; Segmento 56 - 57 - em linha reta com azimute 114°18"47", distância de 7,96m; Segmento 57 - 58 - em linha reta com azimute 115°50"11", distância de 6,33m; Segmento 58 - 59 - em linha reta com azimute 116°35"11", distância de 1,58m; Segmento 59 - 60 - em linha reta com azimute 117°7"8", distância de 4,69m; Segmento 60 - 61 - em linha reta com azimute 117°58"10", distância de 6,51m; Segmento 61 - 62 - em linha reta com azimute 118°42"41", distância de 5,87m; Segmento 62 - 63 - em linha reta com azimute 119°34"18", distância de 41,14m; Segmento 63 - 64 - em linha reta com azimute 119°33"8", distância de 64,42m; Segmento 64 - 65 - em linha reta com azimute 118°52"11", distância de 63,55m; Segmento 65 - 66 - em linha reta com azimute 118°35"22", distância de 119,00m; Segmento 66 - 67 - em linha reta com azimute 118°35"21", distância de 34,81m; Segmento 67 - 68 - em linha reta com azimute 118°22"52", distância de 21,08m; Segmento 68 - 69 - em linha reta com azimute 117°33"16", distância de 30,26m; Segmento 69 - 70 - em linha reta com azimute 115°29"29", distância de 26,14m; Segmento 70 - 71 - em linha reta com azimute 112°43"39", distância de 20,96m; Segmento 71 - 72 - em linha reta com azimute 110°32"32", distância de 11,15m; Segmento 72 - 73 - em linha reta com azimute 109°3"2", distância de 8,16m; Segmento 73 - 74 - em linha reta com azimute 107°57"15", distância de 5,85m; Segmento 74 - 75 - em linha reta com azimute 107°31"57", distância de 0,84m; Segmento 75 - 76 - em linha reta com azimute 107°5"44", distância de 3,73m; Segmento 76 - 77 - em linha reta com azimute 106°31"16", distância de 3,72m; Segmento 77 - 78 - em linha reta com azimute 105°56"48", distância de 3,72m; Segmento 78 - 79 - em linha reta com azimute 105°22"18", distância de 1,01m; Segmento 79 - 80 - em linha reta com azimute 105°2"30", distância de 6,40m; Segmento 80 - 81 - em linha reta com azimute 103°38"59", distância de 11,16m; Segmento 81 - 82 - em linha reta com azimute 101°55"41", distância de 11,13m; Segmento 82 - 83 - em linha reta com azimute 99°57"58", distância de 14,25m; Segmento 83 - 84 - em linha reta com azimute 98°14"23", distância de 8,08m; Segmento 84 - 85 - em linha reta com azimute 97°8"18", distância de 5,54m; Segmento 85 - 86 - em linha reta com azimute 262°37"5", distância de 7,38m; Segmento 86 - 87 - em linha reta com azimute 174°0"26", distância de 2,37m; Segmento 87 - 88 - em linha reta com azimute 100°11"34", distância de 16,86m; Segmento 88 - 89 - em linha reta com azimute 174°3"38", distância de 0,90m; Segmento 89 - 90 - em linha reta com azimute 85°53"39", distância de 7,12m; Segmento 90 - 91 - em linha reta com azimute 86°8"34", distância de 2,37m; Segmento 91 - 92 - em linha reta com azimute 86°15"25", distância de 1,95m; Segmento 92 - 93 - em linha reta com azimute 86°20"26", distância de 1,95m; Segmento 93 - 94 - em linha reta com azimute 86°24"44", distância de 1,95m; Segmento 94 - 95 - em linha reta com azimute 86°28"18", distância de 1,95m; Segmento 95 - 96 - em linha reta com azimute 86°31"10", distância de 1,94m; Segmento 96 - 97 - em linha reta com azimute 86°33"19", distância de 1,94m; Segmento 97 - 98 - em linha reta com azimute 86°34"45", distância de 2,22m; Segmento 98 - 99 - em linha reta com azimute 86°35"35", distância de 3,43m; Segmento 99 - 100 - em linha reta com azimute 86°35"35", distância de 0,63m; Segmento 100 - 101 - em linha reta com azimute 7°46"42", distância de 3,06m; Segmento 101 - 102 - em linha reta com azimute 86°35"35", distância de 106,83m; Segmento 102 - 103 - em linha reta com azimute 86°35"35", distância de 109,29m; Segmento 103 - 104 - em linha reta com azimute 86°35"35", distância de 35,43m; Segmento 104 - 105 - em linha reta com azimute 86°36"32", distância de 6,93m; Segmento 105 - 106 - em linha reta com azimute 86°44"0", distância de 7,72m; Segmento 106 - 107 - em linha reta com azimute 87°0"5", distância de 7,81m; Segmento 107 - 108 - em linha reta com azimute 87°32"45", distância de 11,80m; Segmento 108 - 109 - em linha reta com azimute 88°17"54", distância de 7,91m; Segmento 109 - 110 - em linha reta com azimute 89°4"3", distância de 7,95m; Segmento 110 - 111 - em linha reta com azimute 89°58"47", distância de 7,99m; Segmento 111 - 112 - em linha reta com azimute 91°7"40", distância de 9,08m; Segmento 112 - 113 - em linha reta com azimute 91°56"50", distância de 3,11m; Segmento 113 - 114 - em linha reta com azimute 92°35"10", distância de 6,14m; Segmento 114 - 115 - em linha reta com azimute 93°34"25", distância de 8,15m; Segmento 115 - 116 - em linha reta com azimute 94°35"54", distância de 6,68m; Segmento 116 - 117 - em linha reta com azimute 95°20"3", distância de 3,97m; Segmento 117 - 118 - em linha reta com azimute 95°49"27", distância de 3,13m; Segmento 118 - 119 - em linha reta com azimute 96°21"34", distância de 4,62m; Segmento 119 - 120 - em linha reta com azimute 96°44"56", distância de 1,02m; Segmento 120 - 121 - em linha reta com azimute 97°22"10", distância de 7,96m; Segmento 121 - 122 - em linha reta com azimute 98°19"12", distância de 5,79m; Segmento 122 - 123 - em linha reta com azimute 99°4"56", distância de 5,24m; Segmento 123 - 124 - em linha reta com azimute 99°38"15", distância de 2,79m; Segmento 124 - 125 - em linha reta com azimute 100°2"25", distância de 3,04m; Segmento 125 - 126 - em linha reta com azimute 100°26"11", distância de 2,70m; Segmento 126 - 127 - em linha reta com azimute 100°54"55", distância de 4,24m; Segmento 127 - 128 - em linha reta com azimute 101°29"25", distância de 4,08m; Segmento 128 - 129 - em linha reta com azimute 102°7"1", distância de 4,98m; Segmento 129 - 130 - em linha reta com azimute 102°53"57", distância de 6,34m; Segmento 130 - 131 - em linha reta com azimute

103°38"20", distância de 4,37m; Segmento 131 - 132 - em linha reta com azimute 104°22"5", distância de 6,18m; Segmento 132 - 133 - em linha reta com azimute 105°0"51", distância de 3,16m; Segmento 133 - 134 - em linha reta com azimute 105°27"14", distância de 3,20m; Segmento 134 - 135 - em linha reta com azimute 106°7"7", distância de 6,42m; Segmento 135 - 136 - em linha reta com azimute 106°47"13", distância de 3,25m; Segmento 136 - 137 - em linha reta com azimute 107°13"36", distância de 3,11m; Segmento 137 - 138 - em linha reta com azimute 107°59"26", distância de 7,94m; Segmento 138 - 139 - em linha reta com azimute 108°58"41", distância de 6,35m; Segmento 139 - 140 - em linha reta com azimute 109°40"54", distância de 3,83m; Segmento 140 - 141 - em linha reta com azimute 210°50"33", distância de 6,55m; Segmento 141 - 142 - em linha reta com azimute 206°23"43", distância de 2,22m; Segmento 142 - 143 - em linha reta com azimute 209°32"42", distância de 7,60m; Segmento 143 - 144 - em linha reta com azimute 109°9"27", distância de 3,59m; Segmento 144 - 145 - em linha reta com azimute 107°1"49", distância de 5,13m; Segmento 145 - 146 - em linha reta com azimute 120°18"5", distância de 16,79m; Segmento 146 - 147 - em linha reta com azimute 120°44"25", distância de 15,87m; Segmento 147 - 148 - em linha reta com azimute 121°22"35", distância de 15,57m; Segmento 148 - 149 - em linha reta com azimute 121°0"28", distância de 17,86m; Segmento 149 - 150 - em linha reta com azimute 121°11"24", distância de 16,30m; Segmento 150 - 151 - em linha reta com azimute 121°0"41", distância de 21,56m; Segmento 151 - 152 - em linha reta com azimute 120°58"30", distância de 20,58m; Segmento 152 - 153 - em linha reta com azimute 120°52"40", distância de 22,30m; Segmento 153 - 154 - em linha reta com azimute 120°56"46", distância de 22,77m; Segmento 154 - 155 - em linha reta com azimute 120°55"7", distância de 24,33m; Segmento 155 - 156 - em linha reta com azimute 121°35"45", distância de 9,63m; Segmento 156 - 157 - em linha reta com azimute 120°43"10", distância de 14,77m; Segmento 157 - 158 - em linha reta com azimute 120°55"39", distância de 21,36m; Segmento 158 - 159 - em linha reta com azimute 120°38"39", distância de 34,57m; Segmento 159 - 160 - em linha reta com azimute 34°2"54", distância de 0,15m; Segmento 160 - 161 - em linha reta com azimute 121°27"54", distância de 1,76m; Segmento 161 - 162 - em linha reta com azimute 31°28"36", distância de 0,25m; Segmento 162 - 163 - em linha reta com azimute 121°28"36", distância de 16,50m; Segmento 163 - 164 - em linha reta com azimute 122°42"46", distância de 7,73m; Segmento 164 - 165 - em linha reta com azimute 33°43"7", distância de 0,85m; Segmento 165 - 166 - em linha reta com azimute 121°32"47", distância de 2,64m; Segmento 166 - 167 - em linha reta com azimute 206°43"1", distância de 0,58m; Segmento 167 - 168 - em linha reta com azimute 120°32"7", distância de 3,21m; Segmento 168 - 169 - em linha reta com azimute 29°39"41", distância de 1,43m; Segmento 169 - 170 - em linha reta com azimute 33°6"54", distância de 2,93m; Segmento 170 - 171 - em linha reta com azimute 31°29"3", distância de 0,30m; Segmento 171 - 172 - em linha reta com azimute 119°44"0", distância de 4,64m; Segmento 172 - 173 - em linha reta com azimute 119°44"0", distância de 0,18m; Segmento 173 - 174 - em linha reta com azimute 108°28"0", distância de 0,63m; Segmento 174 - 175 - em linha reta com azimute 86°30"8", distância de 0,83m; Segmento 175 - 176 - em linha reta com azimute 63°52"50", distância de 0,67m; Segmento 176 - 177 - em linha reta com azimute 43°48"45", distância de 0,66m; Segmento 177 - 178 - em linha reta com azimute 31°9"45", distância de 9,26m; Segmento 178 - 179 - em linha reta com azimute 29°7"18", distância de 6,06m; Segmento 179 - 180 - em linha reta com azimute 120°57"30", distância de 17,07m; Segmento 180 - 181 - em linha reta com azimute 211°37"21", distância de 20,87m; Segmento 181 - 182 - em linha reta com azimute 115°41"50", distância de 2,42m; Segmento 182 - 183 - em linha reta com azimute 213°6"27", distância de 0,29m; Segmento 183 - 184 - em linha reta com azimute 120°41"54", distância de 14,39m; Segmento 184 - 185 - em linha reta com azimute 121°8"58", distância de 15,17m; Segmento 185 - 186 - em linha reta com azimute 120°48"26", distância de 5,72m; Segmento 186 - 187 - em linha reta com azimute 120°56"55", distância de 12,53m; Segmento 187 - 188 - em linha reta com azimute 210°27"40", distância de 0,70m; Segmento 188 - 189 - em linha reta com azimute 215°55"0", distância de 4,22m; Segmento 189 - 190 - em linha reta com azimute 215°22"28", distância de 0,55m; Segmento 190 - 191 - em linha reta com azimute 128°31"15", distância de 6,72m; Segmento 191 - 192 - em linha reta com azimute 136°5"33", distância de 1,65m; Segmento 192 - 193 - em linha reta com azimute 141°46"17", distância de 9,31m; Segmento 193 - 194 - em linha reta com azimute 298°36"30", distância de 20,08m; Segmento 194 - 195 - em linha reta com azimute 300°57"28", distância de 47,03m; Segmento 195 - 196 - em linha reta com azimute 300°57"28", distância de 16,20m; Segmento 196 - 197 - em linha reta com azimute 30°43"33", distância de 1,46m; Segmento 197 - 198 - em linha reta com azimute 301°10"37", distância de 16,46m; Segmento 198 - 199 - em linha reta com azimute 300°56"57", distância de 17,91m; Segmento 199 - 200 - em linha reta com azimute 300°55"35", distância de 39,56m; Segmento 200 - 201 - em linha reta com azimute 300°53"11", distância de 21,10m; Segmento 201 - 202 - em linha reta com azimute 300°54"43", distância de 14,35m; Segmento 202 - 203 - em linha reta com azimute 301°5"9", distância de 9,43m; Segmento 203 - 204 - em linha reta com azimute 300°45"50", distância de 24,22m; Segmento 204 - 205 - em linha reta com azimute 300°50"59", distância de 22,85m; Segmento 205 - 206 - em linha reta com azimute 300°50"26", distância de 22,77m; Segmento 206 - 207 - em linha reta com azimute 300°52"28", distância de 20,31m; Segmento 207 - 208 - em linha reta com azimute 301°9"22", distância de 21,98m; Segmento 208 - 209 - em linha reta com azimute 300°58"23", distância de 15,94m; Segmento 209 - 210 - em linha reta com azimute 301°9"2", distância de 17,39m; Segmento 210 - 211 - em linha reta com azimute 300°52"55", distância de 14,57m; Segmento 211 - 212 - em linha reta com azimute 297°31"48", distância de 22,83m; Segmento 212 - 213 - em linha reta com azimute 289°33"28", distância de 17,29m; Segmento 213 - 214 - em linha reta com azimute 282°9"33", distância de 7,35m; Segmento 214 - 215 - em linha reta com azimute 282°9"33", distância de 4,80m; Segmento 215 - 216 - em linha reta com azimute 283°15"50", distância de 13,39m; Segmento 216 - 217 - em linha reta com azimute 282°51"41", distância de 58,44m; Segmento 217 - 218 - em linha reta com azimute 275°56"21", distância de 14,85m; Segmento 218 - 219 - em linha reta com azimute 282°0"2", distância de 6,77m; Segmento 219 - 220 - em linha reta com azimute 281°8"35", distância de 10,08m; Segmento 220 - 221 - em linha reta com azimute 279°6"20", distância de 7,21m; Segmento 221 - 222 - em linha reta com azimute 271°13"12", distância de 0,53m; Segmento 222 - 223 - em linha reta com azimute 270°40"52", distância de 9,22m; Segmento 223 - 224 - em linha reta com azimute 262°56"16", distância de 6,24m; Segmento 224 - 225 - em linha reta com azimute 264°29"16", distância de 13,33m; Segmento 225 - 226 - em linha reta com azimute 264°30"1", distância de 19,80m; Segmento 226 - 227 - em linha reta com azimute 257°19"3", distância de 1,19m; Segmento 227 - 228 - em linha reta com azimute 267°20"5", distância de 12,86m; Segmento 228 - 229 - em linha reta com azimute 266°35"35", distância de 98,16m; Segmento 229 - 230 - em linha reta com azimute 266°35"35", distância de 4,00m; Segmento 230 - 231 - em linha reta com azimute 267°38"55", distância de 5,75m; Segmento 231 - 232 - em linha reta com azimute 266°28"30", distância de 4,59m; Segmento 232 - 233 - em linha reta com azimute 268°21"37", distância de 14,72m; Segmento 233 - 234 - em linha reta com azimute 267°53"4", distância de 20,38m; Segmento 234 - 235 - em linha reta com azimute 267°55"57", distância de 4,60m; Segmento 235 - 236 - em linha reta com azimute 267°32"31", distância de 12,45m; Segmento 236 - 237 - em linha reta com azimute 254°52"32", distância de 1,57m; Segmento 237 - 238 - em linha reta com azimute 256°32"3", distância de 5,75m; Segmento 238 - 239 - em linha reta com azimute 266°35"35", distância de 4,93m; Segmento 239 - 240 - em linha reta com azimute 256°6"39", distância de 15,69m; Segmento 240 - 241 - em linha reta com azimute 266°55"55", distância de 36,19m; Segmento 241 - 242 - em linha reta com azimute 268°13"45", distância de 11,82m; Segmento 242 - 243 - em linha reta com azimute 269°17"32", distância de 9,90m; Segmento 243 - 244 - em linha reta com azimute 270°21"34", distância de 7,94m; Segmento 244 - 245 - em linha reta com azimute 271°48"2", distância de 13,17m; Segmento 245 - 246 - em linha reta com azimute 273°43"24", distância de 14,43m; Segmento 246 - 247 - em linha reta com azimute 274°48"39", distância de 1,18m; Segmento 247 - 248 - em linha reta com azimute 274°55"29", distância de 8,33m; Segmento 248 - 249 - em linha reta com azimute 277°15"23", distância de 9,41m; Segmento 249 - 250 - em linha reta com azimute 277°56"56", distância de 8,02m; Segmento 250 - 251 - em linha reta com azimute 279°4"1", distância de 9,61m; Segmento 251 - 252 - em linha reta com azimute 281°40"31", distância de 26,62m; Segmento 252 - 253 - em linha reta com azimute 283°53"26", distância de 5,18m; Segmento 253 - 254 - em linha reta com azimute 289°58"46", distância de 39,35m; Segmento 254 - 255 - em linha reta com azimute 291°59"26", distância de 27,46m; Segmento 255 - 256 - em linha reta com azimute 296°8"8", distância de 31,28m; Segmento 256 - 257 - em linha reta com azimute 298°37"25", distância de 294,81m; Segmento 257 - 258 - em linha reta com azimute 298°31"19", distância de 57,10m; Segmento 258 - 259 - em linha reta com azimute 297°1"29", distância de 25,06m; Segmento 259 - 260 - em linha reta com azimute 293°40"50", distância de 22,58m; Segmento 260 - 261 - em linha reta com azimute 289°56"12", distância de 13,52m; Segmento 261 - 262 - em linha reta com azimute 287°21"3", distância de 4,06m; Segmento 262 - 263 - em linha reta com azimute 249°12"44", distância de 3,30m; Segmento 263 - 264 - em linha reta com azimute 249°15"51", distância de 11,37m; Segmento 264 - 265 - em linha reta com azimute 282°29"14", distância de 3,63m; Segmento 265 - 266 - em linha reta com azimute 282°26"51", distância de 4,66m; Segmento 266 - 267 - em linha reta com azimute 281°4"1", distância de 5,30m; Segmento 267 - 268 - em linha reta com azimute 279°33"2", distância de 5,81m; Segmento 268 - 269 - em linha reta com azimute 278°0"16", distância de 5,55m; Segmento 269 - 270 - em linha reta com azimute 275°44"11", distância de 11,09m; Segmento 270 - 271 - em linha reta com azimute 273°5"25", distância de 8,32m; Segmento 271 - 272 - em linha reta com azimute 270°26"39", distância de 11,09m; Segmento 272 - 273 - em linha reta com azimute 267°25"12", distância de 11,09m; Segmento 273 - 274 - em linha reta com azimute 264°0"56", distância de 13,88m; Segmento 274 - 275 - em linha reta com azimute 259°51"34", distância de 16,59m; Segmento 275 - 276 - em linha reta com azimute 255°30"13", distância de 15,35m; Segmento 276 - 277 - em linha reta com azimute 251°43"8", distância de 12,40m; Segmento 277 - 278 - em linha reta com azimute 248°8"8", distância de 13,88m; Segmento 278 - 279 - em linha reta com azimute 244°44"16", distância de 11,04m; Segmento 279 - 280 - em linha reta com azimute 242°5"48", distância de 8,33m; Segmento 280 - 281 - em linha reta com azimute 240°17"5", distância de 4,89m; Segmento 281 - 282 - em linha reta com azimute 239°22"7", distância de 2,08m; Segmento 282 - 283 - em linha reta com azimute 238°42"9", distância de 2,63m; Segmento 283 - 284 - em linha reta com azimute 237°45"38", distância de 4,28m; Segmento 284 - 1 - em linha reta com azimute 236°15"18", distância de 6,74m; perfazendo uma área de 51.362,63m² (cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e dois metros quadrados e sessenta e três decímetros quadrados); e

II - Área 02, Segmento 475 - 476 - em linha reta com azimute 42°47"30", distância de 20,86m; Segmento 476 - 477 - em linha reta com azimute 41°51"20", distância de 4,58m; Segmento 477 - 478 - em linha reta com azimute 64°50"59", distância de 4,51m; Segmento 478 - 479 - em linha reta com azimute 63°9"55", distância de 4,35m; Segmento 479 - 480 - em linha reta com azimute 63°6"37", distância de 3,59m; Segmento 480 - 481 - em linha reta com azimute 59°36"7", distância de 1,67m; Segmento 481 - 482 - em linha reta com azimute 41°32"29", distância de 9,77m; Segmento 482 - 483 - em linha reta com azimute 41°39"41", distância de 5,68m; Segmento 483 - 484 - em linha reta com azimute 41°17"52", distância de 21,72m; Segmento 484 - 485 - em linha reta com azimute 38°52"32", distância de 7,65m; Segmento 485 - 486 - em linha reta com azimute 124°6"42", distância de 0,53m; Segmento 486 - 487 - em linha reta com azimute 41°36"20", distância de 27,41m; Segmento 487 - 488 - em linha reta com azimute 41°52"51", distância de 14,96m; Segmento 488 - 489 - em linha reta com azimute 41°53"54", distância de 9,41m; Segmento 489 - 490 - em linha reta com azimute 39°33"4", distância de 2,28m; Segmento 490 - 491 - em linha reta com azimute 309°3"32", distância de 15,31m; Segmento 491 - 492 - em linha reta com azimute 307°40"59", distância de 11,55m; Segmento 492 - 493 - em linha reta com azimute 304°47"9", distância de 8,29m; Segmento 493 - 494 - em linha reta com azimute 333°3"39", distância de 4,06m; Segmento 494 - 495 - em linha reta com azimute 333°5"20", distância de 3,95m; Segmento 495 - 496 - em linha reta com azimute 295°51"35", distância de 13,15m; Segmento 496 - 497 - em linha reta com azimute 293°22"56", distância de 1,11m; Segmento 497 - 498 - em linha reta com azimute 287°56"2", distância de 3,01m; Segmento 498 - 499 - em linha reta com azimute 200°50"52", distância de 1,07m; Segmento 499 - 500 - em linha reta com azimute 302°5"0", distância de 8,01m; Segmento 500 - 501 - em linha reta com azimute 307°5"7", distância de 1,23m; Segmento 501 - 502 - em linha reta com azimute 305°17"23", distância de 6,46m; Segmento 502 - 503 - em linha reta com azimute 304°15"53", distância de 8,25m; Segmento 503 - 504 - em linha reta com azimute 303°46"18", distância de 10,25m; Segmento 504 - 505 - em linha reta com azimute 305°17"7", distância de 1,05m; Segmento 505 - 506 - em linha reta com azimute 31°19"52", distância de 15,77m; Segmento 506 - 507 - em linha reta com azimute 121°19"52", distância de 36,12m; Segmento 507 - 508 - em linha reta com azimute 123°48"30", distância de 36,24m; Segmento 508 - 509 - em linha reta com azimute 127°19"48", distância de 21,81m; Segmento 509 - 510 - em linha reta com azimute 42°3"6", distância de 7,24m; Segmento 510 - 511 - em linha reta com azimute 42°3"6", distância de 138,13m; Segmento 511 - 512 - em linha reta com azimute 130°48"27", distância de 1,76m; Segmento 512 - 513 - em linha reta com azimute 130°48"27", distância de 9,43m; Segmento 513 - 514 - em linha reta com azimute 221°31"44", distância de 88,19m; Segmento 514 - 515 - em linha reta com azimute 221°27"38", distância de 175,03m; Segmento 515 - 516 - em linha reta com azimute 241°3"41", distância de 18,30m; Segmento 516 - 517 - em linha reta com azimute 244°51"55", distância de 13,01m; Segmento 517 - 475 - em linha reta com azimute 247°35"1", distância de 9,72m; perfazendo uma área de 4.729,81m² (quatro mil, setecentos e vinte e nove metros quadrados e oitenta e um decímetros quadrados).

Art. 2º Fica a Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A - ECOPONTE autorizada a promover as desapropriações necessárias à implantação da obra referenciada pelo art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A - ECOPONTE fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no art. 1º.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 249, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - Substituto, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50515.013238/2017-20, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso no km 528+300m da Rodovia BR-116/SP, no Município de Barra do Turvo/SP, no interesse de Auto Posto Paraíso Barra do Turvo LTDA,

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, a empresa Auto Posto Paraíso deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Régis Bittencourt S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000314

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º A empresa Auto Posto Paraíso não poderá iniciar a readequação do referido acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Régis Bittencourt, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Régis Bittencourt deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A empresa Auto Posto Paraíso assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A empresa Auto Posto Paraíso deverá concluir a obra de readequação de acesso no prazo de 9 (nove) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a empresa Auto Posto Paraíso verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Régis Bittencourt sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Régis Bittencourt acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A empresa Auto Posto Paraíso deverá apresentar, à URSP e à Autopista Régis Bittencourt, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A empresa Auto Posto Paraíso abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO ESTEVE FERREIRA DE ASSIS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2017

Hora: 10:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Feitos com Pedido de Vista
Processo NF-000601.2017.03.001/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.
Processo IC-000074.2014.23.003/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: BIO BRASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRIQUETES LTDA - EPP - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-000269.2017.11.000/4 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo IC-000183.2014.03.006/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: IMAGEM CENTRO DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA - ME, NOTICIANTE: JULIANO BYRRO GUIMARÃES - Relator: Dr. Sílvia Maria Zimmermann.
Processo IC-000264.2015.01.004/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS FUNC PUBLIC MUN SAO JOAO DE MERITI, NOTICIANTE: CRISTÓVÃO REIS DA SILVA - Relator: Dr. Sílvia Maria Zimmermann.
Processo NF-002096.2017.15.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: ENGEFORT SISTEMA AVANCADO DE SEGURANCA LTDA - Relator: Dr. Sílvia Maria Zimmermann.
II - Recursos administrativos
Processo NF-002499.2016.07.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: IOLANDA M BARROSO - ME, NOTICIANTE: VERIDIANA FERREIRA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.
Processo IC-003061.2016.15.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (AGENCIA AQUIDABAN) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.
Processo NF-000379.2017.02.005/5 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.
Processo NF-000661.2017.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PRESS & GET COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, NOTICIANTE: MARCIO FERNANDES DE SOUSA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-005448.2017.02.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AGÊNCIA BRÁS EST UNIF SP) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-000927.2017.08.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SEEB-PA/AP - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO PARÁ E AMAPÁ, NOTICIADO: BANCO PAN S.A. - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-001905.2017.09.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA, NOTICIANTE: SUTTILE & VACISKI ADVOGADOS ASSOCIADOS - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-002317.2017.15.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE FARMÁCIAS, DROGARIAS, DISTRIBUIDORAS, PERFUMARIAS, SIMILARES E MANIPULAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOTICIADO: SIND EMPREG AUX TEC FARMACIAS DROG DIST MANIP COM ATAC E VAREJ DROGAS MEDIC PRODS FARMAC DE SOROCABA E REGIAO-SP - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo IC-000779.2017.19.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: CIENTIFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA. - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-001006.2017.23.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: TOCO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo PP-004499.2016.04.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: CABIFY AGÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA. - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
Processo NF-000114.2017.02.005/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: TRANSPORTES IMEDIATO LTDA, NOTICIANTE: DURVAL ALVES DOS SANTOS - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
Processo NF-000953.2017.06.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MUNICÍPIO DE BARREIROS, NOTICIADO: CARLOS ARTHUR SOARES DE AVELLAR JÚNIOR, NOTICIADO: LEONARDO SOARES DE AVELLAR, NOTICIADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA MATA SUL, NOTICIADO: START CONSTRUTORA LTDA - ME - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
III - Declínios de atribuições
Processo NF-000407.2017.04.006/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE PAIM FILHO, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANANDUVA - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
Processo PP-000824.2017.20.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE , NOTICIANTE: NAIRA CAROLINA ALVES SOUZA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.
Processo IC-000270.2015.08.003/2 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIANTE: MPF/STM, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE JACAREACANGA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-001455.2017.10.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, NOTICIANTE: SINDPROFAR/DF - SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO DISTRITO FEDERAL - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-002062.2017.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (COREMETRO) - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
IV - Demais Procedimentos para análise revisional
PRT 1ª Região-RJ - IC-002664.2012.01.000/7, IC-004298.2012.01.000/5, IC-000407.2013.01.000/2, IC-003161.2013.01.000/4, IC-000446.2013.01.001/6, IC-000357.2013.01.004/4, IC-000937.2013.01.004/9, IC-001822.2014.01.000/0, IC-003770.2014.01.000/0, IC-000850.2015.01.000/2, IC-001462.2015.01.000/9, IC-004051.2015.01.000/2, IC-004235.2015.01.000/6, IC-000419.2015.01.001/9, IC-000004.2015.01.002/5, IC-000404.2015.01.005/3, IC-000703.2015.01.006/2, IC-000172.2015.01.007/9, IC-000149.2016.01.000/8, IC-000478.2016.01.000/8, IC-001691.2016.01.000/9, IC-003447.2016.01.000/1, IC-003796.2016.01.000/0, IC-005184.2016.01.000/5, PP-005191.2016.01.000/5, IC-000885.2016.01.004/2, IC-000505.2016.01.005/0, IC-000086.2016.01.007/4, NF-000211.2017.01.000/6, IC-000270.2017.01.000/3, NF-002426.2017.01.000/7, NF-002651.2017.01.000/3, IC-002749.2017.01.000/8, NF-002979.2017.01.000/1, NF-003260.2017.01.000/3, NF-003703.2017.01.000/8, NF-003717.2017.01.000/6, NF-003914.2017.01.000/4, NF-004022.2017.01.000/2, NF-004035.2017.01.000/5, IC-000056.2017.01.006/1, PP-000288.2017.01.006/7, PP-000517.2017.01.006/4, NF-000650.2017.01.006/7, IC-000586.2007.01.000/0, IC-002703.2010.01.000/7, IC-003866.2011.01.000/9, IC-000064.2011.01.007/5, IC-000128.2012.01.003/9, IC-000086.2012.01.004/4, IC-002471.2013.01.000/4, IC-003076.2013.01.000/0, IC-003890.2013.01.000/9, IC-000343.2013.01.001/9, IC-001648.2014.01.000/1, IC-000052.2014.01.007/3, IC-001373.2015.01.000/3, IC-002908.2015.01.000/8, IC-003070.2015.01.000/1, IC-003608.2015.01.000/4, IC-004983.2015.01.000/8, IC-000531.2015.01.003/2, IC-000202.2015.01.004/3, IC-000309.2015.01.004/6, IC-001312.2015.01.004/2, IC-001395.2015.01.004/0, IC-000656.2015.01.006/0, IC-000992.2016.01.000/5, IC-002043.2016.01.000/2, IC-002068.2016.01.000/2, PP-002118.2016.01.000/8, PP-003612.2016.01.000/0, IC-005902.2016.01.000/1, IC-000115.2016.01.004/4, IC-000555.2016.01.004/6, IC-000384.2016.01.005/6, IC-000488.2016.01.005/0, IC-000432.2016.01.006/6, IC-000103.2016.01.007/7, IC-000348.2016.01.007/4, NF-000314.2017.01.000/3, IC-001369.2017.01.000/3, IC-001411.2017.01.000/5, IC-002128.2017.01.000/6, NF-002289.2017.01.000/7, PP-003078.2017.01.000/9, NF-003286.2017.01.000/9, NF-004799.2017.01.000/6, NF-005361.2017.01.000/2, IC-000004.2017.01.001/1, IC-000148.2017.01.001/5, IC-000073.2017.01.002/9, IC-000120.2017.01.003/1, NF-000507.2017.01.006/7, IC-000076.2017.01.007/0, IC-000087.2017.01.007/5, IC-000158.2017.01.007/8, IC-002587.2012.01.000/9, IC-001109.2013.01.000/3, IC-002875.2013.01.000/5, IC-003021.2013.01.000/1, IC-000487.2013.01.003/3, IC-000892.2014.01.000/1, IC-004048.2014.01.000/2, IC-004064.2014.01.000/3, IC-000198.2014.01.003/5, IC-000142.2014.01.007/4, IC-004509.2015.01.000/0, IC-005275.2015.01.000/0, IC-000336.2015.01.006/0, IC-000310.2015.01.007/9, IC-001393.2016.01.000/8, IC-004173.2016.01.000/5, IC-004563.2016.01.000/8, IC-004847.2016.01.000/9, IC-005352.2016.01.000/0, IC-006111.2016.01.000/2, IC-000442.2016.01.001/9, IC-000229.2016.01.003/4, IC-000445.2016.01.003/0, IC-000490.2016.01.003/4, IC-000163.2016.01.004/8, IC-000588.2016.01.006/9, IC-000024.2016.01.007/0, IC-000053.2016.01.007/8, NF-001576.2017.01.000/8, IC-001896.2017.01.000/2, NF-002328.2017.01.000/0, NF-000632.2017.01.006/5, PP-000108.2017.01.007/1, NF-000220.2017.01.007/3 - PRT 2ª Região-SP - IC-000436.2012.02.002/9, IC-000106.2015.02.000/9, IC-005877.2015.02.000/5, IC-007375.2015.02.000/4, IC-002962.2016.02.000/6, IC-003940.2016.02.000/0, IC-005837.2016.02.000/1, IC-006678.2016.02.000/6, NF-008353.2016.02.000/0, IC-000023.2016.02.001/5, IC-000043.2016.02.001/1, IC-000541.2016.02.001/2, IC-000297.2016.02.003/4, PP-000507.2017.02.000/3, PP-000580.2017.02.000/7, PP-001288.2017.02.000/4, IC-001543.2017.02.000/3, PP-001958.2017.02.000/6, IC-002744.2017.02.000/1, IC-003019.2017.02.000/7, IC-003816.2017.02.000/9, PP-005243.2017.02.000/4, NF-005866.2017.02.000/7, NF-006123.2017.02.000/2, NF-006226.2017.02.000/6, NF-007082.2017.02.000/6, IC-000234.2017.02.001/2, IC-000108.2017.02.002/9, NF-000692.2017.02.002/7, NF-000748.2017.02.002/7, IC-000033.2017.02.005/4, NF-005163.2012.02.000/0, IC-000359.2012.02.001/3, IC-001865.2013.02.000/1, IC-006214.2014.02.000/3, IC-003058.2015.02.000/3, IC-006243.2015.02.000/9, IC-002544.2016.02.000/5, IC-003091.2016.02.000/2, IC-000476.2017.02.000/0, PP-001844.2017.02.000/0, PP-001871.2017.02.000/3, PP-002104.2017.02.000/2, PP-003005.2017.02.000/9, IC-004821.2017.02.000/6, PP-005445.2017.02.000/0, NF-006094.2017.02.000/5, NF-006648.2017.02.000/9, NF-006969.2017.02.000/9, IC-000069.2017.02.001/5, PP-000228.2017.02.001/0, IC-000339.2017.02.001/2, NF-000713.2017.02.002/3, PP-000099.2017.02.003/3, PP-000237.2017.02.003/3, NF-000368.2017.02.003/0, PP-000378.2017.02.003/7, IC-000085.2017.02.005/0, IC-000524.2012.02.000/5, IC-000140.2012.02.003/4, IC-001372.2014.02.000/7, IC-000324.2014.02.001/5, IC-000220.2014.02.003/3, IC-005479.2015.02.000/7, IC-007709.2015.02.000/0, IC-000287.2015.02.004/5, IC-001881.2016.02.000/8, IC-001915.2016.02.000/2, PP-002954.2016.02.000/0, IC-006388.2016.02.000/0, IC-006523.2016.02.000/0, IC-007034.2016.02.000/3, IC-007582.2016.02.000/0, IC-000487.2016.02.001/1, IC-000519.2016.02.001/1, IC-001515.2017.02.000/5, NF-002445.2017.02.000/5, PP-003292.2017.02.000/4, NF-004999.2017.02.000/1, NF-005125.2017.02.000/5, IC-000117.2017.02.002/0, NF-000758.2017.02.002/4, IC-000032.2017.02.003/3, IC-000124.2017.02.005/0 - PRT 3ª Região-MG - IC-000084.2010.03.007/3, IC-000225.2011.03.010/7, IC-

000287.2012.03.002/7, IC-001599.2013.03.000/1, IC-000316.2013.03.003/1, IC-000224.2013.03.010/6, IC-000536.2013.03.010/0, IC-000719.2014.03.000/3, IC-002661.2014.03.000/6, IC-003848.2014.03.000/4, IC-000738.2015.03.000/4, IC-003875.2015.03.000/9, IC-000215.2015.03.004/3, IC-000291.2015.03.010/3, IC-000990.2016.03.000/6, IC-001395.2016.03.000/0, IC-003095.2016.03.000/5, NF-003901.2016.03.000/1, IC-004476.2016.03.000/5, IC-000355.2016.03.003/2, PP-001151.2017.03.000/0, IC-002025.2017.03.000/4, NF-002162.2017.03.000/0, NF-000262.2017.03.001/3, IC-000324.2017.03.001/5, NF-000761.2017.03.002/9, IC-000050.2017.03.003/8, IC-000054.2017.03.008/6, IC-000223.2017.03.010/0, IC-000046.2012.03.005/9, IC-000315.2013.03.006/8, IC-003388.2014.03.000/3, IC-000296.2014.03.001/2, IC-001532.2015.03.000/9, IC-000622.2015.03.001/1, IC-000687.2015.03.002/0, IC-001548.2016.03.000/0, PP-003483.2016.03.000/7, IC-003719.2016.03.000/7, IC-000637.2016.03.002/4, IC-000156.2016.03.003/1, IC-000279.2016.03.005/6, IC-000213.2016.03.010/0, IC-000169.2017.03.000/9, IC-001383.2017.03.000/5, IC-001986.2017.03.000/5, IC-002837.2017.03.000/0, IC-002894.2017.03.000/1, IC-000464.2017.03.001/2, PP-000167.2017.03.002/8, IC-000378.2017.03.003/9, IC-000038.2017.03.004/1, IC-000096.2017.03.004/6, IC-000034.2017.03.006/6, PP-000347.2017.03.006/3, IC-000035.2017.03.007/5, NF-000223.2017.03.007/6, NF-000426.2017.03.007/1, NF-000490.2017.03.007/4, NF-000498.2017.03.007/5, NF-000517.2017.03.007/9, IC-000025.2017.03.008/9, NF-000163.2017.03.008/8, PP-000127.2017.03.010/8, IC-000267.2013.03.002/5, IC-000274.2015.03.000/7, IC-003055.2015.03.000/8, IC-003892.2015.03.000/5, IC-000764.2015.03.001/1, IC-000370.2015.03.010/0, IC-000424.2016.03.000/0, IC-004261.2016.03.000/7, IC-000302.2016.03.003/7, IC-000287.2016.03.004/0, IC-000418.2016.03.007/4, IC-000626.2016.03.009/7, IC-000101.2016.03.010/0, IC-000280.2016.03.010/2, PP-000240.2017.03.000/5, IC-000708.2017.03.000/8, IC-001046.2017.03.000/4, PP-001218.2017.03.000/0, NF-001262.2017.03.000/0, NF-001447.2017.03.000/9, IC-000391.2017.03.001/7, IC-000020.2017.03.002/1, NF-000696.2017.03.002/4, NF-000101.2017.03.005/9, NF-000418.2017.03.007/7, PP-000018.2017.03.008/3, NF-000290.2017.03.009/0, IC-000183.2014.03.006/2 - PRT 4ª Região-RS - IC-000082.2012.04.000/6, IC-000858.2012.04.000/0, IC-002661.2015.04.000/8, IC-000306.2015.04.003/4, IC-000266.2015.04.005/1, IC-000367.2015.04.006/4, IC-000436.2015.04.008/0, PP-001460.2016.04.000/1, IC-003469.2016.04.000/7, IC-004040.2016.04.000/4, IC-004572.2016.04.000/0, IC-004774.2016.04.000/6, IC-004969.2016.04.000/1, PP-005015.2016.04.000/0, IC-000257.2016.04.002/9, IC-000296.2016.04.002/1, IC-000006.2016.04.005/5, IC-000786.2016.04.006/7, IC-000014.2016.04.007/0, IC-000989.2017.04.000/7, IC-001199.2017.04.000/0, IC-001444.2017.04.000/2, PP-001961.2017.04.000/5, IC-002117.2017.04.000/7, PP-002484.2017.04.000/6, PP-002618.2017.04.000/8, NF-002730.2017.04.000/5, NF-003147.2017.04.000/3, NF-003506.2017.04.000/1, PP-000187.2017.04.002/4, NF-000310.2017.04.002/5, PP-000006.2017.04.004/0, IC-000154.2017.04.004/0, IC-000345.2017.04.006/2, IC-000175.2017.04.008/4, IC-000199.2017.04.008/4, IC-001046.2009.04.000/6, IC-000401.2011.04.000/4, IC-000139.2013.04.006/3, IC-001031.2014.04.000/5, IC-002018.2014.04.000/9, IC-000493.2015.04.000/0, IC-000053.2015.04.006/1, IC-000262.2015.04.008/6, IC-000091.2016.04.000/8, IC-000336.2016.04.000/0, IC-001790.2016.04.000/2, IC-003603.2016.04.000/0, PP-003618.2016.04.000/4, IC-003638.2016.04.000/7, IC-004062.2016.04.000/8, IC-004077.2016.04.000/2, IC-004569.2016.04.000/2, IC-004614.2016.04.000/0, IC-004983.2016.04.000/1, IC-000317.2016.04.002/8, IC-000246.2016.04.006/7, IC-000468.2016.04.008/8, IC-000106.2017.04.000/4, IC-000296.2017.04.000/8, PP-000621.2017.04.000/8, NF-000736.2017.04.000/5, IC-000917.2017.04.000/3, IC-000932.2017.04.000/6, PP-001802.2017.04.000/6, NF-002158.2017.04.000/7, NF-002169.2017.04.000/9, NF-002391.2017.04.000/9, PP-002575.2017.04.000/2, NF-002859.2017.04.000/3, PP-002974.2017.04.000/7, NF-003102.2017.04.000/0, NF-003242.2017.04.000/3, NF-003316.2017.04.000/3, NF-003329.2017.04.000/6, PP-003624.2017.04.000/0, IC-000155.2017.04.001/2, PP-000002.2017.04.002/3, NF-000302.2017.04.002/1, PP-000013.2017.04.005/7, IC-000038.2017.04.008/0, NF-000387.2017.04.008/0, IC-001113.2014.04.000/0, IC-002690.2014.04.000/0, IC-001964.2015.04.000/8, IC-002234.2015.04.000/6, IC-000052.2015.04.001/0, IC-000171.2015.04.004/3, IC-000159.2015.04.006/3, IC-000474.2015.04.008/7, IC-000235.2016.04.000/5, IC-000454.2016.04.000/0, IC-000729.2016.04.000/8, IC-001827.2016.04.000/3, IC-004086.2016.04.000/3, IC-004101.2016.04.000/1, PP-004247.2016.04.000/7, MED-004678.2016.04.000/0, PP-004769.2016.04.000/7, PP-004925.2016.04.000/4, IC-000328.2016.04.004/0, IC-000635.2016.04.006/6, IC-000291.2016.04.008/4, IC-000297.2016.04.008/7, IC-000119.2017.04.000/0, IC-000324.2017.04.000/2, IC-000454.2017.04.000/6, NF-000553.2017.04.000/4, NF-000709.2017.04.000/2, IC-000966.2017.04.000/3, NF-001012.2017.04.000/3, IC-001344.2017.04.000/5, PP-001716.2017.04.000/6, IC-001999.2017.04.000/9, NF-002299.2017.04.000/5, NF-002746.2017.04.000/3, NF-002910.2017.04.000/6, NF-003079.2017.04.000/7, NF-003087.2017.04.000/2, PP-000164.2017.04.002/1, IC-000024.2017.04.005/0, IC-000223.2017.04.006/7 - PRT 5ª Região-BA - IC-000140.2012.05.007/3, IC-000216.2014.05.004/0, IC-000664.2015.05.000/6, IC-001258.2015.05.000/4, IC-002237.2015.05.000/4, PP-001263.2016.05.000/5, PP-002744.2016.05.000/2, PP-002790.2016.05.000/2, IC-000564.2017.05.000/3, PP-000964.2017.05.000/6, PP-001747.2017.05.000/2, NF-001766.2017.05.000/0, NF-002108.2017.05.000/7, PP-002184.2017.05.000/6, NF-002212.2017.05.000/8, IC-000229.2013.05.003/3, IC-000109.2014.05.004/4, IC-000402.2014.05.004/4, IC-000197.2014.05.006/9, IC-000626.2014.05.006/2, IC-002309.2015.05.000/3, IC-000055.2015.05.006/8, PP-000669.2016.05.000/0, IC-001901.2016.05.000/7, IC-002190.2016.05.000/9, IC-002280.2016.05.000/0, IC-002321.2016.05.000/4, IC-003243.2016.05.000/9, IC-000820.2017.05.000/3, PP-001030.2017.05.000/7, IC-001120.2017.05.000/8, IC-001906.2017.05.000/6, NF-002113.2017.05.000/6, NF-002405.2017.05.000/2, NF-000190.2017.05.002/9, IC-000037.2017.05.003/8, NF-000191.2017.05.003/6, IC-000323.2017.05.004/5, NF-000200.2017.05.005/4, NF-000167.2017.05.007/6, IC-000243.2012.05.002/6, IC-000505.2015.05.000/0, IC-002060.2015.05.000/0, IC-002818.2015.05.000/0, IC-000048.2015.05.002/4, IC-001623.2016.05.000/9, IC-002191.2016.05.000/4, IC-000288.2016.05.004/0, IC-000456.2016.05.006/3, IC-000468.2017.05.000/0, IC-000900.2017.05.000/7, NF-001889.2017.05.000/6, NF-001987.2017.05.000/2, PP-000055.2017.05.003/0, NF-000113.2017.05.007/4, NF-000130.2017.05.007/0, NF-000140.2017.05.007/7 - PRT 6ª Região-PE - IC-002032.2015.06.000/3, IC-001583.2016.06.000/0, IC-002406.2016.06.000/7, IC-002665.2016.06.000/4, IC-000139.2016.06.002/1, IC-001275.2017.06.000/5, IC-001277.2017.06.000/6, IC-002008.2017.06.000/0, IC-002037.2017.06.000/4, IC-002224.2017.06.000/6, NF-002859.2017.06.000/6, IC-000332.2017.06.002/6, NF-000480.2017.06.002/8, IC-001168.2013.06.000/0, IC-001231.2014.06.000/2, IC-001969.2014.06.000/6, IC-002083.2014.06.000/9, IC-000398.2015.06.000/0, IC-001953.2015.06.000/9, IC-000245.2016.06.002/1, PP-000349.2016.06.002/5, IC-000625.2017.06.000/0, IC-001012.2017.06.000/6, IC-001074.2017.06.000/5, IC-001099.2017.06.000/5, IC-001963.2017.06.000/9, IC-002401.2017.06.000/1, NF-000158.2017.06.001/1, PP-000109.2017.06.002/2, NF-000523.2017.06.002/1, IC-001218.2015.06.000/0, IC-001297.2015.06.000/5, IC-002632.2016.06.000/9, PP-002655.2016.06.000/8, IC-000987.2017.06.000/1, PP-001642.2017.06.000/9, NF-001984.2017.06.000/7, NF-002021.2017.06.000/5, IC-000322.2017.06.002/9, IC-000376.2017.06.002/0, NF-000406.2017.06.002/8, NF-000407.2017.06.002/4, NF-000467.2017.06.002/8 - PRT 7ª Região-CE - IC-000221.2013.07.002/5, IC-000480.2014.07.000/0, IC-000044.2015.07.000/0, IC-000399.2015.07.000/2, IC-001317.2015.07.000/3, IC-000044.2015.07.003/3, IC-000834.2016.07.000/0, IC-001379.2016.07.000/4, IC-001380.2016.07.000/1, IC-001881.2016.07.000/3, IC-000139.2016.07.001/3, IC-000221.2016.07.001/3, PP-000800.2017.07.000/6, PP-000929.2017.07.000/6, PP-001298.2017.07.000/6, PP-001649.2017.07.000/9, IC-002164.2007.07.000/2, IC-000772.2012.07.000/4, IC-001116.2014.07.000/1, IC-001796.2015.07.000/8, IC-001806.2015.07.000/8, IC-000168.2015.07.001/6, IC-000429.2016.07.000/2, IC-001321.2016.07.000/9, PP-002241.2016.07.000/2, IC-002480.2016.07.000/7, IC-000179.2016.07.002/2, IC-000188.2017.07.000/4, PP-000218.2017.07.000/5, PP-000287.2017.07.000/0, IC-000386.2017.07.000/1, PP-000627.2017.07.000/9, PP-001064.2017.07.000/0, PP-001246.2017.07.000/3, PP-001487.2017.07.000/9, PP-001815.2017.07.000/2, IC-000884.2009.07.000/8, IC-000129.2010.07.000/8, IC-001039.2011.07.000/7, IC-000472.2012.07.000/0, IC-001235.2013.07.000/3, IC-000005.2014.07.000/5, IC-000438.2014.07.000/4, IC-000597.2014.07.000/0, IC-000088.2014.07.001/7, IC-001852.2015.07.000/8, IC-000549.2016.07.000/5, IC-001537.2016.07.000/2, IC-002515.2016.07.000/7, IC-000141.2016.07.002/8, NF-000446.2017.07.000/0, PP-000735.2017.07.000/1, PP-001294.2017.07.000/4, PP-001561.2017.07.000/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-000246.2013.08.000/4, IC-001237.2014.08.000/7, IC-000201.2015.08.003/9, PP-001717.2016.08.000/4, PP-000330.2016.08.001/3, IC-000604.2017.08.000/3, IC-000915.2017.08.000/4, NF-000944.2017.08.000/7, IC-000628.2009.08.002/0, IC-000233.2013.08.001/6, IC-000391.2013.08.001/5, IC-000861.2014.08.000/6, IC-000235.2014.08.002/0, IC-000275.2014.08.003/1, IC-000229.2015.08.003/3, IC-001094.2016.08.000/8, PP-001650.2016.08.000/4, PP-001671.2016.08.000/2, IC-001777.2016.08.000/2, IC-000077.2016.08.002/3, IC-000186.2016.08.003/8, IC-000138.2017.08.000/0, IC-000471.2017.08.000/9, IC-000758.2017.08.000/3, IC-000795.2017.08.000/3, NF-000982.2017.08.000/6, PP-000172.2017.08.002/2, IC-001068.2012.08.000/1, IC-000202.2012.08.001/5, IC-000324.2015.08.002/0, IC-000287.2015.08.003/0, IC-000010.2016.08.000/0, IC-001254.2016.08.000/5, IC-001384.2016.08.000/3, IC-001830.2016.08.000/6, IC-001938.2016.08.000/7, IC-001999.2016.08.000/0, PP-002000.2016.08.000/7, IC-000167.2016.08.003/5, IC-000203.2016.08.003/9, PP-000142.2017.08.000/9, NF-000192.2017.08.000/5, IC-000522.2017.08.000/7, NF-000197.2017.08.003/4 - PRT 9ª Região-PR - IC-000513.2011.09.000/1, IC-000178.2014.09.001/3, PP-000237.2014.09.010/6, IC-002664.2015.09.000/0, IC-000168.2016.09.000/0, IC-001031.2016.09.000/4, IC-004045.2016.09.000/7, IC-000138.2016.09.004/2, IC-000171.2016.09.004/2, IC-000175.2016.09.004/8, PP-000018.2017.09.000/4, PP-000581.2017.09.000/6, PP-001591.2017.09.000/0, PP-001985.2017.09.000/5, IC-002409.2017.09.000/8, NF-002879.2017.09.000/1, PP-000332.2017.09.003/2, NF-000300.2017.09.004/9, IC-000170.2017.09.007/6, IC-000253.2017.09.007/9, IC-000080.2017.09.008/8, IC-000130.2017.09.009/9, IC-000174.2012.09.005/6, IC-000297.2013.09.004/0, IC-001424.2014.09.000/0, IC-002403.2014.09.000/0, IC-000809.2015.09.000/8, IC-003436.2015.09.000/5, IC-000174.2016.09.000/2, IC-002738.2016.09.000/1, IC-002819.2016.09.000/1, IC-003204.2016.09.000/2, PP-003689.2016.09.000/0, PP-004138.2016.09.000/4, IC-000137.2016.09.001/3, IC-000226.2016.09.004/0, IC-000407.2017.09.000/8, PP-001462.2017.09.000/0, NF-001817.2017.09.000/4, NF-002308.2017.09.000/5, NF-002427.2017.09.000/0, NF-002465.2017.09.000/4, NF-002655.2017.09.000/2, NF-002824.2017.09.000/2, PP-000279.2017.09.003/8, IC-000023.2017.09.007/9, IC-000176.2017.09.007/4, IC-000189.2017.09.007/0, NF-000254.2017.09.007/5, NF-000324.2017.09.007/1, NF-000155.2017.09.008/4, IC-000056.2017.09.010/4, NF-000106.2017.09.010/8, IC-000144.2012.09.001/0, IC-000815.2014.09.000/7, IC-000329.2015.09.001/2, IC-000274.2015.09.003/0, IC-000088.2015.09.009/0, IC-000291.2016.09.000/6, IC-001783.2016.09.000/8, PP-002870.2016.09.000/0, IC-000512.2016.09.003/1, IC-000267.2016.09.006/8, PP-000329.2017.09.000/7, PP-000488.2017.09.000/2, IC-000538.2017.09.000/4, PP-000829.2017.09.000/8, IC-001439.2017.09.000/9, PP-001522.2017.09.000/1, PP-001610.2017.09.000/1, NF-002244.2017.09.000/1, NF-003273.2017.09.000/3, IC-000019.2017.09.001/3, PP-000008.2017.09.003/9, IC-000143.2017.09.005/1, IC-000018.2017.09.006/5, IC-000147.2017.09.007/9, IC-000099.2017.09.009/3 - PRT 10ª Região-DF - IC-001956.2014.10.000/9, IC-002227.2015.10.000/4, IC-002681.2016.10.000/0, PP-000170.2017.10.000/5, IC-000198.2017.10.000/0, PP-000386.2017.10.000/7, IC-000907.2017.10.000/4, PP-001121.2017.10.000/0, PP-001374.2017.10.000/2, NF-001772.2017.10.000/0, NF-001930.2017.10.000/9, IC-000279.2011.10.002/0, IC-002691.2015.10.000/5, IC-000036.2016.10.000/0, IC-001650.2016.10.000/8, IC-000070.2016.10.002/1, IC-000082.2016.10.002/4, IC-001134.2017.10.000/2, IC-001509.2017.10.000/0, NF-001889.2017.10.000/2, IC-000159.2014.10.002/6, IC-001983.2015.10.000/3, IC-000908.2016.10.000/8, IC-001689.2016.10.000/6, IC-002615.2016.10.000/8, IC-002749.2016.10.000/6, IC-000561.2017.10.000/7, PP-000562.2017.10.000/3, IC-000985.2017.10.000/0, IC-001082.2017.10.000/6 - PRT 11ª Região-AM - IC-000204.2013.11.000/8, IC-000439.2015.11.000/3, IC-000862.2016.11.000/6, IC-001000.2016.11.000/0, IC-000083.2016.11.001/2, IC-000720.2017.11.000/9, IC-000132.2017.11.001/8, IC-000415.2014.11.000/0, IC-001340.2014.11.000/4, IC-000199.2015.11.000/2, IC-000186.2015.11.001/4, IC-001148.2016.11.000/7, PP-000086.2017.11.000/7, PP-000527.2017.11.000/7 - PRT 12ª Região-SC - IC-000657.2013.12.001/5, IC-000218.2013.12.004/4, IC-000323.2014.12.002/4, IC-001084.2015.12.000/0, IC-000168.2015.12.003/4, IC-000326.2015.12.005/1, IC-000047.2015.12.006/1, IC-000247.2016.12.000/5, IC-000089.2017.12.002/2, NF-000172.2017.12.004/5, NF-000195.2017.12.004/6, IC-000054.2010.12.002/6, IC-000257.2010.12.005/7, IC-000194.2013.12.002/2, IC-000147.2014.12.003/6, IC-000162.2014.12.003/9, IC-000106.2014.12.006/5, IC-000892.2015.12.000/6, IC-000397.2016.12.000/0, IC-001377.2016.12.000/3, IC-001450.2016.12.000/0, IC-001489.2016.12.000/8, IC-000087.2017.12.004/0, PP-000074.2017.12.006/1, IC-000845.2014.12.000/6, IC-000133.2014.12.002/5, IC-000222.2015.12.005/8, PP-000067.2017.12.000/0, PP-000277.2017.12.000/0, PP-000305.2017.12.000/4, IC-000107.2017.12.001/9, IC-000152.2017.12.003/0, NF-000167.2017.12.004/7 - PRT 13ª Região-PB - IC-010089.2008.13.000/2, PP-000216.2012.13.000/7, IC-000296.2015.13.000/3, IC-001274.2015.13.000/6, IC-000621.2016.13.000/6, IC-001187.2016.13.000/3, PP-000318.2016.13.001/7, IC-000108.2013.13.000/7, IC-001056.2013.13.000/6, IC-000342.2015.13.001/8, IC-000397.2015.13.001/6, IC-000098.2016.13.000/0, IC-000675.2016.13.000/8, IC-001745.2016.13.000/0, IC-000099.2017.13.000/0, IC-000238.2017.13.001/6, IC-000063.2012.13.000/4, IC-000245.2013.13.000/5, PP-000392.2016.13.000/9, PP-001574.2016.13.000/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000294.2009.14.001/7, IC-000545.2013.14.000/0, IC-000231.2013.14.001/1, IC-000094.2014.14.002/7, IC-

000268.2016.14.002/4, IC-000239.2017.14.000/5, NF-000192.2017.14.002/2, NF-000226.2017.14.002/5, IC-000772.2013.14.000/0, IC-000473.2014.14.000/4, IC-000786.2014.14.000/5, IC-000892.2014.14.000/5, IC-000079.2015.14.002/0, IC-000170.2015.14.002/0, IC-000266.2016.14.000/5, NF-000324.2016.14.002/8, IC-000054.2017.14.001/4, IC-000541.2014.14.000/8, IC-000767.2014.14.000/7, IC-000168.2016.14.000/0, IC-000091.2016.14.002/2, IC-000345.2016.14.002/9, IC-000065.2017.14.000/9, IC-000031.2017.14.001/6, NF-000194.2017.14.002/5 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001671.2011.15.000/8, IC-001095.2015.15.000/6, IC-001496.2015.15.000/0, IC-002372.2015.15.000/7, IC-000580.2015.15.001/2, IC-000648.2015.15.001/2, IC-001296.2016.15.000/8, PP-001297.2016.15.000/3, IC-002595.2016.15.000/2, IC-002931.2016.15.000/1, IC-000564.2016.15.001/6, IC-000668.2016.15.001/0, IC-000071.2016.15.002/8, IC-000080.2016.15.004/0, IC-000423.2016.15.005/5, IC-000418.2016.15.007/6, IC-000839.2016.15.008/8, IC-000423.2017.15.000/7, IC-000738.2017.15.000/0, PP-001795.2017.15.000/0, PP-001798.2017.15.000/7, PP-002810.2017.15.000/8, PP-000026.2017.15.002/7, PP-000668.2017.15.002/0, PP-000344.2017.15.003/4, IC-000214.2017.15.005/0, PP-000182.2017.15.006/9, IC-000868.2013.15.000/0, IC-000534.2013.15.001/6, IC-001232.2014.15.000/4, IC-002119.2014.15.000/0, IC-000977.2014.15.001/0, IC-001111.2015.15.000/0, IC-002808.2015.15.000/1, IC-001084.2015.15.001/1, IC-000676.2015.15.002/0, IC-000197.2015.15.004/6, IC-000051.2015.15.006/1, IC-000470.2015.15.006/8, IC-000531.2015.15.006/2, IC-000072.2015.15.007/6, IC-000496.2015.15.008/7, IC-000805.2016.15.000/5, IC-001708.2016.15.000/8, IC-002306.2016.15.000/6, IC-002803.2016.15.000/6, PP-003868.2016.15.000/0, IC-000358.2016.15.001/8, IC-000359.2016.15.001/4, IC-000454.2016.15.001/0, PP-000530.2016.15.003/5, IC-000032.2016.15.004/4, IC-000180.2016.15.004/7, IC-000294.2016.15.005/6, IC-000315.2016.15.006/0, IC-000469.2016.15.008/2, IC-000586.2016.15.008/0, IC-000611.2016.15.008/6, IC-000056.2017.15.000/0, IC-000999.2017.15.000/7, PP-001076.2017.15.000/2, IC-002279.2017.15.000/1, PP-002489.2017.15.000/2, NF-002917.2017.15.000/3, NF-002936.2017.15.000/0, NF-003411.2017.15.000/2, IC-000326.2017.15.002/4, PP-000239.2017.15.006/5, IC-000047.2017.15.008/6, IC-002822.2015.15.000/1, IC-003482.2015.15.000/9, IC-000743.2016.15.000/3, IC-001540.2016.15.000/5, IC-001846.2016.15.000/0, IC-003225.2016.15.000/4, PP-000473.2016.15.001/9, PP-000884.2016.15.001/5, IC-000344.2016.15.002/3, IC-000609.2016.15.002/0, IC-000274.2016.15.004/3, IC-000305.2016.15.005/5, IC-000316.2016.15.007/5, IC-000508.2016.15.008/5, IC-000748.2016.15.008/0, IC-000141.2017.15.000/4, PP-000561.2017.15.000/1, PP-001146.2017.15.000/0, NF-003113.2017.15.000/1, NF-003443.2017.15.000/2, PP-000382.2017.15.001/4, PP-000579.2017.15.001/8, PP-000003.2017.15.002/8, PP-000554.2017.15.002/0, NF-000214.2017.15.003/4, NF-000161.2017.15.004/1, IC-000240.2017.15.005/7, PP-000318.2017.15.006/2, IC-000400.2017.15.006/2, NF-000456.2017.15.007/5, IC-000024.2017.15.008/8, IC-000569.2017.15.008/8 - PRT 16ª Região-MA - IC-000160.2005.16.000/4, IC-000140.2012.16.002/1, IC-000163.2013.16.003/6, IC-000863.2014.16.000/1, IC-000028.2014.16.003/3, IC-000341.2015.16.000/6, IC-001009.2015.16.000/9, IC-001091.2015.16.000/2, IC-000513.2016.16.000/6, IC-000712.2016.16.000/6, IC-000859.2016.16.000/8, NF-000339.2017.16.000/5, NF-000489.2017.16.000/0, IC-000494.2017.16.000/5, NF-000722.2017.16.000/6, NF-000798.2017.16.000/5, NF-000834.2017.16.000/4, NF-000840.2017.16.000/6, NF-000869.2017.16.000/8, NF-001013.2017.16.000/6, NF-000204.2017.16.001/1, NF-000106.2017.16.002/4, NF-000204.2013.16.001/0, IC-000482.2014.16.000/7, IC-000414.2015.16.000/1, IC-000831.2015.16.000/0, IC-001215.2015.16.000/8, IC-000409.2016.16.000/9, IC-001128.2016.16.000/5, IC-000256.2016.16.001/8, IC-000209.2017.16.000/5, NF-000218.2017.16.000/6, NF-000314.2017.16.000/9, NF-000376.2017.16.000/5, NF-000542.2017.16.000/4, NF-000543.2017.16.000/0, NF-000746.2017.16.000/6, NF-000885.2017.16.000/7, NF-000956.2017.16.000/0, NF-000971.2017.16.000/2, NF-000973.2017.16.000/5, NF-000984.2017.16.000/9, NF-001001.2017.16.000/9, NF-001034.2017.16.000/4, NF-001038.2017.16.000/6, NF-000098.2017.16.001/0, NF-000182.2017.16.001/9, NF-000194.2017.16.001/9, NF-000039.2017.16.002/9, IC-000144.2012.16.003/5, IC-000100.2013.16.002/5, IC-000010.2014.16.000/4, IC-000072.2015.16.002/3, IC-000090.2016.16.001/8, IC-000242.2016.16.001/5, NF-000149.2017.16.000/6, PP-000219.2017.16.000/2, NF-000236.2017.16.000/8, NF-000300.2017.16.000/6, NF-000418.2017.16.000/2, NF-000653.2017.16.000/6, NF-000704.2017.16.000/4, NF-000756.2017.16.000/3, NF-000775.2017.16.000/1, NF-000778.2017.16.000/0, NF-001064.2017.16.000/3, NF-000016.2017.16.001/0, IC-000043.2017.16.002/3, NF-000092.2017.16.002/7 - PRT 17ª Região-ES - IC-000637.2014.17.000/0, IC-000213.2014.17.001/5, IC-000222.2014.17.001/6, IC-001213.2016.17.000/7, IC-001305.2016.17.000/9, IC-000166.2016.17.001/8, IC-000176.2016.17.003/1, IC-000197.2016.17.003/2, IC-000132.2017.17.000/5, PP-000553.2017.17.000/9, IC-000012.2013.17.001/8, IC-000049.2014.17.000/6, IC-001160.2015.17.000/3, IC-000538.2016.17.000/3, IC-000622.2016.17.000/6, IC-000773.2016.17.000/7, IC-000846.2016.17.000/2, PP-001243.2016.17.000/6, IC-001579.2016.17.000/0, IC-000200.2016.17.003/0, PP-000231.2017.17.000/7, IC-000358.2017.17.000/4, PP-000471.2017.17.000/2, PP-000744.2017.17.000/4, PP-000833.2017.17.000/9, PP-000836.2017.17.000/8, NF-000189.2017.17.001/4, IC-000090.2017.17.003/5, IC-000194.2017.17.003/6, IC-000613.2013.17.000/7, IC-000973.2015.17.000/0, IC-001505.2016.17.000/3, PP-000174.2017.17.000/7, IC-000021.2017.17.001/3, IC-000102.2017.17.001/1, IC-000103.2017.17.001/8, PP-000107.2017.17.001/3, IC-000049.2017.17.003/9 - PRT 18ª Região-GO - IC-001070.2014.18.000/9, IC-000405.2014.18.003/4, IC-001593.2015.18.000/6, IC-000259.2015.18.001/6, IC-001351.2016.18.000/7, IC-001726.2016.18.000/4, PP-000250.2016.18.001/1, IC-000319.2016.18.003/4, IC-000075.2017.18.000/4, NF-001737.2017.18.000/8, NF-001765.2017.18.000/6, IC-000003.2017.18.003/8, PP-000106.2017.18.003/4, IC-000264.2015.18.001/1, IC-000090.2016.18.000/0, IC-000425.2016.18.000/0, IC-000450.2016.18.000/0, IC-000499.2016.18.000/6, IC-001235.2016.18.000/9, IC-000224.2016.18.002/3, PP-000002.2017.18.000/4, IC-000514.2017.18.000/7, NF-000860.2017.18.000/2, IC-001614.2017.18.000/1, IC-000030.2017.18.001/6, IC-000017.2017.18.003/2, IC-000195.2017.18.003/3, PP-000223.2017.18.003/8, IC-001641.2014.18.000/9, IC-001134.2016.18.000/6, IC-001141.2016.18.000/6, IC-001545.2016.18.000/7, IC-002178.2016.18.000/1, PP-000447.2017.18.000/0, IC-000535.2017.18.000/8, IC-000556.2017.18.000/9, NF-000739.2017.18.000/0, IC-000780.2017.18.000/9, IC-000803.2017.18.000/8, IC-001139.2017.18.000/5, NF-001185.2017.18.000/5, NF-001298.2017.18.000/5, NF-001336.2017.18.000/3, IC-001430.2017.18.000/8, NF-000122.2017.18.002/5 - PRT 19ª Região-AL - IC-000316.2016.19.001/0, IC-000264.2017.19.000/0, IC-000379.2017.19.000/7, IC-001034.2017.19.000/9, IC-000084.2017.19.001/8, IC-001227.2012.19.000/4, IC-000640.2015.19.000/7, IC-000732.2015.19.000/0, IC-000085.2016.19.000/0, IC-001500.2016.19.000/2, IC-001549.2016.19.000/7, IC-000202.2017.19.000/3, IC-000403.2017.19.000/6, IC-000556.2017.19.000/0, IC-000785.2017.19.000/1, IC-000822.2017.19.000/7, NF-001139.2017.19.000/3, NF-001224.2017.19.000/7, IC-001470.2014.19.000/6, IC-001260.2015.19.000/7, IC-001221.2016.19.000/9, IC-001668.2016.19.000/1, NF-001357.2017.19.000/0 - PRT 20ª Região-SE - IC-001702.2016.20.000/5, IC-002094.2016.20.000/0, IC-000124.2017.20.000/6, IC-000132.2017.20.000/0, IC-000405.2017.20.000/2, IC-000904.2013.20.000/6, IC-001236.2015.20.000/8, IC-000003.2016.20.000/0, IC-000858.2016.20.000/8, IC-001079.2016.20.000/7, IC-001748.2016.20.000/3, IC-001796.2016.20.000/4, PP-000650.2017.20.000/3, NF-001318.2017.20.000/7, PP-000496.2013.20.000/3, IC-000639.2013.20.000/5, IC-001610.2014.20.000/0, IC-001549.2015.20.000/2, NF-000158.2017.20.000/3, NF-001196.2017.20.000/2 - PRT 21ª Região-RN - IC-000551.2014.21.000/4, IC-000478.2015.21.000/8, IC-001040.2015.21.000/5, IC-001233.2015.21.000/0, IC-000702.2016.21.000/6, PP-001396.2016.21.000/3, IC-000028.2016.21.001/2, PP-000094.2017.21.001/4, IC-000176.2017.21.001/4, IC-000138.2012.21.000/6, PP-001173.2015.21.000/8, IC-001738.2015.21.000/3, IC-000079.2015.21.001/7, IC-000055.2016.21.000/4, IC-000239.2016.21.000/1, IC-000240.2016.21.000/1, IC-000574.2016.21.000/3, PP-001463.2016.21.000/5, IC-000180.2016.21.001/0, IC-000097.2016.21.002/3, PP-000023.2017.21.000/9, IC-000385.2017.21.000/3, NF-000591.2017.21.000/1, IC-001115.2012.21.000/5, IC-001544.2014.21.000/1, IC-001191.2015.21.000/0, IC-000257.2015.21.001/9, IC-000691.2016.21.000/7, PP-001322.2016.21.000/7, IC-000331.2016.21.001/7, PP-000293.2017.21.000/0, IC-000027.2017.21.002/0, IC-000035.2017.21.002/3 - PRT 22ª Região-PI - IC-000236.2013.22.001/3, IC-000625.2016.22.000/2, IC-000179.2017.22.000/6, IC-000290.2017.22.000/1, IC-000627.2017.22.000/8, IC-000797.2017.22.000/7, IC-000161.2014.22.000/0, IC-000493.2014.22.000/9, IC-000862.2014.22.000/3, IC-000980.2014.22.000/3, IC-000909.2016.22.000/8, IC-001874.2016.22.000/4, IC-001906.2016.22.000/8, IC-002021.2016.22.000/6, IC-000148.2016.22.001/3, IC-000214.2012.22.001/3, IC-000256.2017.22.000/0, IC-000298.2017.22.000/2, IC-000028.2017.22.001/8 - PRT 23ª Região-MT - IC-000726.2012.23.000/7, IC-000069.2013.23.000/4, IC-000482.2015.23.000/9, IC-000106.2015.23.001/0, IC-000170.2015.23.003/9, IC-000719.2016.23.000/0, IC-001348.2016.23.000/9, IC-000204.2017.23.003/7, NF-000257.2017.23.003/2, IC-000242.2013.23.000/8, IC-000195.2014.23.004/0, IC-000753.2015.23.000/8, IC-000924.2015.23.000/9, IC-000131.2015.23.001/0, IC-000026.2016.23.001/1, IC-000349.2016.23.001/5, IC-000472.2016.23.001/2, IC-000142.2016.23.003/2, IC-000274.2017.23.000/3, IC-001025.2017.23.000/0, IC-001142.2017.23.000/3, IC-000313.2017.23.001/0, IC-000039.2017.23.004/8, IC-000162.2014.23.002/3, IC-000177.2016.23.000/1, IC-000678.2016.23.000/9, IC-000999.2016.23.000/4, IC-001014.2016.23.000/6, IC-000322.2016.23.004/2, NF-000716.2017.23.000/3, IC-000964.2017.23.000/3 - PRT 24ª Região-MS - PP-000726.2017.24.000/1, IC-000031.2017.24.001/9, PP-000014.2017.24.002/5, IC-000732.2014.24.000/5, IC-000801.2014.24.000/5, IC-000522.2016.24.000/7, IC-000156.2016.24.002/8, PP-000214.2017.24.000/0, IC-000242.2017.24.000/0, IC-000100.2014.24.001/0, IC-000008.2014.24.003/8, IC-000242.2016.24.000/7, PP-000037.2017.24.002/3.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora da Coordenação e Revisão do MPT

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 467, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada de ofício pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, autuada sob o número 001200.2017.20.000/0, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO; e IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS SERGIPE - EIRELI - EPP (CNPJ 16.943.125/0001-95, nome de fantasia DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS ARACAJU). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000317

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga o prazo dos trabalhos da Força-Tarefa instituída pela Portaria Conjunta nº 002/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 11 de abril de 2017, prorrogada pela Portaria Conjunta nº 004/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 24 de julho de 2017.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, o SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, o CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolvem:

Prorrogar, até o dia 18 de dezembro de 2017, os trabalhos da Força-Tarefa instituída pela Portaria Conjunta n.º 002/2017 - MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 11 de abril de 2017, prorrogada pela Portaria Conjunta nº 004/2017-MPDFT/SES-DF/CGDF/CLDF, de 24 de julho de 2017, para avaliação e diagnóstico da força de trabalho da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, abrangendo quantitativo, detalhamentos, distribuição, dimensionamento da capacidade operacional e impacto da folha de pagamento no orçamento anual de saúde.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA
Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

HENRIQUE MORAES ZILLER
Controlador-Geral do Distrito Federal

JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR

RECOMENDAÇÃO Nº 9, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

Recomenda a atuação da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios quanto ao recebimento de denúncias e reclamações anônimas.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na 256ª Sessão Ordinária realizada no dia 14 de setembro de 2017, em face de proposta de Recomendação apresentada pelo Conselheiro Antonio Ezequiel de Araújo Neto;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor disciplinamento da recepção e tratamento de denúncias e reclamações anônimas no âmbito do MPDFT, à vista do que dispõe o art. 5º, IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a norma constitucional estabelece como regra a observância da publicidade ao dispor que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

CONSIDERANDO que a admissibilidade de denúncias e reclamações anônimas deve limitar-se à preservação da identidade do cidadão à vista de indícios, provas ou fundadas suspeitas da prática de corrupção, abuso de poder, ilegalidade, improbidade administrativa ou lesão a direitos coletivos, resolve:

Art. 1º Recomendar à Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, à Corregedoria-Geral e à Ouvidoria do MPDFT que continuem admitindo denúncias ou reclamações anônimas, especialmente nos casos de notitia criminis onde se vislumbrem indícios mínimos que autorizem a persecução, ou de fundadas reclamações e denúncias da prática de irregularidades, ilegalidades, atos de improbidade administrativa, abuso de poder ou lesão a direitos coletivos.

Parágrafo único. O recebimento dessas denúncias ou reclamações anônimas não exclui a possibilidade de seu arquivamento imediato nas hipóteses em que estejam destituídas de elementos informativos mínimos capazes de ensejar a própria investigação preliminar para atestar sua veracidade.

Art.2º Esta recomendação entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior

ARINDA FERNANDES
Conselheira-Secretária

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 290, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Cria o Conselho Consultivo do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das suas atribuições constitucionais e legais; resolve:

Art. 1º Fica criado o Conselho Consultivo do Tribunal de Contas da União (TCU), composto por todos os ministros titulares do TCU.

Art. 2º O Conselho Consultivo instituído por esta Resolução tem por atribuição orientar o Presidente do TCU sobre matérias que lhe forem submetidas e que, a juízo desse Presidente, não justifiquem submetê-las ao Plenário, mediante sorteio de relator, nos termos do art. 28, inciso XIV, do Regimento Interno do TCU.

Art. 3º As reuniões do Conselho Consultivo de que trata esta Resolução serão sempre extraordinárias, mediante convocação do Presidente do TCU, e poderão ocorrer no Gabinete do Presidente, no Plenário, inclusive entre a sessão ordinária e a extraordinária de caráter reservado ou logo após esta última, ou ainda em ambiente virtual.

Art. 4º Ministro-Substituto e quem estiver no exercício da Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao TCU poderão, mediante convite do Presidente do Tribunal, participar de reunião do Conselho Consultivo de que trata esta Resolução.

Art. 5º Os casos omissos serão disciplinados por portaria do Presidente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

ATA Nº 21, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 16 horas, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes, em missão oficial, os Ministros Augusto Nardes e Aroldo Cedraz, e, em razão de participação em evento educacional no exterior, o Ministro Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 20, referente à sessão extraordinária realizada em 13 de setembro (Regimento Interno, artigo 101).

COMUNICAÇÕES

Da Presidência:

Realização, na presente sessão reservada, de teste de gravação do áudio das sessões reservadas, sob a responsabilidade da Secretaria das Sessões e da Secretaria de Engenharia (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata).

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Propôs ao Colegiado reflexão sobre a possibilidade de o Tribunal vir sediar, em 2022, o Congresso Mundial da INTOSAI, e presidir a Entidade. O Presidente Raimundo Carreiro, os Ministros Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira usaram da palavra para discutir a matéria.

Do Ministro José Múcio Monteiro:

Manifestou preocupação com o envolvimento do Tribunal em atividades não relacionadas diretamente ao Controle Externo. O Presidente Raimundo Carreiro, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Ana Arraes e Vital do Rêgo e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira usaram da palavra para discutir a matéria.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-005.314/2011-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foram autorizadas as presenças na Sala das Sessões dos advogados Eduardo Luiz Ferreira de Araújo e Carolina Bastos Lima Brum, procuradores regularmente constituídos da Petróleo Brasileiro S/A -Petrobras.

Com o mesmo fundamento, na apreciação dos processos nº TC-000.763/2016-0 e TC-020.128/2015-0, foram autorizadas as presenças na Sala das Sessões dos advogados Murilo Fracari e Guilherme Lopes Mair, procuradores regularmente constituídos da Caixa Econômica Federal.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-001.878/2017-4, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-016.130/2017-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-011.703/2015-6 e TC-011.877/2012-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-000.676/2011-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DA PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

O processo TC-020.128/2015-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, foi transferido da pauta da sessão ordinária realizada nesta data para a presente sessão.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-005.314/2011-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, a Dra. Geórgia Valverde Leão Romeiro produziu sustentação oral em nome da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras. Acórdão 2243.

Na apreciação do processo TC-000.763/2016-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Murilo Fracari produziu sustentação oral em nome da Caixa Econômica Federal. Acórdão 2244.

Na apreciação do processo TC-024.999/2013-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, produziram sustentação oral o Dr. Thales de Oliveira Machado, em nome de Joaquim Guedes Martins Neto, e o Dr. Renato Rissato Veloso, em nome de Delta Construções S.A. Acórdão 2244.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 2216, adotado no processo TC-003.061/2017-5, constante da Relação nº 39 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 2217, adotado no processo TC-003.947/2016-5, constante da Relação nº 39 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 2218, adotado no processo TC-023.140/2015-1, constante da Relação nº 39 do Ministro Walton Alencar Rodrigues;

Acórdão nº 2219, adotado no processo TC-000.950/2017-3, constante da Relação nº 36 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 2220, adotado no processo TC-000.725/2017-0, constante da Relação nº 51 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 2221, adotado no processo TC-021.016/2017-8, constante da Relação nº 51 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 2222, adotado no processo TC-023.704/2017-9, constante da Relação nº 51 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 2223, adotado no processo TC-001.465/2017-1, constante da Relação nº 27 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2224, adotado no processo TC-001.554/2017-4, constante da Relação nº 27 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2225, adotado no processo TC-014.609/2017-7, constante da Relação nº 27 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2226, adotado no processo TC-018.795/2016-1, constante da Relação nº 27 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2227, adotado no processo TC-026.381/2016-8, constante da Relação nº 27 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2228, adotado no processo TC-015.698/2017-3, constante da Relação nº 28 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2229, adotado no processo TC-016.569/2017-2, constante da Relação nº 28 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2230, adotado no processo TC-018.454/2017-8, constante da Relação nº 28 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2231, adotado no processo TC-021.803/2017-0, constante da Relação nº 28 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2232, adotado no processo TC-024.848/2017-4, constante da Relação nº 28 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2233, adotado no processo TC-003.686/2013-2, constante da Relação nº 28 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2234, adotado no processo TC-012.791/2017-2, constante da Relação nº 34 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2235, adotado no processo TC-034.473/2016-5, constante da Relação nº 34 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2236, adotado no processo TC-005.421/2014-4, constante da Relação nº 35 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2237, adotado no processo TC-020.383/2016-9, constante da Relação nº 35 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2238, adotado no processo TC-029.695/2016-3, constante da Relação nº 25 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

Acórdão nº 2239, adotado no processo TC-013.081/2016-0, constante da Relação nº 34 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho;

Acórdão nº 2240, adotado no processo TC-009.079/2016-5, constante da Relação nº 25 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira;

Acórdão nº 2241, adotado no processo TC-017.013/2015-1, constante da Relação nº 25 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira; e

Acórdão nº 2242, adotado no processo TC-021.301/2017-4, constante da Relação nº 25 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000318

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acórdão nº 2243, adotado no processo TC-005.314/2011-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. O Ministro José Múcio Monteiro e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira usaram da palavra para discutir a matéria.

Acórdão nº 2244, adotado no processo TC-000.763/2016-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues. O Presidente Raimundo Carreiro, o Ministro Benjamin Zymler, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva usaram da palavra para discutir a matéria.

Acórdão nº 2245, adotado no processo TC-020.128/2015-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. O Presidente Raimundo Carreiro, o Ministro Benjamin Zymler, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva usaram da palavra para discutir a matéria.

Acórdão nº 2246, adotado no processo TC-024.999/2013-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler. O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usou da palavra para discutir a matéria e apresentou Declaração de Voto.

Acórdão nº 2247, adotado no processo TC-001.521/2017-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Acórdão nº 2248, adotado no processo TC-005.935/2014-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Acórdão nº 2249, adotado no processo TC-012.078/2012-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

Acórdão nº 2250, adotado no processo TC-016.654/2016-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Acórdão nº 2251, adotado no processo TC-019.562/2017-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 2216 a 2227, 2234 a 2245, 2247 e 2251.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 2216 a 2227 e 2234 a 2242 apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 2243 a 2245, 2247 e 2251, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 39/2017 - Plenário

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2216/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, e adotar a seguinte medida, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de enviar cópia da instrução peça 16 e desta deliberação aos denunciantes, de acordo com o parecer emitido pela Secex/SE:

1. Processo TC-003.061/2017-5 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Medida: levar a presente denúncia (peça 1), incluindo os anexos não digitalizáveis juntados ao processo, ao conhecimento da Superintendente do HU-UFS, da Comissão de Residência Médica (Coreme) do HU-UFS e do Conselho Regional de Medicina de Sergipe (CRM/SE), para a adoção de medidas de suas alçadas por acaso cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 2217/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em arquivar os presentes autos, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-003.947/2016-5 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 007.979/2016-9 (DENÚNCIA)

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.4. Órgão/Entidade: Secretaria de Portos (extinta)

1.5. Relator: Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2218/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia cerca de possíveis irregularidades administrativas havidas no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Maranhão - Senge/MA;

Considerando que a entidade denunciada, de natureza privada, não se submete ordinariamente à jurisdição do Tribunal;

Considerando que a denúncia não indica a transferência de recursos de natureza pública à pessoa jurídica denunciada;

Considerando que a unidade técnica opina pelo "não conhecimento da presente denúncia, uma vez que o administrador responsável pela entidade denunciada não está albergado pela jurisdição do TCU, não satisfazendo, portanto, os requisitos contidos no *caput* do art. 235 do RI/TCU";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada de Plenário, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 235, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da presente denúncia e determinar o seu arquivamento.

1. Processo TC-023.140/2015-1 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Sindicato dos Engenheiros do Estado do Maranhão - Senge/MA

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

1.7. Representação legal: não há

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 36/2017 - Plenário

Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2219/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão sigilosa do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, XVI; 53 e 55 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 143, III; 234; 235 e 236 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, exceto quanto à autoria da denúncia;

c) encaminhar cópia deste acórdão, bem como da instrução elaborada pela unidade técnica que o fundamentou, ao denunciante e à Prefeitura Municipal de Jerumenha (PI);

d) arquivar o presente processo com fulcro no art. 169, III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-000.950/2017-3 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jerumenha - PI

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 51/2017 - Plenário

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2220/2017 - TCU - Plenário Reservada

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, e 53 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando-se ciência ao denunciante e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.725/2017-0 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada

1.2. Unidade: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: SecexFazenda

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2221/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso I, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, bem como apensar, em caráter definitivo, os presentes autos ao TC-022.651/2014-4, realizando as comunicações conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.016/2017-8 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada

1.2. Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazenda).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2222/2017 - TCU - Plenário Reservada

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao denunciante, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.704/2017-9 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada

1.2. Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Sefti

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 27/2017 - Plenário

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2223/2017 - TCU - Plenário

VISTA esta denúncia acerca de possível descumprimento do art. 17 da Lei 13.303/2016 e do art. 21 do Decreto 8.945/2016 na nomeação de dirigentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;

considerando que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e a ECT adotaram providências para cumprir os atos normativos acima indicados;

considerando que somente um dos dirigentes mencionados na denúncia não preenchia os requisitos previstos nos citados diplomas, mas que, por essa razão, foi ele exonerado do cargo de vice-presidente do Negócio Postal da ECT em 21/3/2017;

considerando que a unidade técnica concluiu que, embora a ECT e o Ministério supervisor não estivessem estruturados para dar cumprimento às exigências das citadas normas, pode-se arguir, a seu favor, o curto espaço de tempo entre a publicação da mencionada Lei, em 1º/7/2016, e as nomeações questionadas, ocorridas em agosto de 2016; os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno, em conhecer desta denúncia, considerá-la parcialmente procedente, encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, ao MCTIC, à ECT e ao denunciante, dar a ciência descrita no item 1.8.1 abaixo, cancelar o sigilo destes autos e arquivá-los, na forma dos arts. 236, § 1º, e 169, inciso III, do Regimento Interno.

1. Processo TC-001.465/2017-1 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidades: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.7. Representação legal: Raphael Ribeiro Bertoni (OAB/SP 259.898) e outros, representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar aos membros do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e ao Diretor de Gestão de Entidades Vinculadas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ciência de que eventuais omissões quanto ao cumprimento dos requisitos do art. 17 da Lei 13.303/2016 e do art. 21 do Decreto 8.945/2016 serão levadas à conta de responsabilidade pessoal.

ACÓRDÃO Nº 2224/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 4, ao denunciante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-001.554/2017-4 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2225/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 3, ao denunciante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-014.609/2017-7 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000319

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2226/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso IV, 234 e 235 do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer desta denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada e não conter dados que possibilitem a identificação do autor; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-018.795/2016-1 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2227/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com base nos arts. 169, inciso III, e 234 do Regimento Interno, c/c o art. 106, §3º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade; em considerá-la procedente; em fazer a determinação sugerida; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 17, ao denunciante e à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-026.381/2016-8 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG que apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, os documentos comprobatórios pertinentes às providências adotadas em relação às servidoras Joyce Fernandes de Freitas (CPF 067.112.376-92) e Luzete Ornelas Queiroz (CPF 857.275.206-49), bem como as alterações promovidas nas rotinas de concessão do benefício de horário especial estudantil, no sentido de evitar a concessão a servidores detentores de funções e cargos comissionados, tendo em vista o art. 19, § 1º, da Lei 8.112/1990, c/c a orientação constante do Ofício COGES/SRH/MP 80/2008 e a Decisão TCU 591/2001 - Plenário.

RELAÇÃO Nº 34/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2234/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 234 e 235, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer dadenúnciaante as razões expostas na instrução da SecexPrevidência (peça 3), em especial a ausência de competência desta Corte sobre o processo eleitoral do Conter, e arquivar os presentes autos após a ciência desta deliberação e do teor da instrução e parecer de peças 3/4 ao denunciante, nos termos do parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-012.791/2017-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter)
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2235/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia acerca de ocorrências na Prefeitura Municipal de Cristópolis/BA, nas gestões do Sr. Jair Paiva de Miranda, exercícios de 1997 a 2004, relacionadas a aquisições com indícios de irregularidades na aplicação de recursos do Fundef (R$ 15.596,00 e R$ 60.091,00), do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (R$ 22.942,00) e do Convênio 92115/98 celebrado com o FNDE (R$ 27.030,00), bem como a enriquecimento indevido, caracterizado pela aquisição de imóveis, de veículos e por comprovantes de depósito de valores em contas de familiares do ex-prefeito.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes do art. 235 do RI/TCU e que qualquer cidadão possui legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal, consoante disposto no art. 234 do RI/TCU;

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da unidade técnica no sentido de considerar a denúncia prejudicada e arquivar o processo;

Considerando que, quanto ao Convênio 92115/98, o Portal da Transparência registra que o ajuste encontra-se "concluído", sem ressalva quanto à sua execução por parte do órgão repassador;

Considerando que, acerca do Pnae, as contas relativas ao exercício de 1999 estão "aprovadas" e não há qualquer registro em relação ao exercício de 1998, no Sistema de Gestão de Prestação de Contas do FNDE;

Considerando que as contas anuais do ex-prefeito relativas aos exercícios 1998 e 2003, períodos em que teriam ocorrido as irregularidades noticiadas na aplicação de recursos do Fundef, foram aprovadas com ressalvas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, órgão responsável por apreciar a utilização de tais valores;

Considerando o entendimento da Secex/BA de que o exame sumário efetuado nos autos indica que os fatos são de baixo risco, baixa materialidade e baixa relevância;

Considerando que a competência desta Corte se restringiria às irregularidades concernentes a eventual não comprovação da regular aplicação dos recursos do Pnae e do convênio, recebidos há quase vinte anos, e do Fundef, há pelo menos catorze anos;

Considerando que o longo decurso do tempo, muitas vezes, prejudica a apuração dos fatos, bem como o exercício da ampla defesa e do contraditório, além de revelar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do TCU;

Considerando que a denúncia evidencia que foi proposta ação civil pública pela prática de ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito (processo n° 0000188-47.2009.8.05.0071); e

Considerando que não se sustenta a razão legítima alegada pelo denunciante para intervir no processo (a decisão vai agir de forma ativa na vida coletiva dos cidadãos de Cristópolis/BA e afetar diretamente a vida financeira do município), conforme jurisprudência dominante neste Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU c/c os arts. 103, § 1º, e 106, §3º, inciso I, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada;

b) indeferir o pedido do denunciante para ingresso nos autos como interessado, com fulcro no art. 146, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

c) dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da Secex/BA (peça 4), ao denunciante e à Prefeitura Municipal de Cristópolis/BA;

d) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-034.473/2016-5 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cristópolis/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2236/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades em contrato do Governo do Estado de Rondônia celebrado com recursos do Contrato de Repasse n. 2627.0264.003-98/2008 do Ministério da Cidades, para implantação de plano de desenvolvimento institucional para prestação de serviços de água e esgoto no referido,

Considerando que a única irregularidade denunciada foi o "desvio de objeto";

Considerando que foram realizadas as diligências determinadas pelo Relator do feito;

Considerando que foi verificado que a execução do contrato denunciado foi adequadamente acompanhada pela Caixa Econômica Federal, como representante da União;

Considerando que o alegado desvio de objeto não foi confirmado nem pela Caixa Econômica Federal nem pela Secex/RO;

Considerando que não foi verificada nem alegada outra irregularidade;

Considerando que as prestações de contas do convênio foram regularmente apresentadas ao concedente, e aprovadas;

Considerando os pareceres lançados nos autos, uniformes nesse sentido,

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", e 234 do Regimento Interno, conhecer da denúncia, para considerá-la improcedente;

b) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, sem prejuízo de que o Tribunal venha a reexaminar qualquer questão relativa ao objeto denunciado, se presentes motivos para tanto.

1. Processo TC-005.421/2014-4 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Rondônia
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).
1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2237/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Denúncia (peças 1 e 2) a respeito de possíveis irregularidades na distribuição de lotes no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA,

Considerando que o denunciante, candidato ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, além de insurgir-se quanto à demora em seu processo junto ao PNRA, aponta para a necessidade de averiguação da regularidade de distribuição de lotes no âmbito daquele programa, fazendo referência expressa a políticos ou proprietários de carros de luxo que haveriam sido indevidamente beneficiados com lotes de terras (fl. 1, peça 3);

Considerando o registro da Secex/SP de que a peça em destaque, em princípio, preenche os requisitos dos arts. 234 e 235 do Regimento Interno para ser conhecida como denúncia, tendo em vista versar sobre matéria de competência deste Tribunal, referir-se a responsável sujeito à sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do denunciante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada (fl. 1, peça 3);

Considerando, contudo, a ponderação daquela unidade técnica (fls. 1/3, peça 3) a respeito do não atendimento, pela documentação em tela, do requisito previsto na parte final do § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, a saber, quanto à a existência de interesse público no trato da suposta ilegalidade apontada, presente a identificação de que a matéria nela abordada já é objeto de apuração em representação da SecexAmb, constante do TC-000.517/2016-0, processo de minha relatoria apreciado por meio do Acórdão 1976/2017 - TCU - Plenário (*decisum* esse retificado, por conta de inexatidões materiais, via Acórdão 2115/2017 - TCU - Plenário), deliberação por cujo intermédio, entre outras medidas, foi determinada a realização de monitoramento bianual durante os próximos dez anos, acerca da política em destaque e da implantação de diversas determinações e recomendações então exaradas ao Incra;

Considerando, de todo modo, a conveniência de que os elementos constantes destes autos sejam encaminhados ao Incra, como subsídios à apuração de eventuais irregularidades no âmbito do PNRA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) não conhecer da presente Denúncia, tendo em vista a ausência de preenchimento de requisito de admissibilidade previsto no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia deste Acórdão e da instrução constante da peça 3 ao Denunciante;

c) determinar o encaminhamento de cópia destes autos, em meio digital, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, como subsídios à apuração de eventuais irregularidades no âmbito do PNRA;

d) apensar definitivamente estes autos ao TC-000.517/2016-0, com fulcro no art. 37 da Resolução TCU 259/2014;

e) levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos.

1. Processo TC-020.383/2016-9 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo - SR-08/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/SP.
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2238/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao denunciante:

1. Processo TC-029.695/2016-3 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.5. Representação legal: Marcello Bruno Farinha das Neves, OAB/TO 3.510.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000320

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 34/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2239/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.734/2017 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 9/8/2017 (Ata nº 18/2017), no que concerne aos seus itens 9.2, 9.3, 9.4, 9.5, 9.6, 9.10.1 e 9.10.4, de tal sorte que onde se lê: "...Jerry Herber de Sousa Barbosa...", leia-se: "...Jerry Herber de Sousa Barbosa (CPF 353.388.903-30)...", mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/PI para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.081/2016-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Jerry Herber de Sousa Barbosa (CPF 353.388.903-30)

1.2. Interessado: Identidade preservada.

1.3. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -Superintendência no Estado do Piauí (Ibama/PI).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.7. Representação legal: Waldemar Martinho Carvalho de Meneses Fernandes (OAB/PI 3.944) e outros, representando Jerry Herber de Sousa Barbosa.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 2240/2017 - TCU - Plenário

Considerando que, por ser um sindicato de servidores públicos estatutários, o Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Rondônia não recebe a contribuição sindical compulsória (RE com agravo 757.604 MG, RE com agravo 807.155 RS);

Considerando que o objeto da denúncia envolve a omissão no dever de prestar contas referente a exercícios em que não houve contribuição sindical compulsória ao Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, retirar a chancela de sigiloso, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 3), ao denunciante.

1. Processo TC-009.079/2016-5 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Entidade: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2241/2017 - TCU - Plenário

Considerando que as disposições normativas internas dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas que cuidam da organização de seu quadro de pessoal, conforme lhes autorizam as respectivas leis instituidoras, devem adequar-se ao disposto no art. 37, V, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, de forma que as funções de confiança sejam exclusivamente ocupadas por empregados do quadro efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo nas condições e limites mínimos a serem fixados por instruções dos conselhos federais, sejam destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser adotados como referencial os parâmetros fixados no art. 14 da Lei 8.460/1992;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, retirar a chancela de sigilo, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 30), ao denunciante e ao Conselho Regional de Técnicos de Radiologia da 15ª Região - PE (CRTR/PE), fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.013/2015-1 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.3. Entidade: Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 15ª Região (PE).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. determinar ao CRTR/PE, com fundamento no art. 234, § 4º, c/c o art. 250, II, do RI/TCU, que adote, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, providências com vistas a cumprir o disposto no art. 37, V, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, de forma que as funções de confiança sejam exclusivamente ocupadas por empregados do quadro efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo nas condições e limites mínimos a serem fixados por instruções dos conselhos federais, sejam destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser adotados como referencial os parâmetros fixados no art. 14 da Lei 8.460/1992, informando, no mesmo prazo, as medidas adotadas ao Tribunal de Contas da União (TCU);

1.8.2. comunicar à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pernambuco (OAB/PE), considerando o disposto no art. 70 da Lei 8.906/1994, sobre o possível exercício ilegal da advocacia pela presidente do conselho, Myriam Lins de Oliveira (CPF 046.707.384-88), contrariando o estatuto da OAB, Lei 8.906/1994, art. 28, VII, para que adote as medidas consideradas pertinentes;

1.8.3. comunicar à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre a suposta acumulação irregular de cargos públicos pelo Sr. Sandoval Kehrle (CPF 472.091.194-34) na Polícia Civil de Pernambuco (assistente administrativo) e na UFPE (técnico em radiologia), contrariando o art. 37, XVI, da Constituição Federal, para que adote as medidas consideradas pertinentes;

1.8.4. comunicar à Secretaria de Estado da Administração do Estado da Paraíba e ao município de Recife/PE sobre a suposta acumulação de cargos públicos nos dois órgãos pela servidora Cassiana Crispim de Araujo (CPF 052.629.324-10), contrariando o art. 37, XVI, da Constituição Federal, para que adotem as medidas consideradas pertinentes;

1.8.5. comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) sobre a suposta acumulação de cargos públicos pela servidora Cassiana Crispim de Araujo (CPF 052.629.324-10), na Secretaria de Estado da Administração da Paraíba e no município de Recife/PE, contrariando o art. 37, XVI, da Constituição Federal, para que, caso julgue necessário, acompanhe as medidas eventualmente adotadas pelas entidades;

1.8.6. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o suposto recebimento indevido de auxílio-doença pelo Sr. Gerson Carlos da Silva (CPF 639.840.084-49), contrariando os arts. 59 e 60, § 6º, da Lei 8.213/1991, visto que este encontra-se trabalhando como dirigente no CRTR/PE desde fevereiro de 2017, para que adote as medidas necessárias;

1.8.7. encaminhar cópia desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 30), à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), à Secretaria de Estado da Administração do Estado da Paraíba, ao município de Recife (PE), ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pernambuco (OAB/PE).

ACÓRDÃO Nº 2242/2017 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo possui conexão com o TC 004.615/2017-4, representação de relatoria do ministro Augusto Nardes, ainda em fase de instrução no âmbito da Secex-RO.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão reservada do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia e determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC004.615/2017-4, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014, mantendo-se classificadas como sigilosas as peças 1, 3, 4 e 6 destes autos até a deliberação definitiva acerca das matérias tratadas no TC004.615/2017-4, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 9), ao denunciante.

1. Processo TC-021.301/2017-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

1.3. Entidade: Município de Rolim de Moura/RO.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2243/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.314/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3 Responsáveis: Ademar Kiyoshi Itakussu (CPF 327.068.049-04), José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04) e Paulo Ruiz (CPF817.259.908-06).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

8. Representação legal:

8.1. Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Ésio Costa Junior (OAB nº 59121/RJ) e outros, representando a Petrobras;

8.2. Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/DF 20.015), Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601), Renato Otto Kloss (OAB/RJ 117.110), Marina de Araújo Lopes (OAB/DF 43.327), Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19.273) e outros, representando Ademar Kiyoshi Itakussu, José Paulo Assis e Paulo Ruiz.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações expedidas à Petróleo Brasileiro S/A pelo Acórdão 311/2011-TCU-Plenário, com a redação dada pelo Acórdão 2.103/2011-TCU-Plenário, ao apreciar a auditoria (TC-006.306/2008-3) realizada sobre as obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Estado do Paraná;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da solicitação acostada à Peça nº 309 no sentido da prorrogação do prazo para a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) concluir e encaminhar definitivamente, ao TCU, a tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item 9.7 do Acórdão 2.746/2016-TCU-Plenário, deixando, contudo, de se manifestar sobre o seu mérito no presente momento;

9.2. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da já imediata ciência desta deliberação na presente Sessão do TCU, em 4/10/2017, a Petrobras apresente, à unidade técnica, cronograma definitivo para a conclusão do correspondente procedimento de TCE, devendo promover o estrito cumprimento desse cronograma;

9.3. deixar registrada a imediata ciência desta deliberação pela Petrobras já na presente Sessão do TCU, em 4/10/2017, até porque o representante legal da Petrobras já obteve a referida ciência no presente momento;e

9.4. determinar o envio dos autos à Serur para a análise do pedido de reexame acostado à Peça nº 268 por José Paulo Assis e Paulo Ruiz contra o Acórdão 2.746/2016-TCU-Plenário.

10. Ata n° 21/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/10/2017 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2243-21/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2244/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.763/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Relatório de Levantamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal :

8.1. Nathália Castro de Pina e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pela Caixa Econômica Federal contra o Acórdão 2.697/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, c/c os art. 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela Caixa Econômica Federal, e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da decisão à recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 21/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/10/2017 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2244-21/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2245/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.128/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Exmo. Sr. Senador Telmário Mota.

3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal.

4. Órgão: Ministério das Cidades (vinculador).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

8. Representação legal: não há.

8.1. Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando a Caixa Econômica Federal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000321

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de novos elementos inerentes à representação autuada a partir de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Senador Telmário Mota, por meio do Ofício/GSTMOTA/075/2015, de 8/6/2015, para a realização de auditoria sobre os dispêndios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Estado de Roraima, com o específico foco nos procedimentos de avaliação dos terrenos adquiridos para o aludido programa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a nulidade da improcedência de mérito indevidamente registrada no Acórdão 2.825/2016-Plenário (Relação n.º 47/2016), nos termos dos arts. 171 e 174 do RITCU, diante da inobservância da regra procedimental prevista no art.143, V, "a", do RITCU, promovendo, em consequência, a retificação do referido Acórdão 2.825/2016-Plenário de sorte que, na sua parte dispositiva, passe a contar com a seguinte redação:

"(...) *Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº246/2011, em arquivar a presente representação, sem a apreciação de mérito, e fazer as determinações abaixo indicadas*:

1. Processo TC-020.128/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Senador Telmário Mota.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Boa Vista/RR e Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

1.7. Determinar à Secex/RR que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Exmo. Sr. Senador Telmário Mota.";

9.2. determinar o envio destes autos ao Ministro-Relator da correspondente LUJ sobre o Estado de Roraima, no biênio 2017-2018, para que adote as providências cabíveis, diante dos possíveis novos elementos obtidos pela Polícia Federal no âmbito da Operação Anel de Giges;e

9.3. determinar o apensamento deste feito ao processo de fiscalização a ser autuado em cumprimento ao item 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 21/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/10/2017 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2245-21/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2247/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.521/2017-9.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.

3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), relacionadas à execução do Contrato 9/2015, bem como ao Pregão Eletrônico 36/2016.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, visto que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir a medida cautelar requerida, tendo em vista a ausência dos pressupostos necessários;

9.3. recomendar ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.3.1. mantenha atualizado o Plano Diretor de TI (PDTI), que deve organizar as ações, os prazos, os recursos financeiros, humanos e materiais de TI, a fim de minimizar a possibilidade de desperdício de recursos públicos, observando, no que couber, o Guia de Elaboração de PDTI do SISP;

9.3.2. implemente o Comitê de Tecnologia da Informação, com funcionamento permanente, bem como a efetiva alocação de representantes de áreas relevantes para o negócio da entidade, observando, no que couber, o Guia de Comitê de Tecnologia da Informação do SISP;

9.3.3. implante formalmente processo de contratação de soluções de TI e de gestão de contratos de solução de TI, a exemplo do processo estabelecido na IN-SLTI/MP 4/2014;

9.3.4. promova a capacitação em contratação de soluções de TI dos profissionais envolvidos na elaboração dos estudos técnicos preliminares e termos de referência e dos fiscais e gestores dos contratos de TI, a exemplo do disposto no item 9.2.1 do Acórdão 916/2015-TCU-Plenário;

9.4. dar ciência ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) acerca das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

9.4.1. os quantitativos dos bens e serviços que compõem o objeto não foram adequadamente detalhados, motivados e justificados, nos Pregões Eletrônicos 29/2014 e 36/2016 e nos Contratos 09/2015 e 33/2016, contrariando o previsto no inciso II do art. 3º da Lei 10.520/2002;

9.4.2. a contratação sem planejamento adequado, como a ausência de Plano Diretor de TI (PDTI), verificada no Pregão Eletrônico 29/2014, contraria o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto-Lei 200/1967;

9.4.3. a previsão de reajuste indicando a possibilidade de "negociação entre as partes", verificada nos Pregões Eletrônicos 29/2014 e 36/2016 e no Contrato 33/2016, não se coaduna com o disposto nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/93;

9.5. dar ciência deste acórdão ao denunciante e ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

9.6. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal, conforme solicitado no âmbito do TC 020.652/2017-8, para instrução do Procedimento Preparatório 1.16.000.000474/2017-92;

9.7. retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria, nos termos do §1º do art. 236 do Regimento Interno/TCU;

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/10/2017 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2247-21/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2251/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.562/2017-9.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.

3. Denunciante: identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n° 8.443/1992, c/c o art. 236, § 1º, do Regimento Interno do TCU).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possível irregularidade ocorrida no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ, relacionada à Tomada de Preços 3/2016, cujo objeto consiste na contratação de empresa de serviços de publicidade a serem prestados por intermédio de agência de propaganda,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014, para no mérito, considerá-la procedente;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado, tendo em vista não se encontrarem presentes os requisitos necessários;

9.3. determinar ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro/RJ (CAU/RJ), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que se abstenha de prorrogar o contrato decorrente da Tomada de Preços 3/2016, bem como, caso assinados, os ajustes originários das Tomadas de Preços 2/2016 e 1/2017;

9.4. dar ciência ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro (CAU/RJ) acerca da irregularidade constatada no estabelecimento de pesos diferenciados no âmbito das Tomadas de Preços 2/2016, 3/2016 e 1/2017 (certames do tipo do tipo "técnica e preço"), diante da ausência de justificativas suficientes e adequadas, amparadas em estudos técnicos, adotadas nas ponderações entre os pesos das notas técnica e de preço, conforme entendimento jurisprudencial do TCU (Acórdãos 743/2014, 768/2013, 546/2011 e 1.597/2010, todos do Plenário);

9.5. determinar à Secex/RJ que monitore o cumprimento do item 9.3 precedente;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro (CAU/RJ) e ao denunciante;

9.7. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 21/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/10/2017 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2251-21/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo III desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 56 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 25 de outubro e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário
Substituta

Aprovada em 11 de outubro de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 38, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas e 12 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes e dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 37 referente à Sessão Ordinária realizada em 10 de outubro de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-014.593/2015-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-025.995/2015-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-004.737/2004-0, TC-007.360/2016-9, TC-007.867/2017-4, TC-010.232/2017-6, TC-010.346/2017-1, TC-012.216/2014-3, TC-020.407/2017-3, TC-026.347/2014-8, TC-027.635/2017-1, TC-027.666/2017-4, TC-041.814/2012-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-001.240/2015-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Marcos Ronny Moura Saldanha - OAB/CE nº 9.837, apresentou sustentação oral em nome de José Edmilson Leite Barbosa.

Na apreciação do processo nº TC-027.892/2011-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Inácio Bento de Loyola Alencastro - OAB/DF nº 15.083, apresentou sustentação oral em nome do Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal, o Sr. Humberto Miranda Cardoso, apresentou sustentação oral em seu próprio nome e a Sra. Adleide Catarina Falcão, não compareceu para apresentar sustentação oral em seu próprio nome.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-032.142/2013-7 (Ata nº 37/2016) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 9368/2017.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9215 a 9366.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000322

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELAÇÃO Nº 30/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 9215/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Josias Abreu Bezerra, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.129/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josias Abreu Bezerra (291.273.433-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9216/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Lucidalva de Cerqueira Osorio, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.175/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lucidalva de Cerqueira Osorio (095.769.405-91).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9217/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.044/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aluisio Coutinho Sant Ana (504.912.617-72); Aluizio Jorge Amadeu de Almeida (749.862.287-49); Aluizio Martins de Souza (515.280.967-20); Aluizio de Freitas (202.151.777-20); Alvaro Bebiano dos Santos (796.475.537-49); Alvaro Vital dos Santos (028.433.637-80); Alvaro da Silva Rosa (814.203.237-68); Alzira Macedo Conceicao (608.462.757-91); Amaral Rodrigues Cardoso Filho (806.564.557-72); Amarildo Bueno (897.797.897-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9218/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.525/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Antonio Nunes Cruz (291.077.250-00); Diovane Lima Feijo (742.442.560-91); Fabiana Freitas Fernandes (737.648.330-68); Marcelo Noschang Buzzo (976.063.910-68); Mirela Paiva Vasconcelos Moreno (647.954.113-87); Priscila Carolina Guarch de Lima (816.543.590-68)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9219/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.547/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Goncalves Rattes (098.533.737-00); Kelly Cristina Ferreira da Luz (053.661.037-11); Leonardo Sarmento Oliveira (092.803.787-83); Leticia Zaghetto (080.936.927-38); Luis Antonio Vanni Guerra (334.404.176-20); Maira Ferreira Carneiro (923.316.531-00); Maracy de Souza Cirne (878.708.007-91); Marcia Simone Correa Castro (983.291.037-49); Marcos Kleiz Jardim (894.009.337-20); Maria Isabel Gonzaga dos Santos Werneck (072.610.117-62)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9220/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luciano da Silva Guimaraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.088/2010-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luciano da Silva Guimaraes (922.919.617-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9221/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.305/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eric Roberto Aprigio Koenigkam Soares (083.844.847-08); Hosana Alves do Nascimento (029.115.837-44); Hosana Rodrigues de Carvalho (089.939.217-25); Jaqueline Eliziaria de Bonis de Britto (090.810.527-48); Joisa Marins Pessanha (007.039.457-18)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9222/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.308/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ronaldo Alves de Oliveira (006.330.827-40); Rosane do Carmo Ferreira (020.367.317-40); Rosemary Pereira Vianna (746.592.007-87); Sara Eliane Assenheimer (086.482.877-23); Tatiana Goncalves Souza de Oliveira (028.812.467-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9223/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Bethania Machado Mattos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.385/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Bethania Machado Mattos (095.113.647-07)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9224/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.530/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Pereira Dias (058.425.937-93); Anderson Gomes de Aragao Viana (089.197.057-63); Andreia Edna de Matos Fortunato (079.369.007-21)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9225/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.211/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando da Costa Inez (011.520.467-99); Jorge Motta da Silva (480.926.907-82); Mirtes de Oliveira Damasceno (646.652.407-87); Valdemar Ribeiro da Silva (692.431.827-49); Valdemir Peixoto Soledade (962.098.957-00); Valmir Cavalcante de Freitas (307.589.047-20); Valterize Faustina de Santana Nogueira (629.756.767-00); Vera Lucia da Paschoa Gil (035.645.967-55).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9226/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.091/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Jose Maraes de Oliveira (627.030.649-34); Carlos Jose Ribeiro (009.451.717-73); Carlos Josue de Araujo Lima (026.556.957-55); Carlos Luilson da Silva (000.083.297-96); Carlos Luiz Batista Caldeira (796.996.857-00); Carlos Luiz Camaragibe (436.530.577-87); Carlos Magno Palhava Rodrigues (873.258.887-91); Carlos Marinho Junior (013.095.707-01); Carlos Octacilio Figueiredo Quintanilha (890.048.767-15); Carlos Otavio Resende Volpato (619.179.407-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000323

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9227/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.094/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Teixeira de Gouvea (697.563.257-04); Carlos Vagner Ribeiro Vieira (019.712.277-90); Carlos Valerio Leal de Carvalho (822.979.087-68); Carmen Lucia da Silva (585.998.517-72); Carmen Nazare Rayol Oliveira (774.363.507-49); Carmen de Barros da Silva Santos (723.111.427-04); Carmen de Lima Gadelha Martorelli Goncalves (005.088.727-07); Cassia Alves Domingues (995.406.817-15); Cassio Antonio da Silva Costa (481.635.467-00); Cassio Leandro Moreira Peixoto (030.803.947-55)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9228/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.095/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Catia Aparecida Jeronimo (004.503.197-50); Cecilio Francisco (276.290.077-87); Cecilio Jose da Costa Filho (338.723.257-87); Celeste Maria Bezerra Malaquias (680.980.577-04); Celia Alves de Oliveira Soares (097.364.924-00); Celia Maria de Lira (895.275.187-68); Celia Miranda de Oliveira (699.436.997-87); Celia Regina Maria da Conceicao (008.786.657-90); Celia Regina Ribeiro (441.377.027-72); Celia Regina dos Santos Aguiar (648.283.877-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9229/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.099/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cely Vieira (004.588.527-32); Cenira Ventura da Silva (582.122.567-15); Cesar Augusto de Oliveira Tayao (357.397.627-15); Cesar Francisco do Nascimento (010.921.057-35); Cesar Leopoldino da Silva (904.967.367-87); Cesar Lima de Medeiros (722.827.707-49); Cesar Romero Mendes Pereira (959.589.677-20); Cesar Soares Telles (612.189.797-04); Cesar de Bastos (660.685.927-15); Cesarina Mesquita de Carvalho (218.746.977-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9230/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.100/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cezar Alexandre de Carvalho (819.522.877-15); Cezar Augusto de Lima Dutra (671.797.627-68); Cezar Carmos da Silva (781.122.907-25); Charles Cassimiro Abrahao Rodrigues (643.941.237-04); Charles Coelho Pacheco (012.946.207-11); Charles Idenburgo Guedes Terreira (335.907.537-49); Charles Martins dos Santos (951.008.737-87); Charles de Souza Alves (916.338.857-04); Charles de Souza Cruz Melo (015.593.847-94); Cicero Germano dos Santos (481.383.477-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9231/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.105/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Antonio da Costa (569.778.407-49); Claudio Armindo Macedo Afonso (685.100.207-87); Claudio Augusto Vale (003.563.697-14); Claudio Barbosa Soares (011.914.997-40); Claudio Braganca Cattete (900.103.377-68); Claudio Cancella (844.387.977-72); Claudio Celestino Queiroz da Silva (023.245.007-28); Claudio Costa dos Santos (605.404.607-10); Claudio Damiao Haddad (502.042.467-68); Claudio da Silva Pinheiro (443.950.007-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9232/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.106/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Dias Lira Cavalcante (891.949.007-44); Claudio Gomes de Barros (965.286.727-68); Claudio de Abreu e Silva (990.543.107-15); Claudio de Araujo de Aguiar (614.357.917-20); Claudio de Carvalho Louzada (681.351.907-78); Claudio de Sousa Silva (854.955.147-34); Claudio do Nascimento (003.652.067-50); Claudio do Nascimento (925.916.807-44); Claudio dos Santos Cabral (368.193.287-53); Claudio dos Santos Cardoso (865.211.527-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9233/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.107/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudio Jose Alves de Lima (975.126.307-78); Claudio Jose Pereira (012.579.737-03); Claudio Luciano Borges de Freitas (932.287.837-15); Claudio Lucio de Carvalho (770.060.387-15); Claudio Luiz Alves Santiago (414.585.757-72); Claudio Luiz Furtado de Oliveira (033.532.777-06); Claudio Luiz Manhaes Gloria (836.222.767-20); Claudio Luiz Nascimento de Souza (007.109.677-99); Claudio Luiz Ribeiro (851.822.817-49); Claudio Luiz Rodrigues (014.643.637-73)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9234/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.111/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleomar Alves (961.570.547-00); Cleomar Souza Cutrim (024.233.827-58); Cleonia Andrada Cafe de Matos (922.181.137-91); Cleonilson Lima Domingues (971.532.497-53); Clerio Tailor da Silva (025.542.117-60); Clerio dos Santos Filho (799.389.737-87); Clesio Jorge Pereira de Aguiar (005.562.857-51); Cleudison Gomes Martins (913.224.647-15); Cleuza Coelho Pinheiro (004.519.927-25); Cleuza Raymunda Ramos (030.281.027-73)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9235/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.112/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Climenes Amaral de Oliveira (011.318.017-92); Clodoaldo Barros Pinheiro (010.155.887-27); Clodoaldo Boechat Fernandes (006.627.537-71); Cloir Feliciano de Moura dos Santos (835.715.907-91); Clovia Vieira Chaves Neta (002.745.847-43); Clovis Ribeiro de Almeida Valle (666.902.187-91); Clovis Soares Lima (894.453.507-82); Conceicao Ferreira (686.520.897-87); Conceicao Ramos de Souza Farias (567.846.357-87); Conceicao de Maria da Silva Ferreira Gomes (797.098.697-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9236/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.114/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cremir Patricio da Silveira (846.567.357-87); Creso Luiz Froes da Cruz (617.240.177-72); Cristiana Antonia de Oliveira dos Santos (036.107.397-62); Cristiane Alcantara Martins de Souza Correa (009.195.667-66); Cristiane Alves Rangel (006.332.847-00); Cristiane Barbosa Benevides (036.433.757-51); Cristiane Estevam Silva de Lima (019.675.827-00); Cristiane Regina da Silva Sant Anna (036.019.557-17); Cristiane Rocha Alves (036.175.857-01); Cristiane de Souza Lourenco Siqueira (033.196.497-01)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9237/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.117/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dalva Fatima dos Santos (424.863.277-20); Dalva Rodrigues de Oliveira (933.271.617-04); Dalva Rosa dos Santos (383.335.207-82); Dalva dos Santos Costa (003.953.277-17); Dalvacir Ferreira Rosa (640.660.027-49); Dalvina Camilo Jeremias de Oliveira (587.510.687-53); Damiana Maria de Oliveira Fonseca (033.210.267-08); Damiana Teixeira da Silva (535.900.157-72); Damiao David Contarato (023.647.467-79); Damiao Duarte Silva (720.791.007-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9238/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.120/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Darley Monteiro (002.421.127-30); Daury Moura de Carvalho (891.372.487-15); Davi Bezerra Francisconi (849.260.157-49); Davi Claudio Caldas Santos (019.430.217-24); Davi Siqueira (686.646.727-68); David Alves da Silva (002.329.167-21); David Andrade de Carvalho (582.291.757-72); David de Abreu Rocha (008.949.007-06); David de Andrade Marinho (034.008.427-88); David de Souza da Silva (824.580.497-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9239/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.123/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denair Garcia Coutinho (314.372.067-00); Denancy Silva de Souza (881.635.557-34); Denerval Bastos (877.585.987-49); Denia Paula Raimundo (905.351.707-34); Denieusa Oliveira de Carvalho Santos (016.228.657-07); Denilcea Souza Oliveira de Marins (900.322.177-49); Denildo Silva dos Santos (616.188.457-72); Denilson Barreto Braz (010.813.687-64); Denilson Lourival Victor (021.612.807-24); Denilson da Silva Estelino (846.547.407-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9240/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.124/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denilson Pinudo de Souza (004.264.817-39); Denilson Vaz Soares (715.870.397-53); Denir Alves (789.252.157-72); Denir Santana de Souza (021.680.897-95); Denis Antonio Bezerra (015.589.447-10); Denis Pereira Rodrigues (913.351.597-20); Denise Abbade Camargo (405.382.307-20); Denise Alves da Silva (876.540.407-68); Denise Alves de Sousa Pereira (863.371.907-00); Denise Antunes da Costa (038.807.757-37)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9241/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.127/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dilacir Ataide Pinheiro (595.101.107-87); Dilcea Amendola da Silva (037.375.177-03); Dilcea dos Santos (786.174.137-00); Dilcineia Dias dos Santos Silva (010.383.007-38); Dilermando Jorge Hipolito Correa (544.197.867-87); Dilma Rodrigues Cardoso (954.256.757-04); Dilma Sueli dos Santos (723.271.117-49); Dilmar Libano Areia (604.477.027-34); Dilson Passos Fernandes (854.223.557-68); Dimitre Lima Xavier (710.582.067-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9242/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.129/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dircle Ribeiro de Jesus Filho (787.650.217-20); Dirley Barbosa Sicurci (368.207.177-68); Divam de Azevedo Silva (012.826.727-54); Djacir Pacheco Neves (481.739.917-15); Djair de Souza Pontes (009.340.157-40); Djalma Delfino Dantas (795.340.077-49); Djalma Ferreira (506.261.407-49); Djalma Martins da Silva (332.176.967-00); Djalma Pereira Diogo (463.301.607-59); Djanir Mendes Nascimento (763.777.417-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9243/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.131/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Douglas Vieira de Melo (010.555.217-80); Dowiges Ferreira do Nascimento (803.095.777-72); Dulce Alda Neres Saraiva Cardoso (743.221.927-34); Dulcilea da Conceicao Silva (973.582.407-82); Dulcineia do Nascimento Dias Santos (580.935.917-53); Dulcineia dos Santos Estevao (016.037.927-08); Durval Pierassol Neto (004.266.557-45); Eberson de Lima Fernandes (003.819.797-92); Ebio Willis Moreira (613.849.507-10); Edalmo Silva Souza (001.584.587-70)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientaçõe s: não há.

ACÓRDÃO Nº 9244/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.133/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edilson Aguiar de Souza Filho (757.955.747-91); Edilson Bonifacio de Souza (513.969.637-15); Edilson da Silva Borges (676.706.447-53); Edimar Alves da Rocha (924.894.867-72); Edimar Santiago (008.420.827-94); Edimar Silva Ramalho (013.422.877-46); Edimilson Scaffo Passos (811.175.077-34); Edimilson de Araujo Silva (009.220.857-65); Edimir Fernandes da Silva (003.345.147-89); Edinaldo Borges da Silva (357.895.737-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9245/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.137/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edmilton Delaroli Maldomado (010.322.847-06); Edmir Pereira da Silva (892.247.447-53); Edmundo Ferreira de Gouveia (737.902.817-00); Edna Cristina de Oliveira Amendola (010.450.867-11); Edna Ferreira Turque (934.141.457-15); Edna Gomes da Silva Correa (849.492.287-49); Edna Maria Graciano (006.854.287-96); Edna Maria de Franca Silva (020.883.087-17); Edna Matheus (528.123.327-00); Edna Reis Madeiro da Costa (963.374.277-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9246/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.143/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Vander Santiago Louro (013.952.057-01); Edson Viana Barbosa (996.522.857-49); Edson Wandeck da Silva (902.467.807-20); Edu da Silveira Barroso (805.937.047-20); Eduardo Antonio dos Reis (011.459.907-62); Eduardo Barreto da Silva (849.325.547-53); Eduardo Claudemiro de Souza (326.383.967-53); Eduardo Delfino Sodre (845.422.847-00); Eduardo de Oliveira da Silva (000.541.957-30); Eduardo de Souza Raimundo (673.332.497-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9247/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.147/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elcio Antonio Alves Ferreira (024.016.267-60); Elcio Manso Ribeiro (863.207.777-53); Elcio Rodrigues Ferreira (843.687.647-49); Elcio Targino Lopes (848.260.967-04); Elcy de Oliveira (457.105.117-49); Elecir Batista de Moraes (549.043.667-00); Elen Lopes Coelho de Lima (011.498.927-30); Elena Ferreira Araujo (373.620.387-04); Elenice Maria Cesar Del Guerso (547.605.777-34); Elenilde Almeida (844.237.657-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000325

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9248/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.151/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elias Paulo da Silva Alcantara (009.277.207-28); Elias Sabino de Souza (009.999.187-02); Elias Tomaz Martins (016.449.217-82); Eliel Martins (477.485.597-91); Eliel Olegario dos Santos (037.664.487-73); Eliel Ribeiro da Silva (855.159.817-15); Elieser Mariano Campos (011.367.977-77); Elieser de Almeida Queiroz (935.331.017-20); Eliete Ferreira Leal (797.708.947-53); Eliezer do Rosario Limeira (801.569.917-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9249/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.158/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emmanuel dos Santos Ferreira (706.607.357-68); Enedylson Jose do Carmo (009.352.967-86); Eneidina dos Santos (005.544.667-16); Enio Garcia da Silva (256.918.997-91); Enir da Cruz Peres (448.692.077-53); Enock Lima de Medeiros (013.166.577-44); Eraldo da Boa Morte Junior (039.483.557-38); Eri Moreira e Silva Filho (355.409.317-34); Erica Susana de Souza Almeida (010.348.977-05); Erick Sigismundo de Abreu (000.262.887-29)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9250/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.159/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Veronica Oliveira Coutinho (036.588.557-62); Erinaldo Franca dos Santos (604.909.774-72); Eriston Carvalho de Matto s (094.159.917-55); Erivelto de Moura Franca (587.129.767-68); Erlan Cecilio da Mota (880.556.717-53); Erli Braz Proenca Junior (013.612.887-44); Erli de Almeida Rosa (931.709.047-87); Erlita Mary Ribeiro (017.799.647-14); Ernani Gomes dos Santos (030.123.147-84); Ernani da Boa Morte (564.387.617-53)
1.2. Órgão/Entidade : Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9251/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.160/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ernani Jose da Silva Berriel (027.353.647-80); Ernestina Rufino Sandes (731.530.797-49); Eronildes de Oliveira Jorge (496.727.207-00); Esdras de Lima do Nascimento (273.223.517-20); Esequiel Ramos Pessoa (848.777.237-49); Estanderlau Pedro da Silva (777.838.167-20); Estaniza Firmino da Silva (027.037.067-66); Estelita Gomes Serra (002.204.977-02); Ester da Conceicao de Castro (684.256.947-87); Ester de Souza de Oliveira (013.287.127-02)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9252/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.163/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evaristo Guilherme Pacheco (701.369.557-20); Everaldo Luiz do Amaral Moraes (005.493.227-01); Everton da Fonseca Sant Anna (013.196.897-10); Ewerton de Faria Segges (851.487.097-15); Ezequiel Ferreira dos Santos (746.444.087-00); Ezequiel Ramos Braga (387.844.917-87); Fabiano Barros dos Santos (773.473.237-20); Fabio Alfradique Moreira (012.925.077-56); Fabio Celso Teixeira de Abreu (010.170.827-07); Fabio Cosme de Simone (032.275.437-29)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9253/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.165/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabio Luiz Amorim Ferreira (006.567.957-19); Fabio Luiz Ludgero (011.485.157-39); Fabio Luiz de Oliveira (890.209.527-49); Fabio Marcelo de Sa Correlo (759.759.207-87); Fabio Marins Velasco (012.388.207-94); Fabio Medeiros de Oliveira (015.583.817-24); Fabio Rainho da Cruz (916.198.667-49); Fabio Roberto Galindo Alves (019.496.447-74); Fabio Ventura Caneppa (016.052.657-48); Fabio Vieira da Silva (808.587.247-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9254/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, par a fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.167/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Alves Barbosa (071.250.347-13); Fernanda Vieira dos Reis (029.610.287-36); Fernando Antonio Sales Pinheiro (972.456.827-04); Fernando Cesar Madruga de Brito (604.249.237-34); Fernando Cesar Passos dos Santos (003.026.447-25); Fernando Cesar Tavares (582.189.637-15); Fernando da Cruz Salles (403.627.607-72); Fernando da Silva Santos (812.554.207-82); Fernando de Freitas Barros (561.213.267-00); Fernando de Lima Cassiano (736.794.027-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9255/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.171/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francinei Brito da Silva (011.566.217-04); Francisca Alderi Lima de Souza (866.586.897-68); Francisca Jose da Silva (004.624.317-89); Francisco Alves Ferreira (991.312.777-72); Francisco Batista Honorio (026.952.507-62); Francisco Carlos Marques (896.982.587-87); Francisco Carlos Pereira Vasconcelos (004.517.657-45); Francisco Carlos Ribeiro Pinto (549.880.557-87); Francisco Carlos Sardinha de Sousa (858.094.037-00); Francisco Cesar Miranda de Castro (012.169.117-97)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9256/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.172/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Claudio de Araujo (009.375.897-99); Francisco Claudio de Castro (010.921.227-45); Francisco Correa da Silva (306.525.707-63); Francisco Edson de Oliveira (880.103.507-10); Francisco Edson de Souza (627.118.817-68); Francisco Eduardo Diniz de Oliveira (529.333.007-10); Francisco Eduardo Moutta Nunes (033.357.227-01); Francisco de Assis Oliveira Junior (309.310.457-20); Francisco de Assis Paixao (500.594.597-00); Francisco de Assis das Neves Correa (681.546.237-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9257/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.175/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Franklin Ferreira da Cruz (528.802.907-59); Gardel de Souza Carvalho (517.438.257-49); Gastao Eduardo Brust Garcia Junior (023.369.187-14); Geisy Aparecida Pereira Geraldo (019.521.727-64); Geizon Adriano Muniz Marins (001.117.007-79); Gelson Coelho da Penha (015.043.547-96); Gelson Dias Leal (397.077.927-87); Gelson Ferreira (873.222.267-04); Gelson da Conceicao dos Santos (797.388.857-87); Genario Pereira Lima (018.029.387-70)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9258/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000326

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-027.178/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Geraldo Rosa Pinto (660.493.007-63); Gerson Barbosa da Silva Lima (010.993.417-28); Gerson Corinto da Silva (735.083.307-53); Gerson Felizola de Oliveira (935.859.857-34); Gerson Francisco Alves (429.476.267-53); Gerson Jorge Vidal (031.222.177-08); Gerson Saraiva Vieira (695.150.857-72); Gerson Torrentes Moniz (004.878.637-39); Gesiney Botelho da Silva (730.348.607-06); Gesse Ribeiro dos Santos (014.940.537-56)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9259/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.180/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilberto Fernandes de Araujo (589.785.007-06); Gilberto Gomes Barboza (532.072.627-91); Gilberto Guerra Goncalves da Silva (689.415.957-20); Gilberto Jordao (115.625.527-91); Gilberto Jose da Silva (014.082.427-88); Gilberto Lopes da Silva Filho (829.338.717-34); Gilberto Nunes de Almeida (724.165.057-34); Gilberto Pinto (277.404.807-97); Gilberto Rodrigues Fernandes Filho (033.429.817-25); Gilberto de Souza Pinto (330.469.647-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9260/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.181/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilcelea Souza dos Passos (001.282.157-80); Gilcelia Peixoto Queiroz (519.942.757-15); Gilda Maria Cesar Moraes (822.755.137-87); Gildo Venceslau Brandao (685.966.777-04); Gilma Lopes de Oliveira (013.401.557-61); Gilmar Cardoso dos Santos (808.560.637-20); Gilmar Carvalho Sodre (002.089.667-06); Gilmar Feliciano (580.738.847-04); Gilmar da Silva Santos (913.016.457-53); Gilmar de Oliveira Carvalho (584.113.727-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9261/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.184/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilson Pessoa de Bulhoes (386.282.107-25); Gilson Soares Ferreira (624.827.697-87); Gilson Veiga (404.575.757-00); Gilvan David Cardoso (965.977.637-34); Gilvan Moreira dos Santos (943.589.157-87); Gilvandro Neves Pegado (591.604.117-91); Giovane Pereira de Lima (016.282.117-41); Giovani Soares Dimas (022.310.677-14); Gircela Silva de Souza (669.834.607-15); Gisele Fernandes do Nascimento (024.470.147-40)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9262/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.186/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Glauco Motta dos Santos (044.718.687-64); Gleice Oliveira de Sousa (957.360.937-15); Gleide Melo de Oliveira (000.418.127-19); Gloria Beatriz Gomes de Rezende (837.322.337-15); Gloria Lopes de Deus Affonso (036.558.507-60); Gloria Maria Barreto de Sa (787.392.687-72); Gloria Mendes da Costa (642.152.887-20); Grimaldo Brilhante Vale (005.778.927-46); Gualter Correa da Silva (033.577.717-13); Guaraci Braganca Bittencourt (731.498.887-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9263/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.277/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aecio Fabiano Alves Xavier (870.242.257-34); Albertina Maria da Silva Santos (185.134.337-72); Alessandro Silva Lessa (034.342.977-23); Alexandre Alves dos Santos (842.376.947-04); Ana Cristina da Silva Raia (972.540.027-53); Andre Gomes Lopes (023.175.217-23); Andrea Correa do Nascimento (026.195.617-52); Andume Ribeiro Brum (824.348.247-49); Anselmo Luiz da Costa (828.411.877-72); Arlindo Ferreira dos Santos Filho (286.729.767-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9264/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.278/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Miguel Abraao Rocha (007.191.687-32); Catia Eliane Moura dos Santos (011.877.097-78); Claudio Luiz dos Santos da Silva (866.638.287-20); Claudio Martins Ferreira (008.447.967-19); David Soares (632.203.347-68); Eduardo Dutra Machado (005.868.247-31); Elizeth Cesario dos Santos Silva (953.740.607-59); Ernesto Cesar Sampaio Figueira (447.357.827-53); Evaldo Ferreira Maia (000.083.067-45); Fernando Cezar Pires de Oliveira (844.339.907-44)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9265/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.279/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Fernandes Siqueira (670.359.907-63); Flavio Luiz Correa da Costa (929.175.857-49); Flavio Perrota Barbosa (019.482.487-00); Francisco Coqueiro de Oliveira Filho (799.769.647-49); Ilma Mendes de Azevedo (077.218.597-27); Irene Martins das Dores (349.861.467-34); Israel Nunes Coelho (325.961.035-91); Itamar dos Santos Lima (781.575.107-59); Jacival Eleodoro dos Santos (581.964.127-20); Jaime de Faria Salgado (382.904.727-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9266/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, em autorizar o pagamento da multa imputada ao Senhor Elias Fernandes Neto (CPF 019.792.054-34) no item 9.3 do Acórdão 8929/2015- 2ª Câmara, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente, esclarecendo-se ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.696/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Apensos: 003.763/2013-7 (MONITORAMENTO).

1.2. Responsáveis: Albert Brasil Gradvohl (081.750.123-15); Cristina Gaião Peleteiro (188.604.515-15); Douglas Augusto Pinto Junior (061.614.303-63); Elias Fernandes Neto (019.792.054-34); Fernando Ciarlini Teixeira (210.336.093-15); Francisco Evaldo Braz Azevedo (090.456.783-49); Francisco Rennys Aguiar Frota (800.105.633-34); Jose Berlan Silva Cabral (120.631.343-91).

1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.7. Representação legal: Robson de Oliveira Loureiro (14341/OAB-CE) e outros, representando Elias Fernandes Neto e Francisco Rennys Aguiar Frota.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9267/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que documentos juntados aos autos pela AECI do Ministério do Turismo, a possibilidade de que a determinação contida no subitem 1.6.1 do Acórdão 1315/2014-2ª Câmara tenha sido interpretada de maneira mais abrangente do que se propôs;

Considerando que de acordo com o referido subitem, o Ministério do Turismo deveria, caso optasse por participar "da próxima edição da Feira das Américas, promovido pela Abav, ou evento similar em substituição ao Salão do Turismo", comunicar sua intenção ao TCU, atentando para melhorias no processo de contratação discriminadas nos subitens 1.6.1.1 a 1.6.2.2 seguintes;

Considerando a necessidade de comunicação especificamente do evento seguinte ao avaliado, com propósito similar, ou seja, à 42º Feira das Américas - Abav 2014, da qual o Ministério participou;

Considerando que o Ministério do Turismo informou que todos os apontamentos da decisão do TCU foram observados no planejamento e gestão do contrato para participação no evento de 2014, objeto do acórdão, não se verifica a necessidade de que o órgão continue informando ao TCU sobre suas pretensões de participação nos eventos seguintes;

Considerando ainda o atendimento às determinações do Tribunal no caso concreto, sem prejuízo de atuação futura do Tribunal se identificados indícios de irregularidades em contratações com a mesma finalidade.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, art. 143, inciso III e 169, inciso V do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em arquivar os presentes autos após o encaminhamento de cópia deste acórdão ao Ministério do Turismo de maneira a esclarecer ao órgão que não há necessidade de informar sobre sua participação nos próximos eventos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.243/2013-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000327

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9268/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação à representante, conforme manifestação uniforme constante dos pareceres exarados nos autos.

1. Processo TC-027.328/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Delf Distribuidora de Medicamentos Eireli (CNPJ 05.922.826/0001-21).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS).

1.6. Representação legal: Adriano da Silva Peixoto e outros, representando Delf Distribuidora de Medicamentos Eireli (peça 1, págs. 18-19).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 26/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 9269/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; 143, inciso V, alínea "a"; 199, §2º; e 213 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso I; e 19 IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os devedores, para que lhes seja concedida a quitação, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.502/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ana Paula dos Santos Souza (371.249.192-15); Fundação Viver Produzir e Preservar - FVPP/PA (34.887.828/0001-25); Luzia Aparecida Pinheiro (249.388.232-68)

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Social, à Caixa Econômica Federal, e aos responsáveis, nos termos do item 9.2 do Acórdão TCU 2.647/2007-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 9270/2017 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de recurso de reconsideração interposto por Severino Eudson Catão Ferreira, contra os termos do Acórdão 10985/2016 - TCU - Segunda Câmara, que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa.

considerando que, de acordo com o exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos, o recorrente ingressou com o pedido em análise fora do prazo previsto no art. 33, in fine, da Lei 8.443/92, e não apresentou fato novo capaz de suplantar a intempestividade verificada, para que possa ser admitido nos termos do art. 285, § 2º, do Regimento Interno;

considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU, pelo não conhecimento do recurso pelas razões acima expostas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único; e 33 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; e 285, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Severino Eudson Catão Ferreira, por ser intempestivo e por não apresentar fatos novos, dando ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-013.505/2013-0 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Renato Sarmento de Melo (180.281.598-85); Prefeitura Municipal de Palmeirina - PE (10.144.038/0001-91); Severino Eudson Catão Ferreira (303.422.524-53).

1.2. Recorrente: Severino Eudson Catão Ferreira (303.422.524-53).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirina - PE.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.8. Representação legal:

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9271/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor do Sr. José Sidney Nunes de Almeida, prefeito do município de São Lourenço do Sul/RS (2009-2012), em razão da impugnação total das despesas do Convênio 12/2010 - Siconv 731918, que tinha por objeto o apoio à realização do Projeto intitulado "26° Reponte da Canção", em razão de irregularidades na execução física e financeira.

Considerando que o Acórdão 6805/2017 - TCU - 2ª Câmara (Peça 17), prolatado em 1/8/2017, determinou, com fundamento nos arts. 6º, inciso I, e 19, caput, da IN TCU nº 71/2012, o arquivamento do presente processo sem cancelar o débito e sem julgar o mérito;

Considerando que o Sr. Ian Cunha Angeli (OAB/RS nº 86.860b), apresentou, em nome do Sr. José Sidney Nunes de Almeida, a documentação nominada como recurso de reconsideração (Peças 31 a 43), por meio da qual requerem seja "desconstituída a glosa a ele imposta";

Considerando que o citado Acórdão 6805/2017 - TCU - 2ª Câmara constitui-se em decisão terminativa, nos termos do art. 201, § 3º, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que, por esse motivo, ao proceder o exame de admissibilidade previsto no art. 49, inciso I, da Resolução TCU nº 259/2014, a Serur manifestou-se n o sentido de que o presente expediente não pode ser recebido como espécie recursal, visto que, em sintonia com o art. 285 do RITCU, somente é cabí vel recurso de reconsideração contra decisão definitiva, ou seja, contra decisão com a devida apreciação de mérito, nos termos do art. 201, § 2º, do RITCU;

Considerando que, na vigência da antiga IN TCU nº 13/1996 (art. 10, § 2º, inciso V), o procedimento, nesses casos, consistia em receber a eventual manifestação como alegações de defesa, o que possibilitaria o julgamento de mérito do processo;

Considerando que, embora a IN TCU nº 71/2012, que dispõe, atualmente, sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial, mantenha silêncio sobre a aludida questão, não se vislumbra óbice à utilização do procedimento indicado no então art. 10, § 2º, inciso V, da IN TCU nº 13/1996, a despeito de ele não se encontrar mais vigente;

Considerando, por fim, que, no presente caso concreto, mostra-se aplicável, ainda, a inteligência do § 3º do art. 199 do RITCU, quando prevê a possibilidade de o responsável solicitar ao Tribunal o desarquivamento do processo para o julgamento de mérito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, e no art. 50, § 3º, da Resolução TCU nº 259/2014, em conhecer, como mera petição, da documentação nominada de recurso de reconsideração, apresentada pelo Sr. Ian Cunha Angeli (OAB/RS nº 86.860b), em nome de José Sidney Nunes de Almeida, determinando o desarquivamento dos presente autos, com fundamento no § 3º do art. 199 do RITCU, além de fazer a determinação a seguir indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.069/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Sidney Nunes de Almeida (466.593.900-49); Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul - RS (87.893.111/0001-52)

1.2. Recorrente: José Sidney Nunes de Almeida (466.593.900-49)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador); Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul - RS

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.8. Representação legal: Maritânia Lucia Dallagnol (25.419/OAB-RS) e outros, representando José Sidney Nunes de Almeida.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. determinar que a Secex/PE reassuma a instrução do presente feito e, assim, promova a devida citação dos responsáveis, além de analisar o conteúdo da petição às peças 31 a 43 como elementos adicionais de defesa, ficando, desde já, autorizada a realização das necessárias medidas saneadoras.

ACÓRDÃO Nº 9272/2017 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Sr. Roberto Leher contra os termos do Acórdão 5498/2017 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 20/6/2017, Ata 21/2017.

considerando que o interessado acima nominado foi notificado da deliberação recorrida na data de 05/7/2017;

considerando que o prazo para a interposição de pedido de reexame é de quinze dias, nos termos do art. 48, parágrafo único, c/c o art. 33, da Lei 8.443/92;

considerando que o recorrente apresentou o recurso em 25/7/2017, sendo, portanto, intempestivo;

considerando, que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes, para que venha a ser admitida nos termos do parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º, e 286 do Regimento Interno;

considerando, ainda, os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao TCU, no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 285 e 286 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Roberto Leher, e em determinar o envio de cópia desta deliberação ao recorrente, bem como do exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos.

1. Processo TC-008.436/2016-9 (PEDIDO DE REEXAME EM MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Roberto Leher (754.562.817-91).

1.2. Recorrente: Roberto Leher.

1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9273/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.092/2017- TCU - 2ª Câmara, que considerou revel a recorrente, Jussara Santos Mendes, em razão de as respostas apresentadas em atendimento à audiência a ela endereçada, no âmbito do monitoramento das determinações do Acórdão 7753/2015 - TCU - 2ª Câmara, não terem sido por ela subscritas e sim pelo seu substituto.

Considerando que o Acórdão 7.092/2017 - TCU - 2ª Câmara deixou de aplicar multa à recorrente, pois restou comprovado nos autos o cumprimento das determinações monitoradas.

Considerando que não se verifica na deliberação recorrida qualquer prejuízo causado diretamente pelo Tribunal à recorrente, a ensejar seu interesse recursal, visto que o acórdão impugnado cuida apenas de monitoramento do Acórdão 7.753/2015-TCU-2ª Câmara, acerca do qual não houve rediscussão de questões de mérito nem imposição de sanção, nos termos do artigo 278, §5º, do Regimento Interno.

Considerando a proposta da Serur, pelo não conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal, bem como pela vedação expressa do artigo 278, § 5º, do Regimento Interno.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 278, § 5º; 285 e 286, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame a seguir relacionado, e em determinar o arquivamento do processo, após enviar ao recorrente cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade constante da peça 83 dos autos.

1. Processo TC-006.046/2014-2 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Jussara Santos Mendes (599.027.011-91)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.8. Representação legal:

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9274/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 234, 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação adiante indicada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.804/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Avaré - SP

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Avaré/SP, com vistas à adoção de providências internas que previnam sua reincidência, que restou constatada falha no planejamento das contratações para prestação de serviços e aquisição de peças para a manutenção dos veículos da frota municipal, caracterizada pelo elevado número de procedimentos licitatórios e dispensas verificados no exercício de 2013, o que afronta o disposto no art. 15, § 7º, inciso II, Lei 8.666/93;

1.6.2. dar ciência desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de Avaré/SP;

1.6.3. enviar cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para conhecimento e adoção de eventuais medidas cabíveis, tendo em vista a existência de recursos provenientes da quota-parte do salário educação, sob jurisdição daquela corte de contas.

ACÓRDÃO Nº 9275/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.324/2015-5 (MONITORAM ENTO EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 027.604/2015-2 (SOLICITAÇÃO); 007.938/2016-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessados: Ministério da Integração Nacional.

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier - RS

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9276/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.627/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR/SR/PF.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes - SP.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9277/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Ministério da Integração Nacional (peça 21), por mais 60 (sessenta) dias, para atendimento do Ofício 0503/2017-TCU/SECEX-RS, emitido em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 5041/2017 - TCU - 2ª Câmara, nos termos do artigo 183, parágrafo único, do Regimento Interno.

1. Processo TC-018.166/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (87.934.675/0001-96)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (89.550.032/0001-74)

1.3. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Casa Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9278/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.664/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9279/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.674/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 36/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 9280/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos, ressaltando que, na proposta da instrução de peça 6, constou indevidamente o nome de Carlos Emílio Forti (CPF 465.919.077-34):

1. Processo TC-003.940 /2015-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Celso Rodrigues (073.691.078-68)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9281/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.375/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ascanio Casado de Araújo Lima (017.034.314-64)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9282/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.297/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Déa Pio Martins Tolentino (163.292.526-53) e Maria Tereza Xavier Dutra (419.491.026-53)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9283/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.366/2017-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antônio Carlos Matias de Siqueira (146.365.221-68)

1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9284/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.405/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: José Agostinho dos Santos Neto (053.008.704-98); Júlio César dos Santos Ferreira (930.144.145-49); Leonardo de Jesus Guimarães (023.487.525-90); Nahissa Harumi Seino Andrade (055.824.396-76); Natanai Torres de Carvalho (990.756.521-00); Patrícia Silveira (793.039.191-49); Paulo Sérgio Viana da Silva (765.914.923-72); Rafael Danilo de Sales Leal (030.390.114-48); Rute Barbosa Dornelas Onofre (050.814.156-77) e Sheilla Souza Prata (016.300.955-40)

1.2. Unidade: Ministério da Fazenda

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9285/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.515/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flávio Ferreira (028.081.813-02); Francisco Gley Xavier (012.493.953-80); Francisco José de Abreu (021.613.343-28); Francisco Leandro Rocha Leite (030.872.563-82); Geovane Amaral Alves dos Santos (791.296.172-00); Gilberto Aparecido Durante (075.254.448-97); Gustavo de Almeida Guimarães (990.951.655-15); Haylton dos Santos Martins de Oliveira (223.004.648-96); Heloísa Santiago Pereira (894.008.107-25) e Henrique Simões de Oliveira Neves (815.301.530-34)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9286/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.519/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Milton Augusto Medeiros de Araújo (077.139.784-45); Murilo Giovanny da Conceição Andrade (828.913.205-06); Naiana Sousa Lima (046.698.973-30); Nayra Ferreira e Ferreira (130.512.037-00); Niedja Maria Alves Chagas Lobo (041.095.325-31); Nilmar Costa Miller (009.222.982-46); Patrícia Alves Leal (076.589.466-13); Pedro João Pinto Calixto (051.017.724-70); Rafael May Chula (896.740.140-04) e Ramon Talles Ferreira Silva (071.937.054-07)

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9287/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.531/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson de Castro Paes (944.529.973-68); Aline Dayana Araújo de Melo (312.228.298-43); Daniel Maranhão Machado (689.542.801-10); Danilo Lobrigate Alvarinho (350.578.788-40); Jessé da Silva Galucio (742.295.402-72); Luís Fernando Dutra Diniz (746.142.406-82); Marclei da Gama Sanches (795.063.302-63); Rafael Toshio Ogawa (341.866.178-56); Raphael Florêncio de Mendonça (946.943.701-20) e Thiago Leal Telesca Mota (947.854.060-20)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9288/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.623/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Glinia Massmann Serra (043.059.331-79)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9289/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.627/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Carvalho de Albuquerque (796.205.233-34) e Romulo Granjeiro de Souza (010.858.804-19)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9290/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.633/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fredson de Sousa Costa (011.094.083-07); Hernandes Oliveira de Araújo (012.740.171-73); Iara de Freitas Endo (002.979.911-24); Naianna da Fonseca Carneiro (998.636.342-04); Pedro Celestino Silva (956.012.012-34); Reinaldo Martins de Oliveira (052.037.816-48); Rildo da Silva Araújo (748.152.532-34); Simone Delanne Campos de Oliveira (828.338.772-34); Vanessa Figueredo de Oliveira (670.130.072-34) e Victor de Carvalho Saboya Albuquerque (069.826.324-31)
1.2. Uniadade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9291/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.638/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vanessa Moura de Camargos (046.095.726-05)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9292/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.640/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Debora Monique Lunkes (008.924.230-05)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9293/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.647/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anelise Ronqui Hydalgo de Padua (344.120.558-84); Daiane Rocha da Silva (007.816.545-80) e Fernando Henrique Mello Rodrigues (053.441.809-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9294/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.648/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Rotta Pereira (074.555.649-37); Carlos Augusto Guimarães de Oliveira (076.256.236-61); Lucas Silva Andrade (025.827.495-67); Nevisson Gonçalves Santos (963.067.695-87); Paula Azevedo de Andrade Leite Barros (818.856.955-00); Rafael Teixeira Nascimento (021.473.121-93); Rochelle Bessa Ramos Gurgel (020.742.773-93)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9295/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.659/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodrigo Figueiredo Melo (040.607.234-52) e Rodrigo de Oliveira Lima Lucena (720.762.591-04)
1.2. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9296/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.695/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Rafaela Vargas Cândido Rodrigues (025.070.071-92)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9297/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.951/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Geovana Carolina Rottini (058.637.799-93); Priscila Bringhenti (008.647.780-31)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9298/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.955/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Guimarães do Nascimento (018.791.925-94); Clayton Matos da Silva (283.766.348-44); Gervadio Mitsuo Ohashi (587.170.999-00); Lissandra Martha dos Santos Silva (024.211.739-22); Vládia Maria de Pontes Amorim (012.100.783-92)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9299/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.965/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Aline Amaral da Silva (020.637.260-43); Aline Gomes Davila (011.944.940-48); Lucien Carlos Silveira Pires (022.868.130-86)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9300/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s)

de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.971/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Maria do Carmo Bentzen Pessôa de Melo (042.944.494-03); Virgínia Cândida de Souza Gama Queiroz Teixeira de Barros (014.206.644-33)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9301/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.999/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edmilson Siqueira e Silva Júnior (730.906.201-97); Ana Gabriela Dantas de Sousa (556.051.761-53); Arthur Emiliano Fontes de Oliveira (027.311.526-05); Juliana de Paiva Torres Cardoso Damásio (051.462.444-21); Kelsen Julião Corgosinho (044.183.836-70); Ligia Pereira Santiago (014.012.393-82); Maria Erika Justino (024.995.853-82); Rodrigo Novaes Gonçalves (995.784.091-68)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9302/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, ACORDAM em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito de três concessões de pensões civis, assim como legais, para fins de registro, os demais atos constantes do processo a seguir relacionado, fazendo-se a determinação sugerida pelo Ministério Público junto ao Tribunal:

1. Processo TC-011.903/2011-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Aida Maria Menezes da Silva (171.976.002-00); Cecília Mendes da Silva (098.077.052-15); Giovanna Índia Brasileira de Burgos Possolo (051.886.627-01); Helena Souza dos Santos (055.768.812-49); Juracy da Silva Quirino (592.586.831-53); Lea da Silva Quirino (562.742.891-00); Maria Índia Brasileira de Burgos Possolo (926.718.967-00); Maria Paula Lopes de Souza (069.704.005-49); Maria Regina Leite Souza (247.236.735-04); Maria da Luz Silva (669.497.779-49); Maria das Graças Gonçalves (350.032.787-72); Marlene da Silva Hoffer (666.534.447-91); Marlete Aparecida da Silva Hoffer (495.235.709-00); Raquel da Silva Quirino (702.705.541-49); Ruth Leite Mangabeira (276.711.865-20)

1.2. Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Antônio Flávio Pereira Américo (OAB/PA 4.905) e outros, representando Aida Maria Menezes da Silva.

1.7. Considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de pensão civil em favor de Maria Índia Brasileira de Burgos Possolo (número de controle 10001506-05-2008-000096-9), Maria Paula Lopes de Souza e Maria da Luz Silva, em decorrência da cessação dos seus efeitos financeiros, motivada pelo falecimento das beneficiárias;

1.8. Considerar legais, para fins de registro, as concessões de pensões civis a Aida Maria Menezes da Silva, Cecília Mendes da Silva, Giovanna Índia Brasileira de Burgos Possolo, Helena Souza dos Santos, Juracy da Silva Quirino, Lea da Silva Quirino, Maria Índia Brasileira de Burgos Possolo (número de controle 10001506-05-2008-000097-7), Maria Regina Leite Souza, Maria das Graças Gonçalves, Marlene da Silva Hoffer, Marlete Aparecida da Silva Hoffer, Raquel da Silva Quirino e Ruth Leite Mangabeira, ordenando o registro;

1.9. Determinar à Sefip que retifique, no ato da pensão instituída por Ormindo Ferreira Gonçalves, o campo referente ao regime antes da Lei nº 8.112/1990, para que conste "1-Estatuto".

ACÓRDÃO Nº 9303/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-012.067/2005-3 (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas - Exercício: 2004)

2. Apensos: TC-029.450/2009-6 (Tomada de Contas); TC-009.048/2003-0 (Representação)

3. Recorrente: Vera Lúcia Canfran Mas (CPF 343.471.001-91, ex-Chefe da Assessoria de Comunicação Social)

4. Unidade: Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas anual que tratam, nesta fase processual, de recurso de reconsideração interposto por Vera Lúcia Canfran Mas (ex-Chefe da Assessoria de Comunicação Social), contra o Acórdão 6.994/2010-TCU-2ª Câmara, buscando reverter a determinação para reposição dos valores indevidamente recebidos a título de auxílio moradia.

Considerando que a recorrente foi notificada no dia 24/12/2010 (peça 142, p. 6) e somente protocolou o recurso de reconsideração no dia 17/8/2017;

Considerando que, de acordo com o art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos e dentro de um ano (art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU, com a redação então vigente), excepcionalidade essa não verificada nos autos;

Considerando o parecer da Serur pelo não conhecimento de recurso de reconsideração intempestivo em período superior a um ano, afastando a aplicação das disposições legais acerca da ocorrência de fato novo;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU endossou a proposta oferecida pela unidade técnica.

Considerando por ser intempestivo o recurso em prazo bem maior que o previsto na antiga redação do art. 285, § 2º, do Regimento Interno

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do presente recurso, dando-se ciência desta deliberação à recorrente.

ACÓRDÃO Nº 9304/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8.527/2017-2ª Câmara, prolatado na sessão de 12/9/2017, relativamente ao item 3, para que, onde se lê "Sidney Geovane Marchiori Mello (presidente, CPF 983.363.339-00)", leia-se "Sidney Geovane Marchiori Mello (presidente, CPF 983.363.390-00), mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.239/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação dos Produtores e Empreendedores Culturais de Santa Maria (07.284.370/0001-47); Sidney Geovane Marchiori Mello (983.363.390-00)

1.2. Unidade: Associação dos Produtores e Empreendedores Culturais de Santa Maria

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX/RS).

1.6. Advogado constituído nos autos: Alexandre Melo Soares (OAB/DF 34.786, alterada para OAB/DF 24.518)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9305/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-009.002/2015-4 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

2. Recorrente: Rildo Braz da Silva (CPF 145.885.954-15)

3. Unidade: Prefeitura Municipal de Catende/PE

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

4.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho

5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE)

7. Advogado constituído nos autos: Antônio Lins Machado Filho (OAB/PE 9.232)

8. Acórdão:

Considerando que Rildo Braz da Silva teve suas contas julgadas irregulares por meio do Acórdão 9.429/2016 - 2ª Câmara, que lhe imputou o pagamento de débitos e multa;

Considerando que o responsável foi notificado daquela deliberação em 04/10/2016 e, novamente, em 26/10/2016;

Considerando que o responsável interpôs, em 24/07/2017, recurso de reconsideração contra o Acórdão 9.429/2016 - 2ª Câmara;

Considerando que o prazo para a interposição de recurso de reconsideração é de 15 (quinze) dias, contados na forma estabelecida no Regimento Interno/TCU, ou, na hipótese da existência de fatos supervenientes, de 180 (cento e oitenta) dias, sem a atribuição de efeito suspensivo, nos termos do artigo 285, § 2º, do RITCU;

Considerando que o recurso apresentado se deu após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias, não havendo que se discutir a eventual existência de fatos novos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, nos termos dos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 143, inciso IV, alínea "b", e 278, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer deste recurso de reconsideração e em dar ciência ao recorrente do teor desta deliberação.

RELAÇÃO Nº 24/2017 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 9306/2017 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Departamento de Polícia Federal - DPF.

Considerando que, não obstante constatação de inconsistências nos fundamentos legais informados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac para concessões analisadas neste processo, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip verificou a correção dos dados atualmente constantes no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape e, em consequência, propôs a legalidade dos atos, com determinação para efetuar os ajustes devidos; e

Considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal - MPTCU aquiesceu à proposta da unidade técnica, exceto quanto aos atos de Marco Antonio Soares Resende e de Mauro Roman de Melo, para os quais sugeriu, em preliminar, a realização de diligência, ante: (i) indícios de ocorrência de erro em funcionalidades do Siape no cálculo de aposentadorias com proventos calculados pela média das remunerações de contribuição (não exigência de lançamento dos salários de contribuição do período vinculado ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, com possível majoração indevida do valor dos proventos), ora em apuração no TC-013.051/2016-4; (ii) cômputo nos citados atos de tempos de serviço relativos àquele regime; e (iii) não disponibilização no formulário do Sisac de espaço próprio para as informações necessárias ao cálculo de proventos de aposentadoria pela média das remunerações de contribuição;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º, 2º e 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a Marcos David Salem, Marcos Hiroshi Kimura, Marcos Valerio Lima Barbosa, Marcos Van Der Veen Cotrim, Maria Zildene Guerra de Sousa, Mario Ramos Sobrinho, Mariza Dantas Ramos e Merrwelvelson Willian Ferreira e Souza e fazer as determinações a seguir.

1. Processo TC-022.098/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Marco Antonio Soares Resende (CPF 697.695.086-91), Marcos David Salem (CPF 634.065.437-15), Marcos Hiroshi Kimura (CPF 012.616.097-00), Marcos Valerio Lima Barbosa (CPF 734.993.667-20), Marcos Van Der Veen Cotrim (CPF 766.213.837-20), Maria Zildene Guerra de Sousa (CPF 168.199.003-25), Mario Ramos Sobrinho (CPF 057.733.708-40), Mariza Dantas Ramos (CPF 002.776.717-52), Mauro Roman de Melo (CPF 039.406.798-36) e Merrwelvelson Willian Ferreira e Souza (CPF 021.055.417-71).

1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações:

1.8.1. à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:

1.8.1.1. corrija no Sisac o fundamento legal dos atos considerados legais que apresentaram inconsistências, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução-TCU 206/2007; e

1.8.1.2. destaque os atos de concessão de aposentadoria de Marco Antonio Soares Resende e de Mauro Roman de Melo para processo apartado, a fim de realizar diligência ao Departamento de Polícia Federal - DPF com o objetivo de ser demonstrado o cálculo da média das remunerações de contribuição desses ex-servidores, na forma proposta pelo MPTCU.

ACÓRDÃO Nº 9307/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-024.741/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Affonso Apparecido Moraes (CPF 035.471.758-87); Antonio Bento Betioli (CPF 642.126.888-91); Hermano Correia Ferraz (CPF 002.053.971-15); Huguette Lisboa Vieira (CPF 496.087.037-00).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000331

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Sefip que modifique o tipo de registro do ato de Affonso Apparecido Moraes, passando a considerá-lo como "inicial", assim como a data de publicação e vigência do ato que passa a ser o dia 29/9/2004.

ACÓRDÃO Nº 9308/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Lisete Terezinha Assen de Oliveira; em fazer as determinações constantes do item 1.8 abaixo; em dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência deste acórdão pela UFSC, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e em esclarecer à interessada que, em caso de não provimento de recurso que eventualmente venha a ser interposto junto ao TCU, deverão ser repostos os valores recebidos durante a vigência do efeito suspensivo do recurso.

1. Processo TC-032.926/2016-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Lisete Terezinha Assen de Oliveira (CPF 191.189.020-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à UFSC que:

1.8.1. promova a adequação do valor da parcela judicial atualmente paga, referente ao índice de 28,86%, aos termos do acórdão 2.161/2005-Plenário, e comunique ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, *caput*, do Regimento Interno, 8º, *caput*, da Resolução TCU 206/2007 e 15, *caput*, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

1.8.2. a partir da ciência deste acórdão e na forma definida pelo acórdão 2.161/2005-Plenário, subtraia da mencionada parcela judicial as sucessivas incorporações decorrentes de novas estruturas remuneratórias que vierem a ser implantadas por lei, até sua absorção integral, com fundamento no art. 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007;

1.8.3. informe à interessada o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;

ACÓRDÃO Nº 9309/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e nos termos do acórdão 2.100/2010-Plenário e do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno, em atribuir chancela de exclusão por duplicidade ao ato de admissão de Leandro de Almeida Noleto; e em arquivar este processo.

1. Processo TC-024.356/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Leandro de Almeida Noleto (CPF 005.765.321-69).
1.3. Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9310/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.540/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Emanoel Pires Candido (CPF 350.944.168-04); Fernando de Oliveira (CPF 046.719.439-48); Hugo Patricio de Franca (CPF 060.096.596-12); Iraja Antonio Soares (CPF 040.903.479-71); Ivo Ricardo Macedo Almeida (CPF 019.979.015-95); James Ferreira Melo (CPF 618.967.303-10); Jefferson Tome Duarte Soares (CPF 735.879.151-72); Joao Paulo Barreto da Cunha Lustosa (CPF 044.415.904-58); Joede Júnior Novais Marinho (CPF 013.422.565-14); Klayton Salazar Gomes (CPF 010.315.711-59).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9311/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Elmiro Jose de Souza Filho.

1. Processo TC-024.703/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Elmiro Jose de Souza Filho (CPF 076.986.256-05).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9312/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.704/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Edicelio Alves da Costa (CPF 638.282.512-34); Lucivaldo Ferreira da Costa (CPF 749.273.372-00); Maicon Silva de Carvalho (CPF 981.135.932-68).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Pará - DR/PA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9313/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.049/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Boaz de Matos Farias (CPF 075.039.527-33); Daniel Felipe Penna Cotrim (CPF 066.727.336-04); Duan Nicolas Alves Madeira Barros (CPF 600.202.223-60); Pedro Villalobos Hrdlicka (CPF 351.299.268-46); Renata Catacci Guimaraes (CPF 346.889.958-06).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9314/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.550/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jesiane Brito dos Santos (CPF 022.889.891-90); Jose Luis Alves Feitosa Filho (CPF 723.823.681-87); Julcimar Francisca Riba (CPF 559.772.511-49); Julia Albuquerque e Silva (CPF 040.805.113-29); Maria Cristina Alves de Queiroz (CPF 505.151.441-34).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9315/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas relacionadas abaixo.

1. Processo TC-027.551/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessadas: Roberta Maria Peixoto de Almeida (CPF 727.018.891-20); Roselaine dos Santos Brito (CPF 014.771.971-25); Valeria Alves Leite (CPF 794.400.451-91).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9316/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares com ressalva as contas de Soraya Soubhi Smaili, Isabel Cristina Kowal Olm Cunha e Aparecida Sadae Tanaka e dar-lhes quitação; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas e dar quitação plena aos demais responsáveis relacionados abaixo; em fazer as determinações sugeridas; e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 36, à Universidade Federal de São Paulo.

1. Processo TC-029.099/2016-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Andrea Rabinovici (CPF 102.100.548-75); Aparecida Sadae Tanaka (CPF 085.729.398-22); Beatriz Amaral de Castilho (CPF 036.122.128-26); Cláudia Barbosa Ladeira de Campos (CPF 003.580.667-27); Conceição Vieira da Silva Ohara (CPF 055.358.082-53); Daniel Arias Vazquez (CPF 286.277.938-59); Debora Amado Scerni (CPF 063.225.278-27); Eduardo Javarotti Filho (CPF 300.753.268-09); Emilia Inoue Sato (CPF 003.650.278-20); Esper Abrao Cavalheiro (CPF 763.105.668-49); Florianita Coelho Braga Campos (CPF 153.845.271-53); Isabel Cristina Kowal Olm Cunha (CPF 669.643.778-91); Jacqueline Luz (CPF 089.443.448-92); Janine Schirmer (CPF 285.351.970-87); Joao Miguel de Barros Alexandrino (CPF 231.297.478-93); Julio Cesar Zorzenon Costa (CPF 050.060.258-16); Luciana Massaro Onusic (CPF 199.654.838-76); Luiz Leduino de Salles Neto (CPF 199.149.648-69); Marcio Abrahao (CPF 696.097.307-44); Maria Angélica Pedra Minhoto (CPF 075.657.028-03); Maria Jose da Silva Fernandes (CPF 012.795.508-99); Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni (CPF 048.912.918-85); Marineide de Oliveira Gomes (CPF 008.656.638-58); Murched Omar Taha (CPF 703.822.478-68); Murilo Leal Pereira Neto (CPF 550.681.897-15); Newton Andreo Filho (CPF 162.585.998-85); Odair Aguiar Junior (CPF 250.611.708-30); Pedro Caldas Chadarevian (CPF 147.452.118-56); Raquel de Aguiar Furuie (CPF 049.549.631-68); Regina Celia Spadari (CPF 603.327.198-04); Ricardo Luiz Pereira Bueno (CPF 287.343.688-33); Rosana Fiorini Puccini (CPF 014.667.628-96); Rosemarie Andreazza (CPF 075.054.448-16); Sergio Luiz Domingues Cravo (CPF 964.699.868-20); Soraya Soubhi Smaili (CPF 103.057.328-03); Sylvia Helena Souza da Silva Batista (CPF 218.328.622-91); Tania Mara Francisco (CPF 082.992.588-04); Valéria Petri (CPF 464.666.498-49).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Universidade Federal de São Paulo que, no prazo de 90 (noventa) dias, comprove a este Tribunal:
1.8.1. a edição de normativo e manual de prestação de contas de projetos, contratos e convênios e ajustes congêneres;
1.8.2. a divulgação e gestão transparente de informações sobre todos os ajustes e respectivos repasses, inclusive aqueles relativos à sua Fundação de Apoio, em seu sítio oficial, nos termos da Lei 12.527/2011; e
1.8.3. a adequação da cláusula quarta, inciso I, da nova minuta padrão de contrato de gerenciamento de convênio com a FAP elaborada em 2017, de forma a excluir a previsão de repasse de valor à contratada em parcela única, evitando-se autorização de pagamentos antecipados imotivados, uma vez que, considerando os princípios da razoabilidade e da economicidade, os repasses devem respeitar as necessidades de aporte financeiro do projeto, devendo estar discriminados em cronograma compatível com as necessidades do projeto;
1.9. Determinar à Secex/SP que monitore o cumprimento da determinação anterior.

ACÓRDÃO Nº 9317/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000332

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

retificar, por inexatidão material, o acórdão 7.978/2017 - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 29/8/2017, para que, em seu item 9, onde se lê: "VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos contra o acórdão 5.429/2017 - 2ª Câmara, que rejeitou embargos declaratórios opostos contra o acórdão 2.648/2017 - 2ª Câmara (...)", leia-se: "VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos contra o acórdão 5.429/2017 - 2ª Câmara, que rejeitou embargos declaratórios opostos contra o acórdão 2.684/2017 - 2ª Câmara (...)", mantidos os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-000.111/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Recorrente: Edilson Cardoso de Lima (CPF 142.044.952-49).

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Porto de Moz/PA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

1.7. Unidade Técnica: Não atuou.

1.8. Representação legal: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (OAB/PA 14.045) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9318/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 2º, inciso I; 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014, em apensar o presente processo ao TC-041.871/2012-0.

1. Processo TC-009.016/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Etélio de Carvalho Prado (CPF 016.051.435-53); Instituto para Preservação do Meio Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável - IATEC (CNPJ 03.163.012/0001-25); Marcia Souza Santos (CPF 199.659.315-34).

1.3. Unidade: Instituto para Preservação do Meio Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável - IATEC.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9319/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Herika Lima Fontenele, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e em dar ciência desta deliberação à responsável.

Quitação relativa ao subitem 9.5 do acórdão 3.274/2016 - 2ª Câmara.

- Hérika Lima Fontenele

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 08/03/2016
Valor Recolhido: R$ 5.091,50 Data do recolhimento: 17/06/2016

1. Processo TC-032.212/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC 026.259/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Classe de Assunto: II.

1.3. Responsável: Herika Lima Fontenele (CPF 467.982.003-97).

1.4. Unidades: Município de Machadinho D"Oeste/RO e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).

1.8. Representação legal: Não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9320/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com o acréscimo sugerido pelo Ministério Público junto ao TCU, e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno, em arquivar o processo em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 11, ao Fundo Nacional de Educação - FNDE, e dar-lhe ciência de que o excessivo período de tempo transcorrido na tramitação da TCE relacionada aos recursos repassados ao Município de Central do Maranhão/MA, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, no ano de 2003 (incluindo o saldo do Pnae de 2002), comprometeu o exercício da atividade de controle financeiro da gestão pública, razão porque deve a autoridade competente observar os prazos positivados na Instrução Normativa TCU 71/2012, sob pena de poder vir a ser responsabilizada pela Corte de Contas, conforme o art. 8º da Lei 8.443/1992.

1. Processo TC-035.035/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsável: Benedito de Souza Barros (CPF 027.477.153-53).

1.3. Unidade: Município de Central do Maranhão/MA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9321/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, 53 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação; em arquivar o processo sem julgamento de mérito, considerando os princípios da racionalização administrativa e da economia processual; e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 47, ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE de Castro/PR.

1. Processo TC-007.195/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Conselho de Alimentação Escolar - CAE de Castro/PR.

1.3. Unidade: Município de Castro/PR.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9322/2017 - TCU - 2ª Câmara

Visto este apelo interposto como recurso de reconsideração por Pangea - Centro de Estudos Socioambientais contra o acórdão 4.093/2012 - 2ª Câmara, que determinou a conversão do processo em tomada de contas especial e a adoção de medidas tendentes a identificar responsáveis e danos decorrentes do não atingimento das finalidades estabelecidas nos contratos de patrocínio 6000.0003059.04.2, 6000.0015123.05.2, 6000.0026565.06.2;

considerando que não cabe recurso em face de decisão que não julga o mérito, apenas converte processo em tomada de contas especial ou determina sua instauração, ou ainda determina a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 279 do Regimento Interno, em receber o expediente apresentado como mera petição; em receber a peça 145 como elementos de defesa no processo a ser instaurado em atendimento ao acórdão 4.093/2012 - 2ª Câmara, sem prejuízo das devidas citações e audiências; e em encaminhar os autos à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Estado do Rio de Janeiro - SecexEstat para que dê ciência desta deliberação e da instrução à peça 150 ao recorrente e demais interessados.

1. Processo TC-008.715/2011-4 (RECURSO - REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Recorrente: Pangea - Centro de Estudos Socio-Ambientais (CNPJ 01.250.754/0001-62).

1.3. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A..

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.8. Representação legal: Lilian Barcellos Turon (OAB/RJ 128.860) e outros, representando Pangea - Centro de Estudos Sócio-Ambientais; Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB/RJ 130.645) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A..

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9323/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas e com fundamento nos arts. 169, inciso III, 235, 237 e 276, inciso VII, do Regimento Interno, c/c os arts. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação e considera-la parcialmente procedente; em indeferir a medida cautelar pleiteada pela empresa Conexão Engenharia e Telecomunicações Ltda., ante a ausência dos pressupostos necessários para sua concessão; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 6, à representante e à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-028.280/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Conexão Engenharia e Telecomunicações Ltda. (CNPJ 04.127.876/0001-54).

1.3. Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 27/2017 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 9324/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.891/2017-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Felix Alves Vaz (517.569.607-63); Francisco Ferreira Lima (452.930.827-87); Francisco das Chagas do Nascimento (435.069.927-91); Hamilton Pinheiro Batista (639.452.317-87); Humberto Borges de Matos (624.704.777-00); Jorge Henrique dos Santos Roque (594.963.637-68); José Carlos Carozza (634.559.868-20); José Oliveira de Araújo (465.420.867-49); João Batista Dias Reis (677.936.657-91); Jussara Regis da Cunha (661.508.847-91).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9325/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.893/2017-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nilce de Jesus Claudino da Cunha (461.913.057-53); Raul Alberto Rasmusen Amaya (607.832.307-53); Renilda Penha de Carvalho (828.971.907-87); Ricardo Atta Abrahão (597.673.247-04); Rita de Cássia Arruda Monteiro (731.009.867-68); Ruth Rodrigues da Silva (806.972.087-53); Suely Lira da Silva

Figuerêdo (677.676.057-87); Valmira Aquino de Barros (339.043.675-87); Valéria de Souza Carmo (736.797.717-20); Vera Lúcia de Oliveira Silva (411.905.057-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9326/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.923/2017-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcos Hermont Blower (638.531.407-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Marítimo - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9327/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.194/2017-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sidney Barbosa de Arruda Fraga (032.538.234-40).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que corrija o fundamento legal do ato acima relacionado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9328/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.456/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helio Correa da Silva Junior (216.355.298-59); Pamela Priscila Leal Nogueira (124.814.887-84); Veronica da Silva Freire (299.382.638-79).

1.2. Órgão/Entidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9329/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.516/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Jorge Barboza da Silva (091.065.407-75); Carolina Bonisson Cardoso Pereira (104.004.747-51); Felipe Jardim Sampaio (113.096.977-01); Lamartine Pragana Galvão (013.063.887-08); Érica Cavalcanti de Albuquerque Dell Asem (083.015.807-39).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Osório - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9330/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 157 do Regimento Interno/TCU e 47 da Resolução/TCU n. 259/2014, em sobrestar a apreciação do ato de pensão civil a seguir relacionado, até o trânsito em julgado da Ação Ordinária n. 16392-67.2012.4.01.3900, que tramita no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.255/2013-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Márcio Werventon de Souza (533.457.112-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: Oswaldo Pojucan Tavares Junior, OAB/PA 1392, e outros, representando Márcio Werventon de Souza.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9331/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.104/2017-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cleide Belo da Silva (040.653.204-45); Maria Iêda Oliveira da Silva (767.409.274-72).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9332/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.105/2017-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Maria de Nazaré Ribeiro de Souza (132.096.713-20); Maria dos Aflitos Santos Albuquerque (037.026.263-87).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9333/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.106/2017-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Helena Varela (186.186.341-15); Maria de Lourdes Ferreira (220.478.831-72); Sheila Maria da Silva (619.953.636-34).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9334/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.135/2017-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aline Maria Santos da Silva (029.870.842-69); Leandro Santos da Silva (029.870.622-90); Luciene Gomes dos Santos (610.129.712-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9335/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.153/2017-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eva Correa do Nascimento (942.389.797-53); Julia Lettieri Ferreira (816.370.717-87); Maria Alice Reis Barbosa de Paiva da Silva (109.387.107-53); Mario Sergio Castelo Branco Ferreira (492.655.047-49); Sandra Mama Araujo Nunes (255.377.927-53).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que corrija os fundamentos legais dos atos acima relacionados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9336/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.154/2017-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Elizabete Vale de Azevedo (538.973.664-87).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que corrija o fundamento legal do ato acima relacionado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9337/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.569/2017-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessado: Sebastião Jose Cerquetani Piva (042.601.488-00).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9338/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.214/2017-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Amelia Christ Stein (022.739.137-37); Flauzina Moreira Roberto da Costa (021.270.667-58); Irene Carvalho do Nascimento (410.114.737-04); Julia Minicovski (012.296.397-05); Lidiane Ribeiro de Jesus Daczkowski (072.300.297-59); Maria Lucia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000334

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Felix de Oliveira (664.901.117-72); Maria do Rosario Zeni (034.568.247-50); Nedy Ribeiro Machado (423.967.197-34); Noemia de Souza Falcao (022.120.587-05); Severina Cardoso de Lira (080.651.397-79).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9339/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.219/2017-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Dalva Dias Marchinski (192.836.369-53).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9340/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.220/2017-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessado: Herminia Dantas de Almeida (200.758.205-87).

1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9341/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.325/2017-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Ana de Carvalho Demetrio (716.134.989-34); Hilda Joaquina de Mello (671.534.709-30); Osvaldo Pecini (321.643.869-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9342/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.328/2017-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Dionea Viana Rabelo (509.279.732-00); Raimunda Batista Pereira (329.580.302-10).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9343/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.331/2017-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Alda Lessa Valente (331.950.807-53); Helena Maria Hafers Penteado (537.612.278-68).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9344/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.739/2017-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Edelina Teofilo Moreira da Costa (816.792.038-00); Jane Werneck Cavalcanti (353.305.034-34).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9345/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.884/2017-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Izaura Martins de Andrade (142.347.181-49); Jorgina Martins Carneiro (272.584.671-49); Marisol Martins Carneiro (758.166.601-87); Mary Martins Carneiro Cruz (250.682.021-34); Nelia Maia Carneiro (406.357.407-53); Rita de Cassia Martins Carneiro (367.681.381-20); Vera Lucia Martins Carneiro (322.217.701-53).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9346/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.226/2017-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cledia Carvalho Silvestre (433.978.247-53); Cleia Carvalho Van Gasse (077.239.547-00); Cleme de Carvalho Caliço (690.452.167-87); Elaine Cristina da Serra e Silva (115.375.188-79); Eline Monteiro Martins (041.573.267-09); Gloria Maria da Conceicao Longo (659.597.527-00); Ieda Imbuzeiro Barroso (045.323.467-46); Juracy Lima Codeço (073.705.357-70); Leila de Almeida Graf (573.605.021-87); Maria Elisabete Henriques Meneghini (217.052.327-87); Maria Mirtes Silva de Almeida (042.620.277-59); Marline Monteiro Diniz Peixoto (041.608.587-32); Regina Sandra Rangel de Souza (549.849.397-53); Sandra Barbosa de Sousa (629.351.197-20); Solange Barbosa (774.130.327-91); Sonia Barbosa Bala (992.496.937-53); Sueli Barbosa (509.530.017-68); Teresinha da Silva Bandeira (153.173.401-44).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9347/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.229/2017-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Criseide de Oliveira Domingues (029.483.007-38); Elisabete Marques de Almeida (407.541.117-68); Elza Beatriz Martins Pimenta (025.193.907-35); Geni Batista Gomes Bandeira (405.399.977-49); Ludmila de Oliveira Domingues (029.426.877-46); Luzia Maria Gomes de Oliveira Tavares (935.498.577-72); Marcia Cristina Vaz Madeiro (068.684.737-70); Maria Alzira de Almeida Diniz (508.095.557-00); Maria Esthersita Rodrigues Alves Martins (027.319.407-00); Maria Regina Martins Damasio (035.348.117-39); Maria de Lourdes Medeiros Ferreira (272.510.207-34); Rita de Cassia Marques de Almeida (733.637.157-49); Rute Goncalves Madeiro (052.392.827-06); Vera Lucia Napolitano Correa (355.937.501-06); Veronica Albanus do Nascimento (017.158.080-02); Yvone Amaral Gomes Pires (068.518.437-49).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9348/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.231/2017-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Amelia Moreira Gavazza (072.463.047-38); Liege Irene da Silva Campos (286.102.881-53); Lucia Regina Ferreira Machado (020.781.787-13); Simi Lassery Rocha de Oliveira (028.614.827-70); Sonia Maria Salles dos Santos (101.751.087-30); Sonia Soler (061.130.367-15).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9349/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.233/2017-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Rosa Bitencourte (554.338.630-34); Antonia Ribeiro da Silva (252.946.520-72); Eva Silva Cesar (024.425.900-34); Fatima Kraemer Stone (272.799.010-34); Francinete Rosa Bitencourte (554.006.550-68); Gilda Maria Kruchin (250.273.790-72); Helena Beatriz Baroni Luz (217.633.300-44); Heloisa Baroni Tedesco (363.482.100-06); Jandira da Silva Job (638.400.140-34); Joice Kraemer Stone (345.073.700-78); Joseane Lima dos Santos (712.856.280-04); Marcia Ribeiro Baroni (471.878.830-72); Maria Daparecida Vicente Silva (208.398.470-68); Maria Nilza Nunes de Oliveira (529.006.060-04); Mariecy da Silva Alves (409.770.990-91); Noemi Ruszkowski Lempeck (507.136.470-00); Sonia Maria de Souza (257.192.380-34).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9350/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.235/2017-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Luiza Fink (718.646.799-72); Ana Valeria Fink (580.052.939-68); Cely Nancy Goncalves Mendes Wanrowsky (020.360.209-92); Ligia Virmond Stockler (610.171.679-15).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000335

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9351/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.236/2017-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria Holanda da Silva (528.607.524-04).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9352/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.238/2017-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aceli Davi Mundim (101.958.741-53); Elisa de Oliveira Santos (602.694.301-30); Helena Tepedino Martins (539.228.161-34); Heloísa Tepedino Martins (301.597.921-34); Iara Pacheco Burbann (494.909.661-34); Jaci Ribeiro Venturini (793.617.061-87); Judith Piragibe Carnaval Pereira da Rocha (550.203.807-68); Lurdes Maria Munhoz Rodrigues (267.007.191-00); Maria Luiza Tepedino Martins (067.792.801-78); Maria Luiza Vilalba Donat (220.587.101-34); Maria Nazilde Santos Dório (459.455.941-72); Raimunda Jorge Pinto Bezerra (301.211.671-00); Valéria Cristina Bezerra Pires (332.699.711-68); Vera Regina Munhoz Vilalba (462.027.571-91); Wilma Regia Bezerra Pires (185.777.251-20).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9353/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.345/2017-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Maria Antonia Pinto (138.473.738-38); Zoraide Aparecida Pissinatti da Silva (142.596.448-66).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9354/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.224/2017-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Belmar Galvão (318.611.487-04).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9355/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.336/2017-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: João Maria Theodoro da Silva (008.038.980-53); Osvaldo Vaz da Silva (041.981.740-91).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9356/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.337/2017-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Miguel Domingues do Prado (147.763.599-87).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9357/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.341/2017-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Claret da Rocha (093.414.556-34); Claudio Peres (024.602.890-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9358/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-025.944/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Município de Betânia/PE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Betânia/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5.oUnidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Informar:

1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 59, §§ 4º ao 8º, da Portaria Interministerial MP/MF/MTFC n. 424/2016, que rege a matéria, e que a inscrição e o cancelamento no cadastro de inadimplentes do Cauc, Siafi ou Cadin são de competência dos órgãos repassadores.

RELAÇÃO Nº 37/2017 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 9359/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.133/2017-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ezio Okumura CPF (663.381.318-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Sorocaba/SP (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9360/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.603/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hélio Luiz Lima de Moraes (CPF 162.849.334-87); Iara Barbosa dos Santos (CPF 011.545.353-98); Inaury Cabral Passos (CPF 166.832.264-15); Jahilton Augusto Tonhá de Lopes (CPF 961.363.755-91); Jamilton Dias de Sousa (CPF 711.213.906-68); Janeska Maria Tinoco Rapozo (CPF 034.162.934-01); Jorgenildo Gonçalves de Farias (CPF 514.483.864-20); Jose Natan Macedo de Sousa (CPF 231.238.263-68); Jovana Diniz (CPF 024.273.296-81) e Léia Dantas Guimaraes (CPF 558.490.162-87).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9361/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.604/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lilon Flávio Feitosa Nunes (CPF 771.708.223-34); Lissandro Tarso (CPF 895.893.000-49); Luciana Gomes (CPF 073.799.767-29); Luciana Willemann Coutinho (CPF 017.807.837-95); Luciano Garcia (CPF 002.277.538-28); Lucio Flavio Santos Ferreira (CPF 553.768.353-91); Marcelo Brockestayer (CPF 863.889.671-91); Marcelo Vinicius de Andrade (CPF 157.505.298-94); Marcia Cristina Ribeiro de Carvalho (CPF 004.388.353-28) e Marcone Pereira Amorim (CPF 031.031.786-03).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9362/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.606/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rita de Kássia Batista Moreira (CPF 004.117.783-58); Rodrigo Duraes de Vasconcellos (CPF 026.225.206-62); Rodrigo de Almeida Prado (CPF 120.225.558-21); Rogerio Alessandro de Faria (CPF 340.471.208-04); Rosineide Andrade Landim (CPF 829.018.131-00); Sheila Fantin Buratti (CPF 033.608.709-80); Tania Moreira Area Leão (CPF 470.613.593-15); Valter Ferreira de Amorim (CPF 816.530.503-49); Valter dos Santos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000336

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sousa (CPF 577.436.062-87) e Vinicius Macedo Tavares (CPF 000.073.443-84).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9363/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Orildo Antônio Severgnini, como ex-prefeito de Major Vieira - SC (gestões: de 2001 a 2004 e de 2005 a 2008), diante da parcial impugnação das despesas inerentes aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao aludido município no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE);

Considerando que, na presente TCE (em valores atualizados até 1/1/2017), foi apurado o débito no montante de R$ 40.711,35 (quarenta mil, setecentos e onze reais e trinta e cinco centavos);

Considerando que, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento, ao TCU, dos processos de tomada de contas especial, a IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016) estabeleceu, em seu art. 6º, inciso I, que pode ficar dispensada a instauração da TCE, quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 100.000,00;

Considerando que o art. 19 do referido ato normativo estendeu as disposições contidas no aludido art. 6º às tomadas de contas especiais ainda pendentes de citação válida e em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, como esta TCE apresenta o débito inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), o Tribunal pode determinar o arquivamento destes autos, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja dada a devida quitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso I, e 19, caput, da IN TCU nº 71/2012 (com a redação conferida pela IN TCU nº 76/2016), em arquivar a presente tomada de contas especial, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443, de 1992, sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor (Sr. Orildo Antônio Severgnini) para que lhe seja dada a quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.921/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Orildo Antônio Severgnini (CPF 445.512.079-34).

1.2. Entidade: Município de Major Vieira/SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/SC que:

1.7.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem prejuízo de recomendar que a aludida entidade adote as medidas cabíveis para obter o eventual ressarcimento do erário por outros meios adequados; e

1.7.2. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao responsável para que, se desejar, solicite o desarquivamento do presente processo com vistas ao prosseguimento do feito para o seu julgamento ou, ainda, efetue o pagamento do débito para que lhe possa ser dada a quitação, em sintonia com o art. 19, § 2º, da IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016).

ACÓRDÃO Nº 9364/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI (atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC) em desfavor da Sra. Vera Lúcia Canfran Mas, por força do Acórdão 6.994/2010 (Relação nº 31/2010) prolatado pela 2ª Câmara do TCU no âmbito do TC-012.067/2005-3, determinando, no seu item 1.6.1.2, que a Secretaria-Executiva do MCTIC adotasse as providências com vistas à reposição dos valores pagos a título de auxílio moradia em favor dos seus servidores;

Considerando que, por meio do Acórdão 7.446/2016-2ª Câmara, o TCU acolheu parcialmente as alegações de defesa da Sra. Vera Lúcia Canfran Mas e fixou o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para que ela comprovasse o recolhimento de R$ 148.179,46, (cento e quarenta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), a título de indevido auxílio-moradia, compreendendo o principal e a atualização monetária, mas excluídos os juros;

Considerando que, regularmente notificada do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, a Sra. Vera Lúcia Canfran Mas acostou à Peça nº 52, por meio do seu procurador (Sr. Airton Rocha Nóbrega - OAB/DF 5.369), o pedido de parcelamento do débito em 90 vezes "*a exemplo do que se tem concedido a bolsistas do CNPq e a outros devedores com dificuldade de assunção de encargo de maior monta*", alegando, em síntese, que embora deseje quitar a dívida, não detém plenas condições econômicas para fazê-lo, em uma única vez ou em sintonia com o parcelamento ordinariamente deferido com 36 parcelas;

Considerando que, tendo em vista o elevado valor da dívida em face da renda da responsável, o TCU prolatou o Acórdão 9.902/2016-2ª Câmara, em 30/8/2016, e, em caráter excepcional, autorizou o parcelamento do débito imposto à Sra. Vera Lucia Confran Mas por intermédio do item 9.2 do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, em 90 (noventa) parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira parcela para 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, e o vencimento das demais parcelas para cada 30 (trinta) dias, na forma da legislação em vigor;

Considerando que a Sra. Vera Lucia Confran Mas compareceu novamente aos autos, em 6/9/2016, apresentando o documento intitulado "Recurso de Revisão" (Peça nº 64), de sorte que, ao alegar a sua incapacidade financeira e a inexistência de dolo em qualquer ato praticado, como servidora do então MCTI, ela requereu a modificação do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, com a "*redução do débito imposto, aplicando-lhe o valor mínimo de multa imposta pelo TCU, montante este possível de ser quitado e proporcional ao erro administrativo cometido*";

Considerando que o art. 201, § 1º do RITCU, determina que: "*preliminar é a decisão pela qual o relator ou o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação ou a audiência dos responsáveis, rejeitar as alegações de defesa e fixar novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo*";

Considerando que o art. 279 do RITCU estabelece que não cabe recurso contra as decisões preliminares do Tribunal, aduzindo, em seu parágrafo único, que, se a parte intentar o suscitado recurso, a documentação encaminhada será aproveitada como defesa, sempre que possível;

Considerando que a Resolução TCU nº 36, de 1995, também trata desse assunto, explicitando, em seu art. 23, § 1º, que não cabe recurso em face de decisão que não julga o mérito das contas, mas apenas fixa o prazo para o recolhimento de recursos federais;

Considerando que, nos termos do § 2º do art. 23 da aludida Resolução TCU nº 36, de 1995, caso o responsável não recolha a importância devida, os novos elementos de defesa serão avaliados, quando do julgamento das contas;

Considerando, pelo exposto, que a documentação acostada pela Sra. Vera Lucia Confran Mas à Peça nº 64 deve ser recebida como mera petição, diante do não cabimento de recurso e da ausência de decisão definitiva de mérito, nos termos dos arts. 201 e 279 do RITCU e do art. 23 da Resolução TCU nº 36, de 1995;

Considerando que, caso a responsável não recolha a importância devida, a Peça nº 64 será analisada apenas como novo elemento de defesa, quando do julgamento do mérito do correspondente processo, mas ela perderá o eventual benefício do afastamento dos juros moratórios, além de ter de arcar com a multa legal no valor de até 100% sobre o montante do débito atualizado monetariamente;

Considerando que é nesse sentido o parecer da Serur à Peça nº 65;

Considerando, enfim, que, em respeito ao princípio da razoabilidade, pode-se fixar o novo e improrrogável prazo para que a responsável promova o efetivo recolhimento do débito imputado por intermédio do item 9.2 do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, autorizando, em caráter excepcional, o parcelamento da dívida em 90 (noventa) parcelas, a exemplo do Acórdão 9.902/2016 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, em 30/8/2016;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno do TCU e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher, como mera petição, o expediente apresentado à Peça nº 64 pela Sra. Vera Lucia Confran Mas, diante do não cabimento de recurso e da ausência de decisão definitiva de mérito, nos termos dos arts. 201 e 279 do RITCU e do art. 23 da Resolução TCU nº 36, de 1995, informando-lhe que, caso a responsável não recolha a importância devida, a Peça nº 64 será analisada apenas como novo elemento de defesa, quando do julgamento do mérito do correspondente processo, mas ela perderá o eventual benefício legal do afastamento dos juros moratórios, além de ter de arcar com a multa legal no valor de até 100% sobre o montante do débito atualizado monetariamente;

b) fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Sra. Vera Lucia Confran Mas efetue o pagamento do débito imputado por intermédio do item 9.2 do Acórdão 7.446/2016-TCU-2ª Câmara, ficando autorizado, em caráter excepcional, o parcelamento da referida dívida em 90 (noventa) parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira parcela para 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o vencimento das demais para cada 30 (trinta) dias, na forma da legislação em vigor; e

c) fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-019.226/2014-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Vera Lucia Canfran Mas (CPF 343.471.001-91).

1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

1.6. Representação legal: Airton Rocha Nobrega (OAB/DF 5.369) e outros, representando Vera Lucia Canfran Mas.

1.7. Determinar à SecexDesenvolvimento que:

1.7.1. informe a responsável que a liquidação tempestiva do débito, apenas atualizado monetariamente, saneará o processo e permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, ao passo que a falta desse pagamento resultará no julgamento pela irregularidade das contas com imputação do débito, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, além da aplicação de multa na proporção de até 100% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do art. 202 do Regimento Interno do TCU; e

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão à responsável e ao atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 9365/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, diante da falta de ressarcimento financeiro (remuneração) referente à cessão da servidora pública (Sra. Nilze Maria Costa e Silva, matrícula nº 4.107.241) por ter ocupado o cargo de Administradora do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS;

Considerando que, por meio do Acordão 8.740/2016-2ª Câmara, ao rejeitar a defesa do Estado do Ceará, o TCU fixou o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a referida unidade da federação comprovasse, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da importância de R$ 106.826,18 (cento e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e dezoito centavos), atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, autorizando, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento;

Considerando que, à Peça nº 37, o Estado do Ceará apresentou a documentação intitulada como recurso de consideração;

Considerando que, em nova apreciação por intermédio do Acórdão 13.229/2016-2ª Câmara, o TCU decidiu receber o expediente acostado à Peça nº 37 como mera petição com elementos complementares de defesa, nos termos dos arts. 201 e 279 do RITCU e do art. 23 da Resolução TCU nº 36, de 1995, e decidiu rejeitar a defesa complementar apresentada, com fulcro nos arts. 12, §§ 1º e 2º, e 22, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 202, § 3º, do RITCU, para fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Estado do Ceará comprovasse, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da importância de R$ 106.826,18 (cento e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e dezoito centavos) aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

Considerando que, a partir da análise das Peças nºs 63 e 64, constatou-se o ressarcimento integral do débito imputado ao Estado do Ceará, com a devida atualização monetária, conforme a Guia de Recolhimento da União - GRU acostada à Peça nº 62, sob o valor de R$ 139.611,13 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e onze reais e treze centavos), tendo, como unidade favorecida, a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde;

Considerando, pelo exposto, que, à vista do recolhimento do débito imputado pelo Acordão 8.740/2016-TCU 2ª Câmara, podem as contas do Governo do Estado do Ceará serem julgadas regulares com ressalva, com fundamento no art. 202, §4º, do RITCU, expedindo a quitação da dívida;

Considerando, por fim, que são nesse sentido os pareceres da unidade técnica (Peça nº 65) e do Ministério Público junto ao TCU (Peça nº 67);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208, 214, inciso II e 218, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva as contas do responsável relacionado no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhe quitação;

b) expedir a quitação ao responsável relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante do recolhimento integral do débito que lhe foi imputado pelo Acordão 8.740/2016 prolatado pela 2ª Câmara do TCU na Sessão Ordinária do dia 26/7/2016 (Ata nº 26/2016); e

c) fazer a determinação abaixo indicada:

Valor original do débito: R$ 106.826,18 / Data de origem do débito: 7/6/2013

Valor recolhido	Data do recolhimento
R$ 139.611,13	29/06/2017

1. Processo TC-020.827/2014-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Governo do Estado do Ceará (CNPJ 07.954.480/0001-79).

1.2. Entidade: Estado do Ceará (CNPJ 07.954.480/0001-79).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que envie cópia deste Acórdão e do parecer da unidade técnica ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, ao Governo do Estado do Ceará, na pessoa do Procurador-Geral do Estado, e à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

ACÓRDÃO Nº 9366/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada a partir do do Ofício nº 518/17 - SECPL (Peça nº 1) enviado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), com a comunicação sobre a apreciação da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Manaíra, para o exercício de 2012 (TC nº 05264/13), diante da identificação de irregularidades em obras custeadas com recursos federais, anexando, para tanto, a cópia do Acórdão 715/2016 e do respectivo Relatório (Peça nº 2)

Considerando que, no aludido TC nª 05264/13, foram identificadas irregularidades com a participação de recursos federais nas seguintes obras públicas:

a) construção de praça prevista no Contrato de Repasse nº 0305356-57 (Siafi nº 717744) celebrado pela Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, e o referido município, diante do pagamento em excesso no valor de R$ 9.594,78 (parcela federal) referente aos serviços relativos ao monumento e aos equipamentos do playground, a despeito de estarem incompletos, uma vez que ainda não tinham sido assentados e encontravam-se guardados em depósitos da prefeitura; e

b) edificação de uma quadra na Escola Cícero Rabelo Nogueira, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 0373435-21 (Siafi nº 767124) celebrado pela Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Esporte, e o citado município, diante do pagamento em excesso no valor de R$ 34.181,01 (parcela federal) referente a serviços não executados, conforme a planilha acostada à Peça nº 2 (p. 32/33);

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, vez que: o representante tem legitimidade para representar ao TCU, nos termos do referido art. 237, inciso IV; a matéria é de competência do TCU e se refere à administrador sujeito à sua jurisdição; a inicial está redigida em linguagem clara e objetiva, com o nome legível do representante, a sua qualificação e o seu endereço; e petição está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou à ilegalidade noticiada;

Considerando, contudo, que compete primariamente à Caixa, na qualidade de entidade repassadora, fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos, de sorte que, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443, de 1992, deve instaurar a devida tomada de contas especial para a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a obtenção do ressarcimento ao erário, caso o valor do débito seja superior ao estabelecido no art. 6º da IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), e, na eventualidade de o valor do débito ser inferior ao aludido limite, adotar as medidas cabíveis para obter o ressarcimento do erário por outros meios adequados;

Considerando pelo exposto, que, no presente momento, não se mostra adequada a atuação mais imediata e direta do TCU, podendo essa atuação ser diferida para o momento futuro, quando se der o eventual ingresso, neste Tribunal, das tomadas de contas especiais eventualmente instauradas pela Caixa, de sorte que, assim, pode ser considerada prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Considerando, de todo modo, que se mostra essencial determinar à Caixa que promova a necessária apuração das falhas comunicadas nestes autos, devendo informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contas da ciência desta deliberação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, e 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso I do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e nos arts. 36, 37 e 40 da Resolução TCU nº 259, de 2014, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.910/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB).

1.2. Entidade: Município de Manaíra/PB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1.à Caixa Econômica Federal que promova a necessária apuração das falhas apontadas nestes autos e, se for o caso, instaure as devidas tomadas de contas especiais, sem prejuízo de, na eventualidade de o valor do débito ser inferior ao limite estabelecido no art. 6º da IN TCU nº 71/2012 (com a redação dada pela IN TCU nº 76/2016), adotar as medidas cabíveis para obter o ressarcimento do erário por outros meios adequados, informando o TCU sobre o resultado das correspondentes apurações no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência desta deliberação;

1.7.2. à Secex/PB que:

1.7.2.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao representante, ao Ministério do Turismo (MTur) e ao Ministério do Esporte;

1.7.2.2. encaminhe cópia do presente Acórdão, além da cópia destes autos, à Caixa, para subsidiar o cumprimento da determinação proferida pelo item 1.7.1 deste Acórdão; e

1.7.2.3. arquive os presentes autos, sem prejuízo de determinar que a unidade técnica promova o monitoramento da determinação proferida pelo item 1.7.1 deste Acórdão.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9367 a 9398, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 9367/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-001.240/2015-3.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Dorvalino Santana Alvarez (467.461.960-20), Eugênio da Costa Arsky (483.204.551-20), José Edmilson Leite Barbosa (209.338.943-68) e Rubens Portugal Bacellar (186.710.639-68).

4. Entidade: Município de Caririaçu/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação Legal: Marcos Ronny Moura Saldanha, OAB/CE 9.837.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em desfavor do Sr. José Edmilson Leite Barbosa, Prefeito de Caririaçu/CE no período de 2009 a 2012, em razão do não encaminhamento da documentação necessária para compor a prestação de contas dos recursos repassados por meio do Convênio 741/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas do Sr. José Edmilson Leite Barbosa, dando-se-lhe quitação plena;

9.2. acolher as razões de justificativa dos Srs. Dorvalino Santana Alvarez, Eugênio da Costa Arsky e Rubens Portugal Bacellar;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9367-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9368/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.142/2013-7.

1.1. Apenso: TC 001.565/2016-8

2. Grupo II - Classe - I - Recursos de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Interessados/Recorrentes:

3.1. Responsável: Aércio Alvarenga da Silva (CPF 501.127.321-00).

3.2. Recorrente: Aércio Alvarenga da Silva (CPF 501.127.321-00).

4. Órgãos/Entidades: Município de Santa Maria de Itabira-MG e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator(a) da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandro João de Moraes Faleiros (OAB/MG 84.073-B), Fernanda Lage Martins da Costa (OAB/MG 77.929), Gelle Cassiana Miranda (OAB/MG 156.103), Joab Ribeiro Costa (OAB/MG 72,254), Júlio César Vieira Rios (OAB/MG 141.878), representando Aércio Alvarenga da Silva (procurações e substabelecimentos às peças 11, 19, 37 e 40).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE), ora em fase de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Aércio Alvarenga da Silva contra o Acórdão 2.659/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração em exame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Chefe da Controladoria-Geral da União no Estado de Minas Gerais e, em complemento ao subitem 9.10 do Acórdão 2.659/2015-TCU-2ª Câmara, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República naquele ente federativo e ao Superintendente Estadual da Funasa, fazendo remissão, no caso desses três últimos destinatários, aos Ofícios 1.079/2015, 1.078/2015 e 1.077/2015 expedidos pela Secex-MG em 28/5/2015 (peças 30, 33 e 34), respectivamente.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9368-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes (1ª Revisora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9369/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.995/2013-0.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Aposentadoria).

3. Embargantes: Ministério Público do Trabalho, por meio do seu representante legal, Procurador-Geral do Trabalho, Luiz Antônio Camargo de Melo, Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães (CPF 233.605.939-87) e Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro (CPF 094.331.555-72).

4. Unidade: Ministério Público do Trabalho.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

8. Representação legal: Ronaldo Ferreira Tolentin (OAB/DF 17.384) - peça 22; Melissa Folmann (OAB/PR 32.362) - peças 27 e 54; Aristides Junqueira Alvarenga (OAB/DF 12.500); Luciana Moura Alvarenga Siminoni (OAB/DF 1.878-A) - peça 60; Aracéli Alves Rodrigues (OAB/DF 26.720 e OAB/RJ 169.971) e Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256 e OAB/RJ 170.271) - peça 90; e Francine Salgado Cadó (OAB/RS 104.437) - peça 91 e outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000338

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se examinam embargos de declaração opostos ao Acórdão 7.337/2014-TCU-2ª Câmara, por parte da Sra. Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro, e contra o Acórdão 154/2015-TCU-2ª Câmara, que concedeu provimento parcial a embargos impetrado contra o Acórdão 7.337/2014-TCU-2ª Câmara, proferido em sede de pedidos de reexame.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro contra o Acórdão 7.337/2014-TCU-2ª Câmara, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público do Trabalho contra o Acórdão 154/2015-TCU-2ª Câmara, para, no mérito, rejeitá-los, esclarecendo que:

9.2.1. é irregular o pagamento de VPNI de quintos/opção para servidores ativos e inativos, que recebem remuneração ou proventos no regime de subsídio, salvo para evitar, por ocasião da implantação da nova estrutura remuneratória, que ocorreu em janeiro/2005, irredutibilidade remuneratória, devendo o quantum ser pago na forma de VPNI e ser absorvido nos aumentos subsequentes da implantação do subsídio do cargo respectivo;

9.3. conhecer dos embargos de declaração opostos por Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, esclarecendo que:

9.3.1. a contribuição previdenciária poderá ser recolhida somente sobre o tempo de advocacia privada que vier a ser efetivamente computado para a concessão da aposentadoria com base no artigo 3º da EC 47/2005, no caso em exame, 340 (trezentos e quarenta) dias;

9.3.2. o documento hábil para a comprovação do tempo de exercício da advocacia, para fins de aposentadoria, deve ser a certidão expedida pelo INSS, comprovando ter havido o recolhimento da obrigatória contribuição previdenciária, devendo tal documento ser providenciado junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, a quem cabe o cálculo e emissão da Guia referente ao recolhimento das contribuições previdenciárias, de acordo com as suas normas e regulamentos aplicáveis ao caso.

9.4. retificar o subitem 9.3.2 do Acórdão 1.741/2014-TCU-2ª Câmara, para que a redação passe a ser:

"9.3.2. determinar ao Ministério Público do Trabalho que convoque a interessada Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, apresentar a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao tempo laborado no exercício da advocacia (340 dias), referente ao período que efetivamente tiver sido computado/averbado para fins de aposentadoria. Em caso de não se comprovar o referido recolhimento dentro desse prazo, seja providenciada a reversão da inativa, por insuficiência de tempo de serviço para continuar aposentada";

9.5. dar ciência desta deliberação aos embargantes e à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9369-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9370/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.966/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Alberto Olsson (076.327.620-00); Cristina de Souza Aspesi (467.317.500-00); Gabriella Olsson Lisboa (010.894.730-01); L&c Editora Ltda (06.132.091/0001-03); Renato Vargas Saibro (409.038.340-49)

3.2. Recorrentes: Carlos Alberto Olsson (076.327.620-00); Gabriella Olsson Lisboa (010.894.730-01); Renato Vargas Saibro (409.038.340-49); e L&C Editora Ltda (06.132.091/0001-03).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: Aline Akemi Freitas (OAB/SP 246.891), Ana Carolina Paulon Capozzi (OAB/SP 356.133), Kátia Regina Camila Catalano (OAB/SP 217.039), Thaís Ornellas Gomes Candido (OAB/RJ 170.314), procurações constantes das peças 72, 73 e 82.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Carlos Alberto Olsson, Gabriella Olsson Lisboa, Renato Vargas Saibro e L&C Editora Ltda. contra o Acórdão 7.866/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenando-os em débito solidário e lhes aplicando a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, com vistas a alterar os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 7.866/2016-TCU-2ª Câmara, a fim de excluir da presente relação processual a Sra. Gabriela Olsson Lisboa e os Srs. Carlos Alberto Olsson e Renato Vargas Saibro, retificar a data para incidência da atualização monetária e dos juros de mora sobre o valor do débito e modificar o cofre credor da dívida, na forma da redação a seguir:

"9.2. julgar irregulares as contas da L&C Editora Ltda. (CNPJ 06.132.091/0001-03), condenando-a ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional da Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir dos termos iniciais indicados, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Parcelas	Débito (R$)	Termo inicial
Primeiro repasse	199.068,30	6/7/2006
Segundo repasse	154.830,90	26/9/2006
Valor residual	88.474,80	17/11/2007

9.3. aplicar à L&C Editora Ltda. (CNPJ 06.132.091/0001-03) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes/interessados.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9370-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9371/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.812/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Cleide Maria Pereira de Freitas (991.454.644-72).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria em favor de Cleide Maria Pereira de Freitas (991.454.644-72), concedendo-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas adote as providências cabíveis para excluir a parcela ilegal apontada nestes autos da estrutura de proventos em favor de Cleide Maria Pereira de Freitas, sem prejuízo de informar à autoridade administrativa omissa que ela pode se sujeitar à responsabilidade solidária pelo dano ao erário, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, devendo o órgão de origem informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da ciência deste Acórdão; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9371-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9372/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.555/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Solicitação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Município de Porto Walter - AC (63.603.625/0001-68).

3.2. Responsável: Neuzari Correia Pinheiro, ex-prefeito (091.154.632-49).

4. Órgão/Entidade: Município de Porto Walter-AC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Representação legal: Aroldo Carvalho Lima, procurador jurídico do Município de Porto Walter - AC.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de instauração de tomada de contas especial formulada por Aroldo Carvalho Lima, procurador jurídico do Município de Porto Walter-AC, em face de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao município, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da solicitação de instauração de tomada de contas especial, por falta de legitimidade do solicitante e da inoportunidade do pedido, com fundamento no art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 4º da IN-TCU 71/2012, com as alterações promovidas pela IN-TCU 76/2016;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados/responsáveis, inclusive ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9372-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000339

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9373/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.967/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Solicitação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Município de Brasiléia - AC
3.2. Responsável: Everaldo Gomes Pereira da Silva.
4. Órgão/Entidade: Município de Brasiléia - AC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
8. Representação legal: Pedro Diego Costa do Amorim, procurador do Município.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de instauração de tomada de contas especial formulada por Pedro Diego Costa do Amorim, procurador do Município de Brasiléia - AC, em face de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao convenente, por intermédio do Ministério da Defesa, com a interveniência do Departamento do Programa Calha Norte (DEPCN),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer da solicitação de instauração de tomada de contas especial, por falta de legitimidade do solicitante e da inoportunidade do pedido, com fundamento no art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 4º da IN-TCU 71/2012, com as alterações promovidas pela IN-TCU 76/2016;
9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados/responsáveis, inclusive ao Ministério da Defesa; e
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9373-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9374/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.259/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Roseane Maria Martins Cerqueira (386.902.334-15).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, 45, da Lei nº 8.443, de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Roseane Maria Martins Cerqueira, negando-lhe o correspondente registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente até a data da ciência desta deliberação, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput, do RI, 8º, caput, da Res. TCU 206/2007;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, emita novo ato livre da irregularidade apontada;
9.4. determinar que a Sefip monitore a determinação contida no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.
9.5. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9374-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9375/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC - 026.085/2017-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Solicitação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Município de Brasiléia - AC.
3.2. Responsável: Everaldo Gomes Pereira da Silva.
4. Órgão/Entidade: Município de Brasiléia - AC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
8. Representação legal: Pedro Diego Costa do Amorim, procurador do Município.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo de solicitação de instauração de tomada de contas especial formulada por Pedro Diego Costa do Amorim, procurador do Município de Brasiléia - AC, em face de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao município por intermédio do Ministério da Integração Nacional,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer da solicitação de instauração de tomada de contas especial, por falta de legitimidade do solicitante e da inoportunidade do pedido, com fundamento no art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 4º da IN-TCU 71/2012, com as alterações promovidas pela IN-TCU 76/2016;
9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados/responsáveis, inclusive ao Ministério Ministério da Integração Nacional; e
9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9375-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9376/2017 - TCU - 2ª Câmara.

1. Processo TC 019.764/2010-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Nilson Costa Peres (035.682.298-20).
4. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: Deana da Conceição (OAB/DF 13.317).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria de Nilson Costa Peres, instituída no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Nilson Costa Peres, em virtude da transposição de regime celetista para estatutário sem respaldo legal, bem como em razão da absorção a menor do valor da rubrica vantagem individual nominalmente identificada;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação pelo órgão de origem, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU; 8º, caput, da Resolução 206/2007-TCU e 15, caput, da Instrução Normativa 55/2007-TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido; e
9.3.3. encaminhe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelo interessado, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução 170/2004-TCU.
9.4. alertar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil de que, em sede de apreciação de atos para fins de registro, nas situações em que há necessidade, conforme determina o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas da União oportuniza o prévio contraditório e a ampla defesa aos interessados cujos atos são julgados ilegais, de modo que não se faz necessária a instauração de novo processo administrativo para a adoção de tais procedimentos, uma vez que as decisões desta Corte de Contas já determinam que os servidores retornem à condição de celetistas, ao fixar prazo para a que sejam cessados os pagamentos decorrentes do ato impugnado.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9376-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9377/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.327/2013-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Agência de Desenvolvimento dos Municípios da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba - Agência MVRG-PR (04.632.000/0001-65); José Carlos Pinheiro Becker (493.265.389-15); Décio José Ventura (051.163.808-66); Selma Xavier Pontes (087.362.768-71).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional em desfavor da Agência de Desenvolvimento dos Municípios da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba - AMVRG-PR e de José Carlos Pinheiro Becker, em razão de omissão do dever de prestar contas do Termo de Parceria 51/2006, (Siafi 560413), cujo objeto era o fortalecimento de pequenas agroindústrias familiares, visando a geração de emprego e renda;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "a"; 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Décio José Ventura e Selma Xavier Pontes e excluí-los da relação processual;
9.2. com fulcro nos arts. 171, 174 e 176 do Regimento Interno do TCU, declarar, ex officio, a nulidade da citação promovida em face da Agência de Desenvolvimento dos Municípios da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba - AMVRG-PR e excluí-la da relação processual;
9.3. julgar irregulares as contas de José Carlos Pinheiro Becker e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
290.000,00	30/6/2006

9.4. aplicar a José Carlos Pinheiro Becker a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas do responsável em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.8. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000340

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9377-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9378/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.818/2015-0

2. Grupo I - Classe - I - Pedido de Reexame (em processo de Representação).

3. Responsáveis/Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessada: Engesoftware Tecnologia S/A (CNPJ 00.681.946/0001-60).

3.2. Recorrente: Engesoftware Tecnologia S/A (CNPJ 00.681.946/0001-60).

4. Órgãos/Entidades: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator(a) da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Torreão Braz Filho (OAB/DF 9.930), Bárbara de Andrade Cunha e Toni (OAB/DF 29.280), Lauriene Francisca de Oliveira Alvim (OAB/DF 35.569), Luciano Ribeiros Reis Barros (OAB/DF 21.701) e Luis Gustavo Freitas da Silva (OAB/DF 23.371), representando a empresa Engesoftware Tecnologia S/A (procuração à peça 3, p. 4 e substabelecimento à peça 45, p. 2).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, ora em fase de Pedido de Reexame interposto pela empresa Engesoftware Tecnologia S.A. contra o Acórdão 11.148/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinado com os arts. 285 e 286 do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame em tela, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à empresa recorrente e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fazendo remissão, no caso desta última destinatária, ao Ofício 2451/2015-TCU/Selog, de 9/12/2015 (peça 17).

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9378-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9379/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.114/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador).

3.2. Responsável: Adair Dornas dos Santos (548.946.706-15).

3.3. Recorrente: Adair Dornas dos Santos (548.946.706-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Manso - MG.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Adair Dornas dos Santos, ex-prefeito de Rio Manso-MG, mandato de 2009-2012, contra o Acórdão 9414/2016 - TCU - 2ª Câmara que, em sede de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em seu desfavor, julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento de débito R$ 100.000,00 (cem mil reais) e multa de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) em virtude da impugnação integral das despesas do Convênio 741207/2010 (Siconv/Siafi), cujo objeto visava incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do projeto denominado "XV Rodeio de Rio Manso-MG".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Adair Dornas dos Santos para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9379-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9380/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.563/2017-7

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Representante: JW - Construção e Serviços de Locação Ltda. - ME (CNPJ 10.764.432/0001-22).

3.1. Interessada: Venância Engenharia Ltda. - EPP (CNPJ 07.045.671/0001-18).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Teolândia/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - Secex/BA.

8. Representação legal: Renato de Vasconcelos Munduruca (OAB/BA 37.723 e OAB/SP 349.448) e outros.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, da JW - Construção e Serviços de Locação Ltda. - ME, sobre possíveis irregularidades na Concorrência 002/2017, realizada pela Prefeitura Municipal de Teolândia/BA no sentido de contratar empresa de engenharia para execução de obras de implantação de espaço educativo com 12 salas de aula, na sede do município, por meio do Programa de Ações Articuladas - PAR, com recursos obtidos junto ao Ministério da Educação/FNDE, no valor estimado de R$ 2.866.235,35.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar;

9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Teolândia/BA de que, na Concorrência 002/2017, foram identificadas as seguintes irregularidades em afronta ao art. 40 da Lei 8.666/1993:

9.3.1. ausência, no edital, de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários e do cronograma físico-financeiro;

9.3.2. não indicação dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância com os elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto.

9.4. dar ciência deste acórdão à Prefeitura Municipal de Teolândia/BA, à Venância Engenharia Ltda. - EPP e à representante; e

9.5. arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9380-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9381/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.874/2017-2

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil

3. Interessado: Francisco José da Silva (CPF 007.932.132-15).

4. Unidade: Advocacia-Geral da União - AGU.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de pensão civil instituída por Gilma Alves da Silva, ex-servidora da Advocacia-Geral da União.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno, 6º, § 1º, e 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil instituída por Gilma Alves da Silva em favor de Francisco José da Silva e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário, até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Advocacia-Geral da União que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade omissa;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento.

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima e represente ao Tribunal em caso de seu não atendimento.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9381-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9382/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.605/2017-9

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação dos Tradicionalistas do Estado do Rio Grande do Sul (CNPJ 07.236.976/0001-07) e Cléber Quadros Vieira (CPF 179.686.150-20).

4. Unidade: Ministério da Cultura - MinC.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000341

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial relativa ao projeto A Dança do Rio Grande (Pronac 08-6721), aprovado nos termos da Lei 8.313/1991 (Lei Roaunet).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2a Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Associação dos Tradicionalistas do Estado do Rio Grande do Sul e de Cléber Quadros Vieira;

9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
28/4/2010	130.000,00
8/6/2010	30.000,00

9.3. aplicar-lhes multas individuais de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9382-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9383/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.471/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Mirtes Guedes Duarte (CPF 239.627.981-53) e Tenir Machado Lessa (CPF 010.712.657-50).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de pensões civis instituídas por ex-servidores do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno, 6º, § 1º, e 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegais os atos de pensões civis instituídas por Rubem da Silva Lessa e Luiz da Luz Duarte em favor de Tenir Machado Lessa e de Mirtes Guedes Duarte, respectivamente, e negar-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade omissa;

9.3.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após as notificações, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes das datas em que as interessadas dele tomarem conhecimento.

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais e represente ao Tribunal em caso de seu não atendimento.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9383-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9384/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.497/2014-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Xavier Silva Neto (CPF 450.000.263-49).

4. Unidades: Município de Cajapió/MA e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial referente ao termo de compromisso 0817/2008 (Siafi 650.388), firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Município de Cajapió/MA para construção de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2a Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Francisco Xavier Silva Neto;

9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
135.799,00	4/5/2010
135.799,00	8/9/2010
122.219,00	25/3/2011
13.580,00	25/4/2011
67.899,50	25/4/2011

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.9. encaminhar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9384-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9385/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 007.617/2014-3

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Suely dos Santos Carvalho (316.751.239-34); e C.A.I.S. do Parto - Centro Ativo de Integração do Ser (41.054.602/0001-09).

4. Entidade: C.A.I.S. do Parto - Centro Ativo de Integração do Ser.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: Josival Ramos da Silva, OAB/PE 39.908.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pelo Ministério da Cultura, em face de irregularidades na prestação de contas dos recursos transferidos por meio do Convênio 155/2005, celebrado com o C.A.I.S. do Parto - Centro Ativo de Integração do Ser, que tinha por escopo apoiar o projeto "De Antena Ligada", que visava a capacitar alunos do ensino fundamental nas áreas de ética, informação, meios de comunicação e editoração, para formação de 2.272 jovens como "Agentes Jovens Multiplicadores de Cultura".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do C.A.I.S. do Parto - Centro Ativo de Integração do Ser e da Sra. Suely dos Santos Carvalho, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
55.000,00	29/07/2005
30.000,00	08/03/2006
50.000,00	30/10/2008
35.000,00	18/01/2010

9.2. aplicar individualmente ao C.A.I.S. do Parto - Centro Ativo de Integração do Ser e à Sra. Suely dos Santos Carvalho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional (art. 214,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000342

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas constantes nos subitens 9.1 e 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9385-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9386/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 017.442/2015-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ângelus Cruz Figueira (025.594.982-00).

4. Entidade: Município de Manacapuru/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Representação legal: Eurismar Matos da Silva, OAB/AM 9.221; Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos, OAB/PA 17.752.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Secretaria Nacional de Defesa Civil/Sedec/Ministério da Integração Nacional, em relação ao Termo de Compromisso n. 146/2012, celebrado com o Município de Manacapuru/AM, tendo por objeto "Ações de Atendimento Emergencial, de Socorro, Assistência e Restabelecimento de Serviços Essenciais", situação reconhecida por intermédio da Portaria n. 202/2012 do Secretário Nacional de Defesa Civil, publicada no DOU de 31/05/2012, conforme o Plano de Trabalho.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Ângelus Cruz Figueira, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 869.600,00 (oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 16/08/2012 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2 aplicar ao Sr. Ângelus Cruz Figueira a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5 enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9386-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9387/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-022.190/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Felipe de Almeida (061.925.303-78).

4. Entidade: Município de Acopiara/CE.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em desfavor do Sr. Francisco Felipe de Almeida, Prefeito de Acopiara/CE na gestão 1997/2000, tendo em vista a impugnação parcial de despesas do Convênio 40006/1998 (Siafi 350111), que teve por objeto a manutenção das escolas públicas municipais e municipalizadas que atendiam mais de vinte alunos no ensino fundamental, à conta do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - PMDE, com vigência estipulada para o período de 29/5/1998 a 28/2/1999.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Felipe de Almeida, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 35.044,21 (trinta e cinco mil, quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 1º/9/1998, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9387-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9388/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.734/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Jorge Rubens de Sá Carvalho (CPF 235.721.244-68) e João Batista Martins da Silva (CPF 499.303.894-15).

4. Entidade: Município de Mirandiba - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal: Carlos Henrique Queiroz (24842/OAB-PE), representando Jorge Rubens de Sá Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte (ME) em desfavor de Jorge Rubens de Sá Carvalho (gestão: 2001/2004) e de João Batista Martins da Silva (gestão: 2005/2008), ex-prefeitos de Mirandiba - PE, diante da não aprovação das despesas inerentes ao Convênio nº 134/2004 destinado à implantação de "Núcleos de Esporte do Programa Segundo Tempo" na referida municipalidade, perfazendo o montante de R$ 104.800,00, com R$ 88.800,00 à conta do concedente e R$ 16.000,00 a título de contrapartida do convenente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente feito, por falta de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 212 do RITCU;

9.2. determinar que o Ministério do Esporte atente para o cumprimento dos prazos regulamentares fixados para a conclusão da correspondente análise sobre a devida prestação de contas dos convênios e demais instrumentos congêneres destinados à transferência de recursos federais, sob pena de aplicação da multa legal, além da eventual responsabilização solidária pelo ressarcimento do dano ao erário, em desfavor dos gestores federais, nos termos do art. 58, II e III, e do art. 8º, respectivamente, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.3. dispensar a unidade técnica de promover o monitoramento da determinação contida no item 9.2 deste Acórdão; e

9.4. enviar cópia deste Acórdão aos Srs. Jorge Rubens de Sá Carvalho e João Batista Martins da Silva, para ciência, e ao Ministério do Esporte, para ciência e atenção ao item 9.2 deste Acórdão, informando que o presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer as correspondentes cópias, em mídia impressa e sem qualquer custo adicional, aos interessados e aos responsáveis arrolados nestes autos.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9388-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9389/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.260/2017-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Nanci Moreira de Amorim (CPF 701.172.844-91).

4. Entidade: Superintendência Estadual do INSS em Maceió - AL.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Nanci Moreira de Amorim pela Superintendência Estadual do INSS em Maceió - AL;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Nanci Moreira de Amorim (à Peça 1 sob o nº de controle 10803106-04-2008-000137-0), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS em Maceió - AL que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ato indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência desta deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que a interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão tomou conhecimento da presente deliberação;

9.4. orientar a Superintendência Estadual do INSS em Maceió - AL no sentido de que, por força do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre da irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento das determinações contidas no item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9389-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9390/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.656/2017-0

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: Antônio Carlos Sobrinho dos Reis (CPF 115.026.225-72)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000343

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidor do Superior Tribunal de Justiça.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Antônio Carlos Sobrinho dos Reis, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao inativo, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9390-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9391/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.729/2017-7
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessada: Conceição de Maria Barbosa Ferreira (CPF 239.126.261-20)
4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora do Superior Tribunal de Justiça.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Conceição de Maria Barbosa Ferreira, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;
9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9391-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9392/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.323/2003-1
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Jonas Batista de Oliveira (CPF 054.825.261-00)
4. Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Renato Pereira Rodrigues (OAB/DF nº 50.614)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto por Jonas Batista de Oliveira contra o Acórdão nº 5.053/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria, em razão do cômputo de período de atividade rural sem a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias na época da prestação laboral ou, posteriormente, de forma indenizada.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9392-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9393/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.146/2017-5
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil
3. Interessada: Paula Fernandes de Oliveira Borges (CPF 079.759.596-18)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil concedida a dependente de ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Paula Fernandes de Oliveira Borges, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. encaminhar a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9393-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9394/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.241/2017-2.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Madalena Alves (CPF 054.312.553-04).
4. Unidade: Ministério da Fazenda.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidora da Ministério da Fazenda.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Maria Madalena Alves, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;
9.3. determinar à Ministério da Fazenda que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a inativa teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9394-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9395/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.243/2017-5.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Luiza Alves de Paiva (CPF 135.625.173-00).
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidora da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:
9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Luiza Alves de Paiva, recusando o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;
9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba que adote medidas para:
9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;
9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a inativa teve conhecimento do acórdão;
9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas;
9.5. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000344

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9395-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9396/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-025.986/2014-7
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Saulo Leal Ernesto de Melo (ex-prefeito, falecido, CPF 076.304.764-34) - espólio inventariado por Renata Monteiro Ernesto de Melo (CPF 007.502.304-01)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Queimadas/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à falta de encaminhamento de parte da documentação exigida para a prestação de contas dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Queimadas/PB pelo Convênio nº 177/2006 (Siafi nº 560464), firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para custeio do "Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local da Agricultura Familiar".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "b"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, em:
9.1. julgar irregulares as contas do responsável Saulo Leal Ernesto de Melo, condenando o seu espólio, representado por Renata Monteiro Ernesto de Melo, ou os seus herdeiros, caso tenha havido a partilha, até o limite do patrimônio recebido, a pagar o valor de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 29/6/2006 até o dia do efetivo pagamento, e fixando o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para comprovação perante o TCU do recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;
9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e
9.3. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9396-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9397/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.589/2016-9.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame em aposentadoria.
3. Recorrente: Ivan Lustosa Rebelo Lages (CPF 121.205.291-91).
4. Unidade: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pelo inativo Ivan Lustosa Rebelo Lages contra o Acórdão nº 3.074/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria, em razão da incorporação de parcela de quintos/décimos com base em funções exercidas após o advento da Lei nº 9.624/1998.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9397-38/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 9398/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.892/2011-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas Ordinária - Exercício de 2010.
3. Responsáveis: Adleide Catarina Falcão (CPF 717.119.021-87); Alenon de Loyola Fleury Junior (CPF 168.274.811-15); Bruno Henrique Rodrigues de Melo (CPF 804.326.541-00); Eduardo Xavier Ballarin (CPF 592.283.857-15); Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti (CPF 182.144.668-22); Humberto Miranda Cardoso (CPF 778.662.401-59); Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal - IEL/DF (CNPJ 00.366.849/0001-83); Jefferson Chaves Boechat (CPF 663.341.797-72); Luiz Otavio Tavares Pereira (CPF 263.662.311-68); Marcelo Otavio Dantas Loures da Costa (CPF 792.377.707-15); Nilson Limone (CPF 623.991.879-20); Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes (CPF 030.739.606-19); Silvia Maria da Silva Stemler (CPF 184.555.301-20).
4. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal:
8.1. Thadeu Gimenez de Alencastro (31021/OAB-DF) e outros, representando o Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal - IEL/DF.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas ordinária, para o exercício de 2010, dos gestores da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (SE/MinC), do Fundo Nacional da Cultura e do Programa Monumenta;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, o Instituto Euvaldo Lodi no Distrito Federal efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida a seguir indicada em favor dos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
13/7/2010	55.341,95
10/8/2010	55.341,95
3/9/2010	61.666,75
19/10/2010	45.854,76
19/1/2011	94.868,76

9.2. informar ao Instituto Euvaldo Lodi no Distrito Federal que o recolhimento tempestivo do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do RITCU, ao passo que a ausência desse tempestivo recolhimento levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com a imputação do débito apurado nos autos, junto à subsequente atualização monetária, além do acréscimo dos juros moratórios legais, devendo o TCU aplicar, ainda, a multa legal no valor de até 100% sobre o montante do débito atualizado, nos termos dos arts. 12, §§ 1º e 2º, e 19 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 202, § 1º, e 210, caput, do RITCU;
9.3. promover o sobrestamento do julgamento das contas de Humberto Miranda Cardoso e de Adleide Catarina Falcão, até o subsequente deslinde da medida apontada nos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida apontada no item 9.1 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. julgar regulares com ressalva, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443, de 1992, e dos arts. 1º, I, 208 e 214, II, do RITCU, as contas dos seguintes responsáveis a partir das correspondentes falhas, dando-lhes quitação:
9.5.1. Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, como Secretário Executivo do MinC, diante do inadequado ambiente de controle interno do Ministério da Cultura, da insuficiência de atividades de fiscalização sobre as transferências efetuadas por meio de convênios e da execução de programas, projetos e ações com os recursos do FNC na ausência de plano de trabalho anual;
9.5.2. Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa, como Diretor de Relações Internacionais do MinC, diante da insuficiência de atividades de fiscalização sobre as transferências efetuadas por meio de convênios;
9.6. julgar regulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, I, 17 e 23, I, da Lei 8.443, de 1992, e dos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RITCU, as contas dos seguintes responsáveis junto à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, dando-lhes quitação plena:
9.6.1. Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti;
9.6.2. Nilson Limone;
9.6.3. Alenon de Loyola Fleury Júnior;
9.6.4. Jefferson Chaves Boechat;
9.6.5. Eduardo Xavier Ballarin;
9.6.6. Bruno Henrique Rodrigues de Melo;
9.7. determinar que, nos termos do art. 208, § 2º, do RITCU, a Secretaria Executiva do Ministério da Cultura adote as seguintes medidas:
9.7.1. informe o TCU, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação, sobre o resultado da tomada de contas especial atuada no âmbito do Processo 1400.12545/2010-07 para apurar os indevidos pagamentos em favor da Coencil Comércio e Indústria Ltda., em cumprimento ao item 9.4.5 do Acórdão 2.094/2010-TCU-2ª Câmara;
9.7.2. informe o TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência desta deliberação, sobre o resultado das medidas administrativas implementadas para o cumprimento do item 9.4.11 do Acórdão 2.094/2010-TCU-2ª Câmara, apresentando a respectiva documentação comprobatória da regularização da situação dos correspondentes convênios;
9.8. determinar que, nos termos do art. 250, II, do RITCU, a Secretaria Executiva do Ministério da Cultura abstenha-se de incorrer nas seguintes irregularidades:
9.8.1. descumprimento do prazo emergencial previsto no art. 24, IV, da Lei 8.666, de 1993, com a indevida dispensa de licitação, em virtude da descaracterização da suposta emergência;
9.8.2. dispensa de licitação baseada em procedimento licitatório irregular;
9.8.3. execução de contrato sem a devida fiscalização e controle sobre os serviços demandados;
9.8.4. insuficiência nas atividades de fiscalização sobre as transferências efetuadas por meio de convênio ou instrumentos congêneres;
9.8.5. deficiências na sistemática de controle sobre a execução de ações finalísticas em relação às transferências voluntárias de recursos do FNC;
9.8.6. concessão de prêmios com os recursos do FNC, em desacordo com os pertinentes regramentos;
9.8.7. não adoção de chamamento público com vistas a selecionar a melhor proposta para a execução de atividades finalísticas com os recursos do FNC;
9.8.8. execução de programas, projetos e ações com os recursos do FNC na ausência de plano de trabalho anual;
9.8.9. inadequações nos registros dos imóveis no SPIUnet, a exemplo da existência de imóveis não cadastrados ou com a avaliação vencida;
9.8.10. ausência de indicadores de desempenho no sentido de evidenciar, por exemplo, a produtividade (otimização dos recursos) ou a qualidade (otimização do processo) das ações sob a responsabilidade da SE/MinC no planejamento, na coordenação e na supervisão;
9.9. determinar que, nos termos do art. 250, II, do RITCU, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional abstenha-se de incorrer nas seguintes falhas (no âmbito do Programa Monumenta):
9.9.1. manutenção deficiente e ausência de conservação do patrimônio histórico;
9.9.2. não utilização, sustentável, do objeto da aplicação dos recursos do Monumenta;
9.9.3. ausência de manutenção de fundo contábil de preservação afeto aos projetos integrados ao Convênio 34/2000 celebrado com a Prefeitura Municipal de Recife - PE;
9.9.4. execução da atividade de restauro do Mercado de Carne Francisco Bolonha, em Belém - PA, em desacordo com as especificações técnicas do projeto aprovado;
9.9.5. não conclusão da obra de restauro e requalificação do Mercado Público de Pelotas - RS, em razão do atraso nos pagamentos devidos à empresa contratada, com riscos aos investimentos já realizados e o encarecimento das obras;
9.10. enviar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, Instituto Euvaldo Lodi no Distrito Federal, para ciência e atenção aos itens 9.1 e 9.2 deste Acórdão, bem como ao Sr. Humberto Miranda Cardoso e à Sra. Adleide Catarina Falcão, para ciência; e
9.11. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para ciência e adoção das providências cabíveis, informando que o presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, de sorte a esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer as correspondentes cópias, em mídia impressa e sem qualquer custo adicional, aos interessados e aos responsáveis arrolados nestes autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000345

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 38/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9398-38/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e dez minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 19 de outubro de 2017.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

Extrato de Pauta
Sessão Ordinária de 1ª Câmara, de 24/10/2017, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.839/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Petrus Consultoria & Assessoria Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

004.536/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formosa da Serra Negra/Maranhão
Responsável: Cláudio Vale de Arruda
Representação legal: não há

010.597/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mitsuo Inouye
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

014.592/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Labinbraz Comercial Ltda.
Interessado: Vitallis Diagnostica Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: Tatiana Maria de Souza Santos (OAB/RN 6134) e outros, representando Vitallis Diagnostica Ltda.

017.109/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

017.831/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edmilson Souza Matos; Jose Epaminondas da Silva; Jose Maria Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

019.658/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Gicless Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

021.528/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Globalização Empresa de Serviços Gerais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: Nerylton Thiago Lopes Pereira (24749/OAB-DF) e outros, representando Global Segurança Ltda

024.094/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Augusto Cesar Antunes Nanni; Elizete Silva de Almeida; Eusebius Lucian Bakowicz; João Mendes da Silva; Loreno Tregnago; Margarita Pineiro Rodriguez; Moysés Acosta Hodara; Natale Ferrari; Rosa Cziniscky da Silva; Rubem Clos Carmanim
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

024.410/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Millena Seventh da Costa Ramalho; Rejane Maria de Araujo Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

024.418/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Serejo Garcia; Adriana Silva Miranda; Adriano Luiz Veras de Oliveira; Adriano Nunes Franca; Adriano de Lima Quirino; Aguinaldo Antonio da Silva; Alana Costa Silva; Alany de Sousa Monteiro Belmont; Alcimary da Silva Rodrigues; Alcioneide Rosa Viana Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.423/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Cunha Lima Alcântara; Aline Isabel Rodrigues Galvão; Aline Martins dos Santos; Aline Rangel Araujo dos Reis; Aline Reetz Conceição; Aline Santos Furtado Campos; Aline Sergio Sebastião; Aline Souza Canafistula; Aline da Silva Fernandes; Aline de Lacerda Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.427/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Juliana Silva; Amanda Lima Carvalho Pereira; Amanda Maria Dias de Sousa; Amanda Moreira de Andrade; Amanda Vieira Barros; Amauri Pereira Viana; Amauri de Barros Rocha Junior; Amaury Teixeira Xavier; Amelia Carla Silva Oliveira Carvalho; Amilcar Ximenes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.437/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Wasilewski de Araujo Faustini; Angelica Guedes dos Santos; Angelo Cennerelli Zamberlan; Angelo Jocemar Viana Valau; Anibal Demetrio de Araujo Ponte; Anna Claudia Monteiro Luz Santos; Anna Cyntia Brandão Nascimento Manicoba; Anna Karine Lopes Dantas; Anna Karolina Lages de Araujo; Anna Karolina de Carvalho Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.441/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Vieira Dias Filho; Aparecida Ferreira Furriel; Aparecida Virginia Soares Teles; Aparecida de Fatima dos Santos Santana; Araken Britto de Sousa; Ariana Alves de Oliveira Barros; Ariane Cristiny da Silva Fernandes; Ariosvaldo de Araujo da Silva; Arlanny Rose Ferreira Lima; Armando Jorge Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.446/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Rodrigues Orlando; Bianca Scopel Costa; Bianca Vieiralves Schiappacassa; Braulio Luciano Forcin; Brena Valdivino Melo; Brenda Lais Pires de Medeiros Freitas; Brenda Souza de Moraes Costa; Brener Murta de Matos; Breno Fiuza Cruz; Briza Maria Furtado Lobato
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.452/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Gomes; Carlos José Silva Lima; Carlos Magno Paiva da Silva; Carlos Renato Teles Mello; Carlos Roberto Rohenkohl Evangelista Santos; Carmelita da Silva Sousa; Carmem Lucia Freire da Silva; Carmem Lucia Oliveira dos Santos; Carmem Lucia Passos de Carvalho; Carolina Cardoso Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.453/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Casalinho Marques; Carolina Costa Pinto; Carolina Figueroa de Brito; Vivian Uemura Taketomi; Viviane Dias Cavalcanti Santos; Viviane Pontes Medeiros; Viviane Salgado dos Santos; Viviann Silveira de Albuquerque Bastos; Wagner Izidoro de Brito; Waleria Christina Pinheiro Goulart Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

024.459/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cledina Rodrigues Monteiro; Bruna Claudia Meireles Khayat; Celma Rocha Silva; Cleuzeni Santiago da Silva; Denilson Costa da Silva; Emanuelle Helena Santos Cossolosso; Jorge Alexandre Melo da Silva; José Savio Bicho de Oliveira; Luciene Santana de Souza; Mayara Barbosa Sindeaux Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

024.477/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre David Felisberto; Gustavo da Silva Kern; Manoel Arlindo da Rocha Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

024.481/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Tucher; Ludiene Souza Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

024.487/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Benedito Junior Correa Tourao; Benilde de Nazare Lameira Rosa; Caio César Barroso Gonçalves; Carla Batista da Silva; Cleydimara Aquino de Brito; Daniel Lima Fernandes; Davi Henrique Trindade Amador; Dayane Olivério de Souza; Deriks Karlay Dias Costa; Diego Raniere Nunes Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

024.494/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vilson de Andrade Monteiro; Wander Wilson de Lima Cardoso; Wania Alexandrino Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

024.497/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Daniel Gonçalves Godoy; Ricardo Pini Caramit; Rogerio Alves dos Santos Antoniassi; Rosemary Sanches Ramires; Roseni de Souza Anjos; Sandra da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

024.501/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heyder Vagner Ramos; Igor Barbarioli Muniz; José Marcos Nunes Benevenute; José Roberto Gonçalves de Abreu; Leonardo de Souza Oliveira; Nadia Ribeiro Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

024.507/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Ferreira de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

024.508/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edmilson Novaes; Marlizete Franco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

024.534/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Paulo Danieli
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

024.552/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Gianna Luppi; Cristiane Vieira da Silva; Debora de Moura; Felix Ramon Ruiz Sanchez; Fernando Rodrigues de Oliveira; Fred Barbosa dos Santos; João Alves Guevara; Juliano Ribeiro Granche; Mateus Amaro Ferreira; Natan Alves Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

024.555/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Franceliza Monteiro da Silva Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

024.560/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Juliana Santos Barcellos Chagas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000346

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

024.569/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira; Daniela Padilha Barbosa; Neilson Ferreira de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

024.572/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Palloma Ribeiro Cuba dos Santos; Paulo Roberto Isler; Rachel Mariotto; Ricardo Ferreira Santos; Rogerio Borazzo; Selma Regina Olla Paes de Almeida; Sergio Roberto Holloway Escobar; Vera Lucia Nogueira; Wanderley Franca Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

024.579/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldeiza de Souza Ferreira Navarro; Antonio Pedro Dias Florentino; Danilza de Souza Teixeira; Eldilécia Ramos de Souza; Janderclei da Silva Vale; Jocelia Barbosa Nogueira; Juliana de Jesus Parduil; Leonardo Pessoa da Costa; Moises Israel Belchior de Andrade Coelho; Raimundo Gerson Luzeiro Carboso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

024.581/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adeildo Telles da Silva; Edico Rene de Carvalho Canuto Pires; Kátia Ligia Vieira Lira; Lailson do Nascimento Lemos; Priscylla Abraão Monassa de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

024.591/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Julyara Quaresma Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

024.593/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alzenira Aquino de Oliveira; Carina Aquino Cardoso Freitas; Ciara de Aguiar Freitas Varjao; Emanuelle Alves Brito; Erica Costa Alves; Hidelbrando Samuel Rocha de Souza; Iane Beserra Couto; Laceni Miranda Souza dos Santos; Maria Jeane dos Santos Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

024.598/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Antonio de Carvalho Pinto; Mauro Marcos Farias da Conceição; Rachel Ventura Espinheira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Benjamim Constant
Representação legal: não há

024.660/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Carvalho Oliveira; Vinicius dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

024.666/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Jose Pinto Cadilhe de Assis Jacome; Fredson Guilherme Gomes; Hadson Santiago Farias; Marcia Cristina Lemos Guimaraes Franco; Monica Pires de Farias; Raquel Almeida Rohr de Oliveira Isidoro; Vania Maria da Costa Miranda; Viviane Helena de França
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

024.679/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronaldo Paulo Monteiro; Severino Silvanio da Silva; Stephanie Maria da Silva Scanone; Suenia Gabrielle Cândida Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

024.683/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea dos Santos Cardoso; Fabricio Barreto; Jeovanete Fontes Rocha; Raone Guimarães Barros; Sandra Maria Rabelo Huzek; Semiramys Moreira Silva; Tarcia Millene de Almeida Costa Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Representação legal: não há

025.561/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maria Goretti Teresinha dos Anjos e Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

025.703/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fulvio Jefferson Cordeiro; Irene Raimundo da Silva Rissardi; Joyce Maria Oliva; Kelly Kotaba; Lisiane Dias Fontoura
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

025.704/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Lopes de Aquino Silva; Luiz Carlos Oractz; Micheli Santos Caliari; Miriam Moura Gonçalves; Moacir Roberto Darolt
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

025.855/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eva Maria Pantoja Araujo; Oniwendel Felipe de Morais Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

025.975/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Braga de Abreu; Daniel Teixeira Lima; Davi Moshe Leopold Lopes; Elizangela Davila Rocha Vieira; Fabio Viana Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

025.978/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maria José de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

026.142/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Iseu Gus
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

026.145/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Erminia de Souza Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

026.161/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Airton Veloso de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

026.166/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio Moreira Campos; Diniz Delgado Pipolo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

026.171/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria de Fátima Rodrigues Fernandes Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

026.172/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdo Alves Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

026.182/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cintia Sarmento Valle; Cira Queiroz da Cunha; Clarice Loveli Essy Massaia; Clarissa Barros Madruga; Clarissa Couto de Mello; Clarissa Pigatto Schneider; Clarissa Sobral Afonso; Clarissa Souza Pinto; Claudia Miranda Starling; Claudiana Sousa Santos; Claudio Pinto de Nadai; Claudio Roberto da Silva Alves; Claudio de Cerqueira Cotrim Neto; Cristiano Fernandes da Silva Britto; Cristina Lumi Fukagawa; Cristina Mara Nunes de Paula Coelho; Cristina Teixeira Leite; Cristine Theisen; Cybele Cristine da Silva Costa Monteiro; Cynthia Barroso Heibel
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

026.185/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Fernandes Britto; Debora Garcia Gasperini; Debora Morgana Maia Moreira; Debora Sakamoto Silva; Deborah Arraes Castelo Branco; Deborah Curvelo de Farias; Denis Henrique Schmeisch; Denise Camurca de Lima; Denise Maria Sebastião; Denise Marques de Araujo Carvalho; Denise dos Santos Lumazzini; Denisson Luiz Vieira Macedo; Diego Antonio Diniz Lima; Diego Chemello; Diego Rafael Campos Lima Salmoria; Diego Santos Barbosa; Diego Zampiva dos Santos; Diene Portela Freitas; Dieyson Monteiro Lira; Dilean Rocha Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

026.192/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ariela Fernandes Sales; Debora Auxiliadora Guedes Santos; Francisco Genemes Dias de Souza; José Rômulo Vieira Lira; Ricardo dos Santos Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

026.197/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Witt Ulrich; Carina Vasconcellos Abreu; Miriam Decarli Fritzen
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

026.202/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Miranda de Oliveira; Ana Angélica Melo Fontes; Francisco Claudemir Barbosa do Amaral; Maria Amaisa Rodrigues Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

026.206/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kessiane de Souza Correia; Laise Damasceno Lucas; Luis Eduardo Omena da Silva; Marcos André de Almeida Queiroz; Maria Marinho da Silva; Mario Alberto Santos da Costa; Marília Lourenço de Azevedo; Messias de Oliveira Sales; Nataly Miranda do Nascimento; Nuccia Carla Arruda de Sousa; Paulo Cesar de Holanda Santos; Rodolfo Marcelo Gonçalves Souza; Rosana Reis de Lima Araujo; Rosângela Souza de Santana; Sara Oliveira Gonzaga; Talma Jordana Lima; Talma Silva Cerqueira; Thaise Marques de Mesquita; Thalyta Christie Braga Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

026.216/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme Maia de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

026.219/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Isac Nogueira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

026.227/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ayrton Amaral Mendonça; Wisner Freitas Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

026.232/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristian Fernando de Siqueira Alves; Diego Santos Fagundes; Nilton Ferreira Bittencourt Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

026.237/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Mary Vieira Alvarenga; Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva; Kayo Ronan Macedo Roza; Mara Gonçalves de Carvalho; Pablo de Abreu Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

026.241/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Maria Malagoli Rocha; Edimar Olegario de Campos Junior; Raphael Alberto Ribeiro; Tiago de Souza Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.249/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Albanise Enide da Silva; Alexandre Augusto Cavalcante de Farias; Alexandre Behling; Alexandre Rodrigues de Barros; Aline Kelly da Silva; Ana Julia Cavalcante da Silva; Ana Luzia de Barros Andrade; Angladis Vieira Delfino; Bruno Mendes Tenorio; Carla Catarina dos Santos Nascimento; Christiane Cavalcante Feitoza; Christiano Augusto Ferrario Varady Filho; Cícera Nunes; Davi Alexsandro Cardoso Ferreira; Dayane Celestino de Almeida; Dênis Carlos da Silva; Denyse Evelyn Silva de Oliveira; Deysianne França Matos Silva; Diogo Peixoto de Almeida Cavalcante; Dionari Sousa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

026.255/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Denise dos Santos Vasconcelos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

026.256/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adelzira Souza Afonso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

026.265/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Juliana Leonardi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

026.270/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Barreira de Andrade; Aurenivia Bonifacio de Lima; Flavia de Nazaré Leite Barros; Jonahtan Chaves Melo; Luciano de Jesus Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

026.272/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vivian Eliana Sandoval Gomez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - Mec
Representação legal: não há

026.273/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deborah Cristina Silva dos Remédios; Maria Célia Dias Ribeiro dos Santos; Paulo Ivo Silva Torres; Paulo Roberto Espírito Santo; Samuel da Conceição Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

026.276/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marlene Estevão Marchetti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

026.280/2017-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Pacheco de Souza; Silea Maria dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

026.281/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Carlos Marchito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

026.286/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Wagner Santos Lima; Hiderval Ferreira da Silva; Luiz Gonçalves Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

026.288/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cleusa Rodrigues de Carvalho; Elaide Alves de Carvalho; Lígia de Assis; Rosimari Lubasinski Daniel; Ruth Ângela Maganhoti; Sílvia Estela da Rocha Santos Pontarola; Siumara Aparecida de Lima; Vera Lúcia Tenório de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

026.319/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Neusa Ventura; Noel Moreira da Silva; Noelia Maria da Silva; Paulo Pereira de Andrade; Rachel Ferreira da Silva; Raimunda Maria de Fatima Vaz; Suely Dias; Vera Lucia Lopes de Faria Carvalho; Vilma Regina Venancio; Wilson Roberto Cavalheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

026.321/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliana do Carmo Trindade de Assis; Hilda Maria Ferreira da Silva Lima; Mayza de Sousa Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

026.325/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cosme Esperidião do Nascimento Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

026.328/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Aparecida Braga Caneppele; Maria Benedita Marques da Silva; Mário Martelo Junior; Nereida de Oliveira Soares; Nilson Pimenta da Costa; Rita de Cassia Sampaio Lobão
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

026.329/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão José de Oliveira Blanco; Antonio Jorge de Lima; Aparecida de Fátima Barbosa Bergamo; Creuza Izabel Gomes; Edson dos Santos; Enedina Alderete; Eva Bárbara de Aquino; Hélio Maciel dos Santos; Joana Batista de Jesus; Joel Almeida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

026.332/2017-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sonia Efigenia Teodoro Sabino
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

026.335/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Fonseca Carvalho; Erisvaldo Soares Santos; Ezilda de Santana Santos; France Robertson Pereira da Silva; Gilson Rosa Dias; Joaquim Campos de Jesus Lima Filho; José Ancrisio Oliveira; José Carlos Moura Santos; José Henrique dos Santos Filho; Luis Aime Ramos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

026.337/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agnaldo Gonçalves da Silva; Álvaro Benedito Pereira; Anailda Adão de Moura Vieira; Angela Cristina Peixoto; Antônio Carlos Cunha; Aparecida Donizete Tavares; Baltasar Rodrigues Moreira; Benedito dos Reis Caetano; Clara Pissiguelli Grama Valentim; Ângela Cristina Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.339/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elza Maria Pereira de Ataíde; Eni de Fátima Zanatta; Flávio de Paula; Francisca Aparecida Oliveira Camargos; Fátima Aparecida de Souza; Gilda Pereira de Resende Fernandes; Gilvander Albino Fernandes; Giselda Lemes; Glaydes Divina do Couto; Hebe Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.340/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivando Rodrigues da Silva; Ivonete do Nascimento Camacho Silva; Jorge Luiz da Costa Zumpano; Jorge Sebastião da Silva; José Eduardo Sabino; José dos Reis Pereira; João Adão dos Santos; João Batista Barbosa; João Batista Ramos da Silva; João Nunes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.341/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Josefa Terezinha de Oliveira Gonçalves; José Luiz Korckievicz; José Maria Garcia Rosa; José Miguel da Silva; Juel Batista Coelho; Jussara Ferreira Silva; Kátia Barbosa; Lazaro dos Reis Moyses; Lucivone Giffoni Anchieta Santiago; Lídia Aparecida Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.344/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Helena Moura; Maria Helena da Silva; Maria José Nascimento Fabiano; Maria José Nunes; Maria Luiza Oliveira de Freitas; Maria Madalena Barbosa Puccinelli; Marilda de Almeida Araújo; Marilene Silva Araújo; Marineide Dias de Sales Cabral; Mario César Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.346/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Odair Eurípedes Silva; Onivaldo Honório de Medeiros; Osmara Fernandes Rosa; Osvaldo de Freitas Filho; Palmyra Santos Martins; Patrícia Mahler de Araújo Calil; Paulo Ricardo Pinto; Pedro José da Silva; Raquel Sandra da Silva; Regina Aparecida Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.347/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto Barroso Lombas; Romes Pacífico; Rosa Maria Domiciano Vidal; Rosane Cristina de Oliveira Santos; Salvador Gomes de Mendonça; Sarita Medina da Silva; Sebastiana Mendonça do Carmo; Silvana Garcez Carneiro; Sônia Maria de Siqueira Passos; Terezinha Felice da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

026.351/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cleia Ferreira Pena Moreira; Daniel Gomes Moreira; Edicio Correia Biliu; Emilio José Teixeira; Everardo Chartuni Mantovani; Fernando Antonio da Silva; Fernando Vieira da Silva; Francisco Ferreira da Silva Filho; Geraldo Araujo da Silva; Ismael dos Santos Damasio
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

026.353/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jair Agripino da Silva; João Batista da Silva; João Bosco; João Bosco de Souza; Jorgete Elisa Gibrim Moreira; José Alaide Batista; José Antonio dos Anjos Santana; João Batista de Souza; João Maria Emidio; João de Freitas Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

026.354/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Bonifácio Zacarias; José Francisco Miguel; José das Graças Santana; José do Carmo da Silva; Manuel José Ferreira; Maria Judith Sant"Anna; Pedro Hilário Filho; Raimundo Jacinto Martins; Raimundo Luiz Ferreira da Motta; Ramos Daniel Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

026.376/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Amelia Silva de Almeida; Bernadete Carneiro Soares Oliveira; Idair Ferreira de Sousa; José Roberto Caldas Gama; Lucia Maria Araujo; Luiz Fernando Aarão Marques; Marise Chaves de Sousa; Marta Pereira do Nascimento Nunes; Paulo Cezar de Oliveira; Rosangela Ferreira Castelo Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

026.382/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alessandro Junio Palmeira; Alexandre José dos Santos; Ana Lucia Pimenta Starling; Antonia Rufo Silveira Leandro; Antonio Fernando de Melo Fiuza; Carmelinda Xavier Pinto; Catia Tereza Geamenond Miranda de Almeida; Cinira Veronezi Silva; Claudete Mendes Pereira; Claudia Marcia Ferreira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.383/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio Luiz Barboza Amado; Cleusa Gomes Teixeira; Danilo Gonçalves Bastos; Dayse Lopes de Queiroz Lima; Demerval Lobão Veras; Eduardo Pereira Alvares; Elizabete Dias Bontempo; Elizabeth Antonia Torres; Elizabeth Dias Torres; Emilce Luiza de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.388/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rocksane de Carvalho Norton; Rosangela do Carmo Milagres; Rosilney Soares Durães; Rubens Crispim da Silva; Sandra de Almeida; Sergio Edmundo Costa; Solange Alemar Teixeira; Sueli Gomes; Telma Campos Medeiros Lorentz; Valeria Bertu Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.391/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Angela Terezinha Costa; Cristiane do Rocio Walach; Dirce José do Nascimento; Josiane Maria Felix Rui; Lidia Weisshaar Vacelkoski; Maria Aparecida de Freitas Zane; Wanderlei Baggio de Meira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

026.393/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Xavier Vieira; Clarice Henrique da Cruz; Ediene Monteiro de Lima; Elias Januario das Neves; Geraldo Soares da Silva; Gizelda Maria de Lima; Maria Edvania Costa da Silva; Maria de Lourdes Rocha Lins; Maria do Socorro Tavares de Carvalho; Sonia Maria Barbalho Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

026.410/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Alves de Sousa Nascimento; Bruna Muriel Huertas Fuscaldo; Claudia Regina Vieira; Cristine Koehler Zanella; Demetrio Jackson dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Representação legal: não há

026.415/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Davi Tanajura Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000348

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

026.418/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Martins Zaganelli; Erika Carla da Costa Brumano; José Leandro Peters; Liliane Lopes Cordeiro Pereira; Yvonne Archanjo Massucate Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.424/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Juliana Hilario Maranhão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

026.429/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vitor Andrade Almeida de Souza; Wesley Henrique Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.432/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Barbosa; Carlos Feliciano Cardoso; Dalva Lucia Rollemberg Poyares; Debora Maria Espirito Santo; Denise Miyuki Kusahara
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

026.439/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline Estevam de Carvalho Pessoa; Cicera Antoniele Cajazeiras da Silva; Daniel Cunha Passos; Daniel Paulo de Andrade Silva; Dayala Regina Teixeira Palitot
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

026.444/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Pires Araujo; Lenardo Chaves e Silva; Manuela de Souza Leite; Marcia Viviane Alves Saraiva; Marco Diego Aurelio Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

026.449/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Sandro Barros de Souza; Carly Pinheiro Trindade; Edennis Alexandre Barbosa de Morais; Guilherme Martinez Freire; José Augusto Figueira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

026.450/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Menezes Dias; Maria Muniz Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

026.682/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Prado Martins; Debora Resende Fagundes; Debora Rita Pavan; Debora Rodrigues Gonçalves Tenorio; Debora Rodrigues Santos; Debora Santana Laranjeira; Debora Schistek; Debora Simone Kilpp; Debora Teixeira Arruda de Andrade; Debora Teles Carvalho da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

026.686/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Delmar Bruceli Fernandez Siqueira; Denair de Oliveira Ribeiro Felipe; Dener Donizetti Cunha Matos; Dener Tambara Girardon; Deneval Ferreira de Freitas Junior; Denilson dos Santos de Jesus; Denilza Pereira do Nascimento; Denis Cardoso Hueb; Denis Edrey Feitosa Alves; Denis Neves Ramos Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

026.690/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diana Gonçalves Batista; Diana Inês Friedrich; Diana Mazocco Lorenzon; Diana Nunes da Silva; Diana Ribeiro Tavares; Diander Rosa Delavequia; Diane Holz; Diane Rocha Gusmão Pianca; Diego Alexsandro Rocha de Oliveira; Diego Aparecido Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

026.695/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo da Silva Lima; Diogo de Araujo Mendes; Diomar de Sousa; Dione Aparecida dos Santos Camaran; Dioneia Antunes da Silva; Dionisio Muniz Trajano Junior; Dirce Aparecida Finotto; Dircelene Eduarda Cintra Felipe; Dirlene Lopes Pereira; Diuli Oliveira Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

026.761/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Antonio de Sousa Ribeiro; Fernando José Lima Correia; Francisco Raphael Cabral Furtado; Francisco Willame de Morais Filho; Frederico Pinheiro Maués; Frederik Luizi Andrade de Matos; Gabriel dos Santos Miranda Filho; Gabriela Costa Sarmento; Geanso Miranda de Moura; Genebaldo Barbosa de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

026.764/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jaciane de Jesus Gomes do Nascimento; Jackson Oliveira Andrade; Jaime Barradas da Silva; Janderson Tomé dos Santos Souza; Jane Daniele Sedrim Nunes; Janilson Leão de Souza; Jean Louchard Ferreira Soares; Jeanfson Dutra de Oliveira; Jefferson Mesquita Saraiva; Jefferson Pereira Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

026.768/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Livia Tamires Oliveira Conôr Salles; Luane Ribeiro Vieira; Lucas Celestino Azevedo Pereira; Lucas Hordones Chaves; Luciana Abdon Almeida; Luciana Bezerra Farias Kamizono; Luciana Macedo Ferreira; Luciano Ferreira Margalho; Lucinei Viana Barbosa; Lívea Pereira Colares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

026.770/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Elivane Moreira Barreto; Maria Kelliane Valentim dos Santos Silva; Maria Vânia Magalhães Mendes; Maria Vera Lúcia Ferreira de Araujo; Mariana Duo Passerini; Marina Medeiros de Araujo Silva; Maurício Alves Sousa; Meire Ângela de Brito Inajosa; Míndrid Rhaiany de Melo Silva; Nashara Gleyce Farias Leão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

026.775/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Saulo de Almada Gomes; Simone de Fátima Rodrigues dos Santos; Solange da Cruz Alves; Suany Couto Teixeira Nunes; Syrlley Castilho de Moares Pinheiro; Tamires da Silva Magalhães; Tanya Sulamytha Bezerra; Tatiana Para Monteiro de Freitas; Thaís Almeida dos Santos; Thaís do Socorro Pereira Pompeu Sauma
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

026.778/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Moura Santos; Ariane de Oliveira Fialho; Cícero de Jesus Fernandes; Daniel dos Santos Amaral; Darley Gomes Xavier; Eudes de Castro Lima; Eva Rodrigues de Souza; Flávio Silva Nascimento; Hercules Batista de Oliveira; Herik Ribeiro Baldez
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.784/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Santos Café; Marcos Aparecido Pereira; Nazareno José Manoel Martins; Priscilla da Silva Rodrigues; Renivon do Amaral da Silva; Rodolfo André Perin; Rosane Alves de Abreu; Thiago Alberto Alves dos Santos; Willian Alberti
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

026.789/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Leal de Brito; Alex Sander Barros Queiroz; Angelo Bruno Lucas de Oliveira; Annalies Barbosa Borges; Antonio Arnaldo Soares Junior; Bruna Maria Rodrigues de Freitas Albuquerque; Carlos Winston Guedes Bezerra; Caroline Vitor Loureiro; Denise Penha Viveiros; Fabiana Morais de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

026.794/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Cristina Valerio; Bruno Francisco Melo Pereira; Carlos Eustaquio Pinto; Claudimar Junker Duarte; Estela Dias Figueiredo; Fernanda de Melo Felipe da Silva; Fernando Fernandes Cintra; Fernando Menezes de Oliveira; Heleniara Amorim Moura; Jaqueline Souza Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.811/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amauri Bandeira Bastos; Livia Coelho de Assis; Lucia Helena da Costa de Sousa; Michael Pablo França Silva; Rafael Silva do Nascimento; Roberta Taiane Germano de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

026.817/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson da Costa; Leonardo Dias de Souza; Livia Rezende Ladeia; Lucas Dias Hiera Sampaio; Lucas de Oliveira; Manoel Moabis Pereira dos Anjos; Mauricio Krzesinski Junior; Sergio de Mello Arruda; Talita Mireli Zamboni; Viviane Romero Girotto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

026.841/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Enio Martins Nakao; Erika Ishara; Erika Lury Itikawa Tanaka; Fernanda Mehlmann; Flávia Godoy Amed; Flávio Moura Rezende Filho; Francisco Eris Cunha; Helena Fernandes Dolfato; Iole Aparecida de Oliveira; Isaura Mariano dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

026.846/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliomar Rodrigues Amorim; Francyelle Gurgel de Castro Alves; George Luis de Amorim Gomes; Hilario Sousa de Oliveira; Iza Maria Pereira; Joe Vitor Alves do Nascimento; Marcilio José Ferreira Nunes; Talita de Oliveira e Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

026.849/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina de Assis Marcal; Ana Paula Fonseca Soares; Bruno Cesar Rodrigues Lima; Chelry Fernanda Alves de Jesus; Divino José Cardoso Nazaré; Frederico de Souza Aleixo; Gilmara Barbosa de Jesus; Hans Magno Alves Ramos; Luiz Fernando Ferreira Machado; Marcelo Lopes Pereira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
Representação legal: não há

026.854/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afranio Tenorio da Silva; Ailton Belarmino da Silva; Alan Marques da Silva; Alexsandra Marta da Silva Alvarenga; Ana Lucia da Cunha; Anderson Yassuhiro Afuso; Andreia Vieira do Nascimento; Bruno Secco Faquin; Carla Rubia Marques; Carlos Alberto Sato
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

026.860/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Antonino da Silva Batista; Paulo Ricardo Mancini; Priscila Hanako Ishy de Magalhães; Priscyla dos Santos Vieira; Rafael da Silva Muniz; Renato Marcon Pugliese; Renato de Paula Cabral; Ricardo Antonio Viotto; Ricardo Gomes Lima; Ricardo Henrique Alves Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

026.864/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Álvaro Ledo Ferreira; Jamille Carla Oliveira Araujo; Marilio Salgado Nogueira; Rafaelly Suzanye da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

026.897/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carla Araujo Arruda; Antonio Carlos da Silva Filho; Antonio Ismael Lopes de Sousa; Caique Oliveira Aragão Coelho; Camila Rodrigues da Silva; Daniely Gaspar de Sousa; Dilmar Kistemacher; Diogo Silva Correa; Fábio de Almeida Sales Costa; José Raimundo Lima Pestana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

026.902/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Lima Custódio; Silvano Macedo Galvão; Thiago dos Santos Elias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

026.905/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aguinaldo Antonio da Conceição; Bruno Tadeu Salles; Carina de Souza; Demilson Claudio Denis; Fernanda Ferreira de Araujo Ribeiro; Hugo Leonardo Miranda de Souza; Hugo Leonardo Siqueira; Jucileide das Dores Lucas Tolentino; Ligia Helena Souza; Matias Alves Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000349

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

026.911/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danubia Eugenia Rodrigues Campos; Erika Luzia Lara Perini; Guilherme Herdade Linberger dos Anjos; Janine Cecilia Gonçalves Peixoto; Laisa das Graças Silva Dias; Maria Letícia Vieira Moura; Paulo Sergio Vieira Nunes; Ricardo Pinheiro Filho; Silvana Gabriela Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

027.006/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Castello de Lima; Flavia Conceição da Rocha Siqueira; Flavia da Silva Finamore; Gilvano Almeida Santos; Ileana Wenwtz; Jeferson Pizetta Nicoli; Kiusam Regina de Oliveira; Luana Silva de Souza; Luzimar Elias Dalfior; Mariana Kuster Moro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

027.012/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adrieli Sandra de Oliveira Jacinto; André Luis Nunes; Aristóteles Góes Neto; Cassio de Jesus Faria; Celio da Silveira Junior; Elias Dias Martins; Fabiane Cristielle Miguel Reis; Fábio Gustavo da Silva Souza; Fábio de Jesus Santos; Felipe Madureira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.457/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudiane Macedo Fernandes de Aguiar; Yuzeth Nóbrega de Assis Brilhante
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

027.722/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jusicleide da Anunciação Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
Representação legal: não há

027.861/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Assis Farias Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

028.366/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno Luiz Hahn Barreto dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

028.374/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cláudia de Araujo Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

028.382/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Qifeng Shu
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

028.477/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Daniela Tenfen - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

029.265/2017-7
Natureza: Representação
Interessado: Trivale Administração Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

032.743/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos/MG
Responsável: Hercules Vandy Duraes da Fonseca
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.473/2011-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Achilles Leal Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mulungu/PB
Representação legal: Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5786) e outros

003.099/2011-3
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaporanga D"Ajuda/SE
Responsável: Antônio Silveira Oliveira
Representação legal: não há

018.231/2016-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há

028.682/2017-3
Interessados: Agmar Vieira Santos; Alberam Daniel de Oliveira; Alberto Pereira de Souza; Alcemir Antônio Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

029.122/2009-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Banco do Brasil
Representação legal: Lucineia Possar (OAB/DF 40.297)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

004.390/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Altemir da Silva Campos; Construtora, Comércio e Representações Jurity Ltda. - EPP; Prefeitura Municipal de Pacaraima/RR
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pacaraima/RR
Representação legal:

004.458/2007-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Marilene Ferreira Brasil; Nadia de Avellar Bezerra; Nivania da Silva Avellar Garcez
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

010.089/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Intelecto Contact Center Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Central do Exército
Representação legal: não há

011.778/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Município de Jupi/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jupi/PE
Representação legal: não há

012.873/2017-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Ana Lucia Rangel de Castro; Ernesto Felix de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

012.908/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tacima/PB.
Representação legal: não há.

017.328/2016-0
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Assis Brasil/AC; Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/AC; Prefeitura Municipal de Senador Guiomard/AC
Responsáveis: Construtora Amazonas Acre Ltda.; Humberto Goncalves Filho; James Pereira da Silva; Negreiros Construcao Civil Ltda.; Risvaldo Duarte de Souza; Simão de Souza Lima; Vagner José Sales
Representação legal: Gilson Pescador (OAB/AC 1998) e outros, representando Vagner José Sales

018.852/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - MD/CA
Responsáveis: Cefa-3 Comercio e Prestacao de Servicos Ltda; Enivaldo de Souza Fernandes; Herman Rubens Walenkamp; Joao Felippe da Silva Pereira; Jose Murilo Ramos; Marcelo Henrique Freire de Oliveira; Marcelo Soares Junior; Wilson Sales
Representação legal: Juliana Malafaia Moreira Ferreira e outros, representando Centro de Controle Interno da Aeronáutica; José Soares da Silva (OAB/RJ 129186), representando Enivaldo de Souza Fernandes; Valério Gonçalves da Silva (OAB/RJ 117516) e outros, representando Cefa-3 Comércio e Prestação de Servicos Ltda.; Paulo Roberto Vieira Santos (OAB/RJ 79330) e outros, representando Wilson Sales e Jose Murilo Ramos

022.704/2006-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvaro Lazzarini Junior; Reinaldo Noboru Watanabe; Wilson Candido Ferreira Lopes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

023.639/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Município de Betânia/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Betânia/PE
Representação legal: não há

023.798/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Sargentos das Armas - MD/CE
Representação legal: não há

024.216/2017-8
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Amelia Leon de Oliveira; Benedicta Apparecida Gonçalves Silva; Edna Natalina Sernaglia Loubo; Elizabeth Tavora Guimarães; Juracilda Aparecida Amaral de Vicente; Maria Aparecida Ferrari Alves; Maria Augusta Moraes Angelotti; Maria Firmino dos Santos Cavalcante; Rosana Celia Geronimo; Sandra Volpi Machado; Sueli Rodrigues de Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.218/2017-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Ana Lúcia Meroto Tostes; Divina Maria da Silva Silveira; Geralda das Graças Pereira da Silva; Hilda Oliveira Baptista; Ilda do Vale Xavier; Jacira Ferreira Milioli; Margareth Santos; Maria Clemência Silva dos Anjos; Maria José Pereira de Souza; Maria Paganini Zaghi; Stela Gomes Chaves; Vandelina Bechtlufft Pedretti; Ângela Catarina Meroto
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.228/2017-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Carmen Ferreira; Celina Ferreira Nunes; Claudia Rodrigues de Souza Barros Fontes; Cynthia Andrade Chagas; Elisete Soares Chagas; Geisa Bertin Peixoto; Josefa Donisio Cabral; Maria Tereza Paula Pinto; Maria das Gracas Souza de Avellar; Marilza Lucilla Taveira Monteiro; Nadir de Souza Vieira; Neuza Rodrigues de Souza Barros; Patricia Montenegro; Wandira Natalina de Queiroz Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.323/2017-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Ana Maria de Azevedo Persegani; Carmelita Alves da Silva; Claudia Corteletti Gugensky; Dalva de Souza Guerreiro; Iracema Francisca da Silva Nicolau; Jailson Vinicius Braz Pinto; Julia Lopes Macedo; Maria Braz Pinto; Neuza Alcantara Lassance; Odette Machado dos Santos Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.346/2017-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alcida Elmira Feistler; Jorge Eduardo Lima da Fonseca; Nerocy Corvo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.348/2010-4
Natureza: Tomada de Contas - Exercício: 2009
Responsáveis: Ivan Soares dos Santos; Marcelo Bueno Klojda; Paulo Cesar de Castro; Rui Monarca da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Educação e Cultura do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

024.350/2017-6
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Clotilde Ortega Mira
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.353/2017-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Abelardo Bentes da Conceição; Maria Amélia de Moura Marinho; Maria Francisca Siqueira; Maria Sardinha do Carmo; Matildes Lourdes de Assis Freires; Renê Vieira de Carvalho; Rita de Oliveira Costa; Wanda Coelho Ovalle
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

025.143/2017-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Heloisa Sarmento Mitre; Olga Maria Sarmento e Souza; Sonia Maria Sarmento de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

025.246/2017-8
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Josefa Uilma da Silva Feitosa
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

025.386/2017-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alzira Soares de Mileto; Ana Lucia Soares Bittencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

025.937/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Município de Belo Jardim/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belo Jardim/PE
Representação legal: não há

025.939/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Município de Maraial/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maraial/PE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000350

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

025.995/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Edenilda Lopes de Oliveira Sousa; Edifica Edificações e Construções Ltda.; Gustavo Augusto Lima Bisneto; Jordachy Frank Bezerra Caldas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira/CE
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Edenilda Lopes de Oliveira Sousa

026.038/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Município de Maraial/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maraial/PE
Representação legal: não há

026.156/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Roberto da Silva Barbosa; Raimundo Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

026.308/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre Jorge de Souza Torres; Carlos Jorge Ferreira; Carlos Roberto Alves de Souza; Claudia Rodrigues da Fonseca Bon; Enio Marques Fonseca; Francisco Gomes Rodrigues; Geraldo José Teixeira Barreto; Isaias Francisco Arruda do Nascimento; João Carlos Simão Almeida; Laudicenia Duarte Pontes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.309/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marcia Suely Nabethe; Marcio Luiz Silva; Maria das Graças da Silva Corrêa; Marlene Amaro da Costa; Mauricea José da Silva; Mônica Cabral Soares Carvalho; Mônica da Costa Pacheco Pinto; Pedro Paulo Candeias; Plinio Sergio Ferreira Alves; Rui Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.310/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sergio Henriques de Sousa; Wanderley Goulart Ferreira; Wellington Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

026.915/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto de Mello Collares Junior; Jonathan Alex Tomazi de Oliveira; Luis Carlos Araujo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel
Representação legal: não há

027.505/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Edmar Ferreira da Silva ME
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio do DF/Comando da Aeronáutica
Representação legal: Raiana Matos de Alcântara (OAB/DF 37.641) e outros, representando Edmar Ferreira da Silva ME

027.561/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Gracindo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

027.576/2017-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Marcia Liliane de Oliveira Machado; Viviane Margareth Machado Flores
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

027.771/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Core Service Eventos Eirelli
Órgão/Entidade/Unidade: Estado-Maior do Exército/Ministério da Defesa
Representação legal: Matheus Faganello, (OAB/RS 66.639) e outros, representando Core Service Eventos Eirelli

027.817/2017-2
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Selma Del Campo Lima Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

027.820/2017-3
Natureza: Representação
Representação: LV Distribuidoira de Materiais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Logístico do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

027.908/2017-8
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Solange Godinho Louzada
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

027.912/2017-5
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria da Conceição Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

027.914/2017-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Gerlice de Moraes Wan Lume; Glacilda Wan Lume Bueno; Glacimar Wan Lume da Silva; Meiber de Moraes Wan Lume
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

028.189/2017-5
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Dalva Alves Vianna
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

028.339/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Pickler Soluções Corporativas - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro - MD/CA
Representação legal: não há

032.778/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: João Batista Meira Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

008.089/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formosa do Rio Preto/BA
Representação legal: não há

009.223/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Cultural e Folclórica de Itiúba/BA
Responsáveis: Associação Cultural e Folclórica de Itiúba/BA; Dourival Brandão; Deocleciano José Carvalho Brandão, Dourival Brandão Filho, Maria de Fátima Brandão Souza; David Carvalho Brandão e Maria do Socorro Brandão Ferreira
Representação legal: Cecília Petrina de Carvalho (OAB/BA 11.403), representando Maria do Socorro Brandão Ferreira

019.369/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Israel de Almeida Mendonça; José Alves de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapitanga/BA
Representação legal: André Pedreira Philigret Baptista (OAB/BA 25.539) e outros, representando Israel de Almeida Mendonça

022.478/2017-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Deusdedith da Conceição Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

024.130/2017-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eugênia Mônica Castro Ribeiro; Geraldo Osterne de Sena; Rufina Anunciação de Sousa Mattos; Vera Lucia Maia de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

024.158/2017-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nina Stelmatchuk Fadel
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

024.226/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antonio Josevaldo Silva Lima; Comercial Leite de Calçados Ltda; Comercial Rios Ltda; Livraria e Armarinho Santana Ltda; Mercado Londrina Ltda; Tkm Comércio e Representações Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Serrinha/BA
Representação legal: Gislaine de Sá Fonseca Andrade e outros, representando Antonio Josevaldo Silva Lima; Isaac Newton Carneiro da Silva (OAB/BA 11.334), representando Tkm Comércio e Representações Ltda; Antonio Carlos Reis Caldas (OAB/BA 24.277E) e outros, representando Comercial Rios Ltda; Leonov Pinto Moreira (OAB/BA 15.559) e outros, representando Comercial Leite de Calçados Ltda

024.463/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Maria de Sousa; Nadja Barbosa de Jesus; Rodrigo Cambara Printes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

024.599/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erica Renally Fernandes de Almeida; Licinio Cavalcante Lima Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

025.230/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Município de Canavieiras/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Canavieiras/BA
Representação legal: não há

026.139/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wanderley Paulista de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

026.279/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Francisca Xavier e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

026.315/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Nilton Botelho Ribeiro; Nelci Lenita Kroll de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

026.316/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto Mendonça Cure; Celso Silva de Lemos; Cristina Maria Werneck Farani de Carvalho; Decio Araujo de Menezes; Dircea da Silva Longo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

026.360/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Aparecida Vasconcelos de Souza Leite; Mario Joaquim Dias da Fonseca; Moacyr Banho Bordoni
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.408/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Waldetar Ferreira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

026.409/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edna da Silva Formighieri; Januário Laskoski; Mario Franchini; Miguel Pietricoski; Simone Regina Ravanello; Valter Tacashi Mori
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
Representação legal: não há

026.489/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Henrique Alves de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

026.527/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosali Cunha Machado Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

026.761/2016-5
Natureza: Representação
Representante: José Renato Guidetti Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Gabriel Ciríaco Lira (OAB/AL 7.136) e outros, representando Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro

026.928/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mariana Lima Henriques dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000351

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

027.619/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edvaldo Gabriel Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Representação legal: não há

028.387/2016-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Assistencia Social
Responsáveis: Ana Paula Gonçalves; Barbara Pincowsca Cardoso Campos; Carolina Gabas Stuchi; Denise Ratmann Arruda Colin; Dulcelena Alves Vaz Martins; Ieda Maria Nobre de Castro; Jose Dirceu Galao Junior; Jose Ferreira da Crus; Léa Lúcia Cecílio Braga; Maria Jose de Freitas; Simone Aparecida Albuquerque; Telma Maranho Gomes; Valéria Maria de Massarani Gonelli
Representação legal: não há

031.838/2012-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alexander Barroso Siqueira Neto; Maria Judith Mota; Reciane de Mont"alverne Neto; Rijane de Mont"alverne Neto; Rosana de Mont"alverne Neto; Rosemara de Mont"alverne Neto; Rosilene de Mont"alverne Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - Comando do Exército
Representação legal: não há

033.694/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.879/2016-9
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em razão da omissão no dever de prestar contas do Convênio n° 83/2005 celebrado com a Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello/MA, tendo por objeto "Sistema de Abastecimento de Água", com vigência estipulada para o período de 16/12/2005 a 08/02/2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Governador Newton Bello/Maranhão
Responsável: Leula Pereira Brandão
Representação legal: Gilson Alves Barros (OAB/MA 7492)

001.031/2016-3
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse nº 203.693-60/2006, firmado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Animação Pastoral e Social no Meio Rural-APR/MG.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Minas Gerais
Responsáveis: Animação Pastoral e Social no Meio Rural; José Oliveira da Silva
Representação legal: não há

001.273/2016-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da rejeição da prestação de contas dos recursos transferidos, no exercício de 2008, à prefeitura de Água Doce do Maranhão /MA, para a execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Água Doce do Maranhão/MA
Responsável: José Eliomar da Costa Dias
Representação legal: Walter de Sousa Barros

001.719/2015-7
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução do Convênio 700148/2008, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Município de Alfenas/MG,
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alfenas/MG
Responsável: Pompílio de Lourdes Canavez
Representação legal: Bernardo Romanizio de Carvalho (OAB/MG 101.730)

001.799/2015-0
Recurso de reconsideração interposto por Erivaldo Oliveira do Nascimento, ex-prefeito do Município de Pinhão/SE, contra o Acórdão 2793/2016-TCU-1ª Câmara.
Recorrente: Erivaldo Oliveira do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pinhão - SE
Representação legal: Layana Tyara Campos Dertônio (OAB/SE 4.990), representando Erivaldo Oliveira do Nascimento

003.159/2013-2
Recurso de reconsideração interposto Associação do Trabalho e Economia Solidária - Ates e por Luciano Luz de Lima.
Recorrentes: Associação do Trabalho e Economia Solidária; Luciano Luz de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/DF 34786)

003.424/2014-6
Representação dando conta de irregularidades no contrato destinado à aquisição, pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF, de "sistema de terapia de locomoção funcional intensiva com feedback para reabilitação neuromuscular de membro inferior".
Representantes: Izalci Lucas Ferreira; Mara Cristina Gabrilli
Responsáveis: Ana Paola Gomes Gadelha; Eder Jânio Queiroz e Barros; Elias Fernando Miziara; José de Moraes Falcão; Júlio César Florêncio Isidro; Marinice Cabral Moraes; Suellen Silva de Amorim; Valéria Augusta de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Representação legal: Valter Rodrigues de Souza, representando José de Moraes Falcão; Gleidson da Silva Miranda (OAB/DF 41.866), representando Suellen Silva de Amorim e Eder Jânio Queiroz e Barros; João Marcos de Werneck Farage (OAB/DF 985); Renato Jaqueta Benine (OAB/SP 230.017)

006.391/2016-8
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em desfavor de ex-prefeitos de Pintópolis/MG, José Carlos de Almeida (gestão de 2005 a 2008) e Domingos Martins da Rocha (gestão de 2009 a 2012), em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 875/2002 - Siafi 477.432.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pintópolis - MG
Responsáveis: Domingos Martins da Rocha; José Carlos de Almeida
Representação legal: não há

007.306/2016-4
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa), em razão da omissão no dever de prestar contas de parcela dos recursos referentes ao Contrato de Repasse 0245039-25/2007, celebrado com o Município de Alpercata/MG.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Alpercata/MG
Responsável: Doracy de Sá
Representação legal: Lauro de Tassis Cabral (OAB/MG 66350)

008.086/2017-6
Atos de concessão de aposentadoria (inicial e de alteração) de ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília.
Interessado: Ovidio Santos de Lima;
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: Luiz Antonio Muller Marques (OAB/DF 33.680) e outros, representando Ovidio Santos de Lima

009.103/2015-5
Recurso de recurso de reconsideração interposto por Antônio Adilson Freitas Pinheiro, contra o Acórdão 2.815/2016 da 1ª Câmara.
Recorrente: Antonio Adilson Freitas Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capim Grosso, Bahia
Representação legal: Thiancle da Silva Araújo (OAB/BA 21.540)

013.475/2011-8
Pedido de reexame contra o Acórdão 4.274/2012-1ª Câmara.
Recorrente: Edelma Souza Eugenio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.935/2017-7
Representação referente a possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico SRP n. 0008/2017-CONSUP, realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF.
Representante: Gráfica e Editora Ideal Ltda.
Interessados: Coronário Editora Gráfica Ltda.; Gráfica e Editora Ideal Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: Mikaela Minare Brauna (OAB/DF 18225); Fernando José Gonçalves Acunha (OAB/DF 21184), representando Gráfica e Editora Ideal Ltda.

023.639/2009-2
Pedido de Reexame interposto por Márcio Bastos Gomide contra o Acórdão 4.216/2017-TCU-1ª Câmara.
Recorrente: Márcio Bastos Gomide
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

026.451/2012-3
Tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em desfavor de Luis Alfredo Amin Fernandes, prefeito do Município de Viseu-PA na gestão 2005-2008, em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio 4/2005-Incra/SR-01 (Siafi 527.798), celebrado com aquele município.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Viseu/PA
Responsável: Luis Alfredo Amin Fernandes
Representação legal: Nicholas Alexandre Campolungo (OAB/PA 6700), representando Luis Alfredo Amin Fernandes,

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

012.818/2013-5
Recurso de reconsideração, instaurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em desfavor de Anselmo Barganha Raposo, ex-Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão, em face de irregularidades na execução do Termo de Concessão de Auxílio Financeiro.
Recorrente: Anselmo Baganha Raposo
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Representação legal: Paulo Helder Guimarães de Oliveira (OAB/MA 4.958)

013.016/2011-3
Recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.739/2016 - 1ª Câmara.
Recorrente: Álvaro Costa Bravo
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Eliah Duarte (OAB/PE 2.259), Monica Pimentel da Silva (OAB/PE 28.931), Iuri Batista de Oliveira (OAB/DF 14.066), Luiz Guerra de Morais (OAB/PE 6.025), Henrique Eugênio de Souza Antunes (OAB/PE 3.588), Ricardo Félix (OAB/SP 181.508), Diana Patrícia Lopes Câmara (OAB/PE 24.863), Taney Queiroz e Farias (OAB/PB 8.805) e outros

014.946/2003-5
Pedido de reexame interpostos pela Universidade Federal de Goiás e por Marieta Cruz Dias Teixeira contra o Acórdão nº 611/2004-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria da servidora ex celetista, em razão da incorporação de 2/5 de FC 5 antes da edição da Lei nº 8.911/1994.
Recorrentes: Marieta Cruz Dias Teixeira e Universidade Federal de Goiás
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: Maria Isabel Silva Dias (OAB/GO 13.796) e outros

015.877/2012-4
Tomada de contas especial referente a recursos do Fundo Partidário geridos no exercício de 2007 pela Comissão Provisória Regional do Partido Socialista Brasileiro do Estado de Minas Gerais (PSB/MG).
Responsáveis: Waldo Silva, Wander José Goddard Borges, Swavilly Vivicananda Salgado e Regina Célia de Sá Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Provisória Regional do Partido Socialista Brasileiro do Estado de Minas Gerais (PSB/MG)
Representação legal: Ana Paula Rocha Teixeira (OAB/MG 101.874), Giuseppe Gazzinelli Silva de Barros (OAB/MG 68.829), Hulda Guimarães Ferraz (OAB/MG 133.107) e outros

016.423/2012-7
Pedido de reexame interposto por Davi Gabriel Garcia Silveira contra o Acórdão nº 4.688/2012-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato concessão de pensão civil ao menor sob guarda, ante o entendimento de que o art. 5º da Lei nº 9.717/1998 havia derrogado esse tipo de benefício do regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União.
Recorrente: Davi Gabriel Garcia Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: Rúbio Rogério Madureira de Souza (OAB/SC nº 27.627)

019.108/2011-7
Recurso de reconsideração interposto por Alfredo Américo Gadelha, ex-prefeito de Bonfim/RR, contra decisão que julgou suas contas irregulares e o condenou em débito e multa, em razão da inexecução parcial do Convênio 1.798/2000, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a construção de sistemas de abastecimento de água simplificados em diversos povoados e na sede do município.
Recorrente: Alfredo Américo Gadelha
Responsáveis: Flávia Cristina da Costa Melo, Alfredo Américo Gadelha e Construtora D.S.S. Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bonfim/RR
Representação legal: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A)

031.223/2013-3
Recurso de reconsideração interposto por Roque Luiz Dias dos Santos, ex-prefeito do município de Muritiba/BA, e Construtora Tupim & Cachoeira Ltda. em face do Acórdão 2.489/2016-1ª Câmara, que julgou irregulares as contas do ex-prefeito, condenou ambos em débito solidário e aplicou-lhes multa.
Recorrentes: Roque Luiz Dias dos Santos; Construtora Tupim & Cachoeira Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Muritiba/BA
Representação legal: Raphael Leal Roldão Lima (OAB/BA 37850)

032.679/2014-9
Recurso de Reconsideração interposto por Neusa Maria Gadioli Serafim, ex-presidente do Centro Comunitário do Município de Vinhedo, contra o Acórdão 1.810/2016 - Primeira Câmara, que julgou suas contas especiais irregulares e condenou-lhe em débito.
Recorrente: Neusa Maria Gadioli Serafim
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo
Representação legal: José Ferreira Nazara Júnior (OAB/SP 172.510) e outros

Ministro BRUNO DANTAS

015.688/2007-6
Recursos de reconsideração interpostos por Cícero de Lucena Filho e Frederico Augusto Guedes Pereira Pitanga contra deliberação por meio da qual o Tribunal julgou irregulares suas contas no tocante à aplicação dos recursos federais repassados por força de convênio e, no que interessa aos recorrentes, imputou-lhes débito e multa.
Recorrentes: Cícero de Lucena Filho; Frederico Augusto Guedes Pereira Pitanga
Representação legal: Walter de Agra Júnior (OAB-PB 8.682) e outros, com substabelecimento, representando Cícero de Lucena Filho; Anníbal Peixoto Neto (OAB-PB 10.715) e outros, representando Frederico Augusto Guedes Pereira Pitanga

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000352

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

004.423/2017-8
Concessão de pensão civil a beneficiária de ex-servidor do Comando da Marinha.
Natureza: Pensão Especial de Ex-Combatente
Interessada: Isaura Barbosa do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Pessoal Civil do Comando da Marinha
Representação Legal: não há

010.232/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão da inexecução das ações referentes ao Termo de Compromisso TC/PAC 759/2009, cujo objeto era a construção de 65 melhorias sanitárias domiciliares.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Empresa de Construções e Serviços Ltda. - ME e Ronaldo Campelo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Curralinhos/PI
Representação legal: não há

013.123/2016-5
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Esporte em nome da Sra. Francisca Torres Bezerra, ex-Prefeita do Município de Redenção/CE, em razão da falta de apresentação da documentação exigida para a prestação de contas de recursos públicos oriundos de convênio, cujo objeto era o desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer, em um núcleo para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisca Torres Bezerra e Manuel Soares Bandeira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Redenção/CE
Representação legal: Raimundo Augusto Fernandes Neto (OAB/CE 6.615); Esio Rios Lousada Neto (OAB/CE 18.190)

013.730/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com recursos repassados àquela municipalidade, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, no exercício de 2006.
Responsável: Sidônio Trindade Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tefé/AM
Representação Legal: Ana Maria Silva Noronha (OAB/AM 9.569); Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB/AM 7.372); e Roberta Alfaia Di Tommaso (OAB/AM 10.119)

016.179/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 818/2009, celebrado com o Município de Missão Velha/CE, com o objetivo de "incentivar o turismo, por meio do apoio à realização do evento intitulado I Kariri Fest".
Responsável: Washington Luiz Macedo Fechine
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Missão Velha/CE
Representação legal: Marcos Ronny Moura Saldanha (OAB/CE 9.837)

033.404/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur tendo por fundamento a impugnação total de despesas do Convênio 1.279/2008 (Siconv 700.370/2008) que teve por objeto a realização da "Regata de Canoas da Praia Icaraí 2008".
Responsável: Edivaldo Assis de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Amontada/CE
Representação Legal: Alex Xavier Santiago da Silva (OAB/CE 24.390); Carlos Augusto Quezado Santos (OAB/CE 6.720-E); Francisco Edilberto Torres da Silveira (OAB/CE 26.703); Henrique Gonçalves de Lavor Neto (OAB/CE 12.512); Janine Adeodato Accioly (OAB/CE 12.376); João Marcelo Lima Pedrosa (OAB/CE 12.511); Kelley Cristina Porto Bertosi Mendes (OAB/CE 17.400); Kelly Coelho Silva (OAB/CE 32.766); Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB/CE 13.909); Marcelo Holanda Luz (OAB/CE 11.665); Natália Marques Reis (OAB/CE 28.316); Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE 3.183); Renan Benevides Franco (OAB/CE 23.450); Tomás Brito de Moraes (OAB/CE 30.184); Túlio Magno Gomes Ribeiro (OAB/CE 24.857) e Viviane Diógenes Quezado (OAB/CE 5.241)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

015.090/2017-5
Ato de concessão de pensão civil emitido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.
Interessada: Maria da Penha Rodrigues Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

022.492/2017-8
Ato de concessão de pensão civil emitido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.
Interessado: Jorge Menezes Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul (SFA/RS)
Representação legal: não há

030.548/2010-1
Tomada de contas especial instaurada pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor do Sr. Rosalvo Jonas Borges Sales, prefeito de Amargosa/BA
no período de 2001 a 2004, solidariamente com a Sra. Solange da Silva Lacerda, Tesoureira Municipal no período de 2001 a 2004, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Amargosa/BA
Responsáveis: Raimunda Maria dos Santos Silva; Rosalvo Jonas Borges Sales; Solange da Silva Lacerda; Wanderley Lauria de Almeida Junior
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Fernando Vaz Costa Neto (OAB/BA 25.027) e outros, representando Rosalvo Jonas Borges Sales; Magno Israel Miranda Silva (OAB/BA 26.125), representando Wanderley Lauria de Almeida Junior

035.998/2016-4
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/ME), relativamente à transferência de recursos para o município de Aquidabã/SE, para execução de ações do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aquidabã/SE
Responsável: Marcos José Barreto
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

Em 19 de outubro de 2017
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

EXTRATO DE PAUTA

(Sessão Ordinária de 2ª Câmara, de 24/10/2017, às 16h)

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

020.594/2017-8
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Intelecto Contact Center Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Gabriel Ciriaco Lira (OAB/DF 47212) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro e Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro

026.302/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Bezerra da Silva; Luzia Maria do Nascimento; Maria Lazara de Souza; Maria Lúcia Trigueiro Félix da Silva; Maria da Paz Cunha da Silva; Vonaldo Dantas Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

026.399/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Regina Celi Frazão de Araujo; Ruy Martins Paim; Salvador de Matos; Terezinha Zenaide de França; Valdionor Cardoso de Souza; Washington Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

026.401/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luciene de Queiroz Barreto; Luzilene Maria Mazzarelo de Freitas; Maria Luisa Gaiga; Maria da Gloria Neves Domingos; Odeswaldo Ferreira dos Santos; Odete Barbosa Campos; Rodson Silva Bernardes; Wander Correia Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

026.405/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Savita Salles Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

028.035/2017-8
Natureza: Representação
Representante: JC DIEHL Construções de Imóveis Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

028.068/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Arquitetos Brasil S/S EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz - Instituto de Tecnologia em Imunibiológicos (Bio-Manguinhos)
Representação legal: Fernando de Almeida Prado Sampaio (OAB 235.387/SP), Mario Thadeu Leme de Barros Filho (OAB 246.508/SP) e outros, representando a empresa Arquitetos Brasil S/S EPP.

031.110/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Associação dos Permissionários do Entreposto de São Paulo
Interessado: Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Representação legal: Christopher Rezende Guerra Aguiar (OAB/SP 203028) e outros, representando Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo; Rafael Pinto de Moura Cajueiro (OAB/SP 221278), representando Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo, Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo e Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

Ministro AROLDO CEDRAZ

011.238/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Astran Mudanças e Transportes Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Eric Sarmanho de Albuquerque (OAB/DF 17406) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

011.306/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Daniel Wagner Vieira de Lima; Marcos Antonio dos Santos; Robson Nascimento de Farias; Valter dos Santos Canuto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Traipu - AL
Representação legal: não há

016.219/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação de Cultura e Turismo de Gramado; Luiz Antonio Barbacovi
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Cultura e Turismo de Gramado/RS
Representação legal: Thaís Schramm Werutsky (58746/OAB-RS) e outros, representando Associação de Cultura e Turismo de Gramado, Carla Regina Leidens e Luiz Antonio Barbacovi

019.657/2017-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Thomaz Gonçalves Dias; Prefeitura Municipal de Redenção da Serra/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Redenção da Serra - SP
Representação legal: não há

023.330/2007-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Clovis Santo Padoan; Construtora Triunfo S/A; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Marcelo Jose Leal Gasino; Prefeitura Municipal de Pato Branco/PR; Roberto Salvador Viganó; Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná
Representação legal: Michel Laureanti (OAB/PR 31104) e outros, representando Roberto Salvador Viganó; Ney Marcelo Urbano (OAB/PR 68106) e outros, representando Construtora Triunfo S/A; Rui Dalton Miecznikowski (OAB/PR 38307), representando Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi

025.151/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vania Maria Valadão
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

026.806/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Claudia Sant"ana Pinto; Daniel Kuhner Coelho; Jorge Gonçalves Bezerra Junior; Luis Paulo Scolaro Cordeiro; Rodrigo Vellardo Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Pesquisa Energética
Representação legal: não há

026.934/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Diehl da Silva; Galtio Prince Souza Carneiro; João Paulo Bispo de Abreu; Juliane Araujo Mota; Kamylla Karla Dias Melo; Keilla Barrêto de Souza Vilarinho; Larissa Gaviao Junqueira; Levi Alves da Silva; Loyane Oliveira do Couto; Tatiana de Assis Penido Felipe
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

034.427/2011-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cristiane Maria Carvalho de Amaral; Liane Maria da Silva Carvalho; Rejane Maria Carvalho Freitas; Sheila Aparecida Rodrigues de Oliveira; Shyrlei Rodrigues de Oliveira; Thales Muniz Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000353

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

024.321/2016-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Responsáveis: Florival Rodrigues de Carvalho; Helder Queiroz Pinto Junior; José Gutman; Magda Maria de Regina Chambriard e Waldyr Martins Barroso
Representação legal: não há

025.452/2017-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Delmira Rodrigues Domingos de Brito; Marcelo Cabral de Brito; Maria da Graça Guedes Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

026.097/2016-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Responsáveis: João Pedro Gonçalves da Costa, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, Thaís Dias Gonçalves, Máximo Oliveira de Souza e Wendell Carlos Rosa de Araújo, Aluísio Ladeira Azanha; Tatiana Raquel Alves Vilaça; Walter Alves Coutinho Junior; José Antônio de Sá; Janice Queiroz de Oliviera; Jaime Garcia Siqueira Junior; Artur Nobre Mendes; Patrícia Chagas Neves e Júlio Cesar Gomes Pinho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

026.520/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: George Luis Leitão Nunes; Márcia Cristina Teixeira Cardoso; Sônia Maria Martinez Tomaz Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

026.521/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Carlos Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

026.524/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Herbert Paulo Beck; José Felipe Ledur
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

026.536/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nilson Junio Silva da Costa; Talis Eduardo da Silva e Toledo; Wanderley Maciel Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: não há

026.798/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego de Souza Brito; Dieison Fernando Márquez; Fernando de Lucca Araujo Vieira; Francisco Artur Barbosa Araujo; Francisco Lopes de Lima; Gabriella Regina Menezes de Matos; Geilsom Alves Maranhão; Geovani Dias Santana; Gláucio Borges Pereira; Hellen Caroline Barbosa Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

026.812/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Jessica Ribeiro de Almeida; Rosa Helena Couto de Oliveira; Savyo Chaves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

026.930/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bibiana Oliveira de Oliveira Agendes; Cleide Francisca dos Anjos; Dário Siqueira Campos Junior; Isac Terra Lôpo Pereira; Ivan Montenegro Cerqueira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

026.940/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mahatma Glauber Andrade Santos; Thiago Godinho Fernandes de Sene; Thiago Longhi Araújo; Tiago Lemos Candido
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

026.945/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mariana Nelson de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

026.947/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Jabulka Ferreira; Bernardo dos Santos; Bruna Granato Moses; Caroline Siqueira Pacheco; Graziele Duarte de Mendonca; Gustavo de Lima Santos; Helen de Oliveira Costa; Henrique Bezerra Estevam; Maria Eugenia Pires Rebello do Rego; Mario do Nascimento Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

026.957/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Braga da Silva; Felipe Sampaio Carneiro; Giselle Baptista Andrade Costa; Luciana Vieira Scanapieco; Rafael Esteves Cardoso; Viviane Antunes de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

026.961/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Massena Naso; Edson Tonini Oliveira; Samantha Correa dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

026.962/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Analucia Carvalho da Cunha; Antônio Filogonio Vieira Neto; Cristiani Monteiro Luchesi; Fábio Kenji Ikeoka; Felipe Duarte; Girlene Soares da Silva Prudente; Ivan Almeida Depizzol; João Marcos Santilli; Joara Rodrigues Ferreira; Juscelio Lopes Botelho
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

026.966/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cláudia Grass Paz do Nascimento; Cintia Cordazzo Brunelli; César Augusto Caon Demarchi; Fábio Luiz Pasqualotto; Gabriela Souza Pereira; Josiani Della Giustina; Juliana de Oliveira Roehe; Marco Antônio da Silva Filho; Mariana Guimarães e Freitas; Márcia Gonçalves Noschang
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

026.969/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anamaria Dionísio de Oliveira Araújo; Andréa Cabral dos Santos; Igor Lacet Reis Fernandes; José Fabiano Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Representação legal: não há

026.973/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavia Xavier Oliveira; Magno de Andrade Queiroz; Vinicius Soares Carvalho; Yosadhara de Araujo Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

026.974/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Genoefa Barbarini; Glaucia Cristiane Quirino Bigulim; Wallace Diego Resende; Wellington de Alcântara
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

026.979/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Fernandes Silva; Ana Amélia Diniz Paula; Carolina de Castro Nacif; Eugênio Guedes de Oliveira; Jhone Santos Couto; Leonardo Evangelista de Souza Zambonini; Lorena Pereira Machado Martins; Luiz Paulo de Carvalho Serrano Júnior; Lívia Santos Diniz; Natália Couto Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

026.984/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Martins Melo; Camila Reis Vieira; Camilo Costa de Queiroz; Fabio Araujo Silva; Francisco Flesch; Gabriela Chaves Lange; Helena da Silveira Fontoura; Hugo Pastorio Pereira; Jonata Anderson Tedesco de Souza; Josue Antenogenes Matos Ribeiro Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

026.990/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Farias Esteves do Bonfim; Rosa Fatorelli Tinti Neta; Simone Dantas da Silva; Tatiana Sanches Del Giudice Rangel; Vivian Vieira Henriques; Wagner Carrilho Cardozo; Wanessa Barros Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

026.995/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Carvalho Lenarducci; Deives Fernando Cruzeiro; Denise Carvalho de Souza; Eduardo Freitas Martins; Eliane de Souza Figueiredo; Estela Ribeiro Gomes; Filipe Viana de Souza Guimarães; Fábio Costa de Souza; Gabriel Zambianco; Gabriela Cristina Watanabe
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

027.000/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Marilu Cruz Garcia; Monique Layne Alves Araújo; Roselaine da Silva Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

027.895/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lúcia Oliveira de Jesus; Douglas Longui; Elza Natalina Nogueira e José Adjacy Araújo Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

036.021/2016-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A.
Responsáveis: Antonio Henrique Pinheiro Silveira; Antônio Cláudio Pereira da Silva; Edson Yoshihito Nakagawa; Eva Maria Cella Dal Chiavon; Fernando de Holanda Barbosa Filho; Magda Maria de Regina Chambriard; Marco Antonio Martins Almeida; Oswaldo Antunes Pedrosa Junior; Renato Marcos Darros de Matos
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

005.620/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Palmeirina/PE
Responsáveis: Severino Eudson Catão Ferreira e José Renato Sarmento de Melo
Representação legal: não há

005.965/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barreiros/PE
Responsável: Joao Marcolino Gomes Junior
Representação legal: Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF 31.072) e outros, representando Joao Marcolino Gomes Junior; e Raquel Simão Almeida e outros, representando Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

007.360/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sertânia/PE
Responsáveis: Gustavo Maciel Lins de Albuquerque e Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos
Representação legal: Jessica Maria Mendonca de Lima Melo (OAB/PE 36.670) e outros, representando Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos

010.346/2017-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social/Gerência Executiva em Santos/SP
Responsáveis: Edite Resende Ishimaru e Jose Amarante Garcia e Sueli Okada
Representação legal: não há

015.073/2017-3
Natureza: Representação
Representante: OAS Engenharia e Construção S/A.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Salvador/BA
Representação legal: Cesar Augusto Guimaraes Pereira (OAB/PR 18.662) e outros, representando OAS Engenharia e Construção S/A

026.920/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Helena dos Santos Barbosa; Maria Teresa Queiros dos Santos; Matheus Fernandes; Mayra Jane Braga da Cruz Ribeiro Coelho; Mirella Dantas Porto; Mirelle Souza Costa; Samira Lopes Rossi; Valeria Lopes de Sá e Welson Barbosa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

028.372/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Etiene Alves Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

031.949/2015-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Felipe Ferradais Correia; Josely Rosa Gomes da Silva; Mateus Ferradais Correia e Vania Cristina Correa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AROLDO CEDRAZ

013.880/2005-3
Tomada de Contas Especial (TCE), ora em fase de Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Eudoro Walter de Santana e Leão Humberto Montezuma Santiago Filho contra o Acórdão 3.885/2014-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas decidiu, entre outros encaminhamentos, julgar irregulares as contas desses dois recorrentes, imputar-lhes débito, em regime de solidariedade com terceiro responsável, no montante de R$ 116.914,98, em valores originais que reportam a 17/9/2004, e aplicar-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 16/7/1992, tudo em ra-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000354

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

zão da ocorrência de dano ao erário na aquisição de gleba de terra pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) no Município de Jaguaretama/CE destinada ao reassentamento de famílias afetadas pela construção da Barragem Castanhão.
Recorrentes: Eudoro Walter de Santana e Leão Humberto Montezuma Santiago Filho
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Responsáveis: Airton Jorge de Sa, Antonio Cesar Garcia de Brito, Antonio Claudio Ferreira Lima, Eudoro Walter de Santana, Francijaime Pinheiro Costa, Francisca Pinheiro Costa, Jose Carvalho Rufino, José Tupinambá Cavalcante de Almeida, Leão Humberto Montezuma Santiago Filho, Vicente de Paulo Cavalcante Saboia e Webster Pinheiro Costa
Representação legal: Alex Xavier Santiago da Silva (OAB/CE 24.930), Ana Lourdes Nogueira Almeida (OAB/CE 3.340), Francisco Edilberto Torres da Silveira (OAB/CE 26.703), Henrique Gonçalves de Lavor Neto (OAB/CE 12.512), Kelley Cristina Porto Bertosi (OAB/CE 17.400), Janine Adeodato Accioly (OAB/CE 12.376), João Marcelo Lima Pedrosa (OAB/CE 12.511), Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB/CE 13.909), Marcelo Holanda Luz (OAB/CE 11.665), Patrícia Maria de Castro Teixeira (OAB/CE 15.673), Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE 3.183), Renan Benevides Franco (OAB/CE 23.450), Túlio Magno Gomes Ribeiro (OAB/CE 24.853), Viviane Diógenes Quezado (OAB/CE 5.241), representando Leão Humberto Montezuma Santiago Filho; Andre Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550) e Jéssica Teles de Almeida (OAB/CE 26.593), representando Eudoro Walter de Santana
Interessados em sustentação oral:
- André Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550) e Jéssica Peles de Almeida (OAB/CE 26.593), em nome de EUDORO WALTER DE SANTANA

020.959/2010-9
Prestação de contas ordinárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), referente ao exercício de 2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Luiz Antônio Pagot; José Henrique Coelho Sadok de Sá; Heraldo Consentino; Hideraldo Luiz Caron; Miguel de Souza; Miguel Dib Tachy; Herbert Drummond; Rômulo do Carmo Ferreira Neto; Paulo Sérgio de Oliveira Passos; Miguel Mario Bianco Masella; Marcelo Perrupato e Silva; José Roberto de Moares Rego Paiva Fernandes Jr.; e Priscilla Maria Santana
Representação legal: Pablo Alves Prado (OAB/DF 43164), representando Hideraldo Luiz Caron; Rafael Teixeira Martins (OAB/DF 19.274), representando Cid Ney Santos Martins; Pedro Xavier Coelho Sobrinho (OAB/RR 598) e outros, representando Nadja Tereza Monteiro de Oliveira; João Gabriel Perotto Pagot (OAB/MT 12055) e outros, representando Luiz Antonio Pagot
Interessado em sustentação oral:
- Rafael Martins (OAB/DF 19.274), em nome de CID NEY SANTOS MARTINS

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

000.840/2014-9
Recurso de reconsideração interposto por Eduardo Florentino, ex-prefeito do município de Cascavel/CE, contra decisão que julgou suas contas irregulares e aplicou-lhe multa.
Recorrente: Eduardo Florentino Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cascavel/CE
Representação legal: não há
Revisora: Ministra Ana Arraes (37/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

004.973/2015-1
Embargos de declaração interposto por Francisco Rubensmário Chaves Siqueira contra decisão que julgou irregulares as suas contas e aplicou-lhe multa, diante de irregularidades na execução de convênio, o qual tinha por objetivo incentivar o turismo na municipalidade, por intermédio da realização da "Festa de Reveillon de Ipubi" nos dias 30 e 31/12/2008.
Embargante: Francisco Rubensmário Chaves Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipubi/PE
Representação legal: Francisco Aracildo Alves Feitoza (OAB/PE 14.095)

005.948/2015-0
Embargos de declaração interposto por José Ahyrton da Silva e Organização Não Governamental (ONG) Cata-Ventos Juventude e Cidadania contra decisão que julgou irregulares as contas desses responsáveis, condenou-os solidariamente ao ressarcimento do dano e aplicou-lhes multa, em razão da impugnação parcial das despesas de convênios celebrados entre a União, por intermédio do Ministério dos Esportes, e a referida ONG,
Embargantes: Jose Ahyrton da Silva e ONG Cata-Ventos Juventude e Cidadania
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); e Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363)

007.684/2004-8
Concessão de aposentadorias de ex-servidores vinculados à Universidade Federal de Lavras.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Interessados: Joaquim dos Santos Penoni; Jose Francisco Rodarte; Luiz Onofre Salgado; Milton Moreira de Carvalho; Vicente de Paula Vitor
Representação legal: não há

015.431/2011-8
Concessão de aposentadoria a ex-servidora da Universidade Federal de Santa Catarina.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessado: Amélia Silveira
Representação legal: Pedro Mauricio Pita da Silva Machado (12391/OAB-SC) e outros, representando Amélia Silveira

021.002/2016-9
Embargos de declaração interposto por Lineu Olímpio de Souza e Bruna Santana Seabra contra decisão que aplicou-lhes multa, tendo em vista supostas irregularidades verificadas em concorrência, que ocorreria no âmbito da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no estado do Ceará.
Embargantes: Bruna Santana Seabra e Lineu Olímpio de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento no estado do Ceará
Responsáveis: Bruna Santana Seabra; Lineu Olímpio de Souza; Joaquim Florêncio de Souza Nunes, Superintendente Regional da Conab/CE; e Superintendência Regional da Conab no estado do Ceará
Representação legal: Daniel Ivo Odon (OAB/DF 18.163) e outros, representando Lineu Olímpio de Souza

024.245/2017-8
Concessão de aposentadoria a ex-servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Interessados: Maria de Lourdes Lima; Maria do Socorro Maia Alves; Servulu Mario Lacerda e Walter de Araujo
Representação legal: não há

029.870/2014-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Estadual no Rio Grande do Norte da Fundação Nacional de Saúde - Funasa - em desfavor de Edmilson Fernandes de Amorim, ex-prefeito do Município Antônio Martins/RN, em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à edilidade por força de convênio, cujo objeto era a execução do sistema de abastecimento de água das comunidades de Cachoeirinha, Gama, Retiro, Vira Mundo e Picada, localizadas na Zona Rural, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte/Ministério da Saúde
Unidade jurisdicionada: Município de Antônio Martins/RN
Responsável: Edmilson Fernandes de Amorim
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.516/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor da Sra. Vânia Carmen Lisboa de Almeida Braga, ex-Prefeita Municipal de Rio Tinto/PB (período 2001-2004), e do Sr. José Alves de Carvalho Filho, ex-Vice-Prefeito Municipal de Rio Tinto/PB (período 2001-2004), em razão da impugnação parcial de despesas do Convênio 1.498/2002, cujo objeto era a execução de melhorias sanitárias domiciliares em áreas indígenas - Aldeias de Jaraguá e Silva de Belém.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Tinto - PB
Responsáveis: DJ Construções Ltda. - ME; Fabiano Ribeiro dos Santos; José Alves de Carvalho Filho; João Freitas de Souza; Vania Carmen Lisboa de Almeida Braga
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Vania Carmen Lisboa de Almeida Braga

003.325/2013-0
Recurso de reconsideração interposto por José Antonio dos Santos Carvalho contra o Acórdão 1074/2015-TCU-2ª Câmara.
Recorrente: José Antônio dos Santos Carvalho
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Aurora do Pará/PA
Representação legal: João Jorge Hage Neto (OAB/PA 5916)

003.494/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurado pela Coordenação de Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão da ausência do Parecer de Avaliação do Conselho de Assistência Social sobre a aplicação dos recursos transferidos ao Município de Cacimba de Areia/PB, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Social Especial - PSE e Proteção Social Básica - PSB no exercício de 2011, que objetivava a execução dos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cacimba de Areia - PB
Responsáveis: Inácio Roberto de Lira Campos; Orisman Ferreira da Nóbrega
Representação legal: não há

020.869/2016-9
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC), em desfavor da Associação de Cultura e Turismo de Gramado/RS (ACTG) - e do sr. Luiz Antonio Barbacovi, presidente da entidade, em razão da impugnação parcial das despesas relativas aos recursos repassados por força do Pronac 05-7043, no valor total de R$ 1.100.000,00, decorrente de incentivo fiscal, que teve por objeto a realização do Natal Luz de Gramado 2006.
Interessado: Ministério da Cultura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Associação de Cultura e Turismo de Gramado; Luiz Antonio Barbacovi
Representação legal: Laura Luce Maisonnave (80497/OAB-RS) e outros, representando Associação de Cultura e Turismo de Gramado e Luiz Antonio Barbacovi

032.838/2011-5
Pedido de reexame interposto por Alceu Edison Torres contra o Acórdão 1.332/2015 - 2ª Câmara, que aplicou-lhe multa em razão de ofensa aos princípios da moralidade e da impessoalidade em contratos de terceirização.
Recorrente: Alceu Edison Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: Christopher Lima Vicente (OAB/MS 16.694); Paulo Henrique Menezes Medeiros (OAB/DF 32.155); e Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (OAB/MS 7.498)

035.340/2012-6
Recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Egon Leon Dadalt, Coordenador de Tecnologia da Informação;o e José Carlos Dorsa Vieira Pontes, Diretor-Geral do Hospital Universitário da Universidade Federal do Mato Groso do Sul (NHU/UFMS) contra o Acórdão 8616/2016 - TCU - 2ª Câmara que aplicou a esses gestores, individualmente, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em razão das irregularidades em contratação daquela unidade.
Interessado: Ministério da Educação
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Carmen de Jesus Samúdio; Célia Maria Silva Corrêa Oliveira; Dario Cesar Brum Arguello; Egon Leon Dadalt; Elcio Roberto Queiroz Campos; H2l Equipamentos e Sistemas Ltda.; Joao Jair Sartorelo; José Carlos Dorsa Vieira Pontes; João Ricardo Filgueiras Tognini; Julio Cesar Goncalves
Recorrentes: Egon Leon Dadalt, José Carlos Dorsa Vieira Pontes
Representação legal: Fabrizio Tadeu Severo dos Santos OAB/MS 7498, procuração à peça 92, representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

017.822/2008-2
Pedido de reexame interposto por Alberto Kaio Patriarcha,Andriw Patriarcha e Giovanna Patriarcha contra decisão que considerou ilegais as pensões civis, em razão da ausência de comprovação de dependência econômica e da condição dos beneficiários como menores sob guarda do instituidor.
Recorrentes: Giovanna Patriarcha; Alberto Kaio Patriarcha; Andriw Patriarcha.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: Vegler Luiz Mancini Matias (OAB/SP 175.985)

018.197/2015-9
Recurso de reconsideração interposto por Aldo Alves Ferreira, ex-Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública no Amapá, contra o Acórdão 11.851/2016 - 2ª Câmara, que julgou as irregulares as contas especiais do responsável, com condenação em débito e aplicação de multa, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais do Convênio 521/2008, celebrado entre a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) e o Estado do Amapá.
Recorrente: Aldo Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Representação legal: não há

022.325/2010-7
Concessão de aposentadoria a servidora da Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS.
Interessada: Maria Delazeri Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS
Representação legal: Thiago Cecchini Brunetto (OAB/RS 51.519)

026.474/2006-0
Perda de objeto do ato de interesse de Janilsa de Almeida Cerqueira. Falta de absorção das parcelas relativas a planos econômicos e cálculo da proporcionalidade dos proventos da outra servidora sem observância da EC nº 20/1998.
Interessadas: Janilsa de Almeida Cerqueira e Maria do Perpétuo Socorro de Almeida Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.475/2017-7
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor do Centro de Integração Social Amigos de Nova Era, associação civil com sede no Município de Nova Iguaçu/RJ, e do Sr. Edilso Gomes Maceió, na condição de gerente executivo da associação à época dos fatos, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com recursos do Fundo Nacional da Cultura e repassados por meio do Convênio nº 122/2005, que tinha por objetivo a realização de oficinas de produção audiovisual.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Centro de Integração Social Amigos de Nova Era e Edilso Gomes Maceió
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000355

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

010.232/2017-6
Auditoria, no âmbito do Fiscobras-2017, realizada com o objetivo de fiscalizar a regular aplicação dos recursos nas obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), conforme previsto no Acórdão 2.757/2016-Plenário, exarado no TC 026.173/2016-6.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará
Responsáveis: Adauto Jose Araujo Mota; Antonio Madeiro de Lucena; Benedito Lopes Santiago; Carlos Antonio Cavalcante Asfor; Francisco José Coelho Teixeira; Igor Lima Moreira e Yuri Castro de Oliveira
Representação legal: não há

011.708/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Hugo Xavier de Sá Carvalho, ex-prefeito de Belém de São Francisco PE (gestão: 2001/2004), diante da parcial impugnação das despesas inerentes aos recursos federais repassados ao referido município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), nos exercícios de 2003 e 2004, perfazendo o montante de R$ 50.500,00 para o PDDE/2003 e de R$ 420.619,20 para o PDDE/2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belém de São Francisco/PE
Responsável: Hugo Xavier de Sá Carvalho
Representação legal: não há

012.216/2014-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), inicialmente, em desfavor do Sr. José Valdi Coutinho, ex-prefeito de Independência/CE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da impugnação total de despesas do Termo de Compromisso TC/PAC nº 285/2007 destinado à execução de sistema de esgotamento sanitário.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Independência/CE
Responsáveis: José Edval Pimentel de Almeida e José Valdi Coutinho
Representação legal: Antônio Kleiner Pimentel de Araujo (OAB/CE 3.0281), representando José Edval Pimentel de Almeida; e Eugênio Aguiar Camurça (OAB/CE 8.196) e outros, representando José Valdi Coutinho

014.100/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão do não cumprimento do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse 102.309-65/2000 para a construção de sistema de abastecimento de água, no valor total de R$ 287.684,08.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sairé/PE
Responsáveis: Everaldo Dias de Arruda e Izaias Ferreira da Silva
Representação legal: não há

015.192/2016-4
Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) contra o Sr. Raryson Pedrosa Nakayama, ex-prefeito de Iracema/RR (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da não comprovação da boa a não consecução dos objetivos pactuados por meio do Convênio nº 53/2011, com vigência no período de 30/12/2011 a 30/1/2013, cujo objeto consistia na execução do "Projeto Peixe e Renda aos Agricultores Familiares do Município de Iracema/RR", com a previsão de recursos financeiros na ordem de R$ 1.277.600,00, a cargo do concedente, além de R$ 27.429,50, por parte do convenente, perfazendo o montante de R$ 1.305.029,50.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iracema/RR
Responsável: Raryson Pedrosa Nakayama
Representação legal: não há

015.437/2016-7
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) em desfavor dos Srs. Aparecido Vieira Lopes (gestão 2001-2004), Ecildon de Souza Pinto Filho (gestão 1/1/2005-20/12/2007), e José Alves Lima (gestão 21/12/2007-31/12/2008), todos ex-prefeitos de Mucajaí/RR, diante do não cumprimento do objeto pactuado no Contrato de Repasse 0097.169-17/1999, que tinha como objeto a implantação de eletrificação rural na municipalidade, com a previsão do aporte integral de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00, sem previsão de contrapartida municipal
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mucajaí/RR
Responsável: Aparecido Vieira Lopes
Representação legal: Maria Inês Maturano Lopes (OAB/RR 342-A), representando Aparecido Vieira Lopes; Francisco Feliciano da Conceição (OAB/RR 1.388), representando Município de Mucajaí/RR /RR

026.347/2014-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Otacílio Beserra de Menezes, ex-prefeito de Formoso de Iracema/CE (gestão: 2009-2012), diante do não encaminhamento da documentação integral relativa à prestação de contas do Convênio nº 37/2010, com vigência de 25/3/2010 a 25/5/2010, que tinha como objeto incentivar o turismo por meio do apoio à realização do Projeto intitulado "5ª Feira Agropecuária do Município de Iracema".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iracema/CE
Responsável: Otacílio Beserra Meneses
Representação legal: não há

033.069/2014-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Francisco Edval Campelo Almendra, ex-prefeito de Beneditinos/PI (gestão: 2005-2008), diante do não atingimento das metas pactuadas no Convênio 1.727/2005 celebrado com a Prefeitura Municipal de Beneditinos/PI e a respectiva fundação, destinado à implantação de um "Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos" na aludida municipalidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Beneditinos/PI
Responsável: Francisco Edval Campelo Almendra
Representação legal: Moisés Ângelo de Moura Reis (OAB/PI 874/75) e outros, representando Francisco Edval Campelo Almendra; Maira Castelo Branco Leite (OAB/PI 3.276) e outros, representando Município de Beneditinos/PI

041.814/2012-6
Reanálise da alteração de Pensão Civil instituída por Raimundo Augusto Vale da Rosa, em favor de Larissa Beatriz Oliva da Rosa, na condição de pessoa designada, com amparo no art. 217, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.112, de 1990, deferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
Interessada: Larissa Beatriz Oliva da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: Hélio Gustavo Alves (OAB/SP 187.555) e outros, representando Larissa Beatriz Oliva da Rosa

Em 19 de outubro de 2017
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.958, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o artigo 5º da Resolução nº 47, de 28 de março de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que autoriza que a Administração proceda à alteração de áreas de atividades e/ou especialidades de cargos vagos para atender às necessidades do serviço;

Considerando o Ato CSJT nº 193, de 9 de outubro de 2008, que estabelece as descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais do Trabalho;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 17498/2015;

Considerando que não existe concurso público vigente para o cargo de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Saúde Bucal,

Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 22101/2017, resolve ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno:

Alterar a área de atividade e excluir a especialidade de um cargo vago de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Saúde Bucal, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº 13.143, de 6 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2015, e alterado pela Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPe nº 66/2016, passando o cargo a denominar-se Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Des. BRENO MEDEIROS

PORTARIA Nº 2.959, 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o artigo 5º da Resolução nº 47, de 28 de março de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que autoriza que a Administração proceda à alteração de áreas de atividades e/ou especialidades de cargos vagos para atender às necessidades do serviço;

Considerando o Ato CSJT nº 193, de 9 de outubro de 2008, que estabelece as descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais do Trabalho;

Considerando que, embora exista concurso público em andamento para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, com prazo de validade em vigor, o Edital de abertura do concurso fez previsão de Cadastro Reserva para o citado cargo e até a presente data, 10 (dez) candidatos foram nomeados e 1 (um) desistiu antes de sua nomeação;

Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 22093/2017, resolve, ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno:

Art. 1º Excluir a Especialidade de 2 (dois) cargos vagos de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, passando os cargos a denominarem-se Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Art. 2º Os cargos vagos alterados são decorrentes das aposentadorias de LÍLIA MARIA RIBEIRO e ANTÔNIO CARLOS DELMÔNICO, conforme PORTARIA TRT 18ª GP/SGPe Nº 423/2017, publicada no DOU de 20 de fevereiro de 2017 e PORTARIA TRT 18ª GP/SGPe Nº 1.406/2017, publicada no DOU de 22 de junho de 2017, .

Des. BRENO MEDEIROS

PORTARIA Nº 2.960, 18 DE OUTUBRO DE 2017

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o artigo 5º da Resolução nº 47, de 28 de março de 2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que autoriza que a Administração proceda à alteração de áreas de atividades e/ou especialidades de cargos vagos para atender às necessidades do serviço;

Considerando o Ato CSJT nº 193, de 9 de outubro de 2008, que estabelece as descrições das atribuições e os requisitos para ingresso nos cargos efetivos dos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais do Trabalho;

Considerando que não existe concurso público vigente para o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Enfermagem;

Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 22098/2017, resolve, ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno:

Alterar a área de atividade e excluir a especialidade de um cargo vago de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Enfermagem, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei nº nº 13.143, de 6 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2015, passando o cargo a denominar-se Técnico Judiciário, Área Administrativa.

Publique-se no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Des. BRENO MEDEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 343, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.696 de 1º de setembro de 1998;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 26 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 206/2010);

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º da Lei nº 12.514/2011, que expressamente autoriza os Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas a estabelecerem regras de recuperação de créditos;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 316/2016, que dispõe sobre os procedimentos de cobrança administrativa, judicial e inscrição de

débitos na Dívida Ativa dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a implantação de Programa de Recuperação de Créditos no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs para que os Conselhos Regionais possam adotar medidas administrativas e judiciais com o objetivo de reverter o quadro de inadimplência tanto em acordos administrativos como em audiências de conciliação, mediante a proposição de acordos relativos à recuperação de créditos;

CONSIDERANDO as solicitações encaminhadas ao CONFEF pelos Conselhos Regionais de Educação Física requerendo a instituição e implementação de Programa de Recuperação Fiscal;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do CONFEF, em Reunião Ordinária realizada no dia 06 de outubro de 2017, resolve:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA

Art. 1º - É instituído o I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 do Sistema CONFEF/CREFs, com vigência até 30 de junho de 2018, destinado a promover a regularização dos créditos decorrentes de débitos dos Profissionais de Educação Física e Pessoas Jurídicas registrados, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, decorrente de:

I - anuidades vencidas até 31 de dezembro de 2016;

II - multas aplicadas;

III - parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos débitos de anuidades referentes ao ano de 2017 em diante.

§ 2º - À exceção do parcelamento das anuidades do ano em curso, a opção pelo I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018, exclui a concessão de qualquer outra forma de parcelamento, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos para a modalidade desta Resolução.

§ 3º - Findo o prazo mencionado no caput deste artigo para o I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018, as regras de parcelamento estipuladas nesta resolução perderão a eficácia.

Art. 2º - A adesão ao I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 fica a critério dos Conselhos Regionais de Educação Física, mediante a adesão ou edição de Resolução própria, observados os ditames desta Resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000356

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único - Os Conselhos Regionais de Educação Física que aderirem ao I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 ficam autorizados a promover conciliações administrativas e judiciais nas condições estipuladas nesta Resolução.

Art. 3º - O ingresso no I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 dar-se-á por opção escrita do Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica até o dia 29 de junho de 2018, sendo necessária a formalização de Termo Administrativo de Confissão e Negociação de Dívida, nos termos do Anexo I desta Resolução.

CAPÍTULO II

DOS PARCELAMENTOS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PARCELAMENTOS

Art. 4º - Os débitos dos Profissionais de Educação Física e/ou das Pessoas Jurídicas registradas no Sistema CONFEF/CREFs, observadas as condições de adesão ao Programa estabelecidas no artigo 1º desta Resolução, serão consolidados na data do requerimento e divididos pelo número de parcelas pactuadas entre as partes, respeitado o máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas, devendo cada parcela ter, no mínimo, o valor de R$ 100,00 (cem reais) para Profissionais de Educação Física e de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para Pessoas Jurídicas.

Art. 5º - A opção pelo I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018, descrita no art. 3º desta Resolução, sujeita os Profissionais de Educação Física e/ou Pessoas Jurídicas a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos existentes;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

IV - atualização anual do cadastro junto ao respectivo CREF, mediante apresentação de cópia de comprovante de residência do mês corrente, declaração de endereço da instituição empregadora, telefones para contato e endereço eletrônico.

Art. 6º - O Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica optante pelo I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 será dele excluído, mediante ato do respectivo CREF, em razão de inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou 04 (quatro) meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidas pelo Programa.

§ 1º - A exclusão do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica do REFIS Educação Física 2017/2018 implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º - Na hipótese da preexistência de Execução Fiscal a exclusão do I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 acarretará no prosseguimento da medida judicial.

§ 3º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica.

§ 4º - Os Profissionais de Educação Física e/ou Pessoas Jurídicas que, inconformadas com a sua exclusão do Programa, desejarem solicitar o restabelecimento do I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018, poderão fazê-lo de forma fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do ato de exclusão, que deverá ser decidido pelo respectivo CREF.

Art. 7º - A certidão positiva com efeito de negativa, emitida durante a vigência do parcelamento pelo I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela, podendo o CREF revalidá-la, sucessivamente, durante o exercício, tudo conforme o modelo constante no Anexo II desta Resolução.

Seção II

DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS

Art. 8º - Os débitos existentes em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no I Programa de Recuperação de Créditos 2017/2018 e poderão ser:

I - parcelados até o número máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas;

II - reduzidos progressivamente os encargos moratórios de acordo com o número de parcelas na seguinte proporção:

Quantidade de Parcelas	Desconto Multa	Desconto Juros
ÚNICA	100%	100%
2 a 6	80%	80%
7 a 12	60%	60%
13 a 18	40%	40%
19 a 24	20%	20%

§ 1º - À exceção dos débitos das anuidades do ano de 2017 em diante, a consolidação abrangerá todos os débitos descritos no art. 1º desta Resolução existentes em nome do Profissional de Educação Física e/ou da Pessoa Jurídica, e deverá ser paga em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis preferencialmente no dia aprazado pelo mesmo.

§ 2º - Salvo negociação diversa com o respectivo CREF, a primeira parcela será preferencialmente quitada no mesmo dia da assinatura do termo de adesão.

§ 3º - Após o vencimento incidirá sobre o valor da parcela multa de 2% (dois por cento), além do juro de mora de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia, acrescido de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - I.P.C.A.

§ 4º - O Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica em dia com o parcelamento poderá, a qualquer tempo, amortizar o seu saldo devedor mediante o pagamento antecipado de parcelas, com a observância da tabela de redução progressiva de que trata o inciso II do caput deste artigo.

Art. 9º - Em relação aos débitos em fase de execução fiscal poderá haver transação (negociação) quando da realização de audiência de conciliação, quando o Profissional de Educação Física e/ou Pessoa Jurídica e o CREF acordarão a melhor forma de solucionar a questão.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, a critério do CREF, fica autorizado o desconto sobre o valor da dívida na forma estabelecida pelo inciso II do caput do art. 8º desta Resolução.

§ 2º - Aos CREFs caberá indicar representante legal responsável por firmar acordos e transacionar (negociar) nas audiências de conciliação.

§ 3º - Caso haja honorários de sucumbência, estes serão calculados sobre o valor fixado na negociação e a critério do respectivo CREF poderão ser dispensados como forma de viabilizar a transação, nos termos dos precedentes do Tribunal de Contas da União e Jurisprudência pacificada.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Os CREFs deverão envidar todos os esforços necessários para promover ampla divulgação do presente programa de regularização de débitos dos Profissionais de Educação Física e /ou das Pessoas Jurídicas.

Art. 11 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Os anexos desta Resolução encontram-se à disposição, na íntegra, no portal eletrônico do CONFEF, www.confef.org.br

JORGE STEINHILBER

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 179, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Decide, ad Referendum do Plenário do Cofen, alterar a Decisão Cofen nº 177/2017 e definir nova data para as eleições do Coren-DF para o Quadro II e III.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº. 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a competência estabelecida ao Presidente do Cofen no art. 25, XV, do Regimento Interno do Cofen, de decidir, ad referendum do Plenário ou da Diretoria, nos casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente;

CONSIDERANDO que o Código Eleitoral dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 523/2016, estabelece as normas destinadas à garantia do direito de votar e de ser votado por meio de eleições diretas, conferindo poderes aos Cofen para expedir instruções para sua fiel execução;

CONSIDERANDO a Decisão Cofen nº 177/2017, publicada no Diário Oficial da União nº 191, págs. 74 e 75, da Seção I;

CONSIDERANDO que é dever do Cofen proporcionar e garantir a participação do maior número de profissionais votantes nas eleições dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo Cofen nº 0726/2017, que tem por objeto: "COREN-DF: SUSPENSÃO DAS ELEIÇÕES DOS QUADROS II E III", decide:

Art. 1º Aprovar, ad Referendum do Plenário do Cofen, a alteração do artigo 2º da Decisão Cofen nº 177/2017, publicada no Diário Oficial da União nº 191, págs. 74 e 75, da Seção I, para definir o dia 05 de novembro de 2017 como nova data para a eleição via internet do nível médio (Quadro II e III) do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, iniciando às 08:00 horas e estendendo-se por 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

DECISÃO Nº 180, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

Decide, "ad referendum" do Plenário do Cofen, nova data para as eleições via Internet do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei n2 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen n. 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a competência estabelecida ao Presidente do Cofen no art. 25, XV, do Regimento Interno do Cofen, de decidir, ad referendum do Plenário ou da Diretoria, nos casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente;

CONSIDERANDO o Ofício nº 518/2017-GAB/PRES encaminhado pelo Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará o qual solicita a designação de nova data, a partir de novembro do corrente ano, para a realização das eleições do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - Coren-CE;

CONSIDERANDO a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 9 0811738-27.2017.4.05.8100, a qual determinou a suspensão das eleições do Coren-CE do dia 01.10.2017, deferiu a inscrição da chapa 01 do quadro I e autorizou a realização de novas eleições apenas a partir do mês de novembro.

CONSIDERANDO a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 9 0812713-49.2017.4.05.8100, a qual determinou e deferiu a inscrição da chapa 01 do quadro II e III, e novas eleições apenas a partir do mês de novembro;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 88 da Resolução Cofen nº 2 421/2012 os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Cofen;

CONSIDERANDO que o Código Eleitoral dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 523/2016, estabelece as normas destinadas à garantia do direito de votar e de ser votado por meio de eleições diretas, conferindo poderes aos Cofen para expedir instruções para sua fiel execução;

CONSIDERANDO que é dever do Cofen proporcionar e garantir a participação dos profissionais votantes nas eleições dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo Cofen nº 755/2017, decide:

Art. 1º Aprovar, ad Referendum do Plenário do Cofen, o dia 05 de novembro de 2017 como nova data para a eleição via internet do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, iniciando às 08:00 horas e estendendo-se por 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e posterior publicação no Diário Oficial da União, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

ACORDÃO

Acórdão publicado na 3ª Reunião de Julgamento realizada em 17 de outubro de 2017.Acórdão. PA nº 884/06/2017. Requerente: Cláudia Saraiva. Conrerp/4ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 885/07/2017. Requerente: Cláudia Regina Veiss. Conrerp/4ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 886/08/2017. Requerente: Beatriz Wondradek Borba. Conrerp/4ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 887/09/2017. Requerente: Karin Sudbrack Born. Conrerp/4ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e deferiu o pedido formulado para conceder a anistia e cancelar os débitos constituídos em nome da requerente. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 888/10/2017. Requerente: Kátia Brandalise Rizzon. Conrerp/4ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 889/11/2017. Requerente: Élida Munhoz Pastore. Conrerp/3ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 890/12/2017. Requerente: Rosemary Lopes Bonfim. Conrerp/3ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 891/13/2017. Requerente: Patrícia Aparecida Pastore Ramos. Conrerp/3ª Região. Conselheiro Federal Relator: Denys William dos Santos. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à

unanimidade, conheceu e indeferiu o pedido formulado em razão da insuficiência probatória. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Vanessa Alessandra da Silva e Silva.Acórdão. PA nº 881/03/2017. Recorrente: Poliana dos Santos Fraga. Conrerp/4ª Região. Conselheira Federal Relatora: Vanessa Alessandra da Silva e Silva. Tratam os autos de processo administrativo de baixa temporária. O Conferp, à unanimidade, conheceu e desproveu o recurso interposto para manter íntegro o acórdão recorrido. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Denys William dos Santos.Acórdão. PA nº 882/04/2017. Recorrente: Frederico Ferreira La Rosa. Conrerp/4ª Região. Conselheira Federal Relatora: Vanessa Alessandra da Silva e Silva. Tratam os autos de processo administrativo de baixa temporária. O Conferp, à unanimidade, conheceu e desproveu o recurso interposto para manter íntegro o acórdão recorrido. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Denys William dos Santos.Acórdão. PA nº 883/05/2017. Recorrente: Tatiane Bridi Mottin. Conrerp/4ª Região. Conselheira Federal Relatora: Vanessa Alessandra da Silva e Silva. Tratam os autos de processo administrativo de baixa temporária. O Conferp, à unanimidade, conheceu e proveu o recurso interposto para reformar o acórdão recorrido e deferir o pedido de baixa temporária de registro. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Denys William dos Santos.Acórdão. PA nº 892/14/2017. Recorrente: Signi Estratégias em Responsabilidade Social Ltda. Conrerp/4ª Região. Conselheira Federal Relatora: Vanessa Alessandra da Silva e Silva. Tratam os autos de pedido de anistia de débitos. O Conferp, à unanimidade, conheceu e desproveu o recurso interposto para manter íntegro o acórdão recorrido. Participaram do julgamento os Conselheiros Federais Júlia Gadelha Torres Furtado e Denys William dos Santos..

Brasília, 17 de outubro de 2017.
JÚLIA GADELHA TORRES FURTADO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 1ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 4-A, DE 17 OUTUBRO DE 2017

O CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº6684/79, regulamentada pelo Decreto nº88439/83, de acordo com a decisão proferida na sessão de julgamento do Processo Ético Profissional nº004/17-A, realizado em 02.08.17 pela Comissão de Ética do Conselho Regional de Biomedicina 1ªRegião que, por unanimidade de votos, aplicar a pena de "suspensão de uma ano do exercício profissional ", prevista no art. 27, incisos IV, art. 30, incisos VI,XX e XXVIII do Código de Ética, Resolução nº 198 do CFBM para doutor José dos Santos Moura, por infração aos art.24, I, da Lei 6.84 de 03.09.79, c/c com art.33, I do Decreto nº88.439 de 28.06.83; art. 4º, incisos III,IX, art. 5º inciso V.,IX e ar. 12º, inciso I da Resolução n° 198, de 21 de fevereiro de 2011.

DÁCIO EDUARDO LEANDRO CAMPOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a anuidade devida ao Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região - CREF8/AM-AC-RO-RR

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8/AM-AC-RO-RR, e; CONSIDERANDO o disposto em Lei Federal n° 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física; CONSIDERANDO o disposto no art. 3° da Lei Federal n° 12.514/2011; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 339/2017; CONSIDERANDO o disposto no inciso V do art. 30 do Estatuto do CREF8/AM-AC-RO-RR; CONSIDERANDO a atual situação político e econômica que o País atravessa; CONSIDERANDO o deliberado na 62ª Reunião Plenária do CREF8/AM-AC-RO-RR realizada no dia 14 de outubro de 2017; resolve:

Art. 1º - Fixar o valor das anuidades, de Pessoa Física, em R$ 603,07 (seiscentos e três reais e sete centavos). §1° - Será concedido desconto, conforme a data de pagamento a seguir: I - 50% para pagamento até 31 de janeiro de 2018; II - 45% para pagamento até 28 de fevereiro de 2018; III - 40% para pagamento até 30 de março de 2018; IV - 35% para pagamento até 30 de abril de 2018; V - 30% para pagamento até o dia 31 de maio de 2018; VI - 25% para pagamento até o dia 29 de junho de 2018; VII - 20% para pagamento até o dia 31 de julho de 2017; §2° - Será concedido desconto de 50%, em qualquer época do ano, para pagamento da primeira anuidade.

Art. 2º - Fixar o valor das anuidades, de Pessoa Jurídica, em R$ 1.490,40 (hum mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos). §1° - Será concedido desconto, conforme a metragem do estabelecimento: Porte I - PJ com até 400m² - 50% de desconto para pagamento até 30 de março de 2018; Porte II - PJ acima de 400 até 800m² - 35% de desconto para pagamento até 30 de março de 2018; Porte III - PJ acima de 800m² - 5% de desconto para pagamento até 30 de março de 2018; §2º - A metragem do estabelecimento deverá ser comprovada através de cópia da guia do IPTU do exercício 2017, declaração apresentada pelo representante legal ou sob medição e cálculo que serão realizados pelo Departamento de Orientação e Fiscalização.

Art. 3º - As anuidades serão processadas até o dia 31 de março, salvo a primeira que será devida no ato do registro dos Profissionais e das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços nas áreas de atividades física, desportivas e similares.

Art. 4º - Após o vencimento da anuidade, em 31 de julho de 2018 para PF e 30 de março de 2018 para PJ, aos registrados que não realizarem o pagamento integral da anuidade 2018, haverá o acréscimo de 2% sobre o valor do débito a título de multa, mais juros de 1% ao mês, calculados até a data do pagamento.

Art. 5º - Os pedidos de baixa de registro de PF que forem protocolizados no CREF até 31 de julho do ano corrente, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.

Art. 6° - É facultativo o pagamento da anuidade devida ao CREF8/AM-AC-RO-RR aos profissionais de Educação Física que, até a data do vencimento da anuidade, tenham completados 65 (sessenta e cinco) anos de idade e, concomitantemente, tenham, no mínimo, 5 (cinco) anos de registro no Sistema CONFEF/CREFs e que não tenham débitos com o Sistema e não estiverem cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs, devendo os referidos Profissionais requererem, por escrito, tal direito ao CREF8/AM-AC-RO-RR.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre as multas por infrações devidas ao Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região - CREF8/AM-AC-RO-RR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX do artigo 40 do Estatuto do CREF8, e; CONSIDERANDO o disposto no inciso V do artigo 30 do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região- CREF8; CONSIDERANDO a Resolução CONFEF n° 341/2017; CONSIDERANDO o art. 2º da Lei nº 11.000/2004, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais, devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as multas e os preços de serviços, relacionados com suas atribuições legais, que constituirão receitas próprias de cada Conselho; CONSIDERANDO o inciso I do art. 4º da Lei nº 12.514/2011, que autoriza aos Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a cobrar multas por violação da ética, que constituirão receitas próprias de cada Conselho; CONSIDERANDO o deliberado na 62ª Plenária do CREF8 realizada em 14 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º - As multas a serem aplicadas às Pessoas Físicas e Jurídicas, em reais, por inobservância das normas pertinentes ao exercício Profissional da Educação Física, serão aplicadas conforme as normas legais e regulamentos vigentes, conforme os valores constantes nos anexos desta Resolução.

Art. 2º - As multas constantes no Quadro dos Anexos I e II desta Resolução serão aplicadas aos infratores das disposições normativas relativas ao exercício profissional e será disponibilizada na íntegra no site www.cref8.org.br.

Art. 3º - As multas serão recolhidas em boleto específico emitido pelo CREF8.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JEAN CARLO AZEVEDO DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Normatiza a Concessão da Comenda "PROFESSOR ONOFRE LOPES DA SILVA"

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958 e,

CONSIDERANDO que o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte representa um marco importante na organização dos médicos neste estado;

CONSIDERANDO que o médico ONOFRE LOPES DA SILVA, ao criar e instalar a Faculdade de Medicina iniciou o processo irreversível de formar e qualificar médicos para atender às necessidades assistenciais da nossa população;

CONSIDERANDO que o médico ONOFRE LOPES DA SILVA instalou e fez funcionar o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que o médico ONOFRE LOPES DA SILVA foi o primeiro Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte; e finalmente,

CONSIDERANDO o decidido na Sessão Plenária Ordinária deste Conselho realizada no dia 21 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º A Comenda "PROFESSOR ONOFRE LOPES DA SILVA", criada pela Resolução CREMERN nº 007/2007, será entregue aos agraciados em Sessão Plenária Solene e pública do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte, convocada especialmente para o evento, integrando as comemorações referentes ao Dia do Médico.

Parágrafo único. A Comenda Professor Onofre Lopes da Silva será constituída de diploma e medalha, onde constarão a titulação da homenagem e o nome do agraciado.

Art. 2º O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte destinará a Comenda "PROFESSOR ONOFRE LOPES DA SILVA" a médicos do Rio Grande do Norte que por sua atuação são exemplos e dignificam a profissão médica.

§ 1º - A Comenda será destinada, anualmente, para 03 (três) ou mais médicos, de acordo com o decidido pelos conselheiros presentes na sessão plenária.

§ 2º - O Conselheiro indicará e defenderá sua indicação em Sessão Plenária Ordinária específica para escolha dos médicos que serão agraciados com a Comenda Professor Onofre Lopes da Silva.

§ 3º - Cabe a cada Conselheiro presente na Sessão Plenária Ordinária uma única indicação.

§ 4º - A escolha ocorrerá pelo escrutínio secreto, e em caso de empate, a decisão do escolhido será do Colegiado.

Art. 3º A oficialização da outorga da Comenda "PROFESSOR ONOFRE LOPES DA SILVA" será alvo de Portaria do CREMERN, contendo referências às Resoluções deste Conselho que disciplinam a matéria, e publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CREMERN nº 005/2012.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

MARCOS LIMA DE FREITAS
Presidente do Conselho

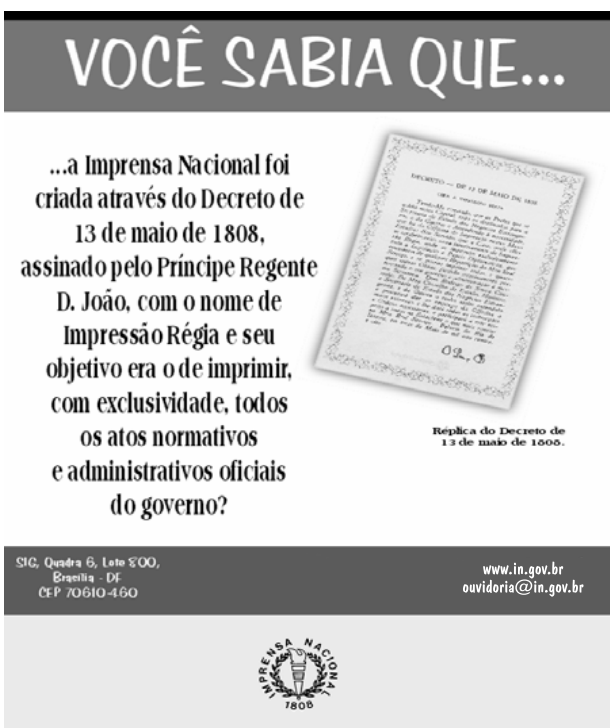
MARIA CRISTINA MONTE PEREIRA DE MACEDO
Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 13ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 174/2016

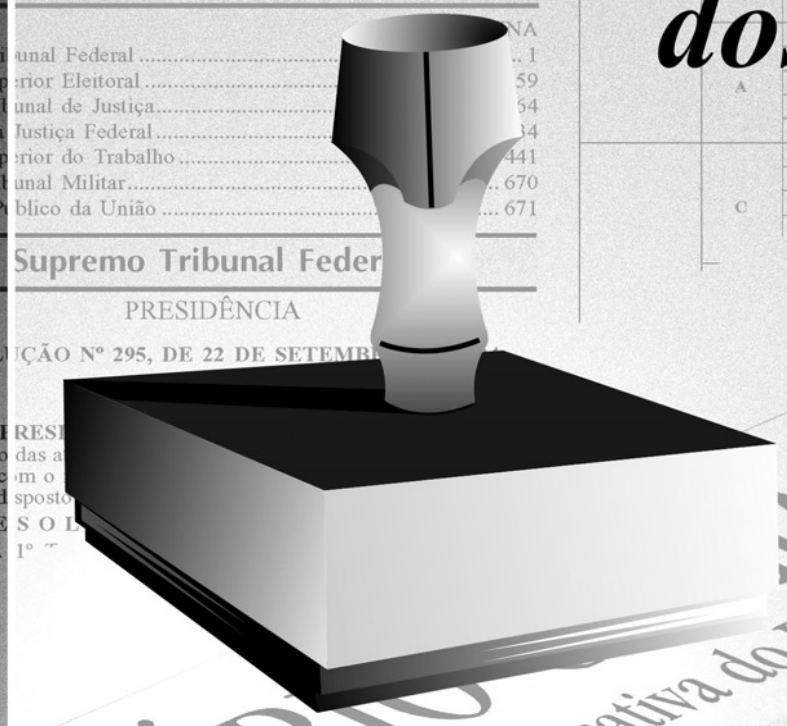
O Conselho Regional de Química da 13ª Região, em sua 429ª Reunião Plenária de 09/12/2016, nos termos do artigo 15 da Lei n.º 2.800 de 18/06/56 e do artigo 5º, da RN nº 241/2011 do CFQ, e em conformidade com o Acórdão transitado em julgado, Processo Ético 00879-B, resolveu aplicar à profissional da Química O. R., Registro Profissional n.º 13400384, a sanção de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO PÚBLICA, em razão de assunção de responsabilidade técnica na fabricação e comercialização de bebidas fora dos padrões de identidade e qualidade.

Florianópolis, 16 de outubro de 2017.
NIVALDO CABRAL KUHNEN
Presidente do Conselho



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017102000360

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.